SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA
AROM
Associação Rondoniense de Municípios

Rondônia , 06 de Outubro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia • ANO XVIII | Nº 4334

Associação Rondoniense de Municípios – AROM
MUNICIPALISMO UNIDO, MUNICÍPIO FORTE

Diretoria 2026-2029

Conselho Diretor

Presidente: MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA

Vice-Presidente: LEANDRO TEIXEIRA VIEIRA

Secretário Geral: JOSÉ WELLINGTON DRUMOND GOUVEIA

1º Secretário: FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA

Tesoureiro: EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA

1º Tesoureiro: CLEONE LIMA RIBEIRO

Conselho Fiscal

Titular: PAULO HENRIQUE DOS SANTOS

Titular: VALTAIR FRITZ DOS REIS

Titular: SÉRGIO PEDRO DA SILVA

Suplente: SILVANO ASCARI DE ALMEIDA

Suplente: EDER DA SILVA

Suplente: EZEQUIEL SALDANHA

==========

Diretoria FUNDADORA 2011/2012

Conselho Diretor

Presidente: LAERTE GOMES
Vice-presidente: Roberto Eduardo Sobrinho
Secretário Geral: Kleber Calistode Souza
Membros: Eloisa Helena Bertoletti, Daniel Deina, Silvino Alves Boaventura

Conselho Fiscal

Titular: Luiz Gomes Furtado
Titular: Augusto Tunes Plaça
Titular: Valcir Silas Borges

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

Contatos com a entidade:
web-site: www.arom.org.br
fam page: facebook.com/arom.org.br
e-mail de contato: arom@arom.org.br

ESTADO DE RONDÔNIA
CIMCERO - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA EXECUTIVA DO CIMCERO
PORTARIA Nº. 244/2026/CIMCERO

Portaria nº. 244/2026 Ji-Paraná, 05 de outubro de 2026.

Nomeia Comissão Especial para proceder o acompanhamento, recebimento e certificação dos bens e serviços no âmbito do CIMCERO, e dá outras providências.

Bartolomeu Souza De Oliveira Junior, Secretário Executivo do CIMCERO - Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia**,** no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, em consonância com os poderes que lhe foram delegados por intermédio da Portaria nº. 24/2023/CIMCERO.

Considerando a necessidade de acompanhar, receber e certificar os bens e serviços relacionados ao CIMCERO, conforme dispõe o art. 140, inciso I, alínea "b" e inciso II, alínea "b" da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

RESOLVE:
Art. 1º Fica nomeada Comissão Especial para proceder o acompanhamento, recebimento e certificação de bens e serviços, no âmbito do CIMCERO, integrada pelos membros a seguir nominados, e que atuarão sob a presidência do primeiro:

I - Rayellen Boone Silva;
II - Keila Cristina Viana Santos;
III - Izabela Cristina da Silva Menezes;
IV - Lorena Alcantara de Castro;
V - Naara Ferreira Carvalho de Souza.

Art. 2º A Comissão Especial ora nomeada deverá certificar a entrega dos bens e serviços, emitindo o respectivo Termo de Recebimento.
Parágrafo Único. O Termo de Recebimento deverá conter no mínimo a assinatura de 03 (três) membros.

Art. 3º Compete ainda a Comissão atestar e examinar os bens e serviços recebidos pelo CIMCERO,
no que diz respeito a quantidade e qualidade.

Art. 4º Em se tratando de bens recebidos e serviços realizados nos municípios consorciados, a Comissão emitirá o competente certificado, mediante a apresentação de atestado ou termo de recebimento emitido pelos municípios beneficiários pelo recebimento dos bens e serviços que forem executados.

Art. 5º Serão sem ônus adicionais para o CIMCERO e considerados de relevância os trabalhos desenvolvidos pelos membros que integram a presente Comissão Especial.

Art. 6º Fica revogada a Portaria nº. 52/2026/CIMCERO.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a contar do dia 05 de outubro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
BARTOLOMEU SOUZA DE OLIVEIRA JUNIOR
Secretário Executivo

Publicado por:
Gesiane de Souza Costa
Código Identificador:A0087DBE

ESTADO DE RONDÔNIA
CONSORCIO INTERMINICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE RONDONIA

CISAN CENTRAL/RO
RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO PARA AMPLIAÇÃO

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE RONDÔNIA – CISAN CENTRAL/RO**, portador do CNPJ nº 10.914.290/0001-32, torna público que requereu **RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO PARA AMPLIAÇÃO - LI de N° 159474** junto à **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM**, em 05 de outubro de 2026, para a **Central de Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos Classe II – Aterro Sanitário de Ariquemes**, conforme Processo nº **1801/01286/2006**, a qual tem por finalidade continuidade operacional no âmbito do Consórcio CISAN Central/RO as atividades de gestão de resíduos, localizada no RO 257, Linha C 60, Lote 13 B, Gleba 20, no município de Ariquemes-RO.

Publicado por:
Geovana Rodrigues Lopes Albuquerque
Código Identificador:6F059C57

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE

PODER EXECUTIVO
AVISO DE PRORROGAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº61 /2026

AVISO DE PRORROGAÇÃO LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº61 /2026
A P M de Alta Floresta D'Oeste–RO, através do Agente de contratação torna público que o pregão eletrônico 61/2026 será **prorrogado para o dia 14/10/2026** as **10h00hrs**. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Objeto: Aquisição de **materiais pensos, médico-hospitalares, produtos para saúde, equipamentos e insumos** diversos destinados ao atendimento às necessidades assistenciais, cirúrgicas, ambulatoriais, laboratoriais, de diagnósticos, de proteção individual e coletiva, bem como à manutenção e operação de unidades de saúde.

Alta Floresta D'Oeste – RO, 05/10/2026

CELIA FERRARI
Agente de Contratação.

Publicado por:
Celia Ferrari Bueno
Código Identificador:E96A9B58

PODER EXECUTIVO
AVISO DE PRORROGAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº62/2026

AVISO DE PRORROGAÇÃO LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº62/2026
A P M de Alta Floresta D'Oeste–RO, através do Agente de contratação torna público que o pregão eletrônico 62/2026 será **prorrogado para o dia 15/10/2026** as **10h00hrs**. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Objeto: Aquisição de 18 (DEZOITO) barcos de alumínio, destinados ao atendimento da comunidade indígena Rio Branco, localizada em áreas de acesso fluvial.

Alta Floresta D'Oeste – RO, 05/10/2026

CELIA FERRARI
Agente de Contratação.

Publicado por:
Celia Ferrari Bueno
Código Identificador:DD586942

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO CONVOCAÇÃO SELETIVO Nº 438/2026

DECRETO Nº 438/2026
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 05 de outubro de 2026.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/SEMEC/SEMUSA/2026 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS-RO.

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, Sr. DENAIR PEDRO DA SILVA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas;

D E C R E T A

Art. 1º Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Alto Alegre dos Parecis/RO, a fim de tomar posse, mediante a apresentação de toda a documentação exigida no Edital de Convocação nº 004/GP/2026, classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/SEMEC/SEMUSA/2026.

Art. 2º Os candidatos ora convocados terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 07h00min às 13h00min, para se apresentarem e tomarem posse.

Art. 3º Relação dos nomes dos convocados:

SA02 Motorista de veículos leves 40h

Classificação	Nome Candidato	Lotação
03º Lugar	Francisco José Costa Monteiro	SEMUSA

SA04 Zelador (a) - 40h

Classificação	Nome Candidato	Lotação
01º Lugar	Julia da Silva Costa	UBS Flor da Serra

SA05 Zelador (a) - 40h

Classificação	Nome Candidato	Lotação
01º Lugar	Danieli da Silva Wiedermann	UBS Vila Bosco

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,
Registra-se,
Cumpra-se.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claudia Raquel Dona
Código Identificador:3678D907

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO EXONERAÇÃO POR FALECIMENTO Nº 437/2026

DECRETO Nº 437/2026
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 05 de outubro de 2026.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM DECORRÊNCIA DE FALECIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor DENAIR PEDRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis, Estado de Rondônia, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação vigente,

D E C R E T A:
Art. 1º Fica exonerado, em decorrência de seu falecimento, o servidor JOSÉ CARLOS ALVES CARDOSO, inscrito no CPF sob o nº ***.621.122-**, ocupante do cargo efetivo de Motorista de Veículos

Pesados – 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º Os efeitos funcionais e administrativos decorrentes do disposto no art. 1º deste Decreto retroagem a 03 de outubro de 2026, data do falecimento do servidor.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se,
Registra-se,
Cumpra-se.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claudia Raquel Dona
Código Identificador:EFD9308E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO NOMEAÇÃO EFETIVO Nº 439/2026

DECRETO Nº 439/2026
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 05 de outubro de 2026.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2025/SEMEC-MAGISTERIO PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Alto Alegre dos Parecis, Estado de Rondônia, Sr. DENAIR PEDRO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais vigentes,

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público nº 003/2025/SEMEC-MAGISTÉRIO;

CONSIDERANDO a necessidade de provimento de cargos efetivos para atendimento ao interesse público e à continuidade dos serviços municipais;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADA, para provimento de cargo EFETIVO de PEDAGOGA 40h, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Município de Alto Alegre dos Parecis/RO, a candidata abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público nº 003/2025/SEMEC-MAGISTÉRIO, observada a ordem de classificação:

I – ELIANA SANTANA VIEIRA – 16º lugar;

Art. 2º A posse dar-se-á mediante assinatura do respectivo Termo de Posse, considerando que a nomeada já apresentou toda a documentação exigida pela legislação vigente, a qual foi devidamente analisada e considerada regular pelo setor competente, estando assim plenamente apta ao exercício do cargo.

Art. 3º A nomeada deverá tomar posse no prazo previsto na legislação municipal vigente, sob pena de tornar-se sem efeito o ato de nomeação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,
Registra-se,
Cumpra-se.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claudia Raquel Dona
Código Identificador:0D388D3D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 436/GP, DE 5 DE OUTUBRO DE 2026

Decreto nº 436/GP, de 5 de outubro de 2026

"Dispõe sobre a convocação da V Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alto Alegre dos Parecis/RO".

O Senhor **DENAIR PEDRO DA SILVA,** Prefeito do Município de Alto Alegre dos Parecis, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o disposto no art. 227 da Constituição Federal, que estabelece ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, os direitos fundamentais;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA;
CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 276, de 12 de novembro de 2025, que convoca a 13ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e estabelece orientações para a realização das etapas municipais e estaduais;
CONSIDERANDO a importância da participação da sociedade civil, do Poder Público, das crianças e dos adolescentes na discussão, formulação e avaliação das políticas públicas destinadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO as atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Alto Alegre dos Parecis/RO, enquanto órgão deliberativo e controlador das ações da política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a V Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alto Alegre dos Parecis/RO, como etapa municipal da 13º Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º A Conferência Municipal será realizada no dia 19 de novembro de 2026, a partir das 08 horas, no auditório do CRAS em Alto Alegre dos Parecis/RO.

Art. 3º A Conferência Municipal terá como tema central: **"FORTALECENDO O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (SGDCA) E A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA. "**

Art. 4º São objetivos da Conferência Municipal:
I – Promover ampla mobilização social para a discussão e avaliação das políticas públicas destinadas à criança e ao adolescente;
II – Identificar desafios, demandas e prioridades para a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes no Município;
III – fortalecer a participação social e o protagonismo de crianças e adolescentes nos espaços de discussão e controle das políticas públicas;
IV – Fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA;
V – Elaborar propostas para o aprimoramento das políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
VI – Contribuir para a construção das propostas a serem encaminhadas às etapas subsequentes da Conferência, conforme as orientações do CONANDA e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 5º A Conferência Municipal terá como referência os seguintes eixos temáticos:
I – Aprimoramento do controle social e fortalecimento da participação social;

II – Fortalecimento dos Conselhos Tutelares;
III – Promoção da convivência familiar e comunitária;
IV – Prevenção e enfrentamento das violências;
V – Prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção de adolescentes no trabalho;
VI – Aprimoramento da execução das medidas socioeducativas

Art. 6º A organização da Conferência Municipal ficará sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, que deverá constituir Comissão Organizadora específica para essa finalidade.
Art. 7º Compete ao CMDCA, por meio da Comissão Organizadora:
I – Elaborar e aprovar o Regimento Interno da Conferência;
II – Definir a metodologia e a programação do evento;
III – Promover a mobilização e divulgação da Conferência;
IV – Assegurar a participação de crianças e adolescentes, observadas as condições necessárias à sua proteção e participação efetiva;
V – Organizar os grupos de trabalho e a plenária final;
VI – Sistematizar as propostas aprovadas;
VII – Realizar, quando couber, a eleição dos delegados para a etapa estadual, observadas as normas e orientações estabelecidas pelo CONANDA e pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;
VIII – Encaminhar a documentação e as deliberações resultantes da Conferência aos órgãos competentes.

Art. 8º O Poder Público Municipal prestará o apoio necessário à realização da Conferência Municipal, especialmente quanto à infraestrutura, logística, divulgação, mobilização e demais providências necessárias ao adequado desenvolvimento do evento.

Art. 9º Será assegurada a participação de crianças e adolescentes na Conferência Municipal, garantindo-se espaços adequados de escuta, expressão e participação, respeitada sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Art. 10. As despesas decorrentes da realização da Conferência Municipal correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira e a legislação vigente.

Art. 11. O Regimento Interno da Conferência estabelecerá as normas complementares relativas à sua organização e funcionamento.

Art. 12. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Alegre dos Parecis, 5 de outubro de 2026.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lusicleia Ferreia Dos Anjos
Código Identificador:8AE61081

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº. 2.324/2026

Lei Ordinária nº. 2.324/2026

> "Institui a Política Municipal de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedores Familiares Rurais no âmbito do Município de Alto Alegre dos Parecis/RO, em caráter complementar ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e autoriza a utilização de Recursos Ordinários do Tesouro Municipal, mediante a modalidade de Chamada Pública, e estabelece diretrizes correlatas".

O Sr. **DENAIR PEDRO DA SILVA**, Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais.

Faz saber que a Câmara Municipal de Alto Alegre dos Parecis, Estado de Rondônia aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituída, no âmbito do Município de Alto Alegre dos Parecis, a Política Municipal de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e dos Empreendedores Familiares Rurais, destinada a promover o desenvolvimento rural sustentável, fortalecer a economia local, incentivar a produção agrícola familiar, ampliar a segurança alimentar e nutricional da população e fomentar o abastecimento dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.
Parágrafo único. A política instituída por esta Lei possui caráter complementar às ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e de outras políticas públicas federais e estaduais voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar.

Art. 2º. Para os fins desta Lei consideram-se:

I - Agricultura familiar: aquela definida na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais - PRONAF;
II - Fornecedores: agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, silvicultores, aquicultores, extrativistas, agricultores familiares urbanos e pescadores artesanais que detenham a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF - DAP Pessoa Física/CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar*)*;
III - Organizações fornecedoras: cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado que detenham a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF - DAP Pessoa Jurídica/CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar);
IV - Consumidores: indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial, pelos equipamentos de alimentação e nutrição, pelas demais ações de alimentação e nutrição financiadas pelo poder público;
V - Agricultor familiar e empreendedor familiar rural: a pessoa física ou jurídica, que atenda aos requisitos previstos no art. 3º da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006;
VI - Organização de agricultores familiares: cooperativa de agricultores familiares ou sociedade empresarial da agricultura familiar;
VII - Unidade familiar de produção: estabelecimento composto pela família ou por indivíduos agregados, que morem na mesma residência, sob gestão estritamente familiar, para exploração de fatores de produção voltados ao cultivo de alimentos, ou à produção de bens ou prestação de serviços de natureza assemelhada para o próprio autoconsumo ou para o atendimento à demanda da sociedade;
VIII - Produtos orgânicos: aqueles oriundos de sistema de produção definido nos termos do art. 1º da Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;
IX - Produtos agroecológicos: aqueles definidos nos termos do art. 2º, inciso III, do Decreto Federal nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO;
X - Produtos manufaturados: aqueles fabricados a partir de alimentos in natura, que passaram por processo de manipulação, beneficiamento, transformação ou industrialização;
XI - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP/CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar): documento de aptidão às políticas públicas federais direcionadas à agricultura familiar, que identifica o beneficiário da referida Política;
XII - Chamada Pública: procedimento administrativo voltado à seleção da melhor proposta para aquisição de produtos de beneficiários fornecedores e organizações fornecedoras;
XIII - Comissão de credenciamento: comissão composta de servidores públicos designados pela Administração, com a função de receber,

examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à Chamada Pública;
XIV - Gênero Alimentício - toda a substância, seja ou não tratada, destinada à alimentação humana;
XV - Formulário de proposta de venda: documento anexo ao edital de Chamada Pública, a ser preenchido pelo agricultor familiar, empreendedor familiar rural ou pela organização de agricultores familiares, com as informações de identificação, a relação de produtos a serem fornecidos e suas respectivas quantidades, bem como o cronograma de entrega.

CAPÍTULO II
DAS DIRETRIZES E OBJETIVOS

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir gêneros alimentícios produzidos pela Agricultura Familiar e pelos Empreendedores Familiares Rurais, ou suas organizações, para atender a programas e equipamentos da Rede Pública Municipal, mediante a utilização das seguintes fontes de recursos:
I – recursos oriundos de programas, convênios, termos de adesão, transferências voluntárias e demais instrumentos firmados com a União, o Estado ou outros entes públicos, especialmente aqueles vinculados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA;
II – recursos próprios do Tesouro Municipal, destinados à complementação das políticas públicas de aquisição de alimentos da agricultura familiar, na forma desta Lei.
§ 1º As aquisições de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar observarão os requisitos, limites de comercialização, critérios de seleção, percentuais mínimos eventualmente estabelecidos e demais normas previstas na legislação federal vigente, especialmente aquelas relativas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, à Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e à Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
§ 2ºA Política Municipal priorizará, sempre que possível e observados os princípios da legalidade, da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, a aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares do Município de Alto Alegre dos Parecis.
§ 3º O Poder Executivo poderá estabelecer, nos editais de Chamada Pública, critérios de priorização destinados a incentivar a participação de mulheres agricultoras, cooperativas, associações e demais organizações da agricultura familiar com relevante participação feminina, observada a legislação federal aplicável.
§ 4º Também poderão ser estabelecidos critérios de priorização para produtos oriundos de assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais, agricultores agroecológicos e produtores orgânicos, desde que compatíveis com a legislação vigente.
§ 5º Constituem diretrizes da Política Municipal de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar:
I – fortalecimento da agricultura familiar como instrumento de desenvolvimento econômico e social;
II – valorização da produção local e regional;
III – incentivo à produção sustentável, agroecológica e orgânica;
IV – estímulo à organização dos agricultores familiares em cooperativas e associações;
V – ampliação do acesso da agricultura familiar aos mercados institucionais;
VI – promoção da segurança alimentar e nutricional;
VII – incentivo à diversificação da produção agrícola;
VIII – fortalecimento das cadeias produtivas locais;
IX – promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso às políticas públicas voltadas à agricultura familiar.
X – promoção da educação alimentar e nutricional, da valorização da produção local e regional e do incentivo ao consumo de alimentos saudáveis e adequados, em consonância com as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.
XI – simplificação administrativa, mediante a adoção, sempre que possível, de procedimentos destinados a ampliar o acesso dos agricultores familiares às compras públicas, preservados os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, publicidade, eficiência, transparência e segurança jurídica.
XII – integração entre as políticas de desenvolvimento rural, abastecimento alimentar, assistência social, educação e saúde, visando fortalecer a economia local e promover o desenvolvimento sustentável do Município.

Art. 4º. A Política Municipal instituída por esta Lei tem por finalidade promover a aquisição direta ou indireta de produtos agropecuários, extrativistas, aquícolas, pesqueiros, produtos lácteos e demais gêneros alimentícios, in natura, minimamente processados ou beneficiados, produzidos por agricultores familiares, empreendedores familiares rurais, pescadores artesanais, aquicultores, extrativistas, assentados da reforma agrária e suas organizações, desde que enquadrados nas disposições da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e demais normas aplicáveis.

Art. 5º.A política de aquisição de que trata o Art. 1º tem por finalidade:

I - Dar continuidade e complementar a política de fornecimento de alimentos saudáveis e de qualidade para a população beneficiária, em especial a escolar, mediante a utilização de recursos municipais, mesmo após o esgotamento dos recursos federais vinculados;
II - Fomentar o desenvolvimento econômico local, garantindo renda aos agricultores familiares do Município;
III - Promover a sustentabilidade e a valorização da produção agroecológica e orgânica;
IV -Harmonizar e facilitar a execução das políticas de aquisição de alimentos da agricultura familiar, em especial o PAA e a Compra Institucional, no âmbito municipal.
V - Estimular a produção da agricultura familiar, contribuindo para a prática de preços adequados e ampliação do mercado de consumo dos seus produtos;
VI - Favorecer a aquisição dos produtos provenientes da agricultura familiar nas compras realizadas pelos órgãos públicos municipais;
VII -Incentivar o consumo de alimentos saudáveis, sustentáveis e que valorizem a cultura alimentar local e regional;
VIII -Valorizar a agrobiodiversidade e os produtos da sociobiodiversidade, estimulando as experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais, especialmente aquelas que envolvam o manejo das variedades locais, tradicionais ou crioulas.

Parágrafo Único. Na implementação do Política Municipal de aquisição de alimentos da agricultura familiar o Município prezará pela equidade no tratamento ao agricultor e a agricultora familiar, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia.

CAPÍTULO III
DOS BENEFICIÁRIOS DA POLÍTICA MUNICIPAL

Art. 6º. São beneficiários da Política Municipal de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar as pessoas físicas e jurídicas enquadradas como agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e da legislação federal correlata.
§ 1º Equiparam-se aos agricultores familiares, para os fins desta Lei, os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, povos indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos e demais povos e comunidades tradicionais, desde que atendidos os requisitos previstos na legislação federal.
§ 2º Também poderão participar da Política Municipal as cooperativas, associações e demais organizações da agricultura familiar regularmente constituídas, desde que compostas predominantemente por agricultores familiares e observadas as exigências da legislação vigente.

Art. 7º. A condição de agricultor familiar, empreendedor familiar rural ou organização da agricultura familiar será comprovada mediante apresentação do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF ou de outro documento oficialmente reconhecido pela legislação federal para habilitação às políticas públicas destinadas à agricultura familiar.

Parágrafo único. A Administração Pública Municipal poderá exigir documentação complementar destinada à comprovação da regularidade fiscal, sanitária, jurídica ou técnica, quando necessária à contratação ou ao fornecimento dos gêneros alimentícios, observada a legislação aplicável.

CAPÍTULO IV
DA COMPRA DIRETA E CHAMADA PÚBLICA

Art. 8º.A aquisição dos gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedores Familiares Rurais, de que trata esta Lei, poderá ser realizada mediante dispensa de procedimento licitatório, por intermédio de Chamada Pública, desde que respeitados os limites e critérios estabelecidos na legislação federal correlata, em especial a Lei nº11.947/2009 (PNAE) e a Lei nº14.628/2023 (PAA), e suas regulamentações.

§ 1ºA dispensa de licitação por Chamada Pública, para efeito desta Lei, está condicionada ao atendimento simultâneo dos seguintes requisitos, aplicáveis à aquisição com Recursos Ordinários e com Recursos Federais:
I - Os preços de aquisição devem ser compatíveis com os vigentes no mercado local, comprovados mediante pesquisa de mercado;
II - O processo deve ser conduzido por meio de Chamada Pública amplamente divulgada, garantindo isonomia na participação dos agricultores familiares;
III - O agricultor ou grupo familiar fornecedor deve comprovar sua condição por meio da documentação exigida na legislação federal, como a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) ou o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).
§ 2ºPara a aquisição com Recursos Ordinários, o limite individual de venda para cada agricultor familiar ou empreendedor familiar rural será o mesmo estabelecido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o PNAE ou o limite anual estabelecido em normas federais para o PAA na modalidade de Compra Institucional, prevalecendo o limite mais restritivo.
§ 3º Para contratação de serviços de fornecimento de alimentação, deverá constar nos editais de licitação a exigência de comprovação de que os gêneros alimentícios provêm dos fornecedores ou organizações fornecedoras da agricultura familiar e devidamente inscritos no Cadastro de Fornecedores da Agricultura Familiar; e
§ 4º A liberação de pagamento à contratada, referente aos valores correspondentes às aquisições da agricultura familiar, dar-se-á mediante apresentação de documento fiscal de transferência dos agricultores e/ou organizações da agricultura familiar após a entrega estabelecida em cronograma firmado.

Art. 9º.A aquisição direta de produtos de agricultores e agricultoras familiares ou de organizações de agricultores e agricultoras familiares, tem a finalidade de promover:
I - ações de promoção de segurança alimentar e nutricional;
II - abastecimento da rede socioassistencial;
III - abastecimento de estabelecimentos de alimentação e nutrição.

Art. 10. Os preços utilizados na aquisição dos gêneros alimentícios deverão ser compatíveis com os praticados no mercado, observadas as metodologias previstas na legislação vigente.
Parágrafo único. Para definição do preço de referência poderão ser utilizados:
I – pesquisa de preços realizada no mercado local ou regional;
II – bancos oficiais de preços;
III – preços praticados em programas governamentais;
IV – outras fontes admitidas pela legislação.

Art. 11. Na seleção das propostas será observada a ordem de prioridade prevista na legislação federal, podendo ser conferida preferência, quando cabível, aos produtos:

I – produzidos no Município de Alto Alegre dos Parecis;
II – provenientes de assentamentos da reforma agrária;
III – oriundos de comunidades indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais;
IV – produzidos por cooperativas e associações da agricultura familiar;
V – obtidos mediante sistemas de produção orgânica ou agroecológica;
VI – produzidos por organizações com participação significativa de mulheres agricultoras.
Parágrafo único. A inexistência de fornecedores locais aptos não impedirá a aquisição de produtos provenientes de agricultores familiares de outros municípios.

Art. 12. Os gêneros alimentícios deverão atender às normas sanitárias, ambientais e de qualidade estabelecidas pela legislação vigente, competindo ao fornecedor comprovar a regularidade do produto sempre que exigido.

Art. 13. Quando houver contratação de empresa para fornecimento de alimentação preparada, o edital poderá prever mecanismos destinados ao incentivo da utilização de produtos provenientes da agricultura familiar, observado o disposto na legislação aplicável.

Art. 14. O pagamento aos fornecedores será efetuado após o recebimento definitivo dos produtos e mediante apresentação da documentação fiscal correspondente, observadas as condições estabelecidas no instrumento convocatório e no contrato.

Art. 15. A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente manterá Cadastro Municipal de Fornecedores da Agricultura Familiar, destinado ao apoio do planejamento das contratações, sem que sua inscrição gere direito subjetivo à contratação.

Art. 16. A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente elaborará, anualmente, o Plano Municipal de Aquisição da Agricultura Familiar, destinado ao planejamento das aquisições de gêneros alimentícios da agricultura familiar no âmbito da Administração Pública Municipal.
§ 1º O Plano será elaborado a partir das demandas encaminhadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal e poderá contemplar, entre outros elementos:
I – a estimativa anual de consumo de gêneros alimentícios;
II – o levantamento da capacidade produtiva da agricultura familiar local e regional;
III – o cronograma estimado das Chamadas Públicas;
IV – o planejamento orçamentário destinado às aquisições;
V – outras informações necessárias ao planejamento das contratações.
§ 2º O Plano Municipal de Aquisição da Agricultura Familiar terá caráter orientador e não vinculará a Administração quanto à realização das contratações, que permanecerão condicionadas à disponibilidade orçamentária e ao interesse público.

Art. 17. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, especialmente quanto:
I – aos procedimentos da Chamada Pública;
II – aos critérios de pesquisa de preços;
III – ao funcionamento do Cadastro Municipal de Fornecedores da Agricultura Familiar;
IV – aos procedimentos de fiscalização e recebimento dos produtos;
V – às demais medidas necessárias à execução desta Lei.

Art. 18. Os gêneros alimentícios adquiridos devem ser de produção própria dos agricultores familiares e devem cumprir os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes, próprios para o consumo humano, incluindo alimentos perecíveis e característicos de hábitos alimentares locais, que podem estar in natura ou beneficiados.

Art. 19. Nas hipóteses excepcionais previstas na legislação federal, inclusive situações de emergência ou calamidade pública, poderão ser adotados os procedimentos autorizados pela legislação pertinente.
Parágrafo único. Nas ocasiões de excepcionalidade, deverá ser realizada a contratação de organizações da agricultura familiar, levando em conta os seguintes critérios para escolha dos fornecedores:
I - Serão priorizadas aquisições de Cooperativas e Associações, com DAP/DAF/CAF jurídica ativa ou documentação similar no âmbito federal ou estadual;
II - Comprovada capacidade de infraestrutura física e logística para atender a demanda da Política e da Compra Direta com Doação Simultânea;

III - Experiência comprovada no fornecimento de produtos da agricultura familiar para o PAA Compras Institucionais ou PAA Doação Simultânea, do Governo Federal, e PNAE Estadual ou Municipal; e
IV - Atuação em rede para atendimento da demanda e abrangência do seu quadro social.

Art. 20. Compete à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente coordenar, planejar, acompanhar e promover a execução da Política Municipal de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e dos Empreendedores Familiares Rurais, em articulação com os demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. Para o cumprimento das atribuições previstas no caput, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente poderá expedir orientações técnicas, promover ações de capacitação, manter cadastro dos fornecedores da agricultura familiar e adotar as providências administrativas necessárias à execução desta Lei.

Art. 21. A execução desta Lei será acompanhada pelos órgãos competentes da Administração Pública Municipal, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo e dos Conselhos Municipais relacionados à política de segurança alimentar, alimentação escolar, agricultura e assistência social, no âmbito de suas respectivas competências.

Art. 22. Fica instituído o Comitê Gestor da Política Municipal de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e dos Empreendedores Familiares Rurais, de caráter consultivo e de acompanhamento, com a finalidade de monitorar a implementação desta Lei, propor medidas de aperfeiçoamento e fortalecer a articulação entre o Poder Público Municipal e os agricultores familiares.
§ 1º O Comitê Gestor será composto por representantes do Poder Executivo Municipal e da sociedade civil organizada, assegurada a participação de representantes da agricultura familiar.
§ 2º A composição, as competências e o funcionamento do Comitê Gestor serão disciplinados em regulamento.
§ 3º Os membros do Comitê Gestor serão designados por ato do Prefeito Municipal.

Art. 23. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, podendo ser suplementadas, se necessário, observadas as disposições da legislação orçamentária e financeira.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Alegre dos Parecis/RO, em 5 de outubro de 2026.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lusicleia Ferreia Dos Anjos
Código Identificador:3755E3B9

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 14/CPL/2026

A Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis – RO, através do Agente de Contratação nomeado pelo **Decreto Municipal Nº 42/GP/2026**, torna público aos interessados que será realizada a Licitação sob a modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, com critério de julgamento menor preço global, modo de disputa aberto, destinada a **Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução de obras de implantação de bueiros celulares de concreto (aduelas)**, conforme termo de convênio Nº 484/2025/PGE-DERADM e projetos de engenharia em anexos. Processo Administrativo ID: FE.978 - 0002102.69.06-2025 - Secretaria Municipal de Obras. No valor global de: **R$ 2.861.874,92** (dois milhões oitocentos e sessenta e um mil oitocentos e setenta e quatro reais e noventa e dois centavos). **Data da Sessão Pública dia 26/10/2026 às 09:00 h (horário de Brasília).** Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico no endereço www.licitanet.com.br. Informações e o Edital estão à disposição dos interessados no site www.altoalegre.ro.gov.br e na Sala da CPL da Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis - RO, sito à Av. Afonso Pena n.º 3370, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13h00min, ou pelo Fone-Fax (69) 3643-1255 Opção 11.

Alto Alegre dos Parecis - RO, em 05 de outubro de 2026.

KÉSIA FERREIRA DA SILVA LAURO
Agente de Contratação

Publicado por:
Ludmyla Fernandes de Araujo
Código Identificador:1EC02D82

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/RO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0206/2026
MODO DE DISPUTA ABERTO
EXCLUSIVO PARA ME, EPP, MEI, EIRELLI

Objeto: "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAFÉ TORRADO E MOÍDO, EMBALAGEM DE 500 G, RECARGA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) PARA BOTIJÃO P-13 E ÁGUA MINERAL ENVASADA EM GALÃO DE 20 LITROS"** Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO POR ITEM. Valor estimado: R$ 21.518,90(vinte e um mil quinhentos e dezoito reais e noventa centavos.)** Início da sessão pública dia **20/10/2026 ás 10h00m**(horário de Brasília). O edital e sessão estão disponíveis em: **www.licitanet.com.br** e **www.camaradealtoparaiso.ro.gov.br** Mais informações de segunda à sexta-feira das 7h30min às 13h30min, na sala da CPL, localizada na Rua Paulo VI, 3726 – Centro, Prédio da Câmara Municipal de Alto Paraiso ou através do telefone: (69) 3534-2173 ou e-mail: cpl.camaraaltoparaiso@gmail.com.

Alto Paraíso – RO, 05 de Outubro de 2026

HUGO RODRIGUES CASTOR
Pregoeiro/Agente de Contratação

Publicado por:
Hugo Rodrigues Castor
Código Identificador:BC33E8E1

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/RO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 145/2026.

O Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraíso/RO, no uso de suas atribuições, **ADJUDICA e HOMOLOGA**, a despesa por meio de **DISPENSA DE LICITAÇÃO n° 004/2026**, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21, e suas posteriores alterações, referente ao Processo Administrativo nº 145/2026, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORCIMENTO DE LINK DE INTERNET POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA.
Valor global de R$ 7.437,60 (sete mil, quatrocentos e trinta e sete reais e sessenta centavos), em favor da empresa **M.O. TELECOM LTDA**, inscrita no CNPJ nº **40.291.217/0001-12**, localizada na Rua Rondônia, nº 3552, Bairro Centro, CEP 76862-000, Alto Paraíso/RO.

Alto Paraíso/RO, 05 de outubro de 2026.

HOMOLOGADO NA FORMA DA LEI

VALMIR DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Edinaldo Silva Paulino
Código Identificador:FE90FC89

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO nº: **046/2026**
O Prefeito do Município de Alto Paraíso/RO, no uso de suas atribuições, **ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGA,** através do Processo Administrativo nº 1672/2026, a despesa com: **"SISTEMA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DO TIPO MICRO-ÔNIBUS RODOVIÁRIO, NOVO, ZERO QUILÔMETRO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE (SEMSAU), POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES",** em favor da empresa: MASCARELLO CARROCERIAS E ÔNIBUS LTDA - 05.440.065/0001-71**, valor total homologado de R$ 736.000,00 (setecentos e trinta e seis mil reais).**

Alto Paraíso-RO, 28 de setembro de 2026.

H O M O L O G A D O NA FORMA DA LEI

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal
Documento Assinado Eletronicamente

Publicado por:
Eliene da Silva
Código Identificador:9FA3FFFB

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO nº: **032/2026**

O Prefeito do Município de Alto Paraíso/RO, no uso de suas atribuições, **ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGA,** através do Processo Administrativo nº 1108/2026, a despesa com: **"SISTEMA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E DISPOSITIVOS DESTINADOS AO MONITORAMENTO CONTÍNUO DE GLICOSE (CGM), POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES",** em favor da empresa: MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - 05.343.029/0001-90**, valor total homologado de R$ 172.250,00 (cento e setenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais).**

Alto Paraíso-RO, 30 de setembro de 2026.

Homologado na Forma da Lei

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal
Documento Assinado Eletronicamente

Publicado por:
Eliene da Silva
Código Identificador:54902DDD

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA D'OESTE

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE LICENÇA PREMIO Nº 797/2026

PORTARIA Nº 797/DRH/2026

Alvorada do Oeste – RO 05 de outubro de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONFORME CONSTA NO PROCESSO Nº 1342/2026.

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER Licença – Prêmio de 03 (três) meses, referente aos 2º (segundo) quinquênio, sendo 2013/2018**,** no período de 01/11/2026 à 29/01/2027, de acordo com a lei municipal nº 656 de 11 de fevereiro de 011, ao (a) servidor (a) **SANDRA FERREIRA EVANGELISTA,** na categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, (40) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, nomeado (a) em 07/03/2008, pertencente ao quadro permanente de pessoal desta Prefeitura Municipal.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Maria Aparecida Matos Tataira Silva
Código Identificador:4985EA95

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 795/2026

PORTARIA Nº 795/GAB/2026
ALVORADA DO OESTE-RO, 05 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE JAIR LUIZ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº 976/2019.

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR, o (a) Sr.(a) ALICE ALVES RODRIGUES**,** brasileiro (a), casado (a), portador (a) do RG nº 13. ***69/SESDEC/RO e do CPF: 035. ***.172-**, domiciliado (a) neste município, no cargo de Assessor Administrativo, Ref. DDP4, vinculado ao Gabinete do prefeito, da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste.
Art.2º Essa portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAIR LUIZ
Prefeito

Publicado por:
Maria Aparecida Matos Tataira Silva
Código Identificador:1BFEBD29

SUPEL - SUPER. MUN. LICITACAO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 037/SEMAF/2026 PROCESSO Nº 1778.02.12-2026/SEMAF

TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 037/SEMAF/2026
PROCESSO Nº 1778.02.12-2026/SEMAF
O Prefeito do Município, através das atribuições que lhe são conferidas, **RATIFICA** e torna público, o certame na modalidade de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, conforme justificativa nº

037/SEMAF/2026, anexa aos autos do **Processo Administrativo nº 1778.02.12-2026/SEMAF**, que tem como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERÍCIA MÉDICA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DEVIDAMENTE HABILITADOS. A CONTRATAÇÃO DEVERÁ CONTEMPLAR PROFISSIONAIS DAS ÁREAS DE: PSICOLOGIA E/OU PSIQUIATRIA; ORTOPEDIA; MÉDICO PERITO PROFISSIONAL,** para atender a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda – SEMAF, vinculada à Prefeitura Municipal de Alvorada d'Oeste/RO, conforme documentos inclusos nos autos, no valor total de **R$ 20.250,00 (vinte mil, duzentos e cinquenta reais).** A empresa escolhida neste processo foi: **ERGON CONSULTORIA EM SAUDE E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA - ME**, CNPJ: **33.638.229/0001-05,** com sede na Rua São Luiz, nº 269, Bairro Nova Brasília, CEP. 76.908-334 – Ji-Paraná, Estado de Rondônia, tendo por base do artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, devendo a despesa ser publicada nos moldes do artigo do mesmo diploma legal.

Alvorada d'Oeste/RO, 05 de outubro de 2026.

JAIR LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Oldiglei Odair Veronez
Código Identificador:F67F8395

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA - FIA
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 0183/2026

Processo nº 9.998/2026 - /FIA
ACOLHER

CELEBRAÇÃO: 05.10.2026

PARTES:
1-) MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA, CNPJ/CPF: 20.704.827/0001-93.

2-) Associação Santana, CNPJ nº 60.534.353/0001-12

OBJETO: Repasse financeiro para complementar, temporária e específica de apoio socioeducacional, por meio da contratação temporária de 01 (uma) Psicopedagoga pelo período de 09 (nove) meses, bem como da equipe técnica de execução, monitoramento e prestação de contas do plano de trabalho, visando ao fortalecimento do atendimento especializado de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, com foco na superação de dificuldades de aprendizagem, desenvolvimento cognitivo e fortalecimento dos vínculos socioeducativos, conforme detalhado no Plano de Trabalho (ID 4335442). Preceitos da Lei Federal nº 13.019/2014.

Valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Recursos: **FIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA**

Vigência: De 05 de outubro até 05 de julho de 2027.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15.077/2026

MARIA NEUZA LUIZ GOMES
Gestora do FIA - Dec. 18.683/2022

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - Ariquemes/RO CEP: 76.872-854 Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br - CNPJ: 04.104.816/0001-16

Documento assinado eletronicamente por **MARIA NEUZA LUIZ GOMES**, **Gestora do FIA - Dec. 18.683/2022**, em 05/10/2026 às 12:06, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **4336405** e o código verificador **A3B82D27**.

Referência: Processo nº 8-7998/2026.	Docto ID: 4336405 v1

Publicado por:
Adriana da Costa Vergilato
Código Identificador:CF54188D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ORDEM DE SERVIÇO

A Prefeitura Municipal de Ariquemes, através da Secretaria Municipal de Educação, neste ato representada pela **Sra. Sandra Marcia Neves**, conforme certame licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica nº 90008/2026/CPL/SML/PMA emite **ORDEM DE SERVIÇO** à Empresa **EDF CONSTRUTORA LTDA,** inscrita no CNPJ de nº 04.239.708/0001-50, com sede na Rua Panamá, nº 2398, Sala 03, Bairro Embratel, município de Porto Velho/RO, representada pelo Sr. **Elias Diógenes Feitosa ,** Contrato de nº 241/PGM/2026, Processo Administrativo nº 29037/2025, cujo objeto é **Contratação de empresa especializada em serviços de construção civil para cobertura do Parque Infantil da EMEIEF Profº Gessi Janes Soares Moreira, através de TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS - N° DO TERMO DE ACEITE: 004/2024, no Município de Ariquemes/RO**, no valor de R$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais), com recurso do Governo do Estado de Rondônia, que será executado conforme especificações técnicas e cronograma físico e financeiro contidos nos Documentos de Habilitação EDF CONSTRUTORA LTDA de 13/08/2026 (ID 4211454) com **Prazo de Execução de 30 (trinta) dias corridos,** contados a partir do recebimento da respectiva Ordem de Serviço pela Contratada.

Ariquemes-RO, 05 de Outubro de 2026.

Elaborado Por:
ROSEMEIRE PEREIRA TORRES DA SILVA

Documento assinado eletronicamente por **SANDRA MARCIA NEVES**, **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** , em 05/10/2026 às 11:34, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

Documento assinado eletronicamente por **ELIAS DIOGENES FEITOSA**, **Usuário Externo**, em 05/10/2026 às 11:44, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

Publicado por:
Rosemeire Pereira Torres da Silva
Código Identificador:5B061111

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº 24198/2026 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

"ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE,CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR TOTAL DE R$ 990.465,16 (NOVECENTOS E NOVENTA MIL E QUATROCENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS) EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA-SEMTEC."

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica;
CONSIDERANDO a alteração do PPA 2026-2029 (Lei nº 2.997 de 30/12/2025) através da Lei 3131 de 01/10/2026 (ID 4330711), publicada no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Ariquemes;

CONSIDERANDO os recursos autorizados na Lei 3132 de 01/10/2026 (ID 4330782), publicada no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Ariquemes, e Art. 41, inciso II e Art. 43, §1º, inciso II e III da Lei Federal nº 4.320/64;

CONSIDERANDO o teor do Processo Administrativo nº 11650/2026-Memorando 420 de 24/08/2026 (ID 4232557), os quais justificam o pleito.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente, Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação por Recursos Vinculados, no valor de **R$ 929.265,16(novecentos e vinte e nove mil e duzentos e sessenta e cinco reais e dezesseis centavos)** no exercício financeiro de 2026, conforme abaixo distribuído:

Órgão: 02-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES				
Unidade: 14-SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E CULTURA-SEMTEC				
Projeto/Atividade: 1925 - CONVÊNIO 483/2026 SEJUCEL/49º ANIV CIDADE				
TIPO DE CRÉDITO	**FICHA**	**PROGRAMAÇÃO**	**NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR**
ESPECIAL	1352	02.14.13.392.0020.1925	3.3.90.39.00-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	929.265,16
Fonte: 1.701-Recursos do Exercício Corrente-Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados.				
TOTAL CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO				**929.265,16**

Parágrafo Único -O Excesso de Arrecadação por Recurso Vinculado é referente ao **Termo de Convênio nº 483/2026/PGE-SEJUCEL** com o objetivo de custear o evento "49º Aniversário de Ariquemes", na data de 17 e 18 de outubro de 2026, em consonância com a fonte de recurso TCE/STN abaixo detalhada:

Excesso de Arrecadação por Recurso Vinculado	**929.265,16**
Fonte de Recurso	
1.701 - Recursos do Exercício Corrente-Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	929.265,16

Art. 2º Fica aberto no orçamento vigente, Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação, no valor de **R$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos reais)** no exercício financeiro de 2026, conforme abaixo distribuído:

Órgão: 02-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES				
Unidade: 14-SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E CULTURA-SEMTEC				
Projeto/Atividade: 1925 - CONVÊNIO 483/2026 SEJUCEL/49º ANIV CIDADE				
TIPO DE CRÉDITO	**FICHA**	**PROGRAMAÇÃO**	**NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR**
ESPECIAL	1353	02.14.13.392.0020.1925	3.3.90.39.00-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	61.200,00
Fonte: 1.500.0000-Recursos do Exercício Corrente-Recursos não vinculados de impostos e transferências de impostos.				
Projeto/Atividade: 2801-PROMOÇÃO DA CULTURA				
TIPO DE CRÉDITO	**FICHA**	**PROGRAMAÇÃO**	**NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR**
ANULAÇÃO	831	02.14.13.392.0020.2801	3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	-61.200,00
Fonte: 1.500.0000-Recursos do Exercício Corrente-Recursos não vinculados de impostos e transferências de impostos.				
TOTAL CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO				**61.200,00**
TOTAL DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO				**-61.200,00**

Parágrafo Único - A anulação de dotação da própria secretaria visando cobertura da contrapartida do **Convênio nº 483/2026/PGE-SEJUCEL**, com a fonte de recurso TCE/STN abaixo detalhada:

Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação	**61.200,00**
Fonte de Recurso	
1.500 - Recursos do Exercício Corrente-Recursos não vinculados de impostos e transferências de impostos.	61.200,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º Publique se.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 48º de emancipação político-administrativo.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br - CNPJ: 04.104.816/0001-16

Documento assinado eletronicamente por **CARLA GONCALVES REZENDE**, **PREFEITA MUNICIPAL**, em 05/10/2026 às 08:44, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

Publicado por:
Everton Absolon Cória Mendes
Código Identificador:AE5706CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 264/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15.095/2025

PARTES:
1) MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/SEMSAU
2) **SEGUROS SURA S.A CNPJ: 33.065.699/0001-27**

OBJETO: Aditivo de prazo e reajuste Contratual ao contrato 264/PGM/2025.

PRAZO: 12 (doze) meses

VALOR: R$ 7.556,20 (sete mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos).

Ariquemes/RO, 05 de outubro de 2026

LORENA PEREIRA FIORENZANI
Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes/RO

Publicado por:
Fatima Eliane Tomé
Código Identificador:FB76ADA4

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 267/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24355/2026

PARTES:
1) MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/SEMSAU
2) ANTONIA TATIANA TAVARES DE ARAUJO - CPF: xxx.756.302-xx

OBJETO: Contratação, em favor da Pessoa Física ANTONIA TATIANA TAVARES DE ARAUJO CPF: XXX.756.302-XX, contratada pelo CREDENCIAMENTO 01/2026, REFERENTE AO PROCESSO: 455/2026/SEMSAU de chamamento público para Credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas para prestação de serviços médicos especializados, visando atendimento médico hospitalar nas especialidades de Ginecologia/Obstetrícia e Pediatria, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU de Ariquemes/RO, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

PRAZO: 12 (doze) meses.

VALOR: R$ 321.776,00 (trezentos e vinte e um mil setecentos e setenta e seis reais).

Ariquemes/RO, 05 de outubro de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
Interveniente

Publicado por:
Fatima Eliane Tomé
Código Identificador:8F08D1EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 268/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24356/2026

PARTES:
1) MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/SEMSAU
2) THAIS CARLA MARQUES MARTINS - CPF: xxx.649.616-xx

OBJETO: Contratação, em favor da **Pessoa Física THAIS CARLA MARQUES MARTINS CPF: XXX.649.616-XX**, contratada pelo CREDENCIAMENTO 01/2026, REFERENTE AO PROCESSO: 455/2026/SEMSAU de chamamento público para Credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas para prestação de serviços médicos especializados, visando atendimento médico hospitalar nas especialidades de Ginecologia/Obstetrícia e Pediatria, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU de Ariquemes/RO, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

PRAZO: 12 (doze) meses.

VALOR: R$ 321.776,00 (trezentos e vinte e um mil setecentos e setenta e seis reais).

Ariquemes/RO, 05 de outubro de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
Interveniente

Publicado por:
Fatima Eliane Tomé
Código Identificador:2840B5D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 269/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24357/2026

PARTES:
1) MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/SEMSAU
2) MONIELLI COSTA BATISTI BATISTA - CPF: xxx.907.132-xx

OBJETO: Contratação, em favor daPessoa Física **MONIELLI COSTA BATISTI BATISTA** CPF: XXX.907.132-XX, contratada pelo CREDENCIAMENTO 01/2026, REFERENTE AO PROCESSO: 455/2026/SEMSAU de chamamento público para Credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas para prestação de serviços médicos especializados, visando atendimento médico hospitalar nas especialidades de Ginecologia/Obstetrícia e Pediatria, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU de Ariquemes/RO, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

PRAZO: 12 (doze) meses.

VALOR: R$ 321.776,00 (trezentos e vinte e um mil setecentos e setenta e seis reais).

Ariquemes/RO, 05 de outubro de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
Interveniente

Publicado por:
Fatima Eliane Tomé
Código Identificador:DA32A551

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOMOLOGAÇÃO DO RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Homologação do Relatório Técnico de monitoramento e avaliação, portaria nº 112, de 6 de fevereiro de 2026.

Processo 10658/2025. Referente ao Termo de Fomento N.º 148/2025. Firmado com a Organização Sociedade Civil (0SC): Entidade: CENTRO DE RECUPERAÇÃO KADOSH CNPJ n.º 03.036.729/0001-06. Objeto: Custeio do Projeto "Casa de Ana finalidade acolher mulheres em situação de dependência química. O projeto comtempla ações como acompanhamento ginecológico, psicológico, orientação social e outras atividades terapêuticas, visando à promoção de autonomia, dignidade e reintegração dessas mulheres à vida em comunidade. Contratação de equipe técnica qualificada, sendo composta por 1 (uma) psicóloga, 1 (um) motorista, 2 (duas) monitoras e 1 (uma) coordenadora e a cobertura de despesas operacionais nas instalações do Centro de recuperação de dependentes químicos. Vigência: 11 de agosto de 2025, até 11 de agosto de 2026. Valor: R$ 261.019,31 (duzentos e sessenta e um mil, dezanove reais e trinta e um centavos).

Considerando as informações constantes no relatório técnico do Processo 10658/2025 a referente a VI á XII Prestação de conta a Comissão de Monitoramento e Avaliação através deste instrumento e conforme o artigo 59 da Lei nº 13.019/2024, HOMOLOGA o referido relatório.

1º(R$23.247,21)
2º (R$23.247,21)
3º (R$23.247,21)
4°(R$23.247,21)
5º(R$23.247,21)
6º e 7º(R$23.247,21)
8º(R$46.494,42)
9°(R$23.247,21)
10º(R$23.247,21)
11º(R$23.247,21)
12º(R$5.300,00)
Valor das parcelas comprovadamente utilizadas
(R$249.052,10)
Saldo remanescente
(R$ 11.967,21)

LORENA PEREIRA FIORENZANI
Secretaria Municipal de Saúde
Decreto nº 24193/2026.

Comissão de Monitoramento e Avaliação de Parceria:
Portaria Nº 112, de 6 de Fevereiro de 2026

ANDREY VINICIUS DA SILVA FONTOURA;

LUCELI GOMES DE ANDRADE;

RENATA DA SILVA FERNANDES;

Publicado por:
Enubia Brito Miranda
Código Identificador:3AB16EE1

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 355/2026/PREGÃO/SML/PMA PROCESSO ADM. Nº 24652/2026/SEMSAU MODO DE DISPUTA: ABERTO - UASG: 450522 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS LICITAÇÃO COM AMPLA PARTICIPAÇÃO, ITENS EXCLUSIVOS E RESERVA DE COTAS PARA ME/EPP/MEI

Objeto: Registro de Preço para Eventual e Futura Aquisição de **Materiais Gráfico**s - Parte II, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Ariquemes por um período de 12 (doze) meses. Com valor total estimado em **R$ 1.471.886,64** (um milhão, quatrocentos e setenta mil, oitocentos e oitenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).
A Prefeitura de Ariquemes/RO, através do Pregoeiro designado pelo Decreto nº. 23.383 de 07 de janeiro de 2026, torna público, para o conhecimento dos interessados que na data e horário abaixo indicado fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, no COMPRAS.GOV sob o **Nº 355/2026** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** na forma da Lei nº. 14.133/21, conforme edital e anexos, atendendo assim as necessidades da Prefeitura de Ariquemes/RO. Envio das propostas poderá ser feito das 09h00min do dia 08/10/2026 até às 08h59min do dia 22/10/2026. **Início da Sessão Pública virtual será às 09h00min do dia 22/10/2026 (Horário de Brasília)**. A retirada do edital está disponível no site **www.gov.br/compras** e **www.ariquemes.ro.gov.br/licitacao**, sendo que a sessão pública será pelo site **www.gov.br/compras(Comprasnet)**. Informações na Sala da Superintendência Municipal de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Ariquemes, de segunda a sexta-feira das 07h30min às 13h30min. (Horário Local). Mais informações, através do telefone (69) 3516-2020/2021 pelo e-mail **pregaopma@hotmail.com**

Ariquemes(RO), 005 de outubro de 2026.

JONHISON JOSÉ ANDRADE
Pregoeiro

Publicado por:
Jonhison Jose Andrade
Código Identificador:31803609

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 349/2026/SML/PMA PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 11118/2026/SEMDES SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS LICITAÇÃO COM AMPLA PARTICIPAÇÃO, RESERVA DE COTAS E LOTES EXCLUSIVOS

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de materiais de expediente 2 (fita, papel A4, clipe, entre outros), para atender às necessidades das secretarias municipais de Ariquemes/RO, por um período de 12 (doze) meses. Com o valor total estimado em R$ 1.180.138,81.
A Prefeitura de Ariquemes/RO, através da **Pregoeira** designada pelo Decreto nº. 23.385 de 07 de janeiro de 2026, torna público, para o conhecimento dos interessados que na data e horário abaixo indicado fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o **Nº 349/2026** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **Cód. UASG: 450522,** na forma da Lei nº. 14.133/21, conforme edital e anexos, atendendo assim as necessidades da Prefeitura Municipal de Ariquemes. Envio das propostas poderá ser feito **das 09h00min do dia 14/10/2026 até às 09h00min do dia 26/10/2026. Início da Sessão Pública virtual será às 09h00min do dia 26/10/2026 (Horário de Brasília)**. A retirada do edital está disponível no site **www.gov.br/compras** e **www.ariquemes.ro.gov.br/licitacao**, sendo que a sessão pública será pelo site **www.gov.br/compras(Comprasnet)**. Informações na Sala da Superintendência Municipal de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Ariquemes, de segunda a sexta-feira das 07h30min às 13h30min. (Horário Local). Mais informações, através do telefone (69) 3516-2020/2021 pelo e-mail **pregaopma@hotmail.com**

Ariquemes(RO), 05 de outubro de 2026.

DAIANE VIEIRA PACÍFICO
Pregoeira

Publicado por:
Daiane Vieira Pacifico
Código Identificador:4FB349D7

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90.051/2026 PROCESSO Nº 17464/2026/SEMA

O Secretário Municipal de Meio Ambiente, no exercício de suas atribuições legais, delegada pelo Decreto Municipal n.° 18.106/2021, e com base na IN n.° 16/2022, resolve ADJUDICAR e HOMOLOGAR a Dispensa de Licitação n.° 90.051/2026, referente ao Processo Administrativo nº 17464/2026, amparado pelo Art. 75, Inciso IV, Alínea "j" da Lei n°14.133/2021, com razões remissivas ao Relatório - SML 90051 de 01/10/2026 (ID 4328961) e Parecer 1085 de 02/10/2026 (ID 4332816), cujo objeto é: Dispensa de licitação nos termos da Lei Federal de Licitação e Contrato 14.133/21 para contratação de cooperativa de catadores tendo em vista a única cooperativa de catadores, com sede em Ariquemes/RO. Em favor da empresa: COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS DE ARIQUEMES E REGIAO - COCARE, CNPJ: 14.863.429/0001-17. Valor total homologado: R$ 1.853.583,36 (Hum Milhão, Oitocentos e cinquenta e tres mil, quinhentos e oitenta e tres reais e trinta e seis centavos).

Ariquemes/RO, 05 de Outubro de 2026.

VILMAR FERREIRA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

Publicado por:
Karina Louise da Silva Pape
Código Identificador:22C7ECDA

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA ELETRONICA Nº 007/2026/SLC PROCESSO N.º 3495/SEMAGRI/2025

O Município de Buritis-RO, através da sua comissão de contratação designada pelo Decreto Nº 16.629/2026, torna pública a realização da licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO (GLOBAL). Tendo como objeto: Contratação de empresa especializada na execução da construção do barracão na linha 07 P.A São Domingos, de valor estimado: R$ 245.055,61 (duzentos e quarenta e cinco mil e cinquenta e cinco reais e sessenta e um centavos). Início da sessão pública virtual será às 10h00min do dia 16/11/2026 (Horário de Brasília-DF), endereço www.licitanet.com.br (LICITANET). Obtenção gratuita do edital nos endereços eletrônicos: www.gov.br/pncp, www.licitanet.com.br, http://www.buritis.ro.gov.br ou diretamente na prefeitura no endereço: Rua São Lucas, nº 2476, setor 06. Telefone: (69) 9 9991-2637 no Horário: 07h30 às 13h30 ou por solicitação via e-mail cpl@buritis.ro.gov.br.

Buritis – RO, 05 de Outubro de 2026.

VERÔNICA DA SILVA APOLINÁRIO
Agente de Contratação

Publicado por:
Cleonice Ponciana Ferreira
Código Identificador:6AA72344

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2026/SLC PROCESSO N.º 1420-2026/SEMA

O Município de Buritis-RO, através da sua pregoeira designada pela Portaria 264/GAB/PMB/2025, torna pública a realização da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO (POR ITEM). Tendo como objeto: Contratação de Empresa especializada para Realização de Serviços de desinsetização, desratização, descupinização e manejo de espaços físicos (área interna e externa) de valor estimado: R$ 553.619,61 (quinhentos e cinquenta e três mil seiscentos e dezenove reais e sessenta e um centavos). Início

da sessão pública virtual será às 10h00min do dia 23/10/2026 (Horário de Brasília-DF), endereço www.licitanet.com.br (LICITANET). Obtenção gratuita do edital nos endereços eletrônicos: www.gov.br/pncp, www.licitanet.com.br, http://www.buritis.ro.gov.br ou diretamente na prefeitura no endereço: Rua São Lucas, nº 2476, setor 06. Telefone: (69) 9 9991-2637 no Horário: 07h30 às 13h30 ou por solicitação via e-mail cpl@buritis.ro.gov.br.

Buritis – RO, 05 de outubro de 2026.

VERÔNICA DA SILVA APOLINÁRIO
Pregoeira

Publicado por:
Thatiany Andrade Freitas
Código Identificador:54B420FE

GABINETE DO PREFEITO
DECISÃO

Processo: 1420/2026
Objeto: Contratação de Empresa especializada para Realização de Serviços de desinsetização, desratização, descupinização e manejo de espaços físicos (área interna e externa), para atender as necessidades das Secretarias pertencentes à Prefeitura Municipal de Buritis, por um período de 12 (doze) meses.
CONSIDERANDO o Despacho da Pregoeira, constante dos autos do Processo Administrativo nº 1420/2026, referente ao Pregão Eletrônico nº 61/2026, no qual foi relatada a ocorrência de inconsistência no cadastramento do intervalo mínimo entre lances;
CONSIDERANDO que, no momento do cadastramento da licitação na plataforma eletrônica, foi estabelecido o intervalo mínimo de **R$ 500,00 (quinhentos reais) entre os lances**;
CONSIDERANDO que, durante a sessão pública, ao serem analisados os valores unitários dos itens licitados, verificou-se que o intervalo mínimo previamente cadastrado era incompatível com os valores dos objetos, dificultando e inviabilizando a oferta regular de lances pelos licitantes;
CONSIDERANDO que a manutenção da disputa nessas condições poderia comprometer a competitividade e a isonomia entre os participantes, bem como a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública;
CONSIDERANDO que, diante da inconsistência identificada, a Pregoeira encerrou a etapa de disputa de lances, evitando o prosseguimento do certame em condições inadequadas;
CONSIDERANDO que a falha identificada compromete o regular desenvolvimento da fase competitiva do certame, uma vez que o intervalo mínimo entre lances deve ser compatível com os valores dos itens licitados, de modo a possibilitar a efetiva participação dos interessados e a formulação de ofertas em condições adequadas;
CONSIDERANDO o disposto no art. 71, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, quanto à anulação da licitação quando constatada ilegalidade insanável, observadas as formalidades legais aplicáveis;
DECIDO:
ANULAR o **Pregão Eletrônico nº 61/2026**, referente ao Processo Administrativo nº 1420/2026, em razão da inconsistência identificada no intervalo mínimo entre lances, que comprometeu o regular desenvolvimento da fase competitiva do certame.
Após, adotem-se as providências necessárias para a correção do cadastramento da licitação, especialmente quanto ao intervalo mínimo entre lances, e posterior republicação do edital e realização de nova sessão pública, observadas as formalidades legais aplicáveis.

Buritis/RO, 02 de outubro de 2026.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tamara Abreu da Silva
Código Identificador:1788226C

GABINETE DO PREFEITO
D E C R E T O Nº 16.780, 02 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a rescisão de contrato da servidora VANESSA DE SOUZA SILVA e adota outras providências.

Prefeito do Município de Buritis, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, considerando o requerimento da servidora – ID 858181.

D E C R E T A

Artigo 1º. Rescindir a pedido, o contrato temporário da servidora **VANESSA DE SOUZA SILVA**, do cargo de **Agente de Apoio Educacional Inclusivo – 40 horas**.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **01 de outubro de 2026**.

Buritis-RO, 02 de outubro de 2026.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tamara Abreu da Silva
Código Identificador:31FFC83D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 16.781, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

Institui e nomeia os membros do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização do Município de Buritis/RO e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BURITIS, ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a adesão do Município de Buritis ao **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**, instituído pelo Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a política de alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino, assegurando o direito à alfabetização e à aprendizagem das crianças;
CONSIDERANDO a importância do regime de colaboração entre União, Estado e Município para o desenvolvimento de ações articuladas de gestão, formação, avaliação, acompanhamento e monitoramento da alfabetização;
CONSIDERANDO a necessidade de instituir uma instância municipal de governança, articulação, acompanhamento e monitoramento das ações relacionadas à alfabetização;
CONSIDERANDO as ações desenvolvidas no âmbito do **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização – RENALFA e do Programa de Alfabetização do Estado de Rondônia – Proalfa-RO**;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Buritis/RO, o **Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização**, como instância de governança, articulação, acompanhamento, monitoramento e apoio à implementação das políticas e ações de alfabetização na Rede Municipal de Ensino.
Art. 2º O Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização tem por finalidade fortalecer a implementação da política de alfabetização no Município de Buritis, promovendo a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, unidades escolares, profissionais da educação, Conselho Municipal de Educação e demais instituições parceiras.
Art. 3º Ficam nomeados para compor o **Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização de Buritis/RO**, os seguintes membros:
I – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED:
a) Secretário Municipal de Educação – Presidente:
Uender Leal Barboza;

b) Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Ivone Fátima Dias Ferraz;
c) Representante responsável pela Articulação Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada/RENALFA:
Marilei de Oliveira;
d) Representante da equipe de Formação Continuada:
Fermina Claudia Cardina;
e) Representante da equipe de Avaliação, Monitoramento e Acompanhamento Pedagógico:
Suelem Paula Colmam Lenz.
II – REPRESENTANTE DOS GESTORES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO:
a) Romilda Viana Terra.
III – REPRESENTANTE DOS SUPERVISORES/COORDENADORES PEDAGÓGICOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO:
a) Lucélia Rodrigues de Matos.
IV – REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO:
a) Adinalda Maria Parraleigo.
V – REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME:
a) Valdelice Rodrigues de Passos;
b) Joacir Pereira da Silva.
Art. 4º O Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização será presidido pelo **Secretário Municipal de Educação, Uender Leal Barboza**, a quem compete coordenar as reuniões, acompanhar o cumprimento das deliberações e representar o Comitê perante os órgãos e instituições parceiras.
Art. 5º Compete ao Comitê Estratégico Municipal:
I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – acompanhar as ações relacionadas ao **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**, à **RENALFA** e ao **Proalfa-RO** no âmbito municipal;
III – acompanhar e analisar os indicadores educacionais relacionados à alfabetização;
IV – monitorar os resultados das avaliações diagnósticas, formativas e externas;
V – propor estratégias para melhoria da aprendizagem dos estudantes;
VI – acompanhar as ações de recomposição das aprendizagens;
VII – contribuir para o planejamento e acompanhamento das ações de formação continuada de gestores, supervisores, coordenadores pedagógicos e professores;
VIII – acompanhar a execução dos planos de ação das unidades escolares relacionados à alfabetização;
IX – promover a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e as unidades escolares;
X – analisar evidências de aprendizagem e propor intervenções pedagógicas;
XI – apoiar a elaboração e implementação de documentos orientadores, planos de ação e instrumentos de acompanhamento;
XII – promover reuniões técnicas para análise de resultados, discussão de desafios e compartilhamento de boas práticas;
XIII – acompanhar a execução das ações previstas no Plano de Trabalho Anual da Articulação Municipal;
XIV – acompanhar as ações voltadas à garantia da equidade e da aprendizagem de todos os estudantes;
XV – propor estratégias de fortalecimento da gestão pedagógica e do acompanhamento da aprendizagem;
XVI – articular, quando necessário, ações com órgãos estaduais, federais e demais instituições parceiras;
XVII – elaborar relatórios, registros e documentos referentes às ações desenvolvidas pelo Comitê;
XVIII – exercer outras atribuições relacionadas à implementação e ao fortalecimento da política de alfabetização no Município.
Art. 6º O Comitê Estratégico Municipal poderá constituir grupos de trabalho, comissões ou equipes técnicas temporárias para tratar de temas específicos relacionados à alfabetização, avaliação, formação, gestão, recomposição das aprendizagens e acompanhamento pedagógico.
Art. 7º A participação dos membros do Comitê será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.
Art. 8º O Comitê reunir-se-á ordinariamente **a cada trimestre** e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação de seu Presidente ou da maioria de seus membros.
§ 1º As reuniões poderão ocorrer de forma presencial, híbrida ou por videoconferência.
§ 2º As reuniões serão registradas em ata, contendo a identificação dos participantes, os assuntos tratados, os encaminhamentos e as deliberações.
Art. 9º A Secretaria Municipal de Educação prestará o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Comitê.
Art. 10. O mandato dos membros do Comitê terá duração de **02 (dois) anos**, permitida a recondução por igual período, mediante novo ato do Poder Executivo Municipal.
Art. 11. Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação vigente e as orientações das políticas nacional e estadual de alfabetização.
Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Buritis/RO, 02 de outubro de 2026.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tamara Abreu da Silva
Código Identificador:8F24D5AD

GABINETE DO PREFEITO
D E C R E T O Nº. 16.782, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

Fica autorizado o servidor MARCELO VALENTIN ADAMI a ser condutor de veículos e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Buritis, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, conforme solicitação via ID: 859775.

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica autorizado o servidor **MARCELO VALENTIN ADAMI** devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n° 001.***.192-**, CNH- Cat. AD a ser condutor de veículos oficiais leves e pesados pertencentes a Prefeitura Municipal de Buritis, no exercício de suas funções institucionais, exclusivamente para fins de serviço público, conforme a legislação vigente e as normas internas de uso da frota oficial.

Artigo 2° - O servidor acima autorizado deverá cumprir na íntegra o Decreto 7144/GAB/PMB/2017 e demais responsabilidades elencadas nos artigos 3º e 4º deste.

Artigo 3º Ficam vedadas, nos casos em que o servidor utilizar o veículo oficial:
a) A cessão da direção do respectivo veículo a terceiros;
b) A utilização em atividades particulares ou diversas daquelas que motivarem a autorização;
c) A condução de pessoas e/ ou materiais estranhos à Administração Pública.
d) A utilização fora do horário de expediente/escala do servidor, salvo nos casos previamente autorizado e pormenorizados pelo Secretário da Pasta.

Artigo 4º - Fica sob responsabilidade do condutor
a) Verificar, antes da partida, se o veículo está em condições de trafegar em via pública, contendo os itens de segurança exigidos;
b) Preencher e assinar todo e qualquer formulário que eventualmente se mostre eficaz no dirimir de possíveis dúvidas sobre o trajeto, horário e finalidade da condução do veículo oficial, em especial o controle de tráfego, a ser instituído pela Secretaria.
c) Conduzir o veículo com zelo, atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito, observando as normas legais vigentes;
d) Comunicar imediatamente toda e qualquer ocorrência anormal de ordem mecânica, elétrica ou acidental, que porventura aconteça com o veículo oficial em uso, bem como fiscalizar os serviços de

manutenção/reparo a ser realizados pelo mecânico da prefeitura ou empresa contratada.
e) Assumir as multas decorrentes de infração de trânsito a que deu causa;

Artigo 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tamara Abreu da Silva
Código Identificador:F2EEDE6B

GABINETE DO PREFEITO
D E C R E T O Nº. 16.783, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

Fica autorizado o servidor RENE SANTOS DELMONDES a ser condutor de veículos e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Buritis, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, conforme solicitação via ID: 859781.

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica autorizado o servidor **RENE SANTOS DELMONDES** devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n° 389.***.522-**, CNH- Cat. AB a ser condutor de veículos oficiais leves pertencentes a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade, no exercício de suas funções institucionais, exclusivamente para fins de serviço público, conforme a legislação vigente e as normas internas de uso da frota oficial.

Artigo 2° - O servidor acima autorizado deverá cumprir na íntegra o Decreto 7144/GAB/PMB/2017 e demais responsabilidades elencadas nos artigos 3º e 4º deste.

Artigo 3º Ficam vedadas, nos casos em que o servidor utilizar o veículo oficial:
a) A cessão da direção do respectivo veículo a terceiros;
b) A utilização em atividades particulares ou diversas daquelas que motivarem a autorização;
c) A condução de pessoas e/ ou materiais estranhos à Administração Pública.
d) A utilização fora do horário de expediente/escala do servidor, salvo nos casos previamente autorizado e pormenorizados pelo Secretário da Pasta.

Artigo 4º - Fica sob responsabilidade do condutor
a) Verificar, antes da partida, se o veículo está em condições de trafegar em via pública, contendo os itens de segurança exigidos;
b) Preencher e assinar todo e qualquer formulário que eventualmente se mostre eficaz no dirimir de possíveis dúvidas sobre o trajeto, horário e finalidade da condução do veículo oficial, em especial o controle de tráfego, a ser instituído pela Secretaria.
c) Conduzir o veículo com zelo, atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito, observando as normas legais vigentes;
d) Comunicar imediatamente toda e qualquer ocorrência anormal de ordem mecânica, elétrica ou acidental, que porventura aconteça com o veículo oficial em uso, bem como fiscalizar os serviços de manutenção/reparo a ser realizados pelo mecânico da prefeitura ou empresa contratada.
e) Assumir as multas decorrentes de infração de trânsito a que deu causa;

Artigo 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tamara Abreu da Silva
Código Identificador:2AA9676E

GABINETE DO PREFEITO
DESPACHO

Considerando o teor do **Memorando Circular nº 2/2026/CONTABILIDADE (ID 857958)**, de 1º de outubro de 2026, que solicita a verificação e regularização de saldos remanescentes de contratos vencidos registrados no sistema SCPI – Módulo Contas;
Considerando que o **Contrato nº 10/2025**, vinculado ao **Processo nº 163/25- processo filhote 1196/25**, encontra-se vencido e apresenta **saldo remanescente no valor de R$ 1.076,00 (mil e setenta e seis reais)**;
Solicito ao setor competente que proceda à anulação/liberação do referido saldo junto ao sistema SCPI – Módulo Contas, adotando as providências necessárias para a devida regularização do contrato no sistema.

Publicado por:
Tamara Abreu da Silva
Código Identificador:75224FEE

GABINETE DO PREFEITO
DESPACHO

Considerando o teor do **Memorando Circular nº 2/2026/CONTABILIDADE (ID 857958)**, de 1º de outubro de 2026, que solicita a verificação e regularização de saldos remanescentes de contratos vencidos registrados no sistema SCPI – Módulo Contas;
Considerando que o **Contrato nº 185/2025**, vinculado ao **Processo nº 1596/24- processo filhote 1178/25**, encontra-se vencido e apresenta **saldo remanescente no valor de R$ 853,00 (oitocentos e cinquenta e três reais)**;
Solicito ao setor competente que proceda à anulação/liberação do referido saldo junto ao sistema SCPI – Módulo Contas, adotando as providências necessárias para a devida regularização do contrato no sistema.

Publicado por:
Tamara Abreu da Silva
Código Identificador:D2D23C69

GABINETE DO PREFEITO
DESPACHO

Considerando o teor do **Memorando Circular nº 2/2026/CONTABILIDADE (ID 857958)**, de 1º de outubro de 2026, que solicita a verificação e regularização de saldos remanescentes de contratos vencidos registrados no sistema SCPI – Módulo Contas;
Considerando que o **Contrato nº 86 e 87/2025**, vinculado ao **Processo nº 440/24- (unidade gabinete do prefeito)**, encontra-se vencido e apresenta **saldo remanescente no valor de R$ 826,80 (oitocentos e vinte e seis reais e oitenta centavos)**;
Solicito ao setor competente que proceda à anulação/liberação do referido saldo junto ao sistema SCPI – Módulo Contas, adotando as providências necessárias para a devida regularização do contrato no sistema.

Publicado por:
Tamara Abreu da Silva
Código Identificador:01B68E97

GABINETE DO PREFEITO
DESPACHO

Processo: 547/2020.

Considerando o teor do **Memorando Circular nº 2/2026/CONTABILIDADE (ID 857958)**, de 1º de outubro de 2026, que solicita a verificação e regularização de saldos remanescentes de contratos vencidos registrados no sistema SCPI – Módulo Contas;
Considerando que o **Contrato nº 24/2020**, vinculado ao **Processo nº 547/2020**, encontra-se vencido e apresenta **saldo remanescente no valor de R$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais)**;

Solicito ao setor competente que proceda à anulação/liberação do referido saldo junto ao sistema SCPI – Módulo Contas, adotando as providências necessárias para a devida regularização do contrato no sistema.

Publicado por:
Tamara Abreu da Silva
Código Identificador:6FA3FBC2

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito do Município de Buritis, **Valtair Fritz dos Reis**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, baseados nos procedimentos licitatórios efetuados pela Superintendência de Licitação e Contratos e Parecer Jurídico, **homologa e adjudica** o resultado dos procedimentos administrativos realizados **através do Pregão Eletrônico nº: 57/2026/SLC**, Processo Administrativo n° **1753-2026/SEMOSP**, **objeto:** (Futura e eventual aquisição de equipamentos de proteção individual (epis).) de acordo com a Lei Federal n° 14.133/2021; na Lei Complementar nº 123/06, **em favor das empresas**:

HGM DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ : 37.053.176/0001-11 a proposta no valor de R$ 18.408,68 (dezoito mil quatrocentos e oito reais e sessenta e oito centavos).

SKY CLEAN COM. EQUIPAMENTOS LTDA - CNPJ: 55.442.589/0001-70 a proposta no valor de R$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais).

B3R4 COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA - CNPJ: 59.718.856/0001-40 a proposta no valor de R$ 1.200,30 (mil e duzentos reais e trinta centavos).

BARAOSEG LTDA - CNPJ : 53.763.552/0001-18 a proposta no valor de R$ 2.676,00 (dois mil seiscentos e setenta e seis reais).

Buritis, 02 de Outubro de 2026.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito

Publicado por:
Tamara Abreu da Silva
Código Identificador:53ADF028

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
30º CONVOCAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO

EDITAL Nº 001/VOLUNTÁRIO/SEMECE/2025

O Secretário Municipal de Educação, Sr. Uender Leal Barboza, no uso de suas atribuições legais, considerando os termos do Processo Administrativo nº 430/2025 em tramitação perante a Prefeitura Municipal, com base nos dispositivos das Leis Municipal nº 1867, de 12 de junho de 2023 e nº 2121, de 15 de janeiro de 2025, que "Institui o Serviço Voluntário no âmbito da Administração Pública do Município de Buritis", que torna público a realização de Processo de Seleção de voluntários, para atuarem na Prefeitura Municipal de Buritis/RO - Secretaria Municipal de Educação, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados para assinatura do Termo de Adesão e início da Prestação do serviço voluntário para apresentação nos dias **06 e 07 de outubro de 2026** das 07h30min. ás 13h30min, na Rua Rio Crespo, Setor 06, Departamento de Recursos Humanos SEMED, (Ao lado da Prefeitura Municipal de Buritis/RO).

FUNÇÃO: AUXÍLIO NA LIMPEZA PREDIAL DO ESPAÇO ESCOLAR – ZONA URBANA - SEMECE

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
52	OLINDA GOMES ANDRADE	***.904.352-**	65	10º
151	CLEIDE LIMA DE MOURA	***.834.132-**	65	11º

Buritis/RO, 05 de outubro de 2026.

UENDER LEAL BARBOZA
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Teresinha Dos Santos
Código Identificador:8A90293B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 41/2026-SEMED/BTI.

Dispõe sobre a regulamentação da jornada e da carga horária de trabalho dos servidores públicos municipais pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Buritis-RO e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Educação *Uender Leal Barboza*, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pela legislação vigente,

- **Considerando** a Constituição Federal de 1988, art. 206, V e art. 212-A, XII, que trata da valorização dos profissionais da educação, especialmente, plano de carreira e piso salarial do magistério;
- **Considerando** a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, Lei nº 9394 de 1996, art. 67, no o inciso V estabelece o período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- **Considerando** o art. 2º, §4º, da Lei Federal nº 11.738/2008, o máximo de 2/3 da jornada em interação com alunos;
- **Considerando** o art. 2º, §4º, da Lei Federal nº 11.738/2008, que pelo menos o mínimo de 1/3 da jornada fica para atividades extraclasse, como planejamento, estudos e avaliação;
- **Considerando** a Lei Municipal nº 601/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira da Educação para os servidores do Sistema de Ensino de Buritis, e estabelece regras relativas aos cargos, jornada e regime de trabalho;
- **Considerando** a Lei Municipal nº 659 de 21 de maio de 2012, que alterou a Lei nº 601/2011 para cumprimento da jornada dos profissionais do magistério, inclusive a distribuição da carga horária, determinada pela Lei Federal nº 11.738/2008;
- **Considerando a** Lei Municipal nº 942/2015, que aprova o Plano Municipal de Educação para o período de 2015 a 2024 e dá outras providências;
- **Considerando** Lei Municipal nº 1.713/2022, que trata da Tipologia das Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino, do Município de Buritis-RO, determina expressamente que a lotação dos profissionais do magistério deve observar a carga horária prevista na Lei Municipal nº 659/2012, que alterou a Lei nº 601/2011;
- **Considerando** a Lei Ordinária nº 1.856, de 17 de maio de 2023, que dispõe sobre o processo de escolha de Gestores e Gestores Auxiliares das Escolas Públicas da rede municipal dá outras providências;
- **Considerando** a Lei ordinária nº 1.873, de 27 de junho de 2023, que dispõe sobre o quantitativo, atribuições e carga horária dos cargos das Leis municipais (alteração: 601/2011),
(alteração: 602/2011) e (alteração: 603/2011), no art.4º, III, dispõe sobre os cargos criados
para a Secretaria Municipal de Educação - SEMED;
- **Considerando** a Lei Ordinária nº 1966, de 19 de dezembro de 2023, autoriza o Executivo Municipal, a realização de concurso público e dá outras providências e dispõe do anexo - I, quadro geral de vagas;
- **Considerando** a Lei Ordinária nº 2161/2025, que altera a Lei Complementar nº 601/2011 acrescentando o artigo 18-A, no Plano de Cargos e Carreira da Educação e regulamenta a carga horária dos professores que dispõe de contratos de 60h;
- **Considerando** o Decreto nº 16.607 de 20 de julho de 2026, que dispõe sobre a regulamentação da jornada e da carga horária de trabalho dos servidores públicos municipais, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Buritis, e dá outras providências;
- **Considerando** o Memorando Circular nº 27/2026, que trata da Integração do sistema de ponto eletrônico ao sistema de folha de pagamento, de 15 de setembro de 2026.

RESOLVE:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria regulamenta a jornada e a carga horária de trabalho dos servidores públicos municipais pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Buritis-RO e dá outras providências.

Art. 2º As disposições desta Portaria aplicam-se aos servidores efetivos, aos ocupantes de cargos em comissão e de funções gratificadas, aos contratados por tempo determinado e aos demais servidores públicos integrantes do quadro da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, observadas as disposições legais específicas aplicáveis a cada cargo, função ou vínculo.

Art. 3º Aos servidores públicos municipais cuja jornada de trabalho seja disciplinada por legislação específica, especialmente aos profissionais do magistério público municipal e às demais categorias submetidas a regime jurídico próprio, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições desta Portaria, desde que não sejam incompatíveis com as normas específicas aplicáveis.

Art. 4º A jornada de trabalho dos servidores municipais será cumprida em uma das modalidades previstas nesta Portaria, observadas as especificidades de cada cargo, função, atividade e regime de trabalho, bem como as disposições da legislação específica aplicável.
I - Jornada padrão de 8 (oito) horas diárias, cumprida em 2 (dois) turnos de 4 (quatro) horas cada, com intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação, com duração
mínima de 1 (uma) hora e máxima de 2 (duas) horas.
II - Jornada de 6 (seis) horas diárias contínuas, sem intervalo intrajornada, para as atividades que, em razão de sua natureza, exijam atendimento contínuo e ininterrupto.
III - Regime de plantão, nas modalidades de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso (12x36) e de 24 (vinte e quatro) horas de trabalho por 72 (setenta e duas) horas de descanso (24x72), destinado às atividades essenciais que exijam funcionamento ininterrupto, observada a legislação aplicável.
IV- Os servidores públicos submetidos à jornada de trabalho de 6 (seis) horas diárias contínuas fazem jus, obrigatoriamente, à concessão de um intervalo de 15 (quinze) minutos destinado à alimentação e ao repouso, com fulcro no art. 71, §1º da Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Parágrafo único. O período de intervalo de que trata o inciso IV do art. 4º será computado na duração da jornada de trabalho e não poderá ser acumulado, fracionado ou utilizado para fins de compensação de horários, atrasos ou saídas antecipadas.

CAPÍTULO II
DA JORNADA DE TRABALHO PADRÃO DE 08 (OITO) HORAS DIÁRIAS

Art. 5º A jornada padrão de trabalho dos servidores municipais é de 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais, cumpridas, em regra, em 2 (dois) turnos de 4 (quatro) horas cada, separados por intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação.

Art. 6º O intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação não será computado como tempo de serviço efetivo e não poderá ser inferior a 1 (uma) hora nem superior a 2 (duas) horas.

CAPÍTULO III
DA JORNADA DE TRABALHO PADRÃO DE 06 (SEIS) HORAS DIÁRIAS

Art. 7º As atividades que, em razão de sua natureza, não comportem interrupção para intervalo intrajornada ou exijam atendimento contínuo ao público cumprirão jornada de 6 (seis) horas diárias contínuas, sem intervalo para repouso e alimentação.

Art. 8º Quando, por necessidade do serviço público, o servidor submetido à jornada de 6 (seis) horas diárias contínuas for convocado para uma segunda jornada de trabalho no mesmo dia, deverá ser observado o disposto no art. 5º, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 16.607, de 20 de julho de 2026.

Art. 9º A jornada de trabalho dos servidores pertencentes ao quadro de professores, da equipe pedagógica, de gestores escolares e de gestores auxiliares das escolas rurais (polos), em razão de suas especificidades locais, bem como das condições climáticas e econômicas da região, será cumprida em regime de 6 (seis) horas diárias contínuas, sem intervalo para repouso e alimentação observando-se o horário de funcionamento da unidade escolar.

CAPÍTULO IV
DA JORNADA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Art. 10 A jornada de trabalho dos profissionais do Magistério Público Municipal deverá ser cumprida em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, e demais legislação vigente.

Art. 11 Os servidores de que trata o caput deste artigo são os seguintes:
I - Professor Pedagogo, com jornada de trabalho de 60 (sessenta) horas semanais, terá sua lotação definida nos termos da Lei Ordinária nº 2.161, de 26 de março de 2025, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008.
II - Professor Pedagogo, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, fará jus à observância do limite de 2/3 (dois terços) da jornada de trabalho destinada às atividades de interação com os educandos, devendo cumprir 26 (vinte e seis) horas semanais no exercício da docência.

§ 1º O 1/3 (um terço) restante da jornada de trabalho será destinado às atividades extraclasse, sendo distribuído da seguinte forma:
a) 4 (quatro) horas semanais destinadas à formação continuada; e
b) 10 (dez) horas semanais destinadas às atividades de planejamento, avaliação e
demais atividades pedagógicas, sem interação direta com os educandos, nos termos do § 4º do art. 2º da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

III - Professor Pedagogo, com jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, fará jus à observância do limite de 2/3 (dois terços) da jornada de trabalho destinada às atividades de interação com os educandos, devendo cumprir 20 (vinte) horas semanais no exercício da docência.

§ 1º O 1/3 (um terço) restante da jornada de trabalho será destinado às atividades extraclasse, sendo distribuído da seguinte forma:
a) 2 (duas) horas semanais destinadas à formação continuada; e
b) 8 (oito) horas semanais destinadas às atividades de planejamento, avaliação e demais atividades pedagógicas, sem interação direta com os educandos, nos termos do § 4º do art. 2º da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

IV - Professor Pedagogo, com jornada de trabalho de 25 (vinte e cinco) horas semanais, fará jus à observância do limite de 2/3 (dois terços) da jornada de trabalho destinada às atividades de interação com os educandos, devendo cumprir jornada correspondente a 16h40min (dezesseis horas e quarenta minutos) semanais no exercício da docência.

§ 1º O 1/3 (um terço) restante da jornada de trabalho será destinado às atividades extraclasse, sendo distribuído da seguinte forma:
a) 2 (duas) horas semanais destinadas à formação continuada; e
b) 6h20min (seis horas e vinte minutos) semanais destinadas às atividades de planejamento, avaliação e demais atividades pedagógicas, sem interação direta com os educandos, nos termos do § 4º do art. 2º da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

V - Professor Pedagogo, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, fará jus à observância do limite de 2/3 (dois terços) da jornada de trabalho destinada às atividades de interação com os educandos, devendo cumprir jornada correspondente a 13 (treze) horas semanais no exercício da docência.

§ 1º O 1/3 (um terço) restante da jornada de trabalho será destinado às atividades extraclasse, sendo distribuído da seguinte forma:
a) 2 (duas) horas semanais destinadas à formação continuada; e
b) 5 (cinco) horas semanais destinadas às atividades de planejamento, avaliação e demais atividades pedagógicas, sem interação direta com os educandos, nos termos do § 4º do art. 2º da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

VI - Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE), com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, fará jus à observância do limite de 2/3 (dois terços) da jornada de trabalho destinada às atividades de interação com os educandos, devendo cumprir 26 (vinte e seis) horas semanais no exercício da docência.

§ 1º O 1/3 (um terço) restante da jornada de trabalho será destinado às atividades extraclasse, sendo distribuído da seguinte forma:
a) 4 (quatro) horas semanais destinadas à formação continuada; e
b) 10 (dez) horas semanais destinadas às atividades de planejamento, avaliação e demais atividades pedagógicas, sem interação direta com os educandos, nos termos do § 4º do art. 2º da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

VII - Professor Intérprete de Libras, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, fará jus à observância do limite de 2/3 (dois terços) da jornada de trabalho destinada às atividades de interação com os educandos, devendo cumprir 26 (vinte e seis) horas semanais no exercício da docência.

§ 1º O 1/3 (um terço) restante da jornada de trabalho será destinado às atividades extraclasse, sendo distribuído da seguinte forma:
a) 4 (quatro) horas semanais destinadas à formação continuada; e
b) 10 (dez) horas semanais destinadas às atividades de planejamento, avaliação e demais atividades pedagógicas, sem interação direta com os educandos, nos termos do § 4º do art. 2º da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

VIII - O professor com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, observada a proporção de 2/3 (dois terços) da jornada destinada às atividades de interação com os educandos, deverá cumprir 13 (treze) horas semanais no exercício da docência.

§ 1º O professor que contar com 20 (vinte) anos de efetivo exercício da docência e que tenha obtido redução de 1/3 (um terço) da carga horária, como medida destinada à melhoria de sua saúde física e mental, sem prejuízo da remuneração, cumprirá sua jornada de trabalho da seguinte forma:
a) 9 (nove) horas semanais destinadas ao exercício da docência em sala de aula;
b) 2 (duas) horas semanais destinadas à formação continuada; e
c) 2h20min (duas horas e vinte minutos) semanais destinadas às atividades de planejamento.

§ 2º A redução da carga horária de que trata o inciso VIII do art. 11 desta Portaria, observará o disposto na Meta 18, Estratégia 18.14, da Lei Municipal nº 942, de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação (PME).

IX - O professor com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, observada a proporção de 2/3 (dois terços) da jornada destinada às atividades de interação com os educandos, deverá cumprir 26 (vinte e seis) horas semanais no exercício da docência.

§ 1º O professor que contar com 20 (vinte) anos de efetivo exercício da docência e que tenha obtido redução de 1/3 (um terço) da carga horária, como medida destinada à melhoria de sua saúde física e mental, sem prejuízo da remuneração, cumprirá sua jornada de trabalho da seguinte forma:
a) 18 (dezoito) horas semanais destinadas ao exercício da docência em sala de aula;
b) 2 (duas) horas semanais destinadas à formação continuada; e
c) 6 (seis) horas semanais destinadas às atividades de planejamento.

§ 2º A redução da carga horária de que trata o inciso **IX** artigo do art. 11 desta Portaria, observará o disposto na Meta 18, Estratégia 18.14, da Lei Municipal nº 942, de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação (PME).

§ 3º A formação continuada dos professores deverá, obrigatoriamente, ser realizada na unidade escolar de lotação. Quando houver convocação pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a formação deverá ser realizada no Centro Tecnológico de Formação Inicial e Continuada do Magistério Público Municipal de Buritis - CETEFIC.

CAPÍTULO V
DA JORNADA DE TRABALHO DO SUPORTE PEDAGÓGICO NAS UNIDADES ESCOLARES

Art. 12 A carga horária dos profissionais que atuam no suporte pedagógico nas unidades escolares deverá ser cumprida em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 1.412/2019 e nas demais legislações vigentes.

Art. 13 Os servidores de que trata o caput deste artigo são os seguintes:
I - Orientador Educacional, 40 horas semanais;
II - Supervisor Educacional, 40 horas semanais.

§ 1º Os servidores ocupantes dos cargos de Orientador Educacional e Supervisor Educacional farão jus a 4 (quatro) horas semanais destinadas à formação continuada, conforme estabelecido no art. 34, da Lei Municipal nº 1.412/2019.

CAPÍTULO VI
DA JORNADA DE TRABALHO DO GESTOR ESCOLAR E GESTOR AUXILIAR

Art. 14 Os servidores ocupantes das funções de Gestor Escolar e de Gestor Auxiliar cumprirão suas respectivas jornadas de trabalho em conformidade com a legislação que dispõe sobre o processo de escolha de Gestores e Gestores Auxiliares das Escolas Públicas da Rede Municipal de Ensino, bem como com as demais legislações vigentes.

CAPÍTULO VII
DA JORNADA DE TRABALHO DO SERVIÇO DE APOIO AS ATIVIDADES ESCOLARES

Art. 15 Os servidores com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais que exerçam atividades cuja natureza permita a interrupção para intervalo intrajornada cumprirão jornada padrão de 8 (oito) horas diárias, distribuída, em regra, em 2 (dois) turnos de 4 (quatro) horas cada, separados por intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação.

Art. 16 Os servidores de que trata o caput deste artigo são os seguintes:
I - Agente de Apoio Educacional Inclusivo;
II - Auxiliar de Sala;
III - Agente Administrativo;
IV- Professor de Informática.

§ 1ºA jornada de trabalho dos motoristas de ônibus escolares e dos monitores de transporte escolar será cumprida de acordo com a necessidade de atendimento das unidades escolares, observada a carga horária estabelecida para os respectivos cargos e a legislação vigente.

Art. 17 As atividades de apoio escolar que, em razão de sua natureza, não comportem
interrupção para intervalo intrajornada terão jornada de 06 (seis) horas diárias corridas, sem intervalo para descanso e alimentação.

Art. 18 Os servidores de que trata o caput deste artigo são os seguintes:
I - Agente de Serviços Gerais.
II - Cozinheira Merendeira.
III - Inspetor de Pátio.
IV - Zelador.

CAPÍTULO VIII
MODALIDADE E INTERVALO DO REGIME DE PLANTÃO

Art. 19 O regime de escala de plantão dos vigias das escolas rurais e das demais dependências da Secretaria Municipal de Educação - SEMED deverá obedecer às seguintes modalidades, de acordo com as necessidades existentes, assim especificado:
I - 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso (12x36).
II - 24 (vinte e quatro) horas de trabalho por 72 (setenta e duas) horas de descanso (24x72).
III - 72 (setenta e duas) horas de descanso (24x72), destinado às atividades essenciais que exijam funcionamento ininterrupto, observada a legislação aplicável.

§ 1º Oregime de escala de plantão dos vigias, conforme estabelecido no art.18 desta Portaria, deverá ser organizado pela escola e acompanhado pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED, sendo aplicado de acordo com a necessidade do órgão.

CAPÍTULO IX
DA EQUIPE TÉCNICA MULTIPROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO

Art. 20 Integram a Equipe Técnica Multiprofissional da Educação os seguintes profissionais:
I - Assistente Social da Educação.
II - Psicólogo Escolar.
III - Psicopedagogo.
IV - Nutricionista.

Art. 21 A jornada de trabalho da Equipe Técnica Multiprofissional será de 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais, cumprida, em regra, em 2 (dois) turnos de 4 (quatro) horas cada, separados por intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação.

§ 1ºA jornada de trabalho do Assistente Social da Educação será cumprida em regime de 30 (trinta) horas semanais, nos termos da legislação específica aplicável.

§ 2ºA jornada de trabalho dos Nutricionistas que, em razão de sua natureza, não **comporte** interrupção para intervalo intrajornada **terá** jornada de 06 (seis) horas diárias continuas, sem intervalo para descanso e alimentação.

§ 3º A formação continuada da Equipe Técnica Multiprofissional da Educação, deverá obrigatoriamente, ser cumprida no local de trabalho. Quando houver convocação pela SEMED, a formação deverá ocorrer no Centro Tecnológico de Formação Inicial e Continuada do Magistério Público Municipal de Buritis - CETEFIC.

§ 4º A formação continuada da Equipe Técnica Multiprofissional da Educação, de que trata o art. 20 desta Portaria, deverá compreender atividades relacionadas ao planejamento das ações, à avaliação do trabalho realizado, à participação em cursos de aperfeiçoamento e às demais atividades de formação e desenvolvimento profissional e outras atividades correlatas à função.

CAPÍTULO X
DA JORNADA DE TRABALHO DOS CARGOS COMISSIONADOS, FUNÇÕES GRATIFICADAS E COORDENAÇÕES DA SEMED

Art. 22 As atividades da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, que em razão de sua natureza, não comportem interrupção para intervalo intrajornada terão jornada de 6 (seis) horas diárias corridas, sem intervalo para descanso e alimentação.

Art. 23 Os servidores ocupantes de cargos em comissão, funções gratificadas e de coordenação da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, deverão cumprir as disposições previstas na legislação aplicável aos serviços por eles prestados.

CAPÍTULO XI
DO CUMPRIMENTO DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 24 A jornada de trabalho de que trata esta Portaria deverá ser registrada por meio de sistema de ponto eletrônico disponibilizado nas unidades escolares e nos Departamentos da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, sendo obrigatório o cumprimento integral da jornada estabelecida.

Art. 25O servidor que deixar de cumprir integralmente a jornada de trabalho e a carga horária estabelecidas nesta Portaria, sem justificativa prévia ou posterior devidamente fundamentada e formalmente aceita pela autoridade competente, terá o período não cumprido registrado como falta, sem prejuízo do respectivo desconto remuneratório, quando cabível, e da aplicação das demais medidas administrativas e disciplinares previstas na legislação vigente.

§ 1º Serão igualmente considerados para fins de apuração da jornada não cumprida os atrasos, as saídas antecipadas, as ausências durante o expediente e a falta de registro de frequência, salvo quando devidamente justificados e comprovados na forma da legislação aplicável.

§ 2ºA justificativa apresentada pelo servidor não implicará, por si só, o abono da falta ou do período não cumprido, ficando sua aceitação condicionada à análise e à aprovação da autoridade competente.

§ 3ºO descumprimento reiterado da jornada de trabalho poderá ensejar a adoção das medidas administrativas e disciplinares cabíveis, observados o contraditório, a ampla defesa e as demais garantias previstas na legislação vigente.

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 Os casos omissos e as situações excepcionais não previstas nesta Portaria serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED, em conjunto com a Procuradoria Jurídica do Município, à luz da legislação vigente e dos princípios que regem a Administração Pública.

Art. 27 As disposições desta Portaria deverão ser interpretadas em consonância com a legislação federal, estadual e municipal aplicável, prevalecendo as normas específicas que disciplinem a jornada e a carga horária de determinado cargo ou função.

Art. 28A Secretaria Municipal de Educação - SEMED poderá expedir orientações, instruções e demais atos necessários ao cumprimento e à execução desta Portaria.

Art. 29 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Buritis-RO, 05 de outubro de 2026.

UENDER LEAL BARBOZA
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Teresinha Dos Santos
Código Identificador:6D7238C4

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE CACAULANDIA
ATO DE AUTORIZAÇÃO DA INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIBILIDADE nº 14/2026
Processo administrativo nº 82/2026

Considerando os elementos contidos no presente processo de inexigibilidade de licitação, que foi devidamente justificado nos

disposto no art. 74, inciso III, alínea "f", parágrafo 3º da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, bem como respaldado na documentação constante no referido processo; Considerando que a empresa possui habilitação e qualificação mínima exigida; Considerando o parecer jurídico atesta a conformidade do presente processo.
No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, **AUTORIZO A INEXIGIBILIDADE Nº 10/2026**, nos termos descritos abaixo:

Objeto: Contratação do curso: Convênios e Transparências Governamentais, Eleição da Mesa Diretora e Decisão do STF.
Empresa: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE CAMARAS MUNICIPAIS (ABRACAM)
CNPJ: 03.047.782/0001-02
Valor total: R$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais)

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao ato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Cacaulândia/RO, 05 de Outubro de 2026.

DORAILDES DA SILVA OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Jurandir Bruno Mazo Rodrigues
Código Identificador:B9055B34

CÂMARA MUNICIPAL DE CACAULANDIA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 PROCESSO Nº 77/2026

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA.
VENCEDORES: PMX COMERCIO E SERVICO LTDA - 43.279.146/0001-20 - no valor de desconto 18,75% (dezoito vírgula setenta e cinco por cento), Valor total estimado de consumo R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais/insumos de construção civil, elétricos e ferramentas, constantes na tabela SINAPI (Rondônia), para atender a Câmara Municipal de Cacaulândia/RO.
PRAZO DE VALIDADE: 12 (doze) meses a partir da publicação no PNCP.

Cacaulândia/RO, 05 de outubro de 2026.

DORAILDES DA SILVA OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Regina do Carmos Santos Gomes
Código Identificador:9CA642D0

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULANDIA
DECRETO Nº 7.287/GP/2026, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

Institui o Comitê Gestor Municipal da Política de Alfabetização de Cacaulândia e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o direito à educação previsto na Constituição Federal;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a política municipal de alfabetização, por meio de ações articuladas e contínuas voltadas à melhoria da aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO a importância do acompanhamento sistemático dos resultados de alfabetização e aprendizagem, da formação continuada dos profissionais da educação, da avaliação e do monitoramento das ações desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir uma instância de articulação, acompanhamento, monitoramento e deliberação das ações relacionadas à Política Municipal de Alfabetização, resolve editar o presente,

DECRETO:

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação - SEMED de Cacaulândia, o **COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO**, como instância colegiada permanente de articulação, acompanhamento, monitoramento, avaliação e deliberação sobre as ações destinadas ao fortalecimento da alfabetização e da aprendizagem na Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º. O Comitê Gestor Municipal da Política de Alfabetização tem por objetivo acompanhar os resultados educacionais da Rede Municipal de Ensino e propor, deliberar e acompanhar estratégias e ações destinadas à melhoria da aprendizagem e à alfabetização dos estudantes, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 3º. São atribuições do Comitê Gestor:

I - Acompanhar a implementação e o desenvolvimento das ações da Política Municipal de Alfabetização;

II - Acompanhar os trabalhos desenvolvidos pela equipe responsável pela coordenação das ações de alfabetização;

III - Analisar periodicamente os resultados do processo de alfabetização e de aprendizagem das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;

IV - Analisar indicadores de aprendizagem, alfabetização, frequência, rendimento e demais dados educacionais pertinentes;

V - Acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas para a Política Municipal de Alfabetização e, quando necessário, propor medidas para seu alcance;

VI - Identificar desafios, dificuldades e necessidades apresentados pelas unidades escolares e pela Secretaria Municipal de Educação;

VII - Propor ações de intervenção pedagógica, administrativa e de gestão com base nos resultados e evidências identificados;

VIII - Deliberar, no âmbito de suas competências, sobre estratégias e encaminhamentos necessários ao alcance das metas de alfabetização, respeitadas as competências legais da Secretaria Municipal de Educação e dos demais órgãos e instâncias educacionais;

IX - Promover a articulação entre os diferentes setores da Secretaria Municipal de Educação e as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;

X - Acompanhar as ações de formação continuada destinadas aos profissionais envolvidos com a alfabetização e a recomposição da aprendizagem;

XI - Acompanhar as ações de avaliação e monitoramento da aprendizagem;

XII - Comparar os resultados educacionais com períodos anteriores e com as metas estabelecidas, de modo a subsidiar decisões e intervenções;

XIII - Promover o diálogo, a escuta e a integração entre os profissionais envolvidos na Política Municipal de Alfabetização;

XIV - Registrar as deliberações, os encaminhamentos e as responsabilidades definidas nas reuniões;

XV - Acompanhar o cumprimento dos encaminhamentos definidos pelo Comitê;

XVI - Propor o aperfeiçoamento das ações, estratégias e mecanismos de acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 4º. O Comitê Gestor Municipal da Política de Alfabetização será constituído por membros permanentes, representantes dos seguintes segmentos:

I - Secretário(a) Municipal de Educação, que o presidirá;

II - Coordenador(a) Municipal do Programa de Alfabetização;

III - Formador(a) de Alfabetização;

IV - Formador(a) de Recomposição da Aprendizagem;

V - Agente de Monitoramento do Programa de Alfabetização;

VI - Diretor(a) de Ensino da Secretaria Municipal de Educação;

VII - 01 (um) Diretor(a) de unidade escolar da Rede Municipal de Ensino Fundamental;

VIII - 01 (um) Supervisor(a) de unidade escolar da Rede Municipal de Ensino Fundamental;

IX - 01 (um) representante dos Professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental;

X - 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal;

XI - 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação - CME;

XII - 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal;

XIII - 01 (um) representante da Associação de Pais e Professores - APP ou do Conselho Escolar de unidade da Rede Municipal de Ensino Fundamental.

§ 1º. A composição nominal do Comitê Gestor será formalizada por Portaria da Secretaria Municipal de Educação, no que couber, após a indicação dos representantes pelos respectivos órgãos, segmentos ou unidades escolares, conforme o caso, podendo ser atualizada sempre que houver substituição.

§ 2º. Poderão ser convidados a participar das reuniões, sempre que necessário, profissionais da educação, representantes das unidades escolares, especialistas e outros colaboradores que possam contribuir com informações e subsídios para a análise das matérias submetidas ao Comitê.

§ 3º. A participação de representantes de órgãos ou entidades externas dependerá de sua respectiva indicação ou anuência, conforme o caso.

§ 4º. A participação dos membros do Comitê Gestor Municipal da Política de Alfabetização será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 5º. São princípios de atuação do Comitê Gestor Municipal da Política de Alfabetização:

I - Gestão democrática;

II - Colaboração e corresponsabilidade;

III - Equidade e respeito à diversidade;

IV - Foco na aprendizagem e no desenvolvimento dos estudantes;

V - Utilização de evidências e indicadores educacionais;

VI - Transparência e responsabilidade na análise dos resultados;

VII - Diálogo permanente entre os diferentes atores da educação;

VIII - Planejamento e acompanhamento sistemático das ações;

IX - Compromisso com a alfabetização e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Art. 6º. O Comitê Gestor reunir-se-á, ordinariamente, a cada 2 (dois) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação do Presidente.

Parágrafo único. As reuniões poderão ocorrer de forma presencial ou por meio de plataformas digitais, conforme convocação do Presidente.

Art. 7º. As reuniões do Comitê Gestor deverão ser previamente organizadas, garantindo-se aos responsáveis pelas diferentes áreas espaço para apresentação de dados, resultados, dificuldades identificadas, ações realizadas, alternativas de solução e proposições de intervenção.

Parágrafo único. Os responsáveis pelas metas e ações deverão apresentar, sempre que solicitados, dados consolidados e comparativos que subsidiem as discussões e deliberações do Comitê.

Art. 8º. As decisões, deliberações e encaminhamentos do Comitê Gestor deverão ser registrados em ata, contendo, no mínimo:

I - Data e local da reunião;

II - Relação dos participantes;

III - Pauta;

IV - Dados e resultados apresentados;

V - Principais discussões realizadas;

VI - Decisões e encaminhamentos;

VII - Responsáveis pela execução das ações;

VIII - Prazos para cumprimento;

IX - Forma de acompanhamento dos encaminhamentos.

Art. 9º. Compete à Secretaria Municipal de Educação assegurar as condições necessárias para o funcionamento do Comitê Gestor, incluindo a disponibilização de informações, dados, documentos, indicadores e demais instrumentos necessários ao desenvolvimento de suas atribuições.

Art. 10. O Comitê Gestor deverá utilizar os resultados das avaliações e dos indicadores educacionais como instrumentos para subsidiar a tomada de decisões e a definição de estratégias de intervenção, considerando as necessidades identificadas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, das unidades escolares e dos estudantes.

Parágrafo único. Os dados utilizados pelo Comitê deverão ser, sempre que possível, apresentados de forma consolidada e, quando envolverem dados pessoais, tratados com observância do sigilo e da legislação aplicável à proteção de dados.

Art. 11. A atuação dos membros do Comitê Gestor será considerada de relevante interesse público e não será remunerada, ressalvadas as situações previstas em legislação específica.
Art. 12. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir atos complementares necessários à regulamentação, organização e funcionamento do Comitê Gestor Municipal da Política de Alfabetização.

Art. 13. As despesas decorrentes da execução deste Decreto, quando houver, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal.
Cacaulândia, em 01 de outubro de 2026.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisabeth Santuzzi Zuccolotto Leite
Código Identificador:61E3C129

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULANDIA
LEI COMPLEMENTAR N.º 003/GP/2026, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Altera a Lei Complementar nº 002, de 2024, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Altera o artigo 30 da Lei Complementar nº 002/GP/2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 30. A contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Cacaulândia incidirá sobre a parcela dos proventos de aposentadoria e das pensões por morte que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, observado o disposto no art. 149, § 1º, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A alíquota incidente sobre a base de cálculo prevista no caput será a mesma estabelecida para os servidores titulares de cargo efetivo vinculados ao RPPS.

Art. 2º. Em razão do resultado superavitário apurado na Avaliação Atuarial do exercício de 2026 e da demonstração de atendimento aos requisitos previstos no art. 65 da Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022, fica extinto o plano de custeio suplementar destinado ao equacionamento do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Cacaulândia.

Art. 3º. A extinção do plano de amortização e a alteração da base de incidência da contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas produzirão efeitos exclusivamente prospectivos, a partir da entrada em vigor desta Lei Complementar.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal.
Cacaulândia, em 30 de setembro de 2026.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisabeth Santuzzi Zuccolotto Leite
Código Identificador:DFFC9FDB

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULANDIA
LEI MUNICIPAL N.º 1.580/GP/2026. DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Altera as Leis Municipais nº 750, de 19 de maio de 2016, e nº 959, de 15 de julho de 2020, extingue o plano de custeio suplementar do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município de Cacaulândia, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1º. Altera o artigo 44 da Lei Municipal nº 750, de 19 de maio de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 44. .....

(...)

IV - Revogado.

(...)

§ 2º. Constituem também fontes de receita do IPC as contribuições previdenciárias previstas nos incisos I e V incidentes sobre o auxílio-doença, salário-maternidade e auxílio-reclusão.

§ 3º. Revogado.

§ 4º. Revogado.

Art. 2º. Altera o artigo 47 da Lei Municipal nº 750, de 19 de maio de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 47. .....

(...)

II - Caberá, do mesmo modo, aos setores mencionados no inciso l, recolher ao IPC ou a estabelecimentos de crédito indicado, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente, a importância arrecadada na forma do item anterior, juntamente com a contribuição prevista no inciso III, do art. 44, conforme o caso.

Art. 3º. Altera o artigo 48 da Lei Municipal nº 750, de 19 de maio de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 48. O não recolhimento das contribuições a que se referem os incisos I, II e III do art. 44 desta Lei, no prazo estabelecido no inciso II do artigo anterior, ensejará o pagamento de juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, não cumulativo.

Parágrafo único. O recolhimento das contribuições a que se referem os incisos I, II e III do art. 44 desta Lei, referente ao mês de dezembro, será recolhido aos cofres do IPC, obrigatoriamente na mesma competência.

Art. 4º. Altera o artigo 4º da Lei Municipal nº 959, de 15 de julho de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º. Revogado.

Art. 5º. Em razão do resultado superavitário apurado na Avaliação Atuarial do exercício de 2026 e da demonstração de atendimento aos requisitos previstos no art. 65 da Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022, fica extinto o plano de custeio suplementar destinado ao equacionamento do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Cacaulândia.

Art. 6º. A extinção do plano de amortização e a alteração da base de incidência da contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas produzirão efeitos exclusivamente prospectivos, a partir da entrada em vigor desta Lei Complementar.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal.
Cacaulândia, em 30 de setembro de 2026.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisabeth Santuzzi Zuccolotto Leite
Código Identificador:026E8855

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULANDIA
LEI MUNICIPAL N.º 1.581/GP/2026, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Autoriza o Executivo Municipal à abertura de Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação ao orçamento vigente e dá outras providências.

OPREFEITO MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou ele sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial por anulação de dotação ao orçamento vigente, no valor total de **R$ 234.833,30** (duzentos e trinta e quatro mil oitocentos e trinta e três reais e trinta centavos), de acordo com os artigos 41 e 43 da Lei Federal n.º 4.320/64, conforme os seguintes parâmetros:

I - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:
a) FUNÇÃO: 10 - SAÚDE;
b) SUB FUNÇÃO: 301 - ATENÇÃO BÁSICA;
c) PROGRAMA: 1002 - SAÚDE PARA TODOS;
d) PROJ. ATIVIDADE: 1176 - EMENDA 40920001;
e) AÇÃO: 0000 - EMENDA 40920001;
f) FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.301.1002.1176.0000 - EMENDA 40920001;
g) FONTE: 600;
h) ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.40.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO;
i) VALOR: R$ 234.833,30 (DUZENTOS E TRINTA E QUATRO MIL OITOCENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E TRINTA CENTAVOS).

Parágrafo único. A cobertura de dotação para o montante descrito no *caput* deste artigo será por anulação de dotação da seguinte programação:

I - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:
a) FICHA: 540;
b) VALOR: R$ 234.833,30 (DUZENTOS E TRINTA E QUATRO MIL OITOCENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E TRINTA CENTAVOS).

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Elemento de Despesa 3.3.90.93.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES para devolução de saldo remanescente do programa EMENDA 40920001, no momento da prestação de contas.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a inserir as alterações na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Plano Plurianual (PPA) vigentes.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal.
Cacaulândia, em 30 de setembro de 2026.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisabeth Santuzzi Zuccolotto Leite
Código Identificador:88FCCEA0

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULANDIA
LEI MUNICIPAL N.º 1.582/GP/2026, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Autoriza o Executivo Municipal à abertura de Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação ao orçamento vigente e dá outras providências.

OPREFEITO MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou ele sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial por anulação de dotação ao orçamento vigente, no valor total de **R$ 81.250,00** (oitenta e um mil duzentos e cinquenta reais), de acordo com os artigos 41 e 43 da Lei Federal n.º 4.320/64, conforme os seguintes parâmetros:

I - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS:
a) FUNÇÃO: 16 - HABITAÇÃO;
b) SUB FUNÇÃO: 482 - HABITAÇÃO URBANA;
c) PROGRAMA: 1004 - GESTÃO E CIDADANIA - ASSISTÊNCIA SOCIAL;
d) PROJ. ATIVIDADE: 1131 - TC 970917/2024 - CONSTRUÇÃO UNIDADES HABITACIONAIS;
e) AÇÃO: 0000 - TC 970917/2024 - CONSTRUÇÃO UNIDADES HABITACIONAIS;
f) FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 16.482.1004.1131.0000 - TC 970917/2024 - CONSTRUÇÃO UNIDADES HABITACIONAIS;
g) FONTE: 749;
h) ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA;
i) VALOR: R$ 81.250,00 (OITENTA E UM MIL DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).

Parágrafo único. A cobertura de dotação para o montante descrito no *caput* deste artigo será por anulação de dotação da seguinte programação:

I - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS:
a) FICHA: 429;
b) VALOR: R$ 81.250,00 (OITENTA E UM MIL DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Elemento de Despesa 3.3.90.93.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES para devolução de saldo remanescente do TC 970917/2024 - CONSTRUÇÃO UNIDADES HABITACIONAIS, no momento da prestação de contas.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a inserir as alterações na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Plano Plurianual (PPA) vigentes.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal.
Cacaulândia, em 30 de setembro de 2026.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisabeth Santuzzi Zuccolotto Leite
Código Identificador:4D085D25

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
AVISO DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2026 PROCESSO Nº 1-392/2026

AVISO DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2026 PROCESSO Nº 1-392/2026
A Prefeitura Municipal de Cacaulândia, através do Prefeito, torna público, para conhecimento de todos os interessados a adjudicação e a homologação do Pregão Eletrônico nº 40/2026 que tem por objeto: A**quisição de tubos corrugados em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), em barras de 6,00 (seis) metros de comprimento, nos diâmetros de 800 mm, 1.000 mm e 1.500 mm**, **destinados à implantação de dispositivos de drenagem pluvial em pontos críticos previamente identificados nas estradas vicinais do Município de Cacaulândia/RO,** em favor da empresa: CERRADO NEGOCIOS LTDA-CNPJ-22.030.914/0001-38, no valor de R$ 344.923,00 (trezentos e quarenta e quatro mil e novecentos e vinte e três reais)

Cacaulândia/RO, 05 de outubro de 2026

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Flavia Moreira Sindra
Código Identificador:F28F1951

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
AVISO DE RESULTADO DE IMPUGNAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026 – PROCESSO Nº 1-418/2026

AVISO DE RESULTADO DE IMPUGNAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 41/2026 – Processo nº 1-418/2026
O Município de Cacaulândia/RO torna público que acolheu parcialmente a impugnação apresentada por BEMAQ AGRÍCOLA LTDA – EPP, para revisão técnica da exigência de afiador com pedra retangular no item 01. A sessão do certame permanece suspensa. A decisão integral será disponibilizada na Licitanet. Nova data será divulgada oportunamente, se cabível.

Cacaulândia/RO, 5 de outubro de 2026.

ADRIE APARECIDA BIAZATTI DANIELETTO
Pregoeira

Publicado por:
Flavia Moreira Sindra
Código Identificador:BB331C1F

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
DECRETO Nº7291

DECRETO Nº 7291/GP/2026 de 02 de outubro de 2026

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO AO ORÇAMENTO VIGENTE E OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 34, inciso I, Lei Orgânica Municipal e Lei 1581/GP/2026 de 30 de setembro 2026.

D E C R E T A

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$ 234.833,30 distribuídos as seguintes dotações:

Local: 020801 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Ficha: 691 - 10.301.1002.1176.0000 SAÚDE PARA TODOS.....R$ 234.833,30
3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:
Anulação:
Local: 020801 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Ficha: 540 - 10.301.1002.1176.0000 SAÚDE PARA TODOS.....R$ -234.833,30
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Madeira de Souza Rodrigues
Código Identificador:92EAF667

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
DECRETO Nº7292

DECRETO Nº 7292/GP/2026 de 02 de outubro de 2026

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO AO ORÇAMENTO VIGENTE E OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 34, inciso I, Lei Orgânica Municipal e Lei 1582/GP/2026 de 30 de setembro 2026.

D E C R E T A

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$ 81.250,00 distribuídos as seguintes dotações:

Local: 020400 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS
Ficha: 692 - 16.482.1004.1131.0000 GESTÃO E CIDADANIA - ASSISTÊNCIA SOCIAL.
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.....R$ 81.250,00

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:
Anulação:
Local: 020400 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS
Ficha: 429 - 16.482.1004.1131.0000 GESTÃO E CIDADANIA - ASSISTÊNCIA SOCIAL
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES.....
.....R$ -81.250,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Madeira de Souza Rodrigues
Código Identificador:EFDB4F8E

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
DECRETO Nº7293

DECRETO Nº 7293/GP/2026 de 05 de outubro de 2026

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 34, inciso I, Lei Orgânica Municipal e Lei 1.477/GP/2026 de 10 de fevereiro de 2026.

D E C R E T A

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$ 2.500,00 distribuídos as seguintes dotações:

Local: 021100 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO
Ficha: 693 - 27.812.1011.2178.0000 ESPORTE E CULTURA EM MOVIMENTO.....R$ 2.500,00
3.3.50.43.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:
Anulação:
Local: 020700 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Ficha: 298 - 99.999.9999.9998.0000 RESERVA DE CONTIGÊNCIA.....R$ -2.500,00
9.9.99.99.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA /RESERVA DO RPPS

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Madeira de Souza Rodrigues
Código Identificador:4C6470AF

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
DECRETO Nº7294

DECRETO Nº 7294/GP/2026 de 05 de outubro de 2026

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 34, inciso I, Lei Orgânica Municipal e Lei 1.477/GP/2026 de 10 de fevereiro de 2026.

D E C R E T A

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$ 2.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Local: 021100 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO
Ficha: 694 - 27.812.1011.2178.0000 ESPORTE E CULTURA EM MOVIMENTO.....R$ 2.000,00
3.3.50.43.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:
Anulação:
Local: 020700 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Ficha: 298 - 99.999.9999.9998.0000 RESERVA DE CONTIGÊNCIA.....R$ -2.000,00
9.9.99.99.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA /RESERVA DO RPPS

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Madeira de Souza Rodrigues
Código Identificador:A2D432D3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
DECRETO Nº7295

DECRETO Nº 7295/GP/2026 de 05 de outubro de 2026

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 34, inciso I, Lei Orgânica Municipal e Lei 1.477/GP/2026 de 10 de fevereiro de 2026.

D E C R E T A

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$ 1.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Local: 021100 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO
Ficha: 695 - 27.812.1011.2178.0000 ESPORTE E CULTURA EM MOVIMENTO.....R$ 1.000,00
3.3.50.43.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:
Anulação:
Local: 020700 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Ficha: 298 - 99.999.9999.9998.0000 RESERVA DE CONTIGÊNCIA.....R$ -1.000,00
9.9.99.99.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA /RESERVA DO RPPS

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Madeira de Souza Rodrigues
Código Identificador:73DAE5C7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
DECRETO Nº7296

DECRETO Nº 7296/GP/2026 de 05 de outubro de 2026

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 34, inciso I, Lei Orgânica Municipal e Lei 1.477/GP/2026 de 10 de fevereiro de 2026.

D E C R E T A

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$ 2.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Local: 021100 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO
Ficha: 696 - 27.812.1011.2178.0000 ESPORTE E CULTURA EM MOVIMENTO.....R$ 2.000,00
3.3.50.43.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:
Anulação:
Local: 020700 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Ficha: 298 - 99.999.9999.9998.0000 RESERVA DE CONTIGÊNCIA.....R$ -2.000,00
9.9.99.99.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA /RESERVA DO RPPS

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Madeira de Souza Rodrigues
Código Identificador:3E5374BD

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 32/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 35/2026 PROCESSO Nº. 1-260/2026

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE CACAULÂNDIA.
VENCEDORES: I C DOS SANTOS LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS E DECORAÇÕES PARA FESTAS-CNPJ-44.918.018/0001-42, no valor de R$ 149.500,00 (cento e quarenta e nove mil e quinhentos reais).
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de brinquedos recreativos, incluindo montagem, desmontagem, transporte, manutenção e monitoria, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo e da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social do Município de Cacaulândia/RO, por um período de 12 (doze) meses.
PRAZO DE VALIDADE:12 (doze) meses a partir da publicação no PNCP.

Cacaulândia, 05 de outubro de 2026.

PAULO AURELIO SOUZA DOS SANTOS
Diretor de Atas Registros de Preços e Contratos

Publicado por:
Paulo Aurelio Souza Dos Santos
Código Identificador:1A25D650

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 33/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16-36/2023
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 33/2023
TERCEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CACAULÂNDIA/RO, representado pelo Prefeito Municipal, **DANIEL MARCELINO DA SILVA**.
CONTRATADA: LUCIANO NERES RODRIGUES, inscrita no CNPJ nº **26.238.290/0001-08**, representada por **LUCIANO NERES RODRIGUES**, CPF nº 003.XXX.XXX-63.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 33/2023, mantidas as demais cláusulas e condições originalmente pactuadas.
DA PRORROGAÇÃO: Fica prorrogada a vigência contratual pelo período de **12 (doze) meses**, compreendido entre **05 de outubro de 2026 e 05 de outubro de 2027**.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Cláusula Décima Quarta do Contrato Administrativo nº 33/2023 e **art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993**, observadas as demais disposições legais aplicáveis.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Ficha: 143
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Dotação: 12 361 1003 1004 0000 – FNDE – Salário Educação.
JUSTIFICATIVA: A prorrogação fundamenta-se no interesse público, na necessidade de continuidade dos serviços contratados e nos critérios de conveniência e oportunidade devidamente justificados nos autos do Processo Administrativo nº 16-36/2023, permanecendo mantidos os preços e as demais condições não alteradas pelo Termo Aditivo.
DATA DA ASSINATURA: 05 de outubro de 2026.

Cacaulândia/RO, 05 de outubro de 2026.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Paulo Aurelio Souza Dos Santos
Código Identificador:94AAC6D5

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026 – PROCESSO Nº 1-418/2026

Pregão Eletrônico nº 41/2026 – Processo nº 1-418/2026
O Município de Cacaulândia/RO torna público que acolheu parcialmente a impugnação apresentada por AGROMOTORES MÁQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA, determinando a revisão técnica das especificações da colhedora de forragem do item 01. A sessão do certame permanece suspensa. A decisão integral será disponibilizada na Licitanet. Nova data será divulgada oportunamente, se cabível.

Cacaulândia/RO, 5 de outubro de 2026.

ADRIE APARECIDA BIAZATTI DANIELETTO
Pregoeira

Publicado por:
Flavia Moreira Sindra
Código Identificador:C35D971E

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 008/2026
PROCESSO Nº 127/2026

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
BASE LEGAL: regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pelas normas técnicas, ambientais, de acessibilidade e de segurança e saúde

no trabalho aplicáveis ao objeto. Os casos omissos serão resolvidos segundo essa legislação e, supletivamente, pelos princípios gerais dos contratos e pelas disposições de direito privado.

CONTRATANTE: **CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDONIA -RO**

CONTRATADA(O): D. C. BRAZ LTDA
CNPJ 20.602.045/0001-43

OBJETO: **CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇAO DA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇAO DA SEDE DA CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDONIA/RO, COMPREENDENDO A SUBSTITUIÇAO COMPLETA DA COBERTURA DO PREDIO LEGISLATIVO, CORREÇAO DAS INFILTRAÇOES E FALHAS CONSTRUTIVAS EXISTENTES E CONSTRUÇAO DE 08 (OITO) NOVOS GABINETES EM ALVENARIA DESTINADOS AOS VEREADORES, INCLUINDO TODAS AS INSTALAÇOES, ACABAMENTOS, MATERIAIS, MAO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES NECESSARIOS A COMPLETA EXECUÇAO DO OBJETO.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Órgão: 01 PODER LEGISLATIVO
Unidade: 01001 SECRETARIA GERAL DA CAMARA MUNICIPAL
ELEMENTO: 4.4.90.51.00- **OBRAS E INSTALAÇÕES**

VALOR TOTAL: **R$ 1.184.999,00** (um milhão, cento e oitenta e quatro mil e novecentos e noventa e nove reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar do dia 05 de outubro de 2026, podendo ser prorrogado nos termos da lei federal 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 05 de outubro de 2026.

THIAGO ONOFRE
Presidente

Publicado por:
Adriana Bolgenhagen
Código Identificador:9A6D54EE

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00127/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2026
EMPENHO Nº 270/2026

A CAMARA MUNICIPAL DE NOVO DE RONDONIA, CNPJ nº 63.762.967/0001-20, com sede a Avenida Tancredo Neves, 2070, setor 2, neste Município de Campo Novo de Rondônia, neste ato representada pelo Excelentíssimo, Senhor THIAGO ONOFRE, determina que a partir da data da assinatura desta Ordem de Serviço sejam realizados os serviços descritos abaixo:

OBJETO: **CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇAO DA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇAO DA SEDE DA CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDONIA/RO, COMPREENDENDO A SUBSTITUIÇAO COMPLETA DA COBERTURA DO PREDIO LEGISLATIVO, CORREÇAO DAS INFILTRAÇOES E FALHAS CONSTRUTIVAS EXISTENTES E CONSTRUÇAO DE 08 (OITO) NOVOS GABINETES EM ALVENARIA DESTINADOS AOS VEREADORES, INCLUINDO TODAS AS INSTALAÇOES, ACABAMENTOS, MATERIAIS, MAO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES NECESSARIOS A COMPLETA EXECUÇAO DO OBJETO**

CONTRATADO: D. C. BRAZ LTDA, CNPJ/MF Nº 20.602.045/0001-43, sediada, Avenida Tancredo Neves, nº 2429, Quadra 011, Lote 158, Setor 01, CEP: 76887-000, Campo Novo de Rondônia - RO

VALOR DO OBJETO: R$ 1.184.999,00 (um milhão, cento e oitenta e quatro mil e novecentos e noventa e nove reais).

SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO CONTRATUAL: Fernanda Oliveira Silva.

DO PRAZO:
A presente contratação terá o prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura, abrangendo execução, medições, pagamentos, correções e recebimentos, condicionada a produção de efeitos à publicidade legalmente exigida.
O prazo de execução integral será de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contado da data fixada na Ordem de Serviço. Serão observadas as etapas dos cronogramas aprovados, que contemplam 120 (cento e vinte) dias para a reforma e 180 (cento e oitenta) dias para a ampliação contados da data da última assinatura eletrônica, podendo ser prorrogado conforme a Lei 14.133 de 01/04/2021. A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços em até **05 (cinco) dias úteis** após o recebimento da Ordem de Serviço.

Campo Novo de Rondônia/RO, 05 de outubro de 2026.

THIAGO ONOFRE
Presidente da Câmara Mun. De Campo Novo de RO
(Contratante)

Ciente em:

D. C. BRAZ LTDA
CNPJ Nº 20.602.045/0001-43
(Contratada)

Publicado por:
Adriana Bolgenhagen
Código Identificador:6275CB02

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA PORTARIA 039/2026

PORTARIA N° 039/2026 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

Designa Fiscal de Contrato nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e dá outras providências.

THIAGO ONOFRE, presidente da Câmara Municipal de Campo Novo de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO as disposições do art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que determina a fiscalização da execução dos contratos por representantes da Administração Pública;
CONSIDERANDO a necessidade de acompanhar e fiscalizar a execução das obrigações contratuais para garantir a regularidade dos serviços e bens adquiridos por este Poder Legislativo;
RESOLVE:
Art. 1° Designar servidores para gestão e fiscalização do Contrato Administrativo nº 008/2026, decorrente do Processo Administrativo nº 127/2026 cujo objeto é "contratação de empresa especializada para execução da obra de reforma e ampliação da sede da Câmara Municipal de Campo Novo de Rondônia/RO, compreendendo a substituição completa da cobertura do prédio Legislativo, correção das infiltrações e falhas construtivas existentes e construção de 08 (oito) novos gabinetes em alvenaria destinados aos vereadores, incluindo todas as instalações, acabamentos, materiais, mão de obra, equipamentos e serviços complementares necessários a completa execução do objeto".

NOME	MATRICULA	FUNÇÃO	DESIGNAÇÃO
Fernanda Oliveira Silva	295-1	Diretora de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas	Fiscal do contrato

Thiago Onofre	234-2	Presidente	Gestor do contrato
Tissiane Viana de Oliveira de Souza	CREA 16160 D RO	Engenheira	Fiscal Técnico
Arthur Pires Maia	CREA 515360627 D BA	Engenheiro	Fiscal Técnico

Art. 2° Compete aos fiscais designados o exercício de todas as atribuições previstas na legislação vigente, em especial no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, devendo anotar em registro próprio as ocorrências relacionadas à execução contratual, atestar as notas fiscais e determinar o que for necessário para a regularização de falhas ou defeitos observados.
Art. 3° A execução das atividades decorrentes desta designação é considerada encargo inerente ao exercício do cargo público ocupado pelos servidores, não ensejando o recebimento de qualquer tipo de gratificação, remuneração adicional ou vantagem pecuniária de qualquer natureza.
Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de assinatura do respectivo instrumento contratual.

THIAGO ONOFRE
Presidente

Publicado por:
Adriana Bolgenhagen
Código Identificador:6BF21532

DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES
AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE
DISPENSA N° 028/2026

Conforme Artigo 72, Inciso VIII, da Lei 14.133/2021.

Processo nº: 01952/2026.

Interessado: Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.

Dispensa n°: 028/2026.

Assunto: Contratação de serviços especializados destinados à realização de exames laboratoriais Ecocardiograma Fetal e Teste de Tolerância à Glicose (TOTG) – 75 g", conforme TR, ETP, DFD, Decisões, Oficio MP nº 000953/2026 - 1ª PJ - BUR, Requisição Exames, destinado ao atendimento de saúde de menor abrigada, via Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, da Prefeitura de Campo Novo de Rondônia/RO.

Fundamento: Artigo 75º, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Contratada: MAIS SAUDE ZONA SUL SERVICOS MEDICOS LTDA**,** CNPJ 39.692.953/0001-01.

Valor Total: R$ 573,10 (quinhentos e setenta e três reais e 10 centavos).

Prazo de Entrega/Realização/Vigência: Considera-se prazo imeditado à solicitação formal as SEMAS, realização em até 48 (quarenta e oito) horas, nas dependências do estabelecimento contratado, que deverá dispor de estrutura, equipamentos, materiais, insumos e profissionais necessários à execução dos procedimentos, conforme item 18 do Termo de Referência (ID 646066).

Forma de Pagamento: O prazo de pagamento, decorrente da execução do objeto e será efetuado no prazo de **ATÉ 15 (quinze) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, de acordo que deverá seguir de apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o Art. 141, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme item 23 do Termo de Referência (ID 646066).

Orçamento: 020606.08.243.0039.2222.0000 – Benefícios eventuais, Natureza da Despesa: 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Natureza Jurídica: 0.1.500 001.002 Recursos Livres, Ficha: 088, conforme item 9 do Termo de Referência (ID 646066).

APROVO e AUTORIZO o processo de contratação direta, por Dispensa de Licitação, Termo de Referência e demais documentos constantes neste processo.

Campo Novo de Rondônia/RO, 05 de Outubro de 2026.

[Assinado Eletronicamente]
FABÍOLA ALVES MEDEIROS
Secretária SEMAS - Port. 43/2021.

Publicado por:
Loana de Assis Costa
Código Identificador:5E74B8CA

DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 146/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11-1503/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA/RO.

Contratada: BORGES & SILVA BORGES LTDA, CNPJ nº 08.466.578/0001-40.

Objeto: 1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 146/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 013/PMCNR-SUPEL/2025, mediante Sistema de Registro de Preços nº 043/2025/PMCNR e nº 044/2025/PMCNR, tendo por objeto a prorrogação da vigência contratual e o acréscimo de quantitativos de combustíveis.

Vigência: Prorrogação por **15 (quinze) dias**, de **09 de outubro de 2026 a 23 de outubro de 2026**.

Acréscimo: Acréscimo de quantitativos de **214,88 litros de Diesel S-10** e **375 litros de Diesel Comum**, correspondentes aos percentuais de 5% e 25%, respectivamente, sobre os quantitativos contratados.

Valor do Termo Aditivo: R$ 4.893,86 (quatro mil oitocentos e noventa e três reais e oitenta e seis centavos).

Data da assinatura: 05 de outubro de 2026.

Fundamentação: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis.

Campo Novo de Rondônia/RO, 05 de outubro de 2026.

ADRIANA SILVA DE SIQUEIRA
Contratante

Publicado por:
Amanda Inácio
Código Identificador:479F6F39

DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 154/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11-1925/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA/RO.

CONTRATADA: ALESSANDRO LAURIANO DA SILVA CORCINO, inscrita no CNPJ sob o nº 59.923.954/0001-19.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 012/2026, realizado pelo Sistema de Registro de Preços, conforme Ata de Registro de Preços nº 055/2026, decorrente do Processo Administrativo nº 11-1925/2026.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção de aparelhos de ar-condicionado, com fornecimento de peças e componentes, a serem realizados em diversos locais do Município de Campo Novo de Rondônia/RO, incluindo a sede das Secretarias Municipais e os distritos, conforme as demandas

das unidades, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, seus anexos e demais documentos que integram o processo de contratação.
ITENS CONTRATADOS: Os serviços, peças e componentes objeto da contratação correspondem aos itens previstos na tabela constante do item 1.2 do Contrato Administrativo nº 154/2026.

VALOR TOTAL: R$ 121.381,53 (cento e vinte e um mil, trezentos e oitenta e um reais e cinquenta e três centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no instrumento contratual, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
I – Ação Programática: 020505.10.122.0010.2012.0000 – Manutenção da Atenção Primária em Saúde – APS
Unidade: 020505 – Fundo Municipal de Saúde
Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 535
Fonte de Recurso: 0.2.600 004.144 – Manutenção Ar Condicionados.
II – Ação Programática: 020505.10.122.0010.2012.0000 – Manutenção da Atenção Primária em Saúde – APS
Unidade: 020505 – Fundo Municipal de Saúde
Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 776
Fonte de Recurso: 0.1.600 004.162 – Manut. Ar Condicionado – Cristiane Lopes.
III – Ação Programática: 020505.10.301.0011.2105.0000 – Manutenção da Atenção Primária em Saúde – APS
Unidade: 020505 – Fundo Municipal de Saúde
Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Ficha: 460
Fonte de Recurso: 0.1.600 004.016 – Outros Recursos Fundo a Fundo – SUS.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis.

DATA DA ASSINATURA: 05 de outubro de 2026.

Campo Novo de Rondônia/RO, 05 de outubro de 2026.

Município de Campo Novo de Rondônia/RO
EDIMARA DA SILVA
Contratante

Publicado por:
Amanda Inácio
Código Identificador:00318326

DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 155/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11-1925/2026.

Contratante: Município de Campo Novo de Rondônia/RO, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.

Contratada: ZERO GRAU REFRIGERAÇÃO LTDA, CNPJ nº 20.674.139/0001-28.

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 12/PMCNR-SUPEL/2026, via Sistema de Registro de Preços, Ata de Registro de Preços nº 056/2026.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para realização de manutenção de aparelhos de ar-condicionado, com fornecimento de peças e componentes, com prestação de serviços a serem realizados em diversos locais do município, sede das secretarias e distritos, de acordo com as demandas das unidades, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Valor Total do Contrato: R$ 15.035,08 (quinze mil e trinta e cinco reais e oito centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Data de Assinatura: 05 de outubro de 2026.

Dotação Orçamentária:
Unidade: 020505 – Fundo Municipal de Saúde
Ação Programática: 020505.10.122.0010.2012.0000 – Manutenção da Atenção Primária em Saúde – APS
Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 535
Fonte de Recurso: 0.2.600 004.144 – Manutenção Ar Condicionados.
Unidade: 020505 – Fundo Municipal de Saúde
Ação Programática: 020505.10.122.0010.2012.0000 – Manutenção da Atenção Primária em Saúde – APS
Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 776
Fonte de Recurso: 0.1.600 004.162 – Manut. Ar Condicionado – Cristiane Lopes.
Unidade: 020505 – Fundo Municipal de Saúde
Ação Programática: 020505.10.301.0011.2105.0000 – Manutenção da Atenção Primária em Saúde – APS
Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Ficha: 460
Fonte de Recurso: 0.1.600 004.016 – Outros Recursos Fundo a Fundo – SUS.

Campo Novo de Rondônia/RO, 05 de outubro de 2026.

Município de Campo Novo de Rondônia
EDIMARA DA SILVA
Contratante

Publicado por:
Amanda Inácio
Código Identificador:09C9A0C1

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 844 DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

Nomeiaservidores para atuarem como comissão de recebimento do processo n° 11-1802/2026 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, Processo Eletrônico n° 11-1802/2026.

RESOLVE:
Art. 1º Nomear servidores abaixo relacionados paraatuarem na comissão de recebimento do processo n° 11-1802/2026, referente à aquisição de Combustíveis dos tipos Gasolina Comum, Diesel-S10 e Diesel Comum e ARLA, com abastecimento direto em bomba Da Secretaria Municipal De Obras e Serviços Públicos.

Comissão de Recebimento;

NOME	Matricula	Função/cargo
Cesar Rodrigo Da Silva	26866	Chefe De Operações De Máquinas
Gilson de Almeida Peçanha	26668	Gerente De Serviços De Estrada E Rodagens
Marcos Da Silva Sousa	25554	Diretor De Departamento
Wemerson Penas Fortunato	26943	Diretor De Departamento

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:AF205C1E

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 845, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

Concede Licença-prêmio por Assiduidade ao servidor JOSE NILTON DORNELOS e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, Processo Eletrônico n° 10-2287/2022;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença-prêmio por Assiduidade ao servidor **JOSE NILTON DORNELOS**, cargo Agente Comunitário de Saúde, lotado nesta Secretaria Municipal de Saúde, para gozo no período de **01/11/2026 a 30/01/2027,** referente ao período aquisitivo de **01/06/2012 à 31/05/2017.**

Art. 2º EstaPortaria entra em vigor a partir desua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito em Exercício

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:53C86A3B

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 846, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede Licença-prêmio por Assiduidade ao servidor JOSE ALVES DE SOUZA e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, Processo Eletrônico n° 10-2347/2022;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença-prêmio por Assiduidade ao servidor **JOSE ALVES DE SOUZA**, cargo Agente Comunitário de Saúde, lotado nesta Secretaria Municipal de Saúde, para gozo no período de **02/10/2026 a 31/12/2026,** referente ao período aquisitivo de 06/06/2007 á 05/06/2012**.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:63443DBE

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 847, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede auxílio-doença ao servidor SAMUEL LOPES DE BRITO e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, Processo Eletrônico n° 10-2610/2022.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 180 (Cento e oitenta) dias de auxílio-doença em favor do servidor **SAMUEL LOPES DE BRITO**, matricula 24237, pertencente à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a partir de 25/09/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a partir de 25/09/2026**.**

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:E322E3DB

DEPTO DE RECURSOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO PESSOAL
EDITAL CONVOCAÇÃO 057

A Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia RO, através daSecretaria Municipal de Educação – SEMED. Edital nº. 001/2025-SEMED de 06 de janeiro de 2025, com homologação do Resultado Final em 21 de fevereiro de 2025. Os candidatos aprovados serão convocados de forma imediata de acordo com o número de vagas ofertadas no presente Processo Seletivo, através de Edital de convocação e publicação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal e Mural da Câmara Municipal de Campo Novo de Rondônia, no Diário dos Municípios no sítio eletrônicohttp://www.diariomunicipal.com.br/arom, e Portal da Prefeiturahttp://www.camponovo.ro.gov.br, para assinatura de Contrato de Trabalho, devendoseapresentarna Secretaria Municipal de Educação no Município de Campo Novo de Rondônia, no prazomáximo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do Edital de Convocação e fazer entrega dosseguintesdocumentos: a) Atestado de sanidade física e mental; b) Uma fotografia 3x4 recente e colorida; c) Cópia do RG, frente e verso; d) Cópia do CPF; e) Cópia do título eleitoral, frente e verso; f) Cópia da CTPS, frente e verso; g) Cópia da Certidão de Nascimento/Casamento; h) Cópia da Reservista, se do sexo masculino; i) Cópia daCarteira nacional de habilitação - CNHválidadacategoriaexigida (categoria Dou superior) e Curso Especializado para condutores de Veículos de Transporte Escolar conforme Lei 9503/1997; j) Cópia do Cartão PIS/PASEP; k) Cópia do Comprovante de escolaridade exigido para o cargo e histórico; l) Cópia do Comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral; m) Conta Bancária do Banco do Brasil nominal (conta corrente e/ou salário); n) Declaração de que, firmado o contrato, não estará acumulando mais de dois cargos ou empregos públicos, conforme vedação expressa no art. 37 XVI, c, da Constituição Federal, e que os dois juntos não excederão o que está previsto em Lei; o) Certidão negativa de débitos municipais e estaduais; p) Certidão negativa do Tribunal de Contas; q) Certidão negativa de antecedentes criminais, estadual e federal de 1º e 2º grau,www.tjro.jus.breportal.trf1.jus.br; r) Certidão negativa de ações civis e criminais Resolução 156/CNJ. s) Comprovante de residência; t) Caso tenha filho(s), Cópia do CPF, Certidão de nascimento, Cartão de vacina dos filhos até 03 (três) anos e Comprovante de matrícula escolar dos acima de 04 anos. u)Telefone para contato. **12.2**O candidato convocado para assinatura de Contrato de Trabalho que não comparecer dentro do prazo preestabelecido no**item nº 12.1**será tido como desistente, podendo, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, convocar o próximo candidato aprovado, obedecida rigorosamente à ordem de classificação para a devida substituição e contratação. **12.3.**Ao candidato convocado fica vedado qualquer tipo de transferência para outros órgãos das Administrações Públicas Municipais, Estaduais e Federais. **12.4.**Durante a vigência do contrato o candidato deverá apresentar certidão negativa de antecedentes criminais atualizadas a cada 90 (noventa) dias e deverá ser entregue na SEMEC.

NOME	CARGO	COL	LOTAÇÃO
Girlei Silva Macedo	Professor NV II Serie Inicial 40h	96º	E.M.E.I.F. Cassiano Ricardo
Milene Santos de Freitas	Professor NV II Serie Inicial 40h	97º	E.M.E.I.F. Cassiano Ricardo
Crislangela da Silva B. Filho	Nutricionista	10º	Sec. Educação/SEMED
Aguinel Gonçalves F. Junior	ASE/ Vigia	09º	E.E.I.F. 7 de Setembro

Campo Novo de Rondônia - RO, 05 de outubro de 2026.

ALEXANDRE JOSE SILVESTRE DIAS
Prefeito.

Publicado por:
Maria Guedes Martins
Código Identificador:518759C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO ADITIVO Nº. 24/2026 AO CONTRATO Nº. 56/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº. 10-2892/2024 TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2025 - SEMUSA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 56/2025, CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA E JULIETH SILVA PENHA, QUE TEM POR OBJETIVO A PRORROGAÇÃO CONTRATUAL ATÉ 09 DE OUTUBRO DE 2027.

O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, Devidamente Inscrito no Cadastro de Pessoa Jurídica CNPJ sob o n°. 63.762.033/0001-99, com sede na Avenida Tancredo Neves, n°. 2250, Setor 02, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **ALEXANDRE JOSE SILVESTRE DIAS**, Portador da Cédula de Identidade RG sob o nº. 59XXXX28/SSP/PR e Devidamente Inscrito no Cadastro de Pessoal Física CPF sob o n°. 928.XXX.XXX-72 e **JULIETH SILVA PENHA,** Portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º 64XXXX SSP/RO , inscrito(a) no CPF nº xxx.433.992-xx, residente e domiciliado(a) no município Ariquemes - RO, celebram o presente termo aditivo ao Contrato 56 de 08/10/2025 do teste seletivo simplificado 001/2025, conforme Processo Administrativo Eletrônico Nº. 10-2892/2024, que tem por objetivo a **PRORROGAÇÃO** de sua vigência, nos termos previstos na **CLAÚSULA NONA** do contrato 56/2025 **c.c. Art. 4º, parágrafo único da Lei 488/2009,** alterado pela Lei 525/2010**,** até **09/10/2027**, contados a partir desta data.

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato e, por estarem justos e avençados, assinam os representantes.

Campo Novo de Rondônia - RO, 01 de Outubro de 2026.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSE SILVESTRE DIAS
Contratante

[Documento Assinado Eletronicamente]
JULIETH SILVA PENHA
Contratado(a)

[Documento Assinado Eletronicamente]
EDIMARA DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Cauã Cardoso Lira
Código Identificador:370529A2

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI

GABINETE DO PREFEITO-GP
PORTARIA Nº 1478, 05 DE OUTUBRO DE 2026

DESIGNA FISCAL E GESTOR DOS CONTRATOS E INSTRUMENTOS EQUIVALENTES VINCULADOS AO GABINETE DO PREFEITO; ATRIBUI RESPONSABILIDADES PELO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DE BENS, MATERIAIS, SERVIÇOS E DEMAIS OBJETOS DESTINADOS AO GABINETE DO PREFEITO; ESTABELECE ATRIBUIÇÕES E PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL; E REVOGA A PORTARIA Nº 1.181, DE 28 DE JULHO DE 2026.

A **CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI,** Estado de Rondônia, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Ordinária Municipal nº 1.678, de 6 de janeiro de 2025, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO que o art. 7º, caput e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 determina a promoção da gestão por competências na designação dos agentes públicos responsáveis pelas funções essenciais à execução da Lei e a observância do princípio da segregação de funções;

CONSIDERANDO que o art. 117, caput e §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que a execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais especialmente designados, aos quais incumbe registrar as ocorrências da execução e comunicar tempestivamente as situações que demandem decisão ou providência superior;

CONSIDERANDO que o art. 117, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021 assegura ao fiscal do contrato auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração para dirimir dúvidas e subsidiar sua atuação com informações relevantes à prevenção de riscos na execução contratual;

CONSIDERANDO que o art. 140, inciso I, alíneas “a” e “b”, e inciso II, alíneas “a” e “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021 disciplina o recebimento provisório e definitivo de obras, serviços e compras, atribuindo o recebimento provisório ao responsável pelo acompanhamento e fiscalização e o recebimento definitivo a servidor ou comissão designada pela autoridade competente;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer, no âmbito do Gabinete do Prefeito, divisão clara e permanente entre as funções de fiscalização e gestão contratual, inclusive quanto às etapas de recebimento provisório e definitivo dos objetos contratados;

CONSIDERANDO o investimento institucional realizado pelo Município na qualificação especificamente direcionada dos servidores ANA LÍVIA MENDONÇA FREITAS e WILLIAM WALLACE SOUSA, no âmbito do Processo Administrativo nº 0003055.01.01-2026, mediante participação no “ELEVA CONTRATOS 2026 – Seminário de Alto Nível em Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos”, realizado presencialmente em Goiânia/GO, nos dias 15, 16 e 17 de setembro de 2026, com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas e conteúdo técnico diretamente relacionado à execução, gestão, fiscalização, alterações contratuais, sanções, glosas, recebimento do objeto e gerenciamento de riscos;

CONSIDERANDO que os autos do Processo Administrativo nº 0003055.01.01-2026 registram a efetiva participação dos referidos servidores na capacitação, inclusive por meio de prestações de contas, relatórios descritivos, registros fotográficos e documentação comprobatória da participação;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar continuidade administrativa, rastreabilidade dos atos, definição individual das responsabilidades e adequado acompanhamento dos contratos, fornecimentos, bens, materiais e serviços vinculados ao Gabinete do Prefeito;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados, no âmbito do Gabinete do Prefeito, para atuação nos contratos administrativos e instrumentos equivalentes vinculados à unidade:

I – FISCAL DE CONTRATOS: ANA LÍVIA MENDONÇA FREITAS, Assessora Governamental de Políticas Públicas, matrícula nº 17.029/1, a quem compete, adicionalmente, o RECEBIMENTO PROVISÓRIO dos objetos contratados;

II – GESTOR DE CONTRATOS: WILLIAM WALLACE SOUSA, Assessor de Assuntos Estratégicos, matrícula nº 17.018/1, a quem

compete, adicionalmente, o RECEBIMENTO DEFINITIVO dos objetos contratados.

§ 1º A designação estabelecida neste artigo alcança os contratos administrativos e instrumentos equivalentes vigentes e futuros vinculados ao Gabinete do Prefeito, enquanto permanecerem sob a responsabilidade administrativa, orçamentária ou operacional da unidade, observado o respectivo processo administrativo.

§ 2º Para os fins desta Portaria, a vinculação ao Gabinete do Prefeito deverá estar objetivamente demonstrada no respectivo processo administrativo, mediante identificação da unidade demandante, contratante, gestora, requisitante ou responsável pela execução da despesa, não alcançando contratos pertencentes a outros órgãos ou secretarias exclusivamente em razão de utilização eventual do respectivo objeto pelo Gabinete.

§ 3º Compreendem-se no alcance desta Portaria, quando vinculados ao Gabinete do Prefeito, os instrumentos substitutivos admitidos pelo art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive nota de empenho, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou instrumento equivalente, quando cabível.

§ 4º A Ata de Registro de Preços não será considerada automaticamente instrumento sob gestão do Gabinete do Prefeito, salvo quando houver atribuição formal da respectiva gestão à unidade, sem prejuízo da fiscalização dos contratos, notas de empenho, autorizações de fornecimento ou demais instrumentos dela decorrentes e efetivamente vinculados ao Gabinete.

§ 5º Quando a natureza, complexidade, especialização técnica ou risco do objeto assim exigir, poderá ser designado, mediante ato específico, fiscal técnico, fiscal setorial, comissão de recebimento ou apoio especializado complementar, sem prejuízo das atribuições estabelecidas nesta Portaria.,

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, considera-se:

I – gestão contratual: a coordenação administrativa do acompanhamento do contrato ou instrumento equivalente, compreendendo o controle de vigência, prazos, saldos, garantias, alterações, comunicações, riscos, providências administrativas e encerramento;

II – fiscalização contratual: o acompanhamento direto e sistemático da execução do objeto, mediante verificação da quantidade, qualidade, prazo, modo de execução, especificações, condições pactuadas e demais obrigações da contratada;

III – recebimento provisório: a verificação inicial do objeto realizada pelo Fiscal, com registro da efetiva execução, entrega ou fornecimento e das eventuais desconformidades constatadas;

IV – recebimento definitivo: o ato praticado pelo Gestor, na condição de servidor expressamente designado pela autoridade competente para essa finalidade, mediante análise das evidências da fiscalização e comprovação de atendimento às exigências contratuais, observado o art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 3º Compete ao Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais atribuições previstas no instrumento contratual:

I – manter controle atualizado dos contratos e instrumentos sob sua gestão, incluindo processo, contratado, objeto, vigência, valor, saldo, garantias, responsáveis e ocorrências relevantes;

II – assegurar ao Fiscal acesso ao contrato, Termo de Referência, proposta, empenho, ordens de fornecimento ou serviço e demais documentos necessários ao acompanhamento;

III – acompanhar os registros e relatórios elaborados pela fiscalização, sem substituir a avaliação material ou técnica própria do Fiscal;

IV – monitorar os prazos de vigência, garantias, saldos, empenhos, prorrogações, alterações, reajustes, repactuações, revisões e demais providências que possam repercutir na continuidade da contratação;

V – coordenar a reunião da documentação administrativa necessária à adequada instrução dos procedimentos relacionados à execução, sem exercer atribuições reservadas à Contabilidade, Tesouraria, ordenação de despesas ou controle interno;

VI – verificar a existência dos relatórios, atestes, termos de recebimento provisório e demais documentos necessários antes do encaminhamento do processo à fase subsequente;

VII – realizar e formalizar o recebimento definitivo dos bens, materiais, serviços e demais objetos, mediante termo detalhado, nos casos previstos no art. 140, inciso I, alínea “b”, e inciso II, alínea “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021;

VIII – acompanhar notificações, correções, regularizações e prazos concedidos à contratada;

IX – comunicar à autoridade competente os fatos que possam ensejar alteração contratual, apuração de responsabilidade, aplicação de sanção ou extinção contratual;

X – promover a adequada transição administrativa nos casos de substituição de gestor ou fiscal; e

XI – promover, quando do encerramento da contratação, o registro das informações relevantes, pendências e resultados da execução.

Art. 4º Compete à Fiscal de Contratos, sem prejuízo das atribuições definidas nos respectivos instrumentos:

I – conhecer previamente o contrato, Termo de Referência, proposta, empenho, ordens, cronogramas, especificações e critérios de medição e recebimento;

II – acompanhar a execução e a entrega dos objetos contratados, presencialmente ou por outros meios idôneos compatíveis com sua natureza;

III – verificar quantidade, qualidade, prazo, marca, modelo, especificações, condições de execução e demais requisitos previstos no instrumento;

IV – registrar em documento próprio as ocorrências relacionadas à execução e determinar, dentro de sua competência, as medidas necessárias à correção das faltas ou defeitos verificados, nos termos do art. 117, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

V – comunicar ao Gestor, em tempo hábil, as ocorrências que demandem decisão ou providência que ultrapasse sua competência, nos termos do art. 117, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

VI – emitir relatório, medição, manifestação ou documento equivalente que demonstre materialmente a execução do objeto;

VII – proceder ao recebimento provisório dos bens, materiais, serviços e demais objetos, observada a natureza da contratação e o disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021;

VIII – atestar nota fiscal ou documento equivalente somente após a comprovação da correspondente execução material, vedado o ateste antecipado ou desacompanhado das evidências necessárias;

IX – acompanhar a correção, substituição ou refazimento dos objetos recusados ou executados em desconformidade; e

X – comunicar imediatamente ao Gestor eventual impedimento, conflito de interesses, insuficiência de meios ou necessidade de auxílio técnico especializado.

Art. 5º O recebimento dos objetos contratados pelo Gabinete do Prefeito observará o art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, da seguinte forma:

I – em obras e serviços:

a) provisoriamente, pela Fiscal de Contratos, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, nos termos do art. 140, inciso I, alínea "a";

b) definitivamente, pelo Gestor de Contratos, na condição de servidor designado pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do art. 140, inciso I, alínea "b";

II – em compras, inclusive aquisição de bens e materiais destinados ao Gabinete do Prefeito:

a) provisoriamente, pela Fiscal de Contratos, de forma sumária, com posterior verificação da conformidade do material com as exigências contratuais, nos termos do art. 140, inciso II, alínea "a";

b) definitivamente, pelo Gestor de Contratos, na condição de servidor designado pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do art. 140, inciso II, alínea "b".

§ 1º O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as condições contratadas, conforme art. 140, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Os prazos e métodos para o recebimento provisório e definitivo serão aqueles estabelecidos no regulamento municipal ou no respectivo contrato, nos termos do art. 140, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 6º A atuação dos agentes designados deverá observar a segregação de funções, ficando vedada a acumulação, por um mesmo servidor e em relação ao mesmo objeto, das funções de Fiscal e Gestor previstas nesta Portaria.

§ 1º O recebimento provisório, o ateste material da execução e a fiscalização não se confundem com a liquidação contábil da despesa.

§ 2º O Fiscal e o Gestor não substituem o ordenador de despesas, a Contabilidade, a Tesouraria, a Procuradoria-Geral do Município, a Controladoria-Geral do Município ou as unidades técnicas responsáveis por manifestações especializadas.

Art. 7º Sem prévia autorização da autoridade competente e sem observância do devido procedimento administrativo, o Fiscal e o Gestor não poderão:

I – alterar objeto, quantidade, preço, prazo ou condição contratual;

II – autorizar execução ou fornecimento estranho ao instrumento;

III – aplicar penalidade ou assumir obrigação em nome do Município;

IV – ordenar despesa, efetuar liquidação contábil ou autorizar pagamento; ou

V – receber, atestar ou certificar objeto sem comprovação material suficiente de sua efetiva execução ou entrega.

Art. 8º A Fiscal será auxiliada pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração para dirimir dúvidas e subsidiar sua atuação com informações relevantes à prevenção de riscos na execução contratual, na forma do art. 117, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Quando o objeto exigir conhecimento especializado alheio às atribuições ou à capacidade técnica dos agentes designados, deverá ser solicitada manifestação da unidade competente ou apoio técnico especializado.

Art. 9º A designação prevista nesta Portaria pressupõe:

I – ciência formal dos agentes designados;

II – acesso aos processos, contratos, termos de referência, propostas, empenhos, sistemas administrativos, locais e demais meios necessários ao exercício das atribuições;

III – inexistência de impedimento ou conflito de interesses; e

IV – comunicação imediata à autoridade competente de qualquer impedimento, incompatibilidade, excesso de carga de trabalho ou insuficiência de meios que possa comprometer o adequado exercício da gestão ou fiscalização.

Art. 10. Compete aos Gestor e Fiscal de Contratos realizar cópia desta Portaria a ser juntada a todos os processos administrativos de contratação vigentes vinculados ao Gabinete do Prefeito, bem como aos processos que vierem a ser instaurados durante sua vigência, como forma de identificar expressamente os agentes responsáveis pelo respectivo acompanhamento, gestão, fiscalização e recebimento.

§ 1º Na juntada da Portaria ao processo fica registrada a ciência dos agentes designados, identificado em cada processo o contrato ou instrumento equivalente a que se refere a atuação.

§ 2º Os relatórios de fiscalização, termos de recebimento provisório e definitivo, comunicações, notificações e demais atos relacionados à execução deverão ser produzidos e juntados tempestivamente no sistema administrativo oficial.

Art. 11. Os agentes anteriormente responsáveis pela gestão, fiscalização ou recebimento deverão promover a transferência dos documentos, informações, prazos, pendências, ocorrências e providências em curso aos agentes ora designados, mediante registro formal nos respectivos processos administrativos.

Parágrafo único. A alteração de responsáveis não afasta nem transfere a responsabilidade pelos atos praticados durante o período em que cada agente esteve regularmente designado.

Art. 12. Fica expressamente revogada a Portaria nº 1.181, de 28 de julho de 2026, com efeitos a partir de 5 de outubro de 2026, preservada a validade dos atos regularmente praticados durante sua vigência e as responsabilidades correspondentes.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos administrativos a contar de 5 de outubro de 2026.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Candeias do Jamari – RO, 5 de outubro de 2026.

ANTONIA RODRIGUES DE MOURA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Publicado por:
Iara Viana de Oliveira Ferreira
Código Identificador:FC9D0993

GABINETE DO PREFEITO-GP
PORTARIA Nº 1482, 05 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONVERSÃO EM INDENIZAÇÃO PECUNIÁRIA DE SALDO DE FÉRIAS DO SERVIDOR DAVI ALMEIDA DA HORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI, ESTADO DE RONDÔNIA,** no uso das atribuições que lhe confere a

legislação vigente, especialmente o disposto no art. 70 da Lei Municipal nº 100, de 17 de dezembro de 1997,
CONSIDERANDO que o servidor **DAVI ALMEIDA DA HORA,** matrícula nº 13021/1, possui período aquisitivo de férias de 10/02/2025 a 09/02/2026, cujo período concessivo seria de 01/10/2026 a 30/10/2026;
CONSIDERANDO a necessidade do serviço público e a impossibilidade de usufruto das férias no período previsto;
CONSIDERANDO o interesse do servidor na conversão das férias não usufruídas em indenização pecuniária, observadas as disposições legais aplicáveis;

RESOLVE:

Art. 1º Fica reconhecido o direito do servidor **DAVI ALMEIDA DA HORA,** matrícula nº 13021/1, às férias referentes ao período aquisitivo de 10/02/2025 a 09/02/2026, cujo período concessivo seria de 01/10/2026 a 30/10/2026.

Art. 2º Fica autorizada a conversão em indenização pecuniária das férias não usufruídas, observadas as disposições legais aplicáveis.

Art. 3º O pagamento da indenização será processado pelo setor competente, mediante os procedimentos administrativos, contábeis e financeiros pertinentes.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LINDOMAR BARBOSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Iara Viana de Oliveira Ferreira
Código Identificador:04CB130C

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
PORTARIA Nº 1477, 05 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS DE SERVIDOR POR MOTIVO DE SUPERIOR INTERESSE PÚBLICO.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – SEMAGRIC**, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 70 da Lei Municipal nº 100, de 17 de dezembro de 1997, que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Civis do Município,

CONSIDERANDO que esta Administração Pública Municipal apresenta número insuficiente de servidores para, de maneira satisfatória, assegurar a continuidade dos serviços públicos desta Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento;

CONSIDERANDO o disposto no art. 70 da Lei Municipal nº 100, de 17 de dezembro de 1997, segundo o qual as férias somente poderão ser interrompidas por motivo de superior interesse público;

CONSIDERANDO a existência de trabalhos inadiáveis e a necessidade de manutenção da continuidade dos serviços desta Secretaria;

RESOLVE:

Art. 1º – INTERROMPER, por motivo de superior interesse público, as férias da servidora abaixo relacionada, determinando seu retorno às atividades funcionais junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAGRIC:

Cadastro	Servidora	Período Aquisitivo	Período Interrompido	Período de Gozo
13653	Fabiola de Sousa Santos Pereira	15/08/2025 a 15/08/2026	01/10/2026 a 30/10/2026	01/11/2026 a 15/11/2026

Art. 2º – As férias interrompidas deverão ser remarcadas, preferencialmente, para período não superior ao próximo período aquisitivo, observada a necessidade e a conveniência da Administração Pública.

Parágrafo único. Quando ocorrer o efetivo gozo do período remanescente das férias, a servidora receberá apenas a remuneração normal do mês, considerando que o adicional de 1/3 (um terço) da remuneração das férias, previsto no art. 67 da Lei Municipal nº 100/1997, já foi pago no mês de agosto do corrente ano.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

LEUDINÉIA BARROS RAMOS GONÇALVES
Secretária Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAGRIC

Publicado por:
Iara Viana de Oliveira Ferreira
Código Identificador:EFC9EED4

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
PORTARIA Nº 1476, 05 DE OUTUBRO DE 2026

"DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS DE SERVIDOR (A)."

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL,** no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 70 da Lei Municipal nº 100, de 17/12/1997,

Considerando que esta Administração Pública Municipal apresenta número insuficiente de servidores que possam de maneira satisfatória, manter a continuidade do serviço públicos desta Secretaria Municipal De Cultura – SEMUC;

Considerando ainda o disposto no art. 70 da Lei Municipal nº 100, de 17/12/1997, que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Civis deste município: "As férias só poderão ser interrompidas por motivo de superior interesse público";

RESOLVE:

Art. 1º – INTERROMPER as férias da servidora abaixo relacionada, para que permaneça desempenhando suas atividades na Secretaria Municipal da cultura SEMUC, por haver trabalhos inadiáveis e não termos, em nosso quadro de pessoal, servidores disponíveis para substituí-la.

Cadastro	Nome	Período Aquisitivo	Período Interrompido	Período de Gozo
4011	ADEGILSON AGUIAR DA SILVA	01/01/2025 a 02/09/2026	01/10/2026 a 31/10/2026	OUTUBRO/2027

Art. 2º – As férias interrompidas deverão ser preferencialmente remarcadas para data não superior ao próximo período aquisitivo.

Parágrafo único – Quando ocorrer o gozo das férias, o servidor receberá apenas a remuneração normal do mês, haja vista que o adicional de 1/3 (um terço) da remuneração das férias, previsto no art. 67 da Lei Municipal nº 100/97, foi pago no mês de Setembro do corrente ano.

Art. 3º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.com efeitos retroativa apartir de 01 de outubro de 2026

IVANILDE ARAÚJO LIMA
Secretaria Municipal de Cultura – SEMUC

Publicado por:
Iara Viana de Oliveira Ferreira
Código Identificador:86E98BF1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 1473, 05 DE OUTUBRO DE 2026

"DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA FISCAIS ADMINISTRATIVO E TÉCNICO DO CONTRATO Nº 90/2026/PGM/PMCJ"

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED**, no uso de suas atribuições legais e, considerando o que dispõe a Lei Orgânica do Município Art. 78º, Art. 87º inciso II, c/c art. 28, I, da Lei Complementar Nº 1.678, de 06 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem sem prejuízo das suas funções, como Fiscais Administrativo E Técnicos do Contrato Administrativo Nº 90/2026/PGM/PMCJ, Processo nº 0002456-19.07.01-2026 que tem como objeto a "Aquisição de Material Permanente", nas condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, os quais integram este instrumento.

FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA
Fiscal Administrativo	Leoni Claudino dos Santos	5485
Fiscal Técnico	Sheyla Cristina Morais Almeida	4375
Suplente	Antonio Laet Aires de Almeida Júnior	11485

Art. 2 Compete ao Fiscal Administrativo do Contrato, e nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - Prestar apoio técnico e operacional ao Gestor do Contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
II - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
III - Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, observar o disposto em ato do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia;
IV - Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
V - Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico, conforme o disposto no inciso VII do caput do art. 21 do Decreto nº 11.246/2022;
VI - Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do caput do art. 21 do Decreto nº 11.246/2022; e
VII - Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 25 do Decreto nº 11.246/2022, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

Art. 3 Compete aos Fiscais Técnicos do Contrato, e nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;
II - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
III - Emitir Notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
IV - Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
V - Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
VI - Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
VII - Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
VIII - Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo, conforme o disposto no inciso VII do caput do art. 21 do Decreto nº 11.246/2022;
IX - Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do caput do art. 21 do Decreto nº 11.246/2022; e
X - Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 25 do Decreto nº 11.246/2022, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

Art. 4 Cabe ao suplente, em conjunto com os demais Fiscais, elaborar e assinar os termos de Recebimento provisório, bem como Atestar as Notas Fiscais/Faturas, em caso de impedimento de assinatura por um dos membros da respectiva comissão

Art. 5°Esta Portaria tem seus efeitos retroativos à 04/08/2026.

Art. 6º Revoga-se a Portaria Nº 1298/SEMED/2026

CLARICE LEMOS FERREIRA
Secretária Municipal de Educação
Decreto Nº 10.325/2026

Publicado por:
Iara Viana de Oliveira Ferreira
Código Identificador:C0B2FACD

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 1474, 05 DE OUTUBRO DE 2026

"DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA FISCAIS ADMINISTRATIVO E TÉCNICO DO CONTRATO Nº 88/2026/PGM/PMCJ"

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED,** no uso de suas atribuições legais e, considerando o que dispõe a Lei Orgânica do Município Art. 78º, Art. 87º inciso II, c/c art. 28, I, da Lei Complementar Nº 1.678, de 06 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem sem prejuízo das suas funções, como Fiscais Administrativo E Técnicos do Contrato Administrativo Nº 88/2026/PGM/PMCJ que tem como objeto a "Aquisição de Material Permanente", nas condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, os quais integram este instrumento.

FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA
Fiscal Administrativo	Leoni Claudino dos Santos	5485
Fiscal Técnico	Sheyla Cristina Morais Almeida	4375
Suplente	Antonio Laet Aires de Almeida Júnior	11485

Art. 2 Compete ao Fiscal Administrativo do Contrato, e nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - Prestar apoio técnico e operacional ao Gestor do Contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados

ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
II - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
III - Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, observar o disposto em ato do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia;
IV - Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
V - Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico, conforme o disposto no inciso VII do caput do art. 21 do Decreto nº 11.246/2022;
VI - Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do caput do art. 21 do Decreto nº 11.246/2022; e
VII - Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 25 do Decreto nº 11.246/2022, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

Art. 3 Compete aos Fiscais Técnicos do Contrato, e nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;
II - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
III - Emitir Notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
IV - Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
V - Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
VI - Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
VII - Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
VIII - Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo, conforme o disposto no inciso VII do caput do art. 21 do Decreto nº 11.246/2022;
IX - Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do caput do art. 21 do Decreto nº 11.246/2022; e
X - Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 25 do Decreto nº 11.246/2022, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

Art. 4 Cabe ao suplente, em conjunto com os demais Fiscais, elaborar e assinar os termos de Recebimento provisório, bem como Atestar as Notas Fiscais/Faturas, em caso de impedimento de assinatura por um dos membros da respectiva comissão

Art. 5° Esta Portaria tem seus efeitos retroativos à 29/07/2026.

Art. 6º Revoga-se a Portaria Nº 1296/2026

CLARICE LEMOS FERREIRA
Secretária Municipal de Educação
Decreto Nº 10.325/2026

Publicado por:
Iara Viana de Oliveira Ferreira
Código Identificador:DC703B49

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 1475, 05 DE OUTUBRO DE 2026

QUE DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ESTUDOS TÉCNICOS E RECIBEMENTOS DE MATERIAIS E SERVIÇOS

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED,** no uso de suas atribuições legais e considerando o que preconiza a Lei Orgânica Art. 78º, Art. 87º inciso II, c/c art. 28, I, da Lei Complementar Nº 1.678, de 06 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a Comissão Permanente para realizar os Estudos Técnicos Preliminares de Viabilidade Técnica Econômica, bem como, Recebimento de Materiais de Consumo, Bens Permanentes e Serviços, visando receber e examinar, no que diz respeito à quantidade, qualidade do material e/ou bens permanentes e serviços adquiridos pela Secretaria Municipal de Educação por meio de aquisição.

Art. 2º A comissão será composta pelos servidores abaixo elencados:

FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA
Presidente	Sheyla Cristina Moraes Almeida	**75
1º Membro	José Ramos de Mello	**06
2º Membro	Antonio Laet Aires de Almeida Júnior	***85

Art. 3º Compete a comissão:

1. Realizar reunião e promover estudos para analisar a viabilidade técnica e econômica das pretensas Aquisições de Materiais, Serviços e Obras, considerando a quantidade necessária, especificações técnicas, custos envolvidos e a conformidade com as legislações vigentes;

2. Elaborar o estudo final e submetê-lo à Secretária Municipal de Educação;

3. Receber e examinar, no que diz respeito à quantidade e à qualidade do material ou bens permanentes e serviços adquiridos com base nas especificações técnicas discriminadas no Termo de Referência ou Projeto Básico, adquiridos pela SEMED por meio de licitação, em cumprimento ao contrato ou instrumento equivalente;

4. Solicitar à Unidade solicitante a indicação de servidor habilitado, com conhecimento técnico em área específica, para respectiva análise e parecer técnico do material adquirido;

5. Rejeitar o material ou serviço que estiver fora das especificações do contrato ou instrumento equivalente, ou em desacordo com a amostra apresentada na fase de licitação ou entrega, podendo submetê-lo, se necessário, ao Controle de Qualidade;

6. Expedir Termo de Recebimento Provisório e Definitivo e Aceitação ou Notificação, no caso de rejeição de material.

Parágrafo Primeiro: Na ausência do Presidente da Comissão, o 1º membro responderá pela presidência.

Art. 4º Os membros da respectiva comissão não farão jus à remuneração pelas atividades designadas.

Art. 5º DETERMINAR que nenhum material ou bem seja liberado aos usuários antes de cumpridas as formalidades de recebimento, aceitação e registro no competente instrumento de controle.

Art. 6º Revoga-se a Portaria Nº 926//2025.

CLARICE LEMOS FERREIRA
Secretária Municipal de Educação
Dec. 10325/2026

Publicado por:
Iara Viana de Oliveira Ferreira
Código Identificador:82B0DE99

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 1479, 05 DE OUTUBRO DE 2026

"DISPÕE SOBRE A CONVERSÃO EM INDENIZAÇÃO PECUNIÁRIA DE SALDO REMANESCENTE DE FÉRIAS DE SERVIDOR E REVOGA AS PORTARIAS Nº 1104 E 1269 DE 19 DE AGOSTO DE 2026."

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANDEIAS DO JAMARI-RO,** no uso de suas atribuições legais e com fundamento na legislação municipal vigente,
CONSIDERANDO que a servidora **ANACELE COSTADA SILVA,** matrícula nº 9295, ocupante do cargo de Coordenador de processos administrativos e prestação de conta , possui saldo remanescente de 20 (vinte) dias de férias;

CONSIDERANDO que o gozo integral das férias não foi possível em **razão da necessidade do serviço público, permanecendo a servidora em efetivo exercício de suas atribuições;**

CONSIDERANDO a elevada demanda dos serviços do setor na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, bem como a necessidade de assegurar a continuidade e a regularidade dos serviços públicos;

CONSIDERANDO a impossibilidade de concessão do gozo dos dias renascentes das férias até o encerramento do exercício de 2026, em razão da necessidade de permanência da servidora no exercício de suas funções;

CONSIDERANDO a necessidade de regularizar o saldo remanescente de férias da servidora, mediante sua conversão em indenização pecuniária;

RESOLVE:

Art. 1º – FICA CONVERTIDO EM INDENIZAÇÃO PECUNIÁRIA o saldo remanescente de 20 (vinte) dias de férias da servidora **ANCELE COSTA DA SILVA,** matrícula nº 9295, ocupante do cargo de Coordenador de processos administrativos e prestação de conta, em razão da necessidade do serviço público e da impossibilidade de concessão do respectivo gozo até o encerramento do exercício de 2026.

Art. 2º – O pagamento da indenização pecuniária de que trata o artigo anterior deverá observar a apuração do valor devido e os procedimentos administrativos e financeiros pertinentes, a serem realizados pelos setores competentes.

Art. 3º – FICA EXPRESSAMENTE REVOGADA as Portarias nº 1.104 e 1269 de Agosto de 2026, passando a presente Portaria a disciplinar integralmente a matéria nela tratada.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

CLARICE LEMOS FERREIRA
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 10.325/202

Publicado por:
Iara Viana de Oliveira Ferreira
Código Identificador:128AD6E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 1480, 05 DE OUTUBRO DE 2026

"DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS DE SERVIDOR(A)."

A**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANDEIAS DO JAMARI-RO,** no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 70 da Lei Municipal nº 100, de 17/12/1997,

Considerando que esta Administração Pública Municipal apresenta número insuficiente de servidores que possam, de maneira satisfatória, manter a continuidade do serviço público desta Secretaria Municipal de Educação;

Considerando ainda o disposto no art. 70 da Lei Municipal nº 100, de 17/12/1997, que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Civis deste município:

"As férias só poderão ser interrompidas por motivo de superior interesse público";

RESOLVE:

Art. 1º– INTERROMPER trinta (30), dias das férias da servidora abaixo relacionada, para que servidora permaneça desempenhando suas atividades na Secretaria Municipal de Educação, por haver trabalhos inadiáveis e não termos, em nosso quadro de pessoal, servidores disponíveis para substituí-la.

Cadastro	Nome	Período Aquisitivo	Período Interrompido	Período de Gozo
4127/1	Sebastiana Pereira Lopes	2025/2026	01/10/2026 à 30/10/2026	01/05/2027 à 30/05/2027

Art. 2°– As férias interrompidas deverão ser preferencialmente remarcadas para data não superior ao próximo período aquisitivo.

Parágrafo único – Quando ocorrer o gozo das férias, o servidor receberá apenas a remuneração normal do mês, haja vista que o adicional de 1/3 (um terço) da remuneração das férias, previsto no art. 67 da Lei Municipal nº 100/97, foi pago no mês de setembro do corrente ano.

Art. 3°– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

CLARICE LEMOS FERREIRA
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 10.325/2026

Publicado por:
Iara Viana de Oliveira Ferreira
Código Identificador:87478885

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PUBLICOS - SEMUSP
PORTARIA N°1481 DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

"DISPÕE SOBRE A INTERRUPÇÃO DAS FÉRIAS DO SERVIDOR OSCAR RODRIGUES DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE CANDEIAS DO JAMARI/RO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 70 da Lei Municipal nº 100, de 17 de dezembro de 1997 (Regime Jurídico Único dos Servidores Civis do Município);

CONSIDERANDO que o art. 70 da Lei Municipal nº 100/1997 permite a interrupção das férias por motivo de superior interesse público;

CONSIDERANDO a necessidade de manter a continuidade do serviço essencial de limpeza pública no Município, diante do efetivo reduzido de Agentes de Limpeza Pública nesta Secretaria;

RESOLVE:
Art. 1º – INTERROMPER, por motivo de superior interesse público, as férias do servidor abaixo relacionado, devendo retornar imediatamente às suas atividades, e FIXAR novo período de gozo, conforme quadro:

Matrícula	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Período Interrompido	Novo Período de Gozo
5977/1	Oscar Rodrigues de Souza	Agente de Limpeza Pública	20/02/2025 a 19/02/2026	05/10/2026 a 03/11/2026	01/01/2027 a 30/01/2027

Parágrafo único – O adicional de 1/3 (um terço) de férias já foi pago no mês de setembro de 2026, não ensejando novo pagamento quando do gozo do novo período.

Art. 2º – Fica a Gerência de Recursos Humanos incumbida dos registros funcionais e ajustes em folha decorrentes desta Portaria, devendo o servidor ser cientificado de seu teor.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de outubro de 2026.

Candeias do Jamari/RO, 05 de outubro de 2026.

JOAQUIM NOLETO
Secretário Municipal de Serviços Públicos

Publicado por:
Ricardo Giovani Vieira Cardoso
Código Identificador:E0E10FEC

SECRETARIA MUNICIPAL GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO ORÇAMENTO, PROJETOS,INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS.
EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2026/PGM/PMCJ

Contratante: Secretaria Municipal Geral de Administração, Planejamento, Orçamento, Projetos, Serviços, Indústria, Emprego e Comércio - SEMG
Contratada: DATAFULL TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 02.159.675/0001-03
Processo Administrativo Principal nº: 0002171.02.01-2026
Dispensa de Licitação: 007/2026
Contrato nº: 126/2026/PGM/PMCJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços (Implantação, Hospedagem, Manutenção, Atualização, Suporte Técnico, Operacionalização e Sustentação do Portal da Transparência, Site Oficial da Prefeitura, Hospedagem e Gerenciamento de e-mail Institucionais), bem como capacitação dos usuários e gestores de conteúdo, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari/RO).

LOTE 1	DESCRIÇÃO
Item 1	Portal da Transparência: Disponibilização de licença de uso não exclusiva, implantação, sustentação, manutenção, atualização e suporte técnico do Portal de Transparência da Prefeitura Municipal, em ambiente web, integrado às rotinas administrativas, contábeis, orçamentárias, financeiras, patrimoniais, tributárias, de recursos humanos, folha de pagamento, compras, licitações, contratos, almoxarifado, patrimônio, obras, protocolo eletrônico, prestação de contas, controle interno e demais módulos administrativos todos necessários à transparência ativa municipal, contendo operação assistida, suporte técnico, manutenção, atualizações, segurança da informação, LGPD, backup, reversibilidade, portabilidade de dados e documentação técnica. (Serviços Correlatos: Implantação; parametrização; configuração; migração/conversão de dados preexistentes; manutenção corretiva, preventiva, adaptativa, evolutiva, tecnológica e legal; suporte técnico; atualização de versões; hospedagem em nuvem; segurança da informação; controle de acessos; backup; reversibilidade; preservação de dados; emissão de relatórios; filtros de pesquisa; integração com módulos administrativos; disponibilização de informações públicas em ambiente eletrônico acessível ao cidadão).
Item 2	Desenvolvimento e manutenção do Site Oficial: Desenvolvimento, implantação, treinamento, manutenção e atualização do Site Oficial da Prefeitura Municipal, em sistema web com painel administrativo, execução on-line e ambiente voltado à disponibilização de informações, serviços ao cidadão, atos oficiais, notícias, comunicados, páginas institucionais e demais conteúdos de interesse público do Executivo Municipal. (Serviços Correlatos: Design responsivo e moderno; compatibilidade com navegadores e dispositivos móveis; painel administrativo; CMS Sistema de Gerenciamento de Conteúdo; conformidade com acessibilidade digital/e-MAG; integração com redes sociais; formulários de contato; ouvidoria; mapa do site; área de notícias e comunicados; galeria de fotos e vídeos; módulo de serviços ao cidadão; certificado SSL; segurança do ambiente web; suporte técnico; treinamento de gestores de conteúdo)
Item 3	Desenvolvimento e manutenção do Site Oficial: Desenvolvimento, implantação, treinamento, manutenção e atualização do Site Oficial da Prefeitura Municipal, em sistema web com painel administrativo, execução on-line e ambiente voltado à disponibilização de informações, serviços ao cidadão, atos oficiais, notícias, comunicados, páginas institucionais e demais conteúdos de interesse público do Executivo Municipal. (Serviços Correlatos: Design responsivo e moderno; compatibilidade com navegadores e dispositivos móveis; painel administrativo; CMS Sistema de Gerenciamento de Conteúdo; conformidade com acessibilidade digital/e-MAG; integração com redes sociais; formulários de contato; ouvidoria; mapa do site; área de notícias e comunicados; galeria de fotos e vídeos; módulo de serviços ao cidadão; certificado SSL; segurança do ambiente web; suporte técnico; treinamento de gestores de conteúdo).
Valor R$ 62.980,00	

Dotação Orçamentária:

Ficha: 179
Órgão: 02.000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 02.012 - SECRETARIA MUNICIPAL GERAL -SEMG
Função/Sub-Função: 04.122 - Administração Geral
Programa: 0005 - ADMINISTRAÇÃO GERAL - GESTÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Ação: 2.041 - GERIR A EXECUÇÃO ADMINISTRATIVA DA SEMG
Classificação Econômica: 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
D.R: 1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS

Prazo de vigência contratual: 12 (doze) meses

Fiscalização: Secretaria Municipal Geral de Administração, Planejamento, Orçamento, Projetos, Serviços, Indústria, Emprego e Comércio - SEMG

Candeias do Jamari/RO, 01 de outubro de 2026.

Secretaria Municipal Geral De Administração, Planejamento, Orçamento, Projetos, Serviços, Indústria, Emprego - SEMG
Contratante
EDINEY MÁRCIO ASSUMPÇÃO QUADROS
CPF: 6**.***.***-*0
Secretário Municipal

Datafull Tecnologia LTDA
CNPJ: 02.159.675/0001-03
Contratada
JURACI ALVES DOS SANTOS
CPF: 2**.***.***-*3
Representante Legal

Publicado por:
Iara Viana de Oliveira Ferreira
Código Identificador:CC9D7109

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS
PORTARIA DE NOMEAÇÃO

PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 018/LEG/2026

"Dispõe sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Comissão de livre Nomeação e Exoneração da Câmara Municipal de Castanheiras e dá outras Providencias."

O Presidente da Câmara Municipal de Castanheiras-RO, Senhor **ANDRÉ DE OLIVEIRA - PP**, no uso de suas atribuições legais que dispõe a Resolução nº. 001/CMC/93, Regimento Interno, combinado com a Lei Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o senhor, **EDISIOMAR CUSTODIO FIGUEREDO**, inscrito no CPF nº *****.326.282-*****, no cargo de **PREGOEIRO**, com efeito financeiro á partir do dia 01 de outubro de 2026, e das outras providências.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogar-se as disposições em contrário.

Castanheiras – RO, Plenário Deliberativo, 05 de outubro de 2026.

ANDRÉ DE OLIVEIRA - PP
Ver. Presidente CMC/RO.

Publicado por:
Fabiana Alves de Lana
Código Identificador:9ED5666F

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ESTADO DERONDONIA
CAMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS
PODERLEGISLATIVO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente da CâmaraMunicipalANDRE DE OLIVEIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:
01.001.01.031.0002.2.003.3.3.90.39.00.00. - 15000000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

01 –HOMOLOGARa presente Licitaçãonestes termos:

a) Processo Nrº :	/2026
b) Licitação Nrº :	13/2026
c) Modalidade :	Inexigibilidade
d) DataAdjudicação:	05 de outubro de 2026
e) Objeto da Licitação :	DESPESA REFERENTE AO PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO DO CURSO: CURSO DE GESTÃO EFICIENTE DO DEPARTAMENTO PESSOAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
a) Processo Adm Nrº :	9/2026

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: SUPERCIA CAPACITAÇÃO E MARKETING Ltda.
CNPJ/CPF: 11.128.083/0001-15

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	TAXA DE INSCRIÇÃO DE CURSO	2	R$ 2.100,00	R$ 4.200,00

Valor TotalHomologado -R$ 4.200,00

02 – Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

Castanheiras,05 de outubro de 2026.

_____
ANDRE DE OLIVEIRA

Publicado por:
Fabiana Alves de Lana
Código Identificador:48B2F03C

CPL
DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 007/2022

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 007/2022

"ESTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A **PRORROGAÇÃO** DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE VALOR DE QUE TRATA A **CLÁUSULA SEGUNDA** DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 007/2022"

O MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 63.761.969/0001-03, localizada na Avenida Jacarandá, nº. 100,Centro, nesta cidade, representado, neste ato, pelo Prefeito o Sr. **CÍCERO APARECIDO GODOI**, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de Castanheiras - RO, cito à Rua do Jambo, nº 1006, Centro, CEP:76.948-000, Castanheiras – RO, doravante denominado de **CONTRATANTE** e a empresa **VOLUS TECNOLOGIA E GESTÃO DE BENEFICIOS-LTDA** - devidamente inscrita no CNPJ/MF 03.817.702/0001-50, com sede a Rua Rosulino Ferreira Guimarães, n° 839, esquina com a Rua Almiro de Moraes, Centro, CEP:75.901-260 na cidade de Rio Verde/GO, doravante designada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. **DÁRIO DA COSTA BARBOSA JUNIOR**, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis a espécie, resolvem REGISTRAR OS PREÇOS para FUTURA e EVENTUAL AQUISIÇÃO, em conformidade com as seguintes condições abaixo especificadas:
Processo Administrativo nº365/SEMAD/2022;
Inexigibilidade nº 55/2022;
c) ADESÃO ao PREGÃO ELETRÔNICO n° 084/2022, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº068/2022 da Prefeitura Municipal de JUARA-MT.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de Vigência de que se trata a CLÁUSULA SEGUNDA do Contrato n° 007/2022, referente á Contratação de empresa especializada em operação de sistema de Cartões, para manutenção Preventiva e Corretiva e Peças, Pneus e Câmaras de ar em Geral, Aquisição de Lubrificantes, Aditivos e Óleos, Operada Através de Sistema Via Web Próprio da Contratada, Compreendendo o orçamento do Objeto Através das Redes de Lojas Credenciadas, para atender as necessidades das Secretarias do Poder Executivo Municipal, Juntamente a Prefeitura Municipal de Castanheiras – RO, em conformidade com os ditames da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, bem como demais Legislações pertinentes, no valor de R$ 3.718.087,74 (Três milhões e setecentos e dezoito mil e oitenta e sete reais e setenta e quatro centavos) e terá prazo de vigência pelo período de 04 meses (08/10/2026 a 08/02/2027), ficando inalteradas as demais clausulas do presente contrato, que constituem o processo n° 365/2022. Para a referida prorrogação há previsão contratual conforme Cláusula Quinta do referido contrato e previsão legal conforme o Inciso II, do art. 57, da Lei 8666/93**:**
Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:
(...)
II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

CLÁUSULA SEGUNDA:DO FORO COMPETENTE

Fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Médice/RO, para dirimir quaisquer dúvidas ou lides advindas deste Contrato. Para firmeza e como prova de acordo é lavrado o presente Termo Aditivo ao contrato **007/SEMAD/2022** que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes em **02** (duas) vias de igual teor e forma.

CASTANHEIRAS/RO, 01 de OUTUBRO de 2026.

CICERO APARECIDO GODOI
Prefeito

Volus T.E Gestão de Beneficios-LTDA, CNPJ N. 03.817.702/0001-50
Repres:
DARIO DA COSTA BARBOSA JUNIOR

Publicado por:
Denize Regina Dos Santos
Código Identificador:25FBC56E

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº 148/GAB/2026 DE 05 DE OUTUBRO DE 2026. ‘’O DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO NÚCLEO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO PACIENTE (NMSP) NO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS/RO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.’’

DECRETO MUNICIPAL Nº 148/GAB/2026 DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

‘’O DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO NÚCLEO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO PACIENTE (NMSP) NO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS/RO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.’’

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS, DO ESTADO DE RONDÔNIA,** no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Constituição Estadual e art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Anvisa nº 36, de 25 de julho de 2013, que institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências;
CONSIDERANDO o Programa Nacional de Segurança do Paciente - PNSP, originalmente instituído pela Portaria GM/MS nº 529, de 1º de abril de 2013, e atualmente consolidado na Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017;
CONSIDERANDO a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011, que dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde;
CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 1.377, de 9 de julho de 2013, e a Portaria GM/MS nº 2.095, de 24 de setembro de 2013, que aprovam Protocolos de Segurança do Paciente;
CONSIDERANDO a Portaria MS nº 774, de 13 de abril de 2017, que estabelece normas para o cadastramento de Núcleos de Segurança do Paciente no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES;
CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 11.527, de 9 de junho de 2026, que institui a Política Nacional de Qualidade e Segurança do Paciente - PNQSP, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, e a insere como Anexo XLV à Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017;
CONSIDERANDO as orientações vigentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa para implantação e funcionamento dos Núcleos de Segurança do Paciente, gestão de riscos, monitoramento, investigação e notificação de incidentes e eventos adversos relacionados à assistência à saúde;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a cultura de segurança, a aprendizagem organizacional, a gestão de riscos e a melhoria contínua da qualidade do cuidado na Rede Municipal de Atenção à Saúde;
DECRETA:
Art. 1º. Fica instituído o Núcleo Municipal de Segurança do Paciente (NMSP) da Secretaria Municipal de Saúde de Castanheiras/RO, conforme legislação atinente à promoção da melhoria da qualidade nos serviços de saúde.
Art. 2º. O Núcleo Municipal de Segurança do Paciente - NMSP é a instância da Secretaria Municipal de Saúde criada para promover e apoiar a implementação de ações voltadas à segurança do paciente, tendo seu funcionamento definido neste Decreto.
Art. 3º. O NMSP tem por objetivo contribuir para a qualificação do cuidado em saúde em todos os serviços da Rede Municipal de Saúde de Castanheiras/RO, compreendendo:
I – Unidade Mista de Saúde;
II – Unidade Básica de Saúde Albino Alves da Silva;
III – Centro de Saúde de Jardinópolis, localizado no Distrito de Jardinópolis;
IV – demais serviços e setores da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 4º. O NMSP ficará vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Castanheiras/RO.
Art. 5º. O NMSP reunir-se-á ordinariamente 01 (uma) vez por mês, conforme calendário anual aprovado pelo Núcleo, e extraordinariamente sempre que convocado pelo Coordenador.
Parágrafo Único. As reuniões ordinárias e extraordinárias poderão ser realizadas tanto presencial quanto remoto, para favorecer a participação de todos os membros.
Art. 6º. O NMSP adotará os princípios e diretrizes da RDC nº 36/2013, do Programa Nacional de Segurança do Paciente - PNSP e da Política Nacional de Qualidade e Segurança do Paciente - PNQSP, observadas as normas vigentes:
I – A melhoria contínua dos processos de cuidado e do uso de tecnologias da saúde;
II – A disseminação sistemática da cultura de segurança;
III – A articulação e a integração dos processos de gestão de risco;
IV – A garantia das boas práticas de funcionamento do serviço de saúde.
Art. 7º. Compete ao NMSP:
I – Promover ações para a gestão de risco no serviço de saúde;
II – Desenvolver ações para a integração e a articulação multiprofissional no serviço de saúde;
III – Promover mecanismos para identificar e avaliar a existência de não conformidades nos processos e procedimentos realizados e na utilização de equipamentos, medicamentos e insumos propondo ações preventivas e corretivas;
IV – Elaborar, implantar, divulgar e manter atualizado o Plano de Segurança do Paciente (PSP) em Serviços de Saúde;
V – Acompanhar as ações vinculadas ao Plano de Segurança do Paciente em Serviços de Saúde;
VI – Implantar os Protocolos de Segurança do Paciente e realizar o monitoramento dos seus indicadores;
VII – Estabelecer barreiras para a prevenção de incidentes nos serviços de saúde;
VIII – Desenvolver, implantar e acompanhar programas de capacitação em segurança do paciente e qualidade em serviços de saúde;
IX – Analisar e avaliar os dados sobre incidentes e eventos adversos decorrentes da prestação do serviço de saúde;
X – Compartilhar e divulgar à direção e aos profissionais do serviço de saúde os resultados da análise e avaliação dos dados sobre incidentes e eventos adversos decorrentes da prestação do serviço de saúde;
XI – Notificar ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária os eventos adversos decorrentes da prestação do serviço de saúde;
XII – Manter sob sua guarda e disponibilizar à autoridade sanitária, quando requisitado, as notificações de eventos adversos;
XIII – Acompanhar os alertas sanitários e outras comunicações de risco divulgadas pelas autoridades sanitárias.
Art. 8º. O NMSP é composto por profissionais, preferencialmente de nível superior, formalmente designados para planejar, elaborar, implementar, manter e avaliar o Plano de Segurança do Paciente em Serviços de Saúde (PSP), adequado às características e necessidades da rede municipal de saúde.
§ 1º. Considera-se PSP o conjunto de ações desenvolvidas deliberada e sistematicamente elaborado pelo NMSP que estabelece estratégias e ações de gestão de risco com vistas à redução máxima possível da incidência e da gravidade dos eventos adversos que possam ocorrer nos serviços de saúde.
§ 2º. As atividades de segurança do paciente a serem desenvolvidas nos serviços de saúde, conforme as atividades efetivamente realizadas em cada serviço, compreendem, entre outras:
I – Identificação, análise, avaliação, monitoramento e comunicação dos riscos no serviço de saúde, de forma sistemática;
II – Integração dos diferentes processos de gestão de risco desenvolvidos nos serviços de saúde;
III – Implementação de protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde que se enquadram nas unidades de saúde;
IV – Identificação do paciente;
V – Higiene das mãos;
VI – Segurança em procedimentos realizados nos serviços de saúde;
VII – Segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos;
VIII – Segurança no uso de equipamentos e materiais;
IX – Prevenção de quedas dos pacientes;
X – Prevenção de lesões por pressão;
XI – Prevenção e controle de eventos adversos em serviços de saúde, incluindo as infecções relacionadas à assistência à saúde;
XII – Segurança na imunização, incluindo conservação, preparo, administração e registro dos imunobiológicos;

XIII – Comunicação efetiva entre profissionais do serviço de saúde e entre serviços de saúde;
XIV – Estímulo à participação do paciente e dos familiares na assistência prestada;
XV – Promoção do ambiente seguro;
XVI – Gestão segura dos resultados de exames, com definição de responsáveis pelo recebimento, análise, comunicação ao usuário e acompanhamento;
XVII – Segurança no atendimento de urgência, incluindo a estabilização do paciente grave até sua transferência;
XVIII – Segurança nas transições do cuidado, incluindo referência e contrarreferência, transferência de pacientes para outros municípios e transporte sanitário.
§ 3º. O NMSP funciona como órgão de assessoria junto ao Secretário Municipal de Saúde e de execução das ações de segurança do paciente, estando assegurada sua autonomia funcional e o acesso às informações necessárias junto aos serviços e setores da Secretaria Municipal de Saúde.
§ 4º. Poderão integrar o NMSP profissionais de nível médio das áreas de enfermagem, odontologia, farmácia ou administração, respeitado o limite de 02 (dois) integrantes.
Art. 9º. O monitoramento dos incidentes e eventos adversos será realizado pelo NMSP, o qual seguirá fluxo estabelecido no PSP.
Art. 10. O NMSP será composto por representantes das seguintes áreas e serviços:
I – Representante Técnico da Coordenação da Atenção Primária à Saúde;
II – Representante Técnico da Saúde Mental;
III – Representante Técnico da Coordenação de Saúde Bucal;
IV – Representante Técnico da Assistência Farmacêutica;
V – Representante Técnico da Vigilância Epidemiológica;
VI – Representante Técnico da Regulação Municipal;
VII – Representante da Unidade Básica de Saúde Albino Alves da Silva;
VIII – Representante do Centro de Saúde de Jardinópolis;
IX – Representante da Unidade Mista de Saúde.

Parágrafo único. Na inexistência, no Município, de coordenação específica de alguma das áreas previstas neste artigo, a representação será exercida pelo profissional responsável pelas respectivas ações.
Art. 11. Os representantes das áreas e serviços relacionados no art. 10 serão indicados pela Secretaria Municipal de Saúde e designados por Portaria do Secretário Municipal de Saúde, que indicará nominalmente os titulares e suplentes e definirá o Coordenador, o Vice-Coordenador e o Secretário do NMSP.
Parágrafo único. O Coordenador e o Vice-Coordenador serão os responsáveis pelo acesso ao sistema Notivisa, com perfil de Gestor, assegurando a continuidade das notificações.
Art. 12. Aos membros do NMSP compete:
I – Estudar e relatar nos prazos estabelecidos, as matérias que lhes forem atribuídas pelo Coordenador;
II – Comparecer às reuniões, relatando expedientes, proferindo voto ou pareceres e manifestando-se a respeito de matérias em discussão;
III – Requerer votação de matéria em regime de urgência;
IV – Desempenhar as atribuições que lhes forem designadas pelo Coordenador;
V – Apresentar proposições sobre as questões inerentes ao Núcleo;
VI – Em caso de impedimento, comunicar seu suplente para que o substitua nas atividades do NMSP.
§ 1º. As deliberações tomadas deverão ser encaminhadas em forma de Resoluções, quando estiverem relacionadas à criação e/ou alterações nas normas e rotinas.
§ 2º. Os treinamentos para as diversas categorias profissionais e em diversos temas serão agendados previamente e comunicados por escrito às chefias de Unidades e Coordenações, que deverão ser responsáveis pelo encaminhamento de sua equipe a estes, mediante autorização do Secretário Municipal.
Art. 13. O NMSP, observada a legislação vigente, estabelecerá normas complementares relativas ao seu funcionamento e a ordem dos trabalhos.
Art. 14. A sequência de atividades nas reuniões do NMSP será:
I – Verificação da presença do Coordenador e demais membros do NMSP;
II – Leitura, aprovação e assinatura da Ata da reunião anterior;
III – Leitura, pelo Coordenador, dos informes e desenvolvimento da pauta da reunião;
IV – Leitura, discussão e votação dos pareceres;
V – Organização da pauta da próxima reunião.
§ 1º. Em caso de urgência ou de relevância de alguma matéria, o NMSP, por voto da maioria, poderá alterar a sequência estabelecida neste artigo.
§ 2º. Qualquer membro do NMSP poderá requerer ao Coordenador, a qualquer tempo, que solicite o encaminhamento ou diligências de consultas a outras pessoas ou instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais, para estudo, pesquisa ou informações necessárias à solução dos assuntos que lhes forem distribuídos, bem como solicitar o comparecimento de qualquer pessoa às reuniões para prestar esclarecimentos.
§ 3º. A pauta será comunicada previamente a todos os membros, com antecedência mínima de 02 (dois) dias para as reuniões ordinárias e de 01 (um) dia para as extraordinárias.
Art. 15. Após a leitura do parecer elaborado por pessoa indicada na forma do inciso IV do art. 18 deste Decreto, o Coordenador deve submetê-lo a discussão, dando a palavra aos membros que a solicitarem.
Art. 16. Após o encerramento das discussões, o assunto será submetido a votação.
Art. 17. A cada reunião, os membros registrarão sua presença em folha própria (lista de presença) e o Secretário do NMSP lavrará ata que deverá ser assinada pelos membros presentes e pelo Coordenador, quando de sua aprovação.
Art. 18. Ao Coordenador incumbe dirigir, coordenar e supervisionar as atividades do NMSP, especificamente:
I – Representar o NMSP em suas relações internas e externas;
II – Promover a convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias;
III – Tomar parte nas discussões e votações e, quando for o caso, exercer direito do voto de desempate;
IV – Indicar membros para realização de estudos, trabalhos, levantamentos e emissão de pareceres.
Parágrafo único. Cabe ao Vice-Coordenador substituir o Coordenador em seus impedimentos.
Art. 19. As atividades dos membros do NMSP deverão acontecer através da liberação de horário de trabalho, com solicitação em tempo hábil para não haver interrupção do serviço no local de lotação do mesmo.
Art. 20. Será excluído o componente do NMSP que, sem motivo justificado, deixe de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou intercaladas no período de 01 (um) ano.
Art. 21. A composição do NMSP será revista pelo Secretário Municipal de Saúde, no mínimo, a cada 02 (dois) anos, ou sempre que houver alteração de seus membros, mediante nova Portaria de designação.
Art. 22. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Decreto serão dirimidos pelo conjunto de componentes do NMSP, por consenso ou maioria simples.
Art. 23. O NMSP deverá, no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da publicação da Portaria, expedida pela Secretaria Municipal de Saúde, de designação de seus membros:
I – providenciar o cadastro do Núcleo no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES da Unidades Básicas de Saúde;
II – organizar o acesso ao sistema Notivisa;
III – implantar e divulgar o fluxo de notificação interna de incidentes e eventos adversos;
IV – realizar o diagnóstico dos principais riscos e definir as prioridades de atuação;
V – elaborar o Plano de Segurança do Paciente.

Art. 24. Este Decreto poderá ser alterado mediante proposta fundamentada, aprovada por 2/3 (dois terços) dos componentes do NMSP em reunião extraordinária especialmente convocada para este fim, a ser encaminhada à apreciação do Chefe do Poder Executivo.
Art. 25. A Unidade Mista de Saúde, a Unidade Básica de Saúde Albino Alves da Silva e o Centro de Saúde de Jardinópolis constituirão Times de Segurança do Paciente, designados por Portaria do Secretário Municipal de Saúde, compostos, no mínimo, pelo enfermeiro responsável pela unidade e por mais um profissional da equipe.

Parágrafo único. Compete aos Times de Segurança do Paciente aplicar em sua unidade as ações definidas pelo NMSP, receber e encaminhar as notificações internas e apresentar ao NMSP, mensalmente, as ocorrências e as ações realizadas.

Art. 26. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CICERO APARECIDO GODOI
Prefeito

Publicado por:
Douglas Ferreira da Silva
Código Identificador:47DA4A0B

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEREJEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO ADJUDICAÇÃO 018

O Prefeito Municipal de Cerejeiras - RO, no uso de suas atribuições legais:
Art. 1º Homologa e Adjudica a Adesão a Ata(s) de Registro de Preços nº 31-1, Pregão Eletrônico nº 036/PMMN/2025, Processo Administrativo n° 3702/2025, tendo como gerenciador a Prefeitura Municipal de Nova Mamoré/RO, na modalidade carona, cujo objeto consiste na Aquisição de medicamentos de A a Z, nas categorias referência/ético, similar, genérico e biológico, destinados ao atendimento das necessidades de saúde da população e à manutenção dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde e suas unidades vinculadas, em favor da empresa abaixo:

NOSSA FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 43.707.856/0001-04
Valor: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Art. 2º Esta Homologação entrará em vigor na data de sua publicação.

Cerejeiras, 02 de outubro de 2026.

SINÉSIO JOSÉ DE SOUZA
Prefeito
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:609FE5DE

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO

Contrato Individual de Trabalho por Prazo Determinado que entre si fazem o Município de Cerejeiras, Estado de Rondônia, Pessoa Jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.914.925/0001-07, com sede à Rua Florianópolis, n.° 503, Bairro Maranata, nesta cidade, doravante denominada simplesmente como CONTRATANTE e a senhora JOSIANE LOPES LIMA GOMES, brasileira, casada, portadora do RG/CPF: ***.159.172-*** SESDEC/RO, residente e domiciliada na Rua Rio Branco nº1511, Bairro Alvorada, Município de Cerejeiras/RO, doravante denominado simplesmente como CONTRATADA, acordam firmar o presente Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, nas condições das Cláusulas abaixo especificadas e demais condições da Lei Municipal nº 2.876/2019 e do Edital 007/2026/SEMED.

CLÁUSULA 1ª:
O Município admite o Contratado na função de AGENTE EDUCACIONAL/CUIDADOR DE ALUNOS 40 h, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Educação, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais pelo período de 12 (doze) meses, com início em 05/10/2026, podendo ser prorrogado por igual período, na forma da Lei Municipal n° 2.876/2019 ou rescindido antes de findar o prazo conforme a necessidade do Município de Cerejeiras.

CLÁUSULA 2ª:
O Contratado perceberá o vencimento de R$ 1.786,69 (um mil, setecentos e oitenta e seis reais e sessenta e nove centavos).

CLÁUSULA 3ª:
O Contrato será regido pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (C.L.T.).

CLÁUSULA 4ª:
Na Rescisão do Contrato motivada pelo Contratado, o Município arcará apenas com o pagamento no decorrer do mês e verbas rescisórias a que se fizer jus, se for o caso.

CLÁUSULA 5ª:
As partes poderão previamente, com prazo não inferior a 30 (trinta) dias, comunicar a pretensão da futura rescisão do presente Contrato. Quando houver rescisão contratual, caso o Contratado esteja em débito com a Carga Horária proporcionalmente estabelecida pela Legislação para aquele período, serão descontados do seu pagamento os dias não trabalhados.

CLÁUSULA 6ª:
Findo o Contrato, caberá o Contratado, receber tão somente o pagamento mensal no decorrer do mês, Gratificação Natalina, descanso anual, integral ou proporcional, caso ainda não tenham sido pagos e FGTS, caso não tenha sido depositado.

CLÁUSULA 7ª:
O Contratante poderá de acordo com suas necessidades alterar a escala de trabalho, devendo nesse caso ser previamente comunicado o Contratado.

CLÁUSULA 8ª:
O Contratado deverá atender às determinações da Secretária Municipal de Educação e submeter-se às normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA 9ª:
E, por estarem assim justos e de perfeito e amplo acordo quanto aos termos das cláusulas acima especificadas, passam a assinar o presente Contrato, em 02 (duas) vias de mesmo teor e igual valor, na presença das testemunhas abaixo especificadas, elegendo o foro da Comarca de Cerejeiras – RO.

Cerejeiras - RO, 01 de outubro de 2026.

SINÉSIO JOSÉ DE SOUZA
Prefeito Municipal
(Assinatura Digital)

JOSIANE LOPES LIMA GOMES
Contratada

TESTEMUNHAS (assinatura digital):

JULY KELLY SOUZA MARINHO

IVO LEONARDO DA SILVA COSTA

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:29373042

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 447/2026 DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

"Concede Redução de Carga Horária a Servidora Edilene dos Santos Jales e dá outras providências."

O **Prefeito Municipal de Cerejeiras – RO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto no art. 12, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Cerejeiras, que determina a aplicação aos servidores

municipais das normas da Constituição Federal, da Constituição Estadual e da própria Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO o art. 22 da Constituição do Estado de Rondônia, que assegura ao servidor público responsável legal e cuidador direto de pessoa com deficiência a redução de **50% (cinquenta por cento)** da carga horária, sem prejuízo da remuneração;
CONSIDERANDO que a redução da carga horária visa garantir o exercício do direito fundamental à dignidade da pessoa humana e à proteção especial à pessoa com deficiência, em consonância com os princípios constitucionais;

CONSIDERANDO o laudo médico apresentado, que comprova a necessidade de assistência permanente e direta da servidora;
CONSIDERANDO a necessidade de adequação da jornada de trabalho da servidora **Edilene dos Santos Jales**, a fim de compatibilizar suas atribuições funcionais com a responsabilidade familiar de assegurar assistência direta e permanente à pessoa sob seus cuidados;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora **Edilene dos Santos Jales**, ocupante do cargo de Tec. Saúde/ Tec. Enfermagem 40H, a redução de 50% (cinquenta por cento) de sua carga horária de trabalho, sem prejuízo de sua integral remuneração, nos termos do art. 22 da Constituição do Estado de Rondônia.

Art. 2º A concessão ora estabelecida decorre da condição de o servidor ser responsável legal e prestar cuidados diretos a pessoa com deficiência que necessita de assistência permanente, conforme laudo médico apresentado nos autos do processo administrativo nº 3939/2026.

Art. 3º A redução da carga horária será mantida enquanto permanecer a necessidade de assistência e a dependência econômica da pessoa com deficiência, devendo o servidor apresentar anualmente comprovação da referida dependência, nos termos do § 2º e § 3º do art. 22 da Constituição do Estado de Rondônia.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SINÉSIO JOSÉ DE SOUZA
Prefeito
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:0DD7880E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 425/2026 DE 15 SETEMBRO DE 2026.

"Dispõe sobre continuação de cedência de 5 (cinco) servidores efetivos municipais pelo período de 01/01/2027 a 31/12/2027, para exercerem suas atribuições na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Cerejeiras."

O Prefeito Municipal de Cerejeiras – RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60 da Lei Orgânica do Município;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a continuação de cedência dos servidores abaixo relacionados, a prestarem serviços junto a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cerejeiras-RO, pelo período de 01/01/2027 a 31/12/2027, podendo ser prorrogado, atendendo ao Acordo de Cooperação nº 001/2024.

Dalva Tavares Souza da Cruz - Professora 40 horas - Cadastro: 1433-1
Dionéia Aparecida de A. Marques - Professora 40 horas - Cadastro: 1226-2
Haroldo Silva Souza - Professora 40 horas - Cadastro: 1106-1
Danielly Dias Paulek – Zeladora 40 horas - Cadastro: 3761-3
Sônia A. Martins de Souza – Merendeira 40 horas - Cadastro: 1836

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SINÉSIO JOSÉ DE SOUZA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:560495A8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 446/2026 DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

"Dispõe sobre licença por motivos de doença de pessoa da família a servidora Cleusa Alves Pessoa."

O Prefeito Municipal de Cerejeiras – RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60 da Lei Orgânica do Município;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica CONCEDIDA licença por motivo de doença de pessoa da família a servidora Cleusa Alves Pessoa, cadastro nº 31224, nomeada no cargo de Tec. Saúde/ Tec. Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, na forma do Art. 135 da Lei Municipal nº 1.900/2011.
Art. 2º A licença perdurará pelo período de 90 (noventa) dias, a contar do dia 05 de outubro de 2026, podendo ser prorrogado por igual período mediante nova análise da situação do requerente.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SINÉSIO JOSÉ DE SOUZA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:AE696E94

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N.º 241/2026/SEMAP

A Secretária Municipal de Administração e Planejamento, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, **RECLASSIFICA** para o final da fila de classificação, a saber **56ª posição**, a pedido do(a) candidato(a) **GENAIR MACHADO LOPES**, aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 002/2025/PMC, e convocado(a) através do Edital 234/2026/SEMAP para o cargo de PROFESSOR PEDAGOGO - EDUCAÇÃO INFANTIL E SERIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL 30 h**.**

Cerejeiras, RO 05 de outubro de 2026.

Assinatura Digital
MARIA EUNICE BARBOSA
Sec. Mun. de Administração e Planejamento

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:995F927F

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N.º 242/2026/SEMAP

A Secretária Municipal de Administração e Planejamento, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas, convoca o(a) candidato(a) **ESTELITA RODRIGUES DA CRUZ** aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado, homologado em 09/01/2026, no cargo de PROFESSOR PEDAGOGO - EDUCAÇÃO INFANTIL E SERIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL 30 h, de acordo com o Edital n.º 002/2025/Prefeitura Municipal de Cerejeiras da abertura do Processo Seletivo, publicado no DIARIO OFICIAL/CINDE RONDONIA, a se apresentar no Departamento de Recursos Humanos/SEMAP no prazo de 08 (oito) dias a contar da Publicação

deste, munido dos documentos abaixo mencionados. Fica ainda consignado que, conforme dispõe a Lei Municipal nº 1.900/2011, artigo 225, inciso III (com redação dada pela Lei nº 3.723/2025), o candidato convocado não poderá assumir o cargo caso tenha encerrado contrato anterior com o Município de Cerejeiras há menos de 06 (seis) meses.

Capitulo XX – DO PROVIMENTO DOS CARGOS: Documentos necessários apresentar para posse no cargo.

CPF; RG;
Título de Eleitor, acompanhado com o comprovante de votação da última eleição; (Copias)
Carteira de Trabalho Previdência Social; (Copias)
PIS/PASEP;
Certificado de Reservista ou dispensa de incorporação militar (candidatos do sexo masc); (Copias)
Certidão de Casamento ou Nascimento; (Copias)
Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos; (Copias)
Certidão de Nascimento ou RG; e CPF dos filhos maiores de 14 anos; (Copias).
RG e CPF do Cônjuge;
Certificado ou histórico de escolaridade mínima exigida para o cargo; (Copias)
Certidão Negativa Civil e Criminal com autenticação (internet: site www.tj.ro.gov.br);
Certidão Negativa de Débitos do Tribunal de Contas com autenticação (internet: site www.tce.ro.gov.br);
01 foto 3x4 recente;
Comprovante de entrega da declaração de IRRF ano anterior com Declaração de bens; (Copias)
Declaração de não acumulação de cargos públicos ou quando observado o art. 37 § XVI alínea "c" da Constituição Federal, salvo os casos previstos em lei;
Atestado de sanidade física e mental para fins admissional emitido por médico autorizado pelo Ministério do Trabalho;
Tipagem sanguínea;
Comprovante de residência – (conta de água, luz ou telefone no nome do convocado ou declaração de residência autenticada em cartório); (Copias)
Carteira Nacional de Habilitação (quando for requisito para investidura no cargo) na categoria mínima exigida para o cargo;
Carteira de Registro de Conselho Classe Profissional respectiva, para cargos de formação técnica e de formação de nível superior (quando for requisito para investidura no cargo); (Copias)
Certidão de Tributos Municipais.
Declaração de parentesco.
Declaração Étnico Racial.
Declaração de não condenação de perda de cargo público.
Conta salário na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, agência de Cerejeiras/RO (primeiro comparecer no DRH).

Dos exames:
A.S.O
Hemograma completo
Hepatite B – HBsAg
Epatite C – Anti HCV
Rx coluna lombar ap/perfil

Cerejeiras/RO, 05 de outubro de 2026.

Assinatura Digital
MARIA EUNICE BARBOSA
Sec. Mun. de Administração e Planejamento

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:E74C1506

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N.º 243/2026/SEMAP

A Secretária Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas, convoca o(a) candidato(a) **ANA CLARA SANTOS SAMPAIO,** aprovado(a) no Processo Seletivo Municipal, homologado em 15/12/2025, na Categoria de **Técnico de Nível Superior I/Psicólogo**, de acordo com o Edital n.º 005/2025/PMC da abertura do Processo Seletivo, publicado no DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIO DE RONDONIA, a se apresentar(em) no Departamento de Recursos Humanos/SEMAP no prazo de 08 (oito) dias a contar da Publicação deste, munido dos documentos abaixo relacionados. Fica ainda consignado que, conforme dispõe a Lei Municipal nº 1.900/2011, artigo 225, inciso III (com redação dada pela Lei nº 3.723/2025), o candidato convocado não poderá assumir o cargo caso tenha encerrado contrato anterior com o Município de Cerejeiras há menos de 06 (seis) meses.

Capitulo XX – DO PROVIMENTO DOS CARGOS: Documentos necessários apresentar para posse no cargo.

CPF; RG;
Título de Eleitor, acompanhado com o comprovante de votação da última eleição; (Copias)
Carteira de Trabalho Previdência Social; (Copias)
PIS/PASEP;
Certificado de Reservista ou dispensa de incorporação militar (candidatos do sexo masc); (Copias).
Certidão de Casamento ou Nascimento; (Copias)
Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos; (Copias)
Certidão de Nascimento ou RG; e CPF dos filhos maiores de 14 anos; (Copias).
RG e CPF do Cônjuge;
Certificado ou histórico de escolaridade mínima exigida para o cargo; (Copias)
Certidão Negativa Civil e Criminal com autenticação (internet: site www.tj.ro.gov.br);
Certidão Negativa de Débitos do Tribunal de Contas com autenticação (internet: site www.tce.ro.gov.br);
01 foto 3x4 recente;
Comprovante de entrega da declaração de IRRF ano anterior com Declaração de bens; (Copias)
Declaração de não acumulação de cargos públicos ou quando observado o art. 37 § XVI alínea "c" da Constituição Federal, salvo os casos previstos em lei;
Atestado de sanidade física e mental para fins admissional emitido por médico autorizado pelo Ministério do Trabalho;
Tipagem sanguínea;
Comprovante de residência – (conta de água, luz ou telefone no nome do convocado ou declaração de residência autenticada em cartório); (Copias)
Carteira Nacional de Habilitação (quando for requisito para investidura no cargo) na categoria mínima exigida para o cargo;
Carteira de Registro de Conselho Classe Profissional respectiva, para cargos de formação técnica e de formação de nível superior (quando for requisito para investidura no cargo); (Copias)
Certidão de Tributos Municipais.
Declaração de parentesco.
Declaração Étnico Racial.
Declaração de não condenação de perda de cargo público.
Conta salário na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, agência de Cerejeiras/RO (primeiro comparecer no DRH).

Dos exames:
A.S.O
Hemograma completo
Hepatite B – HBsAg
Epatite C – Anti HCV

Cerejeiras/RO, 05 de outubro de 2026.

Assinatura Digital
MARIA EUNICE BARBOSA
Sec. Mun. de Administração e Planejamento

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:CA23C56F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 031/2026/SEMAGRI

´´Designa servidores para exercer a função de Fiscal Titular de Contrato e Suplente.``

O Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Joaquim Aparecido de Oliveira (Decreto N° 674/2025), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 65 da Lei Orgânica do Município;
Considerando o disposto no Art. 117 da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

RESOLVE:
Art. 1° Nomear o(s) servidor (es), abaixo relacionado(s), como fiscal (is) de Contrato, para exercer as atribuições constantes no Art. 117 da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021:
NÚMERO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO: 4233/2026 (EPROC).

OBJETO: AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, POR MEIO DO PLANO DE AÇÃO Nº 09032024-072914.

FISCAL TITULAR: VAGNER LUIS REDEMSKI – CAD.: 42879
FISCAL SUPLENTE: LAYANE ELUANE DE ASSIS SANTOS – CAD.: 39853

CEREJEIRAS/RO, 02 DE OUTUBRO DE 2026.

JOAQUIM APARECIDO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Dec. N° 674/2025

Publicado por:
Andressa Silva Colombo de Oliveira
Código Identificador:CACD7B08

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO CONTRATO N°.0290-26

EXTRATO DO CONTRATO N°.0290/26
DAS PARTES:

-**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**
- CLEIDE BEATRIZ IORIS LTDA

OBJETO: aquisição de materiais permanentes (computadores, notebook, nobreaks, impressora multifuncional e outros) para atender as atividades administrativas do Fundo Municipal de Assistência Social – SEMAS, de acordo com o termo de referência e demais especificações contidas no edital e seus anexos.

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 0120/25**,** Proc. Adm. Nº 2224/2025

DA DOTAÇÃO:
02.10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0040.2309.0000 – GD BOLSA FAMILIA
4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
NOTA DE EMPENHO Nº 504 DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

02.10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0040.2310.0000 – PISO FIXO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PSB
4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
NOTA DE EMPENHO Nº 505 DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

02.10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0040.2245.0000 – PROCARD - SUAS
4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
NOTA DE EMPENHO Nº 506 DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

02.10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0040.2319.0000 – IGD SUAS
4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
NOTA DE EMPENHO Nº 507 DE 24 DE SETEMBRO DE 2026

VALOR: R$ 9.596,87 (nove mil, quinhentos e noventa e seis reais e oitenta e sete centavos)

DO PRAZO: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 29 de setembro de 2026

Chupinguaia - RO, 29 de setembro de 2026

RAQUEL LISBOA LOUBACK
Procuradora do Município

Av. Valter Luiz Filus n. 1133 - Chupinguaia RO.

E-mail: gabinete.chp@hotmail.com - CEP: 76990-000 - Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL LISBOA LOUBACK**, **PROCURADOR MUNICIPAL**, em 01/10/2026 às 09:47, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID **919939** e o código verificador **9D78D805**.

Referência: Processo nº 1-2224/2025.	Docto ID: 919939 v1

Publicado por:
Katiucia Paula da Silva
Código Identificador:1470FD39

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 07-PGM-2026

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 07/PGM/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1631/2026
CONVENENTE: MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA/RO, inscrito no CNPJ sob nº 01.587.887/0001-29.
CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE CHUPINGUAIA/RO, inscrita no CNPJ sob nº 27.324.583/0001-62.

OBJETO: O presente Convênio tem por objeto dar continuidade às atividades da APAE, objetivando a melhoria dos atendimentos diários aos assistidos matriculados, mediante a contratação de recursos humanos, conforme Plano de Trabalho integrante do Processo Administrativo nº 1631/2026.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 2.007, de 04 de setembro de 2017, e Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações posteriores.

VALOR: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a título de Subvenção Social, a ser repassado em parcela única.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Ficha 832; Unidade 021000 – Fundo Municipal de Assistência Social; Funcional 08.242.0040.1970.0008 – Repasse APAE; Classificação 3.3.50.43.00 – Subvenções Sociais.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogada mediante Termo Aditivo.

DATA DA ASSINATURA: 21 de setembro de 2026.

Chupinguaia/RO, 21 de setembro de 2026.

RAQUEL LISBOA LOUBACK
Procuradora do Município

Av. Valter Luiz Filus n. 1133 - Chupinguaia RO.
E-mail: gabinete.chp@hotmail.com - CEP: 76990-000 - Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL LISBOA LOUBACK**, **PROCURADOR MUNICIPAL**, em 01/10/2026 às 13:04, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID **919973** e o código verificador **C5303B50**.

Referência: Processo nº 4-1631/2026.	Docto ID: 919973 v1

Publicado por:
Katiucia Paula da Silva
Código Identificador:C6C988D0

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 216-2024

EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 216/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-1196/2024
CONVÊNIO Nº 165/2024/PGE-DETRAN
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA/RO, inscrito no CNPJ nº 01.587.887/0001-29.
CONTRATADA: PECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL, PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ nº 34.167.870/0001-71.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 216/2024 por mais 30 (trinta) dias**, destinado à conclusão das providências técnicas e administrativas relacionadas ao encerramento da obra de **sinalização horizontal e vertical das vias urbanas do Município de Chupinguaia/RO**, vinculada ao Convênio nº 165/2024/PGE-DETRAN.

PRAZO: Fica prorrogada a vigência contratual pelo período de **06/10/2026 a 04/11/2026**.

VALOR: O presente Termo Aditivo possui natureza exclusivamente temporal, **não implicando acréscimo de valor ou alteração quantitativa do objeto contratado**.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, conforme justificativas constantes do Processo Administrativo nº 1-1196/2024.

DATA DA ASSINATURA: 05 de outubro de 2026.

Chupinguaia/RO, 05 de outubro de 2026.

RAQUEL LISBOA LOUBACK
Procuradora Municipal

Av. Valter Luiz Filus n. 1133 - Chupinguaia RO.

E-mail: gabinete.chp@hotmail.com - CEP: 76990-000 - Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL LISBOA LOUBACK**, **PROCURADOR MUNICIPAL**, em 05/10/2026 às 12:36, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID **921088** e o código verificador **3D83EEA0**.

Referência: Processo nº 1-1196/2024.	Docto ID: 921088 v1

Publicado por:
Katiucia Paula da Silva
Código Identificador:B8DF2F48

PROCURADORIA GERAL
HOMOLOGAÇÃO PROC. 1741

HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Chupinguaia (RO), baseado no resultado apontado pelo Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGA** o Processo Administrativo nº **1741/2026**, conforme o Pregão Eletrônico nº **106/2026**. Após a tramitação legal, foi considerada vencedora pelo Pregoeiro, a empresa **CORES E PAPEIS COMERCIO E SERVICOS LTDA - CNPJ: 59.299.244/0001-60**, Documentação da empresa (ID 919570), vencedora dos itens licitados, perfazendo o valor total de R$ **24.000,60 (vinte e quatro mil reais e sessenta centavos).**
Cumpridas as exigências do Pregão Eletrônico apresentado os menores preços para o item de acordo com a Ata Final do Pregoeiro(ID 919576), Termo de Adjudicação (ID 919580), Homologação (ID920021).

Chupinguaia-RO, 05 de outubro de 2026.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES
Prefeito Municipal

Av. Valter Luiz Filus n. 1133 - Chupinguaia RO.

E-mail: gabinete.chp@hotmail.com - CEP: 76990-000 - Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por **WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 05/10/2026 às 10:43, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID **920942** e o código verificador **82539610**.

Referência: Processo nº 4-1741/2026.	Docto ID: 920942 v1

Publicado por:
Katiucia Paula da Silva
Código Identificador:D3A4D868

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 398, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO INTERINA DE SERVIDORA PARA CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Colorado do Oeste, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas Lei 2.662 de 11 de Junho de 2025 e suas alterações.
RESOLVE:
Art. 1° - Nomear interinamente, a senhora KEMY DI LAURA BARCELOS OLIVEIRA para ocupar o Cargo Comissionado de Coordenadora Administrativa da Unidade Básica de Saúde – UBS Francisco Emídio de Almeida, subordinada Secretaria Municipal de

Saúde, da Estrutura Administrativa desta Prefeitura, enquanto perdurar o afastamento do titular, fazendo jus às vantagens e à remuneração correspondentes ao cargo, a partir de 05 de outubro de 2026.
Art. 2° - As competências, atribuições e a remuneração relativas ao cargo são aquelas estabelecidas na Lei Municipal nº 2.662, de 11 de junho de 2025, e suas alterações.
Art. 3° - Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 05 de outubro de 2026.

PALÁCIO PREFEITO "CERENEU JOÃO NAUE", 02 DE OUTUBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 CEP 76.993-000
Email prefeitomunicipal@coloradodooeste.ro.gov.br / Site www.coloradodooeste.ro.gov.br
COLORADO DO OESTE - RO
Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por Edmilson Rodrigues de Almeida, Prefeito, em 05/10/2026 às 10:17, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br, informando o ID 635593 e o código verificador E3E354FC.
Docto ID: 635593 v1

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:9641BC62

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 399, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei complementar nº 071 de 28 de dezembro de 2012 e suas alterações.
RESOLVE:
Art. 1° - Conceder a servidora LUZIA FERREIRA MAGALHAES DE SOUZA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, empossada no regime estatutário em 28/03/2014 no cargo de Tecnica de Enfermagem, direito adquirido referente ao quinquênio 2014/2019 Licença Prêmio por 30 (trinta) dias, a contar do dia 30 setembro de 2026 a 29 de outubro de 2026.
Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus retroativos a 30 de setembro de 2026.

PALÁCIO PREFEITO "CERENEU JOÃO NAUE", 02 DE OUTUBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 CEP 76.993-000
Email prefeitomunicipal@coloradodooeste.ro.gov.br / Site www.coloradodooeste.ro.gov.br
COLORADO DO OESTE - RO
Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por Edmilson Rodrigues de Almeida, Prefeito, em 05/10/2026 às 10:17, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br, informando o ID 635724 e o código verificador 36A6D2D8.
Docto ID: 635724 v1

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:6DB29542

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 397, DE 2 DE OUTUBRO DE 2026

HOMOLOGA O PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – PMSAN 2025–2028 DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE/RO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei n° 1.605, de 25 de maio de 2011, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA de Colorado do Oeste/RO;
CONSIDERANDO que o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PMSAN 2025–2028 constitui instrumento de planejamento, organização e integração das políticas públicas voltadas à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Colorado do Oeste/RO; e
CONSIDERANDO a Resolução nº 02/2026/COMSEA, de 1º de outubro de 2026, que aprovou integralmente o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PMSAN 2025–2028;
RESOLVE:
Art. 1º HOMOLOGAR o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PMSAN 2025–2028, do Município de Colorado do Oeste, Estado de Rondônia, aprovado pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA.
Art. 2º Integra o presente Decreto, como se nele estivesse transcrito, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PMSAN 2025–2028 do Município de Colorado do Oeste/RO.
Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 2 DE OUTUBRO DE 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

Edmilson Rodrigues de Almeida
Prefeito
05/10/2026 11:15:27
Assinado na Forma do Decreto Municipal Nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br
informando o ID 635557 e o CRC 1570BF44.

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:55AF67BF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 100, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas e de acordo com as Leis Municipais nº 2.394/2022, 2.406/2022, 2.420/2022 e 2.470/2023, regulamentadas pelos Decretos Municipais nº 210/2022 e 251/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER ao servidor Cleison Passos da Silva, ocupante do cargo de ASSESSOR ESPECIAL DE SAÚDE, matrícula nº 42510, lotado na SEMUSA, desta Administração Municipal, 3,5 três e meia diárias no valor total de R$ 1.925,00 Mil e novecentos e vinte cinco reais, com desconto do auxílio alimentação referente a 2,5 dois e meio dias no valor de R$ 90,90 noventa reais e noventa centavos de acordo

com o Parágrafo 1º do Artigo 5º do Decreto nº 210/2022, totalizando um montante de R$ 1.834,10 Mil oitocentos e trinta e quatro reais e dez centavos, no período de 12/10/2026 a 16/10/2026, onde o mesmo se deslocará a Porto Velho com o objetivo de Participar da reunião pré-CIB do COSEMS/RO, reunião do COSEMS/RO, câmara técnica e 9ª Reunião Ordinária da CIB, que serão realizadas no município de Porto Velho. Conforme Ofício nº52494/2026/SESAU-COSEMS de 02/10/2026 (ID 635518).
Parágrafo Único - Usando como meio de Transporte: Toyota hilux placa: TFV6H95
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Prefeito Cereneu João Nauê, 05 de Outubro de 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 CEP 76.993-000
Email prefeitomunicipal@coloradodooeste.ro.gov.br / Site www.coloradodooeste.ro.gov.br
COLORADO DO OESTE - RO
Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por Edmilson Rodrigues de Almeida, Prefeito, em 05/10/2026 às 10:17, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.
Documento assinado eletronicamente por Cleison Passos da Silva, ASSESSOR ESPECIAL DE SAÚDE, em 05/10/2026 às 12:23, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br, informando o ID 635986 e o código verificador 4BE58F90.
Referência: Processo nº 1-226/2026. Docto ID: 635986 v1

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:7E0DAB1E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 101, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas e de acordo com as Leis Municipais nº 2.394/2022, 2.406/2022, 2.420/2022 e 2.470/2023, regulamentadas pelos Decretos Municipais nº 210/2022 e 251/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER ao servidor Willian Batista Moreno, ocupante do cargo de DIRETOR EXECUTIVO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, matrícula nº 4344-3, lotado na SEMUSA, desta Administração Municipal, 3,5 três e meia diárias no valor total de R$ 1.925,00 Mil e novecentos e vinte cinco reais, com desconto do auxílio alimentação referente a 2,5 dois e meio dias no valor de R$ 113,62 cento e treze reais e sessenta e dois centavos de acordo com o Parágrafo 1º do Artigo 5º do Decreto nº 210/2022, totalizando um montante de R$ 1.811,38 Mil oitocentos e onze reais e trinta e oito centavos, no período de 12/10/2026 a 16/10/2026, onde o mesmo se deslocará a Porto Velho com o objetivo de Participar da reunião pré-CIB do COSEMS/RO, reunião do COSEMS/RO, câmara técnica e 9ª Reunião Ordinária da CIB, que serão realizadas no município de Porto Velho. Conforme Ofício nº52494/2026/SESAU-COSEMS de 02/10/2026 (ID 635518)
Parágrafo Único - Usando como meio de Transporte: Toyota hilux placa: TFV6H95
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Prefeito Cereneu João Nauê, 05 de Outubro de 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 CEP 76.993-000
Email prefeitomunicipal@coloradodooeste.ro.gov.br / Site www.coloradodooeste.ro.gov.br
COLORADO DO OESTE - RO
Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por Edmilson Rodrigues de Almeida, Prefeito, em 05/10/2026 às 11:13, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.
Documento assinado eletronicamente por Cleison Passos da Silva, ASSESSOR ESPECIAL DE SAÚDE, em 05/10/2026 às 12:23, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br, informando o ID 636053 e o código verificador 0FB2B5CA.
Referência: Processo nº 1-521/2026. Docto ID: 636053 v1

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:A57CD81B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 102, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas e de acordo com as Leis Municipais nº 2.394/2022, 2.406/2022, 2.420/2022 e 2.470/2023, regulamentadas pelos Decretos Municipais nº 210/2022 e 251/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a servidora Elizangela Pereira da Silva, ocupante do cargo de Coordenadora Institucional de Produção e Estatísticas/Técnico em Enfermagem, matrícula nº 42536, lotado na SEMUSA, desta Administração Municipal, 3,5 três e meia diárias no valor total de R$ 1.925,00 Mil e novecentos e vinte cinco reais, com desconto do auxílio alimentação referente a 2,5 dois e meio dias no valor de R$ 90,90 noventa reais e noventa centavos de acordo com o Parágrafo 1º do Artigo 5º do Decreto nº 210/2022, totalizando um montante de R$ 1.834,10 Mil oitocentos e trinta e quatro reais e dez centavos, no período de 12/10/2026 a 16/10/2026, onde o mesmo se deslocará a Porto Velho com o objetivo de Participar da reunião pré-CIB do COSEMS/RO, reunião do COSEMS/RO, câmara técnica e 9ª Reunião Ordinária da CIB, que serão realizadas no município de Porto Velho.
Parágrafo Único - Usando como meio de Transporte: Toyota hilux placa: TFV6H95
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Prefeito Cereneu João Nauê, 05 de Outubro de 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 CEP 76.993-000
Email prefeitomunicipal@coloradodooeste.ro.gov.br / Site www.coloradodooeste.ro.gov.br
COLORADO DO OESTE - RO
Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por Edmilson Rodrigues de Almeida, Prefeito, em 05/10/2026 às 11:05, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.
Documento assinado eletronicamente por Cleison Passos da Silva, ASSESSOR ESPECIAL DE SAÚDE, em 05/10/2026 às 12:23, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br, informando o ID 636090 e o código verificador F4561709.
Referência: Processo nº 1-655/2026. Docto ID: 636090 v1

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:DE8EBA16

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 99, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas e de acordo com as Leis Municipais nº 2.394/2022, 2.406/2022, 2.420/2022 e 2.470/2023, regulamentadas pelos Decretos Municipais nº 210/2022 e 251/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a servidora Vanessa Leao da Silva Lourenzoni, ocupante do cargo de Nutricionista, matrícula nº 400573, lotado na SEMUSA, desta Administração Municipal, 3,5 três e meia diárias no valor total de R$ 1.925,00 Mil e novecentos e vinte cinco reais, com desconto do auxílio alimentação referente a 2,5 dois e meio dias no valor de R$ 90,90 noventa reais e noventa centavos de acordo com o Parágrafo 1º do Artigo 5º do Decreto nº 210/2022, totalizando um montante de R$ 1.834,10 Mil oitocentos e trinta e quatro reais e dez centavos, no período de 12/10/2026 a 16/10/2026, onde o mesmo se deslocará a Porto Velho com o objetivo de Participar da reunião pré-CIB do COSEMS/RO, reunião do COSEMS/RO, câmara técnica e 9ª Reunião Ordinária da CIB, que serão realizadas no município de Porto Velho. Conforme Ofício nº52494/2026/SESAU-COSEMS de 02/10/2026 (ID 635518).
Parágrafo Único - Usando como meio de Transporte: Toyota hilux placa: TFV6H95
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Prefeito Cereneu João Nauê, 05 de Outubro de 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 CEP 76.993-000
Email prefeitomunicipal@coloradodooeste.ro.gov.br / Site www.coloradodooeste.ro.gov.br
COLORADO DO OESTE - RO
Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por Edmilson Rodrigues de Almeida, Prefeito, em 05/10/2026 às 10:17, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.
Documento assinado eletronicamente por Cleison Passos da Silva, ASSESSOR ESPECIAL DE SAÚDE, em 05/10/2026 às 12:23, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br, informando o ID 635965 e o código verificador 6C6DAB0B.
Referência: Processo nº 1-917/2026. Docto ID: 635965 v1

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:6A92550C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26-A/2025, CELEBRADA ENTRE O MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE – RO E A EMPRESA DUBLIN NEGOCIOS & SERVIÇOS LTDA. PROC. Nº 1643/2025 ARP Nº 26-A/2025 PE Nº 25/2025

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE/RO, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.391512/0001-87, com sede à Avenida Paulo de Assis Ribeiro, 4132, neste ato representada Prefeito Municipal **EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA** e as empresa abaixo qualificada, resolve ADITIVAR a Ata de Registro de Preço da empresa **DUBLIN NEGOCIOS & SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ : 45.717.515/0001-45, com sede na AV EDSON LIMA DO NASCIMENTO, 2549 - SÃO PEDRO, Ji-Paraná - RO, neste ato representado por **EDER PAULO MIDINO CAMPOS**, brasileiro, possuindo o CPF nº 97xxxxxxxxxx, mesmo endereço, doravante denominada ADITADA, observadas as cláusulas estabelecidas no edital que regeu o certame e o art. 84 da Lei n. 14.133/2021 e que tiveram itens vencedores, conforme a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
Parágrafo único: Constitui objeto do presente aditivo a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 26-A/2025 por 1 (um).
CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO
Parágrafo único: Fica prorrogada de 09/10/2026 até 08/10/2027 a vigência da Ata de Registro de Preços ora aditada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Parágrafo único: Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente Termo Aditivo.

Para firmeza e prova do acordo é lavrado o presente Termo Aditivo da Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste, RO, o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes aditantes e pelas testemunhas abaixo, dele sendo extraídas as cópias necessárias para o seu fiel cumprimento.

Colorado do Oeste, 02 de outubro de 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA	Dublin Negocios & Serviços LTDA
Prefeito de Colorado do Oeste	***EDER PAULO MIDINO CAMPOS***
Aditante	

FRANCESCO DELLA CHIESA OAB/RO 5025
Advogado do Município Mat. 408781

TESTEMUNHAS:

1._____	2. _____
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:
R.G.:	R.G.:

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 CEP 76.993-000
Email prefeitomunicipal@coloradodooeste.ro.gov.br / Site www.coloradodooeste.ro.gov.br
COLORADO DO OESTE - RO
Documento assinado eletronicamente por **Francesco Della Chiesa**, **Advogado**, em 02/10/2026 às 11:50, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.
Documento assinado eletronicamente por **EDER PAULO MEDINO CAMPOS**, **PROPRIETÁRIO**, em 02/10/2026 às 12:32, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.
Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **Edmilson Rodrigues de Almeida**, **Prefeito**, em 05/10/2026 às 11:15, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br, informando o ID **635647** e o código verificador **FD2E6BB6**.

Referência: Processo nº 1-1643/2025.	Docto ID: 635647 v1

Publicado por:
Roseli Conceição Feliciano
Código Identificador:EF18F13B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26-B/2025, CELEBRADA ENTRE O MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE – RO E A EMPRESA CASTOR EVENTOS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. PROC. Nº 1643/2025 ARP Nº 26-B/2025 PE Nº 25/2025

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE/RO, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.391512/0001-87, com sede à Avenida Paulo de Assis Ribeiro, 4132, neste ato representada Prefeito Municipal **EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA** e as empresa abaixo qualificada, resolve ADITIVAR a Ata de Registro de Preço da empresa **CASTOR EVENTOS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ : 49.975.935/0001-82, com sede na R SALVADOR, 2060 - SETOR 03, Ariquemes – RO, neste ato representado por **ALISSON ROBERTO CASTOR SANTOS**, brasileiro, possuindo o CPF nº 024xxxxxxxxxx, mesmo endereço, doravante denominada ADITADA, observadas as cláusulas estabelecidas no edital que regeu o certame e o art. 84 da Lei n. 14.133/2021 e que tiveram itens vencedores, conforme a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
Parágrafo único: Constitui objeto do presente aditivo a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 26-B/2025 por 1 (um).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO
Parágrafo único: Fica prorrogada de 09/10/2026 até 08/10/2027 a vigência da Ata de Registro de Preços ora aditada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Parágrafo único: Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente Termo Aditivo.

Para firmeza e prova do acordo é lavrado o presente Termo Aditivo da Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste, RO, o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes aditantes e pelas testemunhas abaixo, dele sendo extraídas as cópias necessárias para o seu fiel cumprimento.

Colorado do Oeste, 02 de outubro de 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA	Castor Eventos Comercio E Serviços LTDA
Prefeito de Colorado do Oeste	***ALISSON ROBERTO CASTOR SANTOS***
Aditante	

FRANCESCO DELLA CHIESA OAB/RO 5025
Advogado do Município Mat. 408781

TESTEMUNHAS:

1._____	2. _____
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:
R.G.:	R.G.:

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 CEP 76.993-000
Email prefeitomunicipal@coloradodooeste.ro.gov.br / Site www.coloradodooeste.ro.gov.br
COLORADO DO OESTE - RO
Documento assinado eletronicamente por **Francesco Della Chiesa**, **Advogado**, em 02/10/2026 às 11:42, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **Edmilson Rodrigues de Almeida**, **Prefeito**, em 05/10/2026 às 11:15, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br, informando o ID **635632** e o código verificador **E63A1B93**.

Referência: Processo nº 1-1643/2025.	Docto ID: 635632 v1

Publicado por:
Roseli Conceição Feliciano
Código Identificador:BD69FFF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26-C/2025, CELEBRADA ENTRE O MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE – RO E A EMPRESA ARMTRO SERVIÇOS E EVENTOS LTDA. PROC. Nº 1643/2025 ARP Nº 26-C/2025 PE Nº 25/2025

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE/RO, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.391512/0001-87, com sede à Avenida Paulo de Assis Ribeiro, 4132, neste ato representada Prefeito Municipal **EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA** e as empresa abaixo qualificada, resolve ADITIVAR a Ata de Registro de Preço da empresa **ARMTRO SERVIÇOS E EVENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ : 50.204.419/0001-33, com sede na RUA CIDADE VERDE - DE 1600/1601 AO FIM, 3479 - RESIDENCIAL CIDADE VERDE, Vilhena – RO, neste ato representado por **CAIO EWERTON GOMES DE ARAUJO**, brasileiro, possuindo o CPF nº 041xxxxxxxxxx, mesmo endereço, doravante denominada ADITADA, observadas as cláusulas estabelecidas no edital que regeu o certame e o art. 84 da Lei n. 14.133/2021 e que tiveram itens vencedores, conforme a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
Parágrafo único: Constitui objeto do presente aditivo a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 26-C/2025 por 1 (um).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO
Parágrafo único: Fica prorrogada de 09/10/2026 até 08/10/2027 a vigência da Ata de Registro de Preços ora aditada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Parágrafo único: Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente Termo Aditivo.

Para firmeza e prova do acordo é lavrado o presente Termo Aditivo da Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste, RO, o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes aditantes e pelas testemunhas abaixo, dele sendo extraídas as cópias necessárias para o seu fiel cumprimento.

Colorado do Oeste, 02 de outubro de 2026.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA	Armtro Serviços E Eventos LTDA
Prefeito de Colorado do Oeste	***CAIO EWERTON GOMES DE ARAUJO***
Aditante	

FRANCESCO DELLA CHIESA
OAB/RO 5025
Advogado do Município Mat. 408781

TESTEMUNHAS:

1._____	2. _____
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:
R.G.:	R.G.:

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 CEP 76.993-000
Email prefeitomunicipal@coloradodooeste.ro.gov.br / Site www.coloradodooeste.ro.gov.br
COLORADO DO OESTE - RO

Documento assinado eletronicamente por **Francesco Della Chiesa**, **Advogado**, em 02/10/2026 às 10:29, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **Edmilson Rodrigues de Almeida**, **Prefeito**, em 05/10/2026 às 11:15, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br, informando o ID **635505** e o código verificador **43737AD3**.

Referência: Processo nº 1-1643/2025.	Docto ID: 635505 v1

Publicado por:
Roseli Conceição Feliciano
Código Identificador:4EDF984E

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES

SUPERINTENDENCIA DE LICITAÇÃO - SUPEL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito do Município de Costa Marques, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições, e considerando o parecer jurídico favorável, **HOMOLOGA** o procedimento licitatório constante do **Processo Administrativo nº 1126/SEMASC/2026**, que originou o **Pregão Eletrônico nº 24/SUPEL/2026**, conforme preceitua a Lei Federal nº 14.133/21, Instrução Normativa nº 73/SEGES/22, Lei Complementar 123/2006, Lei Compl. Municipal nº 70/GAB/2018, Lei Compl. Municipal nº 80/GAB/2021, e suas alterações, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada no fornecimento de internet banda larga, utilizando tecnologia de fibra óptica, incluindo o fornecimento de materiais repositores, destinados ao atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania – SEMASC, deste município, o referido objeto à empresa:

INFINITY STORE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA – inscrita no CNPJ nº 37.007.414/0001-52, que se sagrou vencedora em todos os itens da licitação, totalizando um valor de **R$ 22.993,50** (vinte e dois mil, novecentos e noventa e três reais e cinquenta centavos).

Publique - se.

Costa Marques/RO, 05 de outubro de 2026.

FABIOMAR AGOSTINI BENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Arriates Neto
Código Identificador:13085AD5

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM

CÃMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
EXONERAÇAO VITORIA

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
GABINETE DA PRESIDENTE

PORTARIA Nº017/RH/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Cujubim-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:
Art. 1.º - EXONERAR a servidora VITORIA DA SILVA BRUM PEREIRA a função de **ASSESSORA PARLAMENTAR,** de acordo com o Anexo II da Lei Municipal nº 1.347/2022, e dá outras providências.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Agostinho Becker, Cujubim-RO, em 01 de outubro de 2026.

HAROLDO RODRIGUES FIGUEREDO
Presidente

Publicado por:
Lidiana Pereira Dos Santos
Código Identificador:1FE4B76D

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2026

O Município de Cujubim, Estado de Rondônia, através do Gabinete do Prefeito, torna público a Adesão à **AVISO DE ADESÃO À ATA E REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2026, c**ujo objeto trata- se **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, CONTEMPLANDO A ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, LEVANTAMENTOS, PROJETOS, ORÇAMENTOS, MEMORIAIS E DEMAIS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO.**

Valor Total **R$ 851.729,78 (oitocentos e cinquenta um mil setecentos e vinte nove reais e setenta oito centavos)**

Empresa: ÊXITO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.
CNPJ: 32.250.463/0001-06

Ratifico o ato de adesão ao **AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2026**, realizado pelo município de SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ.

Cujubim/RO, 05 de outubro de 2026.

JOÃO BECKER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Rosa Dahm de Aguiar
Código Identificador:2B1AA5A7

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.322 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

Institui o Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização de Cujubim – CEMPA, estabelece sua composição, competências e funcionamento, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CUJUBIM, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 8º da Lei Municipal nº 1.742, de 20 de julho de 2026,

CONSIDERANDO o direito fundamental à educação e a garantia de padrão de qualidade previstos no art. 205 e art. 206, inciso VII, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o art. 211, § 2º, da Constituição Federal estabelece que os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil em regime de colaboração;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), em especial o art. 4º, inciso XI, que estabelece como dever do Estado a garantia da alfabetização plena e da capacitação gradual para a leitura;

CONSIDERANDO as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação - PNE (Lei Federal nº 13.005/2014) e do Plano Municipal de Educação de Cujubim;

CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e o Referencial Curricular do Estado de Rondônia – RCRO;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, e a adesão formal do Município de Cujubim aos seus eixos estruturantes;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 1.311, de 26 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a implantação do Programa Alfabetizando para o Ciclo de Alfabetização no Município de Cujubim;

CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de consolidar uma instância colegiada municipal de governança, planejamento, monitoramento e avaliação das ações voltadas à garantia da alfabetização de todas as crianças na idade certa;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Cujubim, o Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização – CEMPA, órgão colegiado de governança, articulação, planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º O CEMPA integra a estrutura de governança da Política Municipal de Alfabetização de Cujubim e atuará em articulação com o Programa Alfabetizando, instituído pelo Decreto Municipal nº 1.311, de 26 de dezembro de 2022, com a política de alfabetização do território estadual e com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Parágrafo único. O CEMPA dará continuidade às ações de acompanhamento, análise de resultados e tomada de decisões previstas no Programa Alfabetizando, ampliando sua atuação para a governança sistêmica da alfabetização municipal.

Art. 3º São objetivos do CEMPA:

I – fortalecer a implementação da Política Municipal de Alfabetização;

II – assegurar o direito à alfabetização plena e à aprendizagem dos estudantes da Rede Pública Municipal de Ensino;

III – promover a articulação entre a Educação Infantil, os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a Educação Especial, a Educação em Tempo Integral e demais modalidades;

IV – acompanhar indicadores educacionais e resultados das avaliações diagnósticas, formativas, internas e externas;

V – subsidiar a tomada de decisões pedagógicas e administrativas com base em evidências;

VI – acompanhar e fortalecer as ações de formação continuada dos profissionais da educação;

VII – acompanhar ações de recomposição e nivelamento das aprendizagens;

VIII – contribuir para a redução das desigualdades educacionais e a promoção da equidade na rede municipal.

Art. 4º O CEMPA será composto pelos seguintes membros titulares e seus respectivos suplentes:

I – Secretário(a) Municipal de Educação e Cultura, que o presidirá;

II – Coordenador(a) Municipal do PROALFA/CNCA;

III – Formadores(as) Municipais da Educação Infantil e dos Anos Iniciais;

IV – Agente Municipal de Monitoramento e Avaliação;

V – Coordenador(a) Municipal da Educação em Tempo Integral;

VI – Supervisores(as) Escolares das seguintes unidades da Rede Pública Municipal:

a) EMEF Aluísio Becker;

b) EMEIEF Pequeno Príncipe;

c) EMEIEF 23 de Março; d) EMEI Raio de Luz;

e) EMEIEF Teotônio Brandão Vilela;

VII – 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal;

VIII – 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação – CME;

IX – 01 (um) representante da Câmara Municipal de Vereadores.

§ 1º Cada membro titular terá um suplente formalmente indicado, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Poderão ser convidados para participar das reuniões, em caráter consultivo e sem direito a voto, representantes de outros órgãos da Administração Pública, especialistas, profissionais da educação e instituições parceiras cuja contribuição técnica seja relevante para a pauta.

Art. 5º Compete ao CEMPA:

I – acompanhar e avaliar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;

II – monitorar a execução técnica e os resultados do Programa Alfabetizando;

III – propor ações estratégicas complementares para o aperfeiçoamento do ciclo de alfabetização;

IV – acompanhar o cumprimento das metas municipais pactuadas no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e nos planos de educação;

V – analisar os resultados das avaliações de larga escala e diagnósticas (ICA, SAEB, SAERO, PROALFA, FLEO e correlatas);

VI – propor intervenções pedagógicas orientadas por evidências diagnósticas;

VII – acompanhar os planos e cronogramas de formação continuada dos docentes;

VIII – acompanhar o desenvolvimento de habilidades de leitura, escrita, fluência leitora e letramento matemático;

IX – planejar e monitorar as estratégias de recomposição das aprendizagens para os alunos com defasagem;

X – promover a articulação institucional entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e as unidades escolares;

XI – monitorar os índices de frequência escolar, abandono e fluxo dos estudantes dos anos iniciais;

XII – analisar relatórios de acompanhamento emitidos pelas equipes escolares;

XIII – emitir recomendações técnicas à Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

XIV – acompanhar a execução dos encaminhamentos e pactuações deliberadas;

XV – elaborar relatório anual consolidado sobre a situação da alfabetização no Município;

XVI – fortalecer a integração e a troca de experiências com as instâncias estaduais e federais de educação;

XVII – exercer outras atribuições de governança e monitoramento que lhe forem delegadas.
Art. 6º A presidência do CEMPA será exercida pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação e Cultura, a quem compete:

I – representar institucionalmente o Comitê;

II – convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias;

III – zelar pelo cumprimento das finalidades e competências do órgão;

IV – promover a interlocução com os demais órgãos da Administração Pública para cumprimento das deliberações;

V – designar, dentre os membros do Comitê, um(a) Coordenador(a) Executivo(a).

§ 1º Compete ao(à) Coordenador(a) Executivo(a):

I – organizar a pauta, a documentação e os registros das reuniões;

II – acompanhar a execução dos encaminhamentos e deliberações;

III – secretariar os trabalhos e lavrar as atas;

IV – articular os membros do colegiado para cumprimento do cronograma anual;

V – prestar apoio técnico-operacional à Presidência do Comitê.

§ 2º Nas ausências ou impedimentos do(a) Presidente, a condução das reuniões caberá ao(à) Coordenador(a) Executivo(a).

§ 3º A designação do(a) Coordenador(a) Executivo(a) poderá ser alterada a qualquer tempo por ato próprio da Presidência do CEMPA.

Art. 7º Compete ao(à) Coordenador(a) Municipal do PROALFA/CNCA exercer a coordenação técnica do CEMPA, cabendo-lhe:

I – articular o alinhamento das ações municipais com as diretrizes estadual e nacional de alfabetização;

II – subsidiar tecnicamente as discussões pedagógicas do Comitê;

III – consolidar e sistematizar os relatórios e indicadores educacionais;

IV – subsidiar as equipes escolares na aplicação dos instrumentos avaliativos.

Art. 8º Compete aos demais integrantes do CEMPA participar assiduamente das reuniões, subsidiar o colegiado com informações técnicas de seus respectivos segmentos e colaborar ativamente na execução das deliberações.

Art. 9º O CEMPA reunir-se-á ordinariamente a cada 2 (dois) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por solicitação da maioria simples de seus membros.

§ 1º As reuniões serão instaladas com a presença da maioria absoluta de seus integrantes. § 2º As deliberações serão tomadas por maioria simples dos membros presentes. § 3º Em caso de empate, caberá ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 10. As reuniões do CEMPA serão registradas em atas circunstanciadas, instruídas com listas de presença e documentos pertinentes.

Art. 11. O CEMPA elaborará plano de trabalho anual para o acompanhamento das metas e ações da Política Municipal de Alfabetização.

Parágrafo único. O plano de trabalho poderá sofrer revisões periódicas conforme os resultados das avaliações e do monitoramento contínuo.

Art. 12. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura prestará o suporte técnico, administrativo e a infraestrutura necessária para o regular funcionamento do CEMPA.

Art. 13. A atuação dos membros do CEMPA é considerada serviço público relevante, não remunerada a qualquer título.

Art. 14. Os membros titulares e suplentes do CEMPA serão nomeados por ato próprio do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante indicação dos respectivos setores e órgãos.

Art. 15. O CEMPA poderá elaborar seu Regimento Interno para disciplinar procedimentos complementares de funcionamento, no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar de sua instalação, a ser homologado por ato da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 16. Os casos omissos neste Decreto serão dirimidos pela Presidência do CEMPA, ouvida, quando cabível, a Procuradoria-Geral do Município.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cujubim/RO, 02 de outubro de 2026.

JOÃO BECKER
Prefeito do Município de Cujubim/RO

Publicado por:
Allan Cardoso Pipino
Código Identificador:AAF7BCC4

GABINETE DO PREFEITO
DESPACHO DA AUTORIDADE SUPERIOR AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo nº: 1222/2026
Interessado: Gabinete do Prefeito
Órgão Aderente: Município de Cujubim/RO
Órgão Gerenciador: Município de São Francisco do Guaporé
Ata de Registro de Preços nº: 07/2026

Objeto da Ata: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, CONTEMPLANDO A ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, LEVANTAMENTOS, PROJETOS, ORÇAMENTOS, MEMORIAIS E DEMAIS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO.

Trata-se de **Processo Administrativo instaurado com a finalidade de adesão à Ata de Registro de Preços 07/2026,** realizado pelo **Município de SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ**, cujo objeto consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, CONTEMPLANDO A ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, LEVANTAMENTOS, PROJETOS, ORÇAMENTOS, MEMORIAIS E DEMAIS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO.**

Constam dos autos, dentre outros documentos:

• justificativa técnica e administrativa da **vantajosidade da adesão**;
• comprovação da compatibilidade do objeto com as necessidades do Município de Cujubim/RO;
• autorização formal do **órgão gerenciador da Ata**;
• aceite da **empresa detentora da Ata de Registro de Preços**;
• pesquisa de preços demonstrando a **adequação e economicidade dos valores registrados**;
• manifestação do setor demandante.

II DA FUNDAMENTAÇÃO

A adesão à Ata de Registro de Preços encontra amparo no **art. 82 da Lei nº 14.133/2021**, que autoriza a utilização da Ata por órgãos não participantes, desde que observadas as condições nela estabelecidas e demonstrada a **vantajosidade da contratação**.
Ressalte-se que a adesão à Ata **não configura novo procedimento licitatório**, tratando-se de **ato administrativo derivado**, razão pela qual **não se submete às fases de adjudicação ou homologação**, mas exige **ato formal e motivado de autorização pela autoridade competente**.

No caso concreto, restou devidamente comprovado que:

• o objeto atende integralmente às necessidades do órgão aderente;
• os preços registrados mostram-se **compatíveis com o mercado** e **vantajosos para a Administração**;
• foram observadas todas as exigências legais e regulamentares aplicáveis.

III DA DECISÃO

Diante do exposto, com fundamento no **art. 82 da Lei nº 14.133/2021**, e considerando a regular instrução do processo.

RESOLVO:

I AUTORIZAR a **adesão do Município de Cujubim/RO à Ata de Registro de Preços nº 07/2026**, do Município de **SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ** para contratação do objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, CONTEMPLANDO A ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, LEVANTAMENTOS, PROJETOS, ORÇAMENTOS, MEMORIAIS E DEMAIS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO.**
II AUTORIZAR a formalização da contratação com a empresa, **ÊXITO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 32.250.463/0001-06**, na quantidade e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços;

III DETERMINAR a adoção das providências administrativas subsequentes, inclusive emissão de empenho, assinatura de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;

IV DETERMINAR a publicação do presente despacho, na forma da legislação vigente.

Cujubim/RO, 05 de outubro de 2026.

JOÃO BECKER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Rosa Dahm de Aguiar
Código Identificador:C21C366B

INPREC - INSTITUTO DE PREVIDENCIA
JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA Nº 002/2026

Dispensa nº 002/INPREC/2026.
Processo Administrativo nº: 113/2026.
Unidade: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Cujubim – INPREC
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de ornamentação, decoração e estruturação da IV Conferência Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Cujubim.
Valor estimado: R$ 4.500,00
Contratada: Aline Munari Garcia de Souza – CNPJ nº 14.615.901/0001-00
1. Fundamentação legal
A presente contratação direta fundamenta-se no **art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**, que admite a dispensa de licitação em razão do valor para contratação de outros serviços e compras dentro do limite legal atualizado.
No âmbito municipal, aplica-se também o **Decreto Municipal nº 1.287/2022**, que regulamenta as contratações diretas no Município de Cujubim.
O valor da contratação, de **R$ 4.500,00**, encontra-se significativamente abaixo do limite legal aplicável à hipótese.
2. Da verificação do fracionamento indevido
Para fins de observância do limite legal, foi realizada a verificação das contratações realizadas pelo **INPREC no exercício financeiro de 2026**.
Não foi identificada outra contratação, dispensa ou despesa realizada pelo INPREC durante o exercício de 2026 referente a serviços de decoração, ornamentação, organização de eventos ou objeto de natureza semelhante, especialmente relacionado ao ramo de atividade correspondente à **subclasse CNAE 82.30-0-01 – Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas**.
Dessa forma, **não se verifica, para a presente contratação, a ocorrência de fracionamento indevido da despesa**, considerando-se as informações constantes dos autos e a inexistência de contratação anterior de mesma natureza no exercício.
A providência observa expressamente o **art. 13, §§1º e 2º, do Decreto Municipal nº 1.287/2022**.
3. Da caracterização da necessidade
A contratação tem por finalidade viabilizar a realização da **IV Conferência Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Cujubim**, prevista para ocorrer em **09 de outubro de 2026**, no Centro de Eventos.
O objeto compreende, de forma integrada, a ornamentação, decoração e estruturação do espaço, incluindo materiais, mobiliários, transporte, montagem, instalação, desmontagem, retirada, limpeza e sanitização.
A solução foi previamente estudada no **DFD, ETP, Mapa de Gestão de Riscos e Termo de Referência**, documentos que integram a instrução processual.
4. Da adequação da solução
A contratação de uma única empresa para execução integrada mostra-se adequada diante da **interdependência dos serviços**, da necessidade de montagem previamente ao evento, da desmontagem somente após seu encerramento e da necessidade de coordenação entre os diversos elementos da estrutura.
A proposta apresentada contempla integralmente o objeto definido no Termo de Referência e apresenta **valor global de R$ 4.500,00**, conforme documento de cotação juntado aos autos.
5. Da justificativa do preço
O valor de **R$ 4.500,00** foi objeto de análise de compatibilidade com os parâmetros de mercado obtidos na instrução processual, inclusive mediante consulta a contratações públicas de objeto semelhante.
Ressalta-se que os parâmetros utilizados como referência **não possuem identidade absoluta com o objeto desta contratação**, razão pela qual foram considerados como elementos comparativos de mercado, e não como equivalência automática.
A proposta apresentada pela futura contratada contempla **todos os materiais, mão de obra, transporte, encargos, tributos e demais despesas necessárias à execução integral do objeto**.
Assim, considerando as características e quantitativos definidos no Termo de Referência, conclui-se pela **compatibilidade do valor global de R$ 4.500,00 com os parâmetros de mercado disponíveis nos autos**.
6. Da razão da escolha da contratada
A escolha de **Aline Munari Garcia de Souza – CNPJ nº 14.615.901/0001-00** decorre da apresentação de proposta compatível com o objeto integral, abrangendo todos os serviços e fornecimentos necessários à realização do evento.
A documentação cadastral apresentada demonstra que a empresa possui como atividade principal **serviços de organização de feiras,**

congressos, exposições e festas – CNAE 82.30-0-01, atividade diretamente relacionada ao objeto pretendido.
Além disso, a contratada apresentou documentação de regularidade e habilitação juntada aos autos, sujeita à conferência final pelo setor responsável.
Registra-se que **a escolha não se fundamenta exclusivamente no fato de a empresa estar sediada no Município de Cujubim**, mas na compatibilidade de sua atividade, proposta, capacidade de execução e condições apresentadas com a necessidade administrativa.
7. Da preferência à MEI

A contratada enquadra-se como **Microempreendedora Individual – MEI**.
Tal condição é compatível com a preferência estabelecida pelo **art. 13 do Decreto Municipal nº 1.287/2022**, segundo o qual, nas dispensas fundamentadas nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, a contratação deverá ser feita **preferencialmente com microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual**.
8. Da não utilização da dispensa eletrônica
A presente contratação será processada **na forma não eletrônica**, mediante contratação direta por dispensa em razão do valor.
O **Decreto Municipal nº 1.287/2022, art. 14**, estabelece que os órgãos e entidades municipais **poderão adotar** o sistema de dispensa eletrônica nas hipóteses do art. 75, inclusive no inciso II, não estabelecendo sua obrigatoriedade geral.
O **Decreto Municipal nº 1.622/2024** regulamenta especificamente o procedimento eletrônico. Seu art. 11 estabelece prazo mínimo de **3 dias úteis** para abertura e envio de lances no procedimento eletrônico.
Como **não será utilizado o Sistema de Dispensa Eletrônica**, não se aplica ao presente procedimento o rito próprio desse sistema, inclusive o prazo de três dias úteis previsto no art. 11 do Decreto nº 1.622/2024.
9. Da instrução processual
A contratação deverá permanecer instruída, conforme aplicável, com os documentos exigidos pelo **art. 72 da Lei nº 14.133/2021** e pelo **Decreto Municipal nº 1.287/2022**, incluindo:

• DFD;
• ETP;
• Mapa de Gestão de Riscos;
• Termo de Referência;
• estimativa da despesa;
• demonstração da disponibilidade orçamentária;
• comprovação da habilitação;
• razão da escolha do contratado;
• justificativa de preço;
• autorização da autoridade competente;
• manifestação jurídica, quando exigível;
• demais documentos pertinentes.

O Decreto Municipal nº 1.287/2022 também prevê a possibilidade de dispensa da análise jurídica nas hipóteses previamente definidas por ato do Procurador-Geral, nos termos do art. 53, §5º, da Lei nº 14.133/2021.
10. Conclusão
Diante do exposto, **justifica-se a contratação direta**, por dispensa de licitação em razão do valor, com fundamento no **art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**, pelo valor global de **R$ 4.500,00**, desde que mantidas nos autos as condições e comprovações acima indicadas.
Registra-se, especialmente, que:
a) o valor está dentro do limite legal aplicável;
b) não houve, no exercício de 2026, outra contratação pelo INPREC de objeto de mesma natureza;
c) não foi identificada situação de fracionamento indevido da despesa;
d) o preço foi objeto de justificativa e análise de compatibilidade;
e) a contratada é **MEI**, em consonância com a preferência prevista no regulamento municipal;
f) a empresa apresentou proposta global de **R$ 4.500,00** para a integralidade do objeto;
g) a contratação será processada **sem utilização do Sistema de Dispensa Eletrônica**; e
h) deverão ser cumpridas as demais formalidades legais e regulamentares antes da efetiva contratação.
É o que se justifica.

Cujubim/RO, 05 de Outubro de 2026.

SERGIO HENRIQUE SANTUZZI ZUCCOLOTTO
Agente de Contratação

Publicado por:
Sergio Henrique Santuzzi Zuccolotto
Código Identificador:D0173BBB

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA

COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇAO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026 AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026
AVISO DE LICITAÇÃO

Órgão: Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira/RO
Processo nº 1328/2026.
Objeto: Registro de Preços para Aquisição Gêneros Alimentícios, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU, da Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira-RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Valor estimado de **R$ 2.205.782,00 (dois milhões duzentos e cinco mil, setecentos e oitenta e dois reais).**

Data para cadastro de propostas: 06/10/2026, a partir das 9h, finalizando às 8h59min do dia 19/10/2026 Início da Sessão Pública: 19/10/2026**, às 9h** (Horário de Brasília).

Local da disputa virtual**: https://bnccompras.com/r.**

A retirada do edital completo poderá ser efetuada gratuitamente no Portal virtual **https://bnccompras.com/** site www.governadorjorgeteixeira.ro.gov.br, E-mail. cpl@governadorjorgeteixeira.ro.gov.br ou na Comissão Permanente de Licitações, sito à Av Pedras Brancas, nº. 939, Bairro Centro, de Segunda à sexta-feira 07h30min às 13h30min, exceto feriados, informações através do tel. (69) 3524-1283.

Gov. Jorge Teixeira - RO, 05 de Outubro de 2026.

MAXSON BATISTA SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Marcio de Souza
Código Identificador:33D67469

GABINETE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 022/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 022/2026

O Secretário de Administração do Município de Governador Jorge Teixeira, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO, para fins de comparecimento e posse dos candidatos aprovados no Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2024, RESULTADO FINAL E DEFINITIVO conforme publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 24/12/2024. Edição 3883 e conforme Homologação 01 de 31/01/2025 (ID 271752)processo 1093/2023 conforme relação abaixo:

1**. DOS CANDIDATOS CONVOCADOS**

Ficam convocados os candidatos aprovados no concurso público para os seguintes cargos:

Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Cargo: Auxiliar de Creche 40 horas - SEMED .

Candidato	Classificação Geral	Classificação PcD	Classificação Afrodescendente	CPF
ROSANA SANTOS QUIRINO	29º	-	-	**6.810.462-**

Cargo: Merendeira 40 horas - SEMED .

Candidato	Classificação Geral	Classificação PcD	Classificação Afrodescendente	CPF
JOCILENE JACINTHO MENDES	-	-	09º	**4.000.702-**

Cargo: Professor Pedagogo 30 horas - SEMED.

Candidato	Classificação Geral	Classificação PcD	Classificação Afrodescendente	CPF
LUCIA PESTANA DA SILVA	81º	-	-	**8.383.872-**
LEONICE SERAFIM BARBOSA	-	-	106º	**8.504.672-**
ROSINEIDE RIBEIRO DA SILVA OLIVEIRA	83º	-	-	**4.288.912-**
CRISTIANE SABINO GOMES TAVARES	84º	-	-	**6.517.902-**
MARGARETE CARBONERA	85º	-	-	**0.818.832-**
THIAGO PEREIRA DOS SANTOS	-	-	108º	**8.811.262-**
SUELI DOS SANTOS DE SOUSA	86º	-	-	**7.702.072-**
CRISTIANE OLIVEIRA VILELA	87º	-	-	**2.466.922-**

Cargo: Supervisor Escolar 40 horas - SEMED.

Candidato	Classificação Geral	Classificação PcD	Classificação Afrodescendente	CPF
ESTER BORGES DA SILVA	2º	-	-	**4.513.432-**

2. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA CONFORME PREVISTA NO EDITAL DO CONCURSO PUBLICO 0001/2024 NO ITEM 12.

2.1 - Os candidatos convocados deverão comparecer no Setor de Recursos Humanos no prazo de 30 dias a partir da publicação deste edital, munidos dos seguintes documentos (originais e cópias):

2.2 - Original e uma fotocópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;

2.2 - Original e uma fotocópia da Certidão de Nascimento dos dependentes legais Menores de 14 (catorze) anos de idade;

2.3 - Original e uma fotocópia do Cartão de Vacina dos dependentes menores de 07 (sete) anos;

2.4 - Comprovante de Frequência Escolar dos dependentes Maiores de 05 (cinco) anos e menores de 14 (catorze) anos;

2.5 - RG Original e uma fotocópia da Cédula de Identidade;

2.6 - CPF Original e uma fotocópia do CPF/MF;

2.6.1- Obs.: não será aceito a numeração disponibilizada em outros documentos de identificação. Em caso de 2ªvia, o mesmo pode ser expedido através da internet: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp

2.7 - Original e uma fotocópia do título de Eleitor;

2.8 Certidão negativa de quitação e de crimes eleitorais comprovando que está quite com a Justiça Eleitoral (disponível no site: www.tre.ro.gov.br);

2.9 - Original e uma fotocópia do Cartão do PIS/PASEP;

Uma fotocópia da última declaração do Imposto de Renda ou de isento (disponível no site: www.receita.fazenda.gov.br);

2.10 - Original e uma fotocópia do certificado de Reservista;

2.11 -Original e uma fotocópia do Comprovante de Escolaridade exigida para o exercício do cargo com devido reconhecimento pelo Ministério da Educação do Brasil-MEC. (Não será aceito outro tipo de comprovação de escolaridade que não esteja de acordo com o previsto no disposto do item do Edital); Registro no Conselho de Classe equivalente - uma fotocópia, exceto para os cargos cuja legislação não exija registro no respectivo conselho;

2.11- Original da prova de Quitação com a Fazenda Pública do Estado de Rondônia, expedida pela Secretaria de Estado de Finanças do estado de Rondônia (disponível no site: www.sefin.ro.gov.br);

2.12 - Original da prova de Quitação com a Fazenda Pública Municipal, expedida pelo Município de Governador Jorge Teixeira (disponível no site: https://governadorjorgeteixeira.ro.gov.br/;

2.13 - Original da Certidão Negativa expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (disponível no site: www.tce.gov.br);

2.14 - Original do Exame de Capacidade Física e Mental, expedido pela Junta Médica Oficial do Município de Governador Jorge Teixeira;

2.15 - CTPS original e uma fotocópia da Carteira de Trabalho - CTPS, páginas da fotografia e da Identificação;

2.16 - Comprovante de Residência recente;

Duas fotografias 3X4 iguais e recentes;

2.17 - Originais das Certidões Negativas expedidas pelo cartório de distribuição Cível e Criminal de 1º e 2º grau do Fórum da Comarca de residência do candidato do Estado de Rondônia ou da Unidade da Federação em que tenha residido nos últimos 5 anos (disponível no site: www.tj.ro.gov.br);

2.18 - Original da Certidão Negativa da justiça federal 1º grau dos últimos 5 (cinco) anos da comarca onde tenha residido (disponível no site: www.justicafederal.jus.br);

2.19 - Declaração emitida pelo próprio candidato, informando se ocupa ou não outro cargo público. Caso ocupe, deverá apresentar também Certidão expedida pelo órgão empregador informando a Carga Horária Contratual, Horário de Trabalho e Regime Jurídico com firma reconhecida;

2.20 - Declaração emitida pelo próprio candidato, informando sobre a existência ou não de investigações criminais, ações cíveis, penais ou Processos Administrativos em que figura como indiciado ou parte (sujeito a comprovação junto aos órgãos competentes). Com firma reconhecida;

2.21 - Declaração emitida pelo próprio candidato de existência ou não de demissão por justa causa ou a bem do Serviço Público (sujeito a comprovação junto aos órgãos competentes) com firma reconhecida;

2.22 - Conta Corrente de Pessoa Física no Banco do Brasil, Caixa econômica;

2.23 - CNH Original e uma cópia da CNH - CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO E CERTIFICADO DO MOP (para os motoristas de veículos pesados da Educação);

2. 24 - Declaração de Bens (modelo disponível na Divisão de Recursos Humanos)

2.25 Declaração de Grau de Parentesco.

3 - Relação de exames para o ingresso no Serviço Público: Para que possa expedir o Certificado de Capacidade Física e Mental é necessário que o candidato seja analisado pelos médicos peritos, analisado os exames complementares e os Laudos que contém as avaliações dos médicos especialistas.

3.1 - Os exames de imagem e laboratoriais, bem como os laudos e avaliações médicas necessárias ao exame admissional são os seguintes:

3.2-Raios-X total da coluna vertebral com laudo radiológico (exceto para grávidas);

3.3-Avaliação Ortopédica (baseada no exame geral do candidato e nos Raios-X de coluna total);

3.5-Avaliação Psiquiátrica;

3.6-Avaliação Ginecológica incluindo a apresentação de exames de "Colpo citologia Oncótica e Parasitária, Ultrassonografia Pélvica e Ultrassonografia das Mamas (após os 40 anos de idade a Ultrassonografia das mamas deve ser substituída pela Mamografia com respectivo Laudo de Radiologista);

3.7-Avaliação Dermatoneurológica;

3.8 - Avaliação Oftalmológica;

3.9 -Avaliação Otorrinolaringológica com Audiometria (para professores e orientadores educacionais);

3.10-Avaliação Neurológica;

3.11- Avaliação Cardiológica baseada no exame de Candidato e no Eletrocardiograma (para todas as idades e com o EGG acompanhado da respectiva interpretação);

3.12-Raios-X do Tórax em PA e perfil com Laudo Radiológico (exceto para grávidas);

3.13-Sangue: VDRL - Glicemia - Hemograma - Ácido Úrico - Uréia - Creatinina - Toxoplasmose - IGG e IGM - Machado Guerreiro

(Chagas) - TGP e TGO - HBSAg - AntiHBS - AntiHBC IGG e ICM - AntiHCV;
3.14-Escarra: BAAR;

3.15-Urina: EAS - Toxicologia (Cocaína e Maconha);
3.16- Avaliação de Clínico Geral baseada no exame geral do candidato e nos exames listados nos itens de n° 3.12,3.13, 3.14 e 3.15.
3.17. As Avaliações médicas devem ser apresentadas ao IPC sob a forma de Laudos.

4 - Observações:

4.1. Os exames bioquímicos terão validade por 90 dias. Mamografia por 02 (dois) anos e a Colpo citologia Oncótica e Parasitária por 01 (um) ano a contar da data de sua expedição. Ultrassonografia a critério do Perito Médico;
4.2. Os exames e as avaliações médicas poderão ser realizados na rede SUS como também na rede particular;
4.3. Os Laudos médicos emitidos fora do Estado de Rondônia.
4.4. A Junta Médica Oficial, no ato da apresentação dos Laudos médicos e dos exames complementares se julgarem necessário poderá solicitar outros exames que porventura não constem nesse anexo;
4.5. Os candidatos devem efetuar agendamento para execução do exame médico pericial pelo fone (69) 9 9910-4326 WhatsApp ou no local Hospital Municipal de Governador Jorge Teixeira, situado na Travessa Copaíba com Avenida Ipê.
5. O candidato será convocado exclusivamente por edital de convocação, terá o prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos para apresentação da documentação anunciada.
6. Após a apresentação de documentos, será lavrado Termo/Decreto de Nomeação para que o convocado tome posse em um prazo não superior a 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período mediante solicitação expressa do convocado e aceita pela administração.
7. Ao se apresentar na COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS DO MUNICIPO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA/RO, munido dos documentos exigidos no Edital de deflagração do Concurso e no presente edital de convocação ou seja para posse no cargo aprovado e exercício no determinado órgão de lotação, sendo necessário apresentação tempestiva de todos os documentos exigíveis para nomeação no cargo onde foi aprovado e convocado, e só então após verificada a regularidade dos requisitos será nomeado e empossado no prazo estabelecido no edital do concurso e na Lei 038/1995, desde que cumpridos todos os requisitos previsto no edital, na Lei 038/1995 e demais normas pertinentes.
7.1 O empossado entrará em exercícios, obrigatoriamente no prazo estabelecido no edital do concurso público 001/2024 e na Lei 038/1995.
7.2. Se o convocado descumprir quaisquer de um desses prazos estipulados nos itens 12.4 e 12.5 do Edital do Concurso nº 001/2024 e da Lei 038/1995, automaticamente perderá o direito à nomeação, posse e exercício a vaga do cargo aprovado e devidamente convocado.

LOTAÇÃO E EXERCICIO DAS FUNÇÕES

Os convocados serão lotados nos órgãos e entidades conforme necessidade da Administração Municipal, podendo ser designados para outras unidades ou órgãos indicados inicialmente no concurso, de acordo com interesse e conveniência da gestão pública.

Publicado por:
Graciela Del Carmen Ramirez
Código Identificador:F1AD5CBF

GABINETE
EXTRATO DO CONTRATO N°0238/2026 PROCESSO N°1628/SEMAS/2026

EXTRATO DO CONTRATO N°0238/2026
PROCESSO N°1628/SEMAS/2026
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNPJ: 11.502.951/0001-85
Contratado: J N de Jesus Santos - CNPJ: 20.755.340/0001-30.
Objeto: Aquisição de gás de cozinha.
Valor: R$ 3.407,52
Ficha: 668.
Fiscalização:Portaria Nº 259/GP/2026.
Modalidade:PregãoEletrônico Nº031/2026.
Da vigência contratual: A vigência deste contrato será de 12 meses.

Governador Jorge Teixeira/RO, 21 de setembro de 2026.

Prefeitura do Município de Governador Jorge Teixeira
GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Kayla Silva Vasconcelos Maria
Código Identificador:21DB1657

GABINETE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0237/2026 PROCESSO Nº 1594/SEMAS/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0237/2026
PROCESSO Nº 1594/SEMAS/2026
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNPJ: 11.502.951/0001-85.
Contratado:R Costa Santos LTDA. - CNPJ: 52.611.889/0001-47.
Objeto: Aquisição degêneros alimentícios.
Valor: R$ R$ 43.519,94
Ficha: 667.
Fiscalização:Portaria nº 258/GP/2026.
Modalidade:PregãoEletrônico Nº 040/2024.

Da vigência contratual: A vigência deste contrato será até 31 de dezembro de 2026.

Governador Jorge Teixeira/RO, 21de Setembro de 2026.

Prefeitura do Município de Governador Jorge Teixeira
GILMAR TOMAZ DESOUZA
Prefeito

Publicado por:
Kayla Silva Vasconcelos Maria
Código Identificador:D0CD48A2

GABINETE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0240/2026 PROCESSO N°1123/SEMSAU/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0240/2026
PROCESSO N°1123/SEMSAU/2026
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Governador Jorge Teixeira - CNPJ: 11.502.951/0001-85.
Contratado: Edificare Engenharia LTDA. - CNPJ: 11.656.910/0001-43.
Objeto: Contratação de empresa especializada em construção civil, visando a execução dos serviços de reforma do Centro de Saúde Diferenciado Colina Verde.
Valor: R$ 229.000,00.
Ficha: 588.
Fiscalização: Portaria Nº 264/GP/2026.
Modalidade: Concorrência Eletrônica nº 005/2026.
Da vigência contratual: A vigência deste contrato será de 12 meses.

Governador Jorge Teixeira/RO, 28 de setembro de 2026.

Prefeitura do Município de Governador Jorge Teixeira
GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Wanesa Silva Lima
Código Identificador:DB9FFE2B

GABINETE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0243/2026 PROCESSO Nº 1696/SEMAS/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0243/2026
PROCESSO Nº 1696/SEMAS/2026

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social - CNPJ: 19.661.239/0001-30.
Contratado: C L Santos - CNPJ: 22.277.050/0001-53.

Objeto: Contratação de serviços de locação de estruturas e equipamentos para a realização de eventos.
Valor: R$ 55.593,58.
Ficha: 666.
Fiscalização: Portaria Nº 270/GP/2026.
Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 039/2024.
Da vigência contratual: A vigência deste contrato será até 31 de dezembro de 2026.

Governador Jorge Teixeira/RO, 30 de setembro de 2026.

Prefeitura do Município de Governador Jorge Teixeira/RO
GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Wanesa Silva Lima
Código Identificador:83580C99

GABINETE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0244/2026 PROCESSO Nº 1696/SEMAS/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0244/2026
PROCESSO Nº 1696/SEMAS/2026

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social - CNPJ: 19.661.239/0001-30.
Contratado: Loca-Máquinas Locação de Máquinas Ltda - CNPJ: 08.488.130/0001-27.

Objeto: Contratação de serviços de locação de estruturas e equipamentos para a realização de eventos.
Valor: R$ 646,83.
Ficha: 666.
Fiscalização: Portaria Nº 270/GP/2026.
Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 039/2024.
Da vigência contratual: A vigência deste contrato será até 31 de dezembro de 2026.

Governador Jorge Teixeira/RO, 30 de setembro de 2026.

Prefeitura do Município de Governador Jorge Teixeira/RO
GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Wanesa Silva Lima
Código Identificador:44FD5624

GABINETE
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO Nº 0089/GP/2026

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO Nº 0089/GP/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 73/SEMED/2026
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/SUPEL/2026
Contratante: Município de Governador Jorge Teixeira/RO – CNPJ: 63.761.944/0001-00.
Contratado: Renato Antonio da Silva - CPF nº *****.455.272-**.**
Objeto: Rescisão amigável e consensual do Contrato nº 0089/GP/2026, cujo objeto consiste na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar dos alunos da rede básica de ensino do Município de Governador Jorge Teixeira/RO.
Fundamentação Legal: Art. 137, inciso V, e art. 138, inciso II e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Federal nº 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE nº 06/2020.
Motivação: Perda total da lavoura do contratado em razão de contaminação por defensivos agrícolas, decorrente de fato de terceiro, caracterizado como caso fortuito/força maior, impossibilitando o cumprimento do fornecimento contratado.
Saldo Contratual: R$ 2.792,76 (dois mil, setecentos e noventa e dois reais e setenta e seis centavos), integralmente cancelado e anulado, conforme Nota de Empenho - Anulação nº 1407, de 21/09/2026.
Penalidades: Fica afastada a aplicação de sanções administrativas ou penalidades, considerando a ausência de culpa, dolo ou fraude do contratado.

Governador Jorge Teixeira/RO, 02 de outubro de 2026.

Município de Governador Jorge Teixeira/RO
GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Wanesa Silva Lima
Código Identificador:13F33C14

GABINETE
PORTARIA MUNICIPAL Nº 258/GP/2026 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026 DISPÕE SOBRE ORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 0237/GP/2026 DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA MUNICIPAL Nº 258/GP/2026
DE 21 DE SETEMBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE ORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 0237/GP/2026 DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CONSIDERANDO: Comunicação Interna 154 de 15/09/2026 (ID 451629)

GILMAR TOMAZ DE SOUZA, Prefeito de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais definidas na Lei Orgânica Municipal.

Com base noArtigo 117 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

RESOLVE

Art. 1º -Ordenar a comissão de fiscalização do contratonº 0237/GP/2026,Pregão Eletrônico nº 040/2024, referentereferente a aquisição de gêneros alimentícios, que celebram o Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Governador Jorge Teixeira e a empresa R Costa Santos LTDA.

Art. 2º- Ficam designadospara compor a referida comissão, os seguintes servidores:
Dayane da Rocha Gonçalves, CPFNº***.036.772-**, denominada fiscal;
Jaqueline de Souza Silva, CPFNº***.815.359-**, denominada suplente;

Agestãodo contrato ficará sob a responsabilidade do servidor Jean Américo Bastos de Oliveira, portador do CPF Nº ***.812.072-**.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições contrárias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE,

Gabinete do Prefeito do Município De Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia,aos 21 (vinte e um) dias do mês de setembro de 2026.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

KEILA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Kayla Silva Vasconcelos Maria
Código Identificador:EC59251A

GABINETE
PORTARIA MUNICIPAL Nº 259/GP/2026 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026 DISPÕE SOBRE ORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 0238/GP/2026 DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 259/GP/2026
DE 21DE SETEMBRODE 2026

DISPÕE SOBRE ORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 0238/GP/2026 DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO: Comunicação Interna 155 de 16/09/2026 (ID 452437)

GILMAR TOMAZ DE SOUZA, Prefeito de Governador Jorge Teixeira, estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais definidas na Lei Orgânica Municipal.

Com base noArtigo 117 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

RESOLVE

Art. 1º -Ordenar a comissão de fiscalização do contrato nº 0238/GP/2026, Pregão Eletrônico nº 031/2026,referente à aquisição de gás de cozinha,que celebram o Fundo Municipal de Assistência Social de Governador Jorge Teixeira e a empresa J N de Jesus Santos LTDA.

Art. 2º- Ficam designadospara compor a referida Comissão, os seguintes servidores:
Dayane da Rocha Gonçalves, CPF Nº ***.036.772-**, denominada fiscal;
Jean Américo Bastos de Oliveira, CPF Nº ***.812.072-**,denominadosuplente;
Agestãodo contrato ficará sob a responsabilidade do servidoraJaqueline de Souza Silva, CPF Nº ***.815.359-**.
Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições contrárias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE,

Gabinete do Prefeito do Município de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia,aos 21 de setembro de 2026.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

KEILA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Kayla Silva Vasconcelos Maria
Código Identificador:01897E79

GABINETE
PORTARIA MUNICIPAL Nº 264/GP/2026 DE 28 DE SETEMBRO DE 2026 DISPÕE SOBRE ORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 0240/GP/2026 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 264/GP/2026
DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE ORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 0240/GP/2026 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO: Comunicação Interna 343 de 25/09/2026 (ID 456169).

GILMAR TOMAZ DE SOUZA, Prefeito de Governador Jorge Teixeira, estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais definidas na Lei Orgânica Municipal.

Com base no Artigo 117 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

RESOLVE

Art. 1º - Ordenar a comissão de fiscalização do contrato nº 0240/GP/2026, Concorrência Eletrônica Nº 005/2026, referente à contratação de empresa especializada em Construção Civil, visando a execução dos serviços de reforma do Centro de Saúde Diferenciado Colina Verde CNES 2808595, localizado no distrito Colina Verde, que celebram o Fundo Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira e a empresa Edificare Engenharia LTDA.

Art. 2º - Ficam designados para compor a referida Comissão, os seguintes servidores:
Josiel Medeiros da Silva, CPF nº ***.263.702-**, denominado fiscal;
Hamilton Rodrigues Caldeira Junior, CPF nº ***.421.992-**, denominado suplente;
A gestão do contrato ficará sob a responsabilidade do servidor Diego Mamédio dos Santos, portador do CPF nº ***405.882-**.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições contrárias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE,

Gabinete do Prefeito do Município de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia, aos 28 (vinte e oito) de setembro de 2026.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

DIEGO MAMEDIO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Wanesa Silva Lima
Código Identificador:F06ED0AD

GABINETE
PORTARIA MUNICIPAL Nº 270/GP/2026 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026 DISPÕE SOBRE ORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS Nº 0243 E 0244/GP/2026, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 270/GP/2026
DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE ORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS Nº 0243 E 0244/GP/2026, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO: Comunicação Interna 163 de 29/09/2026 (ID 457023).

GILMAR TOMAZ DE SOUZA, Prefeito de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais definidas na Lei Orgânica Municipal.

Com base no Artigo 117 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

RESOLVE

Art. 1º - Ordenar a comissão de fiscalização dos contratos nº 0243 e 0244/GP/2026, Pregão Eletrônico nº 039/2024, referente a contratação de serviços de locação de estruturas e equipamentos para a realização de eventos, que celebram o Fundo Municipal de Assistência Social do município de Governador Jorge Teixeira e as empresas C L Santos e Loca-Maquinas Locacao de Maquinas Ltda.

Art. 2º - Ficam designados para compor a referida comissão, os seguintes servidores:

Dayane da Rocha Gonçalves, CPF Nº ***.036.772-**, denominada fiscal;
Jaqueline de Souza Silva, CPF Nº ***.815.359-**, denominada suplente;

A gestão do contrato ficará sob a responsabilidade do servidor Jean Américo Bastos de Oliveira, portador do CPF Nº ***.812.072-**.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições contrárias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE,

Gabinete do Prefeito do Município de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia, aos 30 (trinta) dias do mês de setembro de 2026.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

KEILA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Wanesa Silva Lima
Código Identificador:FC319E17

GABINETE
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 279/ GP / 2026 DE 05 DE OUTUBRO DE 2026 "DISPÕE SOBRE REORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE COMPRAS E PESQUISA DE PREÇOS, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, E CONTÉM OUTRAS PROVIDENCIAS."

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 279/ GP / 2026
DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

> "Dispõe sobre Reordenação da Comissão de Compras e Pesquisa de Preços, no âmbito da Administração Municipal, e contém outras providencias."

GILMAR TOMAZ DE SOUZA, Prefeito de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais definidas na Lei Orgânica Municipal e em conformidade coma Lei Federal nº 14.133/2021 e suas atribuições.

CONSIDERANDO: a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos e que possam assegurar maior celeridade nos processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços no âmbito da Administração Municipal.

CONSIDERANDO: Lei Municipal nº 1061/2020 de 10 de fevereiro de 2020 que Cria a SUPEL Superintendência Municipal de Compras e Licitações no Município de Governador Jorge Teixeira/RO.

RESOLVE:

Art. 1º - REORDENAR a **Comissão de Compras e Pesquisa de Preços**, no âmbito da Administração Municipal, que terá a seguinte composição, sob a **Presidência do primeiro**, ficando o **segundo indicado da comissão** como responsável a presidência em casos de atestado medico ou cumprimento de férias do atual presidente.

· ESTER FURTADO DE ANDRADE
·JENIFER LOPES MENDES
·WALTER ALVES DOS SANTOS
·LUANA GUANDALIM MACEDO
. LILIAN DOS SANTOS DAMACENA

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RO, ao 05 (cinco) dia do mês de outubro de 2026.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

NAIARA MAGNA SOBRINHO MATEUS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Débora Vitória Santos Oliveira
Código Identificador:3E3E5665

GABINETE
RETIFICAÇÃO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO Nº 56/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1016/2026

RETIFICAÇÃO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO Nº 56/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1016/2026
O Município de Governador Jorge Teixeira/RO, por meio do Gabinete do Prefeito, torna pública a presente **RETIFICAÇÃO** do Termo de Homologação e Adjudicação nº 56/2026 (ID 457131), de 29 de setembro de 2026, referente ao Pregão Eletrônico nº 027/2026 e ao Processo Licitatório nº 1016/2026.
Onde se lê:
ADEVANILTON DAMACENA DOS SANTOS
Secretário Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Turismo
Leia-se:
MOISES ALVES DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração, respondendo interinamente pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo - SEMECELT, conforme Decreto Municipal nº 12080/GAB/2026, de 08 de setembro de 2026.
Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais disposições constantes do Termo de Homologação e Adjudicação nº 56/2026.

Governador Jorge Teixeira/RO, 29 de setembro de 2026.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Wanesa Silva Lima
Código Identificador:EDB67F6A

GABINETE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO Nº 56/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1016/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO Nº 56/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1016/2026
OBJETO: Registro de Preços para aquisição de material de consumo, refeições prontas (marmitex), para atender as necessidades das Secretarias Municipais: GABINETE, SEMOSP, SEMED, SEMSAU, SEMECELT, e SEMAGRI, da Prefeitura Municipal de Governador

Jorge Teixeira - RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.
Os secretários demandantes, juntamente com o Prefeito Municipal de Governador Jorge Teixeira/RO, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a legislação vigente e com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, após constatada a regularidade dos atos praticados no procedimento administrativo em epígrafe, **ADJUDICA e HOMOLOGA**o resultado do Pregão Eletrônico nº 027/2026, e **AUTORIZA** a formação da Ata de Registro de Preços, conforme especificações constantes no Edital DE LICITAÇÃO de 09/07/2026 (ID 431295), Relatório licitanet de 18/09/2026 (ID 453433), Termo de Adjudicação 01 de 29/09/2026 (ID 457102) e Termo de Homologação 01 de 29/09/2026 (ID 457104)em favor das seguintes empresas.
Fornecedor: S B Januario - 39.432.993/0001-06
Valor Total: R$ 494.922,00 (quatrocentos e noventa e quatro mil e novecentos e vinte e dois reais).

Fornecedor: Otair Gomes da Silva - 13.534.969/0001-94
Valor Total: R$ 399.476,00 (trezentos e noventa e nove mil e quatrocentos e setenta e seis reais).

Governador Jorge Teixeira/RO, 29 de setembro de 2026.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

NAIARA MAGNA SOBRINHO MATEUS
Chefe de Gabinete

ALDAIR FERREIRA DE AMORIM
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

ELVER PERREIRA DA SILVA
Secretário Municipal de Educação

DIEGO MAMEDIO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

ADEVANILTON DAMACENA DOS SANTOS
Secretário Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Turismo

JOILSON BARBOSA DOS SANTOS
Secretário Municipal de Agricultura

Publicado por:
Wanesa Silva Lima
Código Identificador:4BA5377F

GABINETE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO Nº 57/2026 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 012/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1595/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO Nº 57/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 012/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1595/2026

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de picolés para realização do evento do dia das crianças, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.
A secretária demandante, juntamente com o Prefeito Municipal de Governador Jorge Teixeira/RO, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a legislação vigente e com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, após constatada a regularidade dos atos praticados no procedimento administrativo em epígrafe, **ADJUDICA e HOMOLOGA** o resultado da Dispensa Eletrônica nº 012/2026, e **AUTORIZA** a contratação, conforme especificações constantes no Edital DE LICITAÇÃO de 24/09/2026 (ID 455395), Relatório LICITANET de 30/09/2026 (ID 457640), Termo de Adjudicação 01 de 01/10/2026 (ID 458070) e Termo de Homologação 01 de 01/10/2026 (ID 458071) em favor da seguinte empresa.

Fornecedor: 67.147.300 Miqueias Vieira Chagas - 67.147.300/0001-79
Valor Total: R$ 6.732,00 (seis mil e setecentos e trinta e dois reais).

Governador Jorge Teixeira/RO, 01 de outubro de 2026.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

KEILA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Wanesa Silva Lima
Código Identificador:E02F492C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 3152/CMGM/2026

Proclama o resultado da Eleição e Homologa a composição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Guajará-Mirim/RO, para o Biênio 2027-2028.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que o Plenário aprovou e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica proclamado o resultado oficial da eleição realizada no dia **2º de outubro de 2026**, na 1ª Sessão Extraordinária do 2º Período de 2026, restando homologada a nova composição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Guajará-Mirim, para o mandato correspondente ao **Biênio 2027-2028**, em conformidade ao art. 7º do Regimento Interno, que passará a ser constituída pelos seguintes Vereadores:

I – **Presidente:** Raimundo Braga Barroso - PP;
II – **1º Vice-Presidente:** Joaquim Sender Nogueira Pinheiro - PP;
III – **1º Secretário:** Adanildson Sicsú Gomes - União Brasil;
IV – **2º Vice-Presidente:** Elias Crispim Ribeiro - PP;
V – **2º Secretário:** Romerito Pereira da Silva - Republicanos; e
VI - **3º Vice-Presidente:** Gecildo Alves Barroso - PL.

Parágrafo único. Os membros eleitos e nominados neste artigo serão empossados nos respectivos cargos na data de **Sessão Solene a ser realizada em 1º de janeiro de 2027**, em conformidade com o disposto no Regimento Interno desta Casa de Leis.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Poder Legislativo Municipal.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município, revogadas as disposições em contrário.

Plenário das Deliberações, 02 de outubro de 2026.

ELIEL NUNES SILVINO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Antonio Laureano Neto
Código Identificador:CA4868D4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO P.E. Nº 020/2026-DCL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026-DCL
PROCESSO Nº 3127/2025–SEMOSP
LICITAÇÃO EXCLUSIVA MEI, ME, EPP e AMPLA PARTICIPAÇÃO

OBJETO: **Aquisição de materiais para iluminação pública do município de Guajará-Mirim/RO, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, conforme termos estabelecidos neste Edital.** Data da abertura da Sessão: 22/10/2026 às 11:00 min - LOCAL: LICITANET - Licitações On-line www.licitanet.com.br., para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). valor total estimado R$ **534.348,50 (quinhentos e trinta e quatro mil trezentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos).** O presente Edital poderá ser examinado e havendo interesse, obtido junto ao Departamento de Compras e Licitações, no prédio da Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim, sito a Av. XV de novembro, nº 930, Centro, dias úteis, no horário das 08:00 às 14:00h, pelo endereço eletrônico www.guajaramirim.ro.gov.br. Maiores informações através do fone: (69) 98425-0443 e/ou 69 99373-9083.

Guajará - Mirim, 02 de outubro de 2026

NAZIMERI REGIS CABRAL
Agente de Contratação/Pregoeira.

Publicado por:
Nazimeri Regis Cabral
Código Identificador:F667F271

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO RETIFICADO P. E. Nº 017/2026-DCL

AVISO DE LICITAÇÃO RETIFICADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026-DCL
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS N° 07/2026
PROCESSO Nº 10/2026–CHEFIA DE GABINETE
LICITAÇÃO EXCLUSIVA MEI, ME, EPP e AMPLA PARTICIPAÇÃO

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Material Descartável, para atender a demanda dos órgãos da Administração Pública do Município de Guajará- Mirim/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital. Data da abertura da Sessão: 20/10/2026 às 11:00 min - LOCAL: LICITANET - Licitações On-line www.licitanet.com.br., para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). valor total estimado R$502.054,93 (quinhentos e dois mil cinquenta e quatro reais e noventa e três centavos). O presente Edital poderá ser examinado e havendo interesse, obtido junto ao Departamento de Compras e Licitações, no prédio da Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim, sito a Av. XV de novembro, nº 930, Centro, dias úteis, no horário das 08:00 às 14:00h, pelo endereço eletrônico www.guajaramirim.ro.gov.br. Maiores informações através do fone: (69) 98425-0443 e/ou 69 99373-9083.

Guajará - Mirim, 02 de outubro de 2026

NAZIMERI REGIS CABRAL
Agente de Contratação/Pregoeira.

Publicado por:
Nazimeri Regis Cabral
Código Identificador:E3634BBC

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 18.251/GAB.PREF/2026

"Abre Crédito Adicional Suplementar por anulação ao Orçamento Geral do Município do exercício financeiro de 2026".

FABIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia, usando de suas prerrogativas e atribuições, contidas no artigo 58 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o que consta na Lei nº 3.053/GAB/PREF/25, Artigo 9º parágrafo 1º.
D E C R E T A

Art. 1º - Fica Aberto o Crédito Adicional Suplementar por anulação ao Orçamento Geral do Município, no exercício de 2026, no valor de R$ 2.000.00 (dois mil reais) referente a solicitação da Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA. Em conformidade com que preceitua a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

SUPLEMENTAR

0217	**Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA**		
08.243.0003.2057.0000	**Manutenção da Gestão Administrativa e Financeira do FMDCA**		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de terceira pessoa Jurídica	F- 366	R$ 2.000,00
TOTAL			**R$ 2.000,00**

Art. 2º - O crédito aberto por essa Lei será coberto com recursos provenientes anulação parcial da dotação a seguir indicada, conforme autorizado pelo artigo 43 § 1°, III da Lei Federal 4320/64.

ANULAR

0217	**Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA**		
08.243.0003.2057.0000	**Manutenção da Gestão Administrativa e Financeira do FMDCA**		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de terceira pessoa Jurídica	F- 366	R$ 2.000,00
TOTAL			**R$ 2.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Pérola do Mamoré, 02 de outubro de 2026.

FABIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Oliveira Carvalho
Código Identificador:BA339BBF

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 18.254/GAB.PREF/2026

"Abre Crédito Adicional Suplementar por anulação ao Orçamento Geral do Município do exercício financeiro de 2026".

FABIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia, usando de suas prerrogativas e atribuições, contidas no artigo 58 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o que consta na Lei nº 3.053/GAB/PREF/25, Artigo 9º parágrafo 1º.
D E C R E T A

Art. 1º - Fica Aberto o Crédito Adicional Suplementar por anulação ao Orçamento Geral do Município, no exercício de 2026, no valor de **R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)**, referente a solicitação da Controladoria Geral - CGM. Em conformidade com que preceitua a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

SUPLEMENTAR

0205	**Secretaria Municipal de Fazenda- SEMFAZ**		
04.122.0001.2009.0000	**Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Fazenda**		
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições	F- 045	R$ 1.800,00
TOTAL			**R$ 1.800,00**

Art. 2º - O crédito aberto por essa Lei será coberto com recursos provenientes anulação parcial da dotação a seguir indicada, conforme autorizado pelo artigo 43 § 1°, III da Lei Federal 4320/64.

ANULAR

0203	**Controladoria Geral - CGM**		
04.124.0001.2010.0000	**Controle Interno e Auditoria**		
3.3.90.14.00	Diária Civil	F- 031	R$ 1.800,00
TOTAL			**R$ 1.800,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Pérola do Mamoré,05 de outubro de 2026.

FABIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Oliveira Carvalho
Código Identificador:F6B94307

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 56/2025 PROCESSO Nº 1031/2025 CELEBRAÇÃO: 28 DE SETEMBRO DE 2026. PARTES: MUNICIPIO DE GUAJARÁ-MIRIM RO, CNPJ 05.893.631/0001-09 H.T. SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 29.025.617/0001-43

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 56/2025
PROCESSO Nº 1031/2025
CELEBRAÇÃO: 28 de setembro de 2026.
PARTES: MUNICIPIO DE GUAJARÁ-MIRIM RO, CNPJ 05.893.631/0001-09
H.T. SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 29.025.617/0001-43

DO OBJETO- O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração qualitativa e quantitativa do Contrato nº 56/2025, referente à obra de Construção do Espaço Esportivo Comunitário no Município de Guajará-Mirim/RO (Proposta nº 001404/2024), visando à inclusão e execução de serviços complementares e indispensáveis à plena funcionalidade, acessibilidade e segurança do empreendimento público.
Os serviços adicionais ora integrados compreendem:

• Complementação do alambrado perimétrico de proteção (200 m² em estrutura de tubos de aço galvanizado e tela de arame);
• Serviços complementares de pavimentação e acessibilidade (330 metros lineares de guia/meio-fio em concreto pré-fabricado, 330 m² de calçadas em concreto armado estampado e 50 metros de piso podotátil direcional/alerta);
• Construção e infraestrutura de quadra esportiva de areia (vôlei/futevôlei) (alvenaria estrutural de contenção, cintas de amarração, fundações/estacas broca, alambrado específico de 312 m², lastro de pedra britada e areia tratada);
• Sistema de drenagem pluvial da quadra (tubulações em PVC Série R DN 100 mm, caixas de alvenaria e 100 metros de drenos profundos em PEAD perfurado com manta geotêxtil tipo espinha de peixe);
• Sistema de iluminação externa em LED (postes de concreto armado duplo T de 9m, quadros de distribuição, disjuntores, relés fotoelétricos, caixas de passagem e cabeamento subterrâneo).

A execução das alterações observará estritamente os quantitativos, especificações e custos unitários discriminados na Planilha Orçamentária Sintética Oficial do Município (ID 953777) e no Memorial de Cálculo da COMPLA (ID 953780), que passam a integrar este termo para todos os efeitos legais e técnicos.

DO VALOR- Em decorrência do acréscimo de serviços estipulado na Cláusula Primeira, o valor global do contrato fica acrescido da quantia de R$ 303.923,82 (trezentos e três mil, novecentos e vinte e três reais e oitenta e dois centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA- As despesas decorrentes da execução do presente instrumento correrão à conta de dotação orçamentária própria do Município, formalmente resguardada pela Nota de Reserva Orçamentária nº 701/2026 (ID 953488), sob a seguinte classificação:
Unidade Orçamentária: 021501 – Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo – SEMCET Funcional Programática: 13.122.0007.2016.0000
Categoria Econômica: 4.4.90.51.00 – Despesas de Capital Código de Aplicação: 002.156 – Construção de Espaço Esportivo
Fonte de Recursos: 2.500.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos Fonte STN: 2.500 – Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Anterior)
Ficha Orçamentária: 593

DA RATIFICAÇÃO- Ficam expressamente ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas, condições e obrigações do Contrato original nº 56/2025 e do 1º Termo Aditivo que não conflitarem com as disposições do presente instrumento.

DAYAN ROBERTO DOS SANTOS CAVALCANTE
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Cristiane Oliveira Carvalho
Código Identificador:87FF6D22

INSTITUTO DE APOSENTADORIA DOS SERVIDORES MUNICPAIS DE GUAJARÁ-MIRIM - IPREGUAM
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA

PORTARIA Nº 15/IPREGUAM/2026 Guajará-Mirim/RO, 05 de outubro de 2026.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDORES DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM – IPREGUAM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A **DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM – IPREGUAM**, no uso das atribuições legais e regulamentares que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a capacitação, atualização e aperfeiçoamento técnico dos servidores do Ins tuto, visando ao fortalecimento da gestão administra va, contábil e previdenciária do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS;

CONSIDERANDO a realização do curso presencial **"Notas Explica vas dos RPPS – Relevância, Referência Cruzada e Conformidade Regulatória – NBC TSP e Portaria MTP nº 1.467/2022"**, nos dias **08 e 09 de outubro de 2026**, na cidade de **Cuiabá/MT**, com carga horária de **16 horas-aula**;

CONSIDERANDO que a referida capacitação tem por obje vo proporcionar conhecimentos técnicos para elaboração, revisão e auditoria das Notas Explica vas dos RPPS, em conformidade com as NBC TSP vigentes, Comunicados Técnicos do Conselho Federal de Contabilidade e Portaria MTP nº 1.467/2022, contribuindo para a adequada prestação de contas e tomada de decisão;

CONSIDERANDO o interesse público e ins tucional na qualificação dos agentes responsáveis pela gestão do
Ins tuto;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de custeio das despesas decorrentes do deslocamento, permanência e retorno dos servidores durante o período da missão ins tucional;

RESOLVE:

Art. 1º
CONCEDER 05 (cinco) diárias para cada um dos servidores abaixo relacionados, para custear despesas com hospedagem, alimentação e locomoção urbana decorrentes do deslento dos servidores compreenderá o período de 06 **de outubro de 2026 a 10 de outubro de**
2026, incluindo o tempo necessário ao deslocamento entre **Guajará-Mirim/RO e Cuiabá/MT**, par cipação
na capacitação e retorno ao Município de origem.

Art. 3º
A missão ins tucional tem por finalidade a par cipação dos servidores no curso que será realizado nos dias
08 e 09 de outubro de 2026, no **Espaço CDL Cuiabá**, situado na Rua Cândido Mariano, nº 775-801, CentroNorte, Cuiabá/MT, no horário das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30.

Art. 4º
As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta de dotação orçamentária própria do Ins tuto de Previdência Social dos Servidores do Município de Guajará-Mirim – IPREGUAM, observada a disponibilidade orçamentária e financeira e a legislação municipal que regulamenta a concessão de diárias.

Art. 5º
Os servidores beneficiários deverão apresentar a respec va **prestação de contas das diárias**, acompanhada dos documentos comprobatórios da par cipação na capacitação e demais documentos exigidos pela regulamentação vigente, dentro do prazo legal estabelecido.

Art. 6º
A Gerência Administra va/Financeira fica autorizada a adotar as providências administra vas, orçamentárias e financeiras necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 7º
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Guajará-Mirim/RO, 05 de outubro de 2026.

ALEIDE FERNANDES DA SILVA
Diretora Executiva do IPREGUAM

Publicado por:
Adriano Moura Silva
Código Identificador:18816402

INSTITUTO DE APOSENTADORIA DOS SERVIDORES MUNICPAIS DE GUAJARÁ-MIRIM - IPREGUAM
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA

PORTARIA Nº16/IPREGUAM/2026 Guajará-Mirim/RO, 05 de outubro de 2026.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA AO SERVIDOR MARCELO ALVES RODRIGUES PARA DESLOCAMENTO À CIDADE DE PORTO VELHO/RO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A **DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM – IPREGUAM**, no uso das atribuições legais e regulamentares que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento dos servidores **ALEIDE FERNANDES DA SILVA – Diretora Execu va do IPREGUAM** e **JAIR GOMES MENDES – Gerente Administra vo/Financeiro** até a cidade de **Porto Velho/RO**, para embarque em voo com des no à cidade de **Cuiabá/MT**;

CONSIDERANDO que os referidos servidores par ciparão do curso presencial **"Notas Explica vas dos RPPS – Relevância, Referência Cruzada e Conformidade Regulatória – NBC TSP e Portaria MTP nº 1.467/2022"**,
a ser realizado nos dias **08 e 09 de outubro de 2026**, na cidade de Cuiabá/MT, com carga horária total de 16
horas/aula;

CONSIDERANDO a necessidade de designar servidor para conduzir o veículo u lizado no transporte ins tucional no trecho **Guajará-Mirim/RO – Porto Velho/RO – Guajará-Mirim/RO**;

CONSIDERANDO que o servidor **MARCELO ALVES RODRIGUES – Gerente de Compras e Contrato** será responsável pela condução do veículo **Ford Ranger, placa OHQ-9900**, transportando os servidores até Porto Velho/RO para o respec vo embarque;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de custear as despesas decorrentes do deslocamento do servidor em missão de interesse da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º
CONCEDER 02 (duas) diárias ao servidor **MARCELO ALVES RODRIGUES**, ocupante do cargo/função de **Gerente de Compras e Contrato do IPREGUAM**, para deslocamento até a cidade de **Porto Velho/RO**, com a finalidade de transportar os servidores **Aleide Fernandes da Silva** e **Jair Gomes Mendes** até o local de embarque para voo com des no à cidade de Cuiabá/MT.

Art. 2º
O deslocamento será realizado no trecho **Guajará-Mirim/RO – Porto Velho/RO – Guajará-Mirim/RO**, mediante u lização da **camionete Ford Ranger, placa OHQ-9900**, ficando o servidor Marcelo Alves Rodrigues responsável pela condução do veículo durante a missão ins tucional.

Art. 3º

Guajará-Mirim/RO, 05 de outubro de 2026.

ALEIDE FERNANDES DA SILVA
Diretora Executiva do IPREGUAM

Publicado por:
Adriano Moura Silva
Código Identificador:5E0F0503

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº453/CHEF-GAB/2026 EM 02 DE OUTUBRO DE 2026.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO,Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

R E S O L V E

I. Conceder as diárias ao servidor que consta a seguir, conforme a solicitação do Chefe imediato:

Autoriza-se o pagamento de 10 (DEZ) diárias, no valor total de R$2.000,00 (Dois Mil Reais) em nome do servidor**MAURICIO DURAN AYALA, CHEFE DA SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO E ATOS FUNCIONAIS,**para deslocamento à**Área Ribeirinha do Bom Futuro**, no período de**01 a 10 de outubro de 2026**, com a finalidade de realizar serviços de**abertura de estrada e limpeza**, visando garantir as condições adequadas de acesso e circulação na referida área. A permanência no local durante o período informado se faz necessária para a execução e acompanhamento dos serviços previstos, considerando as condições de acesso e a natureza das atividades a serem realizadas.

II. Os servidores ficam obrigados à comprovação no prazo previsto no artigo 14 da Lei nº 1.079/05, na falta desse cumprimento, ficam cientes de que o valor dessa diária será descontado em seus vencimentos do mês em curso se for o caso no mês subsequente.

III. A Secretaria Municipal de Fazenda SEMFAZ, exercerá a verificação desse prazo, notificando, no caso, o servidor.

IV. Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Dê-se ciência
Publique-se
Cumpra-se.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Guacarani Baracho
Código Identificador:7666384C

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº454/CHEF-GAB/2026 EM 02 DE OUTUBRO DE 2026.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO,Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

R E S O L V E

I. Conceder as diárias ao servidor que consta a seguir, conforme a solicitação do Chefe imediato:

Autoriza-se o pagamento de 10 (DEZ) diárias, no valor total de R$2.000,00 (Dois Mil Reais), em favor do servidor**FRANCISCO DA SILVA DE MOURA, DIRETOR DIV ADM ESTADIO MUNICIPAL**para deslocamento à**Área Ribeirinha do Bom Futuro**, no período de**01 a 10 de outubro de 2026**, com a finalidade de realizar serviços de**abertura de estrada e limpeza**, visando garantir as condições adequadas de acesso e circulação na referida área. A permanência no local durante o período informado se faz necessária para a execução e acompanhamento dos serviços previstos, considerando as condições de acesso e a natureza das atividades a serem realizadas.

II. Os servidores ficam obrigados à comprovação no prazo previsto no artigo 14 da Lei nº 1.079/05, na falta desse cumprimento, ficam cientes de que o valor dessa diária será descontado em seus vencimentos do mês em curso se for o caso no mês subsequente.

III. A Secretaria Municipal de Fazenda SEMFAZ, exercerá a verificação desse prazo, notificando, no caso, o servidor.

IV. Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Dê-se ciência
Publique-se
Cumpra-se.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Guacarani Baracho
Código Identificador:6A1EA96A

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº455/CHEF-GAB/2026 EM 02 DE OUTUBRO DE 2026.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO,Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

R E S O L V E

I. Conceder as diárias ao servidor que consta a seguir, conforme a solicitação do Chefe imediato:

Autoriza-se o pagamento de 10 (DEZ) diárias, no valor total de R$2.000,00 (Dois Mil Reais), em favor do servidor**CLAUDIONEI LIMA DE OLIVEIRA, GARI**para deslocamento à**Área Ribeirinha do Bom Futuro**, no período de**01 a 10 de outubro de 2026**, com a finalidade de realizar serviços de**abertura de estrada e limpeza**, visando garantir as condições adequadas de acesso e circulação na referida área. A permanência no local durante o período informado se faz necessária para a execução e acompanhamento dos serviços previstos, considerando as condições de acesso e a natureza das atividades a serem realizadas.

II. Os servidores ficam obrigados à comprovação no prazo previsto no artigo 14 da Lei nº 1.079/05, na falta desse cumprimento, ficam cientes de que o valor dessa diária será descontado em seus vencimentos do mês em curso se for o caso no mês subsequente.

III. A Secretaria Municipal de Fazenda SEMFAZ, exercerá a verificação desse prazo, notificando, no caso, o servidor.

IV. Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Dê-se ciência
Publique-se
Cumpra-se.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Guacarani Baracho
Código Identificador:76891AA7

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº456/CHEF-GAB/2026 EM 02 DE OUTUBRO DE 2026.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO,Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

R E S O L V E

I. Conceder as diárias ao servidor que consta a seguir, conforme a solicitação do Chefe imediato:

Autoriza-se o pagamento de 15 (QUINZE), no valor total de R$1.500,00 (Mil e Quinhentos Reais), diárias em nome do servidor**ADÃO FERREIRA NOBRE, MOTORISTA DE VEICULOS LEVES E PESADOS**para deslocamento ao**Ramal doCachoeirinha**, no período de**12 a 26 de outubro de 2026**, com a finalidade de realizar serviços de**limpeza e encascalhamento**, visando garantir as condições adequadas de acesso e circulação na referida área. A permanência no local durante o período informado se faz necessária para a execução e acompanhamento dos serviços previstos, considerando as condições de acesso e a natureza das atividades a serem realizadas.

II. Os servidores ficam obrigados à comprovação no prazo previsto no artigo 14 da Lei nº 1.079/05, na falta desse cumprimento, ficam cientes de que o valor dessa diária será descontado em seus vencimentos do mês em curso se for o caso no mês subsequente.

III. A Secretaria Municipal de Fazenda SEMFAZ, exercerá a verificação desse prazo, notificando, no caso, o servidor.

IV. Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Dê-se ciência
Publique-se
Cumpra-se.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Guacarani Baracho
Código Identificador:EFFCB9BC

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº457/CHEF-GAB/2026 EM 02 DE OUTUBRO DE 2026.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO,Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

R E S O L V E

I. Conceder as diárias ao servidor que consta a seguir, conforme a solicitação do Chefe imediato:

Autoriza-se o pagamento de 15 (QUINZE) diárias, no valor total de R$1.500,00 (Mil e Quinhentos Reais), em favor do servidor**EDNALDO DA SILVA, GARI**para deslocamento ao**Ramal doCachoeirinha**, no período de**12 a 26 de outubro de 2026**, com a finalidade de realizar serviços de**limpeza e encascalhamento**, visando garantir as condições adequadas de acesso e circulação na referida área. A permanência no local durante o período informado se faz necessária para a execução e acompanhamento dos serviços previstos, considerando as condições de acesso e a natureza das atividades a serem realizadas

II. Os servidores ficam obrigados à comprovação no prazo previsto no artigo 14 da Lei nº 1.079/05, na falta desse cumprimento, ficam cientes de que o valor dessa diária será descontado em seus vencimentos do mês em curso se for o caso no mês subsequente.

III. A Secretaria Municipal de Fazenda SEMFAZ, exercerá a verificação desse prazo, notificando, no caso, o servidor.

IV. Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Dê-se ciência
Publique-se
Cumpra-se.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Guacarani Baracho
Código Identificador:059E32FD

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº458/CHEF-GAB/2026 EM 02 DE OUTUBRO DE 2026.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO,Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

R E S O L V E

I. Conceder as diárias ao servidor que consta a seguir, conforme a solicitação do Chefe imediato:

Autoriza-se o pagamento de 15 (QUINZE) diárias, no valor total de R$1.500,00 (Mil e Quinhentos Reais) em favor do servidor**GERSON CARNEIRO ALVES, OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS I**. Para deslocamento ao**Ramal doCachoeirinha**, no período de**12 a 26 de outubro de 2026**, com a finalidade de realizar serviços de**limpeza e encascalhamento**, visando garantir as condições adequadas de acesso e circulação na referida área. A permanência no local durante o período informado se faz necessária para a execução e acompanhamento dos serviços previstos, considerando as condições de acesso e a natureza das atividades a serem realizadas.

II. Os servidores ficam obrigados à comprovação no prazo previsto no artigo 14 da Lei nº 1.079/05, na falta desse cumprimento, ficam cientes de que o valor dessa diária será descontado em seus vencimentos do mês em curso se for o caso no mês subsequente.

III. A Secretaria Municipal de Fazenda SEMFAZ, exercerá a verificação desse prazo, notificando, no caso, o servidor.

IV. Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Dê-se ciência
Publique-se
Cumpra-se.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Guacarani Baracho
Código Identificador:4899A983

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº459/CHEF-GAB/2026 EM 02 DE OUTUBRO DE 2026.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO,Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

R E S O L V E

I. Conceder as diárias ao servidor que consta a seguir, conforme a solicitação do Chefe imediato:

Autoriza-se o pagamento de 10 (DEZ) diárias, no valor total de R$2.000,00 (Dois Mil Reais), em favor do servidor**ANDERSON RODIS DA SILVA, OPERADOR DE MÁQUINA PESADA**para deslocamento à**Área Ribeirinha do Bom Futuro**, no período de**01 a 10 de outubro de 2026**, com a finalidade de realizar serviços de**abertura de estrada e limpeza**, visando garantir as condições adequadas de acesso e circulação na referida área. A permanência no local durante o período informado se faz necessária para a execução e acompanhamento dos serviços previstos, considerando as condições de acesso e a natureza das atividades a serem realizadas.

II. Os servidores ficam obrigados à comprovação no prazo previsto no artigo 14 da Lei nº 1.079/05, na falta desse cumprimento, ficam cientes de que o valor dessa diária será descontado em seus vencimentos do mês em curso se for o caso no mês subsequente.

III. A Secretaria Municipal de Fazenda SEMFAZ, exercerá a verificação desse prazo, notificando, no caso, o servidor.

IV. Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Dê-se ciência
Publique-se
Cumpra-se.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Guacarani Baracho
Código Identificador:6E43224F

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº460/CHEF-GAB/2026 EM 02 DE OUTUBRO DE 2026.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO,Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.
R E S O L V E

I. Conceder as diárias ao servidor que consta a seguir, conforme a solicitação do Chefe imediato:

Autoriza-se o pagamento de 10 (DEZ) diárias, no valor total de R$2.000,00 (Dois Mil Reais), em favor do servidor**LUIS DE SOUZA DA SILVA, OPERADOR DE MÁQUINA PESADA**para deslocamento à**Área Ribeirinha do Bom Futuro**, no período de**01 a 10 de outubro de 2026**, com a finalidade de realizar serviços de**abertura de estrada e limpeza**, visando garantir as condições adequadas de acesso e circulação na referida área. A permanência no local durante o período informado se faz necessária para a execução e acompanhamento dos serviços previstos, considerando as condições de acesso e a natureza das atividades a serem realizadas.

II. Os servidores ficam obrigados à comprovação no prazo previsto no artigo 14 da Lei nº 1.079/05, na falta desse cumprimento, ficam cientes de que o valor dessa diária será descontado em seus vencimentos do mês em curso se for o caso no mês subsequente.

III. A Secretaria Municipal de Fazenda SEMFAZ, exercerá a verificação desse prazo, notificando, no caso, o servidor.

IV. Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Dê-se ciência
Publique-se
Cumpra-se.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Guacarani Baracho
Código Identificador:0DBB1C61

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº461/CHEF-GAB/2026 EM 02 DE OUTUBRO DE 2026.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO,Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

R E S O L V E

I. Conceder as diárias ao servidor que consta a seguir, conforme a solicitação do Chefe imediato:

Autoriza-se o pagamento de 10 (DEZ) diárias, no valor total de R$2.000,00 (Dois Mil Reais), em favor do servidor**LUIS DE SOUZA DA SILVA, OPERADOR DE MÁQUINA PESADA**para deslocamento à**Área Ribeirinha do Bom Futuro**, no período de**01 a 10 de outubro de 2026**, com a finalidade de realizar serviços de**abertura de estrada e limpeza**, visando garantir as condições adequadas de acesso e circulação na referida área. A permanência no local durante o período informado se faz necessária para a execução e acompanhamento dos serviços previstos, considerando as condições de acesso e a natureza das atividades a serem realizadas.

II. Os servidores ficam obrigados à comprovação no prazo previsto no artigo 14 da Lei nº 1.079/05, na falta desse cumprimento, ficam cientes de que o valor dessa diária será descontado em seus vencimentos do mês em curso se for o caso no mês subsequente.

III. A Secretaria Municipal de Fazenda SEMFAZ, exercerá a verificação desse prazo, notificando, no caso, o servidor.

IV. Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Dê-se ciência
Publique-se
Cumpra-se.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Guacarani Baracho
Código Identificador:ABEB89DA

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº462/CHEF-GAB/2026 EM 02 DE OUTUBRO DE 2026.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO,Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

R E S O L V E

I. Conceder as diárias ao servidor que consta a seguir, conforme a solicitação do Chefe imediato:

Autoriza-se o pagamento de15 (QUINZE) diárias, no valor total de R$1.500,00 (Mil e Quinhentos Reais), em favor do servidor,**FLÁVIO CHAVES TEXEIRA, OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS I.**Para deslocamento ao**Ramal doCachoeirinha**, no período de**12 a 26 de outubro de 2026**, com a finalidade de realizar serviços de**limpeza e encascalhamento**, visando garantir as condições adequadas de acesso e circulação na referida área. A permanência no local durante o período informado se faz necessária para a execução e acompanhamento dos serviços previstos, considerando as condições de acesso e a natureza das atividades a serem realizadas.

II. Os servidores ficam obrigados à comprovação no prazo previsto no artigo 14 da Lei nº 1.079/05, na falta desse cumprimento, ficam cientes de que o valor dessa diária será descontado em seus vencimentos do mês em curso se for o caso no mês subsequente.

III. A Secretaria Municipal de Fazenda SEMFAZ, exercerá a verificação desse prazo, notificando, no caso, o servidor.

IV. Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Dê-se ciência
Publique-se
Cumpra-se.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Guacarani Baracho
Código Identificador:9381C97E

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº463/CHEF-GAB/2026 EM 02 DE OUTUBRO DE 2026.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO,Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

R E S O L V E

I. Conceder as diárias ao servidor que consta a seguir, conforme a solicitação do Chefe imediato:

Autoriza-se o pagamento de 15 (QUINZE) diárias, no valor total de R$1.500,00 (Mil e Quinhentos Reais) em favor do servidor**JOSÉ**

ANTÔNIO MOURA TELES, AGENTE DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃOpara deslocamento ao**Ramal doCachoeirinha**, no período de**12 a 26 de outubro de 2026**, com a finalidade de realizar serviços de**limpeza e encascalhamento**, visando garantir as condições adequadas de acesso e circulação na referida área. A permanência no local durante o período informado se faz necessária para a execução e acompanhamento dos serviços previstos, considerando as condições de acesso e a natureza das atividades a serem realizadas.

II. Os servidores ficam obrigados à comprovação no prazo previsto no artigo 14 da Lei nº 1.079/05, na falta desse cumprimento, ficam cientes de que o valor dessa diária será descontado em seus vencimentos do mês em curso se for o caso no mês subsequente.

III. A Secretaria Municipal de Fazenda SEMFAZ, exercerá a verificação desse prazo, notificando, no caso, o servidor.

IV. Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Dê-se ciência
Publique-se
Cumpra-se.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Guacarani Baracho
Código Identificador:21B935DB

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº463/CHEF-GAB/2026 EM 02 DE OUTUBRO DE 2026.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO,Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

R E S O L V E
I. Conceder as diárias ao servidor que consta a seguir, conforme a solicitação do Chefe imediato:

Autoriza-se o pagamento de 15 (QUINZE) diárias, no valor total de R$1.500,00 (Mil e Quinhentos Reais), em favor da servidora**MARIA DAS GRAÇAS LEMOS DA SILVA, GARI**.Para deslocamento ao**Ramal doCachoeirinha**, no período de**12 a 26 de outubro de 2026**, com a finalidade de realizar serviços de**limpeza e encascalhamento**, visando garantir as condições adequadas de acesso e circulação na referida área. A permanência no local durante o período informado se faz necessária para a execução e acompanhamento dos serviços previstos, considerando as condições de acesso e a natureza das atividades a serem realizadas.

II. Os servidores ficam obrigados à comprovação no prazo previsto no artigo 14 da Lei nº 1.079/05, na falta desse cumprimento, ficam cientes de que o valor dessa diária será descontado em seus vencimentos do mês em curso se for o caso no mês subsequente.

III. A Secretaria Municipal de Fazenda SEMFAZ, exercerá a verificação desse prazo, notificando, no caso, o servidor.

IV. Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Dê-se ciência
Publique-se
Cumpra-se.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Guacarani Baracho
Código Identificador:94181049

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº464/CHEF-GAB/2026 EM 02 DE OUTUBRO DE 2026.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO,Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

R E S O L V E

I. Conceder as diárias ao servidor que consta a seguir, conforme a solicitação do Chefe imediato:

Autoriza-se o pagamento de 15 (QUINZE) diárias, no valor total de R$1.500,00 (Mil e Quinhentos Reais), em favor da servidora**MARIA DAS GRAÇAS LEMOS DA SILVA, GARI**.Para deslocamento ao**Ramal doCachoeirinha**, no período de**12 a 26 de outubro de 2026**, com a finalidade de realizar serviços de**limpeza e encascalhamento**, visando garantir as condições adequadas de acesso e circulação na referida área. A permanência no local durante o período informado se faz necessária para a execução e acompanhamento dos serviços previstos, considerando as condições de acesso e a natureza das atividades a serem realizadas.

II. Os servidores ficam obrigados à comprovação no prazo previsto no artigo 14 da Lei nº 1.079/05, na falta desse cumprimento, ficam cientes de que o valor dessa diária será descontado em seus vencimentos do mês em curso se for o caso no mês subsequente.

III. A Secretaria Municipal de Fazenda SEMFAZ, exercerá a verificação desse prazo, notificando, no caso, o servidor.

IV. Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Dê-se ciência
Publique-se
Cumpra-se.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Guacarani Baracho
Código Identificador:BC7F46A3

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº465/CHEF-GAB/2026 EM 02 DE OUTUBRO DE 2026.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO,Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

R E S O L V E

I. Conceder as diárias ao servidor que consta a seguir, conforme a solicitação do Chefe imediato:

Autoriza-se o pagamento de 02 (duas) diárias, no valor total de R$600,00 (Seiscentos Reais) destinadas ao servidor**JORGE MONTEIRO VICENTE**, ocupante do cargo de**DIRETOR DE CONTROLE SETORIAL DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**, para que o mesmo possa se deslocar ao município de Porto Velho/RO, com o objetivo de receber veículos doados a prefeitura municipal e reunião com SEMDEC - SECRETÁRIA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO, nos dias 06 e 07/10/2026.
II. Os servidores ficam obrigados à comprovação no prazo previsto no artigo 14 da Lei nº 1.079/05, na falta desse cumprimento, ficam cientes de que o valor dessa diária será descontado em seus vencimentos do mês em curso se for o caso no mês subsequente.

III. A Secretaria Municipal de Fazenda SEMFAZ, exercerá a verificação desse prazo, notificando, no caso, o servidor.

IV. Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Dê-se ciência
Publique-se
Cumpra-se.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Guacarani Baracho
Código Identificador:8E5669DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 1679-SUPRIMENTO DE FUNDO DAIANY QUEIROZ DA SILVA,

Portaria 1679/GAB/SEMSAU Guajará Mirim, 05 de Outubro de 2026

A Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais no artigo 62 a Lei Orgânica do Município, conforme Dec. nº 17.824/GAB/PREF/2025.

RESOLVE:

- Conceder a servidora **DAIANY QUEIROZ DA SILVA**, ocupante do cargo de **MEDICA CLINICA do HOSPITAL REGIONAL PERPETUO SOCORRO,** um Suprimento de Fundo para para atender as necessidades do DIREÇÃO CLINICA DO HOSPITAL REGIONAL E ATENÇÃO BÁSICA no valor total de **R$ 20.000,00** (Vinte Mil Reais), Secretária Municipal de Saúde**,** conforme MEMORANDO N 42/GAB/SEMSAU/2026, que consta no Processo n° 3152/26, no Eproc.

Dotação Orçamentária:
Secretária Municipal de Saúde
Projeto Atividade: 2001-Administração Geral
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Ficha: 196
Total: R$ 20.000 (Vinte mil reais)
- O prazo de consumo do suprimento
de fundo de que se trata o Artigo anterior será de 60 (sessenta) dias, e o prazo de comprovação será de 15 (quinze) dias a contar do prazo de aplicação.

- A responsável pela aplicação do suprimento de fundo caberá realizar pessoalmente sua comprovação conforme forma estabelecida pela Lei nº48493/93 de 30 de abril de 1993.

- A Secretária Municipal de Saúde efetuará os registros competentes caracterização da responsabilidade ao agente e as conferências comprobatórias da aplicação.
- Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

De ciência Publique-se Cumpra-se

LARYSSA MARIA DA SILVA EQUEZ
Secretária Municipal de Saúde
Dec. Nº 17.824/GAB/PREF/2026

Publicado por:
Lady Laise Jordan Montes
Código Identificador:4D8E1517

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO DE CREDENCIAMENTO SERVIÇO VOLUNTÁRIO Nº 001/2026

A Prefeitura do Município de Itapuã do Oeste, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade inadiável de excepcional interesse público o Credenciamento de Voluntário Profissional e Social, com fundamento na Lei Municipal Nº 700 de 24 de junho de 2019 e a Lei Municipal Nº 715, de 26 de setembro de 2019 e Decreto Municipal Nº 1989 de 24 de julho de 2019 e revogada pelo Decreto nº 2278 de 05 de maio de 2021, e alterado pelo Decreto n° 2291 de 27 de maio de 2021, revogada pelo Decreto n° 2902 de 22 de maio de 2024 para prestar serviço voluntário ao Município na Secretaria Municipal de Educação - SEMED e Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU, e considerando o Resultado Final e Homologação publicado em 21/09/2026 (Processo Administrativo nº 1023-03/2026), **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados, conforme as condições especiais estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Esta convocação está fundamentada na legislação vigente que assegura a aplicação de ações afirmativas no acesso a cargos públicos, nos termos a seguir:

A Lei nº 15.142, de 22 de abril de 2025, estabelece que 30% das vagas oferecidas nos concursos públicos federais devem ser reservadas a candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas. A distribuição das vagas segue a seguinte proporção:

• 25% para candidatos pretos/pardos (PPP)
• 3% para candidatos indígenas
• 2% para candidatos quilombolas

A reserva aplica-se tanto às vagas imediatas quanto às de cadastro reserva, sendo calculada sobre o total de convocações, com arredondamento para cima, conforme o artigo 5º da referida Lei.

Na ausência de candidatos habilitados em alguma das categorias específicas, as vagas são redistribuídas entre os demais grupos, seguindo critérios de sub-representação, conforme previsto no Decreto nº 12.536, de 10 de junho de 2025, que regulamenta a aplicação da Lei nº 15.142/2025.

Considerando a ausência de candidatos quilombolas e indígenas habilitados, a vaga remanescente de cota foi redistribuída à categoria de pretos/pardos, conforme determina o art. 16 do Decreto nº 12.536/2025.

Além disso, conforme o disposto no Art. 8º da Lei nº 15.142/2025:

Art. 8º Na hipótese de número insuficiente de pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas no mesmo certame para a ampla concorrência, de acordo com a ordem de classificação.

A autodeclaração étnico-racial é autoaplicável e de responsabilidade exclusiva do candidato. Em caso de denúncia ou indício de falsidade, o candidato poderá responder administrativa, civil e criminalmente, nos termos da legislação vigente, perante os órgãos competentes.

Também é assegurada a reserva de vagas a pessoas com deficiência (PcD), conforme previsto na:

• Constituição Federal (art. 37, inciso VIII)
• Lei nº 8.112/1990 (art. 5º, § 2º)
• Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência
• Decreto nº 9.508/2018

Ficarão reservadas 10% (dez por cento) das vagas aos candidatos que se declararem pessoas com deficiência, desde que apresentem laudo médico (documento original ou cópia autenticada em cartório) atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência.

A pessoa com deficiência tem assegurado o direito à inscrição no presente processo seletivo, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função para a qual concorre, conforme Decreto Federal nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 e Decreto Federal nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999.

OBS: O CANDIDATO CONVOCADO DEVERÁ COMPARECER NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE, NO SETOR DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU**, DOS DIAS **05/10/2026 A 09/10/2026**, NO HORÁRIO DE 7h30 ÀS 13h30, PARA APRESENTAÇÃO DE TODOS OS DOCUMENTOS CONFORME A RELAÇÃO EM ANEXO.

AUXILIO D ELIMPEZA/ZELADOR - ZONA URBANA - SEMSAU

Candidato	Classificação	Pontuação	Lei de Cotas
SIMONE DE OLIVEIRA BARBOSA	1°	70	AMPLA
DANIELA SANTOS DE OLIVEIRA	2°	56	AMPLA
REJIVANE ALVES DE SOUZA	3°	38	RESERVA DE VAGA PPIQ
ANDREYNA PEREIRA DA SILVA SABTOS	4°	52	AMPLA

Itapuã do Oeste, 30 de setembro de 2026.

IDIZNEI CASTRO MARTINS
Chefe Do Poder Executivo Municipal

DIEGO EMANUEL FÉLIX DA SILVA
Secretário Municipal De Administração E Planejamento
Portaria Nº 067/GAB-PMIO/2025

RODOLPHO MARINS DE LIMA ARCO
Secretário Municipal De Saúde
Port. Nº 011/GAB-PMIO/2025

ANEXO – DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO
•
•
• Cópia da Carteira de Identidade;
• Cadastro de Pessoa Física CPF do candidato (a);
• Cadastro de Pessoa Física CPF do (a) cônjuge;
• Carteira de Trabalho (frente e verso);
• Cartão de inscrição no PIS ou PASEP;
• Título de Eleitor;
• Certificado de Reservista;
• Comprovante de escolaridade (diploma, certificado, histórico escolar);
• Carteira de Registro no Órgão de Classe, acompanhada da respectiva certidão de regularidade junto ao Conselho;
• Comprovante de residência (atualizado);
• Certidão Negativa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE);
• Certidão Negativa do Tribunal de Contas (www.tce.ro.gov.br);
• Certidão Negativa dos Tributos Municipais;
• Certidão Negativa dos Tributos Estaduais (SEFIN);
• Certidão Negativa de Antecedentes Cíveis e Criminais, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia;
• Certidão Negativa de Antecedentes Cíveis e Criminais, expedida pela Justiça Federal;
• Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Federal;
• Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
• Declaração de Ficha Limpa;
• Atestado de Saúde Física e Mental (expedido por médico do SUS);
• Declaração de Vínculo Empregatício;
• Número da conta para pagamento (corrente ou poupança).
Rua Airton Senna, 1425 - Centro - Itapuã do Oeste/RO CEP: 76861-000
Contato: (69) 3231-2330 - Site: www.itapuadoeste.ro.gov.br - CNPJ: 63.761.936/0001-55

Publicado por:
Denise Aparecida de Oliveira Twardowski
Código Identificador:B6049FED

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 264/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.° 023/2026 DESMEMBRADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 852-04/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 1038-06/2026

CONTRATANTE:**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE,**pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Airton Senna, nº 1425, Centro, Itapuã do Oeste/RO, CEP: 76861-000, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal **IDIZNEI CASTRO MARTINS;**

CONTRATADA: PMX COMERCIO E SERVICO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 43.279.146/0001-20, sediada na Rua Antonio Maria Valença, nº 6008, Bairro Aponiã, Porto Velho/RO, CEP 76824-200, telefone (69) 3214-1898 e (69) 98117-9778, e-mail pmxcomercio@hotmail.com, neste ato representada por sua representante legal, **Maria do Carmo Souza de Sales Melo**, conforme poderes conferidos em seu contrato social.

OBJETO: Aquisição de containers plásticos, lixeiras para coleta seletiva e containers ecoponto.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total da contratação é de **R$86.730,00 (oitenta e seis mil, setecentos e trinta reais).**

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste pela seguinte classificação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.06.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO
12.122.0007.2009.0000 Custeio das Atividades Operacionais e Administrativas
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Ficha: 230
02.06.02 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
12.361.0007.2047.0000 Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Ficha: 238
02.06.02 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
12.361.0007.2048.0000 Manutenção e Coordenação das Atividades da Escola do Campo
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Ficha: 242
02.06.02 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
12.361.0007.2051.0000 Manutenção e Coordenação da Educação Básica - QSE
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Ficha: 253
02.06.02 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
12.361.0007.2051.0000 Manutenção e Coordenação da Educação Básica - QSE
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Ficha: 598
02.06.02 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
12.365.0007.2058.0000 Manutenção e Coordenação das Atividades da Creche
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Ficha: 287
02.06.02 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
12.365.0007.2058.0000 Manutenção e Coordenação das Atividades da Pré-Escola
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Ficha: 292
02.06.03 FUNDO DE MAN. E DES. DA EDUC. BASICA E DE VALOR PR
12.361.0007.2075.0000 Custeio das Atividades Operacionais e Administrativas das Unidades
Escolares - FUNDEB 30%
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Ficha: 314ID: 528183 e CRC: 5C2F3966

Termo de Manifestação de Interesse 18 de 15/06/2026, assinado na forma do Decreto nº 2.043/2020 (ID: 527064 e CRC: 3F3E9E06). Pág: 6/6
02.06.03 FUNDO DE MAN. E DES. DA EDUC. BASICA E DE VALOR PR
12.361.0007.2075.0000 Custeio das Atividades Operacionais e Administrativas das Unidades
Escolares - FUNDEB 30%
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Ficha: 592
02.06.03 FUNDO DE MAN. E DES. DA EDUC. BASICA E DE VALOR PR
12.361.0007.2075.0000 Custeio das Atividades Operacionais e Administrativas das Unidades
Escolares - FUNDEB 30%
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Ficha: 594

Rua Airton Senna, 1425 - Centro - Itapuã do Oeste/RO CEP: 76861-000
Contato: (69) 3231-2330 - Site: www.itapuadoeste.ro.gov.br - CNPJ: 63.761.936/0001-55

Publicado por:
Denise Aparecida de Oliveira Twardowski
Código Identificador:1D1C0FDA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 265/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.° 023/2026 DESMEMBRADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 852-04/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 1038-06/2026

CONTRATANTE:**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE,**pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Airton Senna, nº 1425, Centro, Itapuã do Oeste/RO, CEP: 76861-000, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal **IDIZNEI CASTRO MARTINS;**

CONTRATADA: SKY CLEAN COM. EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 55.442.589/0001-70, sediada na Avenida das Américas, nº 1368, Bairro Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22790-701, telefone (21) 2434-7764 e (21) 97017-6677, e-mail comercial@skyclean.rio.br, neste ato representada por seu representante legal, **Matheus da Silva Cordeiro Dias Batista**, conforme poderes conferidos em seu contrato social.

OBJETO: Aquisição de containers plásticos, lixeiras para coleta seletiva e containers ecoponto.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total da contratação é de **R$7.000,00 (sete mil reais).**

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste pela seguinte classificação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.06.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO
12.122.0007.2009.0000 Custeio das Atividades Operacionais e Administrativas
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Ficha: 230
02.06.02 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
12.361.0007.2047.0000 Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Ficha: 238
02.06.02 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
12.361.0007.2048.0000 Manutenção e Coordenação das Atividades da Escola do Campo
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Ficha: 242
02.06.02 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
12.361.0007.2051.0000 Manutenção e Coordenação da Educação Básica - QSE
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Ficha: 253
02.06.02 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
12.361.0007.2051.0000 Manutenção e Coordenação da Educação Básica - QSE
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Ficha: 598
02.06.02 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
12.365.0007.2058.0000 Manutenção e Coordenação das Atividades da Creche
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Ficha: 287
02.06.02 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
12.365.0007.2058.0000 Manutenção e Coordenação das Atividades da Pré-Escola
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Ficha: 292
02.06.03 FUNDO DE MAN. E DES. DA EDUC. BASICA E DE VALOR PR
12.361.0007.2075.0000 Custeio das Atividades Operacionais e Administrativas das Unidades
Escolares - FUNDEB 30%
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Ficha: 314ID: 528183 e CRC: 5C2F3966
Termo de Manifestação de Interesse 18 de 15/06/2026, assinado na forma do Decreto nº 2.043/2020 (ID: 527064 e CRC: 3F3E9E06). Pág: 6/6
02.06.03 FUNDO DE MAN. E DES. DA EDUC. BASICA E DE VALOR PR
12.361.0007.2075.0000 Custeio das Atividades Operacionais e Administrativas das Unidades
Escolares - FUNDEB 30%
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Ficha: 592
02.06.03 FUNDO DE MAN. E DES. DA EDUC. BASICA E DE VALOR PR
12.361.0007.2075.0000 Custeio das Atividades Operacionais e Administrativas das Unidades
Escolares - FUNDEB 30%
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Ficha: 594

Rua Airton Senna, 1425 - Centro - Itapuã do Oeste/RO CEP: 76861-000
Contato: (69) 3231-2330 - Site: www.itapuadoeste.ro.gov.br - CNPJ: 63.761.936/0001-55

Publicado por:
Denise Aparecida de Oliveira Twardowski
Código Identificador:6E91D0BF

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 356/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1124-41/2026

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Ayrton Senna n. 1425, Setor 01, Itapuã do Oeste, Rondônia, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito,***IDIZNEI CASTRO MARTINS*.**

CONTRATADA: GILBERTO JORGE PACHECO CARDOSO, empresário individual, inscrito no CNPJ sob o nº 11.828.204/0001-31, com nome fantasia PAPELARIA TRADIÇÃO, com sede na Rua

Costa e Silva, nº 2065, Centro, CEP 76.861-000, Itapuã do Oeste/RO, telefone (69) 9209-1136, e-mail gilberto1705@gmail.com, neste ato representado por seu titular, **Sr. Gilberto Jorge Pacheco Cardoso.**
OBJETO: Aquisição de materiais esportivos e material permanente destinados à realização do Campeonato Municipal Amadorzão de Futebol de Campo 2026, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo – SEMCELT, do Município de Itapuã do Oeste/RO.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total da contratação é de **R$26.230,00 (vinte e seis mil, duzentos e trinta reais).**

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura por ambos os contratantes, prorrogável por até 05 (cinco) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste pela seguinte classificação orçamentária:

Ficha:	572	**Processo Nº:**	01124/2026
Unidade:	021001 - SEC. MUN. DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO		
Funcional:	13.392.0012.2106.0000		
Cat. Econômica:	4.4.90.52.00 - DESPESAS DE CAPITAL		
Código de Aplicação:	002.001 - Recursos Próprios / Ordinários		
Fonte de Recurso:	1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos		
Fonte STN:	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)		

Ficha:	573	**Processo Nº:**	01124/2026
Unidade:	021001 - SEC. MUN. DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO		
Funcional:	27.812.0012.2107.0000		
Cat. Econômica:	3.3.90.30.00 - DESPESAS CORRENTES		
Código de Aplicação:	002.001 - Recursos Próprios / Ordinários		
Fonte de Recurso:	1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos		
Fonte STN:	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)		

Rua Airton Senna, 1425 - Centro - Itapuã do Oeste/RO CEP: 76861-000
Contato: (69) 3231-2330 - Site: www.itapuadoeste.ro.gov.br - CNPJ: 63.761.936/0001-55

Publicado por:
Denise Aparecida de Oliveira Twardowski
Código Identificador:6AE2DC23

GABINETE DO PREFEITO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO Nº 024/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 919-03/2024 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2024 TERMO ADITIVO Nº 084/2026

SEGUNDO ADITIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE/RO E MSB Comércio e Serviços Ltda PARA OS DEVIDOS FINS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Ayrton Senna nº 1425, Setor 01, Itapuã do Oeste, Rondônia, representada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, Idiznei Castro Martins.

CONTRATADA: MSB Comércio e Serviços Ltda, inscrita no CNPJ nº 08.257.279/001-03, com sede na Avenida Brasil, nº 748, Bairro Goiabeiras, Cuiabá/MT, neste ato representada por seu titular, **Marcos Sacardi Biudes**.

As partes acima identificadas resolvem aditar o Contrato de Prestação de Serviços de Locação nº 024/2024, firmado em 08 de outubro de 2024, cujo objeto consiste na locação de impressoras para impressão, cópia e digitalização de documentos, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1ª – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO
Fica prorrogada a vigência do contrato por 12 (doze) meses, com início em 09/10/2026 e término em 08/10/2027, mantendo-se as condições contratuais previamente estabelecidas.

CLÁUSULA 2ª – DO VALOR
O valor anual do contrato permanece inalterado, fixado em R$25.920,00 (vinte e cinco mil, novecentos e vinte reais), correspondente ao valor mensal de R$2.160,00 (dois mil, cento e sessenta reais), referente à locação de 12 (doze) impressoras, ao preço mensal de R$180,00 (cento e oitenta reais) por equipamento, preservando-se as condições financeiras originalmente pactuadas.

CLÁUSULA 3ª – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem ratificadas todas as demais cláusulas do contrato original e do Primeiro Termo Aditivo que não tenham sido expressamente alteradas por este instrumento.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento.

Itapuã do Oeste/RO, 02 de outubro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE/RO
Contratante

MSB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
Contratada

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO SEMAP
Secretário

Rua Airton Senna, 1425 - Centro - Itapuã do Oeste/RO CEP: 76861-000
Contato: (69) 3231-2330 - Site: www.itapuadoeste.ro.gov.br - CNPJ: 63.761.936/0001-55

Publicado por:
Denise Aparecida de Oliveira Twardowski
Código Identificador:944EAF06

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1150-04/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2025 TERMO ADITIVO Nº 084/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 029/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE/RO E CONSTRUFOR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Ayrton Senna nº 1425, Setor 01, Itapuã do Oeste, Rondônia, representada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, Idiznei Castro Martins.

CONTRATADA: CONSTRUFOR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 15.875.636/0001-54, com sede na Rua Paulo Leal nº 1436, Casa 1, Bairro Nossa Senhora das Graças, Porto Velho/RO, neste ato representada pelo Sr. **JONAS PEREIRA DE SOUZA**.

As partes resolvem celebrar o presente Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 029/2025, com fundamento no art. 107 da Lei nº 14.133/2021 e na cláusula segunda do contrato, mediante as condições seguintes

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato nº 029/2025, relativo à prestação de serviços de execução de pavimentação em blocos sextavados, sarjetas e meio-fio, apenas mão de obra.

CLÁUSULA 2ª – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

A vigência do Contrato nº 029/2025 fica prorrogada por 12 (doze) meses, compreendendo o período de 11 de outubro de 2026 a 10 de outubro de 2027.

CLÁUSULA 3ª – DO REAJUSTE E DO VALOR
Para o período prorrogado, os preços do Contrato nº 029/2025 ficam reajustados em 1,737700% (um vírgula sete três sete sete zero zero por cento), correspondente ao IGP-M/FGV utilizado na memória de cálculo apresentada pela SEMOSP, conforme a cláusula sétima do contrato e os documentos de IDs 566386 e 566391.

Com o reajuste, o valor global passa de R$1.889.550,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e nove mil, quinhentos e cinquenta reais) para R$1.922.384,71 (um milhão, novecentos e vinte e dois mil, trezentos e oitenta e quatro reais e setenta e um centavos), correspondente a um acréscimo de R$32.834,71 (trinta e dois mil, oitocentos e trinta e quatro reais e setenta e um centavos).

Os pagamentos dependerão dos serviços efetivamente executados e regularmente atestados, observados os preços unitários reajustados, os quantitativos contratuais e as demais condições pactuadas

CLÁUSULA 4º – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 029/2025 que não tenham sido alteradas pelo presente termo aditivo.
E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento.

Itapuã do Oeste/RO, 29 de setembro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE/RO
Contratante

CONSTRUFOR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
Contratada

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP
Secretário Municipal

Rua Airton Senna, 1425 - Centro - Itapuã do Oeste/RO CEP: 76861-000
Contato: (69) 3231-2330 - Site: www.itapuadoeste.ro.gov.br - CNPJ: 63.761.936/0001-55

Publicado por:
Denise Aparecida de Oliveira Twardowski
Código Identificador:24914488

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1314-062025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2025 TERMO ADITIVO Nº 083/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 032/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE/RO E L & F SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Ayrton Senna nº 1425, Setor 01, Itapuã do Oeste, Rondônia, representada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, Idiznei Castro Martins.

CONTRATADA: L & F SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, 756 - NOVA BRASÍLIA, Ji-Paraná - Rondônia - 76908-468, inscrita no CNPJ sob o nº 49.927.970/0001-26, Telefone: 69) 3197-0230; 9 9244-4115, E-mail: lojadofriopvh@gmail.com, neste ato representada pela Sra. **MARTA GARCIA DE ALMEIDA FALCAO.**

Resolvem celebrar o presente Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 032/2025, com fundamento no art. 107 da Lei nº 14.133/2021 e nas cláusulas segunda e sétima do contrato, mediante as condições seguintes:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência e a aplicação do reajuste anual pelo IGP-M/FGV ao Contrato nº 032/2025, relativo à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado, bebedouros, freezers e geladeiras, com fornecimento e substituição de peças.

CLÁUSULA 2ª – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA
A vigência do Contrato nº 032/2025 fica prorrogada por 12 (doze) meses, compreendendo o período de 03 de outubro de 2026 a 02 de outubro de 2027.

CLÁUSULA 3ª – DO REAJUSTE E DO VALOR
Para o período prorrogado, os preços do Contrato nº 032/2025 ficam reajustados em 2,16% (dois vírgula dezesseis por cento), correspondente ao IGP-M/FGV acumulado em 12 (doze) meses até agosto de 2026, conforme previsto na cláusula sétima do contrato.

Com o reajuste, o valor global anual estimado passa de R$320.054,80 (trezentos e vinte mil, cinquenta e quatro reais e oitenta centavos) para R$326.967,98 (trezentos e vinte e seis mil, novecentos e sessenta e sete reais e noventa e oito centavos), correspondente a um acréscimo estimado de R$6.913,18 (seis mil, novecentos e treze reais e dezoito centavos).

Os pagamentos dependerão dos serviços efetivamente prestados e regularmente atestados, observados os preços unitários reajustados e as demais condições contratuais.

CLÁUSULA 4º – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 032/2025 que não tenham sido alteradas pelo presente termo aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento.

Itapuã do Oeste/RO, 28 de setembro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE/RO
Contratante

L & F SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA.
Contratada

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
Secretária Municipal

Rua Airton Senna, 1425 - Centro - Itapuã do Oeste/RO CEP: 76861-000
Contato: (69) 3231-2330 - Site: www.itapuadoeste.ro.gov.br - CNPJ: 63.761.936/0001-55

Publicado por:
Denise Aparecida de Oliveira Twardowski
Código Identificador:138438A7

RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO Nº 033 CANDIDATOS APROVADOS

EDITAL Nº 001/2025 - PROCESSO SELETIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORARIA - PSCT

CONVOCAÇÃO Nº 033

CANDIDATOS APROVADOS

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE/RO**, no uso de suas atribuições legais, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento **SEMAP**, em conformidade com os autos do **Processo Administrativo n° 893-03/2025**, considerando a necessidade inadiável de excepcional interesse público e com base nos termos do artigo 37, inciso IX, do artigo 206 e do artigo 208, da Constituição Federal, em harmonia com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/1996 - LDB, Lei Complementar Municipal n.º 127/2015, mediante autorização da Lei Ordinária n° 1158 de 25 de Abril de 2025, em conformidade com o Resultado final e Homologação, **do Edital nº 001 de 08 de dezembro de 2025**, do Processo Seletivo de Contratação Temporária - **PSCT**, realizado por esta instituição e **homologado** em **08/12/2025**, publicado Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, no site: https://www.diariomunicipal.com.br/arom/ **Edição Nº 4127 a** de 10 de **dezembro de 2025**, **resolve**:

I - CONVOCAR o(s) candidato (s) a seguir nominado (s), para comparecer na Sede da Prefeitura de Itapuã do Oeste, situada à **Rua Ayrton Senna, nº 1425, Centro, Itapuã do Oeste/RO**, no período de **08 (oito) dias úteis**, no horário das **07h30m as 13h00m**, a contar da data da publicação deste Edital, munido(s) da documentação necessária para a contratação, conforme descrita no **ANEXO IV do Edital nº 001/2025.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SEMAP

Nº INSC.	EMFERMEIRO — AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIF.	PONTUAC.
384	MARIANA MORAIS DOS SANTOS	7º	65

DIEGO EMANUEL FÉLIX DA SILVA
Secretário SEMAP
Port.067/GAB-PMIO/2025

Publicado por:
Francilene Ferreira da Conceição
Código Identificador:84E61E35

RECURSOS HUMANOS
PORT. N º353 DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE VACÂNCIA DOS CARGOS EFETIVOS OCUPADOS PELO SERVIDOR GENÉSIO MONTEIRO DE SOUZA.

PORTARIA Nº353/GAB/PMIO/2026 Itapuã do Oeste,01 de outubro de 2026

Dispõe sobre a declaração de VACÂNCIA dos cargos efetivos ocupados pelo servidor GENÉSIO MONTEIRO DE SOUZA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE - RO, no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso Vl do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto no artigo 46 da Lei Complementar nº 127, de 30 de abril de 2015;
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Vacância ao servidor **GENÉSIO MONTEIRO DE SOUZA**, matrícula nº **573**, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR MAGISTÉRIO – 20 H**, e matrícula nº **962** ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR MAGISTÉRIO – 40 H**, ambos subordinados à Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

Art. 2º. A referida Vacância refere-se ao período de **01/10/2026 á 01/10/2029.**

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam se as disposições em contrário.

Registre-se!
Publique-se!
E Cumpra-se!

Publicado por:
Francilene Ferreira da Conceição
Código Identificador:33B532D6

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D´ OESTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°385/2026

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

PORTARIA N°385/2026 DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES RELACIONADOS PARA EXERCEREM A FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS E SUBSTITUTO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMMA."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art.37, IX da Constituição Federal de 1988, no exercício de suas atribuições legais e regimentais:

R E S O L V E:

Art.1º - DESIGNAR dos Servidores abaixo relacionados para a função de fiscal de contratos e substituto na Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

NOME	CPF	PROCESSO	CONTRATO	FUNÇÃO
Elza Laís Voitena Nogueira	***.462.032-**	3920/2021	281/2021	Fiscal
Roniéri Álisson Alves	***.353.462-**	3920/2021	281/2021	Substituto
Elza Laís Voitena Nogueira	***.462.032-**	1712/2026	179/2026	Fiscal
Roniéri Álisson Alves	***.353.462-**	1712/2026	179/2026	Substituto
Elza Laís Voitena Nogueira	***.462.032-**	1712/2026	180/2026	Fiscal
Roniéri Álisson Alves	***.353.462-**	1712/2026	180/2026	Substituto
Elza Laís Voitena Nogueira	***.462.032-**	2517/2026	260/2026	Fiscal
Roniéri Álisson Alves	***.353.462-**	2517/2026	260/2026	Substituto
Elza Laís Voitena Nogueira	***.462.032-**	3302/2023	411/2024	Fiscal
Paulo Eduardo Moreti	***.714.412-**	3302/2023	411/2024	Substituto
Angelica Roberta Marques Santos Mariano	***.717.782-**	2244/2023	215/2025	Fiscal
Roniéri Álisson Alves	***.353.462-**	2244/2023	215/2025	Substituto
Angelica Roberta Marques Santos Mariano	***.717.782-**	3995/2026	380/2026	Fiscal
Roniéri Álisson Alves	***.353.462-**	3995/2026	380/2026	Substituto

Parágrafo Único - Os servidores desempenharão suas funções conforme as atribuições estabelecidas na Lei Municipal nº 2.637, de 03 de abril de 2023, e no Decreto Municipal nº 4.172, de 22 de março de 2023, assegurando eficiência na gestão contratual e promovendo a transparência nas relações com os fornecedores.

Art.2º - SEM ÔNUS ADICIONAL para o Município, permanecendo os servidores designados vinculados ao seu cargo de origem, sem alteração de sua lotação, cargo, remuneração ou demais direitos funcionais

Art.3º -A PRESENTE portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se
Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, aos 05 de outubro de 2026.

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 05/10/2026 às 09:35, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID **1066007** e o código verificador **DAECC0F0**.

Publicado por:
Lara Sara Avaroma Campos
Código Identificador:A0FF24FC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°387/2026

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

PORTARIA N°387/2026 DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES RELACIONADOS PARA EXERCEREM A FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS E SUBSTITUTO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO - SEMPLAC."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art.37, IX da Constituição Federal de 1988, no exercício de suas atribuições legais e regimentais:

R E S O L V E:

Art.1º - DESIGNAR dos Servidores abaixo relacionados para a função de fiscal de contratos e substituto na Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação.

NOME	CPF	PROCESSO	FUNÇÃO
Jhessica Alves Ferreira dos Santos	***.853.602-**	2604/2026	Fiscal
Sidileia Ronqueti	***.389.602-**	2604/2026	Substituto
Viviane da Silva Anolasco	***.083.432-**	3964/2026	Fiscal
Sidileia Ronqueti	***.389.602-**	3964/2026	Substituto
Viviane da Silva Anolasco	***.083.432-**	4279/2026	Fiscal
Sidileia Ronqueti	***.389.602-**	4279/2026	Substituto

Parágrafo Único - Os servidores desempenharão suas funções conforme as atribuições estabelecidas na Lei Municipal nº 2.637, de 03 de abril de 2023, e no Decreto Municipal nº 4.172, de 22 de março de 2023, assegurando eficiência na gestão contratual e promovendo a transparência nas relações com os fornecedores.

Art.2º - SEM ÔNUS ADICIONAL para o Município, permanecendo os servidores designados vinculados ao seu cargo de origem, sem alteração de sua lotação, cargo, remuneração ou demais direitos funcionais

Art.3º -A PRESENTE portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se
Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, aos 05 de outubro de 2026.

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 05/10/2026 às 13:23, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID **1067118** e o código verificador **069EC7B4**.

Publicado por:
Lara Sara Avaroma Campos
Código Identificador:8255A5C9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº386/2026

ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

PORTARIA Nº386/2026DE 05 de outubro de 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais,

R E S O L V E:

Art.1º - EXONERAR o(a) senhor(a) NATHAN ALBUQUERQUE SOUZA, portador(a) do CPF nº ***.434.352-**, do cargo Comissionado ASSESSOR (A) NÍVEL III, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA.

Art.2º -A PRESENTE portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir do dia 05/10/2026, revogando as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, aos 05 de outubro de 2026.

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000

Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por PAULO HENRIQUE DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL, em 05/10/2026 às 09:35, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID 1066561 e o código verificador ECFA3DF5.

Publicado por:
Lara Sara Avaroma Campos
Código Identificador:55759D17

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº388/2026

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

PORTARIA Nº388/2026DE 05 de outubro de 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais,

R E S O L V E:

Art.1º - EXONERAR o(a) senhor(a) **ANGELA PATRICIA BARROS DA SILVA,** portador(a) do CPF nº ***.065.882-**, da função gratificada de **ORIENTADOR ESCOLAR**, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Art.2º -A PRESENTE portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao dia 01/10/2026, revogando as disposições em contrário.
Registre-se,

Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, aos 05 de outubro de 2026.

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 05/10/2026 às 13:24, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID **1067197** e o código verificador **6D7A7825**.

Publicado por:
Lara Sara Avaroma Campos
Código Identificador:D2CE7720

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº389/2026

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

PORTARIA Nº389/2026DE 05 de outubro de 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais,

R E S O L V E:

Art.1º - EXONERAR o(a) senhor(a) **DAIANE GASPARINI LAGUNA LADDAGA,** portador(a) do CPF nº ***.916.132-**, da função gratificada de SUPERVISOR ESCOLAR, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Art.2º -A PRESENTE portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao dia 01/10/2026, revogando as disposições em contrário.
Registre-se,

Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, aos 05 de outubro de 2026.

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 05/10/2026 às 13:24, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID **1067211** e o código verificador **B1A048E4**.

Publicado por:
Lara Sara Avaroma Campos
Código Identificador:B7BA21BB

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO N.º2478/2026

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste- RO.

Publicado no Portal de Transparência do Município. Conforme Lei Municipal n.º1.858/2019.
https://www.transparencia.machadinho.ro.gov.br/

"HOMOLOGO E ADJUDICO", para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o **ADITIVO DE VALOR** do Contrato Originário n.º244/2026, solicitado através do Memorando n.º253/2026 (ID 1065985) presente no Processo n.º2478/2026, que tem como objeto a contratação de emp. gerenciamento sist. eletrônico de gestão de frota c/ utilização de cartões magnéticos (combustível), através adesão ARP 025/25 oriunda PE 40/25 proc. 1506/25 (Rolim de Moura), proc 1606/26, conf. Mem. 138/26, TR e docs anexos**,** tendo como contratada a empresa: **UZZIPAY ADMINISTRADORA DE CONVÊNIOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o n° 05.884.660/0001-04**,** em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, de acordo com o Parecer Jurídico (ID 1066347) e o Relatório de Análise Processual (ID 1066911).

Publique-se,
Cumpra-se,

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito do Município de Machadinho D'Oeste - RO
2025/2028

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 05/10/2026 às 12:08, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID **1066942** e o código verificador **5DED518E**.

Publicado por:
Lara Sara Avaroma Campos
Código Identificador:0F229FAE

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO N.º3812/2025

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste- RO.

Publicado no Portal de Transparência do Município. Conforme Lei Municipal n.º1.858/2019.

https://www.transparencia.machadinho.ro.gov.br/

"HOMOLOGO E ADJUDICO", para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o **ADITIVO DE PRAZO** do Contrato Originário n.º429/2025, solicitado através da justificativa n.º22 (ID 1065916) presente no Processo n.º3812/2025, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em prestação de serviços para realização de perícias médicas e junta médica, abrange avaliação de profissionais qualificados para emitir laudos técnicos sobre a saúde dos servidores da Prefeitura de Machadinho D'Oeste/RO, por meio do P.E. n° 34/2025 derivado do proc. n° 1657/2025, conforme Mem. nº 297/2025, termo de referência e docs anexos**,** tendo como contratada a empresa: **AUDITAMED SERVIÇOS DE PERÍCIA E AUDITORIA DE CONTAS MÉDICAS LTDA** inscrita no CNPJ sob o n° 33.414.600/0001-55**,** em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o Parecer Jurídico (ID 1065757).
Publique-se,
Cumpra-se,

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito do Município de Machadinho D'Oeste - RO
2025/2028

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 02/10/2026 às 13:48, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID **1066242** e o código verificador **4CA928A1**.

Publicado por:
Lara Sara Avaroma Campos
Código Identificador:DD222A45

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO

Contrato n°394 de 05/10/2026
Nº do Processo: 3994/2026
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ATRAVÉS DA ARP nº 19/2026.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE
Contratado:LOJAO DO CONSTRUTOR LTDA
CPF/ CNPJ/MF do Contratado nº84.608.090/0001-98
VALOR:R$ 22.999,90 (vinte e dois mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos)
Data de assinatura do Contrato: 05/10/2026
Classificação:10.302.0011.2033.0000 (GESTÃO OPERACIONAL NOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA SAMU-FEDERAL/ESTADUAL);
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 (MATERIAL DE CONSUMO);
Prazo de vigência do contrato: 12 (doze) meses
Fonte de Recursos: Fundo Municipal de Saúde FMS;

Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Machadinho D'Oeste RO, Em 05 de Outubro de 2026

Publicado por:
Nubia Almeida Santos
Código Identificador:7C084D56

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4015/2026

de 05 de outubro de 2026.

"Dispõe sobre a Transferência por Anulação e Suplementação de Dotação no Exercício Vigente, na ordem de R$ 52.962,80 e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 10 da Lei nº 1.556 de 18 de Dezembro de 2025 c/c art. 1º da Lei nº 677 de 28 de maio de 2014, (regulamenta remanejamento, transposição e transferência), considerando os fundamentos que dispõe a Lei Federal 4320/64 e Lei Complementar 101/2000.
DECRETA:

Art. 1º. Fica Autorizado a efetuar adequação na LOA, por transferência via Anulação dentro da mesma ação no valor de ***R$ 52.962,80 (cinquenta e dois mil, novecentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos)***, conforme classificação funcional, programática e econômica a seguir:

CÓDIGO	HISTÓRICO	VALOR
02.00	EXECUTIVO	
02.05.00	**SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS**	
15.451.0006.2020	*DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ADM.. - SEMOSP*	
3.3.90.39 - 142	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	52.962,80
	TOTAL DA TRANSFERÊNCIA	**52.962,80**

Art. 2º. Fica Autorizado a efetuar adequação na LOA, via Anulação dentro da mesma ação no valor de ***R$ 52.962,80 (cinquenta e dois mil, novecentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos),*** visando à cobertura de transferência, conforme classificação funcional, programática e econômica a seguir:

CÓDIGO	HISTÓRICO	VALOR
02.00	EXECUTIVO	
02.05.00	**SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS**	
15.451.0006.2021	*MANUTENÇÃO DOS SERVIÇLOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA*	
3.3.90.30 - 140	Material de Consumo	42.131,20
3.3.90.36 - 141	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	5.000,00
4.4.90.52 - 147	Equipamentos e Material Permanente	5.831,60
	TOTAL DA ANULAÇÃO	**52.962,80**

Art. 3º. O valor total a ser anulado para a cobertura do presente decreto é ***R$ 52.962,80 (cinquenta e dois mil, novecentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos);***

Art. 4º. Este Decreto entra vigor na data de sua publicação;

JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal
(Documento Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Milton Caetano da Silva
Código Identificador:63A06DE7

GABINETE DO PREFEITO
DESPACHO DECISÓRIO AO PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 232/SRP/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1325/SRP/2025

Manutenção de Equilíbrio Econômico Financeiro
Trata-se de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro a maior, formulado pela empresa **HOME COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 44.116.956/0001-29, detentora da Ata de Registro de Preços nº 232/SRP/2025, por meio do qual pleiteia a majoração de 40% (quarenta por cento) sobre os valores de todos os itens registrados, sob a alegação de aumento dos custos de aquisição e transporte após o recebimento do Empenho nº 453/2026.

A Comissão de Registro de Preços, em manifestação técnica desfavorável ao deferimento, procedeu à análise do pedido e concluiu pelo seu indeferimento, pois a documentação apresentada não comprova, de forma objetiva, a efetiva majoração dos preços registrados nem a alegada ruptura do equilíbrio econômico-financeiro da Ata.

A empresa apresentou, essencialmente, a Nota Fiscal Eletrônica nº 63.403, emitida em 28/05/2026, no valor total de R$ 2.133,78, referente à aquisição de duas unidades do produto descrito como "BUFFET CLASSIC S/ESP OFF WH/NATURE-66433". Contudo, a descrição constante da nota fiscal não corresponde objetivamente a nenhum item identificado na Ata de Registro de Preços, não sendo possível estabelecer, a partir desse documento, a necessária vinculação entre o produto adquirido e os itens registrados.

Além disso, a nota fiscal demonstra apenas o custo atual de aquisição, sem permitir a comparação com o preço praticado no momento da apresentação da proposta ou do lance no Pregão Eletrônico nº 065/2025. Não foram apresentados documentos históricos, tais como notas fiscais anteriores, propostas de fornecedores, orçamentos ou outros elementos idôneos, que demonstrassem a evolução do custo do mesmo produto e sua vinculação com os itens registrados.

Quanto aos custos de transporte, o recibo de frete e o respectivo comprovante de pagamento também se referem a despesas recentes, sem documentação anterior que possibilite comparar os custos considerados na formulação da proposta com aqueles atualmente suportados pela empresa.

Do mesmo modo, não foi demonstrada a ocorrência de majoração na proporção de 40% requerida, tampouco a repercussão concreta desse percentual sobre a totalidade dos itens e valores constantes da Ata. A documentação apresentada, portanto, não permite verificar a efetiva variação dos custos, o nexo entre essa variação e os itens registrados ou o impacto da alegada majoração sobre a equação econômico-financeira originalmente pactuada.

O reequilíbrio econômico-financeiro exige demonstração concreta da alteração superveniente das condições originalmente consideradas, com comprovação da variação dos custos e de sua repercussão sobre a execução do ajuste. O art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021 prevê a recomposição quando fatos imprevisíveis, previsíveis de consequências incalculáveis, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada a repartição objetiva de riscos.

No caso concreto, a Comissão de Registro de Preços realizou a análise técnica da documentação apresentada e concluiu que os elementos constantes dos autos são insuficientes para comprovar a majoração dos custos, a correspondência entre o produto indicado na nota fiscal e os itens da Ata, a evolução temporal dos preços e a repercussão do percentual de 40% sobre todos os itens registrados.

O feito foi submetido à análise da Procuradoria Jurídica do Município, que emitiu o Parecer Jurídico nº 448/2026, de 22 de setembro de 2026, igualmente desfavorável ao deferimento e conclusivo pela impossibilidade da concessão do reequilíbrio pretendido, em razão da insuficiência dos documentos comprobatórios e da ausência de comprovação da efetiva ruptura do equilíbrio econômico-financeiro.

Diante do exposto, acolhendo integralmente a manifestação técnica desfavorável da Comissão de Registro de Preços e o Parecer Jurídico nº 448/2026, igualmente desfavorável ao deferimento, com fundamento no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021, decide-se **INDEFERIR** o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro formulado pela empresa **HOME COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, mantendo-se inalterados os valores e as condições registrados na Ata de Registro de Preços nº 232/SRP/2025, por insuficiência de comprovação da efetiva majoração dos custos e da consequente ruptura do equilíbrio econômico-financeiro.

O presente indeferimento decorre da insuficiência dos elementos probatórios apresentados, não impedindo a apresentação de novo requerimento, caso a empresa disponha de documentação idônea que permita comparar os preços praticados no momento da apresentação da proposta ou do lance no Pregão Eletrônico nº 065/2025 com os custos atualmente suportados, vinculando-os objetivamente aos itens correspondentes da Ata e demonstrando sua repercussão sobre os preços registrados.

Comunique-se a decisão à empresa interessada. Após, publique-se o ato no Diário Oficial dos Municípios — AROM e no site oficial do Município, dando-se prosseguimento às providências administrativas cabíveis.

Mirante da Serra/RO, 05 de outubro de 2026.

AMANDA GOMES DE ALMEIDA SILVA
Presidente SRP

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:1062E99D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 8475

PORTARIA Nº 8475/2026. DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

"CONCEDE O PEDIDO DE LICENÇA PARA AFASTAMENTO SEM REMUNERAÇÃO AO SERVIDOR MARCIO JOSÉ ASSUNÇÃO JUNIOR E DÁS OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, Senhor JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE, no uso de sua competência e atribuições legais que lhe são conferidas.
CONSIDERANDO o processo administrativo nº 1970/2026 devidamente instruído e fundamentado.
CONSIDERANDO, o Requerimento do Servidor ID 453045.
CONSIDERANDO, o Parecer Jurídico ID 456332

R E S O L V E

Art. 1º- Concede o pedido de licença para afastamento sem remuneração, por um período de 60 (sessenta) dias ao servidor Marcio José Assunção Junior, Fiscal de Tributos, Carga Horária 40 horas semanais, matricula 2868, atualmente lotado na Secretaria Municipal de Governo, CPF: ***909.202**. A partir do dia 05 de Outubro de 2026, devendo o servidor retornar aos trabalhos no dia 04 de Dezembro de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito
(Documento Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Glauciania Dos Santos
Código Identificador:0A3CE450

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 1816

Termo de Homologação

PROCESSO: 1816/2026

ASSUNTO: Aquisição de etiquetas patrimoniais para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento de Mirante da Serra/RO, destinadas à identificação, ao controle e à rastreabilidade dos bens permanentes do patrimônio público municipal.

INTERESSADO Secretaria de Administração, finanças e planejamento.

JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE, na condição de Prefeito e Ordenador de Despesa, homologo o processo supracitado, procedimento de Pregão Eletrônico nº 080/PMMS/2026 (ID 457761), conforme as decisões da CPL (ID 445195); até relação de vencedores (ID 457763). Parecer Controladoria Municipal (ID 458111),constante nos autos. Em favor da empresa jurídica:

01 - ALENCAR COMÉRCIO E SERVIÇOS, inscrita no **CNPJ sob o nº 60.982.243/0001-02,** no valor de **R$ 6.109,74** (seis mil e cento e nove reais e setenta e quatro centavos)

Termos do Parecer Técnico HOMOLOGO o presente procedimento, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Mirante da Serra/RO, 05 de Outubro de 2026.

JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito
(Documento Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Glauciania Dos Santos
Código Identificador:1C0EC9FF

SECRATARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL - SEMTAS
RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 133/2023

PROCESSO ADMINSTRATIVO N.º 1386/2026

CELEBRAÇÃO: 31/08/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

CONTRATADA: JANDIRLEIA DE ANDRADE DO NASCIMENTO

INTERVENTE:SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

TERMO ADITIVO: presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor do Contrato Administrativo nº 133/2026, referente à locação de imóvel destinado ao funcionamento da Casa de Acolhimento para Crianças e Adolescentes Raio de Luz, a fim de fazer constar o valor correto da contratação. Dessa forma, o valor global do contrato, anteriormente estabelecido em R$ 16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais), correspondente ao valor mensal de R$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais), passa a ser de R$ 15.599,04 (quinze mil quinhentos e noventa e nove reais e quatro centavos), correspondente ao valor mensal de R$ 1.299,92 (mil duzentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos), pelo período de 12 (doze) meses.

(Assinatura Eletrônica)
JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexson Bruno da Silva Braz
Código Identificador:4E19484F

SECRATARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL - SEMTAS
RESUMO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 106/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1361/2023

CELEBRAÇÃO: 31/08/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

CONTRATADA: OURO PRETO MONITORAMENTO E SERVIÇOS DE SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA

INTERVENIENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

TERMO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual pelo período de 06 (seis) meses, iniciando-se em 08/09/2026 e com encerramento previsto para 07/03/2027, e o reajuste do valor contratual no percentual de 4,44%, com base na variação inflacionária oficial do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), referente à prestação de serviços de sistema de monitoramento eletrônico para os prédios do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Convivência do Idoso, conforme especificações do Processo nº 594/SRP/2023 e Pregão Eletrônico nº 036/2023. Em decorrência da prorrogação do prazo e do reajuste, o valor mensal passa a ser de R$ 2.852,93 (dois mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e noventa e três centavos) e o valor global do aditivo passa a ser de R$ 17.117,61 (dezessete mil, cento e dezessete reais e sessenta e um centavos).

Mirante da Serra/RO, 02 de setembro de 2026.

(Assinatura Eletrônica)
JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexson Bruno da Silva Braz
Código Identificador:11CA9805

SECRATARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL - SEMTAS
RESUMO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 110/2024

CELEBRAÇÃO: 26/08/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

CONTRATADA: OURO PRETO MONITORAMENTO E SERVIÇOS DE SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA

INTERVENIENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

TERMO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste da CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato nº 11/2024, com base na variação inflacionária oficial pelo índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) no percentual de 4,44%, para cobertura do período remanescente de vigência até 08/02/2027, referente à prestação de serviços de sistema de monitorado para o prédio da Casa de Acolhimento Raio de Luz, conforme especificações do Processo nº 594/SRP/2023 e Pregão Eletrônico nº 036/2023. Em decorrência do reajuste, o valor mensal passa a ser de R$ 887,76 (oitocentos e oitenta e sete reais e setenta e seis centavos) e o valor global passa a ser de R$ 10.653,17 (dez mil, seiscentos e cinquenta e três reais e dezessete centavos).

Mirante da Serra/RO, 02 de setembro de 2026.

(Assinatura Eletrônica)
JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexson Bruno da Silva Braz
Código Identificador:FA358906

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 991, 05 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder o gozo das férias regulamentares aos servidores e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Monte Negro, no uso de suas atribuições conferidas em Lei e;
CONSIDERANDO a sanção da Lei Municipal n. 015/1993 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Monte Negro;
CONSIDERANDO o recebimento do Memorando n.° 725/SEMUSA/2026 ID: 3.197.BCE;

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER: férias aos servidores abaixo relacionados, vinculados a Secretaria Municipal de Gestão em Saúde Pública e Saneamento Básico – SEMUSA, conforme legislação municipal.

PERIODO DE GOZO: 03/11/2026 a 02/12/2026			
MAT.	NOME DO SERVIDOR	Cargo/Função	PERÍODO AQUISITIVO
3281	Denise Freitas Rocha	Enfermeiro	16/09/2024 até 15/09/2025
2816	Eliane Muller Mackoviak	Auxiliar Administrativo	07/02/2025 até 06/02/2026
3444	Emilly Ferreira dos Santos Silva	Auxiliar em Saúde Bucal	13/10/2025 até 12/10/2026
1071	Fabiana Aparecida Carolino Área	Agente Comunitário de Saúde	16/12/2024 até 15/12/2025
3457	Marinalva Pereira Matias	Agente Comunitário de Saúde	03/10/2025 até 02/10/2026
1736	Paola Renata da Silva Muniz Macena	Psicóloga	09/03/2025 até 08/03/2026
1450	Suzana Felippe	Diretor de Assistência Farmacêutica	21/03/2023 até 20/03/2024

PERIODO DE GOZO: 16/11/2026 a 15/12/2026			
MAT.	NOME DO SERVIDOR	Cargo/Função	PERÍODO AQUISITIVO
3254	Valdineia Pereira de Almeida	Agente Comunitário de Saúde	06/10/2024 até 05/10/2025
3258	Paloma Ketly Pereira Bastos	Agente Comunitário de Saúde	25/03/2024 até 24/03/2025

PERIODO DE GOZO: 18/11/2026 a 17/12/2026			
MAT.	NOME DO SERVIDOR	Cargo/Função	PERÍODO AQUISITIVO
2941	Hudson Ribeiro da Cunha	Agente Comunitário de Saúde	21/08/2025 até 20/08/2026
3280	Maria Filha Pessoa de Souza	Agente Comunitário de Saúde	08/06/2025 até 07/06/2026

PERIODO DE GOZO: 16/11/2026 a 30/11/2026			
MAT.	NOME DO SERVIDOR	Cargo/Função	PERÍODO AQUISITIVO
3282	Josiane Santos de Souza	Enfermeira	01/10/2024 até 30/09/2025

Art. 2º- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre – se. Cumpra – se. Publique.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito
2025/2028

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:913A1F6F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 992, 05 DE OUTUBRO DE 2026

Revogar parcialmente a portaria 684/GAB/2026 que concede o gozo de férias da servidora e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Monte Negro, no uso de suas atribuições conferidas em Lei e;
CONSIDERANDO a portaria 732/GAB/2026 que concedeu licença prêmio a servidora LUCIANE RODRIGUES NAVAS DOS SANTOS no período 01/07/2026 a 30/09/2026.

RESOLVE:

Art. 1º- REPROGRAMAR o gozo das férias regulamentares o qual estava programada de 15/07/2026 a 29/07/2026 da servidora LUCIANE RODRIGUES NAVAS DOS SANTOS, Matricula 77 ocupante do cargo de PROFESSOR NIVEL III 25 HORAS, vinculada a Secretaria Municipal de Gestão em Educação - SEMED, pertencente ao quadro de pessoal deste município, o qual foi programado através da Portaria n.684/GAB/2026.
Art. 2º- Fica deferido o gozo das férias e reprogramado para 15/10/2026 a 29/10/2026.
Art. 3º- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre – se. Cumpra – se. Publique.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito
2025/2028

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:3D660CFC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 993, 05 DE OUTUBRO DE 2026

"Conceder o gozo das férias regulamentares aos servidores e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Monte Negro, no uso de suas atribuições conferidas em Lei e;
CONSIDERANDO a sanção da Lei Municipal n. 015/1993 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Monte Negro;
CONSIDERANDO o recebimento do Memorando n. 729/SEMUSA/2026 ID: 3.19C.7DC;

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER: férias aos servidores abaixo relacionados, vinculados a Secretaria Municipal de Gestão em Saúde Pública e Saneamento Básico – SEMUSA – HMID, conforme legislação municipal.

PERIODO DE GOZO: **01/11/2026 A 30/11/2026**			
MAT.	NOME DO SERVIDOR	Cargo/Função	PERÍODO AQUISITIVO
784	Sadi Zamarchi	Técnico em Laboratório	01/02/2025 até 31/01/2026
588	Marcia Garcia	Agente de limpeza e conservação	24/07/2024 até 23/07/2025
214	Sidnei Paulino Pacheco	Agente Comunitário de Saúde (readaptada)	04/03/2024 até 03/03/2025

PERIODO DE GOZO: **15/11/2026 A 15/12/2026**			
MAT.	NOME DO SERVIDOR	Cargo/Função	PERÍODO AQUISITIVO
1784	Rafael José Souza Santos	Condutor de Ambulância	03/08/2025 até 02/08/2026

PERIODO DE GOZO: **16/11/2026 A 16/12/2026**			
MAT.	NOME DO SERVIDOR	Cargo/Função	PERÍODO AQUISITIVO
1674	José Carlos Inácio Teixeira	Condutor de Ambulância	16/06/2023 até 15/06/2024

Art. 2º- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre – se. Cumpra – se. Publique – se.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito
2025/2028

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:832426BB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 994, 05 DE OUTUBRO DE 2026

"Conceder o gozo das férias regulamentares aos servidores e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Monte Negro, no uso de suas atribuições conferidas em Lei e;
CONSIDERANDO a sanção da Lei Municipal n. 015/1993 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Monte Negro;
CONSIDERANDO o recebimento dos Memorandos n. 18, 19 e 20/SEMMAGRI/2026, ID: 3.199.531, ID: 3.19B.C24 e 3.1A1.D6B.

RESOLVE:
Art. 1º- CONCEDER: férias aos servidores abaixo relacionados, vinculados a Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social - SEMDES, conforme legislação municipal.

PERIODO DE GOZO: **23/11/2026 A 22/12/2026**			
MAT.	NOME DO SERVIDOR	Cargo/Função	PERÍODO AQUISITIVO
2476	Evertom Junior de Lima	OPERADOR DE TRATOR AGRICOLA	04/08/2024 até 03/08/2025
2914	João Carlos de Oliveira	ASSESSOR EM GESTÃO DE FROTA SEMMAGRI	11/07/2024 até 10/07/2025

PERIODO DE GOZO: **01/11/2026 A 30/11/2026**			
MAT.	NOME DO SERVIDOR	Cargo/Função	PERÍODO AQUISITIVO
1600	Daniele Feitosa Da Silva Cavalcante	AGENTE ADMINISTRATIVO I II	17/03/2023 até 16/03/2024

Art. 2º- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre – se. Cumpra – se. Publique – se.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito
2025/2028

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:CD888309

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 995, 05 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder o gozo das férias regulamentares ao servidor e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Monte Negro, no uso de suas atribuições conferidas em Lei e;
CONSIDERANDO o recebimento do memorando 728/SEMUSA/2026 ID: 3.19C.1CE.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER, o gozo das férias regulamentares ao servidor abaixo relacionado, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão em Saúde Pública e Saneamento Básico – SEMUSA.

PERIODO DE GOZO: 01/11/2026 a 20/11/2026			
MAT.	NOME DO SERVIDOR	CARGO/FUNÇÃO	PERIODO AQUISITIVO
3451	Weric Paiva Da Silva	Tecnico Em Radiologia I	31/03/2026 até 29/09/2026

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre – se. Cumpra – se. Publique.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito
2025/2028

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:98E03E44

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 996, 05 DE OUTUBRO DE 2026

Exonerar servidor público do cargo de provimento efetivo e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO, no uso de suas atribuições conferidas em Lei e;
CONSIDERANDO a Lei Municipal n. 015/1993 de 19/06/1993 - Estatuto dos Servidores Públicos do Municipio de Monte Negro;
CONSIDERANDO o recebimento do requerimento devidamente assinado pelo servidor;

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar o servidor MARCOS GOMES DA ROCHA LIMA, Matrícula 1423, do cargo de OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão em Obras e Serviços Públicos - SEMOSP.
Art. 2º- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre-se. Cumpra-se. Publique-se

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito
2025/2028

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:BD2A00C2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 997, 05 DE OUTUBRO DE 2026

Reprogramar as férias da servidora vinculada a SEMED e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Monte Negro, no uso de suas atribuições conferidas em Lei e;
CONSIDERANDO o recebimento do memorando 654/SEMED/2026 ID: 3.1AD.484;

RESOLVE:

Art. 1º- REPROGRAMAR o gozo das férias regulamentares o qual estava programada para 05/10/2026 a 19/10/2026 da servidora GILVANIA BERGAMO MORATTO, Matricula 3424 ocupante do cargo de SECRETARIO MUNICIPAL DE GESTAO EM EDUCAÇÃO, vinculada a Secretaria Municipal de Gestão em Educação - SEMED, pertencente ao quadro de pessoal deste município, o qual foi programado através da Portaria n.037/GAB/2026 e reprogramada através da Portaria n.783/GAB/2026.
Art. 2º- Fica deferido o gozo das férias e reprogramado para 05/11/2026 a 19/11/2026.
Art. 3º- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre – se. Cumpra – se. Publique.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito
2025/2028

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:30348CCA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 998, 05 DE OUTUBRO DE 2026

Reprogramar as férias da servidora vinculada a SEMED e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Monte Negro, no uso de suas atribuições conferidas em Lei e;
CONSIDERANDO o recebimento do memorando 647/SEMED/2026 ID: 3.18B.27D;

RESOLVE:

Art. 1º- REPROGRAMAR o gozo das férias regulamentares o qual estava programada para 01/10/2026 a 30/10/2026 da servidora MARIA MARTA MEDEIROS, Matricula 80 ocupante do cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO II, vinculada a Secretaria Municipal de Gestão em Educação - SEMED, pertencente ao quadro de pessoal deste município, o qual foi programado através da Portaria n.941/GAB/2026.
Art. 2º- Fica deferido o gozo das férias e reprogramado para 01/12/2026 a 30/12/2026.
Art. 3º- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre – se. Cumpra – se. Publique.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito
2025/2028

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:62889817

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE NOMEAÇÃO

ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE Portaria nº 230/GP/2026 O Prefeito Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei. R E S O L V E: Nomear a senhora, CAMILA OLIVEIRA MARCOLINO, brasileira, portadora da cédula de Identidade RG nº 1*****9 SESDEC RO e do CPF nº 066. ***. ***-09, nas funções interinas atinentes ao Cargo de Assessor do ouvidor, da Ouvidoria, Lei Municipal 1680/2022, ART. 3.1.2, do Município de Nova Brasilândia D'oeste - RO. A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Nova Brasilândia D'Oeste/RO, 05 de outubro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
CLODOALDO ALVES PEDROSO
Prefeito Municipal Prefeitura de Nova Brasilândia D' Oeste

Este documento foi assinado digitalmente por CLODOALDO ALVES PEDROSO (CPF ###.###.462-##), em 05/10/2026 - 12:12, e pode ser validado pelo QR Code ao lado e ou pelo link: https://signpmnvbrasilandia.lxsistemas.com.br/documento/documentoAssinado/155414.

Publicado por:
Mara Núbia Vicente Cunha
Código Identificador:987D8690

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ

CAMARA MUNICIPAL
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA 007

Processo Administrativo nº 130/2026

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - Aviso de Contratação Direta – Dispensa Eletrônica Sem Disputa nº 007/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de cargas de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, acondicionado em botijão P-13 (carga de 13 kg), sob o regime de troca dos 02 (dois) vasilhames próprios da Câmara Municipal de Nova Mamoré/RO, destinado ao atendimento da copa/cozinha institucional.

DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Tratando-se de prestação de serviços em que o valor estimado se fixou em R$ 1.450,00, o que possibilita a contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do inciso II do art. 75 e § 6º do art. 82, ambos da Lei 14.133/2021;

Verificado que o procedimento de dispensa eletrônica (Aviso de Contratação Direta – Dispensa Eletrônica Sem Disputa nº 007/2026) e demais atos de contratação direta realizados observaram o prescrito na Resolução nº 004, de 28 de abril de 2026, da Câmara Municipal de Nova Mamoré, art. 72 e § 3º do art. 75, ambos da Lei nº 14.133/2021;

Adjudico o objeto à empresa abaixo discriminada e homologo a dispensa de licitação, nos termos do inciso IV do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, bem como autorizo a contratação direta por dispensa de licitação nos termos do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e Resolução nº 004, de 28 de abril de 2026, da Câmara Municipal de Nova Mamoré:

Fornecedor Adjudicado:
Empresa: E.S. DE FIGUEIREDO COM. DE GLP LTDA
CNPJ: 22.313.120/0001-81

ITEM 01: Fornecimento parcelado de cargas de Gás Liquefeito de Petróleo — GLP, acondicionado em botijão P-13, com carga líquida de 13 kg
UNIDADE: Serviço
QUANTIDADE: 10
VALOR UNITÁRIO: R$ 145,00 (cento e quarenta e cinco reais)
VALOR TOTAL DO ITEM: R$ 1.450,00 (mil e quatrocentos e cinquenta reais)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 1.450,00 (mil e quatrocentos e cinquenta reais)

Câmara Municipal de Nova Mamoré-RO, 1 de setembro de 2026.

ADALTO FERREIRA DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Nova Mamoré - RO

Publicado por:
Claudio Vasconcelos Vedana
Código Identificador:8E448FFC

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 103/CMNM/2026

PORTARIA Nº 103, de 05 de outubro de 2026.

Dispõe sobre a designação de gestor, fiscal e suplente para acompanhamento e fiscalização dos Empenhos nº 827/2026 e 828/2026, decorrente do Processo Administrativo nº 095/2026, da Câmara Municipal de Nova Mamoré/RO.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ, no uso das atribuições que lhe conferem art. 14, do Regimento Interno desta Casa de Leis, combinado com inciso I, do art. 33, da Lei Orgânica e,

Considerando a Resolução nº 010, de 20 de janeiro de 2022, que dispõe sobre as regras e diretrizes para agente de contratação, equipe de apoio, comissão de contratação, gestores e fiscais de contratos da Câmara Municipal de Nova Mamoré – RO.

CONSIDERANDO as Portarias nº 085/2026 e nº 097/2026, que dispõem, respectivamente, sobre a Comissão de Fiscalização dos Contratos Administrativos e nomeação do gestor dos contratos Administrativos da Câmara Municipal de Nova Mamoré/RO, instituídas com a finalidade de aprimorar o controle interno, fortalecer a governança contratual e assegurar a observância das boas práticas de gestão pública;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, de modo a garantir a conformidade dos serviços prestados com as cláusulas avençadas e o interesse público;
CONSIDERANDO a importância da segregação de funções e da designação formal de servidores responsáveis pela gestão e fiscalização dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo identificados para exercerem, respectivamente, as funções de Gestor, Fiscal e Fiscal Suplente dos Empenhos nº 827/2026 e 828/2026, oriundo do Processo

Administrativo nº 095/2026, cujo objeto: Contratação, por dispensa de licitação, de empresa especializada no fornecimento de material de expediente, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta nº 008/2026, e seus anexos, para a Câmara Municipal de Nova Mamoré/RO.

Art. 2º. O Gestor do Contrato será o servidor Valter Júnior Luiz Couto, matrícula nº 423, nomeado conforme Portaria 097, de 21 de setembro de 2026 interinamente durante o período de férias do gestor titular entre 21 de setembro de 2026 e 05 de outubro de 2026. Responsável pelo acompanhamento global da execução contratual, pela verificação do cumprimento das obrigações assumidas pela contratada e pela adoção das providências administrativas necessárias à fiel execução do contrato.

Art. 3º. O Fiscal do Contrato será a Pedro Vitor Batista de Souza, Matrícula nº 494, responsável pela verificação técnica e quantitativa da execução do objeto, devendo registrar em relatório próprio as ocorrências observadas durante a execução, bem como comunicar formalmente ao Gestor quaisquer irregularidades detectadas, para adoção das medidas cabíveis.

Art. 4º. A Fiscal será substituída, em caso de impedimentos e afastamentos legais, pelo servidor Ezequiel Pereira Moitinho, matrícula nº 457, que atuará na condição de Fiscal Suplente, com as mesmas responsabilidades e atribuições durante o período de substituição.

Art. 5º. O Fiscal e o Suplente, quando em exercício, deverão anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando à contratada a imediata correção de eventuais falhas, irregularidades ou defeitos observados, adotando as medidas cabíveis para assegurar a conformidade do objeto.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Nova Mamoré-RO, 05 de outubro de 2026.

ADALTO FERREIRA DA SILVA (UNIÃO BRASIL)
Presidente da CMNM

Publicado por:
Claudio Vasconcelos Vedana
Código Identificador:63AC41EB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/PMNM/2026 SRP 21

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3195/SEMUSA/2026
A Prefeitura Municipal de Nova Mamoré, por intermédio da Superintendência de Licitações e Contratos – SUPEL, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar na forma do disposto da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal Nº 7899/23, **LICITAÇÃO**, na modalidade de **PREGÃO em sua forma ELETRÔNICA**, critério de julgamento do tipo **Menor Preço POR ITEM, de Participação Exclusiva MEI, ME e EPP e Ampla Participação,** Modo de Disputa: **ABERTO E FECHADO**, tendo como objeto**: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Insumos e Pensos Hospitalares e Laboratoriais Fracassados no Processo Nº 4319/2025, bem como de Itens com necessidade atual de Reposição,** conforme PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 3195/SEMUSA/2026 e especificações técnicas e condições constantes nos anexos, partes integrantes do instrumento convocatório. O Edital encontra-se à disposição dos interessados neste mesmo endereço, em dias úteis, no horário das 7h:30min. às 17h:30min ou no Portal Transparência do Município https://transparencia.novamamore.ro.gov.br/transparencia/. A data para abertura da sessão, eletrônica será dia **20/10/2026** às 10h:00min (Horário de Brasília), na plataforma **LICITANET.**
O Valor estimado é de **R$ 182.361,02 (cento e oitenta e dois mil, trezentos e sessenta e um reais e dois centavos).**
Informações Complementares na Superintendência de Licitações, sito a Avenida Dom Pedro II, nº.7096, Bairro João Francisco Clímaco, segunda a sexta-feira, das 07h30min, às 17h:30min, exceto feriado. CONTATO: (69) 3544-3230 ou 99990-6750, e-mail "cpl@novamamore.ro.gov.br".

Nova Mamoré, 05 de outubro de 2026.

SÍLVIO FERNANDES VILLAR
Pregoeiro
Portaria n° 363/GP/2026

Publicado por:
Silvio Fernandes Villar
Código Identificador:2ECFD822

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

P M N U - RO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 104/2026

CONTRATO Nº: 104/2026.
PROCESSO: Processo Seletivo nº 001/SEMECET/2025.
CELEBRAÇÃO: 24/09/2026.
PARTES: Município de Nova União/RO, inscrito no CNPJ sob o nº 00.699.197/0001-07, e a Sra. Fernanda Meneguetti Silva.
INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de Educação – SEMECET.
OBJETO: Prorrogação do Contrato nº 49/2025 para o exercício da função de Pedagoga, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: seis meses , a contar de 26 de setembro de 2026.
DO VALOR: R$ 3.847,97 (três mil oitocentos e quarenta e sete reais e noventa e sete centavos) mensais.

Nova União – RO, 02 de outubro de 2026.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:83F6E3B2

P M N U - RO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/2026

CONTRATO Nº: 105/2026.
PROCESSO: Processo Seletivo nº 001/SEMECET/2025.
CELEBRAÇÃO: 24/09/2026.
PARTES: Município de Nova União/RO, inscrito no CNPJ sob o nº 00.699.197/0001-07, e a Sra. Leisane Ferreira da Silva.
INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de Educação – SEMECET.
OBJETO: Prorrogação do Contrato nº 48/2026 para o exercício da função de Pedagoga, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: seis meses, conforme consta no contrato, a contar de 26 de setembro de 2026.
DO VALOR: R$ 3.847,97 (três mil oitocentos e quarenta e sete reais e noventa e sete centavos) mensais.

Nova União – RO, 02 de outubro de 2026.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:1311C039

P M N U - RO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 106/2026

CONTRATO Nº: 106/2026.
PROCESSO: Processo Seletivo nº 001/SEMECET/2025.
CELEBRAÇÃO: 24/09/2026.

PARTES: Município de Nova União/RO, inscrito no CNPJ sob o nº 00.699.197/0001-07, e a Sra. Edleuza Marçal de Jesus.
INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de Educação – SEMECET.
OBJETO: Prorrogação do Contrato nº 50/2026 para o exercício da função de Pedagoga, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: 185 (cento e oitenta e cinco) dias, a contar de 28 de setembro de 2026.
DO VALOR: R$ 3.847,97 (três mil oitocentos e quarenta e sete reais e noventa e sete centavos) mensais.

Nova União – RO, 02 de outubro de 2026.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:338460C3

P M N U - RO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 107/2026

CONTRATO Nº: 107/2026.
PROCESSO: Processo Seletivo nº 001/GAB/2025.
CELEBRAÇÃO: 25/09/2026.
PARTES: Município de Nova União/RO, inscrito no CNPJ sob o nº 00.699.197/0001-07, e o Sr. Jean Marcos Araujo de Oliveira.
INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP.
OBJETO: Prorrogação do Contrato nº 65/2025 para o exercício da função de Operador de Máquina Pesada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar de 29 de setembro de 2026.
DO VALOR: R$ 1.739,61 (mil setecentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavos) mensais.

Nova União–RO, 02 de outubro de 2026.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:523972CF

P M N U - RO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 108/2026

CONTRATO Nº: 108/2026.
PROCESSO: Processo Seletivo nº 001/GAB/2025.
CELEBRAÇÃO: 01/10/2026.
PARTES: Município de Nova União/RO, inscrito no CNPJ sob o nº 00.699.197/0001-07, e o Sr. Jean do Nascimento Oliveira.
INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de Educação – SEMECET.
OBJETO: Prorrogação do Contrato nº 67/2025 para o exercício da função de Motorista de Veículo Leve, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar de 03 de outubro de 2026.
DO VALOR: R$ 914,18 (novecentos e quatorze reais e dezoito centavos) mensais.

Nova União – RO, 02 de outubro de 2026.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:ADB020BD

P M N U - RO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 109/2026

CONTRATO Nº: 109/2026.
PROCESSO: Processo Seletivo nº 001/GAB/2025.
CELEBRAÇÃO: 01/10/2026.
PARTES: Município de Nova União/RO, inscrito no CNPJ sob o nº 00.699.197/0001-07, e o Sr. Zaqueu Martins de Oliveira.
INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de Planejamento, Administração, Coordenação e Fazenda – SEMPLACAF.
OBJETO: Prorrogação do Contrato nº 66/2025 para o exercício da função de Motorista de Veículo Leve, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar de 03 de outubro de 2026.
DO VALOR: R$ 914,18 (novecentos e quatorze reais e dezoito centavos) mensais.

Nova União–RO, 02 de outubro de 2026.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:405A3AC7

P M N U - RO
PORTARIA Nº 397, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

Designa colaborador para exercer a função de Fiscal e Gestor de Contrato e dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Nova União no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,

Considerando, que cabe a Autarquia, nos termos do disposto no artigo 117 da Lei 14.133/221, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos/convênios celebrados,

RESOLVE:
Art. 1º Designar Taine de Oliveira Silva, inscrita no CPF nº 022.XXX.XXX-03 para exercer a função de fiscal de contrato.

Art. 2º Designar Dulcineia Medrado Peron, inscrito no CPF n. 994.XXX.XXX-34 para exercer a função de gestora do contrato.

Art. 3º Para fins desta Portaria considera-se o objeto do contrato a ampliação de metas – reforma e ampliação da EMEIEF Professor Marcos Adriano Issler, oriundo do Processo Administrativo nº **1016/2026.**

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:232AD9BF

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/CPL/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 554/SEMOSP/2026

Aviso de Remarcação de Licitação
Pregão Eletrônico nº 25/CPL/2026
Processo Administrativo n° 554/SEMOSP/2026

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste/RO, através do Pregoeiro Municipal Sr. Marcos Antônio da Silva, **TORNA PÚBLICO** para conhecimento dos interessados, que encontra-se instaurado o PREGÃO ELETRONICO nº 25/CPL/2026 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do município de Novo Horizonte do Oeste-RO, concernente a: Aquisição de 100,00 metros de tubos metálicos destinados à instalação em 10 (dez) pontos de estradas vicinais, conforme descrito no Convênio nº 172/2026/PGE-DERADM, Plano de Trabalho, conforme especificações, quantidades estimadas e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

DO RECEBIMENTO DA PROPOSTA: A proposta poderá ser cadastrada até o dia 21/10/2026, até 09:59h (horário de Brasília/DF) pelo site www.licitanet.com.br
Início da disputa: Dia 21/10/2026 às 10h (horário de Brasília/DF)

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: De segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 as 13:30 horas, no endereço av. Elza Vieira Lopes nº 4803 CEP 76956-000 ou por e-mail cplnovohorizonte@hotmail.com e endereço eletrônico: https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmlicitacao_licitacao&token=f63b21a01390fa2a30009969974e3afc&id_menu=3

Novo Horizonte do Oeste – RO, 05 de outubro de 2026.

MARCOS ANTÓNIO DA SILVA
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Marcos Antonio da Silva
Código Identificador:3FE82EE2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 61/2026

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste publica extrato do contrato Nº 61/2026 referente ao Chamamento Público para Credenciamento nº 26/CPL/2026, Processo Administrativo Nº 763/2026, vinculado ao Processo Administrativo matriz nº 441/2026, e ao Termo de Credenciamento nº 01/2026, tendo como objeto o fornecimento de óleo diesel S10 e gasolina comum, destinados ao abastecimento dos veículos, máquinas e equipamentos da Secretaria Municipal de Agricultura do Município, em favor da empresa AUTO POSTO NH LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.248.068/0001-00, no valor total estimado de R$ 686.070,00 (seiscentos e oitenta e seis mil e setenta reais), apurado com base no preço médio semanal divulgado pela ANP para o Estado de Rondônia, já aplicado o desconto de 1% (um por cento), com vigência de 12 (doze) meses a contar da assinatura, conforme cláusulas e condições expostas no contrato.

Publicado por:
Marcos Antonio da Silva
Código Identificador:75D8F90C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste – RO, no exercício de suas atribuições legais, amparado no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e com razões remissivas à Justificativa nº 01/DAC/2026 e ao Parecer, resolve **RATIFICAR E HOMOLOGAR** a Dispensa Eletrônica de Licitação nº 05/2026, referente ao Processo Administrativo nº 289/2026, tendo como objeto: **"Contratação de empresa para fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP – gás de cozinha), em botijões de 13 kg, destinada ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste/RO."** Em favor da empresa **J G S A COMERCIO DE GLP LTDA**, inscrita no CNPJ nº 65.875.471/0001-99, no valor de **R$ 2.138,55 (dois mil cento e trinta e oito reais e cinquenta e cinco centavos)**.
Encaminhem-se os autos ao Agente de Contratação para que proceda aos trâmites legais.

Ouro Preto do Oeste-RO, 05 de outubro de 2026.

GILVANE FERNANDES DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Olcymar Galimberti da Silva
Código Identificador:CAFDA112

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2026

A Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste torna público que realizará o Pregão Eletrônico nº 63/2026. Tipo: Menor Preço por Item. Processo Administrativo nº 2861/GECRP/2026.Objeto: Formação de Registro de Preços para Futura e EventualContratação De Empresa Para Prestação De Serviços De Segurança Privada Desarmada, Para Atuação Em Eventos Promovidos Ou Apoiados Pela Secretaria Municipal De Cultura, Esporte E Turismo – SEMCET, conforme Termo de Referência (Anexo I do Edital). Valor estimado: R$ 173.705,40 (Cento e Setenta e Três Mil, Setecentos e Cinco Reais e Quarenta Centavos). Data de abertura: 23/10/2026, às 9h (horário de Brasília/DF). O edital encontra-se à disposição nos sites: https://www.gov.br/pncp/pt-br www.licitanet.com.br e www.ouropretodooeste.ro.gov.br para conhecimento, sendo que a sessão pública ocorrerá pelo site www.licitanet.com.br. Informações complementares: Preferencialmente, pelo endereço eletrônico: dcl@ouropretodooeste.ro.gov.br ou no Departamento de Licitação da Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste/RO, situada na Av. Daniel Comboni, 1156, Jardim Tropical. Horário de atendimento: de segunda à sexta-feira, exceto feriados, das 7h30min às 13h30min.

Ouro Preto do Oeste/RO, 05 de outubro de 2026.

FERNANDA BATISTA LIMA PAVANELI
Pregoeira
Decreto nº 19.709/2026

Publicado por:
Selmo da Costa Simoura
Código Identificador:EFB8B221

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO INDIVIDUAL DE POSSE

DECRETO Nº. 20.359
05 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE, usando das atribuições que lhe são conferidas

Considerando o Decreto nº. 20.221 de 20 de agosto de 2026, que trata da convocação dos aprovados publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia Edição nº 4303 em 21 de agosto de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **KAMILLY DE CASTRO PAULA CARVALHO,** em caráter efetivo, em cargo de Nível Superior, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, nos termos do Plano de Carreira dos Servidores Públicos da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste/RO, para provimento no cargo de **ENFERMEIRA - 40 HORAS** - através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/SEMAD**, sendo a candidata habilitada no Concurso Público Municipal promovido pela Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste/RO e realizado pelo INSTITUTO BRASILEIRO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO EXECUTIVO -

IBADE, mediante Edital nº. 001/2024/PETOPO/RO, de abertura do Concurso de 23 de março de 2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – ANO XV - Nº 3701, de 09 de abril de 2024 e homologado pelo Edital de Homologação do Resultado Final do Concurso Público Municipal, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia- AROM, Edição nº 3905 do dia 27 de janeiro de 2025.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

(Assinado Eletronicamente)
JUAN ALEX TESTONI
Prefeito

Publicado por:
Sirlei Ursolina Freire Martines
Código Identificador:0448C68A

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTEIRAS DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 136/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-1240/2026

CONTRATO Nº 136, DE 2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE E O CONTRATADO JEREMIAS PEREIRA DO COUTO, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COM FOCO NO ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS EM PSIQUIATRIA.

O MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.592.473/0001-98, com sede na Avenida Brasil, nº 893, Centro, Pimenteiras do Oeste/RO, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. Valéria Aparecida Marcelino Garcia, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, JEREMIAS PEREIRA DO COUTO, médico, pessoa física, inscrito no CPF nº 485.676.472-15, regularmente inscrito no Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia sob o nº 4621/RO, residente e domiciliado em Rondônia, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, que se regerá pela Lei Federal nº 14.133/2021, pela legislação municipal pertinente e pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO FUNDAMENTO LEGAL
O presente contrato decorre do Processo Administrativo nº 1-1240/2026, instruído com o Documento de Formalização da Demanda nº 150/SEMUSA/2026, Termo de Referência e demais documentos exigidos, fundamentando-se na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas disposições aplicáveis da Lei Municipal nº 997/2019 e da Lei Municipal nº 1.135/2023, que alterou o art. 3º da Lei Municipal nº 997/2019 quanto aos valores dos plantões médicos de Clínico Geral no âmbito do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA DO OBJETO
Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços médicos pelo CONTRATADO, Dr. Jeremias Pereira do Couto, CRM/RO nº 4621, com especialização em Psiquiatria, em regime de plantões de 12 (doze) e 24 (vinte e quatro) horas, a serem realizados no Hospital de Pequeno Porte João Câncio Fernandes Leite – HPP, com foco no atendimento às demandas em Psiquiatria, conforme a programação assistencial da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.
Os atendimentos compreenderão avaliação médica, acompanhamento e manejo dos pacientes com demandas relacionadas à saúde mental, definição de condutas, orientações, prescrições, solicitação e análise de exames, acompanhamento e encaminhamentos quando necessários, observadas as normas éticas da profissão médica, os protocolos assistenciais da rede municipal e a capacidade técnico-operacional do HPP.

CLÁUSULA TERCEIRA DO REGIME DE EXECUÇÃO
Os serviços serão executados em regime de plantões de 12 (doze) e 24 (vinte e quatro) horas, conforme escala previamente pactuada entre as partes e programação assistencial da Secretaria Municipal de Saúde, observadas as necessidades do serviço público de saúde e respeitada a autonomia técnica do CONTRATADO no exercício da atividade médica, nos termos da legislação profissional vigente.
A quantidade de plantões poderá ser ajustada conforme a demanda assistencial e a necessidade da Administração, respeitados os limites estabelecidos no instrumento contratual, a legislação municipal aplicável e a disponibilidade orçamentária.

CLÁUSULA QUARTA DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
Pela efetiva prestação dos serviços, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por plantão de 24 (vinte e quatro) horas e R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por plantão de 12 (doze) horas, conforme valor estabelecido na legislação municipal vigente.
O pagamento será efetuado mensalmente, em até 09 (nove) dias úteis, mediante apresentação de recibo ou documento fiscal equivalente, acompanhado de relatório de frequência e atesto do responsável pela fiscalização ou da Coordenação do Hospital, condicionando-se o pagamento à efetiva execução dos plantões realizados.
As despesas correrão por conta da Ficha 194, Unidade 020601 – Secretaria Municipal de Saúde, Funcional 10.301.0008.2039.0000 – Manutenção da Gestão Administrativa e Operacional da Rede Municipal da Atenção Básica com Recursos Próprios, Classificação 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

CLÁUSULA QUINTA DO PRAZO
O prazo de vigência do presente contrato será de 6 (seis)meses, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, se houver interesse público e estiverem presentes os requisitos legais, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA DO INÍCIO DA EXECUÇÃO
A execução dos serviços terá início a partir da assinatura do presente contrato, conforme cronograma e escala pactuados.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO
Constituem obrigações do CONTRATADO:

• Prestar os serviços médicos com zelo, ética, eficiência e observância das normas técnicas, legais e deontológicas aplicáveis;
• Cumprir os plantões assumidos, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
• Manter regularidade de sua inscrição junto ao Conselho Regional de Medicina durante toda a vigência contratual;
• Responsabilizar-se integralmente pelos atos médicos praticados durante o período do plantão, preservando o sigilo e a confidencialidade das informações dos pacientes;
• Observar os protocolos clínicos e as normas internas do HPP e da Secretaria Municipal de Saúde;
• Executar os atendimentos objeto deste contrato com foco nas demandas em Psiquiatria, compatíveis com sua habilitação profissional e com os limites técnicos da unidade.

CLÁUSULA OITAVA DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
Constituem obrigações do CONTRATANTE:

• Disponibilizar as condições necessárias para a adequada execução dos serviços;
• Efetuar o pagamento na forma e no prazo ajustados, relativamente aos plantões efetivamente realizados e atestados;
• Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
• Organizar e comunicar previamente a escala de plantões e suas eventuais alterações.

CLÁUSULA NONA DA FISCALIZAÇÃO
A fiscalização da execução contratual será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio de servidor formalmente designado, limitando-se ao acompanhamento da regular execução do objeto, do cumprimento da carga horária e do quantitativo de plantões

efetivamente realizados, sem caracterizar subordinação hierárquica, pessoalidade ou controle típico de relação empregatícia.

CLÁUSULA DÉCIMA DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO
O presente contrato não gera vínculo empregatício, estatutário ou previdenciário entre o CONTRATADO e o CONTRATANTE, sendo a prestação dos serviços realizada de forma autônoma, nos termos da legislação aplicável, inexistindo direito a férias, 13º salário, FGTS ou quaisquer outros benefícios trabalhistas decorrentes de relação de emprego.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DOS ENCARGOS E TRIBUTOS
Todos os encargos fiscais, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato são de responsabilidade do CONTRATADO, sem prejuízo das retenções legais obrigatórias a serem realizadas pelo CONTRATANTE, quando aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
O inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais responsabilidades legalmente cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL
O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, por ato unilateral da Administração, de forma consensual entre as partes ou por decisão judicial, conforme o caso, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA CESSÃO
É vedada a cessão ou transferência do presente contrato, no todo ou em parte, bem como a substituição do profissional contratado para execução pessoal dos plantões objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DA PUBLICAÇÃO
O extrato do presente contrato será publicado no meio oficial do Município, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Cerejeiras/RO, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento.

Pimenteiras do Oeste, 05 de outubro de 2026.

Entram em pleno acordo e firmam o presente instrumento mediante as seguintes assinaturas:

VALÉRIA APARECIDA MARCELINO GARCIA	*JEREMIAS PEREIRA DO COUTO*
Prefeita Municipal - Contratante	CRM/RO nº 4621 - Contratado

Testemunhas:

RODRIGO SORDI MOREIRA	ADRIANA LICÉLIA VIEIRA
SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE - DECRETO 113/2026	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE ADJUNTA - DECR. 029/2025

Publicado por:
Rodrigo Sordi Moreira
Código Identificador:0F3D428F

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
SUBPROCURADORIA DE PROCESSO DISCIPLINAR
JULGAMENTO PROCESSO SEI Nº 009.003417/2025-19

SEI Nº 009.003417/2025-19
ORIGEM: Secretaria Municipal de Educação — SEMED
INDICIADOS: A. D. DOS S. e F. V. S. S
ASSUNTO: Supostas transgressões disciplinares

Vistos e examinados os autos do Processo Administrativo Disciplinar SEI nº009.003417/2025-19, instaurado para apurar fatos relacionados ao ambiente funcional da Biblioteca Municipal Viveiro das Letras, passo ao julgamento, nos termos da legislação aplicável.

1. RELATÓRIO
Trata-se de Processo Administrativo Disciplinar instaurado para apurar fatos relacionados ao ambiente funcional da Biblioteca Municipal Viveiro das Letras, envolvendo os servidores **A. D. DOS S.**, matrícula nº ***27, Diretor da Biblioteca, e **F. V. S. S.**, matrícula nº ***897, ocupante do cargo de Artífice.
A autuação teve origem em expediente encaminhado à Procuradoria-Geral do Município, no qual foram relatados conflitos funcionais e solicitadas providências administrativas, inclusive quanto ao remanejamento de Francisca Vanusa Silva Soares. O Ofício Interno nº 564/GAB/PGM/2025 encaminhou o expediente à Subprocuradoria de Processo Disciplinar para análise e providências (Id.0228437, pág. 3).
O processo foi instaurado formalmente pela Portaria nº 019/CD/SPPD/PGM/2026 (Id.0512293), de 06 de fevereiro de 2026, com constituição da Comissão Processante, previsão de prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável, e determinação de observância do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal (Id.0512293). A instrução foi objeto de duas prorrogações de 60 (sessenta) dias, formalizadas pelos atos de Ids.0743352e1034487.
Durante a instrução, foram produzidos documentos, fotografias, mensagens, atas notariais e ofícios, além de depoimentos de R. M. A. S., M. de O. C., M. C. Alves, H. S. K., E. de S. H., S. I. B., M. B. M., V. L. B. da S. L. e D. M. B., bem como os interrogatórios dos dois indiciados. O Relatório Final registra que ambos foram regularmente citados e apresentaram defesa final (Id.1364941).

1.1. Delimitação das imputações
O Termo de Indiciamento (Id.1233448) delimitou, em relação a A. D. DOS S., imputação referente ao suposto registro de ponto eletrônico de Francisca Vanusa Silva Soares.
Em relação a F. V. S. S., foram individualizadas três irregularidades: (i) suposta autorização para que terceiros registrassem sua frequência; (ii) manifestação de desapreço em rede social dirigida a colega de trabalho; e (iii) suposta prática de assédio moral horizontal, mediante comportamentos reiterados de perseguição, intimidação e constrangimento dirigidos a integrantes da equipe da Biblioteca e ao Diretor.

1.2. Defesa e regularidade da instrução
A defesa de A. D. DOS S. foi apresentada tempestivamente e certificada como protocolada em 24 de julho de 2026 (Id.1286137), acompanhada da respectiva peça de defesa final (Id.1285134).
No curso da instrução, a defesa de F. V. S. S. requereu produção e juntada de provas testemunhais, documentais e audiovisuais, inclusive registros de ponto, escalas de trabalho, degravação de áudios e análise de vídeos. Esses requerimentos integram o conjunto instrutório dos autos.
Após comunicar dificuldade de acesso aos autos a partir de 17 de julho de 2026, a defesa de F. V. S. S. obteve a devolução do prazo para defesa final e a liberação de acesso ao processo por decisão de 27 de julho de 2026 (Id.1287064). A defesa final foi posteriormente recebida e sua tempestividade foi certificada em 07 de agosto de 2026 (Id.1354191), correspondendo ao documento Id.1351336.

1.3. Encerramento da instrução
A Comissão Processante encerrou seus trabalhos em 10 de agosto de 2026 (Id.1365402), apresentando Relatório Final de Id.1364941. Em 11 de agosto de 2026, os autos foram encaminhados à autoridade julgadora para decisão final, mediante Despacho de Id.1365420.

2. COMPETÊNCIA DA AUTORIDADE JULGADORA
A competência é questão antecedente ao mérito. A penalidade sugerida pela Comissão é de suspensão por 60 (sessenta) dias, convertida em multa de 50% (cinquenta por cento) da remuneração por dia, mantendo-se a servidora em atividade por conveniência para o serviço.
Dispõe o art. 159, inciso I, alínea "d", da Lei Complementar Municipal nº 385/2010:

"Art. 159. As penalidades disciplinares serão aplicadas: I – pelo Prefeito: (...) d) suspensão superior a 30 (trinta) dias;"

Por sua vez, o § 1º do art. 197 estabelece que, na hipótese de mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento cabe à autoridade competente para a imposição da pena mais grave. No presente caso, a pena mais gravosa em discussão é a suspensão superior a 30 (trinta) dias.

"Art. 197. No prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão. § 1º Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave. § 2º Reconhecida pela comissão a inocência do servidor, a autoridade instauradora do processo, determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos."

No texto consolidado vigente, a regra de julgamento nos casos de múltiplos indiciados e diversidade de sanções também determina que a autoridade competente para a imposição da pena mais grave seja a responsável pelo julgamento. Assim, a presente decisão é proferida pelo Prefeito do Município de Porto Velho.

3. PRELIMINARES E REGULARIDADE PROCESSUAL

3.1. Contraditório, ampla defesa e alegações de cerceamento

A instrução revela sucessivas oportunidades de manifestação. Houve notificações para participação em oitivas, citações formais após o indiciamento, oportunidade de produção de provas, intimação para manifestação sobre documentos supervenientes e apresentação de defesa final.

É particularmente relevante que, diante da alegação de dificuldade de acesso apresentada pela defesa de F. V. S. S., a Comissão não simplesmente prosseguiu: devolveu o prazo para defesa final e concedeu acesso ao processo, iniciando nova contagem de 10 (dez) dias a partir da liberação, conforme Id.1287064. A defesa final foi efetivamente apresentada e certificada como tempestiva (Id.1354191).

Não identifico, portanto, prejuízo processual concreto que imponha a anulação dos atos finais do PAD. A defesa teve acesso restaurado, apresentou manifestação final e participou da instrução. O ponto é distinto de eventuais limitações alegadas em fase preliminar de apuração: o presente julgamento está fundado no conjunto probatório produzido e submetido ao contraditório neste processo disciplinar.

A alegação originária de vícios no procedimento preliminar, inclusive quanto ao acesso a documentos ou mídias, não demonstra, nos autos, que tenha impedido a defesa dos indiciados perante a Comissão Processante. Eventuais deficiências da apuração preliminar não conduzem automaticamente à nulidade do PAD quando a apuração disciplinar subsequente é realizada com contraditório e ampla defesa.

3.2. Regularidade das provas e oportunidade de contradita

Os autos registram intimação para manifestação sobre documentos juntados no curso da instrução, inclusive dos documentos de Ids.1122187e1122221. Também houve intimações específicas para testemunhos e diligências. A prova oral foi produzida perante a Comissão, com participação da defesa técnica.

A Ata Notarial de Id.1122221foi utilizada pela Comissão principalmente para reconstrução de conversas e contextualização dos fatos. Seus conteúdos foram confrontados com registros oficiais de frequência e com a prova testemunhal, não sendo tratada isoladamente como prova suficiente para responsabilização.

3.3. Prescrição

A prescrição é disciplinada pelo art. 160 da Lei Complementar nº 385/2010. Para infrações puníveis com suspensão superior a 30 (trinta) dias, o prazo é de 3 (três) anos. A abertura do processo disciplinar interrompe a prescrição, que volta a correr a partir do encerramento do prazo de interrupção previsto em lei.

"Art. 160. A ação disciplinar prescreverá: (...) II – em 3 (três) anos, quanto às infrações puníveis com suspensão superior a 30 (trinta) dias; (...) § 1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido pela autoridade competente. (...) § 3º A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente. § 4º Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção."

Considerando que o conjunto de fatos utilizado como fundamento da responsabilização contém episódios documentados em período inferior a três anos antes da instauração do PAD, inclusive fatos situados em 2025, e considerando a interrupção decorrente da instauração do processo disciplinar, não se verifica prescrição da pretensão punitiva quanto às condutas efetivamente examinadas nesta decisão.

4. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

4.1. Deveres funcionais e direito de representar

São relevantes, para a análise do comportamento atribuído a F. V. S. S., os seguintes dispositivos:

"Art. 140. São deveres do servidor: (...) VI – levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver conhecimento em razão das atribuições do cargo; (...) XI – tratar com urbanidade as pessoas; XII – representar contra ilegalidade, omissão, desvio de finalidade ou abuso de poder;"

A existência de acusações ou representações formuladas pela servidora, por si só, não constitui infração disciplinar. Ao contrário, a própria legislação reconhece a obrigação de levar irregularidades ao conhecimento da autoridade superior e de representar contra ilegalidades, omissões, desvios ou abuso de poder.

4.2. Assédio moral como infração disciplinar

"Art. 141. Ao servidor é proibido: (...) XXI – assediar moralmente subordinado ou colega de trabalho, mantendo conduta abusiva caracterizada pela repetição prolongada de comportamento hostil que ofenda a sua dignidade ou integridade física ou psíquica;"

O tipo disciplinar exige, portanto, um comportamento abusivo, hostilidade, repetição prolongada e aptidão para atingir a dignidade ou a integridade física ou psíquica do colega. O foco jurídico não é o simples conflito interpessoal nem o exercício do direito de reclamar, mas a forma reiterada e hostil de condução das relações funcionais.

4.3. Penalidade e dosimetria

"Art. 153. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais. Parágrafo único. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar."

"Art. 155. A pena de suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com repreensão e de violação de proibição constante do art. 141, incisos XI, XII, XV, XVI, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV e XXVI, não podendo exceder de 90 (noventa) dias. (...) § 3º Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço."

4.4. Competência e julgamento

"Art. 195. O relatório da comissão será minucioso, concluindo pela inocência ou responsabilidade do servidor, indicando, nesta última hipótese, as disposições legais transgredidas e as circunstâncias agravantes ou atenuantes. § 1º O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento. § 2º A autoridade julgadora deverá proferir decisão fundamentada."

"Art. 196. O processo, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade competente para julgamento."

"Art. 198. O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos. Parágrafo único. Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade."

"Art. 199. Verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial do processo e ordenará a constituição de outra comissão, para instauração de novo processo. Parágrafo único. O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo."

4.5. Registro da penalidade e recursos

"Art. 163. Deverão constar do assentamento individual do servidor todas as penas que lhe forem impostas."

"Art. 130. (...) § 2º Cabe, desde que fundamentado, pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, no prazo de 8 (oito) dias a contar da ciência do interessado, não podendo ser renovado."

"Art. 133. As decisões do Prefeito, proferidas em grau de recurso ou em pedido de reconsideração, encerram a instância administrativa."

5. ANÁLISE DA PROVA E DAS CONDUTAS

5.1. ALEXANDRE DOURADO DOS SANTOS

A imputação dirigida a A. D. DOS S. foi delimitada à suposta realização material de registro de frequência de F. V. S. S.. O art. 29,

inciso II, do Decreto Municipal nº 14.760/2017, segundo reproduzido no Relatório Final, considera falta grave "registrar a frequência de outro servidor sob quaisquer circunstâncias".

"Art. 29, II — registrar a frequência de outro servidor sob quaisquer circunstâncias."

O conjunto probatório registra diálogo ocorrido em 20 de dezembro de 2024 relacionado ao registro do ponto, mas o Relatório Final aponta que o espelho oficial de frequência não demonstra a efetiva marcação atribuível a A. naquela data (Id.1364941).

A prova testemunhal, ademais, indicou que a Direção realizou reuniões para orientar os servidores a efetuarem pessoalmente seus próprios registros e que, diante de irregularidades anteriores, foram adotadas providências administrativas para coibir a prática. O Relatório Final reproduz, nesse ponto, depoimentos de M. de O. C., D. M. B., R. M. A. S., M. C. A., H. S. K. e E. de S. H, sem notícia de testemunho que confirmasse a prática imputada a Alexandre.

A existência de conversa sobre a possibilidade de registro não substitui a demonstração da prática material exigida pelo tipo imputado. Não se mostra juridicamente seguro transformar conjectura ou conversa em prova de consumação da conduta.

Diante disso, adoto a conclusão da Comissão quanto à absolvição de A. D. DOS S. e ao arquivamento do processo em relação ao referido servidor.

5.2. F. V. S. S. — PRIMEIRA IRREGULARIDADE: REGISTRO DE FREQUÊNCIA

A primeira imputação consistiu em supostamente autorizar terceiros a registrar sua frequência. A Ata Notarial (Id.1122221) evidencia conversas relacionadas ao registro de ponto por terceiros, mas o Relatório Final identificou contexto funcional ligado a atividades externas e não encontrou prova suficientemente segura de que F. V. S. S. tenha efetivamente praticado ou determinado o registro material imputado.

O próprio Relatório Final registra, ainda, que a Direção posteriormente proibiu expressamente o registro de frequência por terceiros, orientando os servidores a realizarem pessoalmente o registro.

Não havendo materialidade suficientemente segura quanto à conduta específica imputada, deve prevalecer a conclusão absolutória da Comissão quanto a esta primeira irregularidade.

5.3. F. V. S. S. — SEGUNDA IRREGULARIDADE: MANIFESTAÇÃO DE DESAPREÇO

A indiciada reconheceu ter realizado, em rede social, comentário relacionado a colega de trabalho, utilizando a expressão reproduzida no Termo de Indiciamento e no Relatório Final: "até parece que não passa o dia inteiro falando da vida dos outros". O fato, portanto, encontra suporte na própria declaração da indiciada.

Ocorre que o art. 141, inciso V, da Lei Complementar nº 385/2010, estabelece a proibição de manifestação de apreço ou desapreço "no recinto da repartição". Como o fato reconhecido ocorreu por meio de rede social, não reputo juridicamente seguro utilizar o inciso V como fundamento autônomo de penalização disciplinar.

A conduta, entretanto, permanece relevante como dado contextual da relação funcional e como elemento de valoração conjunta do padrão comportamental examinado no âmbito da terceira imputação, desde que considerada em conjunto com fatos efetivamente ligados ao ambiente de trabalho. Não há, assim, dupla punição pelo mesmo episódio.

5.4. F. V. S. S. — TERCEIRA IRREGULARIDADE: ASSÉDIO MORAL

Aqui reside o núcleo da responsabilização disciplinar. O conjunto probatório não está apoiado em relato isolado. Há pluralidade de testemunhas e episódios distintos, documentados ao longo da instrução.

Marta de Oliveira Cruz relatou que F. V. S. teria mencionado conhecer pessoas no condomínio onde a testemunha residia, as quais saberiam seus horários de entrada e saída, além de referência a pessoa próxima ao local de trabalho da testemunha que conheceria seus horários. A testemunha afirmou que tais declarações a deixaram nervosa e apavorada. Relatou, ainda, ter ouvido que seria "uma questão de honra" retirar os pedagogos da Biblioteca (Id.1364941).

M. C. A. declarou ter presenciado filmagens de servidores e relatou que FRANCISCA dizia possuir vídeos que poderiam ser utilizados caso "mexessem" com ela. O Relatório Final reconheceu, de forma expressa, que filmar ou fotografar, isoladamente, não constitui assédio; a relevância está no contexto em que tais registros eram apresentados como possível instrumento contra colegas (Id.1364941).

H. S. K. relatou contatos realizados inclusive em horário noturno, nos quais FRANCISCA tratava de colegas de trabalho, afirmando ter se afastado por não desejar participar desse tipo de conversa. E. de S. H. relatou ligações em que FRANCISCA falava negativamente de outras servidoras e episódios envolvendo referências depreciativas. D. M. B relatou ligação realizada em sábado, com duração aproximada de duas horas, na qual a indiciada falou negativamente sobre colegas (Id.1364941).

Os depoimentos são convergentes quanto ao núcleo comportamental conflitos reiterados, comentários depreciativos, contatos insistentes, filmagens ou fotografias utilizadas em contexto de pressão e manifestações percebidas como intimidatórias, embora cada testemunha tenha narrado episódios próprios e distintos.

Não se está sancionando F. V. S. S. por denunciar irregularidades. O ordenamento municipal expressamente reconhece o dever de levar irregularidades ao conhecimento da autoridade superior e de representar contra ilegalidades, omissões, desvios de finalidade ou abuso de poder. O que se considera disciplinarmente relevante é a forma reiterada e hostil atribuída à conduta interpessoal, distinta do simples exercício do direito de petição ou de representação.

Também não se atribui à servidora responsabilidade médica por doenças ou diagnósticos eventualmente apresentados por outras servidoras. A responsabilização aqui examinada decorre apenas das condutas funcionais concretamente demonstradas nos autos.

A partir desse conjunto, entendo preenchidos os elementos do art. 141, XXI, da Lei Complementar nº 385/2010: comportamento abusivo, repetição prolongada, hostilidade e aptidão para atingir a dignidade ou a integridade psíquica de colegas de trabalho.

6. DOSIMETRIA DA PENALIDADE

O art. 155 prevê suspensão de até 90 (noventa) dias para a violação do art. 141, XXI. O art. 153 impõe a consideração da natureza e gravidade da infração, dos danos para o serviço, das circunstâncias agravantes ou atenuantes e dos antecedentes funcionais.

No caso concreto, a gravidade é reforçada pela repetição dos comportamentos e pela pluralidade de servidores atingidos pelos conflitos descritos na instrução. A conduta examinada não corresponde a episódio único ou isolado.

De outro lado, o próprio Relatório Final reconhece circunstâncias atenuantes e registra ausência de prejuízo ao erário. A Comissão não aponta reincidência como fundamento de agravamento. O conjunto não autoriza, portanto, agravamento em razão de antecedentes que não tenham sido concretamente demonstrados no relatório.

À vista desses elementos, a suspensão de 60 (sessenta) dias sugerida pela Comissão mostra-se compatível com os critérios legais de dosimetria e permanece dentro do limite de 90 dias previsto no art. 155.

Quanto à conversão em multa, o § 3º do art. 155 autoriza expressamente a medida quando houver conveniência para o serviço. A Comissão concluiu pela permanência da servidora em atividade em razão dessa conveniência. Adoto essa conclusão, mantendo a conversão em multa na base legal de 50% (cinquenta por cento) da remuneração por dia.

Não se procede, nesta decisão, ao cálculo do valor financeiro da multa, por não constar do processo, no material examinado para julgamento, a base remuneratória necessária para apuração aritmética segura. O cálculo deverá ser efetuado pelo setor de pessoal competente, com base na remuneração legalmente considerada para esse fim.

7. DA RELOTAÇÃO ADMINISTRATIVA

A Comissão recomendou que a servidora F. V. S. S. seja relotada para outra unidade municipal compatível com seu cargo e atribuições, observadas eventual readaptação funcional e necessidades de acessibilidade formalmente reconhecidas (Id.1364941).

A providência de relotação não integra a sanção disciplinar imposta neste julgamento. Trata-se de medida administrativa distinta, destinada à organização do serviço e à recomposição do ambiente funcional, conforme a fundamentação apresentada pela Comissão.

A efetivação deverá respeitar a competência administrativa dos órgãos responsáveis pela gestão de pessoas e pela lotação funcional. Por isso, a presente decisão determina o encaminhamento à SEMED e ao setor de pessoal competente para avaliação e adoção das providências cabíveis, sem transformar a relotação em punição adicional.

8. CONCLUSÃO DO JULGAMENTO

Indiciado(a)	Imputação	Conclusão
Alexandre Dourado dos Santos	Suposto registro do ponto de Francisca Vanusa	Absolvição e arquivamento
Francisca Vanusa Silva Soares	1ª — registro de frequência por terceiro	Absolvição
Francisca Vanusa Silva Soares	2ª — manifestação de desapreço em rede social	Fato comprovado; não utilizado como infração autônoma do art. 141, V; considerado apenas como contexto, sem bis in idem
Francisca Vanusa Silva Soares	3ª — assédio moral horizontal	Responsabilidade disciplinar comprovada — art. 141, XXI; suspensão de 60 dias convertida em multa de 50% por dia de remuneração

A presente decisão adota as conclusões probatórias da Comissão Processante quanto à absolvição de A. D. DOS S. e quanto à absolvição de F. V. S. S. na primeira imputação, por entender que tais conclusões são compatíveis com os documentos, registros de frequência e depoimentos produzidos.

Quanto à terceira imputação, a conclusão de responsabilidade decorre do conjunto probatório convergente e plural, e não da consideração isolada de qualquer documento, depoimento ou acusação. O exercício do direito de denunciar ou representar não foi punido; somente as condutas funcionais reiteradas e hostis que, após confronto com a prova, se mostraram enquadráveis no art. 141, XXI, foram consideradas para fins disciplinares.

Quanto à segunda imputação, a decisão preserva a prova do fato, mas ajusta a subsunção jurídica para impedir aplicação automática do art. 141, V, a manifestação ocorrida em rede social, sem dupla punição. O núcleo sancionatório permanece fundado no art. 141, XXI, cuja tipificação e materialidade foram objeto de contraditório e defesa.

A decisão observa, ainda, a regra legal de competência, a necessidade de motivação, a individualização da conduta, a dosimetria prevista no art. 153, a adequação da penalidade ao limite legal e a rastreabilidade documental dos elementos essenciais utilizados no julgamento.

9. DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 385/2010 e nos elementos de prova constantes do Processo Administrativo Disciplinar SEI nº 009.003417/2025-19, **JULGO**:

9.1. ABSOLVIDO A. D. DOS S., matrícula nº ***27, da imputação objeto do Termo de Indiciamento, por insuficiência de prova da efetiva realização do registro eletrônico da frequência de F. V. S. S., determinando o ARQUIVAMENTO do processo em relação ao servidor, após os registros administrativos pertinentes.

9.2. ABSOLVIDA F. V. S. S., matrícula nº ***897, quanto à primeira irregularidade, relacionada ao suposto registro de frequência por terceiro, por ausência de prova suficientemente segura da prática material da conduta.

9.3. RECONHECIDA A COMPROVAÇÃO FÁTICA da segunda irregularidade atribuída a F. V. S. S., relativa à manifestação de desapreço em rede social, sem, contudo, utilizar o art. 141, V, da Lei Complementar nº 385/2010 como fundamento autônomo de sanção, diante da referência legal ao "recinto da repartição". O fato será considerado apenas como elemento contextual de valoração da conduta global examinada, vedada qualquer dupla punição pelo mesmo episódio.

9.4. RECONHECIDA A RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR de F. V. S. S. pela prática de assédio moral horizontal, tipificado no art. 141, XXI, da Lei Complementar nº 385/2010, em razão de comportamento abusivo caracterizado pela repetição prolongada de comportamento hostil dirigido a colegas de trabalho, nos termos da fundamentação desta decisão.

9.5. APLICADA a F. V. S. S. a pena de SUSPENSÃO POR 60 (SESSENTA) DIAS, com fundamento no art. 155 da Lei Complementar nº 385/2010, CONVERTIDA EM MULTA na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de remuneração, nos termos do § 3º do mesmo artigo, permanecendo a servidora em atividade em razão da conveniência para o serviço.

9.6. DETERMINADO ao setor de pessoal competente que, após a decisão administrativa tornar-se definitiva, registre a penalidade nos assentamentos funcionais e proceda ao cálculo e à implementação da multa, observando a base remuneratória legalmente aplicável e os registros necessários.

9.7. DETERMINADO o encaminhamento de cópia desta decisão à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO — SEMED, para que, no âmbito de sua competência e em conjunto com o setor responsável pela gestão de pessoas, avalie e adote as providências administrativas necessárias quanto à relotação de F. V. S. S. para outra unidade compatível com o cargo e as atribuições, observada eventual readaptação funcional ou necessidade de acessibilidade formalmente reconhecida, sem caráter de nova penalidade disciplinar.

9.8. DETERMINADA a ciência dos indiciados e de seus patronos acerca desta decisão, com informação de que cabe pedido de reconsideração, desde que fundamentado, à autoridade que proferiu a decisão, no prazo de 8 (oito) dias a contar da ciência, nos termos do art. 130, § 2º, da Lei Complementar nº 385/2010. Eventual recurso observará os arts. 131 e seguintes do mesmo diploma. As decisões do Prefeito proferidas em grau de recurso ou em pedido de reconsideração encerram a instância administrativa.

9.9. Após as providências e registros decorrentes, proceda-se ao arquivamento do feito, ressalvada sua reabertura para cumprimento de providência administrativa ainda pendente ou por determinação legal.

Porto Velho, 22 de setembro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município de Porto Velho

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:CD9832B8

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
SUBPROCURADORIA DE PROCESSO DISCIPLINAR
NOTIFICAÇÃO POR EDITAL Nº 12

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL nº 12

Processo nº 009.002657/2025-98

O PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE, instituída pela Portaria nº 166/CD/SPPD/PGM/2026, de 10 de setembro de 2026, publicada no Diário Oficial do Município, Edição nº 4.316, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e em cumprimento à deliberação registrada em ata, com fundamento no art. 202, parágrafo único, combinado com o art. 193 da Lei Complementar Municipal nº 385/2010, considerando encontrar-se a acusada em lugar incerto e não sabido, faz publicar o presente edital para fins de sua citação;

RESOLVE:

1. NOTIFICAR POR EDITAL

Fica NOTIFICADO, pelo presente edital, o servidor **LUIS FERNANDO ADRIANO CASSUPÁ**, cadastro nº 133950, ocupante do cargo de Agente de Limpeza Escolar, integrante do quadro estatutário do Município de Porto Velho/RO, atualmente em local incerto e não sabido, para que compareça perante esta Comissão Processante, no prazo de 10 (dez) dias, contado do primeiro dia útil subsequente à publicação **deste 2º edital**, a fim de tomar ciência dos atos processuais e exercer os direitos que entender cabíveis no âmbito do Processo Administrativo Disciplinar nº 009.002657/2025-98.

O comparecimento deverá ocorrer na sede da Subprocuradoria de Processo Administrativo Disciplinar – SPPD/PGM, Sala 209, 2º andar, localizada na Avenida Sete de Setembro, nº 1044, Centro, Porto Velho/RO, no horário de expediente de segunda a sexta feira.

2. ADVERTÊNCIA QUANTO AO PROSSEGUIMENTO

Fica o servidor advertido de que, transcorrido o prazo acima sem o seu comparecimento, o processo poderá prosseguir regularmente, ainda que ausente, observadas as disposições da Lei Complementar Municipal nº 385/2010.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Porto Velho/RO, 28 **de setembro de 2026**.

JOSÉ DA CONCEIÇÃO LEITE
Presidente da Comissão Processante

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:72C96A5B

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
SUBPROCURADORIA DE PROCESSO DISCIPLINAR
PORTARIA Nº 172/CD/SPPD/PGM/2026.

PORTARIA Nº 172/CD/SPPD/PGM/2026.
Porto Velho, 29 de setembro de 2026.

O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo nº 004.003313/2025-46**.**

RESOLVE

Art. 1º Instaurar procedimento administrativo disciplinar(PAD) constituir Comissão com a finalidade de apurar os indícios de materialidade, relativos às irregularidades administrativas constantes dos autos dos Processos acima referidos, e os fatos que sejam conexos a elas.

Art. 2º Determinar que a referida apuração seja realizada no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, nos termos da Lei Complementar nº 385/2010, por Comissão composta pelos seguintes servidores: **EDUARDO PINHEIRO DIAS,** Analista Jurídico, cadastro nº 70772, que atuará como Presidente; **EMILIANA LITERONE ANDRADE MARTINS**, Analista Jurídico, cadastro nº 103945, Membro; **LEILA MARIA SANTOS SOUZA**, Analista Jurídico, cadastro nº 46393, Membro; tendo como suplente o servidor **STANLEY JORGE MALONEY**, Professor, matrícula nº 28325, todos estáveis e em exercício na Procuradoria-Geral do Município; todos estáveis e em exercício nesta Procuradoria Geral do Município, cabendo ao Presidente a designação do Secretário da Comissão, na forma estabelecida pela Lei Complementar nº 385/2010.

Art. 3º. Autoriza a Comissão de Processo Disciplinar, realizar diligências, ouvir testemunhas, fazendo uso dos meios eletrônicos disponíveis (spark; whatsapp; e-mail; videoconferência e etc.).

Parágrafo único. O disposto no caput, observará todos os atos e procedimentos próprios do processo apuratório, em estrita obediência aos princípios da legalidade, do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

Art. 4º O presente Processo Administrativo Disciplinar tramitará nos autos do processo nº **004.003313/2025-46**, cuja Portaria instauradora entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência.
Publique-se.
Cumpra-se.

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:B38B41F0

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
DECRETO Nº 22.517, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no art. 87, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Porto Velho e tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 011.004243/2026-35.
RESOLVE:
ARBITRAR E CONCEDER a Diretora Presidente Interina do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos do Município de Porto Velho – IPAM, **PRISCILLA BEZERRA GIROTO FARIAS LIMA**, cadastro nº 44-0, 3 (três) diárias e ½ (meia) diária, e adicional de deslocamento nos termos do Art. 10 do Decreto nº 17.353, de 9 de junho de 2021, no período de 07/10/2026 à 10/10/2026, para o seu deslocamento à cidade de Curitiba/PR, objetivando a participação no XX Congresso Brasileiro de Direito Previdenciário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Thainá Mayne de Freitas Teles
Código Identificador:7FE0CC8E

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
DECRETO Nº 3.734/I, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso XVI do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
RESOLVE:
Tornar sem efeito a exoneração do servidor abaixo relacionado do Cargo em Comissão da Secretaria de Governo – SGOV, a partir de 10 de setembro de 2026, constante no Decreto nº 3.723/I, de 18 de setembro de 2026.

AYRES EDUARDO SERVO RAUEN	Gabinete da Secretaria	ASSESSOR ESPECIAL II	DAS 13

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:0BEDC147

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
LEI Nº 3.519, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

REPUBLICAÇÃO

Institui a Política Municipal de Qualificação dos Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social, cria o Programa Comunidade Viva e os Espaços de Convivência e Integração Social – ECIS, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO usando da atribuição que lhe é conferida no inciso IV, do artigo 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
Faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Qualificação dos Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social, destinada à melhoria das condições urbanísticas, sociais, ambientais, de acessibilidade, esporte, lazer e convivência comunitária dos empreendimentos habitacionais de interesse social localizados no Município de Porto Velho.
Art. 2º A Política Municipal de que trata esta Lei será implementada por meio do Programa Comunidade Viva, tendo como um de seus instrumentos os Espaços de Convivência e Integração Social – ECIS, sem prejuízo de outros programas, projetos e ações desenvolvidos pelos órgãos e entidades municipais no âmbito de suas competências legais.
Art. 3º Para os fins desta Lei, considera-se:
I – Empreendimento Habitacional de Interesse Social – EHIS: empreendimento, conjunto ou núcleo habitacional destinado predominantemente à população de baixa renda, implantado, financiado, subsidiado, reconhecido ou incluído em política habitacional do Poder Público;
II – Espaços de Convivência e Integração Social – ECIS: áreas submetidas a ações de implantação, recuperação, revitalização,

ampliação ou modernização de equipamentos e estruturas destinados ao lazer, esporte, convivência comunitária, acessibilidade, cultura, sustentabilidade, educação ambiental e bem-estar coletivo;
III – qualificação urbana e social: conjunto articulado de intervenções destinadas à melhoria das condições físicas, urbanísticas, ambientais, paisagísticas, sociais e funcionais dos empreendimentos habitacionais de interesse social;
IV – equipamento comunitário: estrutura, instalação, mobiliário ou bem destinado ao atendimento de necessidades coletivas da comunidade beneficiária; e
V – Plano de Intervenção: documento técnico-administrativo que fundamenta e disciplina cada intervenção realizada no âmbito do Programa Comunidade Viva.
Parágrafo único. A denominação ECIS não altera a natureza jurídica ou dominial do imóvel ou área em que o espaço estiver implantado.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E DIRETRIZES

Art. 4º A execução da Política Municipal observará, especialmente, os princípios da:
I – legalidade;
II – impessoalidade;
III – moralidade;
IV – publicidade;
V – eficiência;
VI – interesse público;
VII – função social da cidade e da propriedade;
VIII – desenvolvimento urbano sustentável;
IX – acessibilidade universal;
X – inclusão social;
XI – participação comunitária;
XII – planejamento;
XIII – economicidade;
XIV – transparência; e
XV – cooperação entre os órgãos e entidades da Administração Pública.

Art. 5º São objetivos da Política Municipal:
I – promover a melhoria dos espaços de uso coletivo localizados nos empreendimentos habitacionais de interesse social;
II – ampliar o acesso a equipamentos destinados ao esporte, lazer, recreação, cultura e convivência comunitária;
III – promover acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
IV – contribuir para a prevenção da degradação dos espaços urbanos;
V – incentivar soluções sustentáveis, arborização, paisagismo e educação ambiental;
VI – promover a utilização segura e adequada dos espaços de convivência;
VII – fortalecer os vínculos comunitários e o sentimento de pertencimento;
VIII – melhorar as condições urbanísticas e sociais dos empreendimentos;
IX – promover integração entre as políticas municipais de habitação, urbanismo, infraestrutura, esporte, lazer, assistência social, meio ambiente, mobilidade, segurança e demais políticas relacionadas ao objeto desta Lei; e
X – estimular a participação dos moradores na conservação e utilização adequada dos espaços beneficiados.

Art. 6º Constituem diretrizes da Política Municipal:
I – priorização dos empreendimentos com maior vulnerabilidade socioeconômica e déficit de infraestrutura e equipamentos comunitários;
II – adoção de critérios objetivos, transparentes e impessoais para seleção dos empreendimentos;
III – planejamento integrado entre os órgãos e entidades municipais;
IV – compatibilidade das intervenções com o Plano Diretor, a legislação urbanística, ambiental, edilícia, de acessibilidade e de uso e ocupação do solo;
V – respeito à natureza jurídica e dominial das áreas atingidas;
VI – participação da comunidade na identificação das necessidades locais;
VII – sustentabilidade e adoção de soluções de reduzido custo de manutenção;
VIII – distribuição territorial equilibrada dos investimentos;
IX – avaliação prévia da viabilidade técnica, jurídica, administrativa, orçamentária e financeira de cada intervenção; e
X – manutenção e conservação dos equipamentos implantados.

CAPÍTULO III
DO PROGRAMA COMUNIDADE VIVA E DOS ECIS

Art. 7º Fica criado o Programa Comunidade Viva, destinado à implementação das ações previstas na Política Municipal instituída por esta Lei.

Art. 8º No âmbito dos ECIS poderão ser implantados, recuperados, revitalizados, ampliados ou modernizados, conforme a necessidade e a viabilidade de cada local:
I – academias ao ar livre;
II – playgrounds e parques infantis inclusivos;
III – praças e áreas de convivência;
IV – quadras poliesportivas e espaços destinados à prática esportiva;
V – pistas e áreas destinadas à caminhada;
VI – equipamentos de acessibilidade;
VII – mobiliário urbano;
VIII – arborização, paisagismo e jardins;
IX – iluminação pública ou de áreas de convivência;
X – sistemas de segurança e videomonitoramento, quando juridicamente e tecnicamente cabíveis;
XI – bicicletários;
XII – hortas comunitárias;
XIII – espaços destinados a atividades culturais, recreativas, educativas e comunitárias;
XIV – equipamentos destinados às pessoas idosas, crianças e pessoas com deficiência; e
XV – outros equipamentos compatíveis com a finalidade da Política Municipal.
Parágrafo único. A enumeração deste artigo não constitui obrigação de implantação integral dos equipamentos, cuja seleção dependerá do Plano de Intervenção de cada empreendimento.

CAPÍTULO IV
DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E DO PLANO DE INTERVENÇÃO

Art. 9º A seleção dos empreendimentos beneficiários observará critérios técnicos e impessoais, considerando, entre outros:
I – vulnerabilidade socioeconômica da população residente;
II – quantidade estimada de famílias beneficiadas;
III – ausência ou insuficiência de equipamentos comunitários;
IV – condições de acessibilidade;
V – estado de conservação dos espaços existentes;
VI – déficit de infraestrutura urbana;
VII – disponibilidade e regularidade jurídica da área;
VIII – viabilidade técnica da intervenção;
IX – disponibilidade orçamentária e financeira;
X – existência de recursos provenientes de transferências, convênios, emendas ou outras fontes vinculadas;
XI – distribuição territorial dos investimentos; e
XII – compatibilidade com os instrumentos municipais de planejamento urbano e habitacional.

Art. 10. A implementação de ECIS será precedida de Plano de Intervenção, contendo, no mínimo:
I – identificação do empreendimento;
II – diagnóstico da situação existente;
III – caracterização socioeconômica da população beneficiada, quando necessária;
IV – identificação e comprovação da situação dominial da área;
V – indicação dos equipamentos e intervenções pretendidas;
VI – justificativa do interesse público;
VII – projeto ou estudo técnico compatível com a complexidade da intervenção;
VIII – estimativa de custos;
IX – fonte dos recursos;
X – cronograma, quando cabível;
XI – identificação dos órgãos ou entidades responsáveis pela execução;
XII – definição das responsabilidades relativas à operação, manutenção e conservação;
XIII – manifestação quanto à acessibilidade;
XIV – manifestação ambiental, urbanística ou de engenharia, quando exigível; e

XV – instrumento jurídico necessário à utilização da área, quando não pertencente ao Município.

CAPÍTULO V

DAS INTERVENÇÕES EM ÁREAS PRIVADAS OU CONDOMINIAIS

Art. 11. A execução de intervenção prevista nesta Lei em imóvel ou área de natureza privada ou condominial somente poderá ocorrer quando demonstrado interesse público compatível com a Política Municipal e atendidos, cumulativamente:

I – identificação da titularidade e da situação jurídica da área;

II – demonstração de que o empreendimento foi selecionado mediante critérios objetivos e impessoais;

III – existência de Plano de Intervenção aprovado;

IV – inexistência de impedimento urbanístico, ambiental ou registral que inviabilize a intervenção;

V – autorização juridicamente válida para utilização da área; e

VI – formalização de instrumento jurídico próprio entre o Município, ou entidade municipal executora, e o respectivo titular ou condomínio.

Art. 12. Tratando-se de condomínio edilício, a utilização de área comum dependerá de deliberação regularmente realizada, observado o Código Civil, a convenção condominial e o quórum exigido para a natureza da intervenção.

§ 1º A autorização isolada do síndico, administrador, associação de moradores ou entidade representativa não substituirá deliberação assemblear quando esta for exigida pela legislação civil ou pela convenção.

§ 2º A documentação comprobatória da deliberação deverá integrar o processo administrativo correspondente.

Art. 13. O instrumento jurídico relativo à intervenção em área privada ou condominial estabelecerá, no mínimo:

I – descrição e delimitação da área;

II – finalidade da intervenção;

III – prazo e condições de utilização;

IV – natureza e titularidade dos equipamentos instalados;

V – regime jurídico das benfeitorias incorporáveis;

VI – obrigações de manutenção, conservação e segurança;

VII – responsabilidades por danos;

VIII – condições de fiscalização pelo Poder Público;

IX – condições de acesso e utilização pelos beneficiários;

X – vedação de desvio da finalidade prevista no Plano de Intervenção;

XI – providências aplicáveis em caso de descumprimento; e

XII – destinação, retirada, reversão ou transferência dos bens ao término da relação jurídica, conforme sua natureza.

§1º Os bens móveis e equipamentos removíveis adquiridos com recursos públicos permanecerão incorporados ao patrimônio do ente ou entidade pública responsável, salvo quando a legislação e o instrumento jurídico autorizarem destinação diversa, devidamente motivada.

§ 2º O regime das benfeitorias permanentemente incorporadas ao imóvel será definido previamente no processo administrativo, vedada a realização da despesa sem demonstração do interesse público e da adequação jurídica da solução.

Art. 14. A execução da Política Municipal em imóvel particular:

I – não transfere sua propriedade ao Município;

II – não transforma a área privada em bem público;

III – não transfere ao Município obrigações condominiais estranhas ao objeto da intervenção;

IV – não implica assunção de débitos do proprietário ou do condomínio; e

V – não gera direito subjetivo à realização de novas obras ou à continuidade indefinida de benefícios.

CAPÍTULO VI

DA GOVERNANÇA E DAS COMPETÊNCIAS

Art. 15. A Política Municipal será coordenada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade – SEMDEC, ou pelo órgão que legalmente venha a sucedê-la nas atribuições relativas à política habitacional e ao desenvolvimento urbano.

Art. 16. Compete à SEMDEC, observadas suas atribuições legais:

I – coordenar a implementação da Política Municipal;

II – promover a articulação intersetorial;

III – organizar o cadastro dos empreendimentos passíveis de atendimento;

IV – coordenar a elaboração dos diagnósticos e a definição das prioridades;

V – acompanhar a execução e os resultados da Política;

VI – assegurar sua compatibilidade com os instrumentos de planejamento urbano e habitacional; e

VII – consolidar as informações relativas aos empreendimentos contemplados.

Art. 17. A Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR poderá participar da execução do Programa Comunidade Viva exclusivamente nas atividades compreendidas em suas competências legais, estatutárias e regulamentares.

Parágrafo único. A participação da EMDUR observará sua autonomia administrativa e financeira, planejamento institucional, disponibilidade orçamentária e financeira, seu Estatuto Social, a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e demais normas aplicáveis.

Art. 18. Os demais órgãos e entidades municipais atuarão no âmbito das competências estabelecidas na legislação municipal, especialmente nas matérias de:

I – infraestrutura e obras públicas;

II – esporte e lazer;

III – meio ambiente;

IV – assistência social;

V – mobilidade e trânsito;

VI – segurança;

VII – iluminação;

VIII – acessibilidade;

IX – planejamento e orçamento; e

X – gestão patrimonial.

Parágrafo único. Esta Lei não cria novas competências estruturais para os órgãos e entidades municipais nem altera as atribuições estabelecidas na legislação de organização administrativa.

CAPÍTULO VII

DO SISTEMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 19. A execução da Política Municipal observará a legislação municipal relativa à habitação de interesse social, ao Plano Diretor, à regularização fundiária e aos demais instrumentos da política urbana.

Art. 20. A utilização de recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS dependerá do atendimento à Lei Complementar nº 306, de 30 de abril de 2008, às deliberações do Conselho Gestor do Fundo, aos respectivos planos de aplicação e às demais normas vinculantes.

Parágrafo único. A presente Lei não estabelece destinação automática de recursos do FMHIS ao Programa Comunidade Viva.

CAPÍTULO VIII

DA COOPERAÇÃO E DAS PARCERIAS

Art. 21. Para a execução da Política Municipal, poderão ser celebrados instrumentos de cooperação ou parceria com:

I – União;

II – Estado de Rondônia;

III – outros Municípios;

IV – entidades da Administração Pública;

V – instituições de ensino e pesquisa;

VI – organizações da sociedade civil;

VII – associações comunitárias;

VIII – condomínios;

IX – entidades sem fins lucrativos; e

X – pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, quando juridicamente cabível.

Art. 22. As relações previstas no art. 21 serão formalizadas mediante instrumento jurídico adequado à natureza dos partícipes e do objeto, observadas as legislações específicas aplicáveis.

§ 1º As parcerias com organizações da sociedade civil observarão, quando incidente, a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 2º As contratações administrativas observarão o regime jurídico aplicável ao órgão ou entidade contratante.

§ 3º A atuação contratual e negocial da EMDUR observará a Lei Federal nº 13.303, de 2016, seu regulamento e demais normas de regência.

Art. 23. O Município e suas entidades poderão receber doações de bens, serviços ou recursos destinados ao Programa, observados:

I – o interesse público;

II – a legislação patrimonial, orçamentária e financeira;

III – a inexistência de contrapartida incompatível com os princípios administrativos; e
IV – o procedimento administrativo aplicável.

CAPÍTULO IX
DO FINANCIAMENTO E DA RESPONSABILIDADE FISCAL

Art. 24. As ações da Política Municipal poderão ser financiadas por:
I – dotações orçamentárias próprias;
II – transferências da União ou do Estado;
III – fundos públicos, observadas suas vinculações legais;
IV – convênios, contratos de repasse e instrumentos congêneres;
V – emendas parlamentares;
VI – doações;
VII – operações de crédito regularmente autorizadas;
VIII – recursos provenientes de instrumentos urbanísticos, quando legalmente admissíveis; e
IX – outras fontes legalmente constituídas

Art. 25. A execução das ações previstas nesta Lei fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira e à compatibilidade com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

Art. 26. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental decorrente desta Lei que acarrete aumento de despesa observará, quando aplicáveis, os arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e as demais normas de responsabilidade fiscal.

Parágrafo único. Nenhuma disposição desta Lei constitui autorização para realização de despesa sem prévia dotação orçamentária e observância dos requisitos fiscais aplicáveis ao caso concreto.

CAPÍTULO X
DA PARTICIPAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

Art. 27. A Administração poderá promover consultas, reuniões, oficinas, audiências e outras formas de participação comunitária para identificação das necessidades dos empreendimentos.

Art. 28. Os moradores e entidades comunitárias poderão colaborar na conservação e utilização adequada dos ECIS, sem transferência das competências próprias do Poder Público e sem geração automática de direito à remuneração.

Art. 29. A relação dos empreendimentos contemplados, os critérios utilizados para seleção e as informações essenciais das intervenções serão divulgados no Portal da Transparência ou em página oficial do Município, ressalvadas as informações protegidas por lei.

Art. 30. O tratamento de dados pessoais eventualmente necessário à execução da Política observará a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

CAPÍTULO XI
DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

Art. 31. A SEMDEC promoverá o acompanhamento periódico da Política Municipal, podendo considerar, entre outros indicadores:
I – número de empreendimentos contemplados;
II – população beneficiada;
III – quantidade e natureza das intervenções;
IV – grau de utilização e conservação dos equipamentos;
V – distribuição territorial dos investimentos;
VI – acessibilidade dos espaços; e
VII – resultados sociais e urbanísticos.

Art. 32. O Poder Executivo poderá instituir Comitê Técnico Intersetorial do Programa Comunidade Viva, de caráter consultivo e técnico, sem criação de cargos, funções remuneradas ou nova estrutura administrativa.

Parágrafo único. A composição, funcionamento e atribuições do Comitê serão definidos em regulamento.

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33. A regulamentação desta Lei deverá estabelecer, especialmente:
I – procedimento de cadastramento dos empreendimentos;
II – metodologia de priorização;
III – conteúdo e fluxo de aprovação do Plano de Intervenção;
IV – procedimentos para análise dominial;
V – requisitos para intervenções em áreas privadas ou condominiais;
VI – competências operacionais dos órgãos e entidades participantes;
VII – mecanismos de acompanhamento e transparência; e
VIII – funcionamento do Comitê Técnico Intersetorial.

Art. 34. A implementação da Política será gradual, de acordo com o planejamento administrativo, a capacidade operacional e a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

Art. 35. Esta Lei não gera direito subjetivo à implantação de ECIS em empreendimento específico, cabendo ao Poder Executivo estabelecer prioridades com fundamento nos critérios previstos nesta Lei.

Art. 36. O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 37. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:CA6D9288

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 065/PGM/2021 PROCESSO Nº006.001993/2025-43 (00600-00039204/2023-67-E)(02.00288-002/2021)

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 065/PGM/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, POR INTERMÉDIO DA SECRETÁRIA DE GOVERNO/SGOV, DE UM LADO E DE OUTRO A EMPRESA ESC EMPRESA DE COMUNICAÇÃO E SEGURANÇA LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, o **MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 05.903.125/0001-45, com sede na Av. 7 de Setembro esquina com Av. Farquar, S/N, Centro, CEP Nº 76.801-020, nesta Capital, por intermédio da **SECRETARIA DE GOVERNO - SGOV,** neste ato representado pelo **Secretário de Governo Interino Sr. MAXWEL MOTA DE ANDRADE,** doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **ESC EMPRESA DE COMUNICAÇÃO E SEGURANÇA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o n. 00.405.867/0001-27, com sede à Av. Governador Agamenon Magalhães, 2375, 1º Andar, Santo Amaro – Recife, neste ato legalmente representada pela sócia a Sra. **JOANA FIUZA DE ARAÚJO SANTANA**, doravante denominada **CONTRATADA,** resolvem celebrar o **Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 065/PGM/2021,** de acordo com a legislação vigente, em especial a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, autorizado pelo Processo Administrativo nº 006.001993/2025-43 (00600-00039204/2023-67-e) (02.00288-002/2021), mediante as cláusulas e condições seguintes:

•

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:

•

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TELEMETRIA, RASTREAMENTO E MONITORAMENTO VEICULAR, GEOLOCALIZAÇÃO, TRANSMISSÃO DE DADOS GPS, GSM/GPRS, ACESSO VIA WEB, IDENTIFICAÇÃO DE CONDUTOR ATRAVÉS DE RFID/IBUTTON ARMAZENAMENTO DE DADOS, COBERTURA NACIONAL, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE

EQUIPAMENTOS, TREINAMENTO DE PESSOAL, conforme especificações, unidades e quantidades definidas nos Anexos I e II do Edital, para atender à Contratante.

•

CLÁUSULA SEGUNDA – DO TERMO ADITIVO:

•

Constitui objeto do presente termo aditivo:

•

a **prorrogação do prazo de vigênci**a do Contrato nº 065/PGM/2021 pelo período de **12 (doze) meses,**

contados a partir do dia **07 de outubro de 2026.**

•
Fica acordado entre as partes que a conclusão do procedimento licitatório mencionado no processo administrativo acima ensejara a rescisão amigável deste contrato, sem ônus para o Município.

•
CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS:

3.1 As despesas serão provenientes de recursos consignados no orçamento da Secretaria de Governo e correrão por conta da seguinte programação:

- Projeto Atividade: 02.01.04.122.007.2.001 – Administração da Unidade, **Elemento de Despesa:** 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, **Fonte de Recursos**: 15.00000000000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos e Transferências de Impostos, no valor de **R$ 1.535,82 (mil quinhentos e trinta e cinco reais e oitenta e dois centavos), dimensionado para o período de outubro a dezembro de 2026**, conforme, ID 1583497.

•
CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO:

4.1 As demais cláusulas e condições, ínsitas ao Contrato nº 065/PGM/2021, permanecem íntegras e inalteradas, posto que ratificadas pelo presente instrumento.

•
CLÁUSULA QUINTA – DO FORO:

5.1 As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas do presente Termo.

•
CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO:

6.1 Após a assinatura deste termo, o CONTRATANTE providenciará sua publicação, em inteiro teor ou resumo, no **Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – DOMER e no Portal de Transparência.**
Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente Termo Aditivo, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e duas testemunhas, dele sendo extraídas as cópias necessárias para seu fiel cumprimento, todas de igual teor e forma, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Município.

Porto Velho, 30 de setembro de 2026.

MAXWEL MOTA DE ANDRADE
Secretário de Governo Interino

JOANA FIUZA DE ARAÚJO SANTANA
Representante Legal da Contratada

Visto:
HELEN REGINA LEMOS FERREIRA
Subprocurador Administrativo, Convênios e Contratos

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:DB8DBAB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
EDITAL DE COMPARECIMENTO Nº 004/2026/DIAS/DGP/SEMAD 01 DE OUTUBRO DE 2026.

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Decreto nº 22.325, de 11 de agosto de 2026, publicado no D.O.M.E.R. nº 4.296, de 12 de agosto de 2026, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital e **SOLICITA O COMPARECIMENTO** dos servidores relacionados abaixo, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – D.O.M.E.R., no horário das 08h às 14h, na Divisão de Atendimento ao Servidor da **Secretaria Municipal de Administração – SEMAD**, situada na Rua Duque de Caxias, nº 186, Bairro Arigolândia, CEP 76.801-006, no Município de Porto Velho/RO, para tratar de assunto de seu interesse.

Anexo Único

ORDEM	PROCESSO	NOME	CPF
01	017.004610/2025-60	GERSON GONCALVES	447..xxx.xxx-87
02	017.009631/2026-52	JUCELI CANDIDO DE FREITAS BRASIL	757..xxx.xxx-87
03	017.010734/2026-65	DONIZETE RODRIGUES DA SILVA	254..xxx.xxx-72
04	017.011193/2026-92	CLARISSA SOARES DA SILVA	880.xxx.xxx-34
05	017.004335/2025-84	ALAN NASCIMENTO DE CARVALHO	899.xxx.xxx--72
06	009.008428/2026-68	MARGARETH BATISTA DE OLIVEIRA	159.xxx.xxx-25
07	017.012483/2026-53	EVANY MAGDA MENDONCA DA COSTA	600.xxx.xxx-00
08	004.014551/2026-68	CIDYA FERNANDA DOS SANTOS PEREIRA	970.xxx.xxx-91

BRUNA TAILINE RODRIGUES DE CARVALHO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:625E808A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 051/SEMAD/2025

EDITAL Nº 052/SEMAD/2026, DE 05 DE OUTUBRO 2026

DIVISÃO DE CARGOS, SALÁRIOS, SELEÇÃO E RECRUTAMENTO DE SERVIDORES/DICS/SEMAD

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, da **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO,** em conjunto com o Secretário Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas no **Art.** 1º, Incisos IX e XI c/c XXII, do Decreto nº 22.325, de 11.08.2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia –D.O.M.E.R. nº 4296, de 12.08.2026, resolve.

CONVOCAR considerando os Processos **Nº 004.014061/2026-61**, **004.015472/2026-74, 004.014829/2026-05 e 004.017075/2026-37, Sob regime jurídico-administrativo especial,** a comparecer no **prazo de 15 dias,** a contar da data da publicação do presente edital**, os candidatos classificados nos termos do Edital nº 051/SEMAD/SEMED/2025**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – D.O.M.E.R. nº 4134, de 19.12.2025, com Homologação do Resultado Final Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, nº 4162, de 30.01.2026, republicado no D.O.M.E.R. nº 4219, de 24.04.2026,conforme relacionado abaixo:

Local: Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
Divisão de Atendimento ao Servidor – DIAS: 3901-6257
Endereço: Rua: Duque de Caxias n.° 186 – Bairro: Arigolândia
Horário: das **8:00 às 14:00 horas**.

Dos exames:
Conforme Decreto Nº 20.662 de 03/12/2024, publicado no D.O.M.E.R nº 3869, de 04/12/2024, os candidatos deverão realizar Exame Admissional e receber o Atestado de Saúde Ocupacional, bem como entregar os exames médicos,Clínica Total Life Assistência à Vida, localizada na Rua Dom Pedro II, nº 1710, KM 1, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 13h às 18h . Telefone: (69) 99999-2200 (whatsapp) para agendamento.

Dúvidas: 69-8423-5388/DICS/SEMAD – Horário: das 8:00 às 14:00

Os convocados deverão providenciar as cópias e originais, legíveis, dos documentos relacionados a seguir:
Item 1. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS

•01 foto 3X4 (recente);

•Comprovante de residência atual (com CEP); (caso o comprovante não esteja em nome do (a) candidato (a), apresentar Declaração do proprietário do imóvel que ali reside ou se for o caso, cópia do contrato de locação);

•Cadastro de Pessoa Física (C.P.F.).

•Carteira de Identidade (RG); Caso o nome do candidato tenha sofrido alterações, o mesmo deverá declarar a mudança ocorrida, devendo ser comprovada através de documento oficial.

•Título de Eleitor;

•Certidão de Nascimento/ Se casado, Certidão de Casamento/ Se viúvo, apresentar a Certidão de Óbito/ Se divorciado, apresentar a Averbação.

•Comprovante de estar quite com serviço militar. (para candidatos do sexo masculino);

•Comprovante de inscrição do PIS /PASEP; caso não tenha, tirar o extrato Analítico expedido pela Caixa Econômica Federal, com data atual;

•Cópia da Carteira de Trabalho Digital;

•comprovante de escolaridade compatível com o cargo (Diploma/Certificado/ Declaração/ e Cópia da Carteira com Registro do órgão de Classe ou Conselho, etc). Não será aceito outro tipo de comprovação de escolaridade, que não estejam de acordo com o previsto;

•Certidão de Nascimento dos filhos com caderneta de vacinação atualizada e CPF (com idade até 06 anos);

•Certidão de Nascimento dos filhos com comprovante de escolaridade e CPF (de 07 à 14 anos);

•**Declaração** de estar quite com a Justiça Eleitoral expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral (T.R.E);

•Certidão Negativa da Justiça Federal: 1º grau – Cíveis e Criminais (Onde residiu nos últimos 5 anos) Para os candidatos domiciliados em Rondônia: Seção Judiciária do Estado de Rondônia;

•Certidão Negativa dos Tributos Municipais (SEMFAZ);

•Declaração de Imposto de Renda atualizada ou Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida via internet.

•Comprovante de conta-corrente do Banco do Brasil (Pessoa Física);

•Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) emitido pela Perícia Médica Oficial da PMPV;

•Declaração do (a) candidato (a) informando se ocupa ou não cargo público (ou aposentadoria dele decorrente). **Obs:** Caso confirme acumulação lícita de cargos públicos deverá apresentar também declaração emitida pelo órgão empregador, especificando o cargo, a escolaridade exigida para o exercício do cargo; carga horária, o vínculo jurídico, horário de entrada e saída das atividades, quando for o caso, bem como Declaração de Compatibilidade de horário emitida pelo órgão de lotação. (Obrigatório mesmo sendo funcionário da PMPV).

•Declaração de Bens.

•Declaração de opção ao recebimento de Auxilio Transporte.

•Comprovante de situação cadastral. Pode ser realizada por meio do link:

https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp

•Certidão Negativa de Ações Judiciais Cível e Criminal para atendimento à Resolução nº 156/2012 do CNJ do Tribunal de Justiça da Unidade da Federação em que tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos. Para os candidatos domiciliados em Rondônia: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Selecionar a Certidão de ações judiciais cíveis e criminais para atendimento da Resolução nº 156/2012 do CNJ. **(1º Grau)**. https://www.tjro.jus.br/certidao-unificada;

•Certidão Negativa de Ações Judiciais Cível e Criminal para atendimento à Resolução nº 156/2012 do CNJ do Tribunal de Justiça da Unidade da Federação **-distribuição - ações cíveis e criminais - admissão em concurso público ou emprego privado (2º grau)**. https://www.tjro.jus.br/certidao-unificada/

•Termo de Responsabilidade/Confidencialidade e uso do sistema GLPI. Pode ser realizada por meio do link: https://portalservidor.portovelho.ro.gov.br/uploads/editor/files/TermodeResponsabilidadeeSigilo_3_Acesso_Internet_Rede_GLPI_pdf.pdf

•Termo de Compromisso ao Código de Ética. Pode ser acessado por meio do link: https://portalservidor.portovelho.ro.gov.br/uploads/editor/files/17485523865372%20pdf.pdf.

•Cartão de vacinação do candidato (hepatite e tétano);

•Exame de a**valiação de Pessoa com Deficiência** (PCD) Clínica Total Life Assistência à Vida no momento do recebimento do Atestado de Saúde Ocupacional, **para candidatos convocados nesta condição.**

•**CNIS** - Cadastro Nacional de Informações Sociais **(Emitido no Aplicativo Meu INSS).**

•**Certidão Negativa** de Antecedentes Criminais expedido pela polícia federal.

OBSERVAÇÕES:

Os candidatos convocados deverão realizar os exames médicos ocupacionais conforme os riscos inerentes à função a ser exercida, em conformidade com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) vigente da Secretaria**.**

Os exames ocupacionais a serem realizados na Clínica Total Life compreendem: hemograma, glicemia, avaliação do potencial de acuidade visual e exame clínico. Audiometria, Eletrocardiograma e Eletroencefalograma serão solicitados apenas quando houver indicação médica, em razão das atribuições da função ou da avaliação ocupacional.

Ressalta-se que, em razão da análise individual de cada função e dos riscos ocupacionais específicos, poderão ser solicitados exames complementares além daqueles inicialmente previstos neste edital, sem que isso implique qualquer irregularidade no processo seletivo.

Para realização dos exames, os candidatos deverão, obrigatoriamente, realizar o agendamento prévio, entrando em contato exclusivamente pelo número de telefone celular (69) 99999-2200. Não serão aceitos agendamentos por outros meios de comunicação.

O candidato convocado para assinatura de Contrato que não apresentar a documentação dentro do prazo preestabelecido no Edital de Convocação será tido como desistente, podendo, a Administração Pública, convocar o próximo candidato aprovado, obedecida

rigorosamente à ordem de classificação para a devida substituição e contratação;

OBSERVAÇÃO: Nos casos de candidatos que exerçam outro cargo público, ainda que em
acumulação lícita, **fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários, mediante Declaração emitida pela Secretaria Municipal de Educação-SEMED.**

Item 2. EXAMES MÉDICOS
Deverão ser apresentados, para certificação, na Clínica Total Life Assistência à Vida, localizada na Rua Dom Pedro II, nº 1710, KM 1, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 07h às 17h . Telefone: (69) 99999-2200 **(whatsapp) para agendamento.**

Atestado de sanidade física, emitido por médico clínico geral;
b) Atestado de sanidade mental, emitido por médico psiquiatra;
c) Laudo médico específico, no caso de candidato inscrito como pessoa com deficiência – PcD;
d) Ultrassonografia dos seguintes membros: ombro, cotovelo, punho, joelho, tornozelo, pé e quadril (direito e esquerdo), acompanhada dos respectivos laudos;
e) Raios X do tórax em PA e coluna total, com laudo (exceto para gestantes);
f) Avaliação ortopédica, emitida por médico ortopedista, com análise dos exames radiológicos e ultrassonográficos solicitados.

•

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 051/SEMAD/SEMED/2025

CARGO: PROFESSOR NÍVEL II – SÉRIES INICIAIS 25H - LOCALIDADE: PORTO VELHO - AMPLA CONCORRÊNCIA				
Clas.	**NOME**	**Data de Nasc.**	**CPF**	**Pontuação**
88	TEREZINHA PEREIRA MOTA	05/04/1971	***.967.832-**	8,00
89	OSNEIDE DE BRITO VIEIRA SILVA	28/04/1971	***.547.902-**	8,00
90	ANA CELIA ANDRADE	26/05/1971	***.654.702-**	8,00
91	ROSANGELA APARECIDA ALVES BERNABE	21/06/1971	***.832.812-**	8,00
92	OZIELENE DIOGENES FEITOZA FERNANDES	12/07/1971	***.938.522-**	8,00
93	RAQUEL PEREIRA DA SILVA	16/08/1971	***.251.252-**	8,00
94	TEREZINHA DA APARECIDA CORDEIRO SILVA	11/10/1971	***.460.202-**	8,00
95	NADIA CRISTINA DE CASTRO	05/11/1971	***.573.802-**	8,00
96	SOYLA VALOIS SILVA LOUBACK	30/01/1972	***.406.942-**	8,00
97	G EANE OLIVEIRA CAMPOS	08/02/1972	***.725.502-**	8,00
98	ANDRÉA CRISTINA RIBEIRO	15/02/1972	***.359.462-**	8,00
99	EDINEIDE SOUSA TRINDADE	08/03/1972	***.401.042-**	8,00
100	SUELY DA SILVA OLIVEIRA BRAZ	16/03/1972	***.316.802-**	8,00

CARGO: PROFESSOR NÍVEL II – SÉRIES INICIAIS 25H - LOCALIDADE: PORTO VELHO – PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PCD)				
Clas.	**NOME**	**Data de Nasc.**	**CPF**	**Pontuação**
11	JOSÉ DEUSDETE DIAS LOPES DE LIMA	21/04/1991	***.047.422-**	8,00

CARGO: PROFESSOR NÍVEL II – SÉRIES INICIAIS 25H - LOCALIDADE: PORTO VELHO - PESSOA PRETA OU PARDA (P.P.P)				
Clas.	**NOME**	**Data de Nasc.**	**CPF**	**Pontuação**
19	MARIELZA FARIAS RAMOS	19/07/1978	***.288.522-**	8,00
20	JOELMA REGIS ALVES	04/03/1979	***.013.722-**	8,00

CARGO: PROFESSOR NÍVEL II – SÉRIES INICIAIS 25H LOCALIDADE: BAIXO MADEIRA - AMPLA CONCORRÊNCIA				
Clas.	NOME	Data de Nasc.	CPF	Pontuação
9	VANESSA ALVES GONÇALVES	16/06/1986	***.481.402-**	8,00

CARGO: PROFESSOR NÍVEL II – CIÊNCIAS BIOLÓGICAS 25H LOCALIDADE: BR 364, KM 54 – ASSENTAMENTO SANTA RITA – AMPLA CONCORRÊNCIA				
Clas.	**NOME**	**Data de Nasc.**	**CPF**	**Pontuação**
3	MARTA MARIA DE OLIVEIRA LOPES	20/08/1957	***.024.293-**	8,00

CARGO: PROFESSOR NÍVEL II – **LETRAS/PORTUGUÊS** 25H LOCALIDADE: **ALIANÇA, ESTRADA 28 DE NOVEMBRO** - AMPLA CONCORRÊNCIA				
Clas.	**NOME**	**Data de Nasc.**	**CPF**	**Pontuação**
3	JOSÉ HONORATO SOUZA DE ARAÚJO	24/05/1963	***.086.902-**	8,00

CARGO: PROFESSOR NÍVEL II – CIÊNCIAS BIOLÓGICAS 25H LOCALIDADE: ALIANÇA, ESTRADA 28 DE NOVEMBRO - AMPLA CONCORRÊNCIA				
Clas.	NOME	Data de Nasc.	CPF	Pontuação
3	EDILEUZA SANTOS PIRES	29/08/1975	***.745.782-**	8,00

CARGO: PROFESSOR NÍVEL II – GEOGRAFIA 25H LOCALIDADE: **ALIANÇA, ESTRADA 28 DE NOVEMBRO** - AMPLA CONCORRÊNCIA				
Clas.	**NOME**	**Data de Nasc.**	**CPF**	**Pontuação**
3	VERÔNICA HONORATO MONTEIRO	01/06/1976	***.755.842-**	8,00

CARGO: PROFESSOR NÍVEL II – GEOGRAFIA 25H LOCALIDADE: DISTRITO DE SÃO CARLOS - AMPLA CONCORRÊNCIA				
Clas.	**NOME**	**Data de Nasc.**	**CPF**	**Pontuação**
3	JHONATAN ALISSON DE ASSIS	10/06/1995	***.722.774-**	8,00

CARGO: PROFESSOR NÍVEL II – LETRAS PORTUGUÊS 25H LOCALIDADE: DISTRITO DE SÃO CARLOS - AMPLA CONCORRÊNCIA				
Clas.	**NOME**	**Data de Nasc.**	**CPF**	**Pontuação**
3	ADÃO CARLOS RODRIGUES DOS SANTOS	01/03/1976	***.051.732-**	8,00

CARGO: PROFESSOR NÍVEL II – LETRAS PORTUGUÊS 25H LOCALIDADE: JOANA D'ARC - LINHA 9 - AMPLA CONCORRÊNCIA				
Clas.	**NOME**	**Data de Nasc.**	**CPF**	**Pontuação**
3	ISANILDA SABINO DE OLIVEIRA	09/11/1985	***.221.622-**	8,00

CARGO: PROFESSOR NÍVEL II – LETRAS PORTUGUÊS 25H LOCALIDADE: DISTRITO DE ABUNÃ- AMPLA CONCORRÊNCIA				
Clas.	**NOME**	**Data de Nasc.**	**CPF**	**Pontuação**
3	PAULIANE DA SILVA DUARTE	28/10/1996	***.582.892-**	8,00

CARGO: PROFESSOR NÍVEL II – EDUCAÇÃO FÍSICA 25H LOCALIDADE: ABUNÃ- AMPLA CONCORRÊNCIA				
Clas.	**NOME**	**Data de Nasc.**	**CPF**	**Pontuação**
3	LUCIANO FREITAS GUARATES	08/08/1975	***.536.202-**	7,00

CARGO: PROFESSOR NÍVEL II – SÉRIES INICIAIS 25H LOCALIDADE: DISTRITO DE EXTREMA - AMPLA CONCORRÊNCIA				
Clas.	**NOME**	**Data de Nasc.**	**CPF**	**Pontuação**
6	ROSÂNGELA DE OLIVEIRA ROCHA ARAÚJO	02/08/1975	***.560.452-**	8,00

CARGO: PROFESSOR NÍVEL II – SÉRIES INICIAIS 25H LOCALIDADE: DISTRITO DE NOVA CALIFÓRNIA -				
Clas.	**NOME**	**Data de Nasc.**	**CPF**	**Pontuação**
3	ADRIANA HENRIQUE DOS SANTOS	08/09/1975	***.569.672-**	8,00

CARGO: PROFESSOR NÍVEL II – LETRAS/INGLÊS 25H LOCALIDADE: ALIANÇA, ESTRADA 28 DE NOVEMBRO - AMPLA CONCORRÊNCIA				
Clas.	**NOME**	**Data de Nasc.**	**CPF**	**Pontuação**
2	ELIAS MEREILES DE OLIVEIRA	31/12/1980	***.399.692-**	8,00

BRUNA TAILINE RODRIGUES DE CARVALHO
Secretária Municipal de Administração

Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:14AC6D11

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD PORTARIA N° 16/2026/ASTEC/DEAD/GAB/SEMAD, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

"Designa os membros do Comitê Gestor Municipal da Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e à Discriminação, instituído pelo Decreto nº 22.238, de 20 de julho de 2026."

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a legislação vigente,

CONSIDERANDO o Decreto nº 22.238, de 20 de julho de 2026, que instituiu a Política Municipal de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e à Discriminação no âmbito do serviço público da Administração Pública Municipal Direta e Indireta do Município de Porto Velho;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 15 e 16 do Decreto nº 22.238, de 20 de julho de 2026, que instituem o Comitê Gestor Municipal da Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e à Discriminação, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, com caráter técnico, preventivo, orientativo e de tratamento preliminar das notícias e denúncias recebidas pela Ouvidoria Municipal;
CONSIDERANDO o disposto no art. 17 do Decreto nº 22.238, de 20 de julho de 2026, que estabelece a composição do Comitê Gestor Municipal por 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, da Ouvidoria Municipal, da unidade de saúde ocupacional da SEMAD, da Controladoria-Geral do Município – CGM e da Procuradoria-Geral do Município – PGM;

CONSIDERANDO as indicações encaminhadas pelos órgãos e unidades competentes, constantes dos autos;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros do Comitê Gestor Municipal da Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e à Discriminação, instituído pelo Decreto nº 22.238, de 20 de julho de 2026, composto pelos seguintes representantes:

I – Secretaria Municipal de Administração – SEMAD:
Titular: Bruna Tailine Rodrigues de Carvalho – Secretária Municipal de Administração, que exercerá a Coordenação do Comitê;
Suplente: Antônio Figueiredo de Lima Filho – Secretário Municipal de Administração Adjunto.

II – Ouvidoria Municipal:
Titular: Camila Tailande Loiola dos Anjos – Ouvidora-Geral do Município;
Suplente: Rosália dos Santos Costa – Assessora Executiva.

III – Unidade de Saúde Ocupacional da Secretaria Municipal de Administração – DSO/SEMAD:
Titular: Francisca Josiane de Oliveira Silva - Diretor I
Suplente: Ruth Natiele Alves Carril -Gerente II

IV – Controladoria-Geral do Município – CGM:
Titular: Jeoval Batista da Silva – Controlador Adjunto do Município e Auditor;
Suplente: Henrique Ludovico Gaio – Chefe do Núcleo de Monitoramento de Auditorias e Assistente de Controle Interno.

V – Procuradoria-Geral do Município – PGM:
Titular: Andréa Mariza Pantoja – Analista Jurídico, no exercício da função de Subprocuradora Trabalhista;
Suplente: Francisco Alberto Lacerda – Oficial Legislativo, à disposição do Poder Executivo Municipal e em exercício na Procuradoria-Geral do Município.

Art. 2º Os membros designados exercerão suas atribuições em conformidade com o Decreto nº 22.238, de 20 de julho de 2026, observadas as competências, finalidades, princípios e demais disposições nele estabelecidas.

Art. 3º A Coordenação do Comitê Gestor Municipal caberá ao representante titular da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, nos termos do § 2º do art. 17 do Decreto nº 22.238, de 20 de julho de 2026.

Art. 4º A participação no Comitê Gestor Municipal será considerada prestação de serviço público relevante e não ensejará remuneração adicional, nos termos do § 3º do art. 17 do Decreto nº 22.238, de 20 de julho de 2026.

Art. 5º Os casos de substituição dos membros titulares e as demais situações relativas ao funcionamento do Comitê Gestor Municipal observarão o disposto no Decreto nº 22.238, de 20 de julho de 2026 e no respectivo Regimento Interno.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNA TAILINE RODRIGUES DE CARVALHO
Secretária Municipal de Administração/SEMAD

Documento elaborado por:
Eduardo Valverde - Assessor Executivo III

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:902AEFB5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 1477/2026/CDCS/DGP/SEMAD 23 DE SETEMBRO DE 2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 1º, inciso XVI, c/c o inciso XXII, do Decreto nº 22.325, de 11/08/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 4296, de 12/08/2026.

CONSIDERANDO o disposto no inciso II do art. 35 da Lei Complementar n° 385, de 01.07.2010, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, publicado no D.O.M. nº 3.786, de 01/07/2010.

CONSIDERANDO o julgamento publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3754, de 24/06/2024.

RESOLVE:

DEMITIR a servidora **LARYSSA FERNANDA FEITOSA FURTADO**, cadastro nº 307646, ocupante do cargo de **Médico,** sob Regime Jurídico Estatutário, pertencente ao Quadro de Pessoal do Município, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA,** pela prática de transgressão disciplinar tipificada no art. 156, inciso III, X e § 1º da Lei Complementar nº 385 de 01/07/2010, publicada no D.O.M. nº 3.786, de 01/07/2010, a partir de **24/06/2024**, conforme processo SEI nº 017.008976/2026-99.

BRUNA TAILINE RODRIGUES DE CARVALHO
Secretária Municipal de Administração
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:ADBECAB4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 1501/2026/CDCS/DGP/SEMAD 01 DE OUTUBRO DE 2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 1º, inciso XVI, c/c o inciso XXII, do Decreto nº 22.325, de 11/08/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 4296, de 12/08/2026.

CONSIDERANDO os arts. 23, 38 e 116 da Lei Complementar nº 385, de 01/07/2010, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, publicada no D.O.M. nº 3.786, de 01/07/2010.

CONSIDERANDO o art. 86, §§ 1º e 2º do Decreto nº 11.824, de 18/10/2010, publicada no D.O.M nº 3.871, de 01/11/2010.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER A CEDÊNCIA, àservidora **JUCICLEIDE THEODORO DA SILVA**, cadastro nº 114265, ocupante do cargo de **Professor**, lotada na **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA**, pertencente ao Quadro de Pessoal do Município de Porto Velho, para o **Governo do Estado de Rondônia,** com ônus para o Município de Porto Velho, mediante

reembolso a esta Prefeitura, pelo período de **15/06/2026 a 31/12/2026**, conforme Processo SEI nº 006.002180/2026-51.

Art. 2º Fica o **Governo do Estado de Rondônia,** responsável por efetuar o reembolso das despesas referentes ao cargo efetivo ocupado pelaservidora à Prefeitura Municipal de Porto Velho, ficando esta condicionada a encaminhar, mensalmente, o demonstrativo do pagamento da servidora e os dados para fins de repasse dos valores.

Art. 3º A cedência poderá ser cessada a qualquer momento, por interesse do órgão cessionário ou cedente, que deverá oficializar imediatamente à Secretaria Municipal de Administração - SEMAD.

Art. 4º Ao término da cedência fica obrigatória à apresentação imediata à Divisão de Atendimento ao Servidor da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, para fins de lotação, sob pena de atribuição de faltas injustificadas.

BRUNA TAILINE RODRIGUES DE CARVALHO
Secretária Municipal de Administração
*(*Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:3C63A98C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 1502/2026/CDCS/DGP/SEMAD 01 DE OUTUBRO DE 2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 1º, inciso XVI, c/c o inciso XXII, do Decreto nº 22.325, de 11/08/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 4296, de 12/08/2026.

CONSIDERANDO o art. 43, §§ 1º 2º e 3º da Lei Complementar nº 385, de 01/07/2010, publicada no D.O.M nº 3.786 de 01/07/2010.

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 1492/2026/CDCS/DGP/SEMAD, de 28/09/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 4331, de 01/10/2026, que designou a servidora **RENATA LEITAO SILVA,** cadastro nº 284448, para exercer, no período de **01/10/2026 a 30/10/2026,** o Cargo em Comissão de **Gerente II, DAS-05**, da **Secretaria Municipal de Administração - SEMAD**, em substituição à titular **MONICA GIL PASSOS**, cadastro nº 8997, por motivo de férias, conforme Processo SEI nº 017.009127/2026-52.

Onde se lê: período de 01/10/2026 a 30/10/2026.

Leia-se: período de 01/10/2026 a 20/10/2026.

BRUNA TAILINE RODRIGUES DE CARVALHO
Secretária Municipal de Administração
*(*Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:EAF439D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 1503/2026/CDCS/DGP/SEMAD 01 DE OUTUBRO DE 2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 1º, inciso XVI, c/c o inciso XXII, do Decreto nº 22.325, de 11/08/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 4296, de 12/08/2026.

Considerando o art. 36 da Lei Complementar nº 385, de 01/07/2010, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, publicada no D.O.M. nº 3.786, de 01/07/2010.

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a servidora **INGRIDE DE OLIVEIRA MOREIRA MARQUES ALFAIA,** cadastro nº 1002446, ocupante do cargo de **Professor**, sob Regime Jurídico Estatutário, pertencente ao Quadro de Pessoal do Município, lotada na **Secretaria Municipal de educação - SEMED,** a partir de **21/09/2026,** conforme processo SEI nº 017.013415/2026-10.

BRUNA TAILINE RODRIGUES DE CARVALHO
Secretária Municipal de Administração
*(*Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:B9580C87

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 1504/2026/CDCS/DGP/SEMAD 01 DE OUTUBRO DE 2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 1º, inciso XVI, c/c o inciso XXII, do Decreto nº 22.325, de 11/08/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 4296, de 12/08/2026.

CONSIDERANDO o art 97, §§ 1º e 2º da Lei Complementar n° 385, de 01/07/2010, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, publicado no D.O.M. nº 3.786, de 01/07/2010.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA ACOMPANHAR O CÔNJUGE, sem remuneração, à servidora **ACIE IGUCHI**, cadastro nº 326498, ocupante do cargo de **Psicólogo**, sob o Regime Jurídico Estatutário, pertencente ao Quadro de Pessoal do Município, lotada na **Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social - SEMIAS**, no período de **01/12/2026 a 29/11/2028,** conforme Processo SEI nº 017.013563/2026-26.

Art. 2º A servidora deverá renovar o seu pedido a cada dois anos, comprovando o requisito que ensejou o seu afastamento, no Departamento de Gestão de Pessoas/SEMAD.

BRUNA TAILINE RODRIGUES DE CARVALHO
Secretária Municipal de Administração
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:5794EC72

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 1505/2026/CDCS/DGP/SEMAD 01 DE OUTUBRO DE 2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 1º, inciso XVI, c/c o inciso XXII, do Decreto nº 22.325, de 11/08/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 4296, de 12/08/2026.

CONSIDERANDO o art. 35, inciso VI, da Lei Complementar n° 385, de 01/07/2010, que dispõe do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, publicada no D.O.M. nº 3.786, de 01/07/2010.

CONSIDERANDO o entendimento do Supremo Tribunal Federal no Mandado de Segurança nº 24.543, Tribunal Pleno, Relator Ministro Carlos Velloso, julgado em 21/08/2003, publicado no Diário da

Justiça de 10/09/2003 - PP - 00029 EMENT VOL – 02123-02 PP - 00349.

RESOLVE:

DECLARAR A VACÂNCIA do cargo de **MERENDEIRA ESCOLAR**, ocupado pelo servidor **JHONNATHA PEREIRA DE SOUZA**, cadastro nº 1002304, lotada na **Secretaria Municipal de Educação - SEMED**, no período de **22/09/2026 a 20/09/2029**, em virtude de posse em outro cargo inacumulável, de acordo com o Termo de Posse de 22/09/2026, conforme processo SEI nº 017.013701/2026-77.

BRUNA TAILINE RODRIGUES DE CARVALHO
Secretária Municipal de Administração
*(*Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:D22929EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 1506/2026/CDCS/DGP/SEMAD 01 DE OUTUBRO DE 2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 1º, inciso XVI, c/c o inciso XXII, do Decreto nº 22.325, de 11/08/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 4296, de 12/08/2026.

CONSIDERANDO o art. 123, parágrafo único, da Lei Complementar nº 385, de 01/07/2010, publicada no D.O.M. nº 3.786, de 01/07/2010.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a redução de 50% (cinquenta por cento) da jornada de trabalho sem prejuízo de sua remuneração, à servidora **SILVIA DE SOUZA RIBEIRO**, cadastro nº 113514, ocupante do cargo de **Professor**, pertencente ao Quadro de Pessoal do Município, lotada na **Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar da data de publicação desta portaria no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia,** conforme processo SEI nº 004.016412/2026-79.

Art. 2º A servidora terá a concessão da redução, pelo prazo de um ano, podendo ser renovado por mais um ano, a critério da Administração.

BRUNA TAILINE RODRIGUES DE CARVALHO
Secretária Municipal de Administração
*(*Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:7C582B7E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 1507/2026/CDCS/DGP/SEMAD 01 DE OUTUBRO DE 2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 1º, inciso XVI, c/c o inciso XXII, do Decreto nº 22.325, de 11/08/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 4296, de 12/08/2026.

CONSIDERANDO o art. 123, parágrafo único, da Lei Complementar nº 385, de 01/07/2010, publicada no D.O.M. nº 3.786, de 01/07/2010.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a redução de 50% (cinquenta por cento) da jornada de trabalho sem prejuízo de sua remuneração, à servidora **MICHELLI PATRICIA LEVANDOVSKI**, cadastro nº 329468, ocupante do cargo de **Professor**, pertencente ao Quadro de Pessoal do Município, lotada na **Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar da data de publicação desta portaria no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia,** conforme processo SEI nº 017.012963/2026-14.

Art. 2º A servidora terá a concessão da redução, pelo prazo de um ano, podendo ser renovado por mais um ano, a critério da Administração.

BRUNA TAILINE RODRIGUES DE CARVALHO
Secretária Municipal de Administração
*(*Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:64A66EE2

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS,CONVÊNIOS E LICITAÇÕES- SMCL
PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES – SMCL

PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.903.125/0001-45, através da Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL, torna público que requereu ao Departamento de Licenciamento Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA a LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO – LAI para o empreendimento Construção da Escola Cristal da Calama – Prefeitura Municipal de Porto Velho (Processo: SUL.0000027336/2026-E), situado à Rua Moldavita, s/n, esquina com a Rua Drusa – Cristal da Calama, Bairro Teixeirão, CEP 76825- 346, Porto Velho/RO, para as atividades econômicas:
• 4120-4/00 – Construção de edifícios;
• 8411-6/00 – Administração pública em geral.

OTÁVIO AUGUSTO FRANÇA FERREIRA
Engenheiro Agrônomo

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:D32902D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS,CONVÊNIOS E LICITAÇÕES- SMCL
PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES – SMCL

PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.903.125/0001-45, através da Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL, torna público que requereu ao Departamento de Licenciamento Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA a LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA – LAP para o empreendimento Construção da Escola Cristal da Calama – Prefeitura Municipal de Porto Velho (Processo: SUL.0000027336/2026-E), situado à Rua Moldavita, s/n, esquina com a Rua Drusa – Cristal da Calama, Bairro Teixeirão, CEP 76825-346, Porto Velho/RO, para as atividades econômicas:
• 4120-4/00 – Construção de edifícios;
• 8411-6/00 – Administração pública em geral.

OTÁVIO AUGUSTO FRANÇA FERREIRA
Engenheiro Agrônomo

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:B41BC81A

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS,CONVÊNIOS E LICITAÇÕES- SMCL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Secretário Municipal de Contratos, Convênios e Licitações, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 1.000/2025, publicada no DOMER n. 3.892, de 08.01.2025, em atendimento ao que preceitua o inciso IV do art. 71 da Lei 14.133/2021;
Considerando a licitação deflagrada no Processo SEI nº 005.000675/2026-56, cujo Objeto é **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE GRUPO GERADOR, incluindo fornecimento, transporte, instalação, testes operacionais e comissionamento do equipamento**, destinado à **Maternidade Municipal Mãe Esperança**, unidade vinculada à Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, licitado por meio do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 257/2026/SMCL/PVH**, UASG: 925172;

RESOLVE ADJUDICAR E HOMOLOGAR, o objeto do certame acima identificado, em favor da empresa abaixo identificada:

•**GERAFORTE GRUPOS GERADORES LTDA** – CNPJ: 10.618.016/0001-16, ofertando o valor total de **R$ R$ 497.000,00 (QUATROCENTOS E NOVENTA E SETE MIL REAIS).**

Publique-se, para ciência dos interessados, junte-se cópia aos autos respectivos e dê-se os demais encaminhamentos, na forma da Lei.

Porto Velho-RO, 05 de outubro de 2026.

IAN BARROS MOLLMANN
Secretário Executivo de Gestão e Licitações – SEL/SMCL

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:8DEB6EA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE- SEMDEC
EDITAL Nº 55/2026/SEMDEC-DFLO, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE (SEMDEC), A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO DE OBRAS (DELI), O GERENTE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICENCIAMENTO DE OBRAS (DFLO), e o **Fiscal Municipal de Obras** abaixo assinado, no uso das atribuições conferidas pela legislação municipal,

FAZEM SABER que, tendo sido **frustradas, cumulativamente, a notificação pessoal e a a notificação por via postal com Aviso de Recebimento**, na forma prevista no art. 70, §1º, incisos I, II e III, da Lei Complementar nº 1.049/2025, fica o infrator abaixo identificado **INTIMADO**, por meio deste edital, acerca da lavratura do Auto de Infração relacionado a seguir, para, querendo, apresentar defesa administrativa no prazo legal de **15 (quinze) dias corridos**, contados da publicação deste edital.

INTIMADO:	Auto de Infração	Inscrição Municipal/CNPJ	Local da Infração	Dispositivo Legal Infringido	Penalidade Aplicada
BAIRRO NOVO PORTO VELHO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO S/A	AI nº 15229	Condomínios Não Possuem. CNPJ: 10.923.929/0001-46	Rua Jardins, Loteamento Residencial Bairro Novo - Porto Velho/RO	Art. nº 11 C/C 64 da LC 1049/2025	Art. 74, Anexo Único, Item 28.2 R$ 54.260,00 + *delatio criminis*

O presente Edital tem por finalidade dar ciência ao infrator acerca da lavratura do Auto de Infração acima relacionado, expedido em decorrência de infrações ao Código de Obras e Edificações do Município de Porto Velho.

Art. 11. Visando a observância das prescrições edilícias do município, do PDPM, das leis de zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo e legislação correlata, a Prefeitura licenciará a obra e fiscalizará exclusivamente o cumprimento do regime urbanístico estabelecido pela legislação em vigor, apreciando:

I – recuos;
II – coeficiente de aproveitamento;
III – taxa de ocupação;
IV – gabarito de altura;
V – zoneamento;
e VI – demais parâmetros do regime urbanístico, bem como os parâmetros de construção dispostos nesta Lei Complementar.

§ 1º Caberá aos autores dos projetos e ao executor da obra em análise pela Prefeitura a responsabilidade exclusiva quanto à observância das normas técnicas e dos demais parâmetros edilícios, bem como por quaisquer erros de projeto, sinistro ou acidente decorrente de deficiências destes.

§ 2º As licenças, autorizações de obras e Habite-se concedidos pelo município na execução da presente Lei Complementar serão analisadas conforme critérios urbanísticos relevantes e de interesse público, não importando em anuência aos demais aspectos da edificação que deverão ser resolvidos entre fornecedores, profissionais e usuários nos termos da legislação civil, em especial a do consumidor.

Art. 74. Pelas infrações às disposições deste Código serão aplicadas ao autor, executante e/ou proprietário e/ou compromissário/possuidor, conforme o caso, as multas, vinculadas à UPF do Município, apresentadas na tabela do Anexo Único, desta Lei Complementar.
Item 28.2 Dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos sem observância das determinações constantes licenciamento.
Nota 2: As Obras Gerais, referem-se a obras de infraestrutura para viabilizar o parcelamento do solo urbano, cujas modalidades e parâmetros urbanísticos estão disciplinadas na LPSU e LUOS respectivamente. As condutas descritas neste item 28 estão tipificadas criminalmente nos incisos I, II e III, do Art. 50, da Lei Federal 6.766, de 19 de dezembro de 1979 – crimes contra a administração pública. O Agente Fiscal ao tomar conhecimento de obra dessa natureza sendo realizada, incorrendo nos casos descritos em 28.1 e 28.2, bem como, identificando a ocorrência da conduta descrita em 28.3, estará obrigado a promover a *delatio criminis* junto à autoridade policial, independente de promoção imediata do respectivo embargo e lavratura do auto de infração.

Art. 64. Constatada a irregularidade pela inexistência da licença de obras ou pelo desvirtuamento do licenciamento aprovado ou ainda pelo não atendimento de quaisquer disposições deste Código, deve o proprietário/ compromissário/ posseiro ou responsável técnico ser notificado, autuado e a obra embargada, até que sejam sanadas as irregularidades, sem prejuízo das penalidades prescritas no Art. 52 desta Lei Complementar.

O interessado poderá apresentar **defesa administrativa**, dirigida à autoridade competente (DFLO/DELI/SEMDEC), no prazo de **15 (quinze) dias corridos**, contados da publicação deste edital, conforme dispõe o art. 70 da Lei Complementar nº 1.049/2025. A ausência de defesa ou o seu julgamento pela improcedência ensejará a imposição da multa pecuniária prevista na legislação municipal.

Expediu-se o presente edital em **17/08/2026** o qual será publicado, uma única vez, no Diário Oficial do Município, nos termos do artigo 70, §1º, incisos I, II e III, da Lei Complementar nº 1.049/2025. Devendo, ainda, uma via ser anexada ao processo administrativo tributário correspondente.

PEDRO VITOR TEIXEIRA FUSA
Fiscal Municipal de Obras

GUILHERME MATHEUS SILVA
Gerente da Divisão de Fiscalização de Licenciamento de Obras

FERNANDA OLIVEIRA PICCOLI
Diretora do Departamento de Licenciamento de Obras

RAIMUNDO DE ALENCAR MAGALHÃES
Secretário Municipal de Desenvolvimento da Cidade

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:F7A6508C

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE- SEMDEC
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Processo SEI nº 016.011867/2026-69

Organização da Sociedade Civil: Associação Beneficente Novo Horizonte – ASSBENH.
CNPJ: 05.343.443/0001-07.

Objeto: Execução do projeto "Novos Talentos da Barbearia: Formação Profissional para Barbeiros".

Origem dos Recursos: Emenda Parlamentar Impositiva nº 0030/2026.
Fundamento Legal: art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Justificativa: A parceria decorre de Emenda Parlamentar Impositiva destinada à execução do projeto apresentado pela Organização da Sociedade Civil, hipótese em que a Lei Federal nº 13.019/2014 prevê a celebração da parceria sem realização de chamamento público, permanecendo aplicáveis os demais requisitos legais relativos à formalização do Termo de Fomento.

Porto Velho, 1º de outubro de 2026.

RAIMUNDO DE ALENCAR MAGALHÃES
Secretário Municipal de Desenvolvimento da Cidade

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:F0408986

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
"PAUTA MENSAL COMPLEMENTAR DE JULGAMENTOS NÃO PRESENCIAIS A SEREM REALIZADOS POR VIDEOCONFERÊNCIA OU TECNOLOGIA SIMILAR" (JULGAMENTOS PAUTADOS PARA O MÊS DE OUTUBRO/2026)

"PAUTA MENSAL COMPLEMENTAR DE JULGAMENTOS NÃO PRESENCIAIS A SEREM REALIZADOS POR VIDEOCONFERÊNCIA OU TECNOLOGIA SIMILAR" (JULGAMENTOS PAUTADOS PARA O MÊS DE OUTUBRO/2026)

A Presidência do Conselho de Recursos Fiscais do Município de Porto Velho (CRF/PMPV), no uso de suas atribuições legais, torna pública a pauta de julgamentos dos processos administrativos tributários, em segunda instância, que serão apreciados pelo Pleno do CRF no mês de **OUTUBRO DE 2026**.

Informa, ainda, a todos os contribuintes relacionados nesta Pauta que os Julgamentos serão realizados de forma não presenciais em **Ambiente Virtual por Videoconferência,** em conformidade com o Art. 3º da LC nº 691/2017, disciplinado pelo Decreto nº. 15.017/2018 e pelo Decreto nº 16.879, de 27 de agosto de 2020, que alterou o Regimento Interno do CRF, e no Provimento nº. 003/2020/PRES/CRF/PMPV, de 24 de setembro de 2020.

Assim sendo, por meio da publicação desse ato, cumpre-se o disposto no art. 56-B, §1º caput e §2º, I, do Decreto 15.017/2018, quanto à intimação dos interessados, informando que o requerimento para participação no julgamento deverá ser encaminhado, no mínimo, com 3 (três) dias úteis de antecedência à realização da sessão de julgamento por correio eletrônico para o e-mail institucional: crf.pleno@portovelho.ro.gov.br, com cópia para o e-mail alternativo: crf.pleno.pmpv@gmail.com, constando em anexo, em arquivo do tipo PDF (Portable Document Format), nos termos dos incisos e parágrafos do art. 56-C do Decreto citado.

DATA DO JULGAMENTO – CONTINUIDADE : 20/10/2026 (terça-feira)	HORÁRIO: 09:00 hs
PROCESSO: 10.01272-000/2018. AUTO DE INFRAÇÃO Nº 7828. Recurso Voluntário	
SUJEITO PASSIVO: GEISY DREBOR. CPF X72.179.0XX-X8	
RECORRENTE: SUJEITO PASSIVO	
RECORRIDO: MUNICÍPIO DE PORTO VELHO.	
CONSELHEIRO (A) RELATOR (A): JOSÉ CLÁUDIO FERREIRA GOMES.	
REPRESENTANTE DA SEMFAZ NO CRF: SEBASTIÃO VIEIRA MESQUITA	
LOCAL: "SALA VIRTUAL DE SESSÕES DO CRF" – O LINK DE ACESSO SERÁ INFORMADO VIA CORREIO ELETRÔNICO UTILIZADO PELO PARTICIPANTE (e-Mail).	

Porto Velho/RO, Sala do **CRF**, 01 de outubro de 2026.

ATM – ORLANDO MELO DE CARVALHO
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais/PMPV

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:6C08287D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
6 TERMO DE APOSTILAMENTO Nº49/2026/SEMUSA-DCCON

Porto Velho, 14 de setembro de 2026.

6º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 02/2024/COJUSA/PGM PROCESSO Nº 005.002114/2025-19 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA, DE UM LADO, E A EMPRESA KAPITAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI, DE OUTRO.

Aos 14 dias do mês de setembro de 2026, o **MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 05.903.125/0001-45, com sede na Rua Dom Pedro II, nº 826, Centro, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA**, representada pela Senhora Secretária SANDRA MARIA PETILLO CARDOSO, brasileira, portador da cédula de identidade nº 80***6 SSP/RO e CPF nº 285.***.***-91 doravante denominado **CONTRATANTE**, resolve celebrar o **6º Termo de Apostilamento ao Contrato nº 02/2024/COJUSA/PGM**, originário do Processo Administrativo nº **005.002114/2025-19**, firmado com a empresa **KAPITAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº **84.555.564/0001-80**, doravante denominada **CONTRATADA**, de acordo com a legislação vigente, em especial o art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO APOSTILAMENTO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a consignação das dotações orçamentárias que cobrirão as despesas atinentes ao **Contrato nº 02/2024/COJUSA/PGM**, conforme as respectivas Notas de Empenho emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS

2.1. As despesas decorrentes da execução do Contrato nº 02/2024/COJUSA/PGM, referentes ao período indicado na Cláusula Primeira, serão provenientes de recursos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, sob as seguintes classificações:

2.2. Programa/Atividade: Código **08.31.10.302.329.2.280 – SUSTENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL ÀS URGÊNCIAS – SAMU (RAU – SAMU) 192**, fonte de recurso **1600**, elemento de despesa **3.3.90.39**, conforme **Nota de Empenho nº 3647/2026**, de 14/09/2026, no valor de **R$ 72.460,62 (setenta e dois mil, quatrocentos e sessenta reais e sessenta e dois centavos) Período de 01 de agosto a 31 de dezembro 2026.**

2.3. Programa/Atividade: Código **08.31.10.302.329.2.669 – OPERACIONALIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA**, fonte de recurso **1600**, elemento de despesa **3.3.90.39**, conforme **Nota de Empenho nº 3649/2026**, de 14/09/2026, no valor de **R$485.340,45 (quatrocentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta reais e quarenta e cinco centavos) Período de 01 a 31 de agosto 2026.**

2.4. Programa/Atividade: Código **08.31.10.302.329.2.396 – SUSTENTAÇÃO DA MATERNIDADE PÚBLICA MUNICIPAL**, fonte de recurso **1600**, elemento de despesa **3.3.90.39**, conforme **Nota de Empenho nº 3648/2026**, de 14/09/2026, no valor de **R$465.397,02 (Quatocentos e sessenta e cinco mil, trezentos e noventa e sete reais e dois centavos) Período de 01 de agosto a 31 de outubro 2026.**

2.5. O valor total das despesas ora apostiladas corresponde a **R$1.023.198,09 (Hum milhão, vinte e três mil, cento e noventa e oito reais e nove centavos**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1. O presente Termo de Apostilamento, após sua assinatura, passa a fazer parte integrante do **Contrato nº 02/2024/COJUSA/PGM**, sendo que as demais cláusulas e condições originalmente pactuadas permanecem íntegras e inalteradas, posto que ratificadas pelo presente instrumento.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

4.1. O presente Termo de Apostilamento tem fundamento legal no **art. 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/93**, bem como no **Decreto Municipal nº 15.403, de 22 de agosto de 2018**.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do presente instrumento no respectivo Sítio Eletrônico Oficial do Município (Diário Oficial dos Municípios), em atenção ao disposto no art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93, no Decreto Municipal nº 15.403, de 22 de agosto de 2018, bem como no art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

SANDRA MARIA PETILLO CARDOSO
Secretária Municipal de Saúde – SEMUSA

Visto:
GEISON FELIPE COSTA DA SILVA
Diretoria Executiva de Administração

Documento assinado eletronicamente por Sandra Maria Petillo Cardoso, Secretário(a), em 14/09/2026, às 12:07, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.portovelho.ro.gov.br/sei informando o código verificador 1545039 e o código CRC 9C23586B.

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:89FD2E61

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº47/2026/SEMUSA-DCCON

Porto Velho, 18 de agosto de 2026.

5º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 02/2024/COJUSA/PGM PROCESSO Nº 005.002114/2025-19 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA, DE UM LADO, E A EMPRESA KAPITAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI, DE OUTRO.

Aos 18 dias do mês de agosto de 2026, o **MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 05.903.125/0001-45, com sede na Rua Dom Pedro II, nº 826, Centro, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA**, representada pela Senhora Secretária SANDRA MARIA PETILLO CARDOSO, brasileira, portador da cédula de identidade nº 80***6 SSP/RO e CPF nº 285.***.***-91 doravante denominado **CONTRATANTE**, resolve celebrar o **5º Termo de Apostilamento ao Contrato nº 02/2024/COJUSA/PGM**, originário do Processo Administrativo nº **005.002114/2025-19**, firmado com a empresa **KAPITAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº **84.555.564/0001-80**, doravante denominada **CONTRATADA**, de acordo com a legislação vigente, em especial o art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO APOSTILAMENTO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a consignação das dotações orçamentárias que cobrirão as despesas atinentes ao **Contrato nº 02/2024/COJUSA/PGM**, referentes ao período de **julho de 2026**, conforme as respectivas Notas de Empenho emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS

2.1. As despesas decorrentes da execução do Contrato nº 02/2024/COJUSA/PGM, referentes ao período indicado na Cláusula Primeira, serão provenientes de recursos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, sob as seguintes classificações:

2.2. Programa/Atividade: Código **08.31.10.302.329.2.396 – SUSTENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL ÀS URGÊNCIAS – SAMU (RAU – SAMU) 192**, fonte de recurso **1600**, elemento de despesa **3.3.90.39**, conforme **Nota de Empenho nº 3191/2026**, de 12/08/2026, no valor de **R$ 72.460,62 (setenta e dois mil, quatrocentos e sessenta reais e sessenta e dois centavos)**.

2.3. Programa/Atividade: Código **08.31.10.302.329.2.669 – OPERACIONALIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA**, fonte de recurso **1600**, elemento de despesa **3.3.90.39**, conforme **Nota de Empenho nº 3192/2026**, de 12/08/2026, no valor de **R$ 485.340,45 (quatrocentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta reais e quarenta e cinco centavos)**.

2.4. Programa/Atividade: Código **08.31.10.302.329.2.396 – SUSTENTAÇÃO DA MATERNIDADE PÚBLICA MUNICIPAL**, fonte de recurso **1600**, elemento de despesa **3.3.90.39**, conforme **Nota de Empenho nº 3190/2026**, de 12/08/2026, no valor de **R$ 155.132,34 (cento e cinquenta e cinco mil, cento e trinta e dois reais e trinta e quatro centavos)**.

2.5. O valor total das despesas ora apostiladas corresponde a **R$ 712.933,41 (setecentos e doze mil, novecentos e trinta e três reais e quarenta e um centavos)**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1. O presente Termo de Apostilamento, após sua assinatura, passa a fazer parte integrante do **Contrato nº 02/2024/COJUSA/PGM**, sendo que as demais cláusulas e condições originalmente pactuadas permanecem íntegras e inalteradas, posto que ratificadas pelo presente instrumento.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

4.1. O presente Termo de Apostilamento tem fundamento legal no **art. 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/93**, bem como no **Decreto Municipal nº 15.403, de 22 de agosto de 2018**.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do presente instrumento no respectivo Sítio Eletrônico Oficial do Município (Diário Oficial dos Municípios), em atenção ao disposto no art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93, no Decreto Municipal nº 15.403, de 22 de agosto de 2018, bem como no art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

SANDRA MARIA PETILLO CARDOSO
Secretária Municipal de Saúde – SEMUSA

Visto:
GEISON FELIPE COSTA DA SILVA
Diretoria Executiva de Administração

Documento assinado eletronicamente por Geison Felipe Costa da Silva, Diretor(a), em 18/08/2026, às 11:33, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
Documento assinado eletronicamente por Sandra Maria Petillo Cardoso, Secretário(a), em 05/10/2026, às 10:32, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.portovelho.ro.gov.br/sei informando o código verificador 1404711 e o código CRC 133473A0.

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:1DD83111

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 48/2026/SEMUSA - DCCON

Porto Velho, 15 de setembro de 2026.

8º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 002/2022/COJUSA/PGM/SEMUSA Nº005.001971/2025-93QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, POR INTERMÉDIO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA DE UM LADO, E DO OUTRO A EMPRESA SILVA MARINHO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA-ME.

Aos quinze dias do mês de setembro de 2026, o MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, Pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o Nº 05.903.125/0001-45, com sede na Rua Dom Pedro II, Nº 826, centro, por intermédio da **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA**, representada pela a Senhora Secretária **SANDRA MARIA PETILLO CARDOSO**, brasileira, portadora da cédula de identidade Nº 80***6 SSP/RO e CPF Nº 285.***.*** - 91, doravante denominado CONTRATANTE, resolve celebrar o **8º Termo de Apostilamento ao Contrato Nº 002/2022/COJUSA/PGM/SEMUSA**, originário do Processo Administrativo Nº005.001971/2025-93, de acordo com a legislação vigente, em especial a Lei nº8.666,93 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO APOSTILAMENTO:
Constitui objeto do presente termo de apostilamento a consignação da dotação orçamentária que cobrirá as despesas atinentes ao contrato N**º002/2022/COJUSA/PGM/SEMUSA**, compreendidas entre o período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DOS RECURSOS:
As despesas compreendidas no período 01 de julho a 31 de dezembro de 2026, serão provenientes de recursos consignados no **orçamento da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS**A, sob a seguinte classificação:
Programa/Atividade Código: **08.31.10.302.329.2.669** - Operacionalização das Unidades de Saúde de Atenção Especializada - fonte: **1.600,** elemento de despesa **3.3.90.39,** conforme nota de **empenho Nº 3474/2026, de 25.08.2026,** no **valor total de R$243.082,74**(duzentos e quarenta e três mil, oitenta e dois reais e setenta e quatro centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:
O presente termo de apostilamento tem fundamento legal no art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e Dec. 15.403 de 22 de agosto de 2018.

CLÁUSULA Quarta – DO FUNDAMENTO LEGAL:
Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato original, não alteradas por este termo de apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO:
Após a assinatura deste termo, o LOCATÁRIO providenciará sua publicação, em inteiro teor ou resumo, no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia – DOMER, na forma prevista da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

SANDRA MARIA PETILLO CARDOSO
Secretária Municipal de Saúde
Decreto Nº 2.809/I/2026

Visto.
GEISON FELIPE COSTA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração
Decreto Nº 1.823/I,2025

Documento assinado eletronicamente por Geison Felipe Costa da Silva, Diretor(a), em 15/09/2026, às 11:09, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
Documento assinado eletronicamente por Sandra Maria Petillo Cardoso, Secretário(a), em 21/09/2026, às 08:34, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.portovelho.ro.gov.br/sei informando o código verificador 1540116 e o código CRC FEA24F3C.

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:ACFB6538

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº56/2026/SEMUSA-DCCON

Porto Velho, 29 de setembro de 2026.

7º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 02/2024/COJUSA/PGM PROCESSO Nº 005.002114/2025-19 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA, DE UM LADO, E A EMPRESA KAPITAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA, DE OUTRO.

Aos 29 dias do mês de setembro de 2026, o **MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 05.903.125/0001-45, com sede na Rua Dom Pedro II, nº 826, Centro, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA**, representada pela Senhora Secretária SANDRA MARIA PETILLO CARDOSO, brasileira, portador da cédula de identidade nº 80***6 SSP/RO e CPF nº 285.***.***-91 doravante denominado **CONTRATANTE**, resolve celebrar o **7º Termo de Apostilamento ao Contrato nº 02/2024/COJUSA/PGM**, originário do Processo Administrativo nº **005.002114/2025-19**, firmado com a empresa **KAPITAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **84.555.564/0001-80**, doravante denominada **CONTRATADA**, de acordo com a legislação vigente, em especial o art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO APOSTILAMENTO
1.1. Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a consignação das dotações orçamentárias que cobrirão as despesas atinentes ao **Contrato nº 02/2024/COJUSA/PGM**, conforme as respectivas Notas de Empenho emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS
2.1. As despesas decorrentes da execução do Contrato nº 02/2024/COJUSA/PGM, referentes ao período indicado na Cláusula Primeira, serão provenientes de recursos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, sob as seguintes classificações:
2.2. Programa/Atividade: Código **08.31.10.302.329.2.669 – OPERACIONALIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA**, fonte de recurso **1600**, elemento de despesa **3.3.90.39**, conforme **Nota de Empenho nº 3926/2026**, de 23/09/2026, no valor de **R$485.340,45 (quatrocentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta reais e quarenta e cinco centavos) Período de 01 a 30 de setembro 2026.**

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
3.1. O presente Termo de Apostilamento, após sua assinatura, passa a fazer parte integrante do **Contrato nº 02/2024/COJUSA/PGM**, sendo que as demais cláusulas e condições originalmente pactuadas permanecem íntegras e inalteradas, posto que ratificadas pelo presente instrumento.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL
4.1. O presente Termo de Apostilamento tem fundamento legal no **art. 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/93**, bem como no **Decreto Municipal nº 15.403, de 22 de agosto de 2018**.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do presente instrumento no respectivo Sítio Eletrônico Oficial do Município (Diário Oficial dos Municípios), em atenção ao disposto no art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93, no Decreto Municipal nº 15.403, de 22 de agosto de 2018, bem como no art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

SANDRA MARIA PETILLO CARDOSO
Secretária Municipal de Saúde – SEMUSA

Visto:
GEISON FELIPE COSTA DA SILVA
Diretoria Executiva de Administração

Documento assinado eletronicamente por Geison Felipe Costa da Silva, Diretor(a), em 30/09/2026, às 11:55, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
Documento assinado eletronicamente por Sandra Maria Petillo Cardoso, Secretário(a), em 05/10/2026, às 09:24, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:FC3DD74A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
PORTARIA Nº149, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

ECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o inciso I do artigo 38 da Lei Complementar nº 716 de 04 de abril de 2018 da Lei Nº 2.505 de 04 de abril de 2018 e do Decreto nº 15.336, de 25 de julho de 2018, que estabelece normas gerais para o serviço de táxi no município de Porto Velho e seus Distritos.
RESOLVE:
Art. 1º OUTORGAR, com vistas ao **Processo nº 023.005767/2026-12**, a Autorização Administrativa Municipal nº **AAM-0112** a (o) **Sr. RAIDIACLECIANO ********************, RG nº **********SSP/MG**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física - **CPF nº ***.193.362-****, residente na **Rua Fernando de Noronha, nº ****, Bairro ********************, denominado Autorizado a partir da data de vigência desta Portaria, habilitando a operar no sistema de táxi no Município de Porto Velho, conforme o estabelecido no Decreto nº 15.336/2018.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Documento Elaborado:
ADRIANA ROSA DE SOUZA
Diretora do Departamento de Transportes

De Acordo:
IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:24A8BC01

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
PORTARIA Nº150, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO** no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o inciso I do artigo 38 da Lei Complementar nº 716 de 04 de abril de 2018 da Lei Nº 2.505 de 04 de abril de 2018 e do Decreto nº 15.336, de 25 de julho de 2018, que estabelece normas gerais para o serviço de táxi no município de Porto Velho e seus Distritos.
RESOLVE:
Art. 1º CANCELAR, com vistas ao **Processo nº 023.xxxxxxxxxxxxxxxxxx**, a Autorização Administrativa Municipal **AAM-0115**, outorgada ao **Sr. JOSE**********, portador do **RG nº **********SSP/RO**, inscrito no cadastro de pessoa física - **CPF nº ***.613.331-****.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Documento Elaborado:
ADRIANA ROSA DE SOUZA
Diretora do Departamento de Transportes

De Acordo:
IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:2843B2A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
PORTARIA Nº151, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o inciso I do artigo 38 da Lei Complementar nº 716 de 04 de abril de 2018 da Lei Nº 2.505 de 04 de abril de 2018 e do Decreto nº 15.336, de 25 de julho de 2018, que estabelece normas gerais para o serviço de táxi no município de Porto Velho e seus Distritos.
RESOLVE:
Art. 1º OUTORGAR, com vistas ao **Processo nº 023.003402/2026-45**, a Autorização Administrativa Municipal nº **AAM-0115** a (o) **Sr. ORLANDO ********************, RG nº **********SESDEC/RO**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física - **CPF nº ***.097.242-****, residente na **Rua Manoel Felix, nº ******, Bairro ********************, denominado Autorizado a partir da data de vigência desta Portaria, habilitando a operar no sistema de táxi no Município de Porto Velho, conforme o estabelecido no Decreto nº 15.336/2018.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Documento Elaborado:
ADRIANA ROSA DE SOUZA
Diretora do Departamento de Transportes

De Acordo:
IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:9761580B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
PORTARIA Nº153, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO** no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o inciso I do artigo 38 da Lei Complementar nº 716 de 04 de abril de 2018 da Lei Nº 2.505 de 04 de abril de 2018 e do Decreto nº 15.336, de 25 de julho de 2018, que estabelece normas gerais para o serviço de táxi no município de Porto Velho e seus Distritos.
RESOLVE:
Art. 1º CANCELAR, com vistas ao **Processo nº 023.xxxxxxxxxxxxxxxxxx**, a Autorização Administrativa Municipal **AMN-0003**, outorgada ao **Sr.**

FRANCILINO********, portador do **RG nº **********SSP/AC**, inscrito no cadastro de pessoa física - **CPF nº ***.069.882-**.**
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Documento Elaborado:
ADRIANA ROSA DE SOUZA
Diretora do Departamento de Transportes

De Acordo:
IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:F12C1071

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
PORTARIA Nº154, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o inciso I do artigo 38 da Lei Complementar nº 716 de 04 de abril de 2018 da Lei Nº 2.505 de 04 de abril de 2018 e do Decreto nº 15.336, de 25 de julho de 2018, que estabelece normas gerais para o serviço de táxi no município de Porto Velho e seus Distritos.

RESOLVE:
Art. 1º OUTORGAR, com vistas ao **Processo nº 023.005423/2026-03**, a Autorização Administrativa Municipal nº **AMN-0003** a (o) **Sr. ROBERTO **********, RG nº **********SSP/AC**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física - **CPF nº ***.279.402-****, residente na **Rua Altamira, nº 000, Bairro **********, denominado Autorizado a partir da data de vigência desta Portaria, habilitando a operar no sistema de táxi no Município de Porto Velho, conforme o estabelecido no Decreto nº 15.336/2018.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Documento Elaborado:
ADRIANA ROSA DE SOUZA
Diretora do Departamento de Transportes

De Acordo:
IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:82513DC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
PORTARIA Nº157, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO** no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o inciso I do artigo 38 da Lei Complementar nº 716 de 04 de abril de 2018 da Lei Nº 2.505 de 04 de abril de 2018 e do Decreto nº 15.336, de 25 de julho de 2018, que estabelece normas gerais para o serviço de táxi no município de Porto Velho e seus Distritos.
RESOLVE:
Art. 1º CANCELAR, com vistas ao **Processo nº 023.xxxxxxxxxxxxxxxxxx**, a Autorização Administrativa Municipal **AAM-0259**, outorgada ao **Sr. JOSE**********, portador do **RG nº **********SSP/RO**, inscrito no cadastro de pessoa física - **CPF nº ***.626.262-**.**
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Documento Elaborado:
ADRIANA ROSA DE SOUZA
Diretora do Departamento de Transportes

De Acordo:
IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:5F428AF1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº128/2026/SEMTRAN-DSTR

Porto Velho, 30 de julho de 2026.

Termo de Autorização para exploração do serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro Táxi no Município de Porto Velho, por intermédio da Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade SEMTRAN, em favor do(a) Sr(a). **ORLANDO **********.
A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 05.903.125/0001-45, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE SEMTRAN**, com endereço na Av. Guaporé, nº. 214, no bairro Três Marias, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade, Sr. **IREMAR TORRES LIMA**, no uso da competência que lhe é conferida pelo Art. 7º, inciso XXI e Art. 19, parágrafo único, ambos da Lei Orgânica do Município de Porto Velho, resolve **AUTORIZAR** o Sr. **ORLANDO**********, brasileiro, portador do **RG Nº **********SESDEC/RO** e inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF sob o n.º ***.**097.242-****, residente na **Rua Manoel Felix, nº **********, Bairro **********, neste ato denominado **AUTORIZADO, que** venha a explorar o serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro Táxi no município de Porto Velho, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO:
Constitui objeto do presente termo a Autorização Administrativa Municipal **AAM-0115,** a exploração do serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro Táxi no município de Porto Velho, durante o período descrito neste termo.
CLÁUSULA SEGUNDA DAS CONDIÇÕES:
Este Termo de Autorização reger-se-á conforme regras previstas na Lei Complementar nº 716, de 04 de abril de 2018, na Lei nº 2.505 de 04 de abril de 2018, bem como seus regulamentos ou normas pertinentes que versar sobre o serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro Táxi no município de Porto Velho.

CLÁUSULA TERCEIRA DO PRAZO:
A Autorização Administrativa Municipal **AAM 0115** para exploração do serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro Táxi no município de Porto Velho, conforme Lei Complementar nº 716, de 04 de abril de 2018 e Lei nº 2.505 de 04 de abril de 2018, será de 05 (cinco) anos, tendo como início da vigência a data de **09/06/2026** e seu término na data de **30/05/2031**.
CLÁUSULA QUARTA DA PENALIDADE:
A não renovação do presente Termo no prazo de 30 (trinta) dias após o término da vigência, acarretará no cancelamento da Autorização Administrativa, objeto do presente.
CLÁUSULA QUINTA DO FORO:
Fica eleito o foro da comarca de Porto Velho RO, para dirimir eventuais litígios resultantes do presente termo de autorização de exploração do serviço de transporte individual de passageiros em

veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro Táxi no município de Porto Velho, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA SEXTA DA PUBLICAÇÃO:
Após as assinaturas deste Termo de Autorização, a SEMTRAN providenciará a publicação do mesmo ou de seu resumo no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia AROM.
CLÁUSULA SÉTIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
O Autorizado, ao assinar o presente Termo, anuirá com as normas estabelecidas pelo Município de Porto Velho, no que concerne a Autorização para exploração do serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro Táxi no município de Porto Velho.
E por estarem de acordo, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e validade.

ADRIANA ROSA DE SOUZA
Diretora do Departamento de Transportes

De Acordo:

IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

ORLANDO*******************************
Autorizado CPF Nº ***.097.242-**

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:16055A69

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº156/2026/SEMTRAN-DISTAX

Porto Velho, 31 de agosto de 2026.

Termo de Autorização para exploração do serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro Táxi no Município de Porto Velho, por intermédio da Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade SEMTRAN, em favor do(a) Sr(a). **CLEONICE** **********.
A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 05.903.125/0001-45, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE SEMTRAN**, com endereço na Av. Guaporé, nº. 214, no bairro Três Marias, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade, Sr. **IREMAR TORRES LIMA**, no uso da competência que lhe é conferida pelo Art. 7º, inciso XXI e Art. 19, parágrafo único, ambos da Lei Orgânica do Município de Porto Velho, resolve **AUTORIZAR** o Sr. **CLEONICE**********************, brasileiro, portador do **RG Nº *********SSP/RO** e inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF sob o n.º ***.**921.662-****, residente na **Rua Av Brasilia, nº **********, Bairro **************, neste ato denominado **AUTORIZADO, que** venha a explorar o serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro Táxi no município de Porto Velho, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO:
Constitui objeto do presente termo a Autorização Administrativa Municipal **AAM-0048,** a exploração do serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro Táxi no município de Porto Velho, durante o período descrito neste termo.
CLÁUSULA SEGUNDA DAS CONDIÇÕES:
Este Termo de Autorização reger-se-á conforme regras previstas na Lei Complementar nº 716, de 04 de abril de 2018, na Lei nº 2.505 de 04 de abril de 2018, bem como seus regulamentos ou normas pertinentes que versar sobre o serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro Táxi no município de Porto Velho.

CLÁUSULA TERCEIRA DO PRAZO:
A Autorização Administrativa Municipal **AAM 0048** para exploração do serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro Táxi no município de Porto Velho, conforme Lei Complementar nº 716, de 04 de abril de 2018 e Lei nº 2.505 de 04 de abril de 2018, será de 05 (cinco) anos, tendo como início da vigência a data de **31/08/2024** e seu término na data de **31/08/2030**.
CLÁUSULA QUARTA DA PENALIDADE:
A não renovação do presente Termo no prazo de 30 (trinta) dias após o término da vigência, acarretará no cancelamento da Autorização Administrativa, objeto do presente.
CLÁUSULA QUINTA DO FORO:
Fica eleito o foro da comarca de Porto Velho RO, para dirimir eventuais litígios resultantes do presente termo de autorização de exploração do serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro Táxi no município de Porto Velho, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.
CLÁUSULA SEXTA DA PUBLICAÇÃO:
Após as assinaturas deste Termo de Autorização, a SEMTRAN providenciará a publicação do mesmo ou de seu resumo no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia AROM.
CLÁUSULA SÉTIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
O Autorizado, ao assinar o presente Termo, anuirá com as normas estabelecidas pelo Município de Porto Velho, no que concerne a Autorização para exploração do serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro Táxi no município de Porto Velho.
E por estarem de acordo, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e validade.

ADRIANA ROSA DE SOUZA
Diretora do Departamento de Transportes

De Acordo:

IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

CLEONICE*******************************
Autorizado CPF Nº ***.921.662-**

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:848515B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº166/2026/SEMTRAN-DISTAX

Porto Velho, 17 de setembro de 2026.

Termo de Autorização para exploração do serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro Táxi no Município de Porto Velho, por intermédio da Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade – SEMTRAN, em favor do(a) Sr(a). **SIDNEY** **********.
A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 05.903.125/0001-45, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE– SEMTRAN**, com endereço na Av. Guaporé, nº. 214, no bairro Três Marias, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade, Sr. **IREMAR TORRES LIMA**, no uso da competência que lhe é conferida pelo Art. 7º, inciso XXI e Art. 19, parágrafo único, ambos da Lei Orgânica do Município de Porto Velho, resolve **AUTORIZAR** o Sr. **SIDNEY**********************, brasileiro, portador do **RG Nº *********SESDEC/RO** e inscrito no Cadastro de

Pessoa Física - CPF sob o n.º ***.**698.722-****, residente na **Rua IDALVA FRAGA MOREIRA, nº **********, Bairro ********** **********, neste ato denominado **AUTORIZADO, que** venha a explorar o serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro – Táxi – no município de Porto Velho, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
Constitui objeto do presente termo a Autorização Administrativa Municipal – **AAM-0757,** a exploração do serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro – Táxi – no município de Porto Velho, durante o período descrito neste termo.
CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES:
Este Termo de Autorização reger-se-á conforme regras previstas na Lei Complementar nº 716, de 04 de abril de 2018, na Lei nº 2.505 de 04 de abril de 2018, bem como seus regulamentos ou normas pertinentes que versar sobre o serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro – Táxi – no município de Porto Velho.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO:
A Autorização Administrativa Municipal – **AAM–0757** para exploração do serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro – Táxi – no município de Porto Velho, conforme Lei Complementar nº 716, de 04 de abril de 2018 e Lei nº 2.505 de 04 de abril de 2018, será de 05 (cinco) anos, tendo como início da vigência a data de **31/07/2025** e seu término na data de **31/07/2030**.
CLÁUSULA QUARTA – DA PENALIDADE:
A não renovação do presente Termo no prazo de 30 (trinta) dias após o término da vigência, acarretará no cancelamento da Autorização Administrativa, objeto do presente.
CLÁUSULA QUINTA – DO FORO:
Fica eleito o foro da comarca de Porto Velho – RO, para dirimir eventuais litígios resultantes do presente termo de autorização de exploração do serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro – Táxi – no município de Porto Velho, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.
CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO:
Após as assinaturas deste Termo de Autorização, a SEMTRAN providenciará a publicação do mesmo ou de seu resumo no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – AROM.
CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
O Autorizado, ao assinar o presente Termo, anuirá com as normas estabelecidas pelo Município de Porto Velho, no que concerne a Autorização para exploração do serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro – Táxi – no município de Porto Velho.
E por estarem de acordo, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e validade.

ADRIANA ROSA DE SOUZA
Diretora do Departamento de Transportes

De Acordo:
IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

SIDNEY*******
Autorizado –CPF Nº ***.698.722-**

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:E6CBBE0A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº168/2026/SEMTRAN-DISTAX

Porto Velho, 21 de setembro de 2026.

Termo de Autorização para exploração do serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro Táxi no Município de Porto Velho, por intermédio da Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade SEMTRAN, em favor do(a) Sr(a). **MAURICIA** **********.
A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 05.903.125/0001-45, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE SEMTRAN**, com endereço na Av. Guaporé, nº. 214, no bairro Três Marias, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade, Sr. **IREMAR TORRES LIMA**, no uso da competência que lhe é conferida pelo Art. 7º, inciso XXI e Art. 19, parágrafo único, ambos da Lei Orgânica do Município de Porto Velho, resolve **AUTORIZAR** o Sr. **MAURICIA**********, brasileiro, portador do **RG Nº *********SESDEC/RO** e inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF sob o n.º ***.**769.952-****, residente na **Rua FABIA, nº **********, Bairro ********** **********, neste ato denominado **AUTORIZADO, que** venha a explorar o serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro Táxi no município de Porto Velho, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO:
Constitui objeto do presente termo a Autorização Administrativa Municipal **AAM-0409,** a exploração do serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro Táxi no município de Porto Velho, durante o período descrito neste termo.
CLÁUSULA SEGUNDA DAS CONDIÇÕES:
Este Termo de Autorização reger-se-á conforme regras previstas na Lei Complementar nº 716, de 04 de abril de 2018, na Lei nº 2.505 de 04 de abril de 2018, bem como seus regulamentos ou normas pertinentes que versar sobre o serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro Táxi no município de Porto Velho.

CLÁUSULA TERCEIRA DO PRAZO:
A Autorização Administrativa Municipal **AAM 0409** para exploração do serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro Táxi no município de Porto Velho, conforme Lei Complementar nº 716, de 04 de abril de 2018 e Lei nº 2.505 de 04 de abril de 2018, será de 05 (cinco) anos, tendo como início da vigência a data de **30/09/2026** e seu término na data de **30/09/2031**.
CLÁUSULA QUARTA DA PENALIDADE:
A não renovação do presente Termo no prazo de 30 (trinta) dias após o término da vigência, acarretará no cancelamento da Autorização Administrativa, objeto do presente.
CLÁUSULA QUINTA DO FORO:
Fica eleito o foro da comarca de Porto Velho RO, para dirimir eventuais litígios resultantes do presente termo de autorização de exploração do serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro Táxi no município de Porto Velho, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.
CLÁUSULA SEXTA DA PUBLICAÇÃO:
Após as assinaturas deste Termo de Autorização, a SEMTRAN providenciará a publicação do mesmo ou de seu resumo no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia AROM.
CLÁUSULA SÉTIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
O Autorizado, ao assinar o presente Termo, anuirá com as normas estabelecidas pelo Município de Porto Velho, no que concerne a Autorização para exploração do serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro Táxi no município de Porto Velho.
E por estarem de acordo, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e validade.

ADRIANA ROSA DE SOUZA
Diretora do Departamento de Transportes

De Acordo:

IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

MAURICIA*****************************
Autorizado CPF Nº ***.769.952-**

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:6B54E962

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº169/2026/SEMTRAN-DISTAX

Porto Velho, 22 de setembro de 2026.

Termo de Autorização para exploração do serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro Táxi no Município de Porto Velho, por intermédio da Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade SEMTRAN, em favor do(a) Sr(a). **RAIMUNDO** **************************.

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 05.903.125/0001-45, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE SEMTRAN**, com endereço na Av. Guaporé, nº. 214, no bairro Três Marias, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade, Sr. **IREMAR TORRES LIMA**, no uso da competência que lhe é conferida pelo Art. 7º, inciso XXI e Art. 19, parágrafo único, ambos da Lei Orgânica do Município de Porto Velho, resolve **AUTORIZAR** o Sr. **RAIMUNDO***********************, brasileiro, portador do **RG Nº *********SESDEC/RO** e inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF sob o n.º ***.**240.203-****, residente na **Rua TANGERINA, nº **********, Bairro **************, neste ato denominado **AUTORIZADO, que** venha a explorar o serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro Táxi no município de Porto Velho, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO:
Constitui objeto do presente termo a Autorização Administrativa Municipal **AAM-0368,** a exploração do serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro Táxi no município de Porto Velho, durante o período descrito neste termo.

CLÁUSULA SEGUNDA DAS CONDIÇÕES:
Este Termo de Autorização reger-se-á conforme regras previstas na Lei Complementar nº 716, de 04 de abril de 2018, na Lei nº 2.505 de 04 de abril de 2018, bem como seus regulamentos ou normas pertinentes que versar sobre o serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro Táxi no município de Porto Velho.

CLÁUSULA TERCEIRA DO PRAZO:
A Autorização Administrativa Municipal **AAM-0368** para exploração do serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro Táxi no município de Porto Velho, conforme Lei Complementar nº 716, de 04 de abril de 2018 e Lei nº 2.505 de 04 de abril de 2018, será de 05 (cinco) anos, tendo como início da vigência a data de **30/08/2026** e seu término na data de **31/08/2031**.

CLÁUSULA QUARTA DA PENALIDADE:
A não renovação do presente Termo no prazo de 30 (trinta) dias após o término da vigência, acarretará no cancelamento da Autorização Administrativa, objeto do presente.

CLÁUSULA QUINTA DO FORO:
Fica eleito o foro da comarca de Porto Velho RO, para dirimir eventuais litígios resultantes do presente termo de autorização de exploração do serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro Táxi no município de Porto Velho, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA SEXTA DA PUBLICAÇÃO:
Após as assinaturas deste Termo de Autorização, a SEMTRAN providenciará a publicação do mesmo ou de seu resumo no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia AROM.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
O Autorizado, ao assinar o presente Termo, anuirá com as normas estabelecidas pelo Município de Porto Velho, no que concerne a Autorização para exploração do serviço de transporte individual de passageiros em veículos automóveis de aluguel providos de taxímetro Táxi no município de Porto Velho.

E por estarem de acordo, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e validade.

ADRIANA ROSA DE SOUZA
Diretora do Departamento de Transportes

De acordo:

IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

RAIMUNDO*****************************
Autorizado CPRF Nº ***.240.203-**

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:6770A28B

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
TERMO DE QUITAÇÃO DE DÉBITOS AMBIENTAIS Nº41/2026/SEMA-ASTEC

Processo nº: 022.001672/2025-41
Interessado: INSTITUTO DO CORAÇÃO DE RONDÔNIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.025.247/0001-41

1. OBJETO
O presente Termo tem por objeto dar plena, total e irrevogável quitação ao pagamento do **Auto de Infração Ambiental nº 1001/2025, de 18 de dezembro de 2025, no valor de 100 (cem) UPFM**, lavrado em face de INSTITUTO DO CORAÇÃO DE RONDÔNIA LTDA.

2. DA QUITAÇÃO
A interessada INSTITUTO DO CORAÇÃO DE RONDÔNIA LTDA **cumpriu integralmente** suas obrigações previstas na Lei Municipal Complementar nº 138, de 28 de dezembro de 2001, tendo efetuado o pagamento da penalidade pecuniária, atestado pelo comprovante de pagamento1649021.
A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA **concede plena, geral e irrevogável quitação pelas obrigações do referido auto de infração.**

3. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
A emissão deste Termo de Quitação não isenta o(a) Compromissário(a) de quaisquer outras responsabilidades que possam surgir, ou de outras obrigações legais previstas na legislação ambiental vigente, nem inibe futuras ações de controle, fiscalização ou licenciamento que se façam necessárias, relacionadas a fatos não abrangidos pelo Auto de Infração original.

Assinam o presente **TERMO DE QUITAÇÃO DE DÉBITO AMBIENTAL** para que surta os devidos efeitos legais:

Elaborado Por:
ANDRE AKIO FERRAZ OBINATA
Assessor Técnico - ASTEC/SEMA

Revisado Por:

URBANITA OLIVEIRA CARVALHO
Assessora Chefe - ASTEC/SEMA

Subscreve:
ARTHUR FELIPE BORIN DOS SANTOS
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:5651D746

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO MUNICIPAL AVISO LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 084/SML/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1-0956/SEMUSA/2026

LICITAÇÃO COM AMPLA PARTICIPAÇÃO DO OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados ao atendimento dos pacientes usuários do Centro de Atenção Psicossocial Viver Mais Dr. Charles Seizi Modro – CAPS I, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Médici/RO, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações. **VALOR ESTIMADO:** R$ 1.047.894,80 (Um milhão quarenta e sete mil oitocentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos). **ÓRGÃO:** Prefeitura Municipal de Presidente Médici/RO**. DO TIPO: Menor preço POR ITEM. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 21 de outubro de 2026, às 09h10min (horário de Brasília). **LOCAL: https://licitanet.com.br/ RETIRADA DO EDITAL: www.presidentemedici.ro.gov.br/licitacoes ou https://licitanet.com.br/**

Presidente Médici, 05 de outubro de 2026.

WENDEL BRAGANÇA DIAS
Pregoeiro

Publicado por:
Kalita Duarte Antunes de Araújo
Código Identificador:7B834692

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO MUNICIPAL AVISO LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 085/SML/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1-1497/SEMUSA/2026

LICITAÇÃO COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DO OBJETO: Aquisição de embalagens de isopor, tipo quentinha nº 08, com tampa, destinadas ao acondicionamento, transporte e distribuição das refeições fornecidas aos pacientes do Hospital e Maternidade Eufrásia Maria da Conceição, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. **VALOR ESTIMADO:** R$ 6.480,00 (Seis mil quatrocentos e oitenta reais). **DO TIPO: Menor preço POR ITEM. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 22 de outubro de 2026, às 09h10min (horário de Brasília). **LOCAL: https://licitanet.com.br/ RETIRADA DO EDITAL: www.presidentemedici.ro.gov.br/licitacoes ou https://licitanet.com.br/**

Presidente Médici, 05 de outubro de 2026.

WENDEL BRAGANÇA DIAS
Pregoeiro

Publicado por:
Kalita Duarte Antunes de Araújo
Código Identificador:64E30860

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO MUNICIPAL AVISO LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 089/SML/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1-1468/SEMADRH/2026

LICITAÇÃO COM AMPLA PARTICIPAÇÃO DO OBJETO: Registro de Preço para fornecimento de gasolina comum, diesel comum e diesel S10, para atender as demandas das secretarias do município, por um período de 12 (doze) meses. **VALOR ESTIMADO:** R$ 5.938.167,00 (cinco milhões novecentos e trinta e oito mil cento e sessenta e sete reais). **DO TIPO: Menor preço POR ITEM. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 20 de outubro de 2026, às 09h10min (horário de Brasília). **LOCAL: https://licitanet.com.br/ RETIRADA DO EDITAL: www.presidentemedici.ro.gov.br/licitacoes ou https://licitanet.com.br/**

Presidente Médici, 05 de outubro de 2026.

WENDEL BRAGANÇA DIAS
Pregoeiro

Publicado por:
Kalita Duarte Antunes de Araújo
Código Identificador:4D3B1BC9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO MUNICIPAL TERMO 10 DE HOMOLOGAÇÃO PARCIAL DO CREDENCIAMENTO CHAMADA PÚBLICA VIA CREDENCIAMENTO Nº 002/SML/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 583/SEMUSA/2025

Aos 05 dias do mês de outubro de 2026, o **Prefeito do Município de Presidente Médici – RO**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, considerando o disposto no **Edital de Credenciamento nº 02/2025**, que tem como objeto a **contratação de profissionais especializados na área de saúde para prestação de serviços médicos complementares, envolvendo horas de médico clínico geral e especialistas**, com vigência de 36 (trinta e seis) meses, e com fundamento no **PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO – ID: 826850**, oriundo da Secretaria Municipal de Saúde, que apresenta parecer técnico conclusivo acerca dos processos protocolados via peticionamento eletrônico no período de 25 de maio de 2026 a 30 de setembro de 2026.
RESOLVEM HOMOLOGAR PARCIALMENTE o presente processo de credenciamento, declarando como **credenciados os interessados relacionados abaixo**, por atenderem integralmente às exigências do edital, com a devida documentação fiscal, jurídica e técnica regular e apta:
Relação dos credenciados:

Nº de Processo Peticioando	Nome	Cnpj	Especialidade
777/2026	RIBEIRO MOREIRA SERVICOS MEDICOS LTDA	35.502.604/0001-10	PEDIATRIA
778/2026	THAUANY FERMINIO LTDA	69.078.661/0001-36	CLINICO GERAL

Fica registrado que o **credenciamento permanece aberto** durante toda a vigência do edital, permitindo a adesão de novos interessados que atendam aos requisitos constantes no instrumento convocatório, os quais serão submetidos a análise e, se aptos, homologados em termos complementares.
E, para que produza os efeitos legais, lavra-se o presente Termo, que será devidamente publicado e juntado aos autos do processo administrativo.

Presidente Médici – RO, 05 de outubro de 2026.

Publicado por:
Kalita Duarte Antunes de Araújo
Código Identificador:0273DD00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO RESOLUÇÃO 017/CMAS/2026

Resolução Nº 17 /CMAS/2026.

Dispõe sobre a aprovação da devolução de saldo financeiro de recurso federal referente à entidade PIA – União das Irmãs da Copiosa Redenção.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Presidente Médici, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal de criação do CMAS e pela Lei Federal nº 8.742/1993 - LOAS,
CONSIDERANDO a necessidade de regularização do saldo financeiro remanescente de recurso federal referente à entidade PIA – União das Irmãs da Copiosa Redenção;
CONSIDERANDO a análise do saldo existente na conta bancária específica C/C nº 25.967-5;
CONSIDERANDO a análise realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e pelo Fundo Municipal de Assistência Social;
CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social, registrada na Ata nº 005/2026, referente à reunião realizada em 27 de agosto de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a devolução ao Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS do saldo financeiro remanescente referente ao recurso federal da entidade PIA – União das Irmãs da Copiosa Redenção, vinculado à C/C nº 25.967-5, no valor de R$ 189,70 (cento e oitenta e nove reais e setenta centavos), acrescido dos respectivos rendimentos de aplicação financeira, quando houver, até a data da efetiva devolução.
Art. 2º A devolução dos recursos deverá ser realizada pelo Fundo Municipal de Assistência Social, observadas as orientações e os procedimentos definidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Presidente Médici/RO, 02 de outubro de 2026.

Publicado por:
Gerlinda Prochnow
Código Identificador:94BC40C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO 018/CMAS/2026

Resolução Nº 18 /CMAS/2026

Dispõe sobre a aprovação da devolução de saldos financeiros de recursos estaduais da Proteção Social Especial.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Presidente Médici, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal de criação do CMAS e pela Lei Federal nº 8.742/1993 - LOAS,
CONSIDERANDO a necessidade de regularização e devolução dos saldos financeiros remanescentes de recursos estaduais transferidos ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
CONSIDERANDO a análise dos saldos existentes nas contas bancárias específicas dos recursos estaduais da Proteção Social Especial;
CONSIDERANDO a análise realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e pelo Fundo Municipal de Assistência Social;
CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social, registrada na Ata nº 005/2026, referente à reunião realizada em 27 de agosto de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a devolução ao Fundo Estadual de Assistência Social FEAS dos saldos financeiros remanescentes existentes nas contas específicas, referentes aos seguintes recursos estaduais:
I - PISO VARIÁVEL PSE (P.A. 2218), C/C nº 24.060-5, no valor de R$ 22,54 (vinte e dois reais e cinquenta e quatro centavos);
II - PISO PSE PPP (P.A. 2233), C/C nº 26.687-6, no valor de R$ 2.962,95 (dois mil novecentos e sessenta e dois reais e noventa e cinco centavos).
Parágrafo único. O valor total dos saldos a serem devolvidos corresponde a R$ 2.985,49 (dois mil novecentos e oitenta e cinco reais e quarenta e nove centavos), sem prejuízo da atualização pelos rendimentos financeiros eventualmente apurados até a data da efetiva devolução.
Art. 2º A devolução dos recursos deverá ser realizada pelo Fundo Municipal de Assistência Social, observando-se as orientações, os procedimentos e os dados bancários definidos pelo órgão estadual competente para o recolhimento dos recursos.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Presidente Médici/RO, 02 de outubro de 2026.

Publicado por:
Gerlinda Prochnow
Código Identificador:FAB92D20

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 3.671 DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica deste Município e autorização contida na Lei Municipal nº 1.429, de 04 de dezembro de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Autoriza o Executivo Municipal a abrir no orçamento vigente, Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais)**, destinados a suplementar a dotação orçamentária, conforme se discrimina:

05.000 – Saúde
05.001 - Fundo Municipal de Saúde
10.301.0011.2083 – Gestão Administrativa - PAB
168 3.3.90.30.00 – Material de Consumo – **R$ 240.000,00**
2.600.0000.3110 – Recursos de Exercícios Anteriores - Identificação das Transferências da União Decorrentes de Emendas Parlamentares Individuais.

Art. 2º - O recurso para atendimento do crédito aberto no artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4.320 de 17 de março de 1964, por **Superavit Financeiro**. Banco do Brasil, agencia 1181-9, conta corrente 61.641-9 Inc Temp. Custeio - CEL Crisóstomo.

Art. 3° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Primavera de Rondônia/RO, em 05 de outubro de 2026.

[Assinado Eletronicamente]
LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:5372EAE0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 626/GP/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA/RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Lei Ordinária nº 1.398/2025 e amparado pela Legislação Municipal vigente, e tendo em vista o que consta no Processo nº 3-1702/2026/SEMAS.

R E S O L V E:

Art. 1º Arbitrar e conceder 02 (duas) diária de campo fora do município no valor unitário de R$ 70,00 (setenta reais), totalizando o valor de R$ 140,00 (cento e quarenta reais) em favor dos servidores listados abaixo, que se deslocarão ao município de Espigão do Oeste/RO, no dia 5 de outubro de 2026, com a finalidade de realizar a visita a realização de visita institucional na casa de acolhimento Lar

São Vicente. O deslocamento será realizado por meio de veículo oficial, Chevrolet S10, placa RQO9J07, conforme memorando nº 273/SEMAS/2026 (ID 73745).

Bruna Gomes Relles Ronconi, Pedagoga; CPF:*.545.***-39; R$ 70,00 (setenta reais)**

Claudinei da Silva Oliveira, Motorista; CPF:*.973.***-49; R$ 70,00 (setenta reais)**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Primavera de Rondônia/RO, em 5 de outubro de 2026.

Registre-se; Publique-se e Cumpra-se.

[Assinado Eletronicamente]
LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:0DE113B8

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS PROC. N° 3-1656

PROCESSO Nº 3-1656/2026/SEMSAU
ASSUNTO: Solicitação de Diárias.
INTERESSADOS (AS): Whebert Coutinho Silva

A Prefeitura Municipal De Primavera de Rondônia, pelo presente instrumento, **HOMOLOGA** a Prestação de Contas de Diária do servidor **Whebert Coutinho Silva**, perfazendo o valor total de R$ 300,00 (trezentos reais) para o período de 24 de setembro de 2026, de acordo com a deliberação do **Parecer Técnico do Controle Interno (ID 73914), deste Processo.**

Primavera de Rondônia/RO, em 5 de outubro de 2026

[Assinado Eletronicamente]
LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:922B906F

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS PROC. N° 3-1660

PROCESSO Nº 3-1660/2026/SEMSAU
ASSUNTO: Solicitação de Diárias.
INTERESSADOS (AS): Eliandro de Souza dos Santos

A Prefeitura Municipal De Primavera de Rondônia, pelo presente instrumento, **HOMOLOGA** a Prestação de Contas de Diária do servidor **Eliandro de Souza dos Santos**, perfazendo o valor total de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para o período de 25 e setembro de 2026, de acordo com a deliberação do **Parecer Técnico do Controle Interno (ID 73553), deste Processo.**

Primavera de Rondônia/RO, em 5 de outubro de 2026

[Assinado Eletronicamente]
LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:5ED749A3

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS PROC. N° 3-1672

PROCESSO Nº 3-1672/2026/SEMSAU
ASSUNTO: Solicitação de Diárias.
INTERESSADOS (AS): Lodovico Benlolo Moreira

A Prefeitura Municipal De Primavera de Rondônia, pelo presente instrumento, **HOMOLOGA** a Prestação de Contas de Diária do servidor **Lodovico Benlolo Moreira**, perfazendo o valor total de R$ 700,00 (setecentos reais) para o período 28 e 29 de setembro de 2026, de acordo com a deliberação do **Parecer Técnico do Controle Interno (ID 73760), deste Processo.**

Primavera de Rondônia/RO, em 5 de outubro de 2026

[Assinado Eletronicamente]
LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:3B98B9ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 015/SEMAS/2026

O ordenador de despesas da **Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS**, do Município de Primavera de Rondônia/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Ordinária nº 1.379/2025, e tendo em vista o que consta nos autos do Processo nº 3-1707/2026/SEMAS.

R E S O L V E:

Art. 1º Arbitrar e conceder o SenhorCesar Siqueira de Lara, Secretário Secretário Municipal de Assistência Social Interino – SEMAS, portador do CPF. ***.525.***-15, adiantamento de Fundo no valor total de R$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais), para pronto pagamento de pequenas da Secretaria Municipal de Assistência Social, no Elemento de Despesas: 3.3.90.39.96 no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) e no elemento de Despesas: 3.3.90.30.96 no valor de R$ 700,00 (setecentos reais) conforme consta memorando nº 274/SEMAS/2026 (ID 73916).

Art. 2ºO prazo máximo para prestação de contas é de trinta dias após a utilização dos recursos, conforme a Lei 1241/GP/2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Assistência Social de Primavera de Rondônia/RO, aos 5 dias do mês de outubro de 2026.

Registre-se; Publique-se e Cumpra-se.

[Assinado Eletronicamente]
CESAR SIQUEIRA DE LARA
Secretário Municipal de Assistência Social (Interino)
Portaria Nº 272/GP/2026
Ordenador de Despesas
Lei Ordinária N°1.379/GP/2025

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:80B0C242

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

AGERROM.RM@GMAIL.COM
PORTARIA Nº 017/AGERROM /2026

Portaria nº 017/AGERROM /2026

"Dispõe sobre a concessão e prestação de Contas do Regime de Adiantamento, Suprimento de Fundos".

TIAGO MICHAEL CALIANI, Superintendente da Agência Reguladora do Município de Rolim de Moura-AGERROM, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 354/2026.

RESOLVE:

Art. 1º. Art. 1º Fica concedido à servidora Jaqueline Cristina de Jesus, Assessora Técnica Especial, inscrita no CPF nº 049.XXX.XXX-02, um suprimento de fundos, em regime de adiantamento, no valor de R$ 4.070,00 (quatro mil e setenta reais).

Parágrafo único: O valor destina-se a atender às despesas vinculadas ao Projeto/Atividade 2.141 – Desenvolvimento e Manutenção da AGERROM, conforme a seguinte programação por elemento de despesa:

I-Elemento de Despesa 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R$ 470.00 (quatrocentos e setenta reais);
II-Elemento de Despesa 33.90.30.00 – Material de Consumo: R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

Art. 2º. O prazo para aplicação dos recursos será de 60 (sessenta) dias, contados a partir do efetivo recebimento do valor.

Parágrafo único: A prestação de contas deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término do período de aplicação.

Art. 3º. A responsabilidade pela correta aplicação dos recursos e pela apresentação da prestação de contas é exclusiva da servidora beneficiária, devendo obedecer às disposições da Lei Municipal nº 1.362/2006, de 25 de outubro de 2006, e demais normas aplicáveis.

Art. 4º A tomada de contas relativa ao presente suprimento de fundos será realizada pela Auditoria Interna. Na sua ausência, a responsabilidade recairá, sucessivamente, sobre a Contabilidade ou a Controladoria do Município.

Art. 5º Todas as notas fiscais e documentos comprobatórios das despesas deverão ser emitidos em nome da Agência Reguladora do Município de Rolim de Moura - AGERROM, inscrita no CNPJ nº 24.456.732/0001-59, com sede na Avenida 25 de Agosto, nº 6837-B, Bairro São Cristóvão, Rolim de Moura – RO.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rolim de Moura, 05 de outubro 2026.

TIAGO MICHAEL CALIANI
Superintendente - AGERROM
Decreto n° 5.160/2021

Publicado por:
Jaqueline Cristina de Jesus
Código Identificador:C71308C9

AGERROM.RM@GMAIL.COM
TERMO ADITIVO Nº 004/2026/AGERROM

TERMO ADITIVO Nº 004/2026/AGERROM

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 006/2025/AGERROM, referente ao Processo Administrativo nº 017/2025/AGERROM, que entre si celebram a AGÊNCIA REGULADORA DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA – AGERROM e a empresa RENAN SILVA DE MELO.

Aos 02 (dois) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, a **AGÊNCIA REGULADORA DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA - AGERROM,** pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 24.456.732/0001-59, com sede na Av. 25 de agosto, 6837, bairro Cidade Alta, Rolim de Moura/RO, tendo por seu representante legal, o Superintendente, Senhor **TIAGO MICHAEL CALIANI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 8XXX25 SSP/RO, inscrito no CPF sob o nº 90X.XXX.XXX-68, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e, do outro lado, **RENAN SILVA DE MELO,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 32.131.788/0001-61, sediada na Avenida Juscimeira, nº 441, Bairro Novo Horizonte, Cacoal/RO, CEP 76.962-083, neste ato representada por Renan Silva de Melo, portador da Cédula de Identidade nº 125***8 SESDEC/RO, inscrito no CPF nº 024.***.***-01, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 006/2025/AGERROM, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 006/2025/AGERROM, referente ao Processo Administrativo nº 017/2025/AGERROM, cujo objeto compreende a prestação de serviços de tecnologia da informação, especialmente os serviços de customização, manutenção e hospedagem do site institucional da AGERROM, possibilitando sua atualização diária.

2. DA PRORROGAÇÃO: O prazo contratual, assim como a execução do Contrato nº 006/2025/AGERROM, será prorrogado por um período de 12 (doze) meses, a **partir de 13 de outubro de 2026, com vencimento em 13 de outubro de 2027**.

3. DO VALOR: O valor total da presente prorrogação será de R$ 5.760,00 (cinco mil setecentos e sessenta reais), correspondente ao período de 12 (doze) meses, mantidas as condições pactuadas, sem acréscimo ou reajuste, conforme manifestação expressa da CONTRATADA.

4. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade orçamentária 13.001 AGERROM, projeto atividade 2.141 Manutenção da AGERROM, elemento de despesa 33.90.39 outros serviços de terceiros/pessoa jurídica.

5. DA RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas e são aqui integralmente ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 006/2025/AGERROM, em tudo o quanto não conflitarem com as alterações introduzidas no presente termo.

6. DA PUBLICAÇÃO: Para sua eficácia legal, o presente Aditivo será publicado obedecendo ao estabelecido em Lei**.**

Assim ajustadas, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produzam os efeitos legais.

Rolim de Moura/RO, 02 de outubro de 2026

TIAGO MICHAEL CALIANI
Superintendente - AGERROM
Decreto n° 5.160/2021

Publicado por:
Jaqueline Cristina de Jesus
Código Identificador:25FDE8FA

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 751/2026.

"Dispõe sobre nomeação em cargo de provimento em comissão"

ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura;

R E S O L V E:

Art. 1º - **NOMEAR** o (a) Senhor (a) **JULIANA APARECIDA NONATO,** Portador (a) da Carteira de Identidade RG nº 10XXX43

SESDC/RO e do CPF: nº 994.XXX.XXX-15, para exercer o cargo de **GERENTE GERAL DE ATENÇÃO FARMACÊUTICA,** pertencente à Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, com fulcro no Artigo 33, item XL da Lei Complementar nº 338/2025 e alterações.

Art. 2º - O (a) servidor (a) nomeado (a) nesta portaria receberá vencimento conforme anexo II da Lei Complementar nº 338/2025 e alterações.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Rolim de Moura, 02 de outubro de 2026.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:9EEAF4F9

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 752/2026.

"Dispõe sobre nomeação em cargo de provimento em comissão"

ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura;

R E S O L V E:

Art. 1º - **NOMEAR** o (a) Senhor (a) **LUCINEIDE PEREIRA DE SOUZA,** Portador (a) da Carteira de Identidade RG nº 11XXX77 SESDC/RO e do CPF: nº 011.XXX.XXX-30, para exercer o cargo de **DIRETORA ADMINISTRATIVA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE "CIDADE ALTA",** pertencente à Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, com fulcro no Artigo 33, item XXVIII da L. C. nº 338/2025 alterado pela Lei Complementar a Lei nº 341/2025.

Art. 2º - O (a) servidor (a) nomeado (a) nesta portaria receberá vencimento conforme anexo II da Lei Complementar nº 338/2025 Alterado pela Lei Complementar nº 341/2025.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Rolim de Moura, 05 de outubro de 2026.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:104A97BC

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 753/2026

"Dispõe sobre a designação de servidor municipal como Diretor da Unidade de Pronto Atendimento – UPA".

ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura, conforme o contido no memorando nº 388/SEMUSA/2026.
R E S O L V E:

Art. 1º - **DESIGNAR** o Servidor Público Municipal **CARLOS ALBERTO LIMA**, (Assessor Técnico Especial), Matricula nº **30XX4,** inscrito no CPF nº 070.XXX.XXX-53, para exercer a função de **Diretor de Gestão da Unidade de Pronto Atendimento – UPA.**

Art. 2º - O servidor desempenhará os relevantes serviços técnicos sem ônus adicionais para o Município.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Rolim de Moura, 05 de outubro de 2026.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:2EA3E910

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 754/2026

"Dispõe sobre nomeação em cargo de provimento em representação".

ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura;

R E S O L V E*:*

Art. 1º - **NOMEAR** o (a) Servidor (a) Municipal **DANIEL NUNES DOS SANTOS,** Matricula nº **6XX7**, Portador (a) da Carteira de Identidade RG nº 4XXX70 SESP/RO e do CPF: 420.XXX.XXX-72, para exercer o cargo de **DIRETOR DE TRANSPORTE ESCOLAR,** pertencente a Secretaria Municipal de Educação - SEMED, com fulcro no Artigo 31 item VIII da Lei Complementar nº 338/2025, alterado pela Lei Complementar 341/2025.

Art. 2º - O (a) servidor (a) municipal nomeado (a) nesta portaria, receberá gratificação de representação conforme anexo II da Lei Complementar nº 341/2025, sem prejuízo de seu vencimento do cargo de **JARDINEIRO – 40H,** do qual é titular nos termos da L.C. nº 003.2004 e alterações.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos na data de 01 de outubro de 2026.

Rolim de Moura, 05 de outubro de 2026.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:2806F030

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 755/2026.

"*Dispõe sobre exoneração em cargo de provimento em comissão"*

ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura;
R E S O L V E:

Art. 1º - **EXONERAR** o (a) Senhor (a) **JULIANA APARECIDA NONATO**, Matrícula **30XX8,** Portador (a) da Carteira de Identidade RG nº 10XXX43, SESDEC/RO e do CPF nº 994.XXX.XXX-15, de exercer o cargo de **DIRETORA DE GESTÃO UPA,** pertencente à Secretaria Municipal De Saúde - SEMUSA.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos na data de 01 de outubro de 2026.

Rolim de Moura, 05 de outubro de 2026.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:BE9B27F7

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 756/2026.

"*Dispõe sobre exoneração em cargo de provimento em comissão"*

ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura;
R E S O L V E:

Art. 1º - **EXONERAR** o (a) Senhor (a) **EDILENE GONCALVES DE OLIVEIRA**, Matrícula **30XX3,** Portador (a) da Carteira de Identidade RG nº 44XX77 SESDEC/RO e do CPF nº 618.XXX.XXX-20, de exercer o cargo de **GERENTE ADMINISTRATIVO DO CENTRO ESPECIAL ODONTOLOGIA-CEO,** pertencente à Secretaria Municipal De Saúde - SEMUSA.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos na data de 01 de outubro de 2026.

Rolim de Moura, 05 de outubro de 2026.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:EEC8154D

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 757/2026.

"*Dispõe sobre exoneração em cargo de provimento em comissão"*

ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura;
R E S O L V E:

Art. 1º - **EXONERAR** o (a) Senhor (a) **MARALICE DE OLIVEIRA MACHADO**, Matrícula **30XX9,** Portador (a) da Carteira de Identidade RG nº 12XXX02 SESDEC/RO e do CPF nº 020.XXX.XXX-02, de exercer o cargo de **GERENTE DE EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DO SUS E INFORMÁTICA,** pertencente à Secretaria Municipal De Saúde - SEMUSA.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos na data de 01 de outubro de 2026.

Rolim de Moura, 05 de outubro de 2026.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:4520D9D9

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 758/2026.

"Dispõe sobre nomeação em cargo de provimento em comissão"

ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura;
R E S O L V E:

Art. 1º - **NOMEAR** o (a) Senhor (a) **MARALICE DE OLIVEIRA MACHADO,** Portador (a) da Carteira de Identidade RG nº 121XX02 SESDEC/RO e do CPF: nº 020.XXX.XXX-02, para exercer o cargo de **GERENTE ADMINISTRATIVA DO CENTRO ESPECIAL DE ODONTOLOGIA – CEO,** pertencente à Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, com fulcro no Artigo 33, item LIV da L. C. nº 237/2017, alterado pela Lei Complementar 338/2025.
Art. 2º - O (a) servidor (a) nomeado (a) nesta portaria receberá vencimento conforme anexo II da Lei Complementar nº 338/2025.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos na data de 02 de outubro de 2026.

Rolim de Moura, 05 de outubro de 2026.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:9C5CBC27

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 759/2026.

"Dispõe Sobre a Designação dos (das) Servidores (as) Como Fiscal de Contrato e fiscal Substituto e Gestor, referente ao contrato nº 114/2026, referente ao Processo Administrativo nº 2090/2026, Sendo o Objeto: Aquisição de Ônibus rodoviário, marca MERCEDESBENZ/MARCOPOLO, modelo O 500 RSD 2445 / PARADISO 1800 DD, ano modelo 2026, 6x2, Potência 449CV, Transmissão automatizada de 12 marchas, freios ABS, carroceria duplo piso, capacidade para 64 passageiros e demais itens conforme o constante no Termo de Referência, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, Compras e Licitações – SEMACOL".

ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura e considerando o contido no Memorando nº. 463/SEMACOL/2026.

RESOLVE:
Art. 1º - **DESIGNAR** (os) Servidores (as) como Fiscal de Contrato e fiscal Substituto e Gestor, referente ao contrato nº 114/2026, referente ao Processo Administrativo nº 2090/2026, Sendo o Objeto: Aquisição de Ônibus rodoviário, marca MERCEDESBENZ/MARCOPOLO, modelo O 500 RSD 2445 / PARADISO 1800 DD, ano modelo 2026, 6x2, Potência 449CV, Transmissão automatizada de 12 marchas, freios ABS, carroceria duplo piso, capacidade para 64 passageiros e demais itens conforme o constante no Termo de Referência, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, Compras e Licitações – SEMACOL, sendo:

Fiscal de Contrato: LEANDRO APARECIDO PEREIRA– MATR.30XX8.
Fiscal de Contrato Substituto (a): CLEODOMAR BENETTI MATR.3XX9.
Gestor (a): CLEBER DE OLIVEIRA SANTOS – MATR.4XX3.

Art. 2º - O Contrato nº 114/2026 terá vigência de 06 (seis) meses, contados a partir da formalização do contrato em 28/08/2026, publicado em 02/10/2026, vencendo em 07/02/2027, podendo ser prorrogado e/ou aditado, por ambas as partes, apenas nos casos expressos na Lei de Licitações nº 14.133/2021.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos na data de 28 de agosto de 2026, revogando as disposições contrárias.

Rolim de Moura, 05 de outubro de 2026.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:42698322

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE NOVA DATA ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2026 - SRP

O departamento de licitações do Município de Rolim de Moura - RO torna público para conhecimento dos interessados, **AVISO DE NOVA DATA ABERTURA DE LICITAÇÃO**, modalidade "**PREGÃO ELETRÔNICO**", tipo "**MENOR PREÇO**" por "**ITEM**", modo de disputa "**ABERTO**", concernente a "**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DAS UNIDADES E SERVIÇOS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROLIM DE MOURA – SEMUSA"**, **conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Valor estimado R$ 3.256.655,45 (três milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).** Abertura da sessão dia 20 de Outubro de 2026 às 09:00 horas (horário de Brasília), o portal gerenciador desta licitação será o LICITANET (www.licitanet.com.br). Da autorização: Processo Administrativo Nº 5091-2026. Verificou-se, após a publicação do edital, que o objeto da licitação foi indevidamente estruturado como lote único, quando o correto é a sua realização por itens. As informações complementares sobre esta licitação poderão ser obtidas pelos interessados, no horário das 07:30 às 13:30 horas horário de Rondônia, de segunda à sexta-feira na Av. João Pessoa 4478 - centro ou pelo telefone n.º (69) 3442-3100, e também no Portal Transparência do município de Rolim de Moura, no site eletrônico www.rolimdemoura.ro.gov.br.

Rolim de Moura, 05 de Outubro de 2026.

GILDO LIMANA
Portaria 553/2025

Publicado por:
Gildo Limana
Código Identificador:4CEE602F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
COMUNICADO DE DISPENSA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA-RO
COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA 22/2026

INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSO
PROCESSO Nº: 5855/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de revisão obrigatória em período de garantia e manutenção corretiva de veículo oficial do gabinete, marca Toyota, modelo HILUX SWSEXA4RD, placa THK7G25, correspondente à 10 mil km.
DATA DA EMISSÃO: 05/10/2026
REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Governo
DADOS DO FORNECEDOR: NISSEY MOTORS VILHENA LTDA - CNPJ 04.901.195/0003-63
DOTAÇÕES
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Rolim de Moura/RO, mediante previsão abaixo: 3.3.90.39 – Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica.
33.90.30 – Material de Consumo.
Valor total R$ 2.418,63 (dois mil quatrocentos e dezoito reais e sessenta e três centavos).

IDENTIFICAÇÃO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR TOTAL
1	REVISÃO EM GARANTIA E MANUTENÇÃO CORRETIVA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO GENUÍNOS, LUBRIFICANTES E MÃO DE OBRAS	PEÇA/ SERV.	1	R$ 2.418,63

Fundamento legal de Dispensa de licitação: Art. 75, IV, "a", da Lei nº 14.133/2021.

EDSON BAVARESCO DIAS
Secretário Municipal de Governo

Publicado por:
Erinan Silveira de Oliveira Burei
Código Identificador:981A842A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO 5190/2026

Interessado: Secretaria Municipal de Administração

*Através do presente, homologa **a Dispensa Eletrônica nº 020/2026**, do processo licitatório **nº 5190/2026,** de Aquisição de climatizador evaporativo industrial, com instalação inclusa, destinado ao atendimento das necessidades do Setor de Almoxarifado Central, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, conforme despacho nº 130/2026 da auditoria interna e parecer jurídico nº 644/PGM/2026.*

Empresa vencedora:

ROTOPLAST INDÚSTRIA DE CLIMATIZADORES LTDA
CNPJ: 09.176.237/0001-00
Valor: R$ 14.950,00 (quatorze mil novecentos e cinquenta reais)

Rolim de Moura, 02 de Outubro de 2026.

ALDAIR JÚLIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Interessado: Secretaria Municipal de Administração

*Através do presente, homologa **a Dispensa Eletrônica nº 020/2026**, do processo licitatório **nº 5190/2026,** de Aquisição de climatizador evaporativo industrial, com instalação inclusa, destinado ao atendimento das necessidades do Setor de Almoxarifado Central, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, conforme despacho nº 130/2026 da auditoria interna e parecer jurídico nº 644/PGM/2026.*

Empresa vencedora:

ROTOPLAST INDÚSTRIA DE CLIMATIZADORES LTDA
CNPJ: 09.176.237/0001-00
Valor: R$ 14.950,00 (quatorze mil novecentos e cinquenta reais)

Rolim de Moura, 02 de Outubro de 2026.

ALDAIR JÚLIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Brenda Grasiely Dias Crispin
Código Identificador:05E1E462

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
DECRETO MUNICIPAL Nº 3309/2026 DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

Decreto Municipal nº 3309/2026 de 28 de Setembro de 2026.

SÚMULA: Altera a composição de servidores públicos para constituir quadro de Escuta Especializada do município de São Felipe D'Oeste.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FELIPE D'OESTE – RO, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe conferem a legislação vigente.

CONSIDERANDO que é dever do Administrador atender ao público, restaurar a legalidade dos atos e a ordem, sempre buscando o princípio da legalidade da administração, observando os princípios norteadores do direito.
CONSIDERANDO que na forma da Lei 13.431/2017 que o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e a Constituição Federal onde todos tem o dever de colocar as crianças e adolescentes a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, conforme art. 227 da Constituição Federal c/c arts. 4°, caput, 5°, 18° e 70° da Lei 8.069/90 e a Lei Municipal 1289/2023.
CONSIDERANDO que a Lei 13.431/2017 determina no art. 4º, parágrafos 1º ao 4º que a criança e ao adolescente serão ouvidas acerca da situação de violência por escuta especializada e depoimento pessoal para a realização das providências necessárias para apuração dos fatos e Atendimentos das crianças e adolescentes por ocasião da relação espontânea de violência; **CONSIDERANDO** que a legislação tem o objetivo de evitar que essas vítimas repitam o relato em diferentes órgãos de proteção para os quais são encaminhadas, visto que a cada relato a vítima revive o sofrimento, podendo desencadear ou intensificar sintomas de stress pós-traumático, resolve:

DECRETA

Art. 1°. Altera o quadro de servidores responsáveis pela realização da Escuta Especializada ao Município de São Felipe D'Oeste/RO, designando os seguintes Servidores:
Adriani Ronconi Aranha – Supervisora – Secretaria Municipal de Educação;
Amanda Carvalho da Cruz – Psicóloga – Secretaria Municipal de Educação;
Flaviane Cordeiro Silva Barcellos – Orientadora – Secretaria Estadual de Educação

Gilmar Rocha dos Santos – Psicólogo – Secretaria Municipal de Saúde
Kimberlin de Miranda da Silva – Psicóloga – Secretaria Municipal de Assistência Social
Magali Aparecida de Moraes - Psicopedagoga – Secretaria Municipal de Educação;
Mary Silva Furtado Gomes – Médica – Secretaria Municipal de Saúde
Nádia Solange Francisco – Enfermeira – Secretaria Municipal de Saúde
Natalice Silva – Assistente Social – Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 2º - Esse Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposções em contrário.

EDSON DE OLIVEIRA
Prefeito de São Felipe D'Oeste

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:E8F03224

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
DECRETO Nº 3310/2026 DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETO Nº 3310/2026 de 28 de Setembro de 2026.

SÚMULA: "Altera a composição dos Membros para compor o Conselho Municipal de Segurança Pública do município de São Felipe d'Oeste e dá outras providências".

O Prefeito de São Felipe D'Oeste – RO, Sr. Edson de Oliveira no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela legislação vigente.

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para comporem o Conselho Municipal de Segurança Pública (CONSEG) do Município de São Felipe D'Oeste, conforme as respectivas representações a seguir.
- Representantes da Polícia Militar: Titular - 2º Sgt Júnior César Cassimiro **Suplente** – 2º Sgt Devanir Simão
– Representante do Poder Legislativo Titular - José Roberto Xavier Silva **Suplente** - Orides Bertacco Neto
– Representante do Poder Executivo Titular – Daniel Corá
Suplente – Cláudia Helena Gaspar
– Representante da Secretaria de Educação Titular – Josiel Silvares de Oliveira
Suplente – Karolyne Alves Soares
– Representante da Associação Comercial Titular – Vera Lúcia de Andrade
Suplente – Cristiane Santos Cassaro
– Representante do Conselho de Desenvolvimento Titular – Max Antonio Spanhol

Suplente – Alex Pinto da Vitória
– Representante dos Agricultores Titular – Zuleide Amaro de Salles Vedana **Suplente** – Robson Cristiano B. Da Silva **VIII – Representante do CMDCA Titular** – Paula Fabrini Santos
Suplente – Letícia Alves Coqueiro
IX – Representante da Secretaria de Administração e Fazenda Titular – Izaque Alves
Suplente – Italo da Silva Rodrigues

Art. 2°. Os Conselheiros deverão cumprir com as suas funções e atribuições previstas em Lei Municipal, bem como as demais Leis Estaduais e Federais que regulamentem a matéria, observando os direitos e interesses sociais.

Art. 3°. As despesas relativas à manutenção deste Conselho serão arcadas pelos recursos do Fundo Municipal de Segurança São Felipe D' Oeste - RO.

Art. 4° - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação revogam-se as disposições em contrário.

EDSON DE OLIVEIRA
Prefeito de São Felipe d'Oeste

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:8C6AEAD8

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 50/2026

São Felipe D'Oeste/RO, 05 de outubro de 2026.

Edital de Convocação Nº 50/2026

A Prefeitura Municipal de São Felipe D'Oeste, por meio da Secretaria Municipal de administração, arrecadação e finanças, considerando a necessidade de atender às demandas do município de São Felipe D'Oeste, convoca o (s) candidato (s) aprovado (s) no concurso público 001/2024-PMSFO/RO conforme anexos, cujo Decreto de Homologação do Concurso Público, ocorreu em 11/10/2024, no Diário Oficial dos Municípios em www.diariomunicipal.com.br/arom adotado como meio oficial de publicações de atos normativos e administrativos na forma da Lei Municipal 417/2011 Ano VI Nº 1332, para nos termos da Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos conforme Lei Municipal n° 031/1997 e suas alterações, Leis Municipais nº. 033/1997, 301/2007, 335/2008, 533/2013 e 537/2013 e suas alterações, para apresentar, no prazo de **30 (trinta) dias corridos, a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios em www.diariomunicipal.com.br/arom,** devendo ser descontado o dia da publicação, à Secretaria de Administração, Arrecadação e Finanças/Departamento de **Gestão de Pessoas e Administrativo**, todos os documentos necessários a investidura/nomeação, para a sua

nomeação conforme dispõe o edital, sob pena de desistindo expressamente ou não comparecendo no prazo estabelecido neste Edital de convocação, ou não atender as condições fixadas, ter a investidura sem efeito e perda do direito ao cargo.
O (a) candidato (a) convocado (a) deverá apresentar todos os documentos e comprovações estabelecidos no Decreto nº 2852/2025 de 22 de janeiro de 2025, como requisito para investidura/nomeação de uma única vez, não sendo admitido em parte.

Anexo I – Psicólogo(a)

16º Colocado (a) – Nome: Priscila da Cunha Garcia - nota: 50,00;

Anexo II – Relação de documentos para admissão concurso público.

01. Cópia do Cadastro da Pessoa Física (CPF);
02. Cópia do Registro Geral (RG) – Registro Geral;
03. Comprovante de Residência;
04. Número de Conta Bancária do Banco Brasil; Obs.: Obrigatório, em caso de não apresentação o pagamento
do servidor ficara bloqueado até que apresentada ao Departamento de Gestão de Pessoas);
05. Cópia da Carteira de Trabalho- CTPS, página do número da CTPS e verso onde consta a filiação;
06. Cartão de Pis/Pasep (Caso possua), em caso de não possuir apresentar declaração de que não tem inscrição
no PIS/PASEP;
07. Registro no Conselho de Classe e certidão de regularidade funcional e profissional;
08. Reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação (Obrigatório se do sexo Masculino/facultativo para
sexo feminino);
09. Título de Eleitor + Comprovante de regularidade (Comprovante extraído do livro) da última eleição ou
espelho do título emitido pelo Cartório eleitoral;
10. Certidão de Nascimento ou Casamento;
11. Certificado, Histórico, Declaração ou Diploma de Escolaridade, emitido por órgão responsável pela
Educação onde tenha cursado o ensino;
12. Declaração de Acumulação ou não de Cargos, empregos e remunerações conforme Constituição federal;
13. Declaração de Bens, em caso de apresentação de Declaração de IRRF à Receita Federal, apresentar cópia,
inclusive com recibo de entrega da última declaração;
14. Declaração de que não mantêm vinculo de parentesco civil impeditivo nos termos do artigo 90 da Lei
Orgânica Municipal;
15. Atestado Médico – Aptidão Física e Mental – ORIGINAL;
16. Certidão negativa do TCE-RO; http://www.tce.ro.gov.br/nova/certidao/consulta.asp
17. Certidão Negativa Cível e Criminal da Comarca de Domicilio 1ª e 2ª Instância Judicial;
http://www.tjro.jus.br/certidaoonline/jsp/apresenta.jsf
18. Certidão Negativa Cível e Criminal da Justiça Federal da comarca de domicílio de 1ª e 2ª Instancia
judiciária; http://www.trf1.jus.br/servicos/certidao/orgao=RO
19. Certidão e CPF dos filhos menores de 21 anos, acompanhado de comprovante de escolaridade para
filhos acima de 05 anos e carteira de vacinação atestada pela Unidade de Saúde dos filhos menores de 05
anos;
20. RG e CPF do Esposo (a) (Se casado(a);
21. 1 foto 3x4;
22. Declaração que consta não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade incompatível com
nova investidura em cargo público;
23. Declaração de pleno gozo de seus direitos políticos e civis;
24. Certidão de quitação com a fazenda pública do município de São Felipe D'Oeste/RO;
25. Declaração que não foi demitido por justa causa ou sofrido penalidade nos últimos 5 anos;
26. Protocolo SIGAP nomeação (10 dias após efetivo exercício);
27. Curriculum atualizado;
28. Termo de consentimento para tratamento de dados pessoais (LGPD);
29. Em caso de acúmulo legal de cargos, apresentar declaração de compatibilidade de horário;

* Documento Assinado Eletronicamente*

EDSON DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Simbre da Siva
Código Identificador:681C0002

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
PORTARIA Nº 010/SEMCELT/2026

PORTARIA Nº 010/SEMCELT/2026

São Felipe D'Oeste, RO, 05 de outubro 2026

A Secretária Municipal de cultura, esporte lazer e turismo do Municipio de São Felipe d'Oeste – RO, Sra. **Iana Karla Venturim**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidos por Lei,

Resolve :

Art-1º - Conceder a Senhora **Elba Camargo do Amaral**, portador do CPF N° *****.225.202-**** ocupante do cargo de Diretora de Turismo,concendendo 3,1/2(Três diárias e meia) para deslocamento à capital Porto Velho-RO, com a finalidade de participar do evento evento "3° Expo TURISMO Rondônia 2026 nos dias 08,09,10– Edição Porto Velho/RO".
A programação do evento contemplará debates, exposições, oficinas, palestras, talk showse workshops, proporcionando oportunidades de capacitação, intercâmbio institucional e compartilhamento de experiências e boas práticas.
Bem como participar do "**Encontro dos Gestores Municipais de Turismo"**, a realizar-se no dia **09 de outubro de 2026 (sexta-feira), das 09h às 10h, no Auditório Principal**, no Complexo Madeira-Mamoré, localizado na Avenida Farquar, nº 1079, Centro, Porto Velho/RO, durante a 3ª Expo TURISMO Rondônia 2026.
A mesma irá como passageira do veículo oficial, com saída no dia 06/10/2026 às 08:00 horas, e retorno previsto até o dia 09/10/2026 até as 23:00 horas.

Art-2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art-3º - Revogam-se as disposições em contrário.

IANA KARLA VENTURIM
Secretária Municipal de Cultura, Esporte Lazer e Turismo
São Felipe d Oeste/RO

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:6F47D9A8

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORÍA JURÍDICA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

EXTRATO DO CONTRATO 47/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1805/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 47/2026
CONTRATADA: CYN SERVICE DIAGNOSTICA LTDA
CNPJ: 26.093.205/0001-52

DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamento de análise hematológica automatizado de 3 partes, em regime de comodato, acompanhado de impressora, reagentes compatíveis, treinamento dos

operadores e suporte técnico, destinados a suprir o Laboratório Municipal de São Miguel do Guaporé/RO.
DO PRAZO: O prazo de vigência deste contrato é de 6 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado considerando a natureza de atendimento pontual e sanatório de urgência.

VALOR: O valor total do presente contrato é de **R$ 11.100,00 (onze mil e cem reais)**, dividido em 6 (seis) parcelas mensais e consecutivas de **R$ 1.850,00 (um mil, oitocentos e cinquenta reais)**.

As despesas correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:
Nota de Empenho: 1270/2026
Órgão: 06. Secretária Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 06001 Gabinete do Secretário de Saúde
Prog. Trabalho: 10.301.0011.1404 PROP. 3504 – Ações e Serviços – Metas Quantitativas – Navegação do Cuidado
Elemento Desp.: 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

São Miguel do Guaporé/RO, 5 de outubro de 2026.

Publicado por:
Daiane Kolln Klein
Código Identificador:0BD50FC1

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 378/2026. "DISPÕE DA 43ª CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO TESTE SELETIVO 005/SEMAF/SMG/2025 PARA COMPOR O QUADRO DE SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABLHO E AÇÃO SOCIAL - SEMTRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 378/2026.

"DISPÕE DA 43ª CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO TESTE SELETIVO 005/SEMAF/SMG/2025 PARA COMPOR O QUADRO DE SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABLHO E AÇÃO SOCIAL - SEMTRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e por conveniência e oportunidade da administração e o interesse público;

CONSIDERANDO o que dispõe o Edital 005/SEMAF/SMG/2025, e a necessidade de contratação de candidatos aprovados, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social - SEMTRAS de São Miguel do Guaporé/RO;

DECRETA:
Art. 1º - Fica CONVOCADO a seguinte candidata aprovada no teste seletivo do Edital 005/SEMAF/SMG/2025:

PEDAGOGO 20 HORAS	
CLASSIFICAÇÃO	**NOME DO CANDIDATO**
22º	NIAGARA DAIANE GOMES SANTOS

Art. 2º - Estes candidatos convocados no Teste Seletivo Edital nº 005/SEMAF/SMG/2025, terão o prazo de 2 (dois) dias úteis para entregarem os documentos de acordo com anexo V para candidatos que não tenha pasta no RH da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social ou anexo VI para candidato que já possuiu pasta, segue anexo a relação dos documentos necessários para a contratação, na Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social - SEMTRAS.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

São Miguel do Guaporé/RO, na data da assinatura.

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA **PRIMEIRA CONTRATAÇÃO**:

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA NOMEAÇÃO EM CARGO **EFETIVO** OU **SELETIVO**	
QTD	**CÓPIAS DE DOCUMENTOS**
02	CPF/MF
02	Cédula de Identidade.
01	Comprovante de Residência.
01	Contato: e-mail, telefone.
01	Comprovante de Conta Salário de Pessoa Física (Caixa Econômica Federal).
01	Carteira de Trabalho DIGITAL.
01	Cartão do PIS/PASEP (Número).
01	CNH Carteira Nacional de Habilitação para os candidatos nomeados para os cargos de motorista, operador de máquinas e mecânico.
01	Certificado de Reservista ou dispensa de incorporação (para sexo masculino).
01	Título de Eleitor.
01	Comprovante que está quite com a Justiça Eleitoral (comprovante de votação ou certidão emitida pelo cartório eleitoral).
01	Registro Profissional do Conselho equivalente.
01	Comprovação de escolaridade e habilitação exigida para o cargo da seguinte forma: Histórico Escolar ou Declaração para o nível elementar histórico escolar, certificado ou declaração de conclusão de curso para o nível fundamental, médio e superior.
01	Certidão de nascimento ou casamento. CPF e RG do cônjuge. (quando casado(a))
01	Certidão de nascimento dos dependentes legais e CPF (menores de 18 anos de idade).
01	Cartão de vacinas para os dependentes (menores de 5 anos de idade).
01	Comprovação de matrícula escolar para os dependentes (menores de 18 anos de idade).
01	Declaração de imposto de renda ou isento (último exercício ou declaração de bens).
01	Foto 3x4, recente.
02	Declaração de não acumulação remunerada de cargos públicos ou de acumulação legal, assinada pelo candidato.
02	Declaração emitida pelo próprio candidato, informando sobre a existência ou não de investigações criminais, ações civis, penais ou processo administrativo em que figura como indiciado ou parte sujeito à comprovação junto aos órgãos competentes.
02	Declaração emitida pelo próprio candidato, de existência ou não de demissão por justa causa ou a bens do Serviço Público.
01	Declaração relação e documentação de dependentes.
01	Certidão Negativa de Tributos com a Fazenda Pública Municipal.
01	Certidão negativa expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.
01	Certidões Negativas expedidas pelo cartório de distribuição Cível e Criminal do Fórum Comarca de residência do candidato no estado de Rondônia ou da Unidade Da Federação em que tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos.
01	Certidão Negativa Civil e Criminal da Justiça Federal.
01	Inspeção Médica expedido por médico junta médica do quadro de pessoal do Município.

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA QUEM JÁ **POSSUI PASTA**:

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA NOMEAÇÃO EM CARGO **SELETIVO**	
QTD	**CÓPIAS DE DOCUMENTOS**
01	Carteira de trabalho DIGITAL
01	Comprovante de Conta Salario, (Caixa Economica Federal).
01	Declaração de imposto de renda ou isento (último exercício ou declaração de bens).
01	Comprovante de residência atualizado
02	Declaração de não acumulação remunerada de cargos públicos ou de acumulação legal, assinada pelo candidato.
02	Declaração emitida pelo próprio candidato, informando sobre a existência ou não de investigações criminais, ações civis, penais ou processo administrativo em que figura como indiciado ou parte sujeito à comprovação junto aos órgãos competentes.
02	Declaração emitida pelo próprio candidato, de existência ou não de demissão por justa causa ou a bens do Serviço Público.
01	Declaração de dependentes.
01	Certidão Negativa de Tributos com a Fazenda Pública Municipal.
01	Certidão negativa expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.
01	Certidões Negativas expedidas pelo cartório de distribuição Cível e Criminal do Fórum Comarca de residência do candidato no estado de Rondônia ou da Unidade Da Federação em que tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos.
01	Certidão Negativa Civil e Criminal da Justiça Federal.
01	Inspeção Médica.

Obs.:
Os documentos serão apresentados em cópias juntamente com os originais para conferência na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda - SEMAF.
As declarações serão apresentadas em originais com firma reconhecida em cartório ou assinadas no ato da entrega documental.
As certidões e os exames serão apresentados em originais, com as devidas comprovações via internet. Todas as cópias, declarações vírgulas certidões, ou seja, todos e quaisquer documentos só serão aceitos em folha tamanho A4 inteira.

Publicado por:
Eduardo Burgarelli de Lima
Código Identificador:AA035A62

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 653/GAB/2026. DISPÕE DA EXONERAÇÃO DE IVAN BISPO FOGUES DE CARGO DE CONFIANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Portaria nº 653/GAB/2026.

"DISPÕE DA EXONERAÇÃO DE IVAN BISPO FOGUES DE CARGO DE CONFIANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e por conveniência e oportunidade da administração e o interesse público;

RESOLVE:
Art. 1º - EXONERAR do cargo de **ASSESSORIA DE GABINETE I – PMDA 05**, o servidor **IVAN BISPO FOGUES**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito a partir de 30 de outubro de 2026, revogando a Portaria nº 651/GAB/2026 e as demais disposições em contrário.

São Miguel do Guaporé/RO, na data da assinatura.

Publique-se,
Registra-se,
Cumpra-se.

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Eduardo Burgarelli de Lima
Código Identificador:F194FF75

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E ALESSANDRA FRAGA GABRECHT.

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E ALESSANDRA FRAGA GABRECHT.

MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS-RO, com sede na Av. Marechal Rondon, 984, Centro, Inscrito no C.N.P.J./MF sob o nº 63.761.993/0001-34, neste ato representado pelo senhor Prefeito Municipal **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 24.338.829-0 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF nº 157.***.***-41, no uso da atribuição que lhe confere o MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado **ALESSANDRA FRAGA GABRECHT,** brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 554***.***72, RG. nº 1328212 SESDEC/RO residente e domiciliada neste município de Seringueiras/RO, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO**, para atendimento das necessidades temporárias de excepcional interesse público, na forma do regime especial previsto na **Lei Municipal nº. 2.296/2026**, com fundamento no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, conforme resultado final do **Teste Seletivo nº 001/2026**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 26 de maio de 2026 edição nº 4240, conforme Decreto de Homologação n**º.** 100 datado em 27/05/2026 publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 28/05/2026 edição nº 4242, e conforme Edital de Convocação nº. 16 datado em 25/09/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia edição nº 4328 em 28//09/2026, mediante as seguintes cláusulas:

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços pela CONTRATADA que exercerá a função de **Cuidadora de Crianças - 40 horas semanais,** cujas atribuições são as constantes da Lei Municipal que trata do Plano de Carreira do Município e no Edital do Seletivo 001/2026.

DO PRAZO

CLÁUSULA SEGUNDA: Este contrato terá vigência de até **01(um)** ano, podendo ser prorrogado por igual período ou até vigência final do seletivo, desde que não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado, conforme a Lei Municipal **2.296/2026.**

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a título de remuneração, a importância de **R$ 1.951,97 (mil novecentos e cinquenta e um reais e noventa e sete centavos)** correspondente ao padrão remuneratório da Lei 2.296/2026, por mês de trabalho, devendo respeitar o regime de trabalho determinado pela Administração, observando a Carga Horária prevista no Anexo – I, da Lei Municipal nº. 2.296/2026.

Parágrafo único - Além do da remuneração prevista na Cláusula anterior terá direito a CONTRATADA dos direitos constitucionais elencados no artigo 7º, incisos IV, VIII, IX, XIII, XV, XVI, XVIII, XIX e XXIII, Constituição Federal, na forma prevista pelo o Estatuto dos Servidores Municipais.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATANTE se obriga a:

a) depositar a quantia líquida da retribuição a que fizer jus a CONTRATADA, em conta aberta em seu nome, conforme calendário de pagamento dos servidores públicos da Administração Municipal de Seringueiras;

b) recolher contribuição Previdenciária mensal e o imposto de renda de pessoas físicas – IRPF, deduzidos da retribuição da CONTRATADA;

c) expedir certidões que atestem a contratação, bem como o tempo de prestação de serviços, para defesa de direitos ou esclarecimento de situação, a requerimento da CONTRATADA;

d) abster-se de determinar tarefas ou funções que impliquem em eventual desvio de função da CONTRATADA;

e) pagar tempestiva e integralmente a remuneração pactuada.

CLÁUSULA QUINTA: Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) desenvolver satisfatoriamente, de acordo com sua formação profissional e capacitação técnica especializada, as atividades determinadas pelo superior hierárquico;

b) estar presente no local de trabalho durante todo o tempo de desenvolvimento normal das atividades de execução do contrato, que corresponderá ao horário de expediente do CONTRATANTE;

c) submeter-se às normas, rotinas e horários de trabalho estabelecidos pelo CONTRATANTE;

d) aceitar os descontos de lei incidentes em sua remuneração mensal bruta, bem como os decorrentes de horas não trabalhadas em função de ausência não autorizada ou falta não abonadas, devidamente apontadas no período de vigência deste contrato;

e) cumprir as determinações legais emanadas das autoridades competentes da Prefeitura Municipal de Seringueiras;

f) exercer com zelo e dedicação os encargos que lhe forem cometidos;

g) ser leal ao CONTRATANTE;

h) observar as normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades do CONTRATANTE;

i) cumprir as ordens lícitas de superior hierárquico;

j) atender, com presteza, ao público em geral, prestando às informações requeridas, ressalvadas as legalmente protegidas por sigilo, e preparar aquelas requeridas para a defesa do CONTRATANTE em juízo;

k) levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do exercício de suas atividades;

l) zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

m) guardar sigilo sobre assuntos do CONTRATANTE;

n) manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

o) ser assíduo e pontual na prestação de seus serviços;

p) tratar com urbanidade as pessoas;

q) representar, por intermédio da via hierárquica, contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

r) cumprir os demais deveres previstos no artigo 123 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DAS PROIBIÇÕES

CLÁUSULA SEXTA: a CONTRATADA é vedada:

a) ausentar-se do local de prestação de seus serviços, durante o desenvolvimento diário das atividades do projeto, sem prévia autorização do seu superior hierárquico ou de funcionário por ele indicado;

b) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto das dependências do CONTRATANTE;

c) opor resistência injustificada ao andamento de documento ou processo ou à execução de serviços;

d) promover manifestação de cunho político-partidário nas dependências do CONTRATANTE;

e) promover, nas dependências do CONTRATANTE, manifestação pública de agravo ou desagravo a outros agentes públicos ou a terceiros que tenham com aquele órgão ou entidade administrativa;

f) cometer a pessoa estranha à execução do projeto, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atividades de sua responsabilidade;

g) atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas;

h) receber, exigir ou solicitar, para si ou para terceiros, propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de seus serviços, para a prática ou omissão de ato de ofício, ou valer-se da função exercida para obtenção de vantagem pessoal para si ou para terceiros;

i) praticar usura sob qualquer de suas formas;

j) proceder de forma desidiosa;

k) utilizar pessoal ou recursos materiais do CONTRATANTE em serviços ou atividades particulares;

l) exercer quaisquer atividades incompatíveis com os serviços técnicos prestados ao CONTRATANTE e com o horário de trabalho;

m) ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em órgão ou entidade diversos daquele para o qual foi contratado;

n) participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

o) observar as proibições previstas artigo 124 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SÉTIMA: As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício.

Natureza das Despesas: 3.1.90.11.00.00 Fonte de Recurso: 15000100 Programa de Trabalho: MANUTENÇAO DA SEMEC 5% E 25%.

DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA executará os serviços descritos na Cláusula Primeira, com carga horária de 40 horas semanais, ficando subordinadas às determinações da Prefeitura Municipal de Seringueiras, quanto à forma de exercício de suas funções e horário, observadas as normas legais vigentes.

§ 1º – A CONTRATADA se obriga a exercer sua função na unidade indicada pela Prefeitura de Seringueiras.

§ 2º – A CONTRATADA, por necessidade do serviço, poderá ser removida para qualquer unidade integrante da estrutura da CONTRATANTE, vedado, entretanto, o desvio de função, sob pena de rescisão do presente CONTRATO e a apuração da responsabilidade administrativa e civil das autoridades que determinarem solicitarem, permitirem ou tolerarem tal desvio.

§ 3º – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: Este contrato será extinto, sem indenização a CONTRATADA, verificada uma das seguintes hipóteses:

a) término do prazo contratual ou de sua prorrogação, independentemente de termo de rescisão, quando as partes se darão mútua quitação, se satisfeitas todas as obrigações reciprocamente pactuadas;

b) por manifestação unilateral motivada do CONTRATANTE;

c) por vontade de ambas as partes;

d) por infração aos deveres de assiduidade, pontualidade, urbanidade, discrição, boa conduta, lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir, observância das normas legais e regulamentares, sem prejuízo das demais disposições constitucionais e legais impostas aos ocupantes de funções públicas ou incidência nas proibições estabelecidos em suas cláusulas, imputadas à responsabilidade da CONTRATADA.

§ 1º – O CONTRATANTE poderá, ainda, rescindir unilateralmente o contrato, sem que caiba indenização a CONTRATADA, em razão de:

a) ocorrência de qualquer hipótese impeditiva ao fiel cumprimento do contrato pelo período acordado, inadmitindo-se qualquer suspensão da sua execução;

b) falta ao trabalho por três dias consecutivos ou cinco intercalados em um período de trinta dias, mesmo com justificação, ressalvadas as faltas abonadas por motivo de doença, em conformidade com o disposto na legislação trabalhista;

c) apresentação de documento falso ou declaração falsa ou inexata;

d) insuficiência de desempenho na função para a qual apresentou prova de capacitação.

§ 2º – Serão também motivos de rescisão aqueles previstos na Lei Municipal nº 048/94.

DAS CONDIÇÕES RESOLUTIVAS

CLÁUSULA DECIMA: O presente contrato estará resolvido de pleno direito, não cabendo qualquer indenização a CONTRATADA, nas hipóteses de sua substituição **POR SERVIDOR EFETIVO INVESTIDO EM CARGO QUE ABARQUE AS FUNÇÕES OBJETO DO PRESENTE CONTRATO**.

Parágrafo Único – A substituição mencionada no caput da presente Cláusula pode decorrer de qualquer forma de provimento originário ou derivado do servidor efetivo em questão.

DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A presente contratação não cria vínculo empregatício estatutário entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, nem gera para este o direito de ser posteriormente admitido como servidor municipal e nem o de ser aproveitado nos órgãos da administração municipal.

DAS DECLARAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A CONTRATADA fica ciente, neste ato, das seguintes declarações:

a) ciência das proibições do artigo 37, incisos XVI, XVII e § 10, da Constituição da República;

b) ciência e observância das proibições do art. 124, da Lei Municipal nº 048/94.

DA EXCEÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A superveniência de decisão judicial que anule a presente contratação, em especial a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº. 2.296/2026, não assegurará qualquer direito de reparação a CONTRATADA, a qual renuncia expressa e irrevogavelmente a qualquer pretensão indenizatória.

DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA CONTRATA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Município, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento na forma prevista na Instrução Normativa.

DA PREVIDÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A CONTRATADA deverá contribuir de forma obrigatória para Regime Geral de Previdência Federal, e não poderá exercer função diferente a estabelecida neste ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As partes contratantes elegem o foro da Comarca de São Miguel do Guaporé-RO, para dirimir todas e quaisquer dúvidas ou pendências relativas ao presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por privilegiado que se apresente.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo.

Seringueiras, 01 de outubro de 2026.

_____	_____
Contratante	Contratada

Testemunhas:

1ºAss. _____	2ºAss. _____
Nome:	Nome:
RG:	RG:

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco
Código Identificador:D91E0886

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E ALINE VIEIRA GOMES.

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E ALINE VIEIRA GOMES.

MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS-RO, com sede na Av. Marechal Rondon, 984, Centro, Inscrito no C.N.P.J./MF sob o nº 63.761.993/0001-34, neste ato representado pelo senhor Prefeito Municipal **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 24.338.829-0 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF nº 157.***.***-41, no uso da atribuição que lhe confere o MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado **ALINE VIEIRA GOMES,** brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 012.***.***96, RG. nº 012.***.***96 SESDEC/RO residente e domiciliada neste município de Seringueiras/RO, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO**, para atendimento das necessidades temporárias de excepcional interesse público, na forma do regime especial previsto na **Lei Municipal nº. 2.296/2026**, com fundamento no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, conforme resultado final do **Teste Seletivo nº 001/2026**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 26 de maio de 2026 edição nº 4240, conforme Decreto de Homologação n**º.** 100 datado em 27/05/2026 publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 28/05/2026 edição nº 4242, e conforme Edital de Convocação nº. 16 datado em 25/09/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia edição nº 4328 em 28/09/2026, mediante as seguintes cláusulas:

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços pela CONTRATADA que exercerá a função de **Merendeira - 40 horas semanais,** cujas atribuições são as constantes

da Lei Municipal que trata do Plano de Carreira do Município e no Edital do Seletivo 001/2026.

DO PRAZO

CLÁUSULA SEGUNDA: Este contrato terá vigência de até **01(um)** ano, podendo ser prorrogado por igual período ou até vigência final do seletivo, desde que não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado, conforme a Lei Municipal **2.296/2026.**

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a título de remuneração, a importância de **R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais)** correspondente ao padrão remuneratório da Lei 2.296/2026, por mês de trabalho, devendo respeitar o regime de trabalho determinado pela Administração, observando a Carga Horária prevista no Anexo – I, da Lei Municipal nº. 2.296/2026.

Parágrafo único - Além do da remuneração prevista na Cláusula anterior terá direito a CONTRATADA dos direitos constitucionais elencados no artigo 7º, incisos IV, VIII, IX, XIII, XV, XVI, XVIII, XIX e XXIII, Constituição Federal, na forma prevista pelo o Estatuto dos Servidores Municipais.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATANTE se obriga a:

a) depositar a quantia líquida da retribuição a que fizer jus a CONTRATADA, em conta aberta em seu nome, conforme calendário de pagamento dos servidores públicos da Administração Municipal de Seringueiras;

b) recolher contribuição Previdenciária mensal e o imposto de renda de pessoas físicas – IRPF, deduzidos da retribuição da CONTRATADA;

c) expedir certidões que atestem a contratação, bem como o tempo de prestação de serviços, para defesa de direitos ou esclarecimento de situação, a requerimento da CONTRATADA;

d) abster-se de determinar tarefas ou funções que impliquem em eventual desvio de função da CONTRATADA;

e) pagar tempestiva e integralmente a remuneração pactuada.

CLÁUSULA QUINTA: Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) desenvolver satisfatoriamente, de acordo com sua formação profissional e capacitação técnica especializada, as atividades determinadas pelo superior hierárquico;

b) estar presente no local de trabalho durante todo o tempo de desenvolvimento normal das atividades de execução do contrato, que corresponderá ao horário de expediente do CONTRATANTE;

c) submeter-se às normas, rotinas e horários de trabalho estabelecidos pelo CONTRATANTE;

d) aceitar os descontos de lei incidentes em sua remuneração mensal bruta, bem como os decorrentes de horas não trabalhadas em função de ausência não autorizada ou falta não abonadas, devidamente apontadas no período de vigência deste contrato;

e) cumprir as determinações legais emanadas das autoridades competentes da Prefeitura Municipal de Seringueiras;

f) exercer com zelo e dedicação os encargos que lhe forem cometidos;

g) ser leal ao CONTRATANTE;

h) observar as normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades do CONTRATANTE;

i) cumprir as ordens lícitas de superior hierárquico;

j) atender, com presteza, ao público em geral, prestando às informações requeridas, ressalvadas as legalmente protegidas por sigilo, e preparar aquelas requeridas para a defesa do CONTRATANTE em juízo;

k) levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do exercício de suas atividades;

l) zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

m) guardar sigilo sobre assuntos do CONTRATANTE;

n) manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

o) ser assíduo e pontual na prestação de seus serviços;

p) tratar com urbanidade as pessoas;

q) representar, por intermédio da via hierárquica, contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

r) cumprir os demais deveres previstos no artigo 123 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DAS PROIBIÇÕES

CLÁUSULA SEXTA: a CONTRATADA é vedada:

a) ausentar-se do local de prestação de seus serviços, durante o desenvolvimento diário das atividades do projeto, sem prévia autorização do seu superior hierárquico ou de funcionário por ele indicado;

b) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto das dependências do CONTRATANTE;

c) opor resistência injustificada ao andamento de documento ou processo ou à execução de serviços;

d) promover manifestação de cunho político-partidário nas dependências do CONTRATANTE;

e) promover, nas dependências do CONTRATANTE, manifestação pública de agravo ou desagravo a outros agentes públicos ou a terceiros que tenham com aquele órgão ou entidade administrativa;

f) cometer a pessoa estranha à execução do projeto, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atividades de sua responsabilidade;

g) atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas;

h) receber, exigir ou solicitar, para si ou para terceiros, propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de seus serviços, para a prática ou omissão de ato de ofício, ou valer-se da função exercida para obtenção de vantagem pessoal para si ou para terceiros;

i) praticar usura sob qualquer de suas formas;

j) proceder de forma desidiosa;

k) utilizar pessoal ou recursos materiais do CONTRATANTE em serviços ou atividades particulares;

l) exercer quaisquer atividades incompatíveis com os serviços técnicos prestados ao CONTRATANTE e com o horário de trabalho;

m) ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em órgão ou entidade diversos daquele para o qual foi contratado;

n) participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

o) observar as proibições previstas artigo 124 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SÉTIMA: As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício.

Natureza das Despesas: 3.1.90.11.00.00 Fonte de Recurso: 15000100 Programa de Trabalho: MANUTENÇAO DA SEMEC 5% E 25%.

DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA executará os serviços descritos na Cláusula Primeira, com carga horária de 40 horas semanais, ficando subordinadas às determinações da Prefeitura Municipal de Seringueiras, quanto à forma de exercício de suas funções e horário, observadas as normas legais vigentes.

§ 1º – A CONTRATADA se obriga a exercer sua função na unidade indicada pela Prefeitura de Seringueiras.

§ 2º – A CONTRATADA, por necessidade do serviço, poderá ser removida para qualquer unidade integrante da estrutura da CONTRATANTE, vedado, entretanto, o desvio de função, sob pena de rescisão do presente CONTRATO e a apuração da responsabilidade administrativa e civil das autoridades que determinarem solicitarem, permitirem ou tolerarem tal desvio.

§ 3º – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: Este contrato será extinto, sem indenização a CONTRATADA, verificada uma das seguintes hipóteses:

a) término do prazo contratual ou de sua prorrogação, independentemente de termo de rescisão, quando as partes se darão mútua quitação, se satisfeitas todas as obrigações reciprocamente pactuadas;

b) por manifestação unilateral motivada do CONTRATANTE;

c) por vontade de ambas as partes;

d) por infração aos deveres de assiduidade, pontualidade, urbanidade, discrição, boa conduta, lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir, observância das normas legais e regulamentares, sem prejuízo das demais disposições constitucionais e legais impostas aos ocupantes de funções públicas ou incidência nas proibições estabelecidos em suas cláusulas, imputadas à responsabilidade da CONTRATADA.

§ 1º – O CONTRATANTE poderá, ainda, rescindir unilateralmente o contrato, sem que caiba indenização a CONTRATADA, em razão de:

a) ocorrência de qualquer hipótese impeditiva ao fiel cumprimento do contrato pelo período acordado, inadmitindo-se qualquer suspensão da sua execução;

b) falta ao trabalho por três dias consecutivos ou cinco intercalados em um período de trinta dias, mesmo com justificação, ressalvadas as faltas abonadas por motivo de doença, em conformidade com o disposto na legislação trabalhista;

c) apresentação de documento falso ou declaração falsa ou inexata;

d) insuficiência de desempenho na função para a qual apresentou prova de capacitação.

§ 2º – Serão também motivos de rescisão aqueles previstos na Lei Municipal nº 048/94.

DAS CONDIÇÕES RESOLUTIVAS

CLÁUSULA DECIMA: O presente contrato estará resolvido de pleno direito, não cabendo qualquer indenização a CONTRATADA, nas hipóteses de sua substituição **POR SERVIDOR EFETIVO INVESTIDO EM CARGO QUE ABARQUE AS FUNÇÕES OBJETO DO PRESENTE CONTRATO**.

Parágrafo Único – A substituição mencionada no caput da presente Cláusula pode decorrer de qualquer forma de provimento originário ou derivado do servidor efetivo em questão.

DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A presente contratação não cria vínculo empregatício estatutário entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, nem gera para este o direito de ser posteriormente admitido como servidor municipal e nem o de ser aproveitado nos órgãos da administração municipal.

DAS DECLARAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A CONTRATADA fica ciente, neste ato, das seguintes declarações:

a) ciência das proibições do artigo 37, incisos XVI, XVII e § 10, da Constituição da República;

b) ciência e observância das proibições do art. 124, da Lei Municipal nº 048/94.

DA EXCEÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A superveniência de decisão judicial que anule a presente contratação, em especial a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº. 2.296/2026, não assegurará qualquer direito de reparação a CONTRATADA, a qual renuncia expressa e irrevogavelmente a qualquer pretensão indenizatória.

DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA CONTRATA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Município, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento na forma prevista na Instrução Normativa.

DA PREVIDÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A CONTRATADA deverá contribuir de forma obrigatória para Regime Geral de Previdência Federal, e não poderá exercer função diferente a estabelecida neste ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As partes contratantes elegem o foro da Comarca de São Miguel do Guaporé-RO, para dirimir todas e quaisquer dúvidas ou pendências relativas ao presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por privilegiado que se apresente.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo.

Seringueiras, 02 de outubro de 2026.

_____	_____
Contratante	Contratada

Testemunhas:

1ºAss. _____	2ºAss. _____
Nome: RG:	Nome: RG:

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco
Código Identificador:67C094FA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E ANA CAROLINA ROCHA DE BRITO.

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E ANA CAROLINA ROCHA DE BRITO.

MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS-RO, com sede na Av. Marechal Rondon, 984, Centro, Inscrito no C.N.P.J./MF sob o nº 63.761.993/0001-34, neste ato representado pelo senhor Prefeito Municipal **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 24.338.829-0 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF nº 157.***.***-41, no uso da atribuição que lhe confere o MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado **ANA CAROLINA ROCHA DE BRITO** brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 055***.***27, RG. nº 1680298 SESDEC/RO residente e domiciliada neste município de Seringueiras/RO, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO**, para atendimento das necessidades temporárias de excepcional interesse público, na forma do regime especial previsto na **Lei Municipal nº. 2.296/2026**, com fundamento no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, conforme resultado final do **Teste Seletivo nº 001/2026**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 26 de maio de 2026 edição nº 4240, conforme Decreto de Homologação n**º.** 100 datado em 27/05/2026 publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 28/05/2026 edição nº 4242, e conforme Edital de Convocação nº. 16 datado em 25/09/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia edição nº 4328 em 28//09/2026, mediante as seguintes cláusulas:

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços pela CONTRATADA que exercerá a função de **Auxiliar de Creche - 40 horas semanais,** cujas atribuições são as constantes da Lei Municipal que trata do Plano de Carreira do Município e no Edital do Seletivo 001/2026.

DO PRAZO

CLÁUSULA SEGUNDA: Este contrato terá vigência de até **01(um)** ano, podendo ser prorrogado por igual período ou até vigência final do seletivo, desde que não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado, conforme a Lei Municipal **2.296/2026.**

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a título de remuneração, a importância de **R$ 1.951,97 (mil novecentos e cinquenta e um reais e noventa e sete centavos)** correspondente ao padrão remuneratório da Lei 2.296/2026, por mês de trabalho, devendo respeitar o regime de trabalho determinado pela Administração, observando a Carga Horária prevista no Anexo – I, da Lei Municipal nº. 2.296/2026.

Parágrafo único - Além do da remuneração prevista na Cláusula anterior terá direito a CONTRATADA dos direitos constitucionais elencados no artigo 7º, incisos IV, VIII, IX, XIII, XV, XVI, XVIII, XIX e XXIII, Constituição Federal, na forma prevista pelo o Estatuto dos Servidores Municipais.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATANTE se obriga a:

a) depositar a quantia líquida da retribuição a que fizer jus a CONTRATADA, em conta aberta em seu nome, conforme calendário de pagamento dos servidores públicos da Administração Municipal de Seringueiras;

b) recolher contribuição Previdenciária mensal e o imposto de renda de pessoas físicas – IRPF, deduzidos da retribuição da CONTRATADA;

c) expedir certidões que atestem a contratação, bem como o tempo de prestação de serviços, para defesa de direitos ou esclarecimento de situação, a requerimento da CONTRATADA;

d) abster-se de determinar tarefas ou funções que impliquem em eventual desvio de função da CONTRATADA;

e) pagar tempestiva e integralmente a remuneração pactuada.

CLÁUSULA QUINTA: Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) desenvolver satisfatoriamente, de acordo com sua formação profissional e capacitação técnica especializada, as atividades determinadas pelo superior hierárquico;

b) estar presente no local de trabalho durante todo o tempo de desenvolvimento normal das atividades de execução do contrato, que corresponderá ao horário de expediente do CONTRATANTE;

c) submeter-se às normas, rotinas e horários de trabalho estabelecidos pelo CONTRATANTE;

d) aceitar os descontos de lei incidentes em sua remuneração mensal bruta, bem como os decorrentes de horas não trabalhadas em função de ausência não autorizada ou falta não abonadas, devidamente apontadas no período de vigência deste contrato;

e) cumprir as determinações legais emanadas das autoridades competentes da Prefeitura Municipal de Seringueiras;

f) exercer com zelo e dedicação os encargos que lhe forem cometidos;

g) ser leal ao CONTRATANTE;

h) observar as normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades do CONTRATANTE;

i) cumprir as ordens lícitas de superior hierárquico;

j) atender, com presteza, ao público em geral, prestando às informações requeridas, ressalvadas as legalmente protegidas por sigilo, e preparar aquelas requeridas para a defesa do CONTRATANTE em juízo;

k) levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do exercício de suas atividades;

l) zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

m) guardar sigilo sobre assuntos do CONTRATANTE;

n) manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

o) ser assíduo e pontual na prestação de seus serviços;

p) tratar com urbanidade as pessoas;

q) representar, por intermédio da via hierárquica, contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

r) cumprir os demais deveres previstos no artigo 123 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DAS PROIBIÇÕES

CLÁUSULA SEXTA: a CONTRATADA é vedada:

a) ausentar-se do local de prestação de seus serviços, durante o desenvolvimento diário das atividades do projeto, sem prévia autorização do seu superior hierárquico ou de funcionário por ele indicado;

b) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto das dependências do CONTRATANTE;

c) opor resistência injustificada ao andamento de documento ou processo ou à execução de serviços;

d) promover manifestação de cunho político-partidário nas dependências do CONTRATANTE;

e) promover, nas dependências do CONTRATANTE, manifestação pública de agravo ou desagravo a outros agentes públicos ou a terceiros que tenham com aquele órgão ou entidade administrativa;

f) cometer a pessoa estranha à execução do projeto, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atividades de sua responsabilidade;

g) atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas;

h) receber, exigir ou solicitar, para si ou para terceiros, propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de seus serviços, para a prática ou omissão de ato de ofício, ou valer-se da função exercida para obtenção de vantagem pessoal para si ou para terceiros;

i) praticar usura sob qualquer de suas formas;

j) proceder de forma desidiosa;

k) utilizar pessoal ou recursos materiais do CONTRATANTE em serviços ou atividades particulares;

l) exercer quaisquer atividades incompatíveis com os serviços técnicos prestados ao CONTRATANTE e com o horário de trabalho;

m) ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em órgão ou entidade diversos daquele para o qual foi contratado;

n) participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

o) observar as proibições previstas artigo 124 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SÉTIMA: As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício.

Natureza das Despesas: 3.1.90.11.00.00 Fonte de Recurso: 15000100 Programa de Trabalho: MANUTENÇAO DA SEMEC 5% E 25%.

DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA executará os serviços descritos na Cláusula Primeira, com carga horária de 40 horas semanais, ficando subordinadas às determinações da Prefeitura Municipal de Seringueiras, quanto à forma de exercício de suas funções e horário, observadas as normas legais vigentes.

§ 1º – A CONTRATADA se obriga a exercer sua função na unidade indicada pela Prefeitura de Seringueiras.

§ 2º – A CONTRATADA, por necessidade do serviço, poderá ser removida para qualquer unidade integrante da estrutura da CONTRATANTE, vedado, entretanto, o desvio de função, sob pena de rescisão do presente CONTRATO e a apuração da responsabilidade administrativa e civil das autoridades que determinarem solicitarem, permitirem ou tolerarem tal desvio.

§ 3º – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: Este contrato será extinto, sem indenização a CONTRATADA, verificada uma das seguintes hipóteses:

a) término do prazo contratual ou de sua prorrogação, independentemente de termo de rescisão, quando as partes se darão mútua quitação, se satisfeitas todas as obrigações reciprocamente pactuadas;

b) por manifestação unilateral motivada do CONTRATANTE;

c) por vontade de ambas as partes;

d) por infração aos deveres de assiduidade, pontualidade, urbanidade, discrição, boa conduta, lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir, observância das normas legais e regulamentares, sem prejuízo das demais disposições constitucionais e legais impostas aos ocupantes de funções públicas ou incidência nas proibições estabelecidos em suas cláusulas, imputadas à responsabilidade da CONTRATADA.

§ 1º – O CONTRATANTE poderá, ainda, rescindir unilateralmente o contrato, sem que caiba indenização a CONTRATADA, em razão de:

a) ocorrência de qualquer hipótese impeditiva ao fiel cumprimento do contrato pelo período acordado, inadmitindo-se qualquer suspensão da sua execução;

b) falta ao trabalho por três dias consecutivos ou cinco intercalados em um período de trinta dias, mesmo com justificação, ressalvadas as faltas abonadas por motivo de doença, em conformidade com o disposto na legislação trabalhista;

c) apresentação de documento falso ou declaração falsa ou inexata;

d) insuficiência de desempenho na função para a qual apresentou prova de capacitação.

§ 2º – Serão também motivos de rescisão aqueles previstos na Lei Municipal nº 048/94.

DAS CONDIÇÕES RESOLUTIVAS

CLÁUSULA DECIMA: O presente contrato estará resolvido de pleno direito, não cabendo qualquer indenização a CONTRATADA, nas hipóteses de sua substituição **POR SERVIDOR EFETIVO INVESTIDO EM CARGO QUE ABARQUE AS FUNÇÕES OBJETO DO PRESENTE CONTRATO**.

Parágrafo Único – A substituição mencionada no caput da presente Cláusula pode decorrer de qualquer forma de provimento originário ou derivado do servidor efetivo em questão.

DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A presente contratação não cria vínculo empregatício estatutário entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, nem gera para este o direito de ser posteriormente admitido como servidor municipal e nem o de ser aproveitado nos órgãos da administração municipal.

DAS DECLARAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A CONTRATADA fica ciente, neste ato, das seguintes declarações:

a) ciência das proibições do artigo 37, incisos XVI, XVII e § 10, da Constituição da República;

b) ciência e observância das proibições do art. 124, da Lei Municipal nº 048/94.

DA EXCEÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A superveniência de decisão judicial que anule a presente contratação, em especial a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº. 2.296/2026, não assegurará qualquer direito de reparação a CONTRATADA, a qual renuncia expressa e irrevogavelmente a qualquer pretensão indenizatória.

DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA CONTRATA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Município, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento na forma prevista na Instrução Normativa.

DA PREVIDÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A CONTRATADA deverá contribuir de forma obrigatória para Regime Geral de Previdência Federal, e não poderá exercer função diferente a estabelecida neste ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As partes contratantes elegem o foro da Comarca de São Miguel do Guaporé-RO, para dirimir todas e quaisquer dúvidas ou pendências relativas ao presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por privilegiado que se apresente.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo.

Seringueiras, 02 de outubro de 2026.

_____	_____
Contratante	Contratada

Testemunhas:

1ºAss. _____	2ºAss. _____
Nome: RG:	Nome: RG:

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco
Código Identificador:45CCA907

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E CLEIDIANE SCHUNK.

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E CLEIDIANE SCHUNK.

MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS-RO, com sede na Av. Marechal Rondon, 984, Centro, Inscrito no C.N.P.J./MF sob o nº 63.761.993/0001-34, neste ato representado pelo senhor Prefeito Municipal **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 24.338.829-0 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF nº 157.***.***-41, no uso da atribuição que lhe confere o MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado **CLEIDIANE SCHUNK** brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 996***.***72, RG. nº 996***.***72 SESDEC/RO residente e domiciliada neste município de Seringueiras/RO, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO**, para atendimento das necessidades temporárias de excepcional interesse público, na forma do regime especial previsto na **Lei Municipal nº. 2.296/2026**, com fundamento no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, conforme resultado final do **Teste Seletivo nº 001/2026**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 26 de maio de 2026 edição nº 4240, conforme Decreto de Homologação n**º.** 100 datado em 27/05/2026 publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 28/05/2026 edição nº 4242, e conforme Edital de Convocação nº. 16 datado em 25/09/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia edição nº 4328 em 28//09/2026, mediante as seguintes cláusulas:

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços pela CONTRATADA que exercerá a função de **Monitora de Pátio - 40 horas semanais,** cujas atribuições são as constantes da Lei Municipal que trata do Plano de Carreira do Município e no Edital do Seletivo 001/2026.

DO PRAZO

CLÁUSULA SEGUNDA: Este contrato terá vigência de até **01(um)** ano, podendo ser prorrogado por igual período ou até vigência final do seletivo, desde que não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado, conforme a Lei Municipal **2.296/2026.**

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a título de remuneração, a importância de **R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte um reais)** correspondente ao padrão remuneratório da Lei 2.296/2026, por mês de trabalho, devendo respeitar o regime de trabalho determinado pela Administração, observando a Carga Horária prevista no Anexo – I, da Lei Municipal nº. 2.296/2026.

Parágrafo único - Além do da remuneração prevista na Cláusula anterior terá direito a CONTRATADA dos direitos constitucionais elencados no artigo 7º, incisos IV, VIII, IX, XIII, XV, XVI, XVIII, XIX e XXIII, Constituição Federal, na forma prevista pelo o Estatuto dos Servidores Municipais.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATANTE se obriga a:

a) depositar a quantia líquida da retribuição a que fizer jus a CONTRATADA, em conta aberta em seu nome, conforme calendário de pagamento dos servidores públicos da Administração Municipal de Seringueiras;

b) recolher contribuição Previdenciária mensal e o imposto de renda de pessoas físicas – IRPF, deduzidos da retribuição da CONTRATADA;

c) expedir certidões que atestem a contratação, bem como o tempo de prestação de serviços, para defesa de direitos ou esclarecimento de situação, a requerimento da CONTRATADA;

d) abster-se de determinar tarefas ou funções que impliquem em eventual desvio de função da CONTRATADA;

e) pagar tempestiva e integralmente a remuneração pactuada.

CLÁUSULA QUINTA: Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) desenvolver satisfatoriamente, de acordo com sua formação profissional e capacitação técnica especializada, as atividades determinadas pelo superior hierárquico;

b) estar presente no local de trabalho durante todo o tempo de desenvolvimento normal das atividades de execução do contrato, que corresponderá ao horário de expediente do CONTRATANTE;

c) submeter-se às normas, rotinas e horários de trabalho estabelecidos pelo CONTRATANTE;

d) aceitar os descontos de lei incidentes em sua remuneração mensal bruta, bem como os decorrentes de horas não trabalhadas em função de ausência não autorizada ou falta não abonadas, devidamente apontadas no período de vigência deste contrato;

e) cumprir as determinações legais emanadas das autoridades competentes da Prefeitura Municipal de Seringueiras;

f) exercer com zelo e dedicação os encargos que lhe forem cometidos;

g) ser leal ao CONTRATANTE;

h) observar as normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades do CONTRATANTE;

i) cumprir as ordens lícitas de superior hierárquico;

j) atender, com presteza, ao público em geral, prestando às informações requeridas, ressalvadas as legalmente protegidas por sigilo, e preparar aquelas requeridas para a defesa do CONTRATANTE em juízo;

k) levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do exercício de suas atividades;

l) zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

m) guardar sigilo sobre assuntos do CONTRATANTE;

n) manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

o) ser assíduo e pontual na prestação de seus serviços;

p) tratar com urbanidade as pessoas;

q) representar, por intermédio da via hierárquica, contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

r) cumprir os demais deveres previstos no artigo 123 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DAS PROIBIÇÕES

CLÁUSULA SEXTA: a CONTRATADA é vedada:

a) ausentar-se do local de prestação de seus serviços, durante o desenvolvimento diário das atividades do projeto, sem prévia autorização do seu superior hierárquico ou de funcionário por ele indicado;

b) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto das dependências do CONTRATANTE;

c) opor resistência injustificada ao andamento de documento ou processo ou à execução de serviços;

d) promover manifestação de cunho político-partidário nas dependências do CONTRATANTE;

e) promover, nas dependências do CONTRATANTE, manifestação pública de agravo ou desagravo a outros agentes públicos ou a terceiros que tenham com aquele órgão ou entidade administrativa;

f) cometer a pessoa estranha à execução do projeto, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atividades de sua responsabilidade;

g) atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas;

h) receber, exigir ou solicitar, para si ou para terceiros, propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de seus serviços, para a prática ou omissão de ato de ofício, ou valer-se da função exercida para obtenção de vantagem pessoal para si ou para terceiros;

i) praticar usura sob qualquer de suas formas;

j) proceder de forma desidiosa;

k) utilizar pessoal ou recursos materiais do CONTRATANTE em serviços ou atividades particulares;

l) exercer quaisquer atividades incompatíveis com os serviços técnicos prestados ao CONTRATANTE e com o horário de trabalho;

m) ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em órgão ou entidade diversos daquele para o qual foi contratado;

n) participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

o) observar as proibições previstas artigo 124 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SÉTIMA: As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício.

Natureza das Despesas: 3.1.90.11.00.00 Fonte de Recurso: 15000100 Programa de Trabalho: MANUTENÇAO DA SEMEC 5% E 25%.

DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA executará os serviços descritos na Cláusula Primeira, com carga horária de 40 horas semanais, ficando subordinadas às determinações da Prefeitura Municipal de Seringueiras, quanto à forma de exercício de suas funções e horário, observadas as normas legais vigentes.

§ 1º – A CONTRATADA se obriga a exercer sua função na unidade indicada pela Prefeitura de Seringueiras.

§ 2º – A CONTRATADA, por necessidade do serviço, poderá ser removida para qualquer unidade integrante da estrutura da CONTRATANTE, vedado, entretanto, o desvio de função, sob pena de rescisão do presente CONTRATO e a apuração da responsabilidade administrativa e civil das autoridades que determinarem solicitarem, permitirem ou tolerarem tal desvio.

§ 3º – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: Este contrato será extinto, sem indenização a CONTRATADA, verificada uma das seguintes hipóteses:

a) término do prazo contratual ou de sua prorrogação, independentemente de termo de rescisão, quando as partes se darão mútua quitação, se satisfeitas todas as obrigações reciprocamente pactuadas;

b) por manifestação unilateral motivada do CONTRATANTE;

c) por vontade de ambas as partes;

d) por infração aos deveres de assiduidade, pontualidade, urbanidade, discrição, boa conduta, lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir, observância das normas legais e regulamentares, sem prejuízo das demais disposições constitucionais e legais impostas aos ocupantes de funções públicas ou incidência nas proibições estabelecidos em suas cláusulas, imputadas à responsabilidade da CONTRATADA.

§ 1º – O CONTRATANTE poderá, ainda, rescindir unilateralmente o contrato, sem que caiba indenização a CONTRATADA, em razão de:

a) ocorrência de qualquer hipótese impeditiva ao fiel cumprimento do contrato pelo período acordado, inadmitindo-se qualquer suspensão da sua execução;

b) falta ao trabalho por três dias consecutivos ou cinco intercalados em um período de trinta dias, mesmo com justificação, ressalvadas as faltas abonadas por motivo de doença, em conformidade com o disposto na legislação trabalhista;

c) apresentação de documento falso ou declaração falsa ou inexata;

d) insuficiência de desempenho na função para a qual apresentou prova de capacitação.

§ 2º – Serão também motivos de rescisão aqueles previstos na Lei Municipal nº 048/94.

DAS CONDIÇÕES RESOLUTIVAS

CLÁUSULA DECIMA: O presente contrato estará resolvido de pleno direito, não cabendo qualquer indenização a CONTRATADA, nas hipóteses de sua substituição **POR SERVIDOR EFETIVO INVESTIDO EM CARGO QUE ABARQUE AS FUNÇÕES OBJETO DO PRESENTE CONTRATO**.

Parágrafo Único – A substituição mencionada no caput da presente Cláusula pode decorrer de qualquer forma de provimento originário ou derivado do servidor efetivo em questão.

DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A presente contratação não cria vínculo empregatício estatutário entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, nem gera para este o direito de ser posteriormente admitido como servidor municipal e nem o de ser aproveitado nos órgãos da administração municipal.

DAS DECLARAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A CONTRATADA fica ciente, neste ato, das seguintes declarações:

a) ciência das proibições do artigo 37, incisos XVI, XVII e § 10, da Constituição da República;

b) ciência e observância das proibições do art. 124, da Lei Municipal nº 048/94.

DA EXCEÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A superveniência de decisão judicial que anule a presente contratação, em especial a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº. 2.296/2026, não assegurará qualquer direito de reparação a CONTRATADA, a qual renuncia expressa e irrevogavelmente a qualquer pretensão indenizatória.

DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA CONTRATA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Município, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento na forma prevista na Instrução Normativa.

DA PREVIDÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A CONTRATADA deverá contribuir de forma obrigatória para Regime Geral de Previdência Federal, e não poderá exercer função diferente a estabelecida neste ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As partes contratantes elegem o foro da Comarca de São Miguel do Guaporé-RO, para dirimir todas e quaisquer dúvidas ou pendências relativas ao presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por privilegiado que se apresente.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo.

Seringueiras, 02 de outubro de 2026.

_____	_____
Contratante	Contratada

Testemunhas:

1ºAss. _____	2ºAss. _____
Nome:	Nome:
RG:	RG:

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco
Código Identificador:4656A651

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E ELIANE ROZENO GUIMARAES.

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E ELIANE ROZENO GUIMARAES.

MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS-RO, com sede na Av. Marechal Rondon, 984, Centro, Inscrito no C.N.P.J./MF sob o nº 63.761.993/0001-34, neste ato representado pelo senhor Prefeito Municipal **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 24.338.829-0 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF nº 157.***.***-41, no uso da atribuição que lhe confere o MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado **ELIANE ROZENO GUIMARAES,** brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 056***.**29, RG. nº 1592796 SESDEC/RO residente e domiciliada no município de São Miguel do Guaporé/RO, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO**, para atendimento das necessidades temporárias de excepcional interesse público, na forma

do regime especial previsto na **Lei Municipal nº. 2.296/2026**, com fundamento no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, conforme resultado final do **Teste Seletivo nº 001/2026**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 26 de maio de 2026 edição nº 4240, conforme Decreto de Homologação n**º.** 100 datado em 27/05/2026 publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 28/05/2026 edição nº 4242, e conforme Edital de Convocação nº. 16 datado em 25/09/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia edição nº 4328 em 28//09/2026, mediante as seguintes cláusulas:

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços pela CONTRATADA que exercerá a função de **Cuidadora de Crianças - 40 horas semanais,** cujas atribuições são as constantes da Lei Municipal que trata do Plano de Carreira do Município e no Edital do Seletivo 001/2026.

DO PRAZO

CLÁUSULA SEGUNDA: Este contrato terá vigência de até **01(um)** ano, podendo ser prorrogado por igual período ou até vigência final do seletivo, desde que não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado, conforme a Lei Municipal **2.296/2026.**

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a título de remuneração, a importância de **R$ 1.951,97 (mil novecentos e cinquenta e um reais e noventa e sete centavos)** correspondente ao padrão remuneratório da Lei 2.296/2026, por mês de trabalho, devendo respeitar o regime de trabalho determinado pela Administração, observando a Carga Horária prevista no Anexo – I, da Lei Municipal nº. 2.296/2026.

Parágrafo único - Além do da remuneração prevista na Cláusula anterior terá direito a CONTRATADA dos direitos constitucionais elencados no artigo 7º, incisos IV, VIII, IX, XIII, XV, XVI, XVIII, XIX e XXIII, Constituição Federal, na forma prevista pelo o Estatuto dos Servidores Municipais.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATANTE se obriga a:

a) depositar a quantia líquida da retribuição a que fizer jus a CONTRATADA, em conta aberta em seu nome, conforme calendário de pagamento dos servidores públicos da Administração Municipal de Seringueiras;

b) recolher contribuição Previdenciária mensal e o imposto de renda de pessoas físicas – IRPF, deduzidos da retribuição da CONTRATADA;

c) expedir certidões que atestem a contratação, bem como o tempo de prestação de serviços, para defesa de direitos ou esclarecimento de situação, a requerimento da CONTRATADA;

d) abster-se de determinar tarefas ou funções que impliquem em eventual desvio de função da CONTRATADA;

e) pagar tempestiva e integralmente a remuneração pactuada.

CLÁUSULA QUINTA: Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) desenvolver satisfatoriamente, de acordo com sua formação profissional e capacitação técnica especializada, as atividades determinadas pelo superior hierárquico;

b) estar presente no local de trabalho durante todo o tempo de desenvolvimento normal das atividades de execução do contrato, que corresponderá ao horário de expediente do CONTRATANTE;

c) submeter-se às normas, rotinas e horários de trabalho estabelecidos pelo CONTRATANTE;

d) aceitar os descontos de lei incidentes em sua remuneração mensal bruta, bem como os decorrentes de horas não trabalhadas em função de ausência não autorizada ou falta não abonadas, devidamente apontadas no período de vigência deste contrato;

e) cumprir as determinações legais emanadas das autoridades competentes da Prefeitura Municipal de Seringueiras;

f) exercer com zelo e dedicação os encargos que lhe forem cometidos;

g) ser leal ao CONTRATANTE;

h) observar as normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades do CONTRATANTE;

i) cumprir as ordens lícitas de superior hierárquico;

j) atender, com presteza, ao público em geral, prestando às informações requeridas, ressalvadas as legalmente protegidas por sigilo, e preparar aquelas requeridas para a defesa do CONTRATANTE em juízo;

k) levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do exercício de suas atividades;

l) zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

m) guardar sigilo sobre assuntos do CONTRATANTE;

n) manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

o) ser assíduo e pontual na prestação de seus serviços;

p) tratar com urbanidade as pessoas;

q) representar, por intermédio da via hierárquica, contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

r) cumprir os demais deveres previstos no artigo 123 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DAS PROIBIÇÕES

CLÁUSULA SEXTA: a CONTRATADA é vedada:

a) ausentar-se do local de prestação de seus serviços, durante o desenvolvimento diário das atividades do projeto, sem prévia autorização do seu superior hierárquico ou de funcionário por ele indicado;

b) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto das dependências do CONTRATANTE;

c) opor resistência injustificada ao andamento de documento ou processo ou à execução de serviços;

d) promover manifestação de cunho político-partidário nas dependências do CONTRATANTE;

e) promover, nas dependências do CONTRATANTE, manifestação pública de agravo ou desagravo a outros agentes públicos ou a terceiros que tenham com aquele órgão ou entidade administrativa;

f) cometer a pessoa estranha à execução do projeto, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atividades de sua responsabilidade;

g) atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas;

h) receber, exigir ou solicitar, para si ou para terceiros, propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de seus serviços, para a prática ou omissão de ato de ofício, ou valer-se da função exercida para obtenção de vantagem pessoal para si ou para terceiros;

i) praticar usura sob qualquer de suas formas;

j) proceder de forma desidiosa;

k) utilizar pessoal ou recursos materiais do CONTRATANTE em serviços ou atividades particulares;

l) exercer quaisquer atividades incompatíveis com os serviços técnicos prestados ao CONTRATANTE e com o horário de trabalho;

m) ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em órgão ou entidade diversos daquele para o qual foi contratado;

n) participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

o) observar as proibições previstas artigo 124 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SÉTIMA: As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício.

Natureza das Despesas: 3.1.90.11.00.00 Fonte de Recurso: 15000100 Programa de Trabalho: MANUTENÇAO DA SEMEC 5% E 25%.

DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA executará os serviços descritos na Cláusula Primeira, com carga horária de 40 horas semanais, ficando subordinadas às determinações da Prefeitura Municipal de Seringueiras, quanto à forma de exercício de suas funções e horário, observadas as normas legais vigentes.

§ 1º – A CONTRATADA se obriga a exercer sua função na unidade indicada pela Prefeitura de Seringueiras.

§ 2º – A CONTRATADA, por necessidade do serviço, poderá ser removida para qualquer unidade integrante da estrutura da CONTRATANTE, vedado, entretanto, o desvio de função, sob pena de rescisão do presente CONTRATO e a apuração da responsabilidade administrativa e civil das autoridades que determinarem solicitarem, permitirem ou tolerarem tal desvio.

§ 3º – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: Este contrato será extinto, sem indenização a CONTRATADA, verificada uma das seguintes hipóteses:

a) término do prazo contratual ou de sua prorrogação, independentemente de termo de rescisão, quando as partes se darão mútua quitação, se satisfeitas todas as obrigações reciprocamente pactuadas;

b) por manifestação unilateral motivada do CONTRATANTE;

c) por vontade de ambas as partes;

d) por infração aos deveres de assiduidade, pontualidade, urbanidade, discrição, boa conduta, lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir, observância das normas legais e regulamentares, sem prejuízo das demais disposições constitucionais e legais impostas aos ocupantes de funções públicas ou incidência nas proibições estabelecidos em suas cláusulas, imputadas à responsabilidade da CONTRATADA.

§ 1º – O CONTRATANTE poderá, ainda, rescindir unilateralmente o contrato, sem que caiba indenização a CONTRATADA, em razão de:

a) ocorrência de qualquer hipótese impeditiva ao fiel cumprimento do contrato pelo período acordado, inadmitindo-se qualquer suspensão da sua execução;

b) falta ao trabalho por três dias consecutivos ou cinco intercalados em um período de trinta dias, mesmo com justificação, ressalvadas as faltas abonadas por motivo de doença, em conformidade com o disposto na legislação trabalhista;

c) apresentação de documento falso ou declaração falsa ou inexata;

d) insuficiência de desempenho na função para a qual apresentou prova de capacitação.

§ 2º – Serão também motivos de rescisão aqueles previstos na Lei Municipal nº 048/94.

DAS CONDIÇÕES RESOLUTIVAS

CLÁUSULA DECIMA: O presente contrato estará resolvido de pleno direito, não cabendo qualquer indenização a CONTRATADA, nas hipóteses de sua substituição **POR SERVIDOR EFETIVO INVESTIDO EM CARGO QUE ABARQUE AS FUNÇÕES OBJETO DO PRESENTE CONTRATO**.

Parágrafo Único – A substituição mencionada no caput da presente Cláusula pode decorrer de qualquer forma de provimento originário ou derivado do servidor efetivo em questão.

DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A presente contratação não cria vínculo empregatício estatutário entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, nem gera para este o direito de ser posteriormente admitido como servidor municipal e nem o de ser aproveitado nos órgãos da administração municipal.

DAS DECLARAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A CONTRATADA fica ciente, neste ato, das seguintes declarações:

a) ciência das proibições do artigo 37, incisos XVI, XVII e § 10, da Constituição da República;

b) ciência e observância das proibições do art. 124, da Lei Municipal nº 048/94.

DA EXCEÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A superveniência de decisão judicial que anule a presente contratação, em especial a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº. 2.296/2026, não assegurará qualquer direito de reparação a CONTRATADA, a qual renuncia expressa e irrevogavelmente a qualquer pretensão indenizatória.

DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA CONTRATA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias,

no Diário Oficial do Município, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento na forma prevista na Instrução Normativa.

DA PREVIDÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A CONTRATADA deverá contribuir de forma obrigatória para Regime Geral de Previdência Federal, e não poderá exercer função diferente a estabelecida neste ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As partes contratantes elegem o foro da Comarca de São Miguel do Guaporé-RO, para dirimir todas e quaisquer dúvidas ou pendências relativas ao presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por privilegiado que se apresente.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo.

Seringueiras, 01 de outubro de 2026.

_____	_____
Contratante	Contratada

Testemunhas:

1ºAss. _____	2ºAss. _____
Nome: RG:	Nome: RG:

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco
Código Identificador:E8066B58

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E GREICIELY AUGUSTINHO DE ROCO.

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E GREICIELY AUGUSTINHO DE ROCO.

MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS-RO, com sede na Av. Marechal Rondon, 984, Centro, Inscrito no C.N.P.J./MF sob o nº 63.761.993/0001-34, neste ato representado pelo senhor Prefeito Municipal **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 24.338.829-0 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF nº 157.***.***-41, no uso da atribuição que lhe confere o MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado **GREICIELY AUGUSTINHO DE ROCO,** brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 008.***.***23, RG. nº 1170315 SESDEC/RO residente e domiciliada neste município de Seringueiras/RO, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO**, para atendimento das necessidades temporárias de excepcional interesse público, na forma do regime especial previsto na **Lei Municipal nº. 2.296/2026**, com fundamento no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, conforme resultado final do **Teste Seletivo nº 001/2026**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 26 de maio de 2026 edição nº 4240, conforme Decreto de Homologação n**º.** 100 datado em 27/05/2026 publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 28/05/2026 edição nº 4242, e conforme Edital de Convocação nº. 16 datado em 25/09/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia edição nº 4328 em 28/09/2026, mediante as seguintes cláusulas:

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços pela CONTRATADA que exercerá a função de **Zeladora - 40 horas semanais,** cujas atribuições são as constantes da Lei Municipal que trata do Plano de Carreira do Município e no Edital do Seletivo 001/2026.

DO PRAZO

CLÁUSULA SEGUNDA: Este contrato terá vigência de até **01(um)** ano, podendo ser prorrogado por igual período ou até vigência final do seletivo, desde que não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado, conforme a Lei Municipal **2.296/2026.**

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a título de remuneração, a importância de **R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais)** correspondente ao padrão remuneratório da Lei 2.296/2026, por mês de trabalho, devendo respeitar o regime de trabalho determinado pela Administração, observando a Carga Horária prevista no Anexo – I, da Lei Municipal nº. 2.296/2026.

Parágrafo único - Além do da remuneração prevista na Cláusula anterior terá direito a CONTRATADA dos direitos constitucionais elencados no artigo 7º, incisos IV, VIII, IX, XIII, XV, XVI, XVIII, XIX e XXIII, Constituição Federal, na forma prevista pelo o Estatuto dos Servidores Municipais.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATANTE se obriga a:

a) depositar a quantia líquida da retribuição a que fizer jus a CONTRATADA, em conta aberta em seu nome, conforme calendário de pagamento dos servidores públicos da Administração Municipal de Seringueiras;

b) recolher contribuição Previdenciária mensal e o imposto de renda de pessoas físicas – IRPF, deduzidos da retribuição da CONTRATADA;

c) expedir certidões que atestem a contratação, bem como o tempo de prestação de serviços, para defesa de direitos ou esclarecimento de situação, a requerimento da CONTRATADA;

d) abster-se de determinar tarefas ou funções que impliquem em eventual desvio de função da CONTRATADA;

e) pagar tempestiva e integralmente a remuneração pactuada.

CLÁUSULA QUINTA: Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) desenvolver satisfatoriamente, de acordo com sua formação profissional e capacitação técnica especializada, as atividades determinadas pelo superior hierárquico;

b) estar presente no local de trabalho durante todo o tempo de desenvolvimento normal das atividades de execução do contrato, que corresponderá ao horário de expediente do CONTRATANTE;

c) submeter-se às normas, rotinas e horários de trabalho estabelecidos pelo CONTRATANTE;

d) aceitar os descontos de lei incidentes em sua remuneração mensal bruta, bem como os decorrentes de horas não trabalhadas em função de ausência não autorizada ou falta não abonadas, devidamente apontadas no período de vigência deste contrato;

e) cumprir as determinações legais emanadas das autoridades competentes da Prefeitura Municipal de Seringueiras;

f) exercer com zelo e dedicação os encargos que lhe forem cometidos;

g) ser leal ao CONTRATANTE;

h) observar as normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades do CONTRATANTE;

i) cumprir as ordens lícitas de superior hierárquico;

j) atender, com presteza, ao público em geral, prestando às informações requeridas, ressalvadas as legalmente protegidas por sigilo, e preparar aquelas requeridas para a defesa do CONTRATANTE em juízo;

k) levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do exercício de suas atividades;

l) zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

m) guardar sigilo sobre assuntos do CONTRATANTE;

n) manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

o) ser assíduo e pontual na prestação de seus serviços;

p) tratar com urbanidade as pessoas;

q) representar, por intermédio da via hierárquica, contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

r) cumprir os demais deveres previstos no artigo 123 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DAS PROIBIÇÕES

CLÁUSULA SEXTA: a CONTRATADA é vedada:

a) ausentar-se do local de prestação de seus serviços, durante o desenvolvimento diário das atividades do projeto, sem prévia autorização do seu superior hierárquico ou de funcionário por ele indicado;

b) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto das dependências do CONTRATANTE;

c) opor resistência injustificada ao andamento de documento ou processo ou à execução de serviços;

d) promover manifestação de cunho político-partidário nas dependências do CONTRATANTE;

e) promover, nas dependências do CONTRATANTE, manifestação pública de agravo ou desagravo a outros agentes públicos ou a terceiros que tenham com aquele órgão ou entidade administrativa;

f) cometer a pessoa estranha à execução do projeto, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atividades de sua responsabilidade;

g) atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas;

h) receber, exigir ou solicitar, para si ou para terceiros, propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de seus serviços, para a prática ou omissão de ato de ofício, ou valer-se da função exercida para obtenção de vantagem pessoal para si ou para terceiros;

i) praticar usura sob qualquer de suas formas;

j) proceder de forma desidiosa;

k) utilizar pessoal ou recursos materiais do CONTRATANTE em serviços ou atividades particulares;

l) exercer quaisquer atividades incompatíveis com os serviços técnicos prestados ao CONTRATANTE e com o horário de trabalho;

m) ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em órgão ou entidade diversos daquele para o qual foi contratado;

n) participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

o) observar as proibições previstas artigo 124 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SÉTIMA: As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício.

Natureza das Despesas: 3.1.90.11.00.00 Fonte de Recurso: 15000100 Programa de Trabalho: MANUTENÇAO DA SEMEC 5% E 25%.

DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA executará os serviços descritos na Cláusula Primeira, com carga horária de 40 horas semanais, ficando subordinadas às determinações da Prefeitura Municipal de Seringueiras, quanto à forma de exercício de suas funções e horário, observadas as normas legais vigentes.

§ 1º – A CONTRATADA se obriga a exercer sua função na unidade indicada pela Prefeitura de Seringueiras.

§ 2º – A CONTRATADA, por necessidade do serviço, poderá ser removida para qualquer unidade integrante da estrutura da CONTRATANTE, vedado, entretanto, o desvio de função, sob pena de rescisão do presente CONTRATO e a apuração da responsabilidade administrativa e civil das autoridades que determinarem solicitarem, permitirem ou tolerarem tal desvio.

§ 3º – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: Este contrato será extinto, sem indenização a CONTRATADA, verificada uma das seguintes hipóteses:

a) término do prazo contratual ou de sua prorrogação, independentemente de termo de rescisão, quando as partes se darão mútua quitação, se satisfeitas todas as obrigações reciprocamente pactuadas;

b) por manifestação unilateral motivada do CONTRATANTE;

c) por vontade de ambas as partes;

d) por infração aos deveres de assiduidade, pontualidade, urbanidade, discrição, boa conduta, lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir, observância das normas legais e regulamentares, sem prejuízo das demais disposições constitucionais e legais impostas aos ocupantes de funções públicas ou incidência nas proibições estabelecidos em suas cláusulas, imputadas à responsabilidade da CONTRATADA.

§ 1º – O CONTRATANTE poderá, ainda, rescindir unilateralmente o contrato, sem que caiba indenização a CONTRATADA, em razão de:

a) ocorrência de qualquer hipótese impeditiva ao fiel cumprimento do contrato pelo período acordado, inadmitindo-se qualquer suspensão da sua execução;

b) falta ao trabalho por três dias consecutivos ou cinco intercalados em um período de trinta dias, mesmo com justificação, ressalvadas as faltas abonadas por motivo de doença, em conformidade com o disposto na legislação trabalhista;

c) apresentação de documento falso ou declaração falsa ou inexata;

d) insuficiência de desempenho na função para a qual apresentou prova de capacitação.

§ 2º – Serão também motivos de rescisão aqueles previstos na Lei Municipal nº 048/94.

DAS CONDIÇÕES RESOLUTIVAS

CLÁUSULA DECIMA: O presente contrato estará resolvido de pleno direito, não cabendo qualquer indenização a CONTRATADA, nas hipóteses de sua substituição **POR SERVIDOR EFETIVO INVESTIDO EM CARGO QUE ABARQUE AS FUNÇÕES OBJETO DO PRESENTE CONTRATO**.

Parágrafo Único – A substituição mencionada no caput da presente Cláusula pode decorrer de qualquer forma de provimento originário ou derivado do servidor efetivo em questão.

DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A presente contratação não cria vínculo empregatício estatutário entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, nem gera para este o direito de ser posteriormente admitido como servidor municipal e nem o de ser aproveitado nos órgãos da administração municipal.

DAS DECLARAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A CONTRATADA fica ciente, neste ato, das seguintes declarações:

a) ciência das proibições do artigo 37, incisos XVI, XVII e § 10, da Constituição da República;

b) ciência e observância das proibições do art. 124, da Lei Municipal nº 048/94.

DA EXCEÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A superveniência de decisão judicial que anule a presente contratação, em especial a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº. 2.296/2026, não assegurará qualquer direito de reparação a CONTRATADA, a qual renuncia expressa e irrevogavelmente a qualquer pretensão indenizatória.

DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA CONTRATA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Município, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento na forma prevista na Instrução Normativa.

DA PREVIDÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A CONTRATADA deverá contribuir de forma obrigatória para Regime Geral de Previdência Federal, e não poderá exercer função diferente a estabelecida neste ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As partes contratantes elegem o foro da Comarca de São Miguel do Guaporé-RO, para dirimir todas e quaisquer dúvidas ou pendências relativas ao presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por privilegiado que se apresente.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo.

Seringueiras, 02 de outubro de 2026.

_____	_____
Contratante	Contratada

Testemunhas:

1ºAss. _____	2ºAss. _____
Nome: RG:	Nome: RG:

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco
Código Identificador:0285BE78

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E JESSICA TESCH.

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E JESSICA TESCH.

MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS-RO, com sede na Av. Marechal Rondon, 984, Centro, Inscrito no C.N.P.J./MF sob o nº 63.761.993/0001-34, neste ato representado pelo senhor Prefeito Municipal **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 24.338.829-0 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF nº 157.***.***-41, no uso da atribuição que lhe confere o MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado **JESSICA TESCH,** brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 003.***.***38, RG. nº 1228610 SESDEC/RO residente e domiciliada neste município de Seringueiras/RO, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO**, para atendimento das necessidades temporárias de excepcional interesse público, na forma do regime especial previsto na **Lei Municipal nº. 2.296/2026**, com fundamento no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, conforme resultado final do **Teste Seletivo nº 001/2026**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 26 de maio de 2026 edição nº 4240, conforme Decreto de Homologação nº**.** 100 datado em 27/05/2026 publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 28/05/2026 edição nº 4242, e conforme Edital de Convocação nº. 16 datado em 25/09/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia edição nº 4328 em 28/09/2026, mediante as seguintes cláusulas:

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços pela CONTRATADA que exercerá a função de **Merendeira - 40 horas semanais,** cujas atribuições são as constantes da Lei Municipal que trata do Plano de Carreira do Município e no Edital do Seletivo 001/2026.

DO PRAZO

CLÁUSULA SEGUNDA: Este contrato terá vigência de até **01(um)** ano, podendo ser prorrogado por igual período ou até vigência final do seletivo, desde que não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado, conforme a Lei Municipal **2.296/2026.**

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a título de remuneração, a importância de **R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais)** correspondente ao padrão remuneratório da Lei 2.296/2026, por mês de trabalho,

devendo respeitar o regime de trabalho determinado pela Administração, observando a Carga Horária prevista no Anexo – I, da Lei Municipal nº. 2.296/2026.
Parágrafo único - Além do da remuneração prevista na Cláusula anterior terá direito a CONTRATADA dos direitos constitucionais elencados no artigo 7º, incisos IV, VIII, IX, XIII, XV, XVI, XVIII, XIX e XXIII, Constituição Federal, na forma prevista pelo o Estatuto dos Servidores Municipais.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATANTE se obriga a:

a) depositar a quantia líquida da retribuição a que fizer jus a CONTRATADA, em conta aberta em seu nome, conforme calendário de pagamento dos servidores públicos da Administração Municipal de Seringueiras;

b) recolher contribuição Previdenciária mensal e o imposto de renda de pessoas físicas – IRPF, deduzidos da retribuição da CONTRATADA;

c) expedir certidões que atestem a contratação, bem como o tempo de prestação de serviços, para defesa de direitos ou esclarecimento de situação, a requerimento da CONTRATADA;

d) abster-se de determinar tarefas ou funções que impliquem em eventual desvio de função da CONTRATADA;

e) pagar tempestiva e integralmente a remuneração pactuada.

CLÁUSULA QUINTA: Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) desenvolver satisfatoriamente, de acordo com sua formação profissional e capacitação técnica especializada, as atividades determinadas pelo superior hierárquico;

b) estar presente no local de trabalho durante todo o tempo de desenvolvimento normal das atividades de execução do contrato, que corresponderá ao horário de expediente do CONTRATANTE;

c) submeter-se às normas, rotinas e horários de trabalho estabelecidos pelo CONTRATANTE;

d) aceitar os descontos de lei incidentes em sua remuneração mensal bruta, bem como os decorrentes de horas não trabalhadas em função de ausência não autorizada ou falta não abonadas, devidamente apontadas no período de vigência deste contrato;

e) cumprir as determinações legais emanadas das autoridades competentes da Prefeitura Municipal de Seringueiras;

f) exercer com zelo e dedicação os encargos que lhe forem cometidos;

g) ser leal ao CONTRATANTE;

h) observar as normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades do CONTRATANTE;

i) cumprir as ordens lícitas de superior hierárquico;

j) atender, com presteza, ao público em geral, prestando às informações requeridas, ressalvadas as legalmente protegidas por sigilo, e preparar aquelas requeridas para a defesa do CONTRATANTE em juízo;

k) levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do exercício de suas atividades;

l) zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

m) guardar sigilo sobre assuntos do CONTRATANTE;

n) manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

o) ser assíduo e pontual na prestação de seus serviços;

p) tratar com urbanidade as pessoas;

q) representar, por intermédio da via hierárquica, contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

r) cumprir os demais deveres previstos no artigo 123 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DAS PROIBIÇÕES

CLÁUSULA SEXTA: a CONTRATADA é vedada:

a) ausentar-se do local de prestação de seus serviços, durante o desenvolvimento diário das atividades do projeto, sem prévia autorização do seu superior hierárquico ou de funcionário por ele indicado;

b) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto das dependências do CONTRATANTE;

c) opor resistência injustificada ao andamento de documento ou processo ou à execução de serviços;

d) promover manifestação de cunho político-partidário nas dependências do CONTRATANTE;

e) promover, nas dependências do CONTRATANTE, manifestação pública de agravo ou desagravo a outros agentes públicos ou a terceiros que tenham com aquele órgão ou entidade administrativa;

f) cometer a pessoa estranha à execução do projeto, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atividades de sua responsabilidade;

g) atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas;

h) receber, exigir ou solicitar, para si ou para terceiros, propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de seus serviços, para a prática ou omissão de ato de ofício, ou valer-se da função exercida para obtenção de vantagem pessoal para si ou para terceiros;

i) praticar usura sob qualquer de suas formas;

j) proceder de forma desidiosa;

k) utilizar pessoal ou recursos materiais do CONTRATANTE em serviços ou atividades particulares;

l) exercer quaisquer atividades incompatíveis com os serviços técnicos prestados ao CONTRATANTE e com o horário de trabalho;

m) ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em órgão ou entidade diversos daquele para o qual foi contratado;

n) participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

o) observar as proibições previstas artigo 124 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SÉTIMA: As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício.

Natureza das Despesas: 3.1.90.11.00.00 Fonte de Recurso: 15000100 Programa de Trabalho: MANUTENÇAO DA SEMEC 5% E 25%.

DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA executará os serviços descritos na Cláusula Primeira, com carga horária de 40 horas semanais, ficando subordinadas às determinações da Prefeitura Municipal de Seringueiras, quanto à forma de exercício de suas funções e horário, observadas as normas legais vigentes.

§ 1º – A CONTRATADA se obriga a exercer sua função na unidade indicada pela Prefeitura de Seringueiras.

§ 2º – A CONTRATADA, por necessidade do serviço, poderá ser removida para qualquer unidade integrante da estrutura da CONTRATANTE, vedado, entretanto, o desvio de função, sob pena de rescisão do presente CONTRATO e a apuração da responsabilidade administrativa e civil das autoridades que determinarem solicitarem, permitirem ou tolerarem tal desvio.

§ 3º – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: Este contrato será extinto, sem indenização a CONTRATADA, verificada uma das seguintes hipóteses:

a) término do prazo contratual ou de sua prorrogação, independentemente de termo de rescisão, quando as partes se darão mútua quitação, se satisfeitas todas as obrigações reciprocamente pactuadas;

b) por manifestação unilateral motivada do CONTRATANTE;

c) por vontade de ambas as partes;

d) por infração aos deveres de assiduidade, pontualidade, urbanidade, discrição, boa conduta, lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir, observância das normas legais e regulamentares, sem prejuízo das demais disposições constitucionais e legais impostas aos ocupantes de funções públicas ou incidência nas proibições estabelecidos em suas cláusulas, imputadas à responsabilidade da CONTRATADA.

§ 1º – O CONTRATANTE poderá, ainda, rescindir unilateralmente o contrato, sem que caiba indenização a CONTRATADA, em razão de:

a) ocorrência de qualquer hipótese impeditiva ao fiel cumprimento do contrato pelo período acordado, inadmitindo-se qualquer suspensão da sua execução;

b) falta ao trabalho por três dias consecutivos ou cinco intercalados em um período de trinta dias, mesmo com justificação, ressalvadas as faltas abonadas por motivo de doença, em conformidade com o disposto na legislação trabalhista;

c) apresentação de documento falso ou declaração falsa ou inexata;

d) insuficiência de desempenho na função para a qual apresentou prova de capacitação.

§ 2º – Serão também motivos de rescisão aqueles previstos na Lei Municipal nº 048/94.

DAS CONDIÇÕES RESOLUTIVAS

CLÁUSULA DECIMA: O presente contrato estará resolvido de pleno direito, não cabendo qualquer indenização a CONTRATADA, nas hipóteses de sua substituição **POR SERVIDOR EFETIVO INVESTIDO EM CARGO QUE ABARQUE AS FUNÇÕES OBJETO DO PRESENTE CONTRATO**.

Parágrafo Único – A substituição mencionada no caput da presente Cláusula pode decorrer de qualquer forma de provimento originário ou derivado do servidor efetivo em questão.

DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A presente contratação não cria vínculo empregatício estatutário entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, nem gera para este o direito de ser posteriormente admitido como servidor municipal e nem o de ser aproveitado nos órgãos da administração municipal.

DAS DECLARAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A CONTRATADA fica ciente, neste ato, das seguintes declarações:

a) ciência das proibições do artigo 37, incisos XVI, XVII e § 10, da Constituição da República;

b) ciência e observância das proibições do art. 124, da Lei Municipal nº 048/94.

DA EXCEÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A superveniência de decisão judicial que anule a presente contratação, em especial a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº. 2.296/2026, não assegurará qualquer direito de reparação a CONTRATADA, a qual renuncia expressa e irrevogavelmente a qualquer pretensão indenizatória.

DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA CONTRATA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Município, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento na forma prevista na Instrução Normativa.

DA PREVIDÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A CONTRATADA deverá contribuir de forma obrigatória para Regime Geral de Previdência Federal, e não poderá exercer função diferente a estabelecida neste ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As partes contratantes elegem o foro da Comarca de São Miguel do Guaporé-RO, para dirimir todas e quaisquer dúvidas ou pendências relativas ao presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por privilegiado que se apresente.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo.

Seringueiras, 01 de outubro de 2026.

_____ Contratante	_____ Contratada

Testemunhas:

1ºAss. _____	2ºAss. _____
Nome: RG:	Nome: RG:

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco
Código Identificador:B82B9940

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E JOSIANE DE ARAUJO.

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E JOSIANE DE ARAUJO.

MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS-RO, com sede na Av. Marechal Rondon, 984, Centro, Inscrito no C.N.P.J./MF sob o nº 63.761.993/0001-34, neste ato representado pelo senhor Prefeito Municipal **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 24.338.829-0 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF nº 157.***.***-41, no uso da atribuição que lhe confere o MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado **JOSIANE DE ARAUJO,** brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 004***.***-74, RG. nº 1038058 SESDEC/RO residente e domiciliada neste município de Seringueiras/RO, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO**, para atendimento das necessidades temporárias de excepcional interesse público, na forma do regime especial previsto na **Lei Municipal nº. 2.296/2026**, com fundamento no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, conforme resultado final do **Teste Seletivo nº 001/2026**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 26 de maio de 2026 edição nº 4240, conforme Decreto de Homologação n**º.** 100 datado em 27/05/2026 publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 28/05/2026 edição nº 4242, e conforme Edital de Convocação nº. 16 datado em 25/09/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia edição nº 4328 em 28/09/2026, mediante as seguintes cláusulas:

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços pela CONTRATADA que exercerá a função de **Professora Pedagoga - 40 horas semanais,** cujas atribuições são as constantes da Lei Municipal que trata do Plano de Carreira do Município e no Edital do Seletivo 001/2026.

DO PRAZO

CLÁUSULA SEGUNDA: Este contrato terá vigência de até **01(um)** ano, podendo ser prorrogado por igual período ou até vigência final do seletivo, desde que não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado, conforme a Lei Municipal **2.296/2026.**

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a título de remuneração, a importância de **R$ 5.130,63 (cinco mil cento e trinta reais e sessenta e três centavos)** correspondente ao padrão remuneratório da Lei 2.296/2026, por mês de trabalho, devendo respeitar o regime de trabalho determinado pela Administração, observando a Carga Horária prevista no Anexo – I, da Lei Municipal nº. 2.296/2026.

Parágrafo único - Além do da remuneração prevista na Cláusula anterior terá direito a CONTRATADA dos direitos constitucionais elencados no artigo 7º, incisos IV, VIII, IX, XIII, XV, XVI, XVIII, XIX e XXIII, Constituição Federal, na forma prevista pelo o Estatuto dos Servidores Municipais.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATANTE se obriga a:

a) depositar a quantia líquida da retribuição a que fizer jus a CONTRATADA, em conta aberta em seu nome, conforme calendário de pagamento dos servidores públicos da Administração Municipal de Seringueiras;

b) recolher contribuição Previdenciária mensal e o imposto de renda de pessoas físicas – IRPF, deduzidos da retribuição da CONTRATADA;

c) expedir certidões que atestem a contratação, bem como o tempo de prestação de serviços, para defesa de direitos ou esclarecimento de situação, a requerimento da CONTRATADA;

d) abster-se de determinar tarefas ou funções que impliquem em eventual desvio de função da CONTRATADA;

e) pagar tempestiva e integralmente a remuneração pactuada.

CLÁUSULA QUINTA: Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) desenvolver satisfatoriamente, de acordo com sua formação profissional e capacitação técnica especializada, as atividades determinadas pelo superior hierárquico;

b) estar presente no local de trabalho durante todo o tempo de desenvolvimento normal das atividades de execução do contrato, que corresponderá ao horário de expediente do CONTRATANTE;

c) submeter-se às normas, rotinas e horários de trabalho estabelecidos pelo CONTRATANTE;

d) aceitar os descontos de lei incidentes em sua remuneração mensal bruta, bem como os decorrentes de horas não trabalhadas em função de ausência não autorizada ou falta não abonadas, devidamente apontadas no período de vigência deste contrato;

e) cumprir as determinações legais emanadas das autoridades competentes da Prefeitura Municipal de Seringueiras;

f) exercer com zelo e dedicação os encargos que lhe forem cometidos;

g) ser leal ao CONTRATANTE;

h) observar as normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades do CONTRATANTE;

i) cumprir as ordens lícitas de superior hierárquico;

j) atender, com presteza, ao público em geral, prestando às informações requeridas, ressalvadas as legalmente protegidas por sigilo, e preparar aquelas requeridas para a defesa do CONTRATANTE em juízo;

k) levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do exercício de suas atividades;

l) zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

m) guardar sigilo sobre assuntos do CONTRATANTE;

n) manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

o) ser assíduo e pontual na prestação de seus serviços;

p) tratar com urbanidade as pessoas;

q) representar, por intermédio da via hierárquica, contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

r) cumprir os demais deveres previstos no artigo 123 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DAS PROIBIÇÕES

CLÁUSULA SEXTA: a CONTRATADA é vedada:

a) ausentar-se do local de prestação de seus serviços, durante o desenvolvimento diário das atividades do projeto, sem prévia autorização do seu superior hierárquico ou de funcionário por ele indicado;

b) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto das dependências do CONTRATANTE;

c) opor resistência injustificada ao andamento de documento ou processo ou à execução de serviços;
d) promover manifestação de cunho político-partidário nas dependências do CONTRATANTE;

e) promover, nas dependências do CONTRATANTE, manifestação pública de agravo ou desagravo a outros agentes públicos ou a terceiros que tenham com aquele órgão ou entidade administrativa;

f) cometer a pessoa estranha à execução do projeto, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atividades de sua responsabilidade;

g) atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas;

h) receber, exigir ou solicitar, para si ou para terceiros, propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de seus serviços, para a prática ou omissão de ato de ofício, ou valer-se da função exercida para obtenção de vantagem pessoal para si ou para terceiros;

i) praticar usura sob qualquer de suas formas;

j) proceder de forma desidiosa;

k) utilizar pessoal ou recursos materiais do CONTRATANTE em serviços ou atividades particulares;

l) exercer quaisquer atividades incompatíveis com os serviços técnicos prestados ao CONTRATANTE e com o horário de trabalho;

m) ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em órgão ou entidade diversos daquele para o qual foi contratado;

n) participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

o) observar as proibições previstas artigo 124 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SÉTIMA: As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício.

Natureza das Despesas: 3.1.90.11.00.00 Fonte de Recurso: 15400100 Programa de Trabalho: MANUTENÇAO FUNDEB 70% - ENSINO FUNDAMENTAL.

DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA executará os serviços descritos na Cláusula Primeira, com carga horária de 40 horas semanais, ficando subordinadas às determinações da Prefeitura Municipal de Seringueiras, quanto à forma de exercício de suas funções e horário, observadas as normas legais vigentes.

§ 1º – A CONTRATADA se obriga a exercer sua função na unidade indicada pela Prefeitura de Seringueiras.

§ 2º – A CONTRATADA, por necessidade do serviço, poderá ser removida para qualquer unidade integrante da estrutura da CONTRATANTE, vedado, entretanto, o desvio de função, sob pena de rescisão do presente CONTRATO e a apuração da responsabilidade administrativa e civil das autoridades que determinarem solicitarem, permitirem ou tolerarem tal desvio.

§ 3º – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: Este contrato será extinto, sem indenização a CONTRATADA, verificada uma das seguintes hipóteses:

a) término do prazo contratual ou de sua prorrogação, independentemente de termo de rescisão, quando as partes se darão mútua quitação, se satisfeitas todas as obrigações reciprocamente pactuadas;

b) por manifestação unilateral motivada do CONTRATANTE;

c) por vontade de ambas as partes;

d) por infração aos deveres de assiduidade, pontualidade, urbanidade, discrição, boa conduta, lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir, observância das normas legais e regulamentares, sem prejuízo das demais disposições constitucionais e legais impostas aos ocupantes de funções públicas ou incidência nas proibições estabelecidos em suas cláusulas, imputadas à responsabilidade da CONTRATADA.

§ 1º – O CONTRATANTE poderá, ainda, rescindir unilateralmente o contrato, sem que caiba indenização a CONTRATADA, em razão de:

a) ocorrência de qualquer hipótese impeditiva ao fiel cumprimento do contrato pelo período acordado, inadmitindo-se qualquer suspensão da sua execução;

b) falta ao trabalho por três dias consecutivos ou cinco intercalados em um período de trinta dias, mesmo com justificação, ressalvadas as faltas abonadas por motivo de doença, em conformidade com o disposto na legislação trabalhista;

c) apresentação de documento falso ou declaração falsa ou inexata;

d) insuficiência de desempenho na função para a qual apresentou prova de capacitação.

§ 2º – Serão também motivos de rescisão aqueles previstos na Lei Municipal nº 048/94.

DAS CONDIÇÕES RESOLUTIVAS

CLÁUSULA DECIMA: O presente contrato estará resolvido de pleno direito, não cabendo qualquer indenização a CONTRATADA, nas hipóteses de sua substituição **POR SERVIDOR EFETIVO INVESTIDO EM CARGO QUE ABARQUE AS FUNÇÕES OBJETO DO PRESENTE CONTRATO**.

Parágrafo Único – A substituição mencionada no caput da presente Cláusula pode decorrer de qualquer forma de provimento originário ou derivado do servidor efetivo em questão.

DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A presente contratação não cria vínculo empregatício estatutário entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, nem gera para este o direito de ser posteriormente admitido como servidor municipal e nem o de ser aproveitado nos órgãos da administração municipal.

DAS DECLARAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A CONTRATADA fica ciente, neste ato, das seguintes declarações:

a) ciência das proibições do artigo 37, incisos XVI, XVII e § 10, da Constituição da República;

b) ciência e observância das proibições do art. 124, da Lei Municipal nº 048/94.

DA EXCEÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A superveniência de decisão judicial que anule a presente contratação, em especial a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº. 2.296/2026, não assegurará qualquer direito de reparação a CONTRATADA, a qual renuncia expressa e irrevogavelmente a qualquer pretensão indenizatória.

DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA CONTRATA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Município, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento na forma prevista na Instrução Normativa.

DA PREVIDÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A CONTRATADA deverá contribuir de forma obrigatória para Regime Geral de Previdência Federal, e não poderá exercer função diferente a estabelecida neste ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As partes contratantes elegem o foro da Comarca de São Miguel do Guaporé-RO, para dirimir todas e quaisquer dúvidas ou pendências relativas ao presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por privilegiado que se apresente.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo.

Seringueiras, 01 de outubro de 2026.

_____	_____
Contratante	Contratada

Testemunhas:

1ºAss. _____	2ºAss. _____
Nome:	Nome:
RG:	RG:

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco
Código Identificador:BCEDC865

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E JULIANO LOPES FARIAS.

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E JULIANO LOPES FARIAS.

MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS-RO, com sede na Av. Marechal Rondon, 984, Centro, Inscrito no C.N.P.J./MF sob o nº 63.761.993/0001-34, neste ato representado pelo senhor Prefeito Municipal **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 24.338.829-0 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF nº 157.***.*** 41, no uso da atribuição que lhe confere o MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado **JULIANO LOPES FARIAS**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 061.***.***-60, RG. nº 1699745 SSP/RO residente e domiciliado neste município de Seringueiras/RO, doravante denominado simplesmente **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO**, para atendimento das necessidades temporárias de excepcional interesse público, na forma do regime especial previsto na **Lei Municipal nº. 2.296/2026**, com fundamento no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, conforme resultado final do **Teste Seletivo nº 001/2026**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 26 de maio de 2026 edição nº 4240, conforme Decreto de Homologação n**º.** 100 datado em 27/05/2026 publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 28/05/2026 edição nº 4242, e conforme Edital de Convocação nº. 16 datado em 25/09/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia edição nº 4328 em 28/09/2026, mediante as seguintes cláusulas:

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços pela CONTRATADA que exercerá a função de **Monitor de Pátio - 40 horas semanais,** cujas atribuições são as constantes da Lei Municipal que trata do Plano de Carreira do Município.

DO PRAZO
CLÁUSULA SEGUNDA: Este contrato terá vigência de até **01 (um) ano**, podendo ser prorrogado por igual período ou até vigência final do seletivo, desde que, não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado, conforme a Lei Municipal **2.296/2026**

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA: A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, a título de remuneração, a importância de **R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte um reais)** correspondente ao padrão remuneratório do plano de carreira da Prefeitura para a citada função, por mês de trabalho, devendo respeitar o regime de trabalho determinado pela Administração, observando a Carga Horária prevista no Anexo – I, da Lei Municipal nº. 2.296/2026.

Parágrafo único - Além do da remuneração prevista na Cláusula anterior terá direito a CONTRATADA dos direitos constitucionais elencados no artigo 7º, incisos IV, VIII, IX, XIII, XV, XVI, XVIII, XIX e XXIII, Constituição Federal, na forma prevista pelo o Estatuto dos Servidores Municipais

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADO

CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATANTE se obriga a:

a) depositar a quantia líquida da retribuição a que fizer jus o CONTRATADO, em conta aberta em seu nome, conforme calendário de pagamento dos servidores públicos da Administração Municipal de Seringueiras;

b) recolher contribuição Previdenciária mensal e o imposto de renda de pessoas físicas – IRPF, deduzidos da retribuição do CONTRATADO;

c) expedir certidões que atestem a contratação, bem como o tempo de prestação de serviços, para defesa de direitos ou esclarecimento de situação, a requerimento do CONTRATADO;

d) abster-se de determinar tarefas ou funções que impliquem em eventual desvio de função do CONTRATADO;

e) pagar tempestiva e integralmente a remuneração pactuada.

CLÁUSULA QUINTA: Constituem obrigações do CONTRATADO:

a) desenvolver satisfatoriamente, de acordo com sua formação profissional e capacitação técnica especializada, as atividades determinadas pelo superior hierárquico;

b) estar presente no local de trabalho durante todo o tempo de desenvolvimento normal das atividades de execução do contrato, que corresponderá ao horário de expediente do CONTRATANTE;

c) submeter-se às normas, rotinas e horários de trabalho estabelecidos pelo CONTRATANTE;

d) aceitar os descontos de lei incidentes em sua remuneração mensal bruta, bem como os decorrentes de horas não trabalhadas em função de ausência não autorizada ou falta não abonadas, devidamente apontadas no período de vigência deste contrato;

e) cumprir as determinações legais emanadas das autoridades competentes da Prefeitura Municipal de Seringueiras;

f) exercer com zelo e dedicação os encargos que lhe forem cometidos;

g) ser leal ao CONTRATANTE;

h) observar as normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades do CONTRATANTE;

i) cumprir as ordens lícitas de superior hierárquico;

j) atender, com presteza, ao público em geral, prestando às informações requeridas, ressalvadas as legalmente protegidas por sigilo, e preparar aquelas requeridas para a defesa do CONTRATANTE em juízo;

k) levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do exercício de suas atividades;

l) zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

m) guardar sigilo sobre assuntos do CONTRATANTE;

n) manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

o) ser assíduo e pontual na prestação de seus serviços;

p) tratar com urbanidade as pessoas;

q) representar, por intermédio da via hierárquica, contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

r) cumprir os demais deveres previstos no artigo 123 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DAS PROIBIÇÕES

CLÁUSULA SEXTA: ao CONTRATADO é vedado:

a) ausentar-se do local de prestação de seus serviços, durante o desenvolvimento diário das atividades do projeto, sem prévia autorização do seu superior hierárquico ou de funcionário por ele indicado;

b) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto das dependências do CONTRATANTE;

c) opor resistência injustificada ao andamento de documento ou processo ou à execução de serviços;

d) promover manifestação de cunho político-partidário nas dependências do CONTRATANTE;

e) promover, nas dependências do CONTRATANTE, manifestação pública de agravo ou desagravo a outros agentes públicos ou a terceiros que tenham com aquele órgão ou entidade administrativa;

f) cometer a pessoa estranha à execução do projeto, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atividades de sua responsabilidade;

g) atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas;

h) receber, exigir ou solicitar, para si ou para terceiros, propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de seus serviços, para a prática ou omissão de ato de ofício, ou valer-se da função exercida para obtenção de vantagem pessoal para si ou para terceiros;

i) praticar usura sob qualquer de suas formas;

j) proceder de forma desidiosa;

k) utilizar pessoal ou recursos materiais do CONTRATANTE em serviços ou atividades particulares;

l) exercer quaisquer atividades incompatíveis com os serviços técnicos prestados ao CONTRATANTE e com o horário de trabalho;

m) ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em órgão ou entidade diversos daquele para o qual foi contratado;

n) participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

o) observar as proibições previstas artigo 124 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SÉTIMA: As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício.

Natureza das Despesas: 3.1.90.11.00.00 Fonte de Recurso: 15000100 Programa de Trabalho: MANUTENÇAO DA SEMEC 5% E 25%.

DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA OITAVA: O CONTRATADO executará os serviços descritos na Cláusula Primeira, com carga horária de 40 horas semanais, ficando subordinadas às determinações da Prefeitura Municipal de Seringueiras, quanto à forma de exercício de suas funções e horário, observadas as normas legais vigentes.

§ 1º – O CONTRATADO se obriga a exercer sua função na unidade indicada pela Prefeitura de Seringueiras.

§ 2º – O CONTRATADO, por necessidade do serviço, poderá ser removido para qualquer unidade integrante da estrutura da CONTRATANTE, vedado, entretanto, o desvio de função, sob pena de rescisão do presente CONTRATO e a apuração da responsabilidade administrativa e civil das autoridades que determinarem solicitarem, permitirem ou tolerarem tal desvio.

§ 3º – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: Este contrato será extinto, sem indenização ao CONTRATADO, verificada uma das seguintes hipóteses:

a) término do prazo contratual ou de sua prorrogação, independentemente de termo de rescisão, quando as partes se darão mútua quitação, se satisfeitas todas as obrigações reciprocamente pactuadas;

b) por manifestação unilateral motivada do CONTRATANTE;

c) por vontade de ambas as partes;

d) por infração aos deveres de assiduidade, pontualidade, urbanidade, discrição, boa conduta, lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir, observância das normas legais e regulamentares, sem prejuízo das demais disposições constitucionais e legais impostas aos ocupantes de funções públicas ou incidência nas proibições estabelecidos em suas cláusulas, imputadas à responsabilidade do CONTRATADO.

§ 1º – O CONTRATANTE poderá, ainda, rescindir unilateralmente o contrato, sem que caiba indenização ao CONTRATADO, em razão de:

a) ocorrência de qualquer hipótese impeditiva ao fiel cumprimento do contrato pelo período acordado, inadmitindo-se qualquer suspensão da sua execução;

b) falta ao trabalho por três dias consecutivos ou cinco intercalados em um período de trinta dias, mesmo com justificação, ressalvadas as faltas abonadas por motivo de doença, em conformidade com o disposto na legislação trabalhista;

c) apresentação de documento falso ou declaração falsa ou inexata;

d) insuficiência de desempenho na função para a qual apresentou prova de capacitação.

§ 2º – Serão também motivos de rescisão aqueles previstos na Lei Municipal nº 048/94.

DAS CONDIÇÕES RESOLUTIVAS

CLÁUSULA DECIMA: O presente contrato estará resolvido de pleno direito, não cabendo qualquer indenização ao CONTRATADO, nas hipóteses de sua substituição **POR SERVIDOR EFETIVO INVESTIDO EM CARGO QUE ABARQUE AS FUNÇÕES OBJETO DO PRESENTE CONTRATO**.

Parágrafo Único – A substituição mencionada no caput da presente Cláusula pode decorrer de qualquer forma de provimento originário ou derivado do servidor efetivo em questão.

DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A presente contratação não cria vínculo empregatício ou estatutário entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO, nem gera para este o direito de ser posteriormente admitido como servidor municipal e nem o de ser aproveitado nos órgãos da administração municipal.

DAS DECLARAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O CONTRATADO fica ciente, neste ato, das seguintes declarações:

a) ciência das proibições do artigo 37, incisos XVI, XVII e § 10, da Constituição da República;

b) ciência e observância das proibições do art. 124, da Lei Municipal nº 048/94.

DA EXCEÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A superveniência de decisão judicial que anule a presente contratação, em especial a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº. 2.296/2026, não assegurará qualquer direito de reparação ao CONTRATADO, o qual renuncia expressa e irrevogavelmente a qualquer pretensão indenizatória.

DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Município, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento na forma prevista na Instrução Normativa.

DA PREVIDÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O CONTRATADO deverá contribuir de forma obrigatória para Regime Geral de Previdência Federal, e não poderá exercer função diferente a estabelecida neste ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As partes contratantes elegem o foro da Comarca de São Miguel do Guaporé-RO, para dirimir todas e quaisquer dúvidas ou pendências relativas ao presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por privilegiado que se apresente.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo.

Seringueiras, 01 de outubro de 2026.

_____ Contratante	_____ Contratado

Testemunhas:

1ºAss. _____	2ºAss. _____
Nome:	Nome:
RG:	RG:

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco
Código Identificador:9BB56E4E

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E KAMILA BORGES.

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E KAMILA BORGES.

MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS-RO, com sede na Av. Marechal Rondon, 984, Centro, Inscrito no C.N.P.J./MF sob o nº 63.761.993/0001-34, neste ato representado pelo senhor Prefeito Municipal **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 24.338.829-0 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF nº 157.***.***-41, no uso da atribuição que lhe confere o MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado **KAMILA BORGES,** brasileira, união estável, inscrita no CPF sob o n.º 023.***.***05, RG. nº 1644828 SESDEC/RO residente e domiciliada neste município de Seringueiras/RO, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO**, para atendimento das necessidades temporárias de excepcional interesse público, na forma do regime especial previsto na **Lei Municipal nº. 2.296/2026**, com fundamento no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, conforme resultado final do **Teste Seletivo nº 001/2026**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 26 de maio de 2026 edição nº 4240, conforme Decreto de Homologação n**º.** 100 datado em 27/05/2026 publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 28/05/2026 edição nº 4242, e conforme Edital de Convocação nº. 16 datado em 25/09/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia edição nº 4328 em 28/09/2026, mediante as seguintes cláusulas:

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços pela CONTRATADA que exercerá a função de **Zeladora - 40 horas semanais,** cujas atribuições são as constantes da Lei Municipal que trata do Plano de Carreira do Município e no Edital do Seletivo 001/2026.

DO PRAZO

CLÁUSULA SEGUNDA: Este contrato terá vigência de até **01(um)** ano, podendo ser prorrogado por igual período ou até vigência final do seletivo, desde que não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado, conforme a Lei Municipal **2.296/2026.**

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a título de remuneração, a importância de **R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais)** correspondente ao padrão remuneratório da Lei 2.296/2026, por mês de trabalho, devendo respeitar o regime de trabalho determinado pela Administração, observando a Carga Horária prevista no Anexo – I, da Lei Municipal nº. 2.296/2026.

Parágrafo único - Além do da remuneração prevista na Cláusula anterior terá direito a CONTRATADA dos direitos constitucionais elencados no artigo 7º, incisos IV, VIII, IX, XIII, XV, XVI, XVIII, XIX e XXIII, Constituição Federal, na forma prevista pelo o Estatuto dos Servidores Municipais.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATANTE se obriga a:

a) depositar a quantia líquida da retribuição a que fizer jus a CONTRATADA, em conta aberta em seu nome, conforme calendário de pagamento dos servidores públicos da Administração Municipal de Seringueiras;

b) recolher contribuição Previdenciária mensal e o imposto de renda de pessoas físicas – IRPF, deduzidos da retribuição da CONTRATADA;

c) expedir certidões que atestem a contratação, bem como o tempo de prestação de serviços, para defesa de direitos ou esclarecimento de situação, a requerimento da CONTRATADA;

d) abster-se de determinar tarefas ou funções que impliquem em eventual desvio de função da CONTRATADA;

e) pagar tempestiva e integralmente a remuneração pactuada.

CLÁUSULA QUINTA: Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) desenvolver satisfatoriamente, de acordo com sua formação profissional e capacitação técnica especializada, as atividades determinadas pelo superior hierárquico;

b) estar presente no local de trabalho durante todo o tempo de desenvolvimento normal das atividades de execução do contrato, que corresponderá ao horário de expediente do CONTRATANTE;

c) submeter-se às normas, rotinas e horários de trabalho estabelecidos pelo CONTRATANTE;

d) aceitar os descontos de lei incidentes em sua remuneração mensal bruta, bem como os decorrentes de horas não trabalhadas em função de ausência não autorizada ou falta não abonadas, devidamente apontadas no período de vigência deste contrato;

e) cumprir as determinações legais emanadas das autoridades competentes da Prefeitura Municipal de Seringueiras;

f) exercer com zelo e dedicação os encargos que lhe forem cometidos;

g) ser leal ao CONTRATANTE;

h) observar as normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades do CONTRATANTE;

i) cumprir as ordens lícitas de superior hierárquico;

j) atender, com presteza, ao público em geral, prestando às informações requeridas, ressalvadas as legalmente protegidas por sigilo, e preparar aquelas requeridas para a defesa do CONTRATANTE em juízo;

k) levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do exercício de suas atividades;

l) zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

m) guardar sigilo sobre assuntos do CONTRATANTE;

n) manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

o) ser assíduo e pontual na prestação de seus serviços;

p) tratar com urbanidade as pessoas;

q) representar, por intermédio da via hierárquica, contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

r) cumprir os demais deveres previstos no artigo 123 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DAS PROIBIÇÕES

CLÁUSULA SEXTA: a CONTRATADA é vedada:

a) ausentar-se do local de prestação de seus serviços, durante o desenvolvimento diário das atividades do projeto, sem prévia autorização do seu superior hierárquico ou de funcionário por ele indicado;

b) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto das dependências do CONTRATANTE;

c) opor resistência injustificada ao andamento de documento ou processo ou à execução de serviços;

d) promover manifestação de cunho político-partidário nas dependências do CONTRATANTE;

e) promover, nas dependências do CONTRATANTE, manifestação pública de agravo ou desagravo a outros agentes públicos ou a terceiros que tenham com aquele órgão ou entidade administrativa;

f) cometer a pessoa estranha à execução do projeto, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atividades de sua responsabilidade;

g) atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas;

h) receber, exigir ou solicitar, para si ou para terceiros, propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de seus serviços, para a prática ou omissão de ato de ofício, ou valer-se da função exercida para obtenção de vantagem pessoal para si ou para terceiros;

i) praticar usura sob qualquer de suas formas;

j) proceder de forma desidiosa;

k) utilizar pessoal ou recursos materiais do CONTRATANTE em serviços ou atividades particulares;

l) exercer quaisquer atividades incompatíveis com os serviços técnicos prestados ao CONTRATANTE e com o horário de trabalho;

m) ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de

confiança em órgão ou entidade diversos daquele para o qual foi contratado;
n) participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

o) observar as proibições previstas artigo 124 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SÉTIMA: As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício.

Natureza das Despesas: 3.1.90.11.00.00 Fonte de Recurso: 15000100 Programa de Trabalho: MANUTENÇAO DA SEMEC 5% E 25%.

DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA executará os serviços descritos na Cláusula Primeira, com carga horária de 40 horas semanais, ficando subordinadas às determinações da Prefeitura Municipal de Seringueiras, quanto à forma de exercício de suas funções e horário, observadas as normas legais vigentes.

§ 1º – A CONTRATADA se obriga a exercer sua função na unidade indicada pela Prefeitura de Seringueiras.

§ 2º – A CONTRATADA, por necessidade do serviço, poderá ser removida para qualquer unidade integrante da estrutura da CONTRATANTE, vedado, entretanto, o desvio de função, sob pena de rescisão do presente CONTRATO e a apuração da responsabilidade administrativa e civil das autoridades que determinarem solicitarem, permitirem ou tolerarem tal desvio.

§ 3º – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: Este contrato será extinto, sem indenização a CONTRATADA, verificada uma das seguintes hipóteses:

a) término do prazo contratual ou de sua prorrogação, independentemente de termo de rescisão, quando as partes se darão mútua quitação, se satisfeitas todas as obrigações reciprocamente pactuadas;

b) por manifestação unilateral motivada do CONTRATANTE;

c) por vontade de ambas as partes;

d) por infração aos deveres de assiduidade, pontualidade, urbanidade, discrição, boa conduta, lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir, observância das normas legais e regulamentares, sem prejuízo das demais disposições constitucionais e legais impostas aos ocupantes de funções públicas ou incidência nas proibições estabelecidos em suas cláusulas, imputadas à responsabilidade da CONTRATADA.

§ 1º – O CONTRATANTE poderá, ainda, rescindir unilateralmente o contrato, sem que caiba indenização a CONTRATADA, em razão de:

a) ocorrência de qualquer hipótese impeditiva ao fiel cumprimento do contrato pelo período acordado, inadmitindo-se qualquer suspensão da sua execução;

b) falta ao trabalho por três dias consecutivos ou cinco intercalados em um período de trinta dias, mesmo com justificação, ressalvadas as faltas abonadas por motivo de doença, em conformidade com o disposto na legislação trabalhista;

c) apresentação de documento falso ou declaração falsa ou inexata;

d) insuficiência de desempenho na função para a qual apresentou prova de capacitação.

§ 2º – Serão também motivos de rescisão aqueles previstos na Lei Municipal nº 048/94.

DAS CONDIÇÕES RESOLUTIVAS

CLÁUSULA DECIMA: O presente contrato estará resolvido de pleno direito, não cabendo qualquer indenização a CONTRATADA, nas hipóteses de sua substituição **POR SERVIDOR EFETIVO INVESTIDO EM CARGO QUE ABARQUE AS FUNÇÕES OBJETO DO PRESENTE CONTRATO**.

Parágrafo Único – A substituição mencionada no caput da presente Cláusula pode decorrer de qualquer forma de provimento originário ou derivado do servidor efetivo em questão.

DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A presente contratação não cria vínculo empregatício estatutário entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, nem gera para este o direito de ser posteriormente admitido como servidor municipal e nem o de ser aproveitado nos órgãos da administração municipal.

DAS DECLARAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A CONTRATADA fica ciente, neste ato, das seguintes declarações:

a) ciência das proibições do artigo 37, incisos XVI, XVII e § 10, da Constituição da República;

b) ciência e observância das proibições do art. 124, da Lei Municipal nº 048/94.

DA EXCEÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A superveniência de decisão judicial que anule a presente contratação, em especial a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº. 2.296/2026, não assegurará qualquer direito de reparação a CONTRATADA, a qual renuncia expressa e irrevogavelmente a qualquer pretensão indenizatória.

DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA CONTRATA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Município, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento na forma prevista na Instrução Normativa.

DA PREVIDÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A CONTRATADA deverá contribuir de forma obrigatória para Regime Geral de Previdência Federal, e não poderá exercer função diferente a estabelecida neste ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As partes contratantes elegem o foro da Comarca de São Miguel do Guaporé-RO, para dirimir todas e quaisquer dúvidas ou pendências relativas ao presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por privilegiado que se apresente.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo.

Seringueiras, 02 de outubro de 2026.

_____	_____
Contratante	Contratada

Testemunhas:

1ºAss. _____	2ºAss. _____
Nome:	Nome:
RG:	RG:

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco
Código Identificador:94BB2DDB

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E LEIDIANE DE OLIVEIRA FELBER.

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E LEIDIANE DE OLIVEIRA FELBER.

MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS-RO, com sede na Av. Marechal Rondon, 984, Centro, Inscrito no C.N.P.J./MF sob o nº 63.761.993/0001-34, neste ato representado pelo senhor Prefeito Municipal **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 24.338.829-0 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF nº 157.***.***-41, no uso da atribuição que lhe confere o MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado **LEIDIANE DE OLIVEIRA FELBER,** brasileira, união estável, inscrita no CPF sob o n.º 030.***.***44, RG. nº 1313728 SESDEC/RO residente e domiciliada neste município de Seringueiras/RO, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO**, para atendimento das necessidades temporárias de excepcional interesse público, na forma do regime especial previsto na **Lei Municipal nº. 2.296/2026**, com fundamento no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, conforme resultado final do **Teste Seletivo nº 001/2026**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 26 de maio de 2026 edição nº 4240, conforme Decreto de Homologação n**º.** 100 datado em 27/05/2026 publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 28/05/2026 edição nº 4242, e conforme Edital de Convocação nº. 16 datado em 25/09/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia edição nº 4328 em 28/09/2026, mediante as seguintes cláusulas:

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços pela CONTRATADA que exercerá a função de **Zeladora - 40 horas semanais,** cujas atribuições são as constantes da Lei Municipal que trata do Plano de Carreira do Município e no Edital do Seletivo 001/2026.

DO PRAZO

CLÁUSULA SEGUNDA: Este contrato terá vigência de até **01(um)** ano, podendo ser prorrogado por igual período ou até vigência final do seletivo, desde que não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado, conforme a Lei Municipal **2.296/2026.**

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a título de remuneração, a importância de **R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais)** correspondente ao padrão remuneratório da Lei 2.296/2026, por mês de trabalho, devendo respeitar o regime de trabalho determinado pela Administração, observando a Carga Horária prevista no Anexo – I, da Lei Municipal nº. 2.296/2026.

Parágrafo único - Além do da remuneração prevista na Cláusula anterior terá direito a CONTRATADA dos direitos constitucionais elencados no artigo 7º, incisos IV, VIII, IX, XIII, XV, XVI, XVIII, XIX e XXIII, Constituição Federal, na forma prevista pelo o Estatuto dos Servidores Municipais.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATANTE se obriga a:

a) depositar a quantia líquida da retribuição a que fizer jus a CONTRATADA, em conta aberta em seu nome, conforme calendário de pagamento dos servidores públicos da Administração Municipal de Seringueiras;

b) recolher contribuição Previdenciária mensal e o imposto de renda de pessoas físicas – IRPF, deduzidos da retribuição da CONTRATADA;

c) expedir certidões que atestem a contratação, bem como o tempo de prestação de serviços, para defesa de direitos ou esclarecimento de situação, a requerimento da CONTRATADA;

d) abster-se de determinar tarefas ou funções que impliquem em eventual desvio de função da CONTRATADA;

e) pagar tempestiva e integralmente a remuneração pactuada.

CLÁUSULA QUINTA: Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) desenvolver satisfatoriamente, de acordo com sua formação profissional e capacitação técnica especializada, as atividades determinadas pelo superior hierárquico;

b) estar presente no local de trabalho durante todo o tempo de desenvolvimento normal das atividades de execução do contrato, que corresponderá ao horário de expediente do CONTRATANTE;

c) submeter-se às normas, rotinas e horários de trabalho estabelecidos pelo CONTRATANTE;

d) aceitar os descontos de lei incidentes em sua remuneração mensal bruta, bem como os decorrentes de horas não trabalhadas em função de ausência não autorizada ou falta não abonadas, devidamente apontadas no período de vigência deste contrato;

e) cumprir as determinações legais emanadas das autoridades competentes da Prefeitura Municipal de Seringueiras;

f) exercer com zelo e dedicação os encargos que lhe forem cometidos;

g) ser leal ao CONTRATANTE;

h) observar as normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades do CONTRATANTE;

i) cumprir as ordens lícitas de superior hierárquico;

j) atender, com presteza, ao público em geral, prestando às informações requeridas, ressalvadas as legalmente protegidas por sigilo, e preparar aquelas requeridas para a defesa do CONTRATANTE em juízo;

k) levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do exercício de suas atividades;

l) zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

m) guardar sigilo sobre assuntos do CONTRATANTE;

n) manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

o) ser assíduo e pontual na prestação de seus serviços;

p) tratar com urbanidade as pessoas;

q) representar, por intermédio da via hierárquica, contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

r) cumprir os demais deveres previstos no artigo 123 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DAS PROIBIÇÕES
CLÁUSULA SEXTA: a CONTRATADA é vedada:

a) ausentar-se do local de prestação de seus serviços, durante o desenvolvimento diário das atividades do projeto, sem prévia autorização do seu superior hierárquico ou de funcionário por ele indicado;

b) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto das dependências do CONTRATANTE;

c) opor resistência injustificada ao andamento de documento ou processo ou à execução de serviços;

d) promover manifestação de cunho político-partidário nas dependências do CONTRATANTE;

e) promover, nas dependências do CONTRATANTE, manifestação pública de agravo ou desagravo a outros agentes públicos ou a terceiros que tenham com aquele órgão ou entidade administrativa;

f) cometer a pessoa estranha à execução do projeto, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atividades de sua responsabilidade;

g) atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas;

h) receber, exigir ou solicitar, para si ou para terceiros, propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de seus serviços, para a prática ou omissão de ato de ofício, ou valer-se da função exercida para obtenção de vantagem pessoal para si ou para terceiros;

i) praticar usura sob qualquer de suas formas;

j) proceder de forma desidiosa;

k) utilizar pessoal ou recursos materiais do CONTRATANTE em serviços ou atividades particulares;

l) exercer quaisquer atividades incompatíveis com os serviços técnicos prestados ao CONTRATANTE e com o horário de trabalho;

m) ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em órgão ou entidade diversos daquele para o qual foi contratado;

n) participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

o) observar as proibições previstas artigo 124 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SÉTIMA: As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício.

Natureza das Despesas: 3.1.90.11.00.00 Fonte de Recurso: 15000100 Programa de Trabalho: MANUTENÇAO DA SEMEC 5% E 25%.

DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA executará os serviços descritos na Cláusula Primeira, com carga horária de 40 horas semanais, ficando subordinadas às determinações da Prefeitura Municipal de Seringueiras, quanto à forma de exercício de suas funções e horário, observadas as normas legais vigentes.

§ 1º – A CONTRATADA se obriga a exercer sua função na unidade indicada pela Prefeitura de Seringueiras.

§ 2º – A CONTRATADA, por necessidade do serviço, poderá ser removida para qualquer unidade integrante da estrutura da CONTRATANTE, vedado, entretanto, o desvio de função, sob pena de rescisão do presente CONTRATO e a apuração da responsabilidade administrativa e civil das autoridades que determinarem solicitarem, permitirem ou tolerarem tal desvio.

§ 3º – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: Este contrato será extinto, sem indenização a CONTRATADA, verificada uma das seguintes hipóteses:

a) término do prazo contratual ou de sua prorrogação, independentemente de termo de rescisão, quando as partes se darão mútua quitação, se satisfeitas todas as obrigações reciprocamente pactuadas;

b) por manifestação unilateral motivada do CONTRATANTE;

c) por vontade de ambas as partes;

d) por infração aos deveres de assiduidade, pontualidade, urbanidade, discrição, boa conduta, lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir, observância das normas legais e regulamentares, sem prejuízo das demais disposições constitucionais e legais impostas aos ocupantes de funções públicas ou incidência nas proibições estabelecidos em suas cláusulas, imputadas à responsabilidade da CONTRATADA.

§ 1º – O CONTRATANTE poderá, ainda, rescindir unilateralmente o contrato, sem que caiba indenização a CONTRATADA, em razão de:

a) ocorrência de qualquer hipótese impeditiva ao fiel cumprimento do contrato pelo período acordado, inadmitindo-se qualquer suspensão da sua execução;

b) falta ao trabalho por três dias consecutivos ou cinco intercalados em um período de trinta dias, mesmo com justificação, ressalvadas as faltas abonadas por motivo de doença, em conformidade com o disposto na legislação trabalhista;

c) apresentação de documento falso ou declaração falsa ou inexata;

d) insuficiência de desempenho na função para a qual apresentou prova de capacitação.

§ 2º – Serão também motivos de rescisão aqueles previstos na Lei Municipal nº 048/94.

DAS CONDIÇÕES RESOLUTIVAS

CLÁUSULA DECIMA: O presente contrato estará resolvido de pleno direito, não cabendo qualquer indenização a CONTRATADA, nas hipóteses de sua substituição **POR SERVIDOR EFETIVO INVESTIDO EM CARGO QUE ABARQUE AS FUNÇÕES OBJETO DO PRESENTE CONTRATO**.

Parágrafo Único – A substituição mencionada no caput da presente Cláusula pode decorrer de qualquer forma de provimento originário ou derivado do servidor efetivo em questão.

DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A presente contratação não cria vínculo empregatício estatutário entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, nem gera para este o direito de ser posteriormente admitido como servidor municipal e nem o de ser aproveitado nos órgãos da administração municipal.

DAS DECLARAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A CONTRATADA fica ciente, neste ato, das seguintes declarações:

a) ciência das proibições do artigo 37, incisos XVI, XVII e § 10, da Constituição da República;

b) ciência e observância das proibições do art. 124, da Lei Municipal nº 048/94.

DA EXCEÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A superveniência de decisão judicial que anule a presente contratação, em especial a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº. 2.296/2026, não assegurará qualquer direito de reparação a CONTRATADA, a qual renuncia expressa e irrevogavelmente a qualquer pretensão indenizatória.

DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA CONTRATA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Município, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento na forma prevista na Instrução Normativa.

DA PREVIDÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A CONTRATADA deverá contribuir de forma obrigatória para Regime Geral de Previdência Federal, e não poderá exercer função diferente a estabelecida neste ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As partes contratantes elegem o foro da Comarca de São Miguel do Guaporé-RO, para dirimir todas e quaisquer dúvidas ou pendências relativas ao presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por privilegiado que se apresente.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo.

Seringueiras, 02 de outubro de 2026.

_____	_____
Contratante	Contratada

Testemunhas:

1ºAss. _____	2ºAss. _____
Nome: RG:	Nome: RG:

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco
Código Identificador:6CF7144B

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E LINDAMARA DOS SANTOS BELARMINO CANDIDO.

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E LINDAMARA DOS SANTOS BELARMINO CANDIDO.

MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS-RO, com sede na Av. Marechal Rondon, 984, Centro, Inscrito no C.N.P.J./MF sob o nº 63.761.993/0001-34, neste ato representado pelo senhor Prefeito Municipal **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 24.338.829-0 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF nº 157.***.***-41, no uso da atribuição que lhe confere o MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado **LINDAMARA DOS SANTOS BELARMINO CANDIDO** brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 801***.***287, RG. nº 801***.***287 SESDEC/RO residente e domiciliada neste município de Seringueiras/RO, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO**, para atendimento das necessidades temporárias de excepcional interesse público, na forma do regime especial previsto na **Lei Municipal nº. 2.296/2026**, com fundamento no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, conforme resultado final do **Teste Seletivo nº 001/2026**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 26 de maio de 2026 edição nº 4240, conforme Decreto de Homologação n**º.** 100 datado em 27/05/2026 publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 28/05/2026 edição nº 4242, e conforme Edital de Convocação nº. 16 datado em 25/09/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia edição nº 4328 em 28//09/2026, mediante as seguintes cláusulas:

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços pela CONTRATADA que exercerá a função de **Mediadora de Sala - 40 horas semanais,** cujas atribuições são as constantes da Lei Municipal que trata do Plano de Carreira do Município e no Edital do Seletivo 001/2026.

DO PRAZO

CLÁUSULA SEGUNDA: Este contrato terá vigência de até **01(um)** ano, podendo ser prorrogado por igual período ou até vigência final do seletivo, desde que não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado, conforme a Lei Municipal **2.296/2026.**

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a título de remuneração, a importância de **R$ 1.951,97 (mil novecentos e cinquenta e um reais e noventa e sete centavos)** correspondente ao padrão remuneratório da Lei 2.296/2026, por mês de trabalho, devendo respeitar o regime de trabalho determinado pela Administração, observando a Carga Horária prevista no Anexo – I, da Lei Municipal nº. 2.296/2026.

Parágrafo único - Além do da remuneração prevista na Cláusula anterior terá direito a CONTRATADA dos direitos constitucionais elencados no artigo 7º, incisos IV, VIII, IX, XIII, XV, XVI, XVIII, XIX e XXIII, Constituição Federal, na forma prevista pelo o Estatuto dos Servidores Municipais.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATANTE se obriga a:

a) depositar a quantia líquida da retribuição a que fizer jus a CONTRATADA, em conta aberta em seu nome, conforme calendário de pagamento dos servidores públicos da Administração Municipal de Seringueiras;

b) recolher contribuição Previdenciária mensal e o imposto de renda de pessoas físicas – IRPF, deduzidos da retribuição da CONTRATADA;

c) expedir certidões que atestem a contratação, bem como o tempo de prestação de serviços, para defesa de direitos ou esclarecimento de situação, a requerimento da CONTRATADA;

d) abster-se de determinar tarefas ou funções que impliquem em eventual desvio de função da CONTRATADA;

e) pagar tempestiva e integralmente a remuneração pactuada.

CLÁUSULA QUINTA: Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) desenvolver satisfatoriamente, de acordo com sua formação profissional e capacitação técnica especializada, as atividades determinadas pelo superior hierárquico;

b) estar presente no local de trabalho durante todo o tempo de desenvolvimento normal das atividades de execução do contrato, que corresponderá ao horário de expediente do CONTRATANTE;

c) submeter-se às normas, rotinas e horários de trabalho estabelecidos pelo CONTRATANTE;

d) aceitar os descontos de lei incidentes em sua remuneração mensal bruta, bem como os decorrentes de horas não trabalhadas em função de ausência não autorizada ou falta não abonadas, devidamente apontadas no período de vigência deste contrato;

e) cumprir as determinações legais emanadas das autoridades competentes da Prefeitura Municipal de Seringueiras;

f) exercer com zelo e dedicação os encargos que lhe forem cometidos;

g) ser leal ao CONTRATANTE;

h) observar as normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades do CONTRATANTE;

i) cumprir as ordens lícitas de superior hierárquico;

j) atender, com presteza, ao público em geral, prestando às informações requeridas, ressalvadas as legalmente protegidas por sigilo, e preparar aquelas requeridas para a defesa do CONTRATANTE em juízo;

k) levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do exercício de suas atividades;

l) zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

m) guardar sigilo sobre assuntos do CONTRATANTE;

n) manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

o) ser assíduo e pontual na prestação de seus serviços;

p) tratar com urbanidade as pessoas;

q) representar, por intermédio da via hierárquica, contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

r) cumprir os demais deveres previstos no artigo 123 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DAS PROIBIÇÕES

CLÁUSULA SEXTA: a CONTRATADA é vedada:

a) ausentar-se do local de prestação de seus serviços, durante o desenvolvimento diário das atividades do projeto, sem prévia autorização do seu superior hierárquico ou de funcionário por ele indicado;

b) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto das dependências do CONTRATANTE;

c) opor resistência injustificada ao andamento de documento ou processo ou à execução de serviços;

d) promover manifestação de cunho político-partidário nas dependências do CONTRATANTE;

e) promover, nas dependências do CONTRATANTE, manifestação pública de agravo ou desagravo a outros agentes públicos ou a terceiros que tenham com aquele órgão ou entidade administrativa;

f) cometer a pessoa estranha à execução do projeto, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atividades de sua responsabilidade;

g) atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas;

h) receber, exigir ou solicitar, para si ou para terceiros, propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de seus serviços, para a prática ou omissão de ato de ofício, ou valer-se da função exercida para obtenção de vantagem pessoal para si ou para terceiros;

i) praticar usura sob qualquer de suas formas;

j) proceder de forma desidiosa;

k) utilizar pessoal ou recursos materiais do CONTRATANTE em serviços ou atividades particulares;

l) exercer quaisquer atividades incompatíveis com os serviços técnicos prestados ao CONTRATANTE e com o horário de trabalho;

m) ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em órgão ou entidade diversos daquele para o qual foi contratado;

n) participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

o) observar as proibições previstas artigo 124 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SÉTIMA: As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício.

Natureza das Despesas: 3.1.90.11.00.00 Fonte de Recurso: 15000100 Programa de Trabalho: MANUTENÇAO DA SEMEC 5% E 25%.

DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA executará os serviços descritos na Cláusula Primeira, com carga horária de 40 horas semanais, ficando subordinadas às determinações da Prefeitura Municipal de Seringueiras, quanto à forma de exercício de suas funções e horário, observadas as normas legais vigentes.

§ 1º – A CONTRATADA se obriga a exercer sua função na unidade indicada pela Prefeitura de Seringueiras.

§ 2º – A CONTRATADA, por necessidade do serviço, poderá ser removida para qualquer unidade integrante da estrutura da CONTRATANTE, vedado, entretanto, o desvio de função, sob pena de rescisão do presente CONTRATO e a apuração da responsabilidade administrativa e civil das autoridades que determinarem solicitarem, permitirem ou tolerarem tal desvio.

§ 3º – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: Este contrato será extinto, sem indenização a CONTRATADA, verificada uma das seguintes hipóteses:

a) término do prazo contratual ou de sua prorrogação, independentemente de termo de rescisão, quando as partes se darão mútua quitação, se satisfeitas todas as obrigações reciprocamente pactuadas;

b) por manifestação unilateral motivada do CONTRATANTE;

c) por vontade de ambas as partes;

d) por infração aos deveres de assiduidade, pontualidade, urbanidade, discrição, boa conduta, lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir, observância das normas legais e regulamentares, sem prejuízo das demais disposições constitucionais e legais impostas aos ocupantes de funções públicas ou incidência nas proibições estabelecidos em suas cláusulas, imputadas à responsabilidade da CONTRATADA.

§ 1º – O CONTRATANTE poderá, ainda, rescindir unilateralmente o contrato, sem que caiba indenização a CONTRATADA, em razão de:

a) ocorrência de qualquer hipótese impeditiva ao fiel cumprimento do contrato pelo período acordado, inadmitindo-se qualquer suspensão da sua execução;

b) falta ao trabalho por três dias consecutivos ou cinco intercalados em um período de trinta dias, mesmo com justificação, ressalvadas as faltas abonadas por motivo de doença, em conformidade com o disposto na legislação trabalhista;

c) apresentação de documento falso ou declaração falsa ou inexata;

d) insuficiência de desempenho na função para a qual apresentou prova de capacitação.

§ 2º – Serão também motivos de rescisão aqueles previstos na Lei Municipal nº 048/94.

DAS CONDIÇÕES RESOLUTIVAS

CLÁUSULA DECIMA: O presente contrato estará resolvido de pleno direito, não cabendo qualquer indenização a CONTRATADA, nas hipóteses de sua substituição **POR SERVIDOR EFETIVO INVESTIDO EM CARGO QUE ABARQUE AS FUNÇÕES OBJETO DO PRESENTE CONTRATO**.

Parágrafo Único – A substituição mencionada no caput da presente Cláusula pode decorrer de qualquer forma de provimento originário ou derivado do servidor efetivo em questão.

DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A presente contratação não cria vínculo empregatício estatutário entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, nem gera para este o direito de ser posteriormente admitido como servidor municipal e nem o de ser aproveitado nos órgãos da administração municipal.

DAS DECLARAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A CONTRATADA fica ciente, neste ato, das seguintes declarações:

a) ciência das proibições do artigo 37, incisos XVI, XVII e § 10, da Constituição da República;

b) ciência e observância das proibições do art. 124, da Lei Municipal nº 048/94.

DA EXCEÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A superveniência de decisão judicial que anule a presente contratação, em especial a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº. 2.296/2026, não assegurará qualquer direito de reparação a CONTRATADA, a qual renuncia expressa e irrevogavelmente a qualquer pretensão indenizatória.

DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA CONTRATA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Município, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento na forma prevista na Instrução Normativa.

DA PREVIDÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A CONTRATADA deverá contribuir de forma obrigatória para Regime Geral de Previdência Federal, e não poderá exercer função diferente a estabelecida neste ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As partes contratantes elegem o foro da Comarca de São Miguel do Guaporé-RO, para dirimir todas e quaisquer dúvidas ou pendências relativas ao presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por privilegiado que se apresente.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo.

Seringueiras, 02 de outubro de 2026.

_____ Contratante	_____ Contratada

Testemunhas:

1ºAss. _____	2ºAss. _____
Nome:	Nome:
RG:	RG:

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco
Código Identificador:8D683CD9

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS /RO E MARINALVA AMARO DOS SANTOS.

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E MARINALVA AMARO DOS SANTOS.

MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS-RO, com sede na Av. Marechal Rondon, 984, Centro, Inscrito no C.N.P.J./MF sob o nº 63.761.993/0001-34, neste ato representado pelo senhor Prefeito Municipal **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 24.338.829-0 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF nº 157.***.***-41, no uso da atribuição que lhe confere o MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado **MARINALVA AMARO DOS SANTOS,** brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 781.***.***68, RG. nº 781.***.***-68 SESDEC/RO residente e domiciliada neste município de Seringueiras/RO, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO**, para atendimento das necessidades temporárias de excepcional interesse público, na forma

do regime especial previsto na **Lei Municipal nº. 2.296/2026**, com fundamento no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, conforme resultado final do **Teste Seletivo nº 001/2026**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 26 de maio de 2026 edição nº 4240, conforme Decreto de Homologação n**º.** 100 datado em 27/05/2026 publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 28/05/2026 edição nº 4242, e conforme Edital de Convocação nº. 16 datado em 25/09/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia edição nº 4328 em 28/09/2026, mediante as seguintes cláusulas:

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços pela CONTRATADA que exercerá a função de **Zeladora - 40 horas semanais,** cujas atribuições são as constantes da Lei Municipal que trata do Plano de Carreira do Município e no Edital do Seletivo 001/2026.

DO PRAZO

CLÁUSULA SEGUNDA: Este contrato terá vigência de até **01(um)** ano, podendo ser prorrogado por igual período ou até vigência final do seletivo, desde que não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado, conforme a Lei Municipal **2.296/2026.**

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a título de remuneração, a importância de **R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais)** correspondente ao padrão remuneratório da Lei 2.296/2026, por mês de trabalho, devendo respeitar o regime de trabalho determinado pela Administração, observando a Carga Horária prevista no Anexo – I, da Lei Municipal nº. 2.296/2026.

Parágrafo único - Além do da remuneração prevista na Cláusula anterior terá direito a CONTRATADA dos direitos constitucionais elencados no artigo 7º, incisos IV, VIII, IX, XIII, XV, XVI, XVIII, XIX e XXIII, Constituição Federal, na forma prevista pelo o Estatuto dos Servidores Municipais.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATANTE se obriga a:

a) depositar a quantia líquida da retribuição a que fizer jus a CONTRATADA, em conta aberta em seu nome, conforme calendário de pagamento dos servidores públicos da Administração Municipal de Seringueiras;

b) recolher contribuição Previdenciária mensal e o imposto de renda de pessoas físicas – IRPF, deduzidos da retribuição da CONTRATADA;

c) expedir certidões que atestem a contratação, bem como o tempo de prestação de serviços, para defesa de direitos ou esclarecimento de situação, a requerimento da CONTRATADA;

d) abster-se de determinar tarefas ou funções que impliquem em eventual desvio de função da CONTRATADA;

e) pagar tempestiva e integralmente a remuneração pactuada.

CLÁUSULA QUINTA: Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) desenvolver satisfatoriamente, de acordo com sua formação profissional e capacitação técnica especializada, as atividades determinadas pelo superior hierárquico;

b) estar presente no local de trabalho durante todo o tempo de desenvolvimento normal das atividades de execução do contrato, que corresponderá ao horário de expediente do CONTRATANTE;

c) submeter-se às normas, rotinas e horários de trabalho estabelecidos pelo CONTRATANTE;

d) aceitar os descontos de lei incidentes em sua remuneração mensal bruta, bem como os decorrentes de horas não trabalhadas em função de ausência não autorizada ou falta não abonadas, devidamente apontadas no período de vigência deste contrato;

e) cumprir as determinações legais emanadas das autoridades competentes da Prefeitura Municipal de Seringueiras;

f) exercer com zelo e dedicação os encargos que lhe forem cometidos;

g) ser leal ao CONTRATANTE;

h) observar as normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades do CONTRATANTE;

i) cumprir as ordens lícitas de superior hierárquico;

j) atender, com presteza, ao público em geral, prestando às informações requeridas, ressalvadas as legalmente protegidas por sigilo, e preparar aquelas requeridas para a defesa do CONTRATANTE em juízo;

k) levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do exercício de suas atividades;

l) zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

m) guardar sigilo sobre assuntos do CONTRATANTE;

n) manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

o) ser assíduo e pontual na prestação de seus serviços;

p) tratar com urbanidade as pessoas;

q) representar, por intermédio da via hierárquica, contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

r) cumprir os demais deveres previstos no artigo 123 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DAS PROIBIÇÕES

CLÁUSULA SEXTA: a CONTRATADA é vedada:

a) ausentar-se do local de prestação de seus serviços, durante o desenvolvimento diário das atividades do projeto, sem prévia autorização do seu superior hierárquico ou de funcionário por ele indicado;

b) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto das dependências do CONTRATANTE;

c) opor resistência injustificada ao andamento de documento ou processo ou à execução de serviços;

d) promover manifestação de cunho político-partidário nas dependências do CONTRATANTE;

e) promover, nas dependências do CONTRATANTE, manifestação pública de agravo ou desagravo a outros agentes públicos ou a terceiros que tenham com aquele órgão ou entidade administrativa;

f) cometer a pessoa estranha à execução do projeto, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atividades de sua responsabilidade;

g) atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas;

h) receber, exigir ou solicitar, para si ou para terceiros, propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de seus serviços, para a prática ou omissão de ato de ofício, ou valer-se da função exercida para obtenção de vantagem pessoal para si ou para terceiros;

i) praticar usura sob qualquer de suas formas;

j) proceder de forma desidiosa;

k) utilizar pessoal ou recursos materiais do CONTRATANTE em serviços ou atividades particulares;

l) exercer quaisquer atividades incompatíveis com os serviços técnicos prestados ao CONTRATANTE e com o horário de trabalho;

m) ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em órgão ou entidade diversos daquele para o qual foi contratado;

n) participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

o) observar as proibições previstas artigo 124 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SÉTIMA: As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício.

Natureza das Despesas: 3.1.90.11.00.00 Fonte de Recurso: 15000100 Programa de Trabalho: MANUTENÇAO DA SEMEC 5% E 25%.

DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA executará os serviços descritos na Cláusula Primeira, com carga horária de 40 horas semanais, ficando subordinadas às determinações da Prefeitura Municipal de Seringueiras, quanto à forma de exercício de suas funções e horário, observadas as normas legais vigentes.

§ 1º – A CONTRATADA se obriga a exercer sua função na unidade indicada pela Prefeitura de Seringueiras.

§ 2º – A CONTRATADA, por necessidade do serviço, poderá ser removida para qualquer unidade integrante da estrutura da CONTRATANTE, vedado, entretanto, o desvio de função, sob pena de rescisão do presente CONTRATO e a apuração da responsabilidade administrativa e civil das autoridades que determinarem solicitarem, permitirem ou tolerarem tal desvio.

§ 3º – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: Este contrato será extinto, sem indenização a CONTRATADA, verificada uma das seguintes hipóteses:

a) término do prazo contratual ou de sua prorrogação, independentemente de termo de rescisão, quando as partes se darão mútua quitação, se satisfeitas todas as obrigações reciprocamente pactuadas;

b) por manifestação unilateral motivada do CONTRATANTE;

c) por vontade de ambas as partes;

d) por infração aos deveres de assiduidade, pontualidade, urbanidade, discrição, boa conduta, lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir, observância das normas legais e regulamentares, sem prejuízo das demais disposições constitucionais e legais impostas aos ocupantes de funções públicas ou incidência nas proibições estabelecidos em suas cláusulas, imputadas à responsabilidade da CONTRATADA.

§ 1º – O CONTRATANTE poderá, ainda, rescindir unilateralmente o contrato, sem que caiba indenização a CONTRATADA, em razão de:

a) ocorrência de qualquer hipótese impeditiva ao fiel cumprimento do contrato pelo período acordado, inadmitindo-se qualquer suspensão da sua execução;

b) falta ao trabalho por três dias consecutivos ou cinco intercalados em um período de trinta dias, mesmo com justificação, ressalvadas as faltas abonadas por motivo de doença, em conformidade com o disposto na legislação trabalhista;

c) apresentação de documento falso ou declaração falsa ou inexata;

d) insuficiência de desempenho na função para a qual apresentou prova de capacitação.

§ 2º – Serão também motivos de rescisão aqueles previstos na Lei Municipal nº 048/94.

DAS CONDIÇÕES RESOLUTIVAS

CLÁUSULA DECIMA: O presente contrato estará resolvido de pleno direito, não cabendo qualquer indenização a CONTRATADA, nas hipóteses de sua substituição **POR SERVIDOR EFETIVO INVESTIDO EM CARGO QUE ABARQUE AS FUNÇÕES OBJETO DO PRESENTE CONTRATO**.

Parágrafo Único – A substituição mencionada no caput da presente Cláusula pode decorrer de qualquer forma de provimento originário ou derivado do servidor efetivo em questão.

DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A presente contratação não cria vínculo empregatício estatutário entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, nem gera para este o direito de ser posteriormente admitido como servidor municipal e nem o de ser aproveitado nos órgãos da administração municipal.

DAS DECLARAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A CONTRATADA fica ciente, neste ato, das seguintes declarações:

a) ciência das proibições do artigo 37, incisos XVI, XVII e § 10, da Constituição da República;

b) ciência e observância das proibições do art. 124, da Lei Municipal nº 048/94.

DA EXCEÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A superveniência de decisão judicial que anule a presente contratação, em especial a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº. 2.296/2026, não assegurará qualquer direito de reparação a CONTRATADA, a qual renuncia expressa e irrevogavelmente a qualquer pretensão indenizatória.

DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA CONTRATA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias,

no Diário Oficial do Município, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento na forma prevista na Instrução Normativa.

DA PREVIDÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A CONTRATADA deverá contribuir de forma obrigatória para Regime Geral de Previdência Federal, e não poderá exercer função diferente a estabelecida neste ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As partes contratantes elegem o foro da Comarca de São Miguel do Guaporé-RO, para dirimir todas e quaisquer dúvidas ou pendências relativas ao presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por privilegiado que se apresente.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo.

Seringueiras, 01 de outubro de 2026.

_____	_____
Contratante	Contratada

Testemunhas:

1ºAss. _____	2ºAss. _____
Nome:	Nome:
RG:	RG:

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco
Código Identificador:ADAFBD79

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E NILDA LOPES DE SOUZA.

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E NILDA LOPES DE SOUZA.

MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS-RO, com sede na Av. Marechal Rondon, 984, Centro, Inscrito no C.N.P.J./MF sob o nº 63.761.993/0001-34, neste ato representado pelo senhor Prefeito Municipal **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 24.338.829-0 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF nº 157.***.***-41, no uso da atribuição que lhe confere o MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado **NILDA LOPES DE SOUZA,** brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 998***.***-53, RG. nº 1247637 SESDEC/RO residente e domiciliada neste município de Seringueiras/RO, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO**, para atendimento das necessidades temporárias de excepcional interesse público, na forma do regime especial previsto na **Lei Municipal nº. 2.296/2026**, com fundamento no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, conforme resultado final do **Teste Seletivo nº 001/2026**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 26 de maio de 2026 edição nº 4240, conforme Decreto de Homologação n**º.** 100 datado em 27/05/2026 publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 28/05/2026 edição nº 4242, e conforme Edital de Convocação nº. 16 datado em 25/09/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia edição nº 4328 em 28/09/2026, mediante as seguintes cláusulas:

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços pela CONTRATADA que exercerá a função de **Professora Pedagoga - 40 horas semanais,** cujas atribuições são as constantes da Lei Municipal que trata do Plano de Carreira do Município e no Edital do Seletivo 001/2026.

DO PRAZO

CLÁUSULA SEGUNDA: Este contrato terá vigência de até **01(um)** ano, podendo ser prorrogado por igual período ou até vigência final do seletivo, desde que não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado, conforme a Lei Municipal **2.296/2026.**

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a título de remuneração, a importância de **R$ 5.130,63 (cinco mil cento e trinta reais e sessenta e três centavos)** correspondente ao padrão remuneratório da Lei 2.296/2026, por mês de trabalho, devendo respeitar o regime de trabalho determinado pela Administração, observando a Carga Horária prevista no Anexo – I, da Lei Municipal nº. 2.296/2026.

Parágrafo único - Além do da remuneração prevista na Cláusula anterior terá direito a CONTRATADA dos direitos constitucionais elencados no artigo 7º, incisos IV, VIII, IX, XIII, XV, XVI, XVIII, XIX e XXIII, Constituição Federal, na forma prevista pelo o Estatuto dos Servidores Municipais.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATANTE se obriga a:

a) depositar a quantia líquida da retribuição a que fizer jus a CONTRATADA, em conta aberta em seu nome, conforme calendário de pagamento dos servidores públicos da Administração Municipal de Seringueiras;

b) recolher contribuição Previdenciária mensal e o imposto de renda de pessoas físicas – IRPF, deduzidos da retribuição da CONTRATADA;

c) expedir certidões que atestem a contratação, bem como o tempo de prestação de serviços, para defesa de direitos ou esclarecimento de situação, a requerimento da CONTRATADA;

d) abster-se de determinar tarefas ou funções que impliquem em eventual desvio de função da CONTRATADA;

e) pagar tempestiva e integralmente a remuneração pactuada.

CLÁUSULA QUINTA: Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) desenvolver satisfatoriamente, de acordo com sua formação profissional e capacitação técnica especializada, as atividades determinadas pelo superior hierárquico;

b) estar presente no local de trabalho durante todo o tempo de desenvolvimento normal das atividades de execução do contrato, que corresponderá ao horário de expediente do CONTRATANTE;

c) submeter-se às normas, rotinas e horários de trabalho estabelecidos pelo CONTRATANTE;

d) aceitar os descontos de lei incidentes em sua remuneração mensal bruta, bem como os decorrentes de horas não trabalhadas em função de ausência não autorizada ou falta não abonadas, devidamente apontadas no período de vigência deste contrato;

e) cumprir as determinações legais emanadas das autoridades competentes da Prefeitura Municipal de Seringueiras;

f) exercer com zelo e dedicação os encargos que lhe forem cometidos;

g) ser leal ao CONTRATANTE;

h) observar as normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades do CONTRATANTE;

i) cumprir as ordens lícitas de superior hierárquico;

j) atender, com presteza, ao público em geral, prestando às informações requeridas, ressalvadas as legalmente protegidas por sigilo, e preparar aquelas requeridas para a defesa do CONTRATANTE em juízo;

k) levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do exercício de suas atividades;

l) zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

m) guardar sigilo sobre assuntos do CONTRATANTE;

n) manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

o) ser assíduo e pontual na prestação de seus serviços;

p) tratar com urbanidade as pessoas;

q) representar, por intermédio da via hierárquica, contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

r) cumprir os demais deveres previstos no artigo 123 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DAS PROIBIÇÕES

CLÁUSULA SEXTA: a CONTRATADA é vedada:

a) ausentar-se do local de prestação de seus serviços, durante o desenvolvimento diário das atividades do projeto, sem prévia autorização do seu superior hierárquico ou de funcionário por ele indicado;

b) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto das dependências do CONTRATANTE;

c) opor resistência injustificada ao andamento de documento ou processo ou à execução de serviços;

d) promover manifestação de cunho político-partidário nas dependências do CONTRATANTE;

e) promover, nas dependências do CONTRATANTE, manifestação pública de agravo ou desagravo a outros agentes públicos ou a terceiros que tenham com aquele órgão ou entidade administrativa;

f) cometer a pessoa estranha à execução do projeto, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atividades de sua responsabilidade;

g) atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas;

h) receber, exigir ou solicitar, para si ou para terceiros, propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de seus serviços, para a prática ou omissão de ato de ofício, ou valer-se da função exercida para obtenção de vantagem pessoal para si ou para terceiros;

i) praticar usura sob qualquer de suas formas;

j) proceder de forma desidiosa;

k) utilizar pessoal ou recursos materiais do CONTRATANTE em serviços ou atividades particulares;

l) exercer quaisquer atividades incompatíveis com os serviços técnicos prestados ao CONTRATANTE e com o horário de trabalho;

m) ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em órgão ou entidade diversos daquele para o qual foi contratado;

n) participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

o) observar as proibições previstas artigo 124 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SÉTIMA: As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício.

Natureza das Despesas: 3.1.90.11.00.00 Fonte de Recurso: 15400100 Programa de Trabalho: MANUTENÇAO FUNDEB 70% - ENSINO FUNDAMENTAL.

DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA executará os serviços descritos na Cláusula Primeira, com carga horária de 40 horas semanais, ficando subordinadas às determinações da Prefeitura Municipal de Seringueiras, quanto à forma de exercício de suas funções e horário, observadas as normas legais vigentes.

§ 1º – A CONTRATADA se obriga a exercer sua função na unidade indicada pela Prefeitura de Seringueiras.

§ 2º – A CONTRATADA, por necessidade do serviço, poderá ser removida para qualquer unidade integrante da estrutura da CONTRATANTE, vedado, entretanto, o desvio de função, sob pena de rescisão do presente CONTRATO e a apuração da responsabilidade administrativa e civil das autoridades que determinarem solicitarem, permitirem ou tolerarem tal desvio.

§ 3º – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: Este contrato será extinto, sem indenização a CONTRATADA, verificada uma das seguintes hipóteses:

a) término do prazo contratual ou de sua prorrogação, independentemente de termo de rescisão, quando as partes se darão mútua quitação, se satisfeitas todas as obrigações reciprocamente pactuadas;

b) por manifestação unilateral motivada do CONTRATANTE;

c) por vontade de ambas as partes;

d) por infração aos deveres de assiduidade, pontualidade, urbanidade, discrição, boa conduta, lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir, observância das normas legais e regulamentares, sem prejuízo das demais disposições constitucionais e legais impostas aos ocupantes de funções públicas ou incidência nas proibições estabelecidos em suas cláusulas, imputadas à responsabilidade da CONTRATADA.

§ 1º – O CONTRATANTE poderá, ainda, rescindir unilateralmente o contrato, sem que caiba indenização a CONTRATADA, em razão de:

a) ocorrência de qualquer hipótese impeditiva ao fiel cumprimento do contrato pelo período acordado, inadmitindo-se qualquer suspensão da sua execução;

b) falta ao trabalho por três dias consecutivos ou cinco intercalados em um período de trinta dias, mesmo com justificação, ressalvadas as

faltas abonadas por motivo de doença, em conformidade com o disposto na legislação trabalhista;

c) apresentação de documento falso ou declaração falsa ou inexata;

d) insuficiência de desempenho na função para a qual apresentou prova de capacitação.

§ 2º – Serão também motivos de rescisão aqueles previstos na Lei Municipal nº 048/94.

DAS CONDIÇÕES RESOLUTIVAS

CLÁUSULA DECIMA: O presente contrato estará resolvido de pleno direito, não cabendo qualquer indenização a CONTRATADA, nas hipóteses de sua substituição **POR SERVIDOR EFETIVO INVESTIDO EM CARGO QUE ABARQUE AS FUNÇÕES OBJETO DO PRESENTE CONTRATO**.

Parágrafo Único – A substituição mencionada no caput da presente Cláusula pode decorrer de qualquer forma de provimento originário ou derivado do servidor efetivo em questão.

DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A presente contratação não cria vínculo empregatício estatutário entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, nem gera para este o direito de ser posteriormente admitido como servidor municipal e nem o de ser aproveitado nos órgãos da administração municipal.

DAS DECLARAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A CONTRATADA fica ciente, neste ato, das seguintes declarações:

a) ciência das proibições do artigo 37, incisos XVI, XVII e § 10, da Constituição da República;

b) ciência e observância das proibições do art. 124, da Lei Municipal nº 048/94.

DA EXCEÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A superveniência de decisão judicial que anule a presente contratação, em especial a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº. 2.296/2026, não assegurará qualquer direito de reparação a CONTRATADA, a qual renuncia expressa e irrevogavelmente a qualquer pretensão indenizatória.

DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA CONTRATA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Município, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento na forma prevista na Instrução Normativa.

DA PREVIDÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A CONTRATADA deverá contribuir de forma obrigatória para Regime Geral de Previdência Federal, e não poderá exercer função diferente a estabelecida neste ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As partes contratantes elegem o foro da Comarca de São Miguel do Guaporé-RO, para dirimir todas e quaisquer dúvidas ou pendências relativas ao presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por privilegiado que se apresente.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo.

Seringueiras, 01 de outubro de 2026.

_____ Contratante	_____ Contratada

Testemunhas:

1ºAss. _____	2ºAss. _____
Nome:	Nome:
RG:	RG:

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco
Código Identificador:3B7B7A08

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E ROSANGELA GONÇALVES DA COSTA.

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E ROSANGELA GONÇALVES DA COSTA.

MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS-RO, com sede na Av. Marechal Rondon, 984, Centro, Inscrito no C.N.P.J./MF sob o nº 63.761.993/0001-34, neste ato representado pelo senhor Prefeito Municipal **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 24.338.829-0 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF nº 157.***.***-41, no uso da atribuição que lhe confere o MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado **ROSANGELA GONÇALVES DA COSTA,** brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 596***.***-53, RG. nº 596***.***-53 SESDEC/RO residente e domiciliada neste município de Seringueiras/RO, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO**, para atendimento das necessidades temporárias de excepcional interesse público, na forma do regime especial previsto na **Lei Municipal nº. 2.296/2026**, com fundamento no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, conforme resultado final do **Teste Seletivo nº 001/2026**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 26 de maio de 2026 edição nº 4240, conforme Decreto de Homologação n**º.** 100 datado em 27/05/2026 publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 28/05/2026 edição nº 4242, e conforme Edital de Convocação nº. 16 datado em 25/09/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia edição nº 4328 em 28/09/2026, mediante as seguintes cláusulas:

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços pela CONTRATADA que exercerá a função de **Professora Pedagoga - 40 horas semanais,** cujas atribuições são as constantes da Lei Municipal que trata do Plano de Carreira do Município e no Edital do Seletivo 001/2026.

DO PRAZO

CLÁUSULA SEGUNDA: Este contrato terá vigência de até **01(um)** ano, podendo ser prorrogado por igual período ou até vigência final do seletivo, desde que não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado, conforme a Lei Municipal **2.296/2026.**

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a título de remuneração, a importância de **R$ 5.130,63 (cinco mil cento e trinta reais e sessenta e três centavos)** correspondente ao padrão remuneratório da Lei 2.296/2026, por mês de trabalho, devendo respeitar o regime de trabalho determinado pela

Administração, observando a Carga Horária prevista no Anexo – I, da Lei Municipal nº. 2.296/2026.

Parágrafo único - Além do da remuneração prevista na Cláusula anterior terá direito a CONTRATADA dos direitos constitucionais elencados no artigo 7º, incisos IV, VIII, IX, XIII, XV, XVI, XVIII, XIX e XXIII, Constituição Federal, na forma prevista pelo o Estatuto dos Servidores Municipais.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATANTE se obriga a:

a) depositar a quantia líquida da retribuição a que fizer jus a CONTRATADA, em conta aberta em seu nome, conforme calendário de pagamento dos servidores públicos da Administração Municipal de Seringueiras;

b) recolher contribuição Previdenciária mensal e o imposto de renda de pessoas físicas – IRPF, deduzidos da retribuição da CONTRATADA;

c) expedir certidões que atestem a contratação, bem como o tempo de prestação de serviços, para defesa de direitos ou esclarecimento de situação, a requerimento da CONTRATADA;

d) abster-se de determinar tarefas ou funções que impliquem em eventual desvio de função da CONTRATADA;

e) pagar tempestiva e integralmente a remuneração pactuada.

CLÁUSULA QUINTA: Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) desenvolver satisfatoriamente, de acordo com sua formação profissional e capacitação técnica especializada, as atividades determinadas pelo superior hierárquico;

b) estar presente no local de trabalho durante todo o tempo de desenvolvimento normal das atividades de execução do contrato, que corresponderá ao horário de expediente do CONTRATANTE;

c) submeter-se às normas, rotinas e horários de trabalho estabelecidos pelo CONTRATANTE;

d) aceitar os descontos de lei incidentes em sua remuneração mensal bruta, bem como os decorrentes de horas não trabalhadas em função de ausência não autorizada ou falta não abonadas, devidamente apontadas no período de vigência deste contrato;

e) cumprir as determinações legais emanadas das autoridades competentes da Prefeitura Municipal de Seringueiras;

f) exercer com zelo e dedicação os encargos que lhe forem cometidos;

g) ser leal ao CONTRATANTE;

h) observar as normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades do CONTRATANTE;

i) cumprir as ordens lícitas de superior hierárquico;

j) atender, com presteza, ao público em geral, prestando às informações requeridas, ressalvadas as legalmente protegidas por sigilo, e preparar aquelas requeridas para a defesa do CONTRATANTE em juízo;

k) levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do exercício de suas atividades;

l) zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

m) guardar sigilo sobre assuntos do CONTRATANTE;

n) manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

o) ser assíduo e pontual na prestação de seus serviços;

p) tratar com urbanidade as pessoas;

q) representar, por intermédio da via hierárquica, contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

r) cumprir os demais deveres previstos no artigo 123 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DAS PROIBIÇÕES

CLÁUSULA SEXTA: a CONTRATADA é vedada:

a) ausentar-se do local de prestação de seus serviços, durante o desenvolvimento diário das atividades do projeto, sem prévia autorização do seu superior hierárquico ou de funcionário por ele indicado;

b) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto das dependências do CONTRATANTE;

c) opor resistência injustificada ao andamento de documento ou processo ou à execução de serviços;

d) promover manifestação de cunho político-partidário nas dependências do CONTRATANTE;

e) promover, nas dependências do CONTRATANTE, manifestação pública de agravo ou desagravo a outros agentes públicos ou a terceiros que tenham com aquele órgão ou entidade administrativa;

f) cometer a pessoa estranha à execução do projeto, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atividades de sua responsabilidade;

g) atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas;

h) receber, exigir ou solicitar, para si ou para terceiros, propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de seus serviços, para a prática ou omissão de ato de ofício, ou valer-se da função exercida para obtenção de vantagem pessoal para si ou para terceiros;

i) praticar usura sob qualquer de suas formas;

j) proceder de forma desidiosa;

k) utilizar pessoal ou recursos materiais do CONTRATANTE em serviços ou atividades particulares;

l) exercer quaisquer atividades incompatíveis com os serviços técnicos prestados ao CONTRATANTE e com o horário de trabalho;

m) ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em órgão ou entidade diversos daquele para o qual foi contratado;

n) participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

o) observar as proibições previstas artigo 124 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SÉTIMA: As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício.

Natureza das Despesas: 3.1.90.11.00.00 Fonte de Recurso: 15400100 Programa de Trabalho: MANUTENÇAO FUNDEB 70% - ENSINO FUNDAMENTAL.

DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA executará os serviços descritos na Cláusula Primeira, com carga horária de 40 horas semanais, ficando subordinadas às determinações da Prefeitura Municipal de Seringueiras, quanto à forma de exercício de suas funções e horário, observadas as normas legais vigentes.

§ 1º – A CONTRATADA se obriga a exercer sua função na unidade indicada pela Prefeitura de Seringueiras.

§ 2º – A CONTRATADA, por necessidade do serviço, poderá ser removida para qualquer unidade integrante da estrutura da CONTRATANTE, vedado, entretanto, o desvio de função, sob pena de rescisão do presente CONTRATO e a apuração da responsabilidade administrativa e civil das autoridades que determinarem solicitarem, permitirem ou tolerarem tal desvio.

§ 3º – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: Este contrato será extinto, sem indenização a CONTRATADA, verificada uma das seguintes hipóteses:

a) término do prazo contratual ou de sua prorrogação, independentemente de termo de rescisão, quando as partes se darão mútua quitação, se satisfeitas todas as obrigações reciprocamente pactuadas;

b) por manifestação unilateral motivada do CONTRATANTE;

c) por vontade de ambas as partes;

d) por infração aos deveres de assiduidade, pontualidade, urbanidade, discrição, boa conduta, lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir, observância das normas legais e regulamentares, sem prejuízo das demais disposições constitucionais e legais impostas aos ocupantes de funções públicas ou incidência nas proibições estabelecidos em suas cláusulas, imputadas à responsabilidade da CONTRATADA.

§ 1º – O CONTRATANTE poderá, ainda, rescindir unilateralmente o contrato, sem que caiba indenização a CONTRATADA, em razão de:

a) ocorrência de qualquer hipótese impeditiva ao fiel cumprimento do contrato pelo período acordado, inadmitindo-se qualquer suspensão da sua execução;

b) falta ao trabalho por três dias consecutivos ou cinco intercalados em um período de trinta dias, mesmo com justificação, ressalvadas as faltas abonadas por motivo de doença, em conformidade com o disposto na legislação trabalhista;

c) apresentação de documento falso ou declaração falsa ou inexata;

d) insuficiência de desempenho na função para a qual apresentou prova de capacitação.

§ 2º – Serão também motivos de rescisão aqueles previstos na Lei Municipal nº 048/94.

DAS CONDIÇÕES RESOLUTIVAS

CLÁUSULA DECIMA: O presente contrato estará resolvido de pleno direito, não cabendo qualquer indenização a CONTRATADA, nas hipóteses de sua substituição **POR SERVIDOR EFETIVO INVESTIDO EM CARGO QUE ABARQUE AS FUNÇÕES OBJETO DO PRESENTE CONTRATO**.

Parágrafo Único – A substituição mencionada no caput da presente Cláusula pode decorrer de qualquer forma de provimento originário ou derivado do servidor efetivo em questão.

DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A presente contratação não cria vínculo empregatício estatutário entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, nem gera para este o direito de ser posteriormente admitido como servidor municipal e nem o de ser aproveitado nos órgãos da administração municipal.

DAS DECLARAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A CONTRATADA fica ciente, neste ato, das seguintes declarações:

a) ciência das proibições do artigo 37, incisos XVI, XVII e § 10, da Constituição da República;

b) ciência e observância das proibições do art. 124, da Lei Municipal nº 048/94.

DA EXCEÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A superveniência de decisão judicial que anule a presente contratação, em especial a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº. 2.296/2026, não assegurará qualquer direito de reparação a CONTRATADA, a qual renuncia expressa e irrevogavelmente a qualquer pretensão indenizatória.

DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA CONTRATA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Município, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento na forma prevista na Instrução Normativa.

DA PREVIDÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A CONTRATADA deverá contribuir de forma obrigatória para Regime Geral de Previdência Federal, e não poderá exercer função diferente a estabelecida neste ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As partes contratantes elegem o foro da Comarca de São Miguel do Guaporé-RO, para dirimir todas e quaisquer dúvidas ou pendências relativas ao presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por privilegiado que se apresente.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo.

Seringueiras, 01 de outubro de 2026.

_____ Contratante	_____ Contratada

Testemunhas:

1ºAss. _____	2ºAss. _____
Nome:	Nome:
RG:	RG:

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco
Código Identificador:786B3578

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E SANDRA LACERDA DE SOUZA.

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E SANDRA LACERDA DE SOUZA.

MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS-RO, com sede na Av. Marechal Rondon, 984, Centro, Inscrito no C.N.P.J./MF sob o nº 63.761.993/0001-34, neste ato representado pelo senhor Prefeito Municipal **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 24.338.829-0 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF nº 157.***.***-41, no uso da atribuição que lhe confere o MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado **SANDRA LACERDA DE SOUZA,** brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 842.***.***91, RG. nº 1253625 SESDEC/RO residente e domiciliada neste município de Seringueiras/RO, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO**, para atendimento das necessidades temporárias de excepcional interesse público, na forma do regime especial previsto na **Lei Municipal nº. 2.296/2026**, com fundamento no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, conforme resultado final do **Teste Seletivo nº 001/2026**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 26 de maio de 2026 edição nº 4240, conforme Decreto de Homologação n**º.** 100 datado em 27/05/2026 publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 28/05/2026 edição nº 4242, e conforme Edital de Convocação nº. 16 datado em 25/09/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia edição nº 4328 em 28/09/2026, mediante as seguintes cláusulas:

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços pela CONTRATADA que exercerá a função de **Merendeira - 40 horas semanais,** cujas atribuições são as constantes da Lei Municipal que trata do Plano de Carreira do Município e no Edital do Seletivo 001/2026.

DO PRAZO

CLÁUSULA SEGUNDA: Este contrato terá vigência de até **01(um)** ano, podendo ser prorrogado por igual período ou até vigência final do seletivo, desde que não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado, conforme a Lei Municipal **2.296/2026.**

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a título de remuneração, a importância de **R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais)** correspondente ao padrão remuneratório da Lei 2.296/2026, por mês de trabalho, devendo respeitar o regime de trabalho determinado pela Administração, observando a Carga Horária prevista no Anexo – I, da Lei Municipal nº. 2.296/2026.

Parágrafo único - Além do da remuneração prevista na Cláusula anterior terá direito a CONTRATADA dos direitos constitucionais elencados no artigo 7º, incisos IV, VIII, IX, XIII, XV, XVI, XVIII, XIX e XXIII, Constituição Federal, na forma prevista pelo o Estatuto dos Servidores Municipais.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATANTE se obriga a:

a) depositar a quantia líquida da retribuição a que fizer jus a CONTRATADA, em conta aberta em seu nome, conforme calendário de pagamento dos servidores públicos da Administração Municipal de Seringueiras;

b) recolher contribuição Previdenciária mensal e o imposto de renda de pessoas físicas – IRPF, deduzidos da retribuição da CONTRATADA;

c) expedir certidões que atestem a contratação, bem como o tempo de prestação de serviços, para defesa de direitos ou esclarecimento de situação, a requerimento da CONTRATADA;

d) abster-se de determinar tarefas ou funções que impliquem em eventual desvio de função da CONTRATADA;

e) pagar tempestiva e integralmente a remuneração pactuada.

CLÁUSULA QUINTA: Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) desenvolver satisfatoriamente, de acordo com sua formação profissional e capacitação técnica especializada, as atividades determinadas pelo superior hierárquico;

b) estar presente no local de trabalho durante todo o tempo de desenvolvimento normal das atividades de execução do contrato, que corresponderá ao horário de expediente do CONTRATANTE;

c) submeter-se às normas, rotinas e horários de trabalho estabelecidos pelo CONTRATANTE;

d) aceitar os descontos de lei incidentes em sua remuneração mensal bruta, bem como os decorrentes de horas não trabalhadas em função de ausência não autorizada ou falta não abonadas, devidamente apontadas no período de vigência deste contrato;

e) cumprir as determinações legais emanadas das autoridades competentes da Prefeitura Municipal de Seringueiras;

f) exercer com zelo e dedicação os encargos que lhe forem cometidos;

g) ser leal ao CONTRATANTE;

h) observar as normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades do CONTRATANTE;

i) cumprir as ordens lícitas de superior hierárquico;

j) atender, com presteza, ao público em geral, prestando às informações requeridas, ressalvadas as legalmente protegidas por sigilo, e preparar aquelas requeridas para a defesa do CONTRATANTE em juízo;

k) levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do exercício de suas atividades;

l) zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

m) guardar sigilo sobre assuntos do CONTRATANTE;

n) manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

o) ser assíduo e pontual na prestação de seus serviços;

p) tratar com urbanidade as pessoas;

q) representar, por intermédio da via hierárquica, contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

r) cumprir os demais deveres previstos no artigo 123 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DAS PROIBIÇÕES

CLÁUSULA SEXTA: a CONTRATADA é vedada:

a) ausentar-se do local de prestação de seus serviços, durante o desenvolvimento diário das atividades do projeto, sem prévia

autorização do seu superior hierárquico ou de funcionário por ele indicado;

b) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto das dependências do CONTRATANTE;

c) opor resistência injustificada ao andamento de documento ou processo ou à execução de serviços;

d) promover manifestação de cunho político-partidário nas dependências do CONTRATANTE;

e) promover, nas dependências do CONTRATANTE, manifestação pública de agravo ou desagravo a outros agentes públicos ou a terceiros que tenham com aquele órgão ou entidade administrativa;

f) cometer a pessoa estranha à execução do projeto, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atividades de sua responsabilidade;

g) atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas;

h) receber, exigir ou solicitar, para si ou para terceiros, propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de seus serviços, para a prática ou omissão de ato de ofício, ou valer-se da função exercida para obtenção de vantagem pessoal para si ou para terceiros;

i) praticar usura sob qualquer de suas formas;

j) proceder de forma desidiosa;

k) utilizar pessoal ou recursos materiais do CONTRATANTE em serviços ou atividades particulares;

l) exercer quaisquer atividades incompatíveis com os serviços técnicos prestados ao CONTRATANTE e com o horário de trabalho;

m) ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em órgão ou entidade diversos daquele para o qual foi contratado;

n) participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

o) observar as proibições previstas artigo 124 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SÉTIMA: As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício.

Natureza das Despesas: 3.1.90.11.00.00 Fonte de Recurso: 15000100 Programa de Trabalho: MANUTENÇAO DA SEMEC 5% E 25%.

DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA executará os serviços descritos na Cláusula Primeira, com carga horária de 40 horas semanais, ficando subordinadas às determinações da Prefeitura Municipal de Seringueiras, quanto à forma de exercício de suas funções e horário, observadas as normas legais vigentes.

§ 1º – A CONTRATADA se obriga a exercer sua função na unidade indicada pela Prefeitura de Seringueiras.

§ 2º – A CONTRATADA, por necessidade do serviço, poderá ser removida para qualquer unidade integrante da estrutura da CONTRATANTE, vedado, entretanto, o desvio de função, sob pena de rescisão do presente CONTRATO e a apuração da responsabilidade administrativa e civil das autoridades que determinarem solicitarem, permitirem ou tolerarem tal desvio.

§ 3º – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: Este contrato será extinto, sem indenização a CONTRATADA, verificada uma das seguintes hipóteses:

a) término do prazo contratual ou de sua prorrogação, independentemente de termo de rescisão, quando as partes se darão mútua quitação, se satisfeitas todas as obrigações reciprocamente pactuadas;

b) por manifestação unilateral motivada do CONTRATANTE;

c) por vontade de ambas as partes;

d) por infração aos deveres de assiduidade, pontualidade, urbanidade, discrição, boa conduta, lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir, observância das normas legais e regulamentares, sem prejuízo das demais disposições constitucionais e legais impostas aos ocupantes de funções públicas ou incidência nas proibições estabelecidos em suas cláusulas, imputadas à responsabilidade da CONTRATADA.

§ 1º – O CONTRATANTE poderá, ainda, rescindir unilateralmente o contrato, sem que caiba indenização a CONTRATADA, em razão de:

a) ocorrência de qualquer hipótese impeditiva ao fiel cumprimento do contrato pelo período acordado, inadmitindo-se qualquer suspensão da sua execução;

b) falta ao trabalho por três dias consecutivos ou cinco intercalados em um período de trinta dias, mesmo com justificação, ressalvadas as faltas abonadas por motivo de doença, em conformidade com o disposto na legislação trabalhista;

c) apresentação de documento falso ou declaração falsa ou inexata;

d) insuficiência de desempenho na função para a qual apresentou prova de capacitação.

§ 2º – Serão também motivos de rescisão aqueles previstos na Lei Municipal nº 048/94.

DAS CONDIÇÕES RESOLUTIVAS

CLÁUSULA DECIMA: O presente contrato estará resolvido de pleno direito, não cabendo qualquer indenização a CONTRATADA, nas hipóteses de sua substituição **POR SERVIDOR EFETIVO INVESTIDO EM CARGO QUE ABARQUE AS FUNÇÕES OBJETO DO PRESENTE CONTRATO**.

Parágrafo Único – A substituição mencionada no caput da presente Cláusula pode decorrer de qualquer forma de provimento originário ou derivado do servidor efetivo em questão.

DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A presente contratação não cria vínculo empregatício estatutário entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, nem gera para este o direito de ser posteriormente admitido como servidor municipal e nem o de ser aproveitado nos órgãos da administração municipal.

DAS DECLARAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A CONTRATADA fica ciente, neste ato, das seguintes declarações:

a) ciência das proibições do artigo 37, incisos XVI, XVII e § 10, da Constituição da República;

b) ciência e observância das proibições do art. 124, da Lei Municipal nº 048/94.

DA EXCEÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A superveniência de decisão judicial que anule a presente contratação, em especial a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº. 2.296/2026, não assegurará qualquer direito de reparação a CONTRATADA, a qual renuncia expressa e irrevogavelmente a qualquer pretensão indenizatória.

DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA CONTRATA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Município, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento na forma prevista na Instrução Normativa.

DA PREVIDÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A CONTRATADA deverá contribuir de forma obrigatória para Regime Geral de Previdência Federal, e não poderá exercer função diferente a estabelecida neste ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As partes contratantes elegem o foro da Comarca de São Miguel do Guaporé-RO, para dirimir todas e quaisquer dúvidas ou pendências relativas ao presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por privilegiado que se apresente.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo.

Seringueiras, 01 de outubro de 2026.

_____ Contratante	_____ Contratada

Testemunhas:

1ºAss. _____	2ºAss. _____
Nome: RG:	Nome: RG:

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco
Código Identificador:EBA553D6

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E TATIANE GRACIOLLI.

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E TATIANE GRACIOLLI.

MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS-RO, com sede na Av. Marechal Rondon, 984, Centro, Inscrito no C.N.P.J./MF sob o nº 63.761.993/0001-34, neste ato representado pelo senhor Prefeito Municipal **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 24.338.829-0 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF nº 157.***.***-41, no uso da atribuição que lhe confere o MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado **TATIANE GRACIOLLI,** brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 020.***.***59, RG. nº 1222498 SESDEC/RO residente e domiciliada neste município de Seringueiras/RO, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO**, para atendimento das necessidades temporárias de excepcional interesse público, na forma do regime especial previsto na **Lei Municipal nº. 2.296/2026**, com fundamento no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, conforme resultado final do **Teste Seletivo nº 001/2026**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 26 de maio de 2026 edição nº 4240, conforme Decreto de Homologação n**º.** 100 datado em 27/05/2026 publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 28/05/2026 edição nº 4242, e conforme Edital de Convocação nº. 16 datado em 25/09/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia edição nº 4328 em 28/09/2026, mediante as seguintes cláusulas:

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços pela CONTRATADA que exercerá a função de **Zeladora - 40 horas semanais,** cujas atribuições são as constantes da Lei Municipal que trata do Plano de Carreira do Município e no Edital do Seletivo 001/2026.

DO PRAZO

CLÁUSULA SEGUNDA: Este contrato terá vigência de até **01(um)** ano, podendo ser prorrogado por igual período ou até vigência final do seletivo, desde que não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado, conforme a Lei Municipal **2.296/2026.**

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a título de remuneração, a importância de **R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais)** correspondente ao padrão remuneratório da Lei 2.296/2026, por mês de trabalho, devendo respeitar o regime de trabalho determinado pela Administração, observando a Carga Horária prevista no Anexo – I, da Lei Municipal nº. 2.296/2026.

Parágrafo único - Além do da remuneração prevista na Cláusula anterior terá direito a CONTRATADA dos direitos constitucionais elencados no artigo 7º, incisos IV, VIII, IX, XIII, XV, XVI, XVIII, XIX e XXIII, Constituição Federal, na forma prevista pelo o Estatuto dos Servidores Municipais.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATANTE se obriga a:

a) depositar a quantia líquida da retribuição a que fizer jus a CONTRATADA, em conta aberta em seu nome, conforme calendário de pagamento dos servidores públicos da Administração Municipal de Seringueiras;

b) recolher contribuição Previdenciária mensal e o imposto de renda de pessoas físicas – IRPF, deduzidos da retribuição da CONTRATADA;

c) expedir certidões que atestem a contratação, bem como o tempo de prestação de serviços, para defesa de direitos ou esclarecimento de situação, a requerimento da CONTRATADA;

d) abster-se de determinar tarefas ou funções que impliquem em eventual desvio de função da CONTRATADA;

e) pagar tempestiva e integralmente a remuneração pactuada.

CLÁUSULA QUINTA: Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) desenvolver satisfatoriamente, de acordo com sua formação profissional e capacitação técnica especializada, as atividades determinadas pelo superior hierárquico;

b) estar presente no local de trabalho durante todo o tempo de desenvolvimento normal das atividades de execução do contrato, que corresponderá ao horário de expediente do CONTRATANTE;

c) submeter-se às normas, rotinas e horários de trabalho estabelecidos pelo CONTRATANTE;

d) aceitar os descontos de lei incidentes em sua remuneração mensal bruta, bem como os decorrentes de horas não trabalhadas em função de ausência não autorizada ou falta não abonadas, devidamente apontadas no período de vigência deste contrato;

e) cumprir as determinações legais emanadas das autoridades competentes da Prefeitura Municipal de Seringueiras;

f) exercer com zelo e dedicação os encargos que lhe forem cometidos;

g) ser leal ao CONTRATANTE;

h) observar as normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades do CONTRATANTE;

i) cumprir as ordens lícitas de superior hierárquico;

j) atender, com presteza, ao público em geral, prestando às informações requeridas, ressalvadas as legalmente protegidas por sigilo, e preparar aquelas requeridas para a defesa do CONTRATANTE em juízo;

k) levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do exercício de suas atividades;

l) zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

m) guardar sigilo sobre assuntos do CONTRATANTE;

n) manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

o) ser assíduo e pontual na prestação de seus serviços;

p) tratar com urbanidade as pessoas;

q) representar, por intermédio da via hierárquica, contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

r) cumprir os demais deveres previstos no artigo 123 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DAS PROIBIÇÕES

CLÁUSULA SEXTA: a CONTRATADA é vedada:

a) ausentar-se do local de prestação de seus serviços, durante o desenvolvimento diário das atividades do projeto, sem prévia autorização do seu superior hierárquico ou de funcionário por ele indicado;

b) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto das dependências do CONTRATANTE;

c) opor resistência injustificada ao andamento de documento ou processo ou à execução de serviços;

d) promover manifestação de cunho político-partidário nas dependências do CONTRATANTE;

e) promover, nas dependências do CONTRATANTE, manifestação pública de agravo ou desagravo a outros agentes públicos ou a terceiros que tenham com aquele órgão ou entidade administrativa;

f) cometer a pessoa estranha à execução do projeto, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atividades de sua responsabilidade;

g) atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas;

h) receber, exigir ou solicitar, para si ou para terceiros, propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de seus serviços, para a prática ou omissão de ato de ofício, ou valer-se da função exercida para obtenção de vantagem pessoal para si ou para terceiros;

i) praticar usura sob qualquer de suas formas;

j) proceder de forma desidiosa;

k) utilizar pessoal ou recursos materiais do CONTRATANTE em serviços ou atividades particulares;

l) exercer quaisquer atividades incompatíveis com os serviços técnicos prestados ao CONTRATANTE e com o horário de trabalho;

m) ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em órgão ou entidade diversos daquele para o qual foi contratado;

n) participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

o) observar as proibições previstas artigo 124 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SÉTIMA: As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício.

Natureza das Despesas: 3.1.90.11.00.00 Fonte de Recurso: 15000100 Programa de Trabalho: MANUTENÇAO DA SEMEC 5% E 25%.

DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA executará os serviços descritos na Cláusula Primeira, com carga horária de 40 horas semanais, ficando subordinadas às determinações da Prefeitura Municipal de Seringueiras, quanto à forma de exercício de suas funções e horário, observadas as normas legais vigentes.

§ 1º – A CONTRATADA se obriga a exercer sua função na unidade indicada pela Prefeitura de Seringueiras.

§ 2º – A CONTRATADA, por necessidade do serviço, poderá ser removida para qualquer unidade integrante da estrutura da CONTRATANTE, vedado, entretanto, o desvio de função, sob pena de rescisão do presente CONTRATO e a apuração da responsabilidade administrativa e civil das autoridades que determinarem solicitarem, permitirem ou tolerarem tal desvio.

§ 3º – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: Este contrato será extinto, sem indenização a CONTRATADA, verificada uma das seguintes hipóteses:

a) término do prazo contratual ou de sua prorrogação, independentemente de termo de rescisão, quando as partes se darão mútua quitação, se satisfeitas todas as obrigações reciprocamente pactuadas;

b) por manifestação unilateral motivada do CONTRATANTE;

c) por vontade de ambas as partes;

d) por infração aos deveres de assiduidade, pontualidade, urbanidade, discrição, boa conduta, lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir, observância das normas legais e regulamentares, sem prejuízo das demais disposições constitucionais e legais impostas aos ocupantes de funções públicas ou incidência nas proibições estabelecidos em suas cláusulas, imputadas à responsabilidade da CONTRATADA.

§ 1º – O CONTRATANTE poderá, ainda, rescindir unilateralmente o contrato, sem que caiba indenização a CONTRATADA, em razão de:

a) ocorrência de qualquer hipótese impeditiva ao fiel cumprimento do contrato pelo período acordado, inadmitindo-se qualquer suspensão da sua execução;

b) falta ao trabalho por três dias consecutivos ou cinco intercalados em um período de trinta dias, mesmo com justificação, ressalvadas as faltas abonadas por motivo de doença, em conformidade com o disposto na legislação trabalhista;

c) apresentação de documento falso ou declaração falsa ou inexata;

d) insuficiência de desempenho na função para a qual apresentou prova de capacitação.

§ 2º – Serão também motivos de rescisão aqueles previstos na Lei Municipal nº 048/94.

DAS CONDIÇÕES RESOLUTIVAS

CLÁUSULA DECIMA: O presente contrato estará resolvido de pleno direito, não cabendo qualquer indenização a CONTRATADA, nas hipóteses de sua substituição **POR SERVIDOR EFETIVO INVESTIDO EM CARGO QUE ABARQUE AS FUNÇÕES OBJETO DO PRESENTE CONTRATO**.

Parágrafo Único – A substituição mencionada no caput da presente Cláusula pode decorrer de qualquer forma de provimento originário ou derivado do servidor efetivo em questão.

DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A presente contratação não cria vínculo empregatício estatutário entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, nem gera para este o direito de ser posteriormente admitido como servidor municipal e nem o de ser aproveitado nos órgãos da administração municipal.

DAS DECLARAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A CONTRATADA fica ciente, neste ato, das seguintes declarações:

a) ciência das proibições do artigo 37, incisos XVI, XVII e § 10, da Constituição da República;

b) ciência e observância das proibições do art. 124, da Lei Municipal nº 048/94.

DA EXCEÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A superveniência de decisão judicial que anule a presente contratação, em especial a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº. 2.296/2026, não assegurará qualquer direito de reparação a CONTRATADA, a qual renuncia expressa e irrevogavelmente a qualquer pretensão indenizatória.

DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA CONTRATA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Município, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento na forma prevista na Instrução Normativa.

DA PREVIDÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A CONTRATADA deverá contribuir de forma obrigatória para Regime Geral de Previdência Federal, e não poderá exercer função diferente a estabelecida neste ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As partes contratantes elegem o foro da Comarca de São Miguel do Guaporé-RO, para dirimir todas e quaisquer dúvidas ou pendências relativas ao presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por privilegiado que se apresente.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo.

Seringueiras, 01 de outubro de 2026.

_____ Contratante	_____ Contratada

Testemunhas:

1ºAss. _____	2ºAss. _____
Nome:	Nome:
RG:	RG:

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco
Código Identificador:13D8E16E

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E VANUZA TOSTES DA SILVA.

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E VANUZA TOSTES DA SILVA.

MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS-RO, com sede na Av. Marechal Rondon, 984, Centro, Inscrito no C.N.P.J./MF sob o nº 63.761.993/0001-34, neste ato representado pelo senhor Prefeito Municipal **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 24.338.829-0 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF nº 157.***.***-41, no uso da atribuição que lhe confere o MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado **VANUZA TOSTES DA SILVA,** brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 019***.***69, RG. nº 019.***.***69 SESDEC/RO residente e domiciliada neste município de Seringueiras/RO, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO**, para atendimento das necessidades temporárias de excepcional interesse público, na forma do regime especial previsto na **Lei Municipal nº. 2.296/2026**, com fundamento no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, conforme resultado final do **Teste Seletivo nº 001/2026**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 26 de maio de 2026 edição nº 4240, conforme Decreto de Homologação n**º.** 100 datado em 27/05/2026 publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 28/05/2026 edição nº 4242, e conforme Edital de Convocação nº. 16 datado em 25/09/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia edição nº 4328 em 28//09/2026, mediante as seguintes cláusulas:

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços pela CONTRATADA que exercerá a função de **Auxiliar de Creche - 40 horas semanais,** cujas atribuições são as

constantes da Lei Municipal que trata do Plano de Carreira do Município e no Edital do Seletivo 001/2026.

DO PRAZO

CLÁUSULA SEGUNDA: Este contrato terá vigência de até **01(um)** ano, podendo ser prorrogado por igual período ou até vigência final do seletivo, desde que não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado, conforme a Lei Municipal **2.296/2026.**

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a título de remuneração, a importância de **R$ 1.951,97 (mil novecentos e cinquenta e um reais e noventa e sete centavos)** correspondente ao padrão remuneratório da Lei 2.296/2026, por mês de trabalho, devendo respeitar o regime de trabalho determinado pela Administração, observando a Carga Horária prevista no Anexo – I, da Lei Municipal nº. 2.296/2026.

Parágrafo único - Além do da remuneração prevista na Cláusula anterior terá direito a CONTRATADA dos direitos constitucionais elencados no artigo 7º, incisos IV, VIII, IX, XIII, XV, XVI, XVIII, XIX e XXIII, Constituição Federal, na forma prevista pelo o Estatuto dos Servidores Municipais.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATANTE se obriga a:

a) depositar a quantia líquida da retribuição a que fizer jus a CONTRATADA, em conta aberta em seu nome, conforme calendário de pagamento dos servidores públicos da Administração Municipal de Seringueiras;

b) recolher contribuição Previdenciária mensal e o imposto de renda de pessoas físicas – IRPF, deduzidos da retribuição da CONTRATADA;

c) expedir certidões que atestem a contratação, bem como o tempo de prestação de serviços, para defesa de direitos ou esclarecimento de situação, a requerimento da CONTRATADA;

d) abster-se de determinar tarefas ou funções que impliquem em eventual desvio de função da CONTRATADA;

e) pagar tempestiva e integralmente a remuneração pactuada.

CLÁUSULA QUINTA: Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) desenvolver satisfatoriamente, de acordo com sua formação profissional e capacitação técnica especializada, as atividades determinadas pelo superior hierárquico;

b) estar presente no local de trabalho durante todo o tempo de desenvolvimento normal das atividades de execução do contrato, que corresponderá ao horário de expediente do CONTRATANTE;

c) submeter-se às normas, rotinas e horários de trabalho estabelecidos pelo CONTRATANTE;

d) aceitar os descontos de lei incidentes em sua remuneração mensal bruta, bem como os decorrentes de horas não trabalhadas em função de ausência não autorizada ou falta não abonadas, devidamente apontadas no período de vigência deste contrato;

e) cumprir as determinações legais emanadas das autoridades competentes da Prefeitura Municipal de Seringueiras;

f) exercer com zelo e dedicação os encargos que lhe forem cometidos;

g) ser leal ao CONTRATANTE;

h) observar as normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades do CONTRATANTE;

i) cumprir as ordens lícitas de superior hierárquico;

j) atender, com presteza, ao público em geral, prestando às informações requeridas, ressalvadas as legalmente protegidas por sigilo, e preparar aquelas requeridas para a defesa do CONTRATANTE em juízo;

k) levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do exercício de suas atividades;

l) zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

m) guardar sigilo sobre assuntos do CONTRATANTE;

n) manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

o) ser assíduo e pontual na prestação de seus serviços;

p) tratar com urbanidade as pessoas;

q) representar, por intermédio da via hierárquica, contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

r) cumprir os demais deveres previstos no artigo 123 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DAS PROIBIÇÕES

CLÁUSULA SEXTA: a CONTRATADA é vedada:

a) ausentar-se do local de prestação de seus serviços, durante o desenvolvimento diário das atividades do projeto, sem prévia autorização do seu superior hierárquico ou de funcionário por ele indicado;

b) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto das dependências do CONTRATANTE;

c) opor resistência injustificada ao andamento de documento ou processo ou à execução de serviços;

d) promover manifestação de cunho político-partidário nas dependências do CONTRATANTE;

e) promover, nas dependências do CONTRATANTE, manifestação pública de agravo ou desagravo a outros agentes públicos ou a terceiros que tenham com aquele órgão ou entidade administrativa;

f) cometer a pessoa estranha à execução do projeto, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atividades de sua responsabilidade;

g) atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas;

h) receber, exigir ou solicitar, para si ou para terceiros, propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de seus serviços, para a prática ou omissão de ato de ofício, ou valer-se da função exercida para obtenção de vantagem pessoal para si ou para terceiros;

i) praticar usura sob qualquer de suas formas;

j) proceder de forma desidiosa;

k) utilizar pessoal ou recursos materiais do CONTRATANTE em serviços ou atividades particulares;

l) exercer quaisquer atividades incompatíveis com os serviços técnicos prestados ao CONTRATANTE e com o horário de trabalho;

m) ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em órgão ou entidade diversos daquele para o qual foi contratado;

n) participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

o) observar as proibições previstas artigo 124 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SÉTIMA: As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício.

Natureza das Despesas: 3.1.90.11.00.00 Fonte de Recurso: 15000100 Programa de Trabalho: MANUTENÇAO DA SEMEC 5% E 25%.

DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA executará os serviços descritos na Cláusula Primeira, com carga horária de 40 horas semanais, ficando subordinadas às determinações da Prefeitura Municipal de Seringueiras, quanto à forma de exercício de suas funções e horário, observadas as normas legais vigentes.

§ 1º – A CONTRATADA se obriga a exercer sua função na unidade indicada pela Prefeitura de Seringueiras.

§ 2º – A CONTRATADA, por necessidade do serviço, poderá ser removida para qualquer unidade integrante da estrutura da CONTRATANTE, vedado, entretanto, o desvio de função, sob pena de rescisão do presente CONTRATO e a apuração da responsabilidade administrativa e civil das autoridades que determinarem solicitarem, permitirem ou tolerarem tal desvio.

§ 3º – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: Este contrato será extinto, sem indenização a CONTRATADA, verificada uma das seguintes hipóteses:

a) término do prazo contratual ou de sua prorrogação, independentemente de termo de rescisão, quando as partes se darão mútua quitação, se satisfeitas todas as obrigações reciprocamente pactuadas;

b) por manifestação unilateral motivada do CONTRATANTE;

c) por vontade de ambas as partes;

d) por infração aos deveres de assiduidade, pontualidade, urbanidade, discrição, boa conduta, lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir, observância das normas legais e regulamentares, sem prejuízo das demais disposições constitucionais e legais impostas aos ocupantes de funções públicas ou incidência nas proibições estabelecidos em suas cláusulas, imputadas à responsabilidade da CONTRATADA.

§ 1º – O CONTRATANTE poderá, ainda, rescindir unilateralmente o contrato, sem que caiba indenização a CONTRATADA, em razão de:

a) ocorrência de qualquer hipótese impeditiva ao fiel cumprimento do contrato pelo período acordado, inadmitindo-se qualquer suspensão da sua execução;

b) falta ao trabalho por três dias consecutivos ou cinco intercalados em um período de trinta dias, mesmo com justificação, ressalvadas as faltas abonadas por motivo de doença, em conformidade com o disposto na legislação trabalhista;

c) apresentação de documento falso ou declaração falsa ou inexata;

d) insuficiência de desempenho na função para a qual apresentou prova de capacitação.

§ 2º – Serão também motivos de rescisão aqueles previstos na Lei Municipal nº 048/94.

DAS CONDIÇÕES RESOLUTIVAS

CLÁUSULA DECIMA: O presente contrato estará resolvido de pleno direito, não cabendo qualquer indenização a CONTRATADA, nas hipóteses de sua substituição **POR SERVIDOR EFETIVO INVESTIDO EM CARGO QUE ABARQUE AS FUNÇÕES OBJETO DO PRESENTE CONTRATO**.

Parágrafo Único – A substituição mencionada no caput da presente Cláusula pode decorrer de qualquer forma de provimento originário ou derivado do servidor efetivo em questão.

DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A presente contratação não cria vínculo empregatício estatutário entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, nem gera para este o direito de ser posteriormente admitido como servidor municipal e nem o de ser aproveitado nos órgãos da administração municipal.

DAS DECLARAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A CONTRATADA fica ciente, neste ato, das seguintes declarações:

a) ciência das proibições do artigo 37, incisos XVI, XVII e § 10, da Constituição da República;

b) ciência e observância das proibições do art. 124, da Lei Municipal nº 048/94.

DA EXCEÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A superveniência de decisão judicial que anule a presente contratação, em especial a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº. 2.296/2026, não assegurará qualquer direito de reparação a CONTRATADA, a qual renuncia expressa e irrevogavelmente a qualquer pretensão indenizatória.

DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA CONTRATA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Município, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento na forma prevista na Instrução Normativa.

DA PREVIDÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A CONTRATADA deverá contribuir de forma obrigatória para Regime Geral de Previdência Federal, e não poderá exercer função diferente a estabelecida neste ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As partes contratantes elegem o foro da Comarca de São Miguel do Guaporé-RO, para dirimir todas e quaisquer dúvidas ou pendências relativas ao presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por privilegiado que se apresente.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo.

Seringueiras, 01 de outubro de 2026.

_____	_____
Contratante	Contratada

Testemunhas:

1ºAss. _____	2ºAss. _____
Nome:	Nome:
RG:	RG:

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco
Código Identificador:07BC3F5F

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA Nº313/GAB/PMS/2026

PORTARIA Nº313/GAB/PMS/2026 Seringueiras/RO,05 de outubro de 2026.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR JONISSON VIEIRA CUNHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Seringueiras, Estado de Rondônia, **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE:

Art. 1º Nomeação do servidor **JONISSON VIEIRA CUNHA,** portador do **CPF Nº 009. ***. ***-97** e célula de identidade **RG 11**25 SEDESCE/RO**, para ocupar o cargo de **Assessor de Obras (SEMOSP)**, conforme a **Lei Municipal N° 2.320/2026.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:23219F21

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA PRESENCIAL Nº 014/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO 715/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA ELETRÔNICA 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 712/2026

O Agente de Contratações do Município de Teixeirópolis, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará, na forma dos dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal 198/GAB/2022, DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/2026, que objetiva: Aquisição De Materiais, Uniformes E Equipamentos Esportivos Destinados Ao Projeto Bom De Bola, Bom De Escola, Visando Atender Às Atividades, Treinamentos E Competições Desenvolvidas No Âmbito Do Projeto. Abertura (sessão de disputa de preços) dia 08/10/2026 às 08:00h (horário de Brasília). O valor estimado da contratação é R$ 20.897,80 (vinte mil oitocentos e noventa e sete reais e oitenta centavos). O edital está disponível pelo site Portal da Transparência Teixeirópolis - RO e www.licitanet.com.br, sala do Departamento de Contratações ou solicitação por e-mail, de segunda a sexta – feira das 07h00min às 13h00min. Demais informações pelo telefone (69) 9 9368 – 2499, cpl@teixeiropolis.ro.gov.br, ou diretamente na sala do Departamento de Contratação da Prefeitura de Teixeirópolis

Teixeirópolis-RO, 05 de outubro de 2026.

VALDEIR ELOY DA SILVA
Agente de Contratação
Portaria N: 113/2025

Publicado por:
Kerlon Moreira Figueredo
Código Identificador:E3683936

DEPARTAMENTO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043-2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 701/2026

AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043-2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 701/2026

O Agente de Contratação do Município de Teixeirópolis, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará, conforme os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto Municipal nº 198/2024, - SRP - Pregão Eletrônico nº 043/2026, que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL. A sessão pública de disputa de preços será realizada no dia 20/10/2026, às 09h00min (horário de Brasília). O valor estimado da contratação é de R$ 128.450,00 (cento e vinte e oito mil e quatrocentos e cinquenta reais). O edital está disponível nos sites: https://athus4.teixeiropolis.ro.gov.br/transparencia/processo_compras/ e http://www.licitanet.com.br, bem como na sala do Departamento de Contratações ou mediante solicitação por e-mail, de segunda a sexta-feira, das 7h às 13h. Demais informações podem ser obtidas pelo telefone (69) 99368-2499, pelo e-mail cpl@teixeiropolis.ro.gov.br ou presencialmente, na Prefeitura de Teixeirópolis, sala do Departamento de Compras.

Teixeirópolis-RO, 05 de Outubro de 2026.

VALDEIR ELOY DA SILVA
Agente de Contratação
Portaria N: 0113/2025

Publicado por:
Kerlon Moreira Figueredo
Código Identificador:98EC53A5

DEPARTAMENTO DE CONTRATAÇÃO
EDITAL – DISPENSA ELETRÔNICA 001-2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO 207-2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA ELETRÔNICA 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 712/2026

O Agente de Contratações do Município de Teixeirópolis, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará, na forma dos dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal 198/GAB/2022, DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/2026, que objetiva: Aquisição De Materiais, Uniformes E Equipamentos Esportivos Destinados Ao Projeto Bom De Bola, Bom De Escola, Visando Atender Às Atividades, Treinamentos E Competições Desenvolvidas No Âmbito Do Projeto. Abertura (sessão de disputa de preços) dia 08/10/2026 às 08:00h (horário de Brasília). O valor estimado da contratação é R$ 20.897,80 (vinte mil oitocentos e noventa e sete reais e oitenta centavos). O edital está disponível pelo site Portal da Transparência Teixeirópolis - RO e www.licitanet.com.br, sala do Departamento de Contratações ou solicitação por e-mail, de segunda a sexta – feira das 07h00min às 13h00min. Demais informações pelo telefone (69) 9 9368 – 2499, cpl@teixeiropolis.ro.gov.br, ou diretamente na sala do Departamento de Contratação da Prefeitura de Teixeirópolis

Teixeirópolis-RO, 05 de outubro de 2026.

VALDEIR ELOY DA SILVA
Agente de Contratação
Portaria N: 113/2025

Publicado por:
Kerlon Moreira Figueredo
Código Identificador:E35D8949

DEPARTAMENTO DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 601/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 601/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ESTRUTURA PARA A FEIRA DO EMPREENDEDORISMO DE TEIXEIRÓPOLIS – 2026.

O Prefeito do Município de Teixeirópolis/RO, **Osmy Toledo de Souza**, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, Considerando a regularidade do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Eletrônico, a análise das propostas apresentadas, a compatibilidade dos preços ofertados com os valores de mercado e o atendimento, pela licitante vencedora, às condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, **ADJUDICA** o objeto do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026** as empresas vencedoras:

FORNECEDOR: 27.252.866 JEAN TALES DA COSTA SILVA
CNPJ: 27.252.866/0001-46
SUBTOTAL ADJUDICADO: R$ 50.485,00
SUBTOTAL ORÇADO: R$ 51.891,73
ECONOMIA % : 2,7108%
ECONOMIA R$: R$ 1.406,73

TOTAL GERAL DO PROCESSO

SUBTOTAL ADJUDICADO: R$ 50.485,00
SUBTOTAL ORÇADO: R$ 51.891,73
ECONOMIA % : 2,7108%
ECONOMIA R$: R$ 1.406,73

Na mesma oportunidade, **HOMOLOGA** o procedimento de contratação direta, ratificando o resultado e autorizando o prosseguimento dos atos necessários à formalização da contratação.
conforme resultado constante dos autos, pelos valores e condições estabelecidos no certame

Teixeirópolis/RO, 05 de Outubro de 2026.

OSMY TOLEDO DE SOUZA
Prefeito do Município de Teixeirópolis

Publicado por:
Kerlon Moreira Figueredo
Código Identificador:EA091DA9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 243/GAB/2026, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETA A VACANCIA DO CARGO DE VISITADOR SANITÁRIO EXERCIDO PELA SERVIDORA ALMERINDA BATISTA SENHORINHO VIEIRA.

O **Prefeito do Município de Teixeirópolis**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei 002/2010;

RESOLVE:
Art. 1º Decretar a vacância do cargo exercido pela servidora Almerinda Batista Senhorinho Vieira, do cargo de Visitador Sanitário, portadora do CPF/MF nº ***873.546** e matrícula nº 986-1, para posse em outro cargo inacumulável de acordo com art. 33 VI e 37 da Lei 002/2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos jurídicos e financeiros a 01 de outubro de 2026.

OSMY TOLEDO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Carolina Coraleski Benfica
Código Identificador:8F0BF80C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL, 02 DE OUTUBRO DE 2026.
THEOBROMA/RO, 02 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE O RETORNO ANTECIPADO DA SERVIDORA MARIA ZULENE FERREIRA NUNES DA LICENÇA-PRÊMIO E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício de suas competências, em acordo com a Lei Orgânica Municipal.

Considerando as Leis Municipais nº 36/1995 e suas alterações;

Considerando o processo administrativo nº 1188/2026;

Considerando o Decreto Municipal de 11 de agosto de 2026, que concedeu Licença-Prêmio à servidora, retificado pelo Decreto Municipal de Errata de 17 de agosto de 2026;

Considerando a Comunicação Interna 516 de 29/09/2026 (ID 165541);

R E S O L V E

Art. 1º Determinar o retorno antecipado da servidora **MARIA ZULENE FERREIRA NUNES**, categoria Professora Pedagoga, 40 (quarenta) horas, matrícula nº 1560, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, às suas atividades laborais no dia 05/10/2026, por necessidade da administração, interrompendo o gozo da Licença-Prêmio concedida pelo Decreto Municipal de 11 de agosto de 2026.

Art. 2º O período de gozo da licença-prêmio, inicialmente concedido de 12/08/2026 a 10/11/2026, fica reduzido ao período de 12/08/2026 a 04/10/2026, restando saldo remanescente de 37 (trinta e sete) dias.

Art. 3º O saldo remanescente de que trata o artigo anterior poderá ser usufruído em período oportuno, mediante nova solicitação da servidora e acordo com a administração municipal, conforme os trâmites legais e as orientações do setor de Recursos Humanos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05/10/2026.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:71CD4FF3

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL, 02 DE OUTUBRO DE 2026.
THEOBROMA/RO, 02 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício de suas competências, em acordo com a Lei Orgânica Municipal.
Considerando as Leis Municipais nº 36/1995 e suas alterações;

Considerando o processo administrativo nº 1525/2026;

Considerando o Parecer Jurídico 0 de 16/09/2026 (ID 160448)

R E S O L V E

Art. 1º Conceder Licença Prêmio a servidora **MARTA MENDONÇA**, cargo Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº 735, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA.

Art. 2º O período do gozo de licença-prêmio será do dia **01/10/2026 a 30/10/2026, 03/11/2026 a 02/12/2026 e 03/12/2026 a 01/01/2027.**

Art. 3º A servidora deverá cumprir os procedimentos legais e administrativos para formalizar o gozo da licença-prêmio, conforme as orientações do setor de Recursos Humanos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroagindo ao dia 01/10/2026.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:E74711E1

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.
THEOBROMA/RO, 05 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício de suas competências, em acordo com a Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Lei Municipal nº 36/1995 e suas alterações;

Considerando o Processo Administrativo nº 1541/2026;

Considerando o Parecer Jurídico 0 de 24/09/2026 (ID 164432);

Considerando a Despacho 375 de 02/10/2026 (ID 166503);

Considerando o Anexo De acordo da servidora de 02/10/2026 (ID 166515);

R E S O L V E

Art. 1º Conceder Licença-Prêmio à servidora **EUZENY DE PAULA FIRMINO**, cargo Auxiliar Op Serv Gerais Mulher, matrícula nº 1125, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, referente ao período aquisitivo de 12/03/2007 a 11/03/2012.

Art. 2º O período de gozo da licença-prêmio será de 07/10/2026 a 05/11/2026, totalizando 30 (trinta) dias corridos.

Art. 3º Caberá ao Departamento de Recursos Humanos proceder ao registro na ficha cadastral da servidora e ao controle do saldo remanescente de dias de licença-prêmio, para fins de futuros requerimentos.

Art. 4º A servidora deverá cumprir os procedimentos legais e administrativos para formalizar o gozo da licença-prêmio, conforme as orientações do setor de Recursos Humanos.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:B2D4250D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 96/GP/PMT/2026 THEOBROMA/RO, 02 DE OUTUBRO DE 2026.

DESIGNA A COMISSÃO DISCIPLINAR ESPECIAL DA COPA QUADRA SINTÉTICA 2026 – CATEGORIAS MASTER 40+ E FEMININO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE THEOBROMA, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a Comunicação Interna nº 21/2026, de 01 de outubro de 2026, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo – SEMCET;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a adequada aplicação das normas do Regulamento Oficial da competição, com decisões fundamentadas e imparciais, em observância ao contraditório e à ampla defesa,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros que integrarão a Comissão Disciplinar Especial da Copa Quadra Sintética 2026 – Categorias Master 40+ e Feminino, a saber:

I – Coordenador Geral: Humberto da Silva Teodoro;

II – Representante dos Servidores de Carreira Municipal: Ricardo Luiz Riffel;

III – Representante da Secretaria Municipal de Saúde**:** Vanderlei Viudes Peres;

IV – Representantes dos Desportistas: Claudiney Aparecido Andrade de Santana e Vanilson da Silva Souza;

V – Representante do Departamento de Esportes: Wagner de Melo.

Art. 2º Compete à Comissão Disciplinar Especial:

I – analisar e julgar recursos, denúncias, representações e demais ocorrências disciplinares submetidas à sua apreciação;
II – apreciar as ocorrências registradas em súmula pela arbitragem ou constantes de relatório oficial da organização da competição;

III – reunir-se, sempre que necessário, para apreciação de fatos relacionados ao cumprimento do Regulamento Oficial;

IV – assegurar aos interessados, quando cabível, o direito ao contraditório e à ampla defesa antes da aplicação das penalidades;

V – aplicar as penalidades previstas no Regulamento Oficial da competição, de acordo com a natureza e a gravidade da infração;

VI – deliberar sobre situações disciplinares não expressamente previstas no Regulamento, observadas as disposições gerais da competição;

VII – registrar suas decisões e deliberações, promovendo a devida comunicação às equipes ou aos interessados envolvidos.

Art. 3º A participação na Comissão é considerada serviço público relevante e não ensejará qualquer remuneração.

Art. 4º A Comissão atuará durante a realização da competição, extinguindo-se automaticamente com o seu encerramento e a conclusão dos julgamentos pendentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:03648E45

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 97/GP/PMT/2026 THEOBROMA/RO, 02 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA REFERENTE AO EQUIPAMENTO RECEBIDO POR MEIO DO TERMO DE DOAÇÃO Nº 205/2024/PGE-EMATER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE THEOBROMA, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de cumprimento das normas que regem a Administração Pública, especialmente quanto aos procedimentos administrativos relativos ao uso dos recursos e bens pertencentes ou sob a guarda da gestão pública;

CONSIDERANDO o Termo de Doação nº 205/2024/PGE-EMATER, celebrado entre a Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER-RO e o Município de Theobroma-RO, que tem por objeto a doação de 01 (uma) plantadeira de mudas de café, marca BUDNY, modelo TC, 1 linha;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna 90 de 17/09/2026 (ID 160982);

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Fiscalização do processo de Chamada Pública referente ao equipamento oriundo do Termo de Doação nº 205/2024/PGE-EMATER, qual seja, 01 (uma) plantadeira de mudas de café, marca BUDNY, modelo TC, 1 linha:

Soulondes Pereira da Silva
Ipoliana Albino Dias Gambarini
Obadias Alves de Macedo

Art. 2º Compete à Comissão ora nomeada:

I – acompanhar e fiscalizar todas as etapas do processo de Chamada Pública, zelando pela observância dos critérios e exigências estabelecidos no respectivo edital;

II – acompanhar a entrega, a utilização, a guarda e a conservação do equipamento, verificando o cumprimento das cláusulas do Termo de Doação nº 205/2024/PGE-EMATER;

III – registrar em relatório as ocorrências verificadas, comunicando à autoridade competente eventuais irregularidades para adoção das providências cabíveis;

IV – emitir pareceres e relatórios sempre que solicitados pela Administração ou pelos órgãos de controle.

Art. 3º A participação na Comissão será considerada serviço público relevante, não ensejando qualquer remuneração adicional aos seus membros.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:701C9973

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 98/GP/PMT/2026 THEOBROMA/RO, 02 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA REFERENTE AOS EQUIPAMENTOS ORIUNDOS DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 122/PGE-2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE THEOBROMA, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de cumprimento das normas que regem a Administração Pública, especialmente quanto aos procedimentos administrativos relativos ao uso dos recursos e bens pertencentes ou sob a guarda da gestão pública;

CONSIDERANDO o Termo de Convênio nº 122/PGE-2019, celebrado com o Município de Theobroma-RO, por meio do qual foi recebida 01 (uma) Plantadeira e Adubadora Agrícola;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna 91 de 17/09/2026 (ID 161097);

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Fiscalização do processo de Chamada Pública referente aos equipamentos oriundos do Termo de Convênio nº 122/PGE-2019, qual seja, 01 (uma) Plantadeira e Adubadora Agrícola:

I – Soulondes Pereira da Silva;
II – Ipoliana Albino Dias Gambarini;
III – Obadias Alves de Macedo.

Art. 2º Compete à Comissão ora nomeada:

I – acompanhar e fiscalizar todas as etapas do processo de Chamada Pública, zelando pela observância dos critérios e exigências estabelecidos no respectivo edital;

II – acompanhar a entrega, a utilização, a guarda e a conservação dos equipamentos, verificando o cumprimento das cláusulas do Termo de Convênio nº 122/PGE-2019;
III – registrar em relatório as ocorrências verificadas, comunicando à autoridade competente eventuais irregularidades para adoção das providências cabíveis;
IV – emitir pareceres e relatórios sempre que solicitados pela Administração ou pelos órgãos de controle.
Art. 3º A participação na Comissão será considerada serviço público relevante, não ensejando qualquer remuneração adicional aos seus membros.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:73F4C7CA

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N° 475/2026 DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

MUNICIPIO DE URUPA

ESTADO DO: RO

Exercício: 2026

Decreto n° 475/2026 de 05/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE URUPA, RO, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1188/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$431.603,73 (quatrocentos e trinta e um mil e seiscentos e três reais e setenta e três centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02		MUNICIPIO DE URUPA	
02.004		SECRETARIA DE EDUCACAO	
02.004.12.362.0003.2.043		TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL - CONVÊNIO SEDUC	
84 - 3.3.90.39.00.00	15710000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	431.603,73
Total Suplementação:			431.603,73

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita	
Receita: 1.7.2.4.51.0.1.01 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS DESTINADAS A	431.603,73
Total da Receita:	431.603,73

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE URUPA, Estado do RO, em 5 de Outubro de 2026.

Prefeito

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável MUNICIPIO DE URUPA	05/10/2026 - 11:18:25

Publicado por:
Juciane Gonçalves Maia
Código Identificador:8C6862AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIÁRIA FABIANA PORTILHO SENHORINHO

Unidade/Órgão Requisitante: **Prefeitura Municipal de Urupá-RO**		
Beneficiário:		
FABIANA PORTILHO SENHORINHO		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
Ji-Paraná- RO	16/07/2026	16/07/2026
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária à servidora **FABIANA PORTILHO SENHORINHO**, referente ao seu deslocamento à cidade de Ji-Paraná/RO, no dia 16 de julho de 2026, para participar da Oficina de Metodologia para elaboração dos Planos Decenais de Educação (2026-2036) no polo de Ji-Paraná/RO.		
Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
0,5	R$ 196,80	R$ 98,40

Publicado por:
Pollyana Caldeira Oliveira
Código Identificador:807EC903

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIÁRIA SILVANA GOMES LEAL

Unidade/Órgão Requisitante: **Prefeitura Municipal de Urupá-RO**		
Beneficiário:		
SILVANA GOMES LEAL		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
Ouro Preto do Oeste - RO	20/08/2026	20/08/2026
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária a servidora SILVANA GOMES LEAL, referente ao seu deslocamento no dia 20 de agosto de 2026 à cidade de OURO PRETO DO OESTE - RO, para participar da Formação PAIC/PROALFA para Articuladores, Agente de Monitoramento, Gestores e Formadores.		
Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
0,5	R$ 196,80	R$ 98,40

Publicado por:
Pollyana Caldeira Oliveira
Código Identificador:973D9559

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP N.º 021/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP n.º 021/2026
PREGÃO ELETRÔNICO n.º 046/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 1672/2026

Aos 28 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, na Cidade de Alto Paraíso, Estado de Rondônia, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, sito na Marechal Rondon – n°. 3031-Centro Alto Paraíso – RO, CEP. 76.862-000, pessoa jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ SOB N.º 63.762.025/0001-42, representada pelo Prefeito Municipal João Pavan e pelo Gerente do Sistema de Registro de Preços a Srº Thiago Santos de Souza, **RESOLVEM** nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Federal n.º 11.462/2023 – PMAP, registrar os preços das

empresas que sagraram-se vencedoras no certame do **Pregão Eletrônico nº 046/2026,** devidamente regulamentado pelo **Processo Administrativo nº 1672/2026**, objetivando a "**SISTEMA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DO TIPO MICRO-ÔNIBUS RODOVIÁRIO, NOVO, ZERO QUILÔMETRO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE (SEMSAU), POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**", totalizando **R$ 736.000,00 (setecentos e trinta e seis mil reais)**, da seguinte forma:

DETENTORES:
01 MASCARELLO CARROCERIAS E ÔNIBUS LTDA
CNPJ: 05.440.065/0001-71
ENDEREÇO: Av. Aracy Tanaka Biazetto 16450 – Bairro Santos Dumont, Cascavel – PR
PREPOSTO (A): Renato Ianelli
CPF: XXX.188.288 -XX

1	01	UND	AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO DO TIPO MICROÔNIBUS RODOVIÁRIO, ZERO QUILÔMETRO - Em conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência	IVC/MASC A 10-190/S3	R$736.000,00	R$ 736.000,00

Total: R$ 736.000,00 (setessentos e trinta e seis mil reais).

O prazo para entrega dos produtos / prestação dos serviços, será conforme especificações no Termo de referência, e após recebimento da Nota de empenho, de acordo com requisição emitida pelo gestor da pasta, das quais constarão à data de expedição, especificação do item, quantitativos, prazo, local, preço unitário e total.
O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos contando da data da apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela contratada, devidamente atestadas pela Administração.
Nenhum pagamento antecipado será efetuado à empresa, ou enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
O gestor da Ata de Registro de Preços será a Secretaria **Municipal de Saúde**, e o departamento de almoxarifado será responsável pela conferência das Notas Fiscais emitidas e certificadas pela Comissão de Fiscalização e Recebimento da secretaria solicitante.
Os prepostos das empresas acima qualificados deverão fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços, prestar toda assistência e orientação que se fizerem necessárias.
Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, as secretarias municipais da **Prefeitura de Alto Paraíso** que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere no item anterior não poderão exceder, por secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.
Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.
As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.
O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados o prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia.
O prazo que se refere o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.
O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.
A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.
As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta- contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.
A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o Art. 23 do Decreto nº 11.462/2023.
Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá se credenciar no processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.
O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor: I - for liberado;
- descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- não aceitar o preço revisado pela Administração.

A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
- pelo decurso do prazo de vigência;
- pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
- por razões de interesse público, devidamente justificadas.

No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa

Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.

A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.

A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.

A impugnação deverá ser endereçada ao presidente de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: cpl@altoparaiso.ro.gov.br (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo presidente de Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), pelo telefone (69) 69 9 9974-9293 ou ainda, protocolado o original junto a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-RO, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, situada na R. Marechal Cândido Rondon, 3031 Centro – CEP: 76.862-000.

Ao receber a impugnação, a presidente de Registro de Preço instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.

Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gerente de Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.

Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.

Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.

Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
- a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
- a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
- seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;
- seja realizado ampla pesquisa de mercado;
- seja feito negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.

A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

Na hipótese do cancelamento do registro de preços, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

21.25 Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

21.26 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

der causa à inexecução parcial do contrato;

der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

der causa à inexecução total do contrato;

ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
21.27. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156,
§ 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- Multa:
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art.157, da Lei nº 14.133, de 2021).
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o Contratante;
f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.
As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato.
Mais informações poderão ser adquiridas via e-mail: cpl@altoparaiso.ro.gov.br, ou pelo telefone
(69) 69 9 9974-9293 ou ainda junto a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-RO, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, situada na R. Marechal Cândido Rondon, 3031 Centro – CEP: 76.862-000.
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrado a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Alto Paraíso, 28 de setembro de 2026.

JOAO PAVAN
Prefeito Municipal

THIAGO SANTOS DE SOUZA
Gerente do Sistema de Registro de Preço – GSRP

RODRIGO DA SILVA QUEIROZ
Secretário Municipal de Saúde
Documento Assinado Eletronicamente

Detentores:
01 Mascarello Carrocerias e Ônibus LTDA
CNPJ: 05.440.065/0001-71
RENATO IANELLI
Preposto (a)

Publicado por:
Eliene da Silva
Código Identificador:AA943999

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP N.º 022/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP n.º 022/2026
PREGÃO ELETRÔNICO n.º 032/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 1108/2026

Aos 30 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, na Cidade de Alto Paraíso, Estado de Rondônia, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, sito na Marechal Rondon – n°. 3031-Centro Alto Paraíso – RO, CEP. 76.862-000, pessoa jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ SOB N.º 63.762.025/0001-42, representada pelo Prefeito Municipal João Pavan e pelo Gerente do Sistema de Registro de Preços a Srº Thiago Santos de Souza, **RESOLVEM** nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Federal n.º 11.462/2023 – PMAP, registrar os preços das empresas que sagraram-se vencedoras no certame do **Pregão Eletrônico nº 032/2026,** devidamente regulamentado pelo **Processo Administrativo nº 1108/2026**, objetivando a "**SISTEMA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E DISPOSITIVOS DESTINADOS AO MONITORAMENTO CONTÍNUO DE GLICOSE (CGM), POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**", totalizando **R$ 172.250,00 (cento e setenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais)**, da seguinte forma:

DETENTORES:
01 - MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 05.343.029/0001-90
ENDEREÇO: RUA DOIS, S/N, QUADRA 008 LOTE 008 BAIRRO/DISTRITO: CIVIT I - SERRA – ES
PREPOSTO (A): VERÔNICA VIANNA VILLAÇA SZUSTER
CPF: XXX.536.151 -XX

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR. UNIT	VLR. TOTAL
1	250	UND	SISTEMA COMPLETO PARA MONITORAMENTO CONTÍNUO DE GLICEMIA INTERSTICIAL Sistema completo para monitoramento contínuo de glicemia intersticial, de uso subcutâneo, por método eletroquímico ou equivalente, composto por sensor descartável e, quando aplicável à arquitetura tecnológica do fabricante, dispositivo transmissor complementar, reutilizável e compatível com o sensor ofertado. Aplicação indolor nas regiões do abdômen ou parte posterior do braço, mediante aplicador próprio; indicado para uso em crianças a partir de 2 anos de idade, adultos e idosos; vida útil do sensor de, no mínimo, 14 dias; leitura automática em intervalo máximo de até 5 minutos, sem necessidade de escaneamento manual; resistente à água (mínimo IP28 ou equivalente); transmissão de dados em tempo real via tecnologia sem fio (Bluetooth ou equivalente) diretamente para aplicativo móvel compatível com sistemas iOS e Android; dispensa calibração por ponta de dedo, ressalvadas situações clínicas específicas previstas pelo fabricante. O componente de transmissão poderá estar integrado ao próprio sensor descartável ou constituir dispositivo físico externo e reutilizável, a critério da arquitetura tecnológica do fabricante, sem prejuízo à classificação da proposta em qualquer dos dois casos. Todos os componentes ofertados (sensor, transmissor quando houver, e aplicativo) devem ser plenamente compatíveis entre si, do mesmo fabricante, vedada a combinação de peças de fabricantes distintos, com registro vigente na ANVISA para todos os componentes do sistema. Memória de cálculo: estimativa baseada em 10 (dez) pacientes atendidos pela rede municipal, considerando substituição do sensor a cada 14 (quatorze) dias, resultando em aproximadamente 25 (vinte e cinco) sensores/paciente/ano. Transmissor (quando aplicável): para soluções cuja arquitetura tecnológica utilize dispositivo de transmissão físico, separado do sensor, o(s) transmissor(es) necessário(s) ao pleno funcionamento do sistema durante toda a vigência contratual deverão estar incluídos no preço ofertado, sem custo adicional para a Administração, não sendo objeto de item ou cobrança à parte. Para soluções cuja transmissão seja integrada ao próprio sensor, esta exigência não se aplica, por inexistência de componente físico correspondente.	smart 2.0	R$ 689,00	R$ 172.250,00

Total: R$ 172.250,00 (cento e setenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais).

O prazo para entrega dos produtos / prestação dos serviços, será conforme especificações no Termo de referência, e após recebimento da Nota de empenho, de acordo com requisição emitida pelo gestor da pasta, das quais constarão à data de expedição, especificação do item, quantitativos, prazo, local, preço unitário e total.
O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos contando da data da apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela contratada, devidamente atestadas pela Administração.
Nenhum pagamento antecipado será efetuado à empresa, ou enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
O gestor da Ata de Registro de Preços será a Secretaria **Municipal de Saúde**, e o departamento de almoxarifado será responsável pela conferência das Notas Fiscais emitidas e certificadas pela Comissão de Fiscalização e Recebimento da secretaria solicitante.
Os prepostos das empresas acima qualificados deverão fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços, prestar toda assistência e orientação que se fizerem necessárias.
Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, as secretarias municipais da **Prefeitura de Alto Paraíso** que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere no item anterior não poderão exceder, por secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.
Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.
O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados o prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia.
O prazo que se refere o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.
O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.
A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.
As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta- contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.
A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o Art. 23 do Decreto nº 11.462/2023.
Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá se credenciar no processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.
O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor: I - for liberado;
- descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- não aceitar o preço revisado pela Administração.
A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
- pelo decurso do prazo de vigência;
- pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
- por razões de interesse público, devidamente justificadas.
No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa
Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.
A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.
A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.
A impugnação deverá ser endereçada ao presidente de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: cpl@altoparaiso.ro.gov.br (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo presidente de Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), pelo telefone (69) 69 9 9974-9293 ou ainda, protocolado o original junto a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-RO, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, situada na R. Marechal Cândido Rondon, 3031 Centro – CEP: 76.862-000.
Ao receber a impugnação, a presidente de Registro de Preço instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.
Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gerente de Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.
Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.
Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.
Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.
Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
- a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
- a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
- seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;
- seja realizado ampla pesquisa de mercado;
- seja feito negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.
A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
Na hipótese do cancelamento do registro de preços, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
21.25 Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.
21.26 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
der causa à inexecução parcial do contrato;
der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
der causa à inexecução total do contrato;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
21.27. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156,
§ 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- Multa:
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art.157, da Lei nº 14.133, de 2021).
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o Contratante;
f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.
As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato.
Mais informações poderão ser adquiridas via e-mail: cpl@altoparaiso.ro.gov.br, ou pelo telefone
(69) 69 9 9974-9293 ou ainda junto a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-RO, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, situada na R. Marechal Cândido Rondon, 3031 Centro – CEP: 76.862-000.
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrado a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Alto Paraíso, 30 de setembro de 2026.

JOAO PAVAN
Prefeito Municipal

THIAGO SANTOS DE SOUZA
Gerente do Sistema de Registro de Preço – GSRP

RODRIGO DA SILVA QUEIROZ
Secretário Municipal de Saúde
Documento Assinado Eletronicamente

Detentores:
01 - Medlevensohn Comércio E Representações De Produtos Hospitalares LTDA
CNPJ: 05.343.029/0001-90
Preposto (A):
VERÔNICA VIANNA VILLAÇA SZUSTER

Publicado por:
Eliene da Silva
Código Identificador:08C42DF0

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 072/PMB/2026

PROCESSO N° 2749/2025- SEMA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026-SLC

O MUNICÍPIO DE BURITIS, ESTADO DE RONDÔNIA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.266.058/0001-44 com sede na Rua São Lucas, 2476, Setor 06, CEP n.º 76.880-000, nesta cidade e comarca de Buritis-RO, no presente ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. VALTAIR FRITZ DOS REIS, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF: ***. 477.909-** e RG sob nº. **8848** SESP/PR, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa LAPTOP COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ n.º 34.770.156/0001-73, com sede na Av. Canaã, nº 3000, Setor 01, CEP 76870-140, na cidade de Ariquemes -RO, daqui a diante simplesmente, tendo como representante legal o Sr. JOSÉ APARECIDO BERNARDINELI, brasileiro, casado, portador da carteira nacional de Habilitação nº ***077*19*0 DETRAN/RO e CPF sob o nº **7.93*.9**-*5, residente e domiciliado a Av. Rio Branco, nº 3735, Jardim Jorge Teixeira, Cep 76876-530, em Ariquemes -RO, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente CONTRATO, em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal n.º 13.509/2023, e demais legislação aplicável, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 031/2026, Processo n.º 2749/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.
CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)
O objeto do presente instrumento é a Aquisição de Equipamentos e Insumos de Informática, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
02	**SWITCH DE 48 PORTAS PORTAS** switch gerenciável 48 portas, no mínimo com a seguinte configuração: portas gigabit: 48; poe: 48 portas até 30w por porta, padrão 02.3at/af compliant, potência máxima total de 500 watts; gerenciamento centralizado: controlador baseado em nuvem omada, controlador de hardware omada (oc300 ou oc200) ou controlador de software omada; acesso via nuvem: requer uso de oc300 ou oc200; gerenciamento independente: web, cli, snmp, rmon; portas adicionais: 4x sfp+ (10 gigabit), 1 porta console rj45, 1 porta console micro usb; montagem: rack padrão 19 polegadas; desempenho: comutação de 176 gbps, taxa de encaminhamento de pacotes de 130,9 mbps.	UND	TP-LINK TL-SG3452XP	9	R$ 3.830,00	R$ 34.470,00
11	**CABO DE REDE CAT5E** • Cabo para rede, com a seguinte especificação mínima: • cabo u/utp cat5e para uso em aplicações fast ethernet (100base-tx, 100base-t4), gigabit ethernet (1000base t), atm - 155 (utp), 10base-t, • token ring.	CX	MPT U/UTP CAT5E LSZH HOM. ANATEL	17	R$ 728,00	R$ 12.376,00

	• ser constituído por 4 pares de condutores sólidos 24awg de cobre • atender as normas: ansi/tia-568.2-d, anatel, abnt nbr 14703, 14705, 14565, iec 60332-3-25 retardância a chama, iec 61034 densidade de fumaça e toxidez dos gases, nbr 12139 • produto deverá ser homologado pela anatel • possuir revestimento externo lszh (low smoke zero halogen) • ser compatível com poe (ieee 802.3af) e poe+ (ieee 802.at)) • não será aceito cabo com condutor composto tipo cabo cftv • deverá ser entregue em caixa com 305 metroS					
12	**CABO DE REDE CAT6** • Cabo para rede, com a seguinte especificação mínima: • cabo u/utp cat6 para uso em aplicações gigabit ethernet (1000base -t e 1000basetx), fast ethernet (100base-tx, 100base-t4), atm -155 (utp) • ser constituído por 4 pares de condutores sólidos 23awg de cobre • atender as normas: ansi/tia-568.2-d, iso iec 11801, anatel, abnt nbr 14703, 14705, 14565, iec 60332-3-25 retardância a chama, iec 61034 densidade de fumaça e toxidez dos gases, nbr 12139 • produto deverá ser homologado pela anatel • possuir revestimento externo lszh (low smoke zero halogen) • ser compatível com poe (ieee 802.3af) e poe+ (ieee 802.at)) • não será aceito cabo com condutor composto tipo cabo cftv • deverá ser entregue em caixa com 305 metros	CX	MPT U/UTP CAT6 LSZH HOM. ANATEL	8	R$ 940,00	R$ 7.520,00
VALOR TOTAL R$: 54.366,00						

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.
CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA
O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contado da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, com início e término em dias de expediente, excluindo-se o primeiro e incluindo-se o último.
CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)
O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no presente Contrato e no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
A comunicação entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, como por exemplo: e-mail e WhatsApp.
Forma, local e prazo de entrega (conforme item 5 do termo de referência):
A entrega deverá ser efetuada no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Buritis, situado na Avenida Ayrton Senna, 2727, Setor 07, (ao lado da balança), Buritis/RO - CEP: 76.880- 000 - Telefone: (69) 3238- 2675 no horário das 07h30às 13h30 de segunda-feira a sexta-feira.
Quando houver necessidade de fornecimento do produto, a Secretaria emitirá ordem de faturamento para autorizar a entrega, devendo ser entregues conforme solicitado em Nota de Empenho e ordem de faturamento.
Os produtos serão solicitados conforme a necessidade da secretaria e deverá ser entregue em até 20 (vinte) dias úteis após o recebimento da ordem de faturamento, de forma que não comprometa a realização de atividades públicas, a qual se destina.
Recebimento do Objeto (conforme item 7 do termo de referência):
Provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da aquisição, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;
Definitivamente, ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela secretaria, após a verificação da qualidade dos materiais e consequente aceitação mediante termo detalhado, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.
Da Gestão Contratual:
O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização.
CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO
Não será permitida a subcontratação do objeto, por se tratar de fornecimento de bens comuns, disponíveis no mercado e de fácil entrega pela própria empresa vencedora da licitação.
A execução direta pela contratada facilita a fiscalização e o controle das entregas pela Administração, assegurando maior efetividade no acompanhamento do cumprimento contratual, na verificação das especificações exigidas e na responsabilização da empresa contratada por eventuais irregularidades.
Assim, fica vedada a subcontratação, total ou parcial, da execução do objeto.
CLÁUSULA QUINTA - PREÇO
O valor total da contratação é de R$ 54.366,00 (cinquenta e quatro mil trezentos e sessenta e seis reais)
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, garantia e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

Para fins de **liquidação**, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
O prazo de validade;
A data de emissão;
O período respectivo de execução da contratação;
O valor a pagar;
Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas edital;
Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente.
O pagamento deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas às glosas e notas de débitos, nos termos do Decreto Municipal nº 13.509/2023 de 15 de março de 2023.
O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada em sua proposta de preços.
CLÁUSULA SETIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)
São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de *15 (quinze) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)
A contratada ficará obrigada a atender às Ordens de Fornecimento regularmente emitidas durante a vigência contratual, observados os quantitativos, condições e prazos de entrega estabelecidos neste instrumento e no Termo de Referência.

As Ordens de Fornecimento deverão ser expedidas pela Administração em prazo compatível com o período de vigência contratual e com o prazo estabelecido para entrega do objeto, de modo a assegurar a regular execução da contratação.

8.1.2. A existência de saldo contratual ou de empenho regularmente emitido não autoriza, por si só, a emissão de novas Ordens de Fornecimento após o término da vigência contratual.
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, conforme especificações e prazo constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;
Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do órgão solicitante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na entrega do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;
Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo Contratante, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;
Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital, o mesmo será recusado, ficando à detentora responsável pela substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

A entrega dos produtos será realizada mediante prévia emissão da respectiva Nota de Empenho e da Ordem de Fornecimento/Faturamento, expedidas pela Administração, observados os quantitativos, valores e demais condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência;
Os produtos serão recebidos definitivamente após a verificação de que possuem todas as características consignadas nas especificações definidas no edital;
A empresa deverá arcar com as despesas decorrentes de frete e transporte dos produtos, e quaisquer outras despesas adicionais que incidam direta e indiretamente sobre a perfeita e integral execução do objeto a ser contratado, sem a inclusão posterior de qualquer custo adicional, além daqueles apresentados na proposta de preços;
A Contratada deverá comunicar antecipadamente os motivos que impossibilite o seu cumprimento da obrigação assumida;
A Contratada deverá atender também a todos os requisitos da contratação informados no item 4 do termo de referência;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO
Não haverá exigência de garantia contratual de execução, nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de fornecimento de bens comuns, de baixa complexidade e execução simples, não havendo risco relevante que justifique tal exigência.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
Der causa à inexecução parcial do contrato;
Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Der causa à inexecução total do contrato;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, Aplicável em casos de infrações leves ou formais, sem prejuízo efetivo à Administração, tais como:
Atraso na entrega de até 2 (dois) dias úteis, sem impacto no cronograma institucional;
Entrega de documentos com inconsistências formais, sanáveis em até 2 (dois) dias úteis;
Ausência de comunicação prévia sobre justificativas administrativas;
Não seguir especificações técnicas do fabricante ou contrato, mas fazer a substituição/correção de imediato após a notificação;
Embalagens em desconformidade com o previsto, mas que não comprometam a qualidade do produto;
Entrega parcial de quantitativos, desde que rapidamente sanada;
Desorganização na logística ou falha na comunicação com a fiscalização. Por exemplo, agendar entrega fora do horário combinado sem aviso prévio;
Falta de rotulagem adequada (como ausência de informações claras), desde que corrigida em tempo;
Demais descumprimento de formalidades contratuais menores, sem impacto direto no fornecimento;
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com rápida convocação e aceitação do segundo colocado 1 ano de impedimento;
Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com a necessidade de nova licitação 2 anos de impedimento;
Reincidência no atraso ou não correção após a aplicação das advertências do item 10.3 na execução contratual 1 ano de impedimento;
Descumprimento contratual reiterado que comprometa a finalidade da contratação 2 anos de impedimento;
Não entrega dos produtos 2 anos de impedimento;
Recusa injustificada em cumprir cláusulas contratuais 1 ano de impedimento;
Atrasos significativos que comprometam o abastecimento, de 6 meses a 1 ano de impedimento;
Fornecimento de produtos diferentes das especificações do edital e termo de referência (ex: material de qualidade inferior, tamanhos errados, funcionalidade comprometida), desde que a empresa não realiza a correção após a notificação, 2 anos de impedimento e não será realizado o pagamento para itens entregues em desconformidade;
Obstruir investigação ou fiscalização, 3 anos de impedimento
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave:
Fornecimento intencional de produtos falsificados ou adulterados;
Simular execução de etapas do contrato sem realizá-las;
Utilizar notas fiscais frias para comprovar entregas não realizadas;
Tentar corromper, ameaçar ou coagir servidor público;
Fornecer documentação sabidamente falsa durante a licitação ou execução do contrato;
Fraudar certidões, atestados técnicos ou balanços contábeis;
Envolvimento comprovado em cartel, superfaturamento ou manipulação de propostas;
Prática reiterada de descumprimentos graves em diversos contratos públicos;
Obstrução proposital de auditoria, fiscalização ou investigação;
Enriquecimento ilícito à custa do erário;
Comprometer intencionalmente a execução de políticas públicas (ex: atrasar a entrega de itens essenciais ou fornecer materiais perigosos à população).
Multa:

Moratória, para as infrações descritas no item "d", de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 24 (vinte e quatro dias);
O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas "e" a "h" de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação:
10%: Quando o ato foi isolado, sem prejuízo direto, mas comprovado dolosamente.
15%: Quando houve tentativa de prejuízo à administração, ainda que contornado.
20%: Quando houve prejuízo direto, má-fé evidente ou obstrução à fiscalização.
Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "c", de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.
10%: Quando o não cumprimento for justificado parcialmente, com tentativa de resolução;
10%: Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com rápida convocação e aceitação do segundo colocado;
15%: Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com a necessidade de nova licitação**;**
15%: Quando for injustificado e causar prejuízo à administração.
Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "b", de 6% (seis por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
6%: Quando o prejuízo é contido e reversível com esforço da Administração;
10%: Quando o dano foi maior, causando interrupções em serviços essenciais.
Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
2%: Atrasos com impacto leve, mas reincidentes;
5%: Atrasos que afetaram diretamente o uso do objeto contratado, mesmo que parcialmente entregues;
5%: Descumprimento do prazo de regularização documental após notificação formal da Administração;
5%: Reincidência em atrasos na entrega ou falhas operacionais em contratos anteriores com o mesmo órgão público;
Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "**a**", de **1%** (**um** por cento) a **6%** (seis por cento) do valor da contratação:
1%: Descumprimentos formais ou sanáveis rapidamente;
4%: Descumprimentos moderados, com retrabalho por parte da Administração.
6%: Quando houve reincidência ou ausência de comunicação para a correção.
A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;
Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
Na aplicação das sanções serão considerados:
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o Contratante; e
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)
O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.
A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão: Prefeitura Municipal de Buritis
SEMA
02.03.01 Secretaria Municipal de Administração
04 122 1001 2004 0000 Manutenção das Atividades Administrativa da SEMA
3.3.90.30.00- Material De Consumo
FICHA- 37
02.03.01 Secretaria Municipal de Administração
04 122 1001 2004 0000 Manutenção das Atividades Administrativa da SEMA
4.4.90.52.00 – Equipamentos E Material Permanente
FICHA: 048

SEMOSP
Unidade Orçamentária: 02.06.01 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP Programação: 04.122.1001.2008.0000 – Apoio ao Suporte Administrativo da SEMOSP
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
Ficha: 113

SEMUSA
Unidade Orçamentária: 02.08.01 – Secretaria Municipal de Saúde
Programação: 10.301.1003.2026.0000 – Manutenção das Ações das SEMUSA – 15%
10.301.1003.2036.0000 – Manutenção da Atenção Primária a saúde- APS
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo
Ficha: 270
10.301.1003.2026.0000 - Manutenção das ações da SEMUSA - 15%
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Ficha: 251
10.301.1003.2026.0000 - Manutenção das ações da SEMUSA - 15%
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 – Material Permanente
Ficha: 261

SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 020501 Secretaria Municipal De Fazenda
Programação: 04.122.1001.2005.0000 Manut. Das Ativid. Administ da SEMFAZ
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo
Ficha: 84
SEMAST
Unidade Orçamentária: 02.10.02 Fundo Municipal de Assistência Social
Programação: 08.122.1004.2044.0000 – Manutenção das Atividades do Fundo Mun. de Assist. Social
Elemento de Despesa:3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Ficha 394
SEMED
Unidade Orçamentária: 02.07.01 - Secretaria Municipal de Educação
Programação: 12.361.1002.2022.0000 - Salário Educação - Programa Salário Educação
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Ficha: 140

Programação: 12.361.1002.2022.0000 - Salário Educação - Programa Salário Educação
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 - Material Permanente
Ficha: 146

Unidade Orçamentária: 02.07.01 - Secretaria Municipal de Educação Programação: 12.361.1002.2100 - Manutenção das atividades da secretaria mun. de educação 25%
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Ficha: 150
Programação: 12.361.1002.2100 - Manutenção das atividades da secretaria mun. de educação 25%
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Ficha: 158
A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
Distribuição dos itens e valores por secretaria:

ITENS	SECRETARIA	TOTAL
02 - SWITCH DE 48 PORTAS PORTAS	GABINETE – 1	R$ 3.830,00
	INPREB - 1	R$ 3.830,00
	SEMA – 2	R$ 7.660,00
	SEMAGRI – 1	R$ 3.830,00
	SEMED – 1	R$ 3.830,00
	SEMOSP – 1	R$ 3.830,00

	SEMUSA – 2	R$ 7.660,00
11- CABO DE REDE CAT5E	AGERB -1	R$ 728,00
	GABINETE – 1	R$ 728,00
	INPREB - 1	R$ 728,00
	SEMA – 3	R$ 2.184,00
	SEMAGRI – 1	R$ 728,00
	SEMAST – 1	R$ 728,00
	SEMED – 3	R$ 2.184,00
	SEMFAZ – 1	R$ 728,00
	SEMMAS – 1	R$ 728,00
	SEMPLAN – 1	R$ 728,00
	SEMUSA – 3	R$ 2.184,00
12- CABO DE REDE CAT6	AGERB -1	R$ 940,00
	GABINETE – 1	R$ 940,00
	INPREB - 1	R$ 940,00
	SEMA – 2	R$ 1.880,00
	SEMAGRI – 1	R$ 940,00
	SEMED – 1	R$ 940,00
	SEMUSA – 1	R$ 940,00

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)
Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.
Nas alterações unilaterais de que trata o art. 124, I, da Lei nº 14.133/2021, o contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até os limites estabelecidos no art. 125 da referida Lei.
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO
Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, http://www.buritis.ro.gov.br (Portal da transparência do Município de Buritis), em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)
Fica eleito o Foro Comarca de Buritis, Estado de Rondônia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Buritis/RO, 30 de setembro de 2026.

Município De Buritis/RO
VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito

LAPTOP COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA
CNPJ: 34.770.156/0001-73
Representante Legal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 72/2026/PMB

PROCESSO Nº 2749-2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 31/2026-SLC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BURITIS/RO
CONTRATADO: LAPTOP COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: Equipamentos e insumos de informática.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
Órgão: Prefeitura Municipal de Buritis
SEMA
02.03.01 Secretaria Municipal de Administração
04 122 1001 2004 0000 Manutenção das Atividades Administrativa da SEMA
3.3.90.30.00- Material De Consumo
FICHA- 37
02.03.01 Secretaria Municipal de Administração
04 122 1001 2004 0000 Manutenção das Atividades Administrativa da SEMA
4.4.90.52.00 – Equipamentos E Material Permanente
FICHA: 048

SEMOSP
Unidade Orçamentária: 02.06.01 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP Programação: 04.122.1001.2008.0000 – Apoio ao Suporte Administrativo da SEMOSP
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
Ficha: 113

SEMUSA
Unidade Orçamentária: 02.08.01 – Secretaria Municipal de Saúde
Programação: 10.301.1003.2026.0000 – Manutenção das Ações das SEMUSA – 15%
10.301.1003.2036.0000 – Manutenção da Atenção Primária a saúde- APS
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo
Ficha: 270
10.301.1003.2026.0000 - Manutenção das ações da SEMUSA - 15%
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Ficha: 251
10.301.1003.2026.0000 - Manutenção das ações da SEMUSA - 15%
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 – Material Permanente
Ficha: 261

SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 020501 Secretaria Municipal De Fazenda
Programação: 04.122.1001.2005.0000 Manut. Das Ativid. Administ da SEMFAZ
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo
Ficha: 84
SEMAST
Unidade Orçamentária: 02.10.02 Fundo Municipal de Assistência Social
Programação: 08.122.1004.2044.0000 – Manutenção das Atividades do Fundo Mun. de Assist. Social
Elemento de Despesa:3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Ficha 394
SEMED
Unidade Orçamentária: 02.07.01 - Secretaria Municipal de Educação
Programação: 12.361.1002.2022.0000 - Salário Educação - Programa Salário Educação
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Ficha: 140

Programação: 12.361.1002.2022.0000 - Salário Educação - Programa Salário Educação
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 - Material Permanente
Ficha: 146

Unidade Orçamentária: 02.07.01 - Secretaria Municipal de Educação Programação: 12.361.1002.2100 - Manutenção das atividades da secretaria mun. de educação 25%
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Ficha: 150
Programação: 12.361.1002.2100 - Manutenção das atividades da secretaria mun. de educação 25%
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Ficha: 158

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

VALOR TOTAL DESTE CONTRATO: R$ 54.366,00 (cinquenta e quatro mil trezentos e sessenta e seis reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato.

Município de Buritis/**RO**
VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito

Publicado por:
Tamara Abreu da Silva
Código Identificador:A7EAABFF

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 081/PMB/2026

PROCESSO N° 2749/2025- SEMA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026-SLC

O MUNICÍPIO DE BURITIS, ESTADO DE RONDÔNIA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.266.058/0001-44 com sede na Rua São Lucas, 2476, Setor 06, CEP n.º 76.880-000, nesta cidade e comarca de Buritis-RO, no presente ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. VALTAIR FRITZ DOS REIS, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF: ***. 477.909-** e RG sob nº. **8848** SESP/PR, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa ADELSO RAMOS SOBRINHO COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, inscrita no CNPJ n.º 40.788.617/0001-38, com sede na Avenida Carlos Gomes, 4714, Novo Horizonte do Oeste - Rondônia, CEP.: 76.956-000, daqui a diante simplesmente, tendo como representante legal o Sr. ADELSO RAMOS SOBRINHO, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da carteira de identidade RG nº **450* SSP/RO e inscrito no CPF sob o nº ***.452.752-**, residente e domiciliado na Avenida Carlos Gomes,4726, Centro, Novo Horizonte do Oeste – RO, CEP 76.956-000, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente CONTRATO, em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal n.º 13.509/2023, e demais legislação aplicável, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 031/2026, Processo n.º 2749/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.
CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)
O objeto do presente instrumento é a Aquisição de Equipamentos e Insumos de Informática, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
20	TECLADO USB Especificações: Teclas de baixo perfil e silenciosas com layout ABNT2, incluindo teclas de função (F1-F12) e teclado numérico completo. Conexão: USB, Padrão ABNT2, Versão em Português, Design resistente a derramamentos, Teclas duráveis que resistem a até 10 milhões de pressionamentos Suportes inclináveis fortes e ajustáveis, Caracteres nítidos e brilhantes Computador baseado no Windows: Windows 10, 11 ou superior, Porta USB Linux: Linux dekernel 2.6+ -Porta: USB, Conteúdo da embalagem: Teclado	UND	**Kmex - usb**	**125**	R$ 28,50	R$ 3.562,50
22	Pendrive, capacidade de 32 GB, com desempenho de velocidade de leitura até 100 MB/s	Unid	**Kross - usb**	**20**	R$ 36,00	R$ 720,00
VALOR TOTAL R$ 4.282,50						

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.
CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA
O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contado da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, com início e término em dias de expediente, excluindo-se o primeiro e incluindo-se o último.
CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)
O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no presente Contrato e no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
A comunicação entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, como por exemplo: e-mail e WhatsApp.
Forma, local e prazo de entrega (conforme item 5 do termo de referência):
A entrega deverá ser efetuada no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Buritis, situado na Avenida Ayrton Senna, 2727, Setor 07, (ao lado da balança), Buritis/RO - CEP: 76.880- 000 - Telefone: (69) 3238- 2675 no horário das 07h30às 13h30 de segunda-feira a sexta-feira.
Quando houver necessidade de fornecimento do produto, a Secretaria emitirá ordem de faturamento para autorizar a entrega, devendo ser entregues conforme solicitado em Nota de Empenho e ordem de faturamento.
Os produtos serão solicitados conforme a necessidade da secretaria e deverá ser entregue em até 20 (vinte) dias úteis após o recebimento da ordem de faturamento, de forma que não comprometa a realização de atividades públicas, a qual se destina.
Recebimento do Objeto (conforme item 7 do termo de referência):
Provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da aquisição, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;
Definitivamente, ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela secretaria, após a verificação da qualidade dos materiais e consequente aceitação mediante termo detalhado, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.
Da Gestão Contratual:
O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização.
CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO
Não será permitida a subcontratação do objeto, por se tratar de fornecimento de bens comuns, disponíveis no mercado e de fácil entrega pela própria empresa vencedora da licitação.
A execução direta pela contratada facilita a fiscalização e o controle das entregas pela Administração, assegurando maior efetividade no acompanhamento do cumprimento contratual, na verificação das especificações exigidas e na responsabilização da empresa contratada por eventuais irregularidades.
Assim, fica vedada a subcontratação, total ou parcial, da execução do objeto.
CLÁUSULA QUINTA - PREÇO
O valor total da contratação é de R$ 4.282,50 (quatro mil duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, garantia e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)
Para fins de **liquidação**, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
O prazo de validade;
A data de emissão;
O período respectivo de execução da contratação;
O valor a pagar;
Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas edital;
Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente.
O pagamento deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas às glosas e notas de débitos, nos termos do Decreto Municipal nº 13.509/2023 de 15 de março de 2023.
O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada em sua proposta de preços.
CLÁUSULA SETIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)
São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de *15 (quinze) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)
A contratada ficará obrigada a atender às Ordens de Fornecimento regularmente emitidas durante a vigência contratual, observados os quantitativos, condições e prazos de entrega estabelecidos neste instrumento e no Termo de Referência.

As Ordens de Fornecimento deverão ser expedidas pela Administração em prazo compatível com o período de vigência contratual e com o prazo estabelecido para entrega do objeto, de modo a assegurar a regular execução da contratação.

8.1.2. A existência de saldo contratual ou de empenho regularmente emitido não autoriza, por si só, a emissão de novas Ordens de Fornecimento após o término da vigência contratual.
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, conforme especificações e prazo constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;
Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do órgão solicitante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na entrega do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;
Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo Contratante, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;
Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital, o mesmo será recusado, ficando à detentora responsável pela substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
A entrega dos produtos será realizada mediante prévia emissão da respectiva Nota de Empenho e da Ordem de Fornecimento/Faturamento, expedidas pela Administração, observados os quantitativos, valores e demais condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência;
Os produtos serão recebidos definitivamente após a verificação de que possuem todas as características consignadas nas especificações definidas no edital;
A empresa deverá arcar com as despesas decorrentes de frete e transporte dos produtos, e quaisquer outras despesas adicionais que incidam direta e indiretamente sobre a perfeita e integral execução do objeto a ser contratado, sem a inclusão posterior de qualquer custo adicional, além daqueles apresentados na proposta de preços;
A Contratada deverá comunicar antecipadamente os motivos que impossibilite o seu cumprimento da obrigação assumida;
A Contratada deverá atender também a todos os requisitos da contratação informados no item 4 do termo de referência;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO
Não haverá exigência de garantia contratual de execução, nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de fornecimento de bens comuns, de baixa complexidade e execução simples, não havendo risco relevante que justifique tal exigência.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
Der causa à inexecução parcial do contrato;
Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Der causa à inexecução total do contrato;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, Aplicável em casos de infrações leves ou formais, sem prejuízo efetivo à Administração, tais como:
Atraso na entrega de até 2 (dois) dias úteis, sem impacto no cronograma institucional;
Entrega de documentos com inconsistências formais, sanáveis em até 2 (dois) dias úteis;
Ausência de comunicação prévia sobre justificativas administrativas;
Não seguir especificações técnicas do fabricante ou contrato, mas fazer a substituição/correção de imediato após a notificação;
Embalagens em desconformidade com o previsto, mas que não comprometam a qualidade do produto;
Entrega parcial de quantitativos, desde que rapidamente sanada;
Desorganização na logística ou falha na comunicação com a fiscalização. Por exemplo, agendar entrega fora do horário combinado sem aviso prévio;
Falta de rotulagem adequada (como ausência de informações claras), desde que corrigida em tempo;
Demais descumprimento de formalidades contratuais menores, sem impacto direto no fornecimento;
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com rápida convocação e aceitação do segundo colocado 1 ano de impedimento;
Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com a necessidade de nova licitação 2 anos de impedimento;
Reincidência no atraso ou não correção após a aplicação das advertências do item 10.3 na execução contratual 1 ano de impedimento;
Descumprimento contratual reiterado que comprometa a finalidade da contratação 2 anos de impedimento;
Não entrega dos produtos 2 anos de impedimento;
Recusa injustificada em cumprir cláusulas contratuais 1 ano de impedimento;
Atrasos significativos que comprometam o abastecimento, de 6 meses a 1 ano de impedimento;
Fornecimento de produtos diferentes das especificações do edital e termo de referência (ex: material de qualidade inferior, tamanhos errados, funcionalidade comprometida), desde que a empresa não realiza a correção após a notificação, 2 anos de impedimento e não será realizado o pagamento para itens entregues em desconformidade;
Obstruir investigação ou fiscalização, 3 anos de impedimento
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave:
Fornecimento intencional de produtos falsificados ou adulterados;
Simular execução de etapas do contrato sem realizá-las;
Utilizar notas fiscais frias para comprovar entregas não realizadas;
Tentar corromper, ameaçar ou coagir servidor público;
Fornecer documentação sabidamente falsa durante a licitação ou execução do contrato;
Fraudar certidões, atestados técnicos ou balanços contábeis;
Envolvimento comprovado em cartel, superfaturamento ou manipulação de propostas;
Prática reiterada de descumprimentos graves em diversos contratos públicos;
Obstrução proposital de auditoria, fiscalização ou investigação;
Enriquecimento ilícito à custa do erário;
Comprometer intencionalmente a execução de políticas públicas (ex: atrasar a entrega de itens essenciais ou fornecer materiais perigosos à população).
Multa:
Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 24 (vinte e quatro dias);
O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação:
10%: Quando o ato foi isolado, sem prejuízo direto, mas comprovado dolosamente.
15%: Quando houve tentativa de prejuízo à administração, ainda que contornado.
20%: Quando houve prejuízo direto, má-fé evidente ou obstrução à fiscalização.

Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "c", de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.
10%: Quando o não cumprimento for justificado parcialmente, com tentativa de resolução;
10%: Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com rápida convocação e aceitação do segundo colocado;
15%: Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com a necessidade de nova licitação**;**
15%: Quando for injustificado e causar prejuízo à administração.
Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "b", de 6% (seis por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
6%: Quando o prejuízo é contido e reversível com esforço da Administração;
10%: Quando o dano foi maior, causando interrupções em serviços essenciais.
Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
2%: Atrasos com impacto leve, mas reincidentes;
5%: Atrasos que afetaram diretamente o uso do objeto contratado, mesmo que parcialmente entregues;
5%: Descumprimento do prazo de regularização documental após notificação formal da Administração;
5%: Reincidência em atrasos na entrega ou falhas operacionais em contratos anteriores com o mesmo órgão público;
Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "**a**", de **1%** (**um** por cento) a **6%** (seis por cento) do valor da contratação:
1%: Descumprimentos formais ou sanáveis rapidamente;
4%: Descumprimentos moderados, com retrabalho por parte da Administração.
6%: Quando houve reincidência ou ausência de comunicação para a correção.
A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;
Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
Na aplicação das sanções serão considerados:
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o Contratante; e
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)
O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas.
A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão: Prefeitura Municipal de Buritis

GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.02.01. Chefia de Gabinete
Programação: 04.122.1001.2002000 apoio as atividades do Gabinete do Prefeito
Elemento de Despesa: 33.90.30- Material de consumo
Ficha: 20
SEMA
02.03.01 Secretaria Municipal de Administração
04 122 1001 2004 0000 Manutenção das Atividades Administrativa da SEMA
3.3.90.30.00- Material De Consumo
FICHA- 37
SEMAST
Unidade Orçamentária: 02.10.02 Fundo Municipal de Assistência Social
Programação: 08.122.1004.2044.0000 – Manutenção das Atividades do Fundo Mun. de Assist. Social Elemento de Despesa:3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Ficha 394

SEMUSA
Unidade Orçamentária: 02.08.01 – Secretaria Municipal de Saúde
Programação: 10.301.1003.2026.0000 – Manutenção das Ações das SEMUSA – 15%
10.301.1003.2036.0000 – Manutenção da Atenção Primária a saúde- APS
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo
Ficha: 270

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
Distribuição dos itens e valores por secretaria:

ITENS	SECRETARIA	TOTAL
20- TECLADO USB	GABINETE – 5	R$ 142,50
	SEMA – 10	R$ 285,00
	SEMAST – 10	R$ 285,00
	SEMUSA – 100	R$ 2.850,00
22- PENDRIVE, CAPACIDADE DE 32 GB	SEMUSA – 20	R$ 720,00

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)
Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.
Nas alterações unilaterais de que trata o art. 124, I, da Lei nº 14.133/2021, o contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até os limites estabelecidos no art. 125 da referida Lei.
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO
Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, http://www.buritis.ro.gov.br (Portal da transparência do Município de Buritis), em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)
Fica eleito o Foro Comarca de Buritis, Estado de Rondônia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Buritis/RO, 30 de setembro de 2026.

Município De Buritis/RO
VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito

ADELSO RAMOS SOBRINHO COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA
CNPJ: 40.788.617/0001-38
Representante Legal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 81/ PMB/2026

PROCESSO Nº 2749-2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 31/2026-SLC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BURITIS/RO
CONTRATADO: ADELSO RAMOS SOBRINHO COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA

OBJETO: Equipamentos e insumos de informática.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
Órgão: Prefeitura Municipal de Buritis

GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.02.01. Chefia de Gabinete
Programação: 04.122.1001.2002000 apoio as atividades do Gabinete do Prefeito
Elemento de Despesa: 33.90.30- Material de consumo
Ficha: 20
SEMA
02.03.01 Secretaria Municipal de Administração
04 122 1001 2004 0000 Manutenção das Atividades Administrativa da SEMA
3.3.90.30.00- Material De Consumo
Ficha- 37
SEMAST
Unidade Orçamentária: 02.10.02 Fundo Municipal de Assistência Social
Programação: 08.122.1004.2044.0000 – Manutenção das Atividades do Fundo Mun. de Assist. Social Elemento de Despesa:3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Ficha 394

SEMUSA
Unidade Orçamentária: 02.08.01 – Secretaria Municipal de Saúde
Programação: 10.301.1003.2026.0000 – Manutenção das Ações das SEMUSA – 15%
10.301.1003.2036.0000 – Manutenção da Atenção Primária a saúde- APS
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo
Ficha: 270

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

VALOR TOTAL DESTE CONTRATO: R$ 4.282,50 (quatro mil duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato.

Município De Buritis/RO
VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito

Publicado por:
Tamara Abreu da Silva
Código Identificador:B637EDFE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
11º CONVOCAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO

EDITAL Nº 001/VOLUNTÁRIO-SEMED/2026.

O Secretário Municipal de Educação, Sr. Uender Leal Barboza, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do Processo Administrativo nº 1418/2026, em tramitação perante a Prefeitura Municipal, com fundamento nas Leis Municipais nº 1.867, de 12 de junho de 2023, e nº 2.121, de 15 de janeiro de 2025, que instituem o Serviço Voluntário no âmbito da Administração Pública do Município de Buritis, torna pública a realização do Processo de Seleção de voluntários para atuação na Prefeitura Municipal de Buritis/RO, por meio da Secretaria Municipal de Educação.
Dessa forma, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados para a assinatura do Termo de Adesão e início da prestação do serviço voluntário, devendo comparecer nos dias **01 e 02 de outubro 2026**, no horário das 07h30min às 13h30min, na Rua Rio Crespo, Setor 06, Departamento de Recursos Humanos SEMED, (Ao lado da Prefeitura Municipal de Buritis/RO).

FUNÇÃO: AUXÍLIO EM SALA DE AULA – ZONA URBANA – SEMED

ORD.	CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	IDADE	CRITÉRIO DE DESEMPATE
46	FABIULA LUIS DA SILVA	***.853.022-**	100	50º	27	

Buritis/RO, 30 de setembro de 2026.

UENDER LEAL BARBOZA
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Teresinha Dos Santos
Código Identificador:A93B4228

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12º CONVOCAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO

EDITAL Nº 001/VOLUNTÁRIO-SEMED/2026.

O Secretário Municipal de Educação, Sr. Uender Leal Barboza, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do Processo Administrativo nº 1418/2026, em tramitação perante a Prefeitura Municipal, com fundamento nas Leis Municipais nº 1.867, de 12 de junho de 2023, e nº 2.121, de 15 de janeiro de 2025, que instituem o Serviço Voluntário no âmbito da Administração Pública do Município de Buritis, torna pública a realização do Processo de Seleção de voluntários para atuação na Prefeitura Municipal de Buritis/RO, por meio da Secretaria Municipal de Educação.

Dessa forma, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados para a assinatura do Termo de Adesão e início da prestação do serviço voluntário, devendo comparecer nos dias **05 e 06 de outubro 2026**, no horário das 07h30min às 13h30min, na Rua Rio Crespo, Setor 06, Departamento de Recursos Humanos SEMED, (Ao lado da Prefeitura Municipal de Buritis/RO).

FUNÇÃO: AUXÍLIO NA LIMPEZA PREDIAL DO ESPAÇO ESCOLAR – ZONA URBANA – SEMED

ORD.	CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	IDADE	CRITÉRIO DE DESEMPATE
06	LUÍZ EDUARDO SOUZA BORGES	***.428.782-**	100	6º	23	27/07/2002
07	LEONARDO SOARES DIAS	***.830.942-**	95	7º	35	

Buritis/RO, 02 de outubro de 2026.

UENDER LEAL BARBOZA
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Teresinha Dos Santos
Código Identificador:A015EAC8

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI

GABINETE DO PREFEITO-GP
DECRETO Nº 10682, 05 DE OUTUBRO DE 2026

Autoriza a inclusão e readequação no PPA, LDO e LOA do exercício de 2026, mediante abertura de crédito adicional suplementar no valor de R$ 19.683,16 (Dezenove mil, seiscentos e oitenta e três reais e dezesseis centavos), destinado ao remanejamento orçamentário para atender a Secretaria de Turismo e Economia Solidária- SETES.

O **Prefeito Municipal de Candeias do Jamari - RO,** no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto na LEI Nº 1.839 DE 14 DE JANEIRO DE 2026, combinado com o art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a inclusão e adequação no PPA, LDO e LOA do exercício de 2026, mediante a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R$ 19.683,16 (Dezenove mil, seiscentos e oitenta e três reais e dezesseis centavos), destinado ao remanejamento orçamentário para atender a Secretaria de Turismo e Economia Solidária- SETES para atendimento de despesas com à aquisição de equipamentos de informática e apoio operacional, obedecendo às vinculações e classificações orçamentárias constantes abaixo:

02.000	PODER EXECUTIVO						
02.017	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA - SETES						
PROJETO/ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	FICHA	NATUREZA DE DESPESA	ESPECIFICAÇÃO	DESTINAÇÃO DE RECURSO	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO
23.695.0008.2.033	GERIR E COORDENAR A ADMINISTRAÇÃO DA SETES	236	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.500.0000.0000	R$ 19.683,16	
23.695.0023.1.048	EXECUTAR EMENDA PARLAMENTAR - EQUIPAR SALA DE REUNIÕES	628	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.500.0000.0000		R$ 19.683,16
SUB-TOTAL						R$ 19.683,16	R$ 19.683,16
TOTAL GERAL						R$ 19.683,16	

Art. 2º - Fica autorizada a alteração do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias) e detalhamento da despesa.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

LINDOMAR BARBOSA ALVES
Prefeito

Publicado por:
Iara Viana de Oliveira Ferreira
Código Identificador:ADE274E0

GABINETE DO PREFEITO-GP
DECRETO Nº 10683, 05 DE OUTUBRO DE 2026

O **Prefeito Municipal de Candeias do Jamari - RO,** no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto na LEI Nº 1.839 DE 14 DE JANEIRO DE 2026, combinado com o art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a inclusão e adequação no PPA, LDO e LOA do exercício de 2026, mediante a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais), destinado ao remanejamento orçamentário para a Secretaria Municipal Geral - SEMG para atendimento de devolução de recurso de convênio 489/PGE-2022, obedecendo às vinculações e classificações orçamentárias constantes abaixo:

02.000	PODER EXECUTIVO						
02.012	SECRETARIA MUNICIPAL GERAL -SEMG						
PROJETO/ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	FICHA	NATUREZA DE DESPESA	ESPECIFICAÇÃO	DESTINAÇÃO DE RECURSO	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO
28.843.005.2.044	GERENCIAR, FISCALIZAR E COORDENAR O	183	4.6.90.71.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL	1.500.0000.0000	R$ 9.000,00	

	ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL			RESGATADO			
4.122.005.2.041	GERIR A EXECUÇÃO ADMINISTRATIVA DA SEMG	581	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.500.0000.0000		R$ 9.000,00
SUB-TOTAL						R$ 9.000,00	R$ 9.000,00
TOTAL GERAL						R$ 9.000,00	

Art. 2º - Fica autorizada a alteração do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias) e detalhamento da despesa.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

LINDOMAR BARBOSA ALVES
Prefeito

Publicado por:
Iara Viana de Oliveira Ferreira
Código Identificador:6DAD460F

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 073/2026 – PUBLICAÇÃO DO 1º TRIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 073/2026
PROCESSO N.º 191/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 015/SRP/2026

Aos 01 dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte seis, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM,** inscrito no **CNPJ sob o nº. 84.736.941/0001-88**, com sede na Avenida Condor, nº. 2588, nesta cidade de Cujubim-Ro, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 6º. Inc XLV à XLIX, Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, **Decreto Municipal nº. 1286** de 15 de Dezembro de 2022 e de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 015/SRP/2026** em virtude da deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. Formação de registro de preço para futura e eventualaquisição de materiais de construção em geral, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Cujubim – RO, sendo elas: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP; Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS; Secretaria Municipal de Educação – SEMECD; Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI; Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU e Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA, visando suprir as demandas relacionadas à execução de serviços de manutenção, reparos, reformas, adequações, pequenas obras e conservação de prédios públicos, vias urbanas, rurais e demais espaços de uso coletivo do município de Cujubim-RO, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, decorrentes do certame relativo ao Pregão Eletrônico Nº. 015/2026, cujos elementos a integram.
2. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Cujubim - Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe, facultado a realização de licitações específicas para aquisição do mesmo objeto, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

TABELA I

LICITANTE: **KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
C.N.P.J.: 32.748.350/0001-27 - TEL: (69) 98428-4873
ENDEREÇO: AV. MARECHAL RONDON, Nº 4815, SALA A, CENTRO, ALVORADA DO OESTE – RO.
CEP: 76.930-000
Email: kennedyortolane16@gmail.com
NOME DO REPRESENTANTE: **KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA I –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
01	FURADEIRA TAMANHO MANDRIL: 1/2 POL v Capacidade Perfuração Aço: 12 Mm, Capacidade Perfuração Madeira: 25 Mm, Capacidade Perfuração Concreto: 16 Mm, Tipo: Impacto, Características Adicionais: Reversível, Com Velocidade Variável, Tensão Alimentação: 220V Potência: 750 W, Velocidade	**THE BLACK TOOLS**	**UN**	**11**	**R$ 294,00**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
03	TRENA (FITA METRICA) COM 100 MTS Trena Material: Fibra Vidro, Largura Lâmina: 25 Mm, Comprimento: 100 M, Cor: Amarela , Espessura: 1 Mm, Tipo: Comum, Características Adicionais: Enrolamento Automático Com Trava	**TRAVUNKER**	**UN**	**08**	**R$ 121,00**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
18	ESCADA ARTICULADA 12 DEGRAUS	**GARDENLIFE**	**UN**	**12**	**R$ 749,97**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
33	CAIXA DE DESCARGA Suspensa, para vaso sanitario, em material plastico (PVC), cor branca,10 L acionamento por cordão,com boia de nível.	**ASTRA**	**UN**	**10**	**R$ 53,94**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**

34	FECHADURA LARGA COMPLETA	**ALIANÇA**	**UN**	**65**	**R$ 69,33**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
36	ARAME RECOZIDO ARAME RECOZIDO ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,60 MM (0,016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0,01 KG/M)	**MAKROMETAL**	**KG**	**32**	**R$ 25,98**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
46	MARRETA C/ CABO 5000 G	**MINASUL**	**UN**	**02**	**R$ 247,78**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
47	LIXADEIRA Potência 250 W, Tensão Alimentação 220 V, Características adicionais Diâmetro Da Orbita: 4Mm.Disco De Lixa: 150Mm, Tipo Orbital, Velocidade 12.000 Rpm	**SONGHE TOOLS**	**UN**	**03**	**R$ 366,00**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
48	CHAVE INGLESA Nº 8	**B MAX**	**UN**	**02**	**R$ 41,00**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
49	CHAVE INGLESA Nº 12 CHAVE INGLESA AJUSTÁVEL 300MM, 12 POL CABO EMBORRACHADO	**MTX**	**UN**	**02**	**R$ 86,00**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
50	CHAVE DE GRIFO 36 Chave Ajustável Material: Aço Cromo Vanádio, Tipo: Grifo, Tamanho: 36 Polegadas	**MTX**	**UN**	**02**	**R$ 280,00**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
51	CHAVE DE RODA 32X33 MM Chave - De Roda, Em Aço, Cromada E Niquelada, Com Duas Bocas, Medindo 32 X 33 Mm	**ROTTA**	**UN**	**05**	**R$ 254,00**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
54	FACÃO 21 POLEGADA Facão Material Lâmina: Aço Carbono, Material Cabo: Madeira, Comprimento: 21 Pol, Tipo: Terçado	**TRAMONTINA**	**UN**	**11**	**R$ 102,33**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
55	CORRENTE PARA MOTOSERRA DE 36 DENTES Aplicação: Motosserra Stihl, Características Adicionais: Comprimento 36 Dentes, Ranhura De 1,6Mm, Passo 3/8", Referência 3: Modelo Ms 381.	**WELDRO**	**UN**	**05**	**R$ 98,00**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
58	CONE DE SINALIZAÇÃO 40 CM Cone Sinalização Material: Pvc, Altura: 700 Mm, Cor: Laranja Com 2 Faixas Brancas Refletivas , Largura Base: 40 C.	**PLASTCOR**	**UN**	**40**	**R$ 49,00**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
60	FITA SINALIZAÇÃO Fita Sinalização Material: Plástico, Comprimento: 185 m, Largura: 70 Mm, Cor: Preta E Amarela, Aplicação: Sinalização De Advertência, Características Adicionais: Formato Cores Em Diagonal, Zebrada.	**SEAL**	**ROLO**	**50**	**R$ 17,00**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
63	DESFORCIMETRO Desforcimetro Para Roda De Caminhão 780 Kgf.	**ROTTA 376**	**UN**	**02**	**R$ 398,00**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
65	CARRINHO DE MÃO (CARRIOLA) Carrinho de mão (Carriola), caçamba: Dimensões (cm): 57,5 (L) x 18,0 (A) x 82,0 (C) em metal , pneu com câmera 55/60 litros, capacidade para 100 Kg/ 45 Litros.	**METALPAMA**	**UN**	**29**	**R$ 215,00**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
66	PÁ AJUNTADEIRA QUADRADA Nº 03, CABO DE MADEIRA EM Y. Pá ajuntadeira quadrada nº 3, cabo de madeira em Y, Comprimento total: 75cm.	**TRAMONTINA**	**UN**	**14**	**R$ 48,90**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
67	LEBANCA Material da alavanca Aço carbono 1040-1045 SAE (EN- 8) Acabamento da alavancaPintado preto fosco Comprimento total da alavanca 69" - 1,75 m	**ZEMA**	**UN**	**10**	**R$ 173,50**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
68	MARRETA C/ CABO 2KG	**SPARTA**	**UN**	**04**	**R$ 87,80**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
69	COLHER DE PEDREIRO Colher pedreiro, material: aço carbono, tamanho: 8 polegadas, material cabo: madeira envernizada	**FERTAK**	**UN**	**08**	**R$ 14,19**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
71	MARTELO UNHA - CABEÇA FORJADA EM AÇO CARBONO, CABO DE MADEIRA FIXADO COM EPÓXI TAMANHO: 30 MM Martelo Unha - Cabeça forjada em aço carbono, acabamento jateado e envernizado Cabo de madeira fixado com epóxi Tamanho: 34 mm	**NALA**	**UN**	**04**	**R$ 96,67**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
74	REGADOR 8 LT. Regador com bico confeccionado em plástico com capacidade de 8 litros.	**REGADOR**	**UN**	**31**	**R$ 37,00**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
75	PICARETA C/ CABO EM MADEIRA NOBRE PICARETA 90 CM C/ CABO EM MADEIRA NOBRE	**TENACE**	**UN**	**06**	**R$ 101,78**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
78	CABO PARA ROLO DE PINTURA 23 CM, COM 3 METROS	**MTX**	**UN**	**20**	**R$ 48,00**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
81	LIMA CHATA C/ CABO RANHURADO, C/ DENTE EM ÂNGULO 66°	**MTX**	**UN**	**20**	**R$ 36,27**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
82	PRENSA HIDRÁULICA 30 TONELADAS - Mesa de trabalho com altura ajustável - Manômetro posicionado sobre a prensa - Válvula com indicação de sobrecarga - Pistão com retorno automático - Especificações Técnicas Capacidade: 30 Ton . Altura total: 1570 mm Maior distância entre hidráulico/mesa: 830 mm Menor distância entre hidráulico/mesa: 115 mm : Distância entre colunas: 585mm :: Largura total: 815mm : : Comprimento total: 540mm Curso hidráulico: 125mm Curso do fuso: 85mm Peso: 137kg	**BOVENAU**	**UN**	**02**	**R$ 3.216,63**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
83	GUINCHO HIDRÁULICO 2T C/ PROLONGADO RD FERRO FUNDIDO	**ROTTA 376**	**UN**	**02**	**R$ 2.573,00**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
84	CABO DE AÇO GALVONIZADO COM DIAMETRO DE 5/8 POLEGADAS.	**LOBOELLO**	**UN**	**20**	**R$ 81,45**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
85	CABO DE AÇO ¾ Polegadas de diametro com alma de aço.	**LOBOELLO**	**UN**	**20**	**R$ 90,57**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
86	BOMBA DE COMBUSTÍVEL DIESEL 12V COM MEDIDOR DE FLUXO DE ALTA PRECISÃO BOMBA DE COMBUSTÍVEL DIESEL 12V COM MEDIDOR DE FLUXO DE ALTA PRECISÃO	**NEGANO**	**UN**	**02**	**R$ 1.926,33**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
87	RETIFICADOR PARA SOLDAGEM A ARCO: MODELO BR 425, Processo de Solda Eletrodo Revestido, Primário Tensão (V) 3 x 220/380/440, Frequência (Hz) 50/60, Potência Máxima | Potência Nominal (kVA) , 30 | 18,7 Corrente Máxima | Corrente Nominal (A) 70/49/41 | 49/28,3/24,5, Fator de Potência (cos ?) 0,6 Secundária Tensão a Vazio | Tensão de Trabalho (V) 75 | 22 a 37 Regulagem de Corrente (Tipo) Núcleo Móvel Faixa de Corrente (A) 50 a 425 Ciclo de trabalho (A@%) 425@40 | 270@100 Grau de Proteção (Classe) IP 21 S Classe de Isolação Térmica B Ventilação (Tipo) Forçada Norma NBR 9378 Peso (Kg) 152, Dimensões (mm) (C x L x A) 700 x 510 x 810.	**BALMER**	**UN**	**02**	**R$ 8.720,00**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
88	MOTOESMERIL PROFISSIONAL Moto-Esmeril - Moto-Esmeril Frequência: 60 Hz, Características Adicionais: Rebolo 10 Pol, Protetor Fechado De Rebolo, Tensão Alimentação: 220 V, Velocidade: 3.560 Rpm, Potência Motor: 1 C	**VONDER**	**UN**	**02**	**R$ 615,00**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
90	TINTA PARA PISO 18LTS NA COR BRANCA tinta indicada para aplicação sobre pisos cimentados, com resistência ao sol e chuva.	**EUCATEX**	**LT**	**70**	**R$ 266,00**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
91	TINTA PARA PISO CONCRETO COR CINZA TINTA PISO CONCRETO CINZA 18 LITROS, Tipo de acabamento Mate, Tamanho 18 l (Pacote de 1) Volume do produto 18 Litros	**EUCATEX**	**LT**	**80**	**R$ 267,00**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
92	CAVADEIRA ARTICULADA (BOCA DE LOBO) EM AÇO SAE 1020 EM AÇO CARBONO, COM PARAFUSO TIPO FRANCÊS, COM CABO EM MADEIRA NOBRE	**MINASUL**	**UN**	**04**	**R$ 103,33**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
112	MANGUEIRA VERDE 3/4	**TRAMONTINA**	**MT**	**200**	**R$ 5,37**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
116	ESCADA EM FIBRA DE VIDRO EXTENSIVA DE 27 DEGRAUS	**WBERTOLO**	**UN**	**01**	**R$ 1.526,40**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
119	REFLETORES LED 1000W REFLETOR DE LED 1000W PROVA D'[illegible] 110V/220V BIVOLT 6500K BRANCO FRIO POTENTE	**RY**	**UN**	**05**	**R$ 377,00**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**
124	KIT JARDINAGEM 3 PEÇAS, PÁ, COLHER E RASTELO COM CABO DE MADEIRA, 22CM, PARA VASOS E HORTA Kit Jardinagem 3 Peças, Pá, Colher e Rastelo com Cabode Madeira, 22cm, para Vasos e Horta, ideais paraplantio e manutenção de vasos e hortas	**D&D**	**KIT**	**15**	**R$ 50,49**	**KENNEDY VALERIO ORTOLANE.**

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.

1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, podendo se prorrogado por igual período, desde que comprovado que os valores dos preços, permanecem vantajosos, contado da data de sua publicação no Diário Oficial e PNCP, conforme previsto no art. 71, paragrafo 1º, do Decreto Municipal 1.286/2022.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no art. 73, do decreto 1.286/2022.

CLÁUSULA III – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. A Administração e gerenciamento da presente ata caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos termos do Decreto Municipal que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Prefeitura.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1.A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão Gerenciador desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA V – DO PREÇO
1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, podendo ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos da norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VI – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO
1. A entrega dos produtos/serviço se dará mediante emissão da nota de empenho emitida pelas Secretarias participante, e conforme item 13 e seus subitens do termo de referência.
2. O prazo para a assinatura do contrato é aquele estabelecido no edital. (se for o caso)
3. Os mesmos deverão ser entregues conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO
1. Em todo(s) o(s) fornecimento(s), o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pela licitante vencedora em sua proposta de preços, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, a contar da data em que for apresentada a Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente.

CLÁUSULA VIII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
1. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital do Pregão e do Termo de Referência.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.
3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto/serviço apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
4. Os materiais/serviços deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
6. A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Art. 155º e 156º, Lei 14.133/2021).

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as seguintes sanções:
I-**Advertência**;
II- **Multa;**
III- **Impedimento de licitar ou contratar;**
IV-**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**
9.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, pelo prazo máximo de até 03 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.3 - A licitante vencedora estará sujeita as penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência.
9.4 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capitulo V e seus incisos da Lei de Licitações – 14.133/2021.

9.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
9.6 - As sanções de Advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-Ro, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
9.7 - A recusa sem motivo justificado do(s) convocado(s) em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste Termo.

CLÁUSULA X – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
1.1. for liberado;
1.2. descumprir as condições da ata de registro de preço, sem justificativa aceitável;
1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticado no mercado;
1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal 14.133, de 2021;
1.5. não aceitar o preço revisado pela administração.
2. A ata de registro de preço será cancelada, total ou parcial, pelo órgão gerenciador:
2.1. pelo decurso do prazo de vigência;
2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demostrado; e
2.4. Por razão de interesse público, devidamente justificado.
3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
Paragrafo único. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA XII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As aquisições dos objetos/serviços da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante emissão da nota de empenho a ser emitida pelas Secretarias participante da Prefeitura Municipal de Cujubim.
2. Autorizadas às aquisições, será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
3. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do **Pregão Eletrônico Nº 015/2026**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 191/2026**.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 015/2026**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Cujubim – RO, 01 de Julho de 2026.

CLAUDINEI PELIZZON
Coordenador do – S.R.P

JOÃO BECKER
Prefeito

Empresa(S) Vencedora(S) Do Certame:
Kennedy Valerio Ortolane.
C.N.P.J.: 32.748.350/0001-27
Representante:
KENNEDY VALERIO ORTOLANE.

Publicado por:
Claudinei Pelizzon
Código Identificador:245506CD

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 074/2026 - PUBLICAÇÃO DO 1º TRIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 074/2026
PROCESSO N.º 191/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 015/SRP/2026

Aos 01 dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte seis, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM,** inscrito no **CNPJ sob o nº. 84.736.941/0001-88**, com sede na Avenida Condor, nº. 2588, nesta cidade de Cujubim-Ro, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 6º. Inc XLV à XLIX, Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, **Decreto Municipal nº. 1286** de 15 de Dezembro de 2022 e de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 015/SRP/2026** em virtude da deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. Formação de registro de preço para futura e eventualaquisição de materiais de construção em geral, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Cujubim – RO, sendo elas: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP; Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS; Secretaria Municipal de Educação – SEMECD; Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI; Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU e Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA, visando suprir as demandas relacionadas à execução de serviços de manutenção, reparos, reformas, adequações, pequenas obras e conservação de prédios públicos, vias urbanas, rurais e demais espaços de uso coletivo do município de Cujubim-RO, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, decorrentes do certame relativo ao Pregão Eletrônico Nº. 015/2026, cujos elementos a integram.
2. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Cujubim - Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe, facultado a realização de licitações específicas para aquisição do mesmo objeto, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

TABELA I

LICITANTE: **AJA 7 EMPREENDIMENTOS LTDA.**
C.N.P.J.: 34.759.745/0001-50 - TEL: (69) 99927-0623
ENDEREÇO: AV. DOS IMIGRANTES, Nº 753, SERINGAL, PIMENTA BUENO – RO.
CEP: 76.970-000
Email: aja7empreendimentos@hotmail.com
NOME DO REPRESENTANTE: **JOSIANE MARCELINO DE AQUINO.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA I –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
02	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-Z-32 SACA C/ 50 KG **(ITEM AMPLA CONCORRÊNCIA)**	**GOIÁS**	**UN**	**1.613**	**R$ 78,47**	**AJA 7 EMPREENDIMENTOS LTDA.**

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.
1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, podendo se prorrogado por igual período, desde que comprovado que os valores dos preços, permanecem vantajosos, contado da data de sua publicação no Diário Oficial e PNCP, conforme previsto no art. 71, paragrafo 1º, do Decreto Municipal 1.286/2022.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no art. 73, do decreto 1.286/2022.

CLÁUSULA III – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. A Administração e gerenciamento da presente ata caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos termos do Decreto Municipal que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Prefeitura.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1.A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão Gerenciador desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA V – DO PREÇO
1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, podendo ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos da norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VI – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO
1. A entrega dos produtos/serviço se dará mediante emissão da nota de empenho emitida pelas Secretarias participante, e conforme item 13 e seus subitens do termo de referência.
2. O prazo para a assinatura do contrato é aquele estabelecido no edital. (se for o caso)
3. Os mesmos deverão ser entregues conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO
1. Em todo(s) o(s) fornecimento(s), o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pela licitante vencedora em sua proposta de preços, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, a contar da data em que for apresentada a Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente.

CLÁUSULA VIII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital do Pregão e do Termo de Referência.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.
3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto/serviço apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
4. Os materiais/serviços deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
6. A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Art. 155º e 156º, Lei 14.133/2021).

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as seguintes sanções:
I-**Advertência**;
II- **Multa;**
III- **Impedimento de licitar ou contratar;**
IV-**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**
9.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, pelo prazo máximo de até 03 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.3 - A licitante vencedora estará sujeita as penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência.
9.4 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capitulo V e seus incisos da Lei de Licitações – 14.133/2021.
9.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
9.6 - As sanções de Advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-Ro, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
9.7 - A recusa sem motivo justificado do(s) convocado(s) em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste Termo.

CLÁUSULA X – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
1.1. for liberado;
1.2. descumprir as condições da ata de registro de preço, sem justificativa aceitável;
1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticado no mercado;
1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal 14.133, de 2021;
1.5. não aceitar o preço revisado pela administração.
2. A ata de registro de preço será cancelada, total ou parcial, pelo órgão gerenciador:
2.1. pelo decurso do prazo de vigência;
2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demostrado; e
2.4. Por razão de interesse público, devidamente justificado.
3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
Paragrafo único. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA XII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As aquisições dos objetos/serviços da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante emissão da nota de empenho a ser emitida pelas Secretarias participante da Prefeitura Municipal de Cujubim.
2. Autorizadas às aquisições, será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
3. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do **Pregão Eletrônico Nº 015/2026**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 191/2026**.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 015/2026**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Cujubim – RO, 01 de Julho de 2026.

CLAUDINEI PELIZZON
Coordenador do – S.R.P

JOÃO BECKER
Prefeito

Empresa(S) Vencedora(S) Do Certame:

AJA 7 Empreendimentos LTDA.
C.N.P.J.: 34.759.745/0001-50
Representante:
JOSIANE MARCELINO DE AQUINO.

Publicado por:
Claudinei Pelizzon
Código Identificador:BFC90F44

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 075/2026 - PUBLICAÇÃO DO 1º TRIMESTRE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 075/2026 - PUBLICAÇÃO DO 1º TRIMESTRE PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 075/2026
PROCESSO N.º 191/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 015/SRP/2026

Aos 01 dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte seis, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM,** inscrito no **CNPJ sob o nº. 84.736.941/0001-88**, com sede na Avenida Condor, nº. 2588, nesta cidade de Cujubim-Ro, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 6º. Inc XLV à XLIX, Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, **Decreto Municipal nº. 1286** de 15 de Dezembro de 2022 e de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 015/SRP/2026** em virtude da deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. Formação de registro de preço para futura e eventualaquisição de materiais de construção em geral, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Cujubim – RO, sendo elas: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP; Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS; Secretaria Municipal de Educação – SEMECD; Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI; Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU e Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA, visando suprir as demandas relacionadas à execução de serviços de manutenção, reparos, reformas, adequações, pequenas obras e conservação de prédios públicos, vias urbanas, rurais e demais espaços de uso coletivo do município de Cujubim-RO, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, decorrentes do certame relativo ao Pregão Eletrônico Nº. 015/2026, cujos elementos a integram.
2. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Cujubim - Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe, facultado a realização de licitações específicas para aquisição do mesmo objeto, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

TABELA I

LICITANTE: **SOLIMÕES LTDA.**
C.N.P.J.: 45.919.060/0001-40 - TEL: (69) 99378-5558
ENDEREÇO: AV. LAURO SODRÉ, Nº 1108, BAIRRO OLARIAL, PORTO VELHO – RO.
CEP: 76.801-284
Email: adm@solimoesltda.com
NOME DO REPRESENTANTE: **JEANE CLEIA DA SILVA JATOBÁ.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA I –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
04	BRITA Nº 01 **(ITEM AMPLA CONCORRÊNCIA)**	**IN NATURA**	**M³**	**1.445**	**R$ 257,00**	**SOLIMÕES LTDA.**

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.
1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, podendo se prorrogado por igual período, desde que comprovado que os valores dos preços, permanecem vantajosos, contado da data de sua publicação no Diário Oficial e PNCP, conforme previsto no art. 71, paragrafo 1º, do Decreto Municipal 1.286/2022.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no art. 73, do decreto 1.286/2022.

CLÁUSULA III – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. A Administração e gerenciamento da presente ata caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos termos do Decreto Municipal que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Prefeitura.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1.A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão Gerenciador desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA V – DO PREÇO
1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, podendo ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos da norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VI – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO
1. A entrega dos produtos/serviço se dará mediante emissão da nota de empenho emitida pelas Secretarias participante, e conforme item 13 e seus subitens do termo de referência.
2. O prazo para a assinatura do contrato é aquele estabelecido no edital. (se for o caso)
3. Os mesmos deverão ser entregues conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO
1. Em todo(s) o(s) fornecimento(s), o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pela licitante vencedora em sua proposta de preços, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, a contar da data em que for apresentada a Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente.

CLÁUSULA VIII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
1. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital do Pregão e do Termo de Referência.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.
3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto/serviço apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
4. Os materiais/serviços deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
6. A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Art. 155º e 156º, Lei 14.133/2021).

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as seguintes sanções:
I-**Advertência**;
II- **Multa;**
III- **Impedimento de licitar ou contratar;**
IV-**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**
9.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, pelo prazo máximo de até 03 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3 - A licitante vencedora estará sujeita as penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência.
9.4 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capitulo V e seus incisos da Lei de Licitações – 14.133/2021.
9.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
9.6 - As sanções de Advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-Ro, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
9.7 - A recusa sem motivo justificado do(s) convocado(s) em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste Termo.

CLÁUSULA X – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
1.1. for liberado;
1.2. descumprir as condições da ata de registro de preço, sem justificativa aceitável;
1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticado no mercado;
1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal 14.133, de 2021;
1.5. não aceitar o preço revisado pela administração.
2. A ata de registro de preço será cancelada, total ou parcial, pelo órgão gerenciador:
2.1. pelo decurso do prazo de vigência;
2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demostrado; e
2.4. Por razão de interesse público, devidamente justificado.
3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
Paragrafo único. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA XII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As aquisições dos objetos/serviços da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante emissão da nota de empenho a ser emitida pelas Secretarias participante da Prefeitura Municipal de Cujubim.
2. Autorizadas às aquisições, será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
3. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do **Pregão Eletrônico Nº 015/2026**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 191/2026**.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 015/2026**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Cujubim – RO, 01 de Julho de 2026.

CLAUDINEI PELIZZON
Coordenador do – S.R.P

JOÃO BECKER
Prefeito

Empresa(S) Vencedora(S) Do Certame:
Solimões LTDA.
C.N.P.J.: 45.919.060/0001-40
Representante:
JEANE CLEIA DA SILVA JATOBÁ.

Publicado por:
Claudinei Pelizzon
Código Identificador:D6092383

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 076/2026 - PUBLICAÇÃO DO 1º TRIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 076/2026
PROCESSO N.º 191/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 015/SRP/2026

Aos 01 dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte seis, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM,** inscrito no **CNPJ sob o nº. 84.736.941/0001-88**, com sede na Avenida Condor, nº. 2588, nesta cidade de Cujubim-Ro, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 6º. Inc XLV à XLIX, Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, **Decreto Municipal nº. 1286** de 15 de Dezembro de 2022 e de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 015/SRP/2026** em virtude da deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. Formação de registro de preço para futura e eventualaquisição de materiais de construção em geral, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Cujubim – RO, sendo elas: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP; Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS; Secretaria Municipal de Educação – SEMECD; Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI; Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU e Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA, visando suprir as demandas relacionadas à execução de serviços de manutenção, reparos, reformas, adequações, pequenas obras e conservação de prédios públicos, vias urbanas, rurais e demais espaços de uso coletivo do município de Cujubim-RO, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, decorrentes do certame relativo ao Pregão Eletrônico Nº. 015/2026, cujos elementos a integram.
2. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Cujubim - Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe, facultado a realização de licitações específicas para aquisição do mesmo objeto, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

TABELA I

LICITANTE: **J B DOS S. KURTH JBK EMPREENDIMENTOS.**
C.N.P.J.: 64.193.025/0001-31 - TEL: (69) 99376-3037
ENDEREÇO: RUA FLORESTO FERNANDES, Nº 961, BURITIS – RO.
CEP: 76.880-000
Email: jbkjoao2003@gmail.com
NOME DO REPRESENTANTE: **JOÃO BATISTA DOS SANTOS KURTH.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA I –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
05	AREIA GROSSA LAVADA **(ITEM AMPLA CONCORRÊNCIA)**	**REGIONAL**	**M³**	**1.500**	**R$ 140,00**	**J B DOS S. KURTH JBK EMPREENDIMENTOS.**
40	AREIA FINA LAVADA	**REGIONAL**	**M³**	**86**	**R$ 175,00**	**J B DOS S. KURTH JBK EMPREENDIMENTOS.**
41	AREIA MÉDIA	**REGIONAL**	**M³**	**36**	**R$ 170,00**	**J B DOS S. KURTH JBK EMPREENDIMENTOS.**
45	PREGO 25X72 Prego Com Cabeça Material: Arame ,Acabamento Superficial: Polido , Tipo Ponta: Diamante ,Tipo Cabeça: Cônica Axadrezada, Tipo Corpo: Liso , Bitola: 25 X 72.	**GERDAU OU ARCELOMITAL**	**KG**	**200**	**R$ 31,96**	**J B DOS S. KURTH JBK EMPREENDIMENTOS.**
76	BRITA N.º 02 **(ITEM AMPLA CONCORRÊNCIA)**	**REGIONAL**	**M³**	**375**	**R$ 270,00**	**J B DOS S. KURTH JBK EMPREENDIMENTOS.**
77	AREIA LAVADA DO TIPO MÉDIA	**REGIONAL**	**M³**	**500**	**R$ 140,00**	**J B DOS S. KURTH JBK EMPREENDIMENTOS.**
89	PÓ DE BRITA **(ITEM AMPLA CONCORRÊNCIA)**	**REGIONAL**	**M³**	**375**	**R$ 280,00**	**J B DOS S. KURTH JBK EMPREENDIMENTOS.**
126	BRITA Nº 01 **(RESERVA DE COTA ITEM 04)**	**REGIONAL**	**M³**	**225**	**R$ 275,00**	**J B DOS S. KURTH JBK EMPREENDIMENTOS.**
127	AREIA GROSSA LAVADA **(RESERVA DE COTA ITEM 05)**	**REGIONAL**	**M³**	**500**	**R$ 140,00**	**J B DOS S. KURTH JBK EMPREENDIMENTOS.**
129	BRITA N.º 02 **(RESERVA DE COTA ITEM 76)**	**REGIONAL**	**M³**	**125**	**R$ 270,00**	**J B DOS S. KURTH JBK EMPREENDIMENTOS.**
130	PÓ DE BRITA **(RESERVA DE COTA ITEM 89)**	**REGIONAL**	**M³**	**125**	**R$ 280,00**	**J B DOS S. KURTH JBK EMPREENDIMENTOS.**

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.
1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, podendo se prorrogado por igual período, desde que comprovado que os valores dos preços, permanecem vantajosos, contado da data de sua publicação no Diário Oficial e PNCP, conforme previsto no art. 71, paragrafo 1º, do Decreto Municipal 1.286/2022.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no art. 73, do decreto 1.286/2022.

CLÁUSULA III – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. A Administração e gerenciamento da presente ata caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos termos do Decreto Municipal que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Prefeitura.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1.A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão Gerenciador desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA V – DO PREÇO

1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, podendo ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos da norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VI – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO
1. A entrega dos produtos/serviço se dará mediante emissão da nota de empenho emitida pelas Secretarias participante, e conforme item 13 e seus subitens do termo de referência.
2. O prazo para a assinatura do contrato é aquele estabelecido no edital. (se for o caso)
3. Os mesmos deverão ser entregues conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO
1. Em todo(s) o(s) fornecimento(s), o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pela licitante vencedora em sua proposta de preços, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, a contar da data em que for apresentada a Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente.

CLÁUSULA VIII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
1. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital do Pregão e do Termo de Referência.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.
3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto/serviço apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
4. Os materiais/serviços deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
6. A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Art. 155º e 156º, Lei 14.133/2021).

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as seguintes sanções:
I-**Advertência**;
II- **Multa;**
III- **Impedimento de licitar ou contratar;**
IV-**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**
9.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, pelo prazo máximo de até 03 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.3 - A licitante vencedora estará sujeita as penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência.
9.4 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capitulo V e seus incisos da Lei de Licitações – 14.133/2021.
9.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
9.6 - As sanções de Advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-Ro, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
9.7 - A recusa sem motivo justificado do(s) convocado(s) em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste Termo.

CLÁUSULA X – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
1.1. for liberado;

1.2. descumprir as condições da ata de registro de preço, sem justificativa aceitável;
1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticado no mercado;
1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal 14.133, de 2021;
1.5. não aceitar o preço revisado pela administração.
2. A ata de registro de preço será cancelada, total ou parcial, pelo órgão gerenciador:
2.1. pelo decurso do prazo de vigência;
2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demostrado; e
2.4. Por razão de interesse público, devidamente justificado.
3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
Paragrafo único. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA XII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As aquisições dos objetos/serviços da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante emissão da nota de empenho a ser emitida pelas Secretarias participante da Prefeitura Municipal de Cujubim.
2. Autorizadas às aquisições, será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
3. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do **Pregão Eletrônico Nº 015/2026**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 191/2026**.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 015/2026**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Cujubim – RO, 01 de Julho de 2026.

CLAUDINEI PELIZZON
Coordenador do – S.R.P

JOÃO BECKER
Prefeito

Empresa(S) Vencedora(S) Do Certame:
J B Dos S. Kurth Jbk Empreendimentos.
C.N.P.J.: 64.193.025/0001-31
Representante:
JOÃO BATISTA DOS SANTOS KURTH.

Publicado por:
Claudinei Pelizzon
Código Identificador:D1572C76

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 077/2026 - PUBLICAÇÃO DO 1º TRIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 077/2026
PROCESSO N.º 191/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 015/SRP/2026

Aos 01 dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte seis, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM,** inscrito no **CNPJ sob o nº. 84.736.941/0001-88**, com sede na Avenida Condor, nº. 2588, nesta cidade de Cujubim-Ro, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 6º. Inc XLV à XLIX, Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, **Decreto Municipal nº. 1286** de 15 de Dezembro de 2022 e de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 015/SRP/2026** em virtude da deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. Formação de registro de preço para futura e eventualaquisição de materiais de construção em geral, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Cujubim – RO, sendo elas: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP; Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS; Secretaria Municipal de Educação – SEMECD; Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI; Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU e Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA, visando suprir as demandas relacionadas à execução de serviços de manutenção, reparos, reformas, adequações, pequenas obras e conservação de prédios públicos, vias urbanas, rurais e demais espaços

de uso coletivo do município de Cujubim-RO, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, decorrentes do certame relativo ao Pregão Eletrônico Nº. 015/2026, cujos elementos a integram.
2. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Cujubim - Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe, facultado a realização de licitações específicas para aquisição do mesmo objeto, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

TABELA I

LICITANTE: **ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
C.N.P.J.: 31.836.537/0001-10 - TEL: (69) 99284-3445
ENDEREÇO: RUA MONTEIRO LOBATO, Nº 1928, CACOAL – RO.
CEP: 76.965-678
Email: vendedordiniz@hotmail.com
NOME DO REPRESENTANTE: **ELIANIA CAMPANA DINIZ.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA I –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
07	PREGO 19 X 36	**BELGO**	**KG**	**80**	**R$ 20,89**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
09	RASTELO EM MATERIAL PLÁSTICO. Rastelo em material plástico, com cabo de madeira, com dentes largos e resistentes que permitam uma limpeza perfeita em jardins. Ideal para recolher folhas e detritos em terrenos ou jardins. Dimensão: 40x48 cm.	**THOMPSON**	**UN**	**86**	**R$ 29,77**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
10	BROXA PARA PINTURA Broxa Pintura Material Base: Polipropileno Injetado, Material Cerdas: Sintético, Aplicação: Pintura E Caiação, Comprimento: 16 Cm, Largura: 6 Cm	**COMPEL**	**UN**	**175**	**R$ 8,58**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
11	LINHA DE NYLON PARA PEDEREIRO NOVELO COM 100 MTS	**MAZZAFERRO**	**UN**	**08**	**R$ 13,89**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
13	ROLO DE PINTURA 9 CM Rolo Pintura Predial Material: Lã Sintética, Altura: 9 Cm, Comprimento: 23 Cm, Características adicionais: Sem Cabo	**COMPEL**	**UN**	**124**	**R$ 9,85**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
23	CANO PVC PARA ESGOTO CANO PVC 4 POLEGADAS POR 6 METROS	**KRONA**	**UN**	**60**	**R$ 111,99**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
24	CANO PVC PARA ESGOTO 75mm 3 POLEGADAS POR 6 METROS	**KRONA**	**UN**	**60**	**R$ 97,89**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
26	TORNEIRA ABS VIQUAB. MLAGUME PAREDE BRANCA torneira abs viquab.mlagume parede branca	**VIQUA**	**UN**	**30**	**R$ 51,99**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
32	CADEADO Nº 40 CORPO EM LATÃO MAÇICO, HASTE EM AÇO INOX COM DUAS CHAVES COMUNS CADEADO Nº 40 CORPO EM LATÃO MAÇICO, HASTE EM AÇO INOX COM DUAS CHAVES COMUNS.	**METASUL**	**UN**	**20**	**R$ 38,97**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
53	VASSOURA TIPO GARI REFORÇADA CEPA PLASTICA 40 CM Cerdas de PET 0,80 mm Cabo de madeira cru 1,40m x 28mm	**STYLE**	**UN**	**50**	**R$ 49,59**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
56	LIMATÃO FINO 3/16	**K&F**	**CX**	**05**	**R$ 11,79**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
59	FITA ADESIVA ASFALTICA Fita Adesiva Asfáltica Aluminada Multiuso, L = 10 Cm, Rolo De 10 m.	**VEDA TUDO**	**ROLO**	**10**	**R$ 29,44**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
70	DESEMPENADEIRA DE AÇO LISA 12x24 CM	**EMAVI**	**UN**	**02**	**R$ 18,85**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
72	ENXADÃO LARGO C/ CABO EM MADEIRA NOBRE ENXADÃO LARGO C/ CABO EM MADEIRA NOBRE 3,0 LB	**DUAS CARAS**	**UN**	**10**	**R$ 57,29**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
73	CABO FERRAMENTA Cabo Ferramenta Material Cabo: Madeira, Comprimento Cabo: 1,50 M, Formato Cabo: Cilíndrico, Aplicação: Ancinho	**MALINDKI**	**UN**	**20**	**R$ 14,49**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
80	BALDE P/ CONSTRUÇÃO	**ZUMBLICK**	**UN**	**20**	**R$ 15,00**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
93	LUVA DE PANO Luva de pano tamanho M.	**IMBAT**	**PAR**	**50**	**R$ 4,39**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
94	ÓCULOS DE PROTEÇÃO TRANSPARENTE	**RANGER**	**UN**	**25**	**R$ 7,99**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
97	DISCO DE CORTE P/ LIXADEIRA	**THOMPSON**	**UN**	**10**	**R$ 7,39**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
98	DISCO DE DESBASTE	**ITAMBE**	**UN**	**15**	**R$ 13,99**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
99	DISCO DE MAKITA PARA MADEIRA	**TRX**	**UN**	**10**	**R$ 19,89**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
100	DISCO DE MAKITA PARA CERÂMICA	**RANGER**	**UN**	**05**	**R$ 14,99**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
101	DISCO DE MAKITA PARA CONCRETO	**RANGER**	**UN**	**05**	**R$ 18,95**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
103	NIVEL DE MÃO 40 CM	**THOMPSON**	**UN**	**02**	**R$ 27,68**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
104	LÁPIS CARPINTEIRO	**BRASFOR**	**UN**	**10**	**R$ 3,39**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
105	BROCA PARA CONCRETO 6MM	**EDA**	**UN**	**04**	**R$ 5,98**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
106	BROCA PARA CONCRETO 8MM	**EDA**	**UN**	**04**	**R$ 7,98**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
107	BROCA PARA CONCRETO 10MM	**EDA**	**UN**	**04**	**R$ 11,49**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
108	BROCA PARA FERRO 4MM	**EDA**	**UN**	**04**	**R$ 5,49**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
109	BROCA PARA FERRO 6MM	**EDA**	**UN**	**04**	**R$ 8,69**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
110	BROCA PARA FERRO 8MM	**EDA**	**UN**	**04**	**R$ 10,59**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
111	BROCA PARA FERRO 10MM	**EDA**	**UN**	**04**	**R$ 23,59**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**
120	BISNAGA CORANTE LIQUIDO CORES VARIADAS (VERDE, VERMELHO, AMARELO, AZUL, ROXO E PRETO) CAIXA COM 12 UNIDADES	**INDEFLEX**	**CX**	**40**	**R$ 6,39**	**ELIANIA CAMPANA DINIZ LTDA.**

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.
1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, podendo se prorrogado por igual período, desde que comprovado que os valores dos preços, permanecem vantajosos, contado da data de sua publicação no Diário Oficial e PNCP, conforme previsto no art. 71, paragrafo 1º, do Decreto Municipal 1.286/2022.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no art. 73, do decreto 1.286/2022.

CLÁUSULA III – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. A Administração e gerenciamento da presente ata caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos termos do Decreto Municipal que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Prefeitura.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1.A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão Gerenciador desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA V – DO PREÇO
1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, podendo ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos da norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VI – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO
1. A entrega dos produtos/serviço se dará mediante emissão da nota de empenho emitida pelas Secretarias participante, e conforme item 13 e seus subitens do termo de referência.
2. O prazo para a assinatura do contrato é aquele estabelecido no edital. (se for o caso)
3. Os mesmos deverão ser entregues conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO
1. Em todo(s) o(s) fornecimento(s), o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pela licitante vencedora em sua proposta de preços, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, a contar da data em que for apresentada a Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente.

CLÁUSULA VIII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
1. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital do Pregão e do Termo de Referência.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.
3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto/serviço apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
4. Os materiais/serviços deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
6. A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Art. 155º e 156º, Lei 14.133/2021).

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as seguintes sanções:
I-**Advertência**;
II- **Multa;**
III- **Impedimento de licitar ou contratar;**
IV-**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**
9.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, pelo prazo máximo de até 03 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.3 - A licitante vencedora estará sujeita as penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência.
9.4 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capitulo V e seus incisos da Lei de Licitações – 14.133/2021.

9.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
9.6 - As sanções de Advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-Ro, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
9.7 - A recusa sem motivo justificado do(s) convocado(s) em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste Termo.

CLÁUSULA X – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
1.1. for liberado;
1.2. descumprir as condições da ata de registro de preço, sem justificativa aceitável;
1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticado no mercado;
1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal 14.133, de 2021;
1.5. não aceitar o preço revisado pela administração.
2. A ata de registro de preço será cancelada, total ou parcial, pelo órgão gerenciador:
2.1. pelo decurso do prazo de vigência;
2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demostrado; e
2.4. Por razão de interesse público, devidamente justificado.
3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
Paragrafo único. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA XII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As aquisições dos objetos/serviços da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante emissão da nota de empenho a ser emitida pelas Secretarias participante da Prefeitura Municipal de Cujubim.
2. Autorizadas às aquisições, será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
3. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do **Pregão Eletrônico Nº 015/2026**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 191/2026**.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 015/2026**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Cujubim – RO, 01 de Julho de 2026.

CLAUDINEI PELIZZON
Coordenador do – S.R.P

JOÃO BECKER
Prefeito

Empresa(S) Vencedora(S) Do Certame:
Eliania Campana Diniz LTDA.
C.N.P.J.: 31.836.537/0001-10
Representante:
ELIANIA CAMPANA DINIZ.

Publicado por:
Claudinei Pelizzon
Código Identificador:C1D0389C

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 078/2026 - PUBLICAÇÃO DO 1º TRIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 078/2026
PROCESSO N.º 191/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 015/SRP/2026

Aos 01 dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte seis, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM,** inscrito no **CNPJ sob o nº. 84.736.941/0001-88**, com sede na Avenida Condor, nº. 2588, nesta cidade de Cujubim-Ro, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 6º. Inc XLV à XLIX, Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, **Decreto Municipal nº. 1286** de 15 de Dezembro de 2022 e de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 015/SRP/2026** em virtude da deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. Formação de registro de preço para futura e eventualaquisição de materiais de construção em geral, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Cujubim – RO, sendo elas: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP; Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS; Secretaria Municipal de Educação – SEMECD; Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI; Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU e Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA, visando suprir as demandas relacionadas à execução de serviços de manutenção, reparos, reformas, adequações, pequenas obras e conservação de prédios públicos, vias urbanas, rurais e demais espaços de uso coletivo do município de Cujubim-RO, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, decorrentes do certame relativo ao Pregão Eletrônico Nº. 015/2026, cujos elementos a integram.
2. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Cujubim - Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe, facultado a realização de licitações específicas para aquisição do mesmo objeto, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

TABELA I

LICITANTE: **COMERCIO DE TINTAS RIO MACHADO LTDA ME.**
C.N.P.J.: 11.055.272/0001-05 - TEL: (69) 3421-2186
ENDEREÇO: AV BRASIL, Nº 1172, NOVA BRASILIA, JI PARANÁ – RO.
CEP: 76.908-448
Email: ricardo@grupomonzatintas.com.br
NOME DO REPRESENTANTE: **ALDO BEFFÉ.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA I –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
14	TINTA BRANCA ACRILÍCA SEMI - BRILHO DE 18 LITROS **(ITEM AMPLA CONCORRÊNCIA)**	**BRASILUX**	**LATA**	**146**	**R$ 530,00**	**COMERCIO DE TINTAS RIO MACHADO LTDA ME.**
15	FITA CREPE LARGA USADA EM PINTURA PROTEÇÃO PAREDE E PISO FITA CREPE 24 MMX50M USADA EM PINTURA PROTEÇÃO PARA PAREDE E PISO.	**ADELBRAS**	**UN**	**155**	**R$ 9,00**	**COMERCIO DE TINTAS RIO MACHADO LTDA ME.**
16	PRIMER PU LATA C/ 900 ML	**DUXONE**	**LATA**	**25**	**R$ 66,00**	**COMERCIO DE TINTAS RIO MACHADO LTDA ME.**
17	VERNIZ VERNIZ LATA DE 3,600 COR IMBUIA	**BRASILUX**	**UN**	**55**	**R$ 164,00**	**COMERCIO DE TINTAS RIO MACHADO LTDA ME.**
42	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO LATA COM 18 LITROS NA COR AZUL OCEANO, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PREMIUM.	**BRASILUX**	**LATA**	**70**	**R$ 668,00**	**COMERCIO DE TINTAS RIO MACHADO LTDA ME.**
79	ROLO DE PINTURA Rolo Pintura Predial - Material: Espuma, Altura: 4 Cm, Material Tubo: Plástico, Aplicação: Superfície Lisa, Parede E Madeira, Comprimento: 15 Cm, Material Cabo: Plástico Resistente, Características Adicionais: Com Cabo, Com Furo Para Prolongador.	**ATLAS**	**UN**	**70**	**R$ 10,00**	**COMERCIO DE TINTAS RIO MACHADO LTDA ME.**
121	SUPORTE PARA ROLO DE PINTURA 23 CM;	**ATLAS**	**UN**	**20**	**R$ 11,58**	**COMERCIO DE TINTAS RIO MACHADO LTDA ME.**
123	PINCEL COM CERDAS DE NYLON, BASE ACHATADA, Nº 05 Pincel para pintura 5cm.	**ATLAS**	**UN**	**30**	**R$ 8,40**	**COMERCIO DE TINTAS RIO MACHADO LTDA ME.**
128	TINTA BRANCA ACRILÍCA SEMI - BRILHO DE 18 LITROS **(RESERVA DE COTA ITEM 14)**	**BRASILUX**	**LATA**	**49**	**R$ 530,00**	**COMERCIO DE TINTAS RIO MACHADO LTDA ME.**

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.
1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, podendo se prorrogado por igual período, desde que comprovado que os valores dos preços, permanecem vantajosos, contado da data de sua publicação no Diário Oficial e PNCP, conforme previsto no art. 71, paragrafo 1º, do Decreto Municipal 1.286/2022.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no art. 73, do decreto 1.286/2022.

CLÁUSULA III – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. A Administração e gerenciamento da presente ata caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos termos do Decreto Municipal que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Prefeitura.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1.A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão Gerenciador desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA V – DO PREÇO
1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, podendo ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos da norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VI – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO
1. A entrega dos produtos/serviço se dará mediante emissão da nota de empenho emitida pelas Secretarias participante, e conforme item 13 e seus subitens do termo de referência.
2. O prazo para a assinatura do contrato é aquele estabelecido no edital. (se for o caso)
3. Os mesmos deverão ser entregues conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO
1. Em todo(s) o(s) fornecimento(s), o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pela licitante vencedora em sua proposta de preços, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, a contar da data em que for apresentada a Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente.

CLÁUSULA VIII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
1. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital do Pregão e do Termo de Referência.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.
3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto/serviço apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
4. Os materiais/serviços deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
6. A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Art. 155º e 156º, Lei 14.133/2021).

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as seguintes sanções:
I-**Advertência**;
II- **Multa;**
III- **Impedimento de licitar ou contratar;**
IV-**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**
9.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, pelo prazo máximo de até 03 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.3 - A licitante vencedora estará sujeita as penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência.
9.4 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capitulo V e seus incisos da Lei de Licitações – 14.133/2021.
9.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
9.6 - As sanções de Advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-Ro, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
9.7 - A recusa sem motivo justificado do(s) convocado(s) em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste Termo.

CLÁUSULA X – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
1.1. for liberado;
1.2. descumprir as condições da ata de registro de preço, sem justificativa aceitável;
1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticado no mercado;
1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal 14.133, de 2021;
1.5. não aceitar o preço revisado pela administração.
2. A ata de registro de preço será cancelada, total ou parcial, pelo órgão gerenciador:

2.1. pelo decurso do prazo de vigência;
2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demostrado; e
2.4. Por razão de interesse público, devidamente justificado.
3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
Paragrafo único. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA XII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As aquisições dos objetos/serviços da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante emissão da nota de empenho a ser emitida pelas Secretarias participante da Prefeitura Municipal de Cujubim.
2. Autorizadas às aquisições, será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
3. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do **Pregão Eletrônico Nº 015/2026**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 191/2026**.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 015/2026**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Cujubim – RO, 01 de Julho de 2026.

CLAUDINEI PELIZZON
Coordenador do – S.R.P

JOÃO BECKER
Prefeito

Empresa(S) Vencedora(S) Do Certame:

Comercio De Tintas Rio Machado LTDA ME.
C.N.P.J.: 11.055.272/0001-05
Representante:
ALDO BEFFÉ.

Publicado por:
Claudinei Pelizzon
Código Identificador:11DE758E

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 079/2026 - PUBLICAÇÃO DO 1º TRIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 079/2026
PROCESSO N.º 191/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 015/SRP/2026

Aos 01 dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte seis, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM,** inscrito no **CNPJ sob o nº. 84.736.941/0001-88**, com sede na Avenida Condor, nº. 2588, nesta cidade de Cujubim-Ro, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 6º. Inc XLV à XLIX, Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, **Decreto Municipal nº. 1286** de 15 de Dezembro de 2022 e de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 015/SRP/2026** em virtude da deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. Formação de registro de preço para futura e eventualaquisição de materiais de construção em geral, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Cujubim – RO, sendo elas: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP; Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS; Secretaria Municipal de Educação – SEMECD; Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI; Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU e Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA, visando suprir as demandas relacionadas à execução de serviços de manutenção, reparos, reformas, adequações, pequenas obras e conservação de prédios públicos, vias urbanas, rurais e demais espaços de uso coletivo do município de Cujubim-RO, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, decorrentes do certame relativo ao Pregão Eletrônico Nº. 015/2026, cujos elementos a integram.
2. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Cujubim - Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe, facultado a realização de licitações específicas para aquisição do mesmo objeto, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

TABELA I

LICITANTE: **WM2 COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.**
C.N.P.J.: 45.725.095/0001-49 - TEL: (65) 98446-1109
ENDEREÇO: AV AFONSO PENA, Nº 3072, CUIABÁ – MT.
CEP: 78.049-323
Email: wm02servicos@gmail.com
NOME DO REPRESENTANTE: **MARCOS ANDERSON DE PAULA NUNES MACHADO.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA I –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
20	INTERRUPTOR COM TOMADA ALVENARIA INTERRUPTOR COM TOMADA ALVENARIA	**PLUZIE**	**UN**	**70**	**R$ 12,90**	**WM2 COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.**
21	TOMADA DUPLA PARA ALVENARIA NA COR BRANCA.	**PLUZIE**	**UN**	**75**	**R$ 13,65**	**WM2 COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.**

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.
1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, podendo se prorrogado por igual período, desde que comprovado que os valores dos preços, permanecem vantajosos, contado da data de sua publicação no Diário Oficial e PNCP, conforme previsto no art. 71, paragrafo 1º, do Decreto Municipal 1.286/2022.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no art. 73, do decreto 1.286/2022.

CLÁUSULA III – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. A Administração e gerenciamento da presente ata caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos termos do Decreto Municipal que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Prefeitura.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1.A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão Gerenciador desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA V – DO PREÇO
1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, podendo ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos da norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VI – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO
1. A entrega dos produtos/serviço se dará mediante emissão da nota de empenho emitida pelas Secretarias participante, e conforme item 13 e seus subitens do termo de referência.
2. O prazo para a assinatura do contrato é aquele estabelecido no edital. (se for o caso)
3. Os mesmos deverão ser entregues conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO
1. Em todo(s) o(s) fornecimento(s), o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pela licitante vencedora em sua proposta de preços, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, a contar da data em que for apresentada a Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente.

CLÁUSULA VIII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
1. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital do Pregão e do Termo de Referência.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.
3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto/serviço apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
4. Os materiais/serviços deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
6. A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Art. 155º e 156º, Lei 14.133/2021).

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as seguintes sanções:
I-**Advertência**;
II- **Multa;**
III- **Impedimento de licitar ou contratar;**
IV-**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**
9.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, pelo prazo máximo de até 03 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.3 - A licitante vencedora estará sujeita as penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência.
9.4 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capitulo V e seus incisos da Lei de Licitações – 14.133/2021.
9.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
9.6 - As sanções de Advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-Ro, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
9.7 - A recusa sem motivo justificado do(s) convocado(s) em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste Termo.

CLÁUSULA X – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
1.1. for liberado;
1.2. descumprir as condições da ata de registro de preço, sem justificativa aceitável;
1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticado no mercado;
1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal 14.133, de 2021;
1.5. não aceitar o preço revisado pela administração.
2. A ata de registro de preço será cancelada, total ou parcial, pelo órgão gerenciador:
2.1. pelo decurso do prazo de vigência;
2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demostrado; e
2.4. Por razão de interesse público, devidamente justificado.
3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
Paragrafo único. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.
CLÁUSULA XII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As aquisições dos objetos/serviços da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante emissão da nota de empenho a ser emitida pelas Secretarias participante da Prefeitura Municipal de Cujubim.
2. Autorizadas às aquisições, será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
3. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.
CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do **Pregão Eletrônico Nº 015/2026**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 191/2026**.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 015/2026**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.
Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Cujubim – RO, 01 de Julho de 2026.

CLAUDINEI PELIZZON
Coordenador do – S.R.P

JOÃO BECKER
Prefeito

Empresa(S) Vencedora(S) Do Certame:

WM2 Comercio E Serviços LTDA.
C.N.P.J.: 45.725.095/0001-49
Representante:
MARCOS ANDERSON DE PAULA NUNES MACHADO.

Publicado por:
Claudinei Pelizzon
Código Identificador:985B6447

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 080/2026 - PUBLICAÇÃO DO 1º TRIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 080/2026
PROCESSO N.º 191/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 015/SRP/2026

Aos 01 dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte seis, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM,** inscrito no **CNPJ sob o nº. 84.736.941/0001-88**, com sede na Avenida Condor, nº. 2588, nesta cidade de Cujubim-Ro, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 6º. Inc XLV à XLIX, Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, **Decreto Municipal nº. 1286** de 15 de Dezembro de 2022 e de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 015/SRP/2026** em virtude da deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. Formação de registro de preço para futura e eventualaquisição de materiais de construção em geral, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Cujubim – RO, sendo elas: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP; Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS; Secretaria Municipal de Educação – SEMECD; Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI; Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU e Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA, visando suprir as demandas relacionadas à execução de serviços de manutenção, reparos, reformas, adequações, pequenas obras e conservação de prédios públicos, vias urbanas, rurais e demais espaços de uso coletivo do município de Cujubim-RO, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, decorrentes do certame relativo ao Pregão Eletrônico Nº. 015/2026, cujos elementos a integram.
2. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Cujubim - Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe, facultado a realização de licitações específicas para aquisição do mesmo objeto, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

TABELA I

LICITANTE: **ATRIUM IND. E COM. DE FERRAGENS LTDA.**
C.N.P.J.: 46.423.434/0001-03 - TEL: (54) 99189-8797
ENDEREÇO: RUA SANTOS DUMONT, Nº 888, BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO, ERECHIM – RS.
CEP: 99.709-370
Email: atrium.vendas@gmail.com
NOME DO REPRESENTANTE: **GECIANO ANTONIO JAGUSESKI.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA I –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
27	LAMPADA LED 50 W Lâmpada Led Bulbo 50w E27 6500k Bivolt Cor da luz Branco-frio 110V/220V	**EMPALUX**	**UN**	**210**	**R$ 11,62**	**ATRIUM IND. E COM. DE FERRAGENS LTDA.**
28	BARRA DE FERRO PARA CONSTRUÇÃO 5/8 COM 16 MM DE ESPESSURA X 12 MTS BARRA DE FERRO PARA CONSTRUÇÃO 5/8 COM 16 MM DE ESPESSURA X 12 MTS	**ARCELOR**	**BARRA**	**15**	**R$ 183,31**	**ATRIUM IND. E COM. DE FERRAGENS LTDA.**
37	VERGALÕES 10MM 3/8 vergalões 10MM 3/8	**ARCELOR**	**BARRA**	**20**	**R$ 74,64**	**ATRIUM IND. E COM. DE FERRAGENS LTDA.**

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.
1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, podendo se prorrogado por igual período, desde que comprovado que os valores dos preços, permanecem vantajosos, contado da data de sua publicação no Diário Oficial e PNCP, conforme previsto no art. 71, paragrafo 1º, do Decreto Municipal 1.286/2022.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no art. 73, do decreto 1.286/2022.

CLÁUSULA III – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. A Administração e gerenciamento da presente ata caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos termos do Decreto Municipal que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Prefeitura.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1.A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão Gerenciador desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA V – DO PREÇO

1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, podendo ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos da norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VI – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO
1. A entrega dos produtos/serviço se dará mediante emissão da nota de empenho emitida pelas Secretarias participante, e conforme item 13 e seus subitens do termo de referência.
2. O prazo para a assinatura do contrato é aquele estabelecido no edital. (se for o caso)
3. Os mesmos deverão ser entregues conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO
1. Em todo(s) o(s) fornecimento(s), o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pela licitante vencedora em sua proposta de preços, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, a contar da data em que for apresentada a Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente.

CLÁUSULA VIII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
1. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital do Pregão e do Termo de Referência.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.
3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto/serviço apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
4. Os materiais/serviços deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
6. A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Art. 155º e 156º, Lei 14.133/2021).

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as seguintes sanções:
I-**Advertência**;
II- **Multa;**
III- **Impedimento de licitar ou contratar;**
IV-**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**
9.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, pelo prazo máximo de até 03 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.3 - A licitante vencedora estará sujeita as penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência.
9.4 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capitulo V e seus incisos da Lei de Licitações – 14.133/2021.
9.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
9.6 - As sanções de Advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-Ro, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
9.7 - A recusa sem motivo justificado do(s) convocado(s) em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste Termo.

CLÁUSULA X – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
1.1. for liberado;

1.2. descumprir as condições da ata de registro de preço, sem justificativa aceitável;
1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticado no mercado;
1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal 14.133, de 2021;
1.5. não aceitar o preço revisado pela administração.
2. A ata de registro de preço será cancelada, total ou parcial, pelo órgão gerenciador:
2.1. pelo decurso do prazo de vigência;
2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demostrado; e
2.4. Por razão de interesse público, devidamente justificado.
3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
Paragrafo único. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA XII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As aquisições dos objetos/serviços da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante emissão da nota de empenho a ser emitida pelas Secretarias participante da Prefeitura Municipal de Cujubim.
2. Autorizadas às aquisições, será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
3. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do **Pregão Eletrônico Nº 015/2026**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 191/2026**.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 015/2026**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Cujubim – RO, 01 de Julho de 2026.

CLAUDINEI PELIZZON
Coordenador do – S.R.P

JOÃO BECKER
Prefeito

Empresa(s) Vencedora(s) do Certame:

Atrium Ind. e Com. de Ferragens LTDA.
C.N.P.J.: 46.423.434/0001-03
GECIANO ANTONIO JAGUSESKI.
Representante

Publicado por:
Claudinei Pelizzon
Código Identificador:7702BE4F

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 081/2026 - PUBLICAÇÃO DO 1º TRIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 081/2026
PROCESSO N.º 191/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 015/SRP/2026

Aos 01 dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte seis, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM,** inscrito no **CNPJ sob o nº. 84.736.941/0001-88**, com sede na Avenida Condor, nº. 2588, nesta cidade de Cujubim-Ro, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 6º. Inc XLV à XLIX, Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, **Decreto Municipal nº. 1286** de 15 de Dezembro de 2022 e de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 015/SRP/2026** em virtude da deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. Formação de registro de preço para futura e eventualaquisição de materiais de construção em geral, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Cujubim – RO, sendo elas: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP; Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS; Secretaria Municipal de Educação – SEMECD; Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI; Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU e Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA, visando suprir as demandas relacionadas à execução de serviços de manutenção, reparos, reformas, adequações, pequenas obras e conservação de prédios públicos, vias urbanas, rurais e demais espaços

de uso coletivo do município de Cujubim-RO, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, decorrentes do certame relativo ao Pregão Eletrônico Nº. 015/2026, cujos elementos a integram.
2. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Cujubim - Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe, facultado a realização de licitações específicas para aquisição do mesmo objeto, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

TABELA I

LICITANTE: **GRM MAQUINAS E LOCAÇÕES.**
C.N.P.J.: 97.541.831/0001-02 - TEL: (49) 98827-5761
ENDEREÇO: RUA PADRE JOÃO SMEDT, Nº 1401, CENTRO, ABELARDO LUX – SC.
CEP: 89.830-000
Email: grm.vendas@hotmail.com
NOME DO REPRESENTANTE: **GESSICA ZARZEKA OLIVIO.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA I –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
44	LAVADORA ALTA PRESSÃO. Lavadora alta pressão 1850 libras com stop total, desligamento automático, trava de segurança potencia 1,6kw, 110volts, e vazão de água de 400litros por hora	**TENKA**	**10**	**UN**	**R$ 990,00**	**GRM MAQUINAS E LOCAÇÕES.**
57	LIMATÃO REDONDO PARA MOTOSSERRA. 5/32 4.0 MM REF.	**TENKA**	**05**	**CX**	**R$ 12,91**	**GRM MAQUINAS E LOCAÇÕES.**

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.
1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, podendo se prorrogado por igual período, desde que comprovado que os valores dos preços, permanecem vantajosos, contado da data de sua publicação no Diário Oficial e PNCP, conforme previsto no art. 71, paragrafo 1º, do Decreto Municipal 1.286/2022.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no art. 73, do decreto 1.286/2022.

CLÁUSULA III – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. A Administração e gerenciamento da presente ata caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos termos do Decreto Municipal que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Prefeitura.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1.A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão Gerenciador desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA V – DO PREÇO
1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, podendo ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos da norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VI – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO
1. A entrega dos produtos/serviço se dará mediante emissão da nota de empenho emitida pelas Secretarias participante, e conforme item 13 e seus subitens do termo de referência.
2. O prazo para a assinatura do contrato é aquele estabelecido no edital. (se for o caso)
3. Os mesmos deverão ser entregues conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO
1. Em todo(s) o(s) fornecimento(s), o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pela licitante vencedora em sua proposta de preços, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, a contar da data em que for apresentada a Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente.

CLÁUSULA VIII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
1. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital do Pregão e do Termo de Referência.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.
3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto/serviço apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
4. Os materiais/serviços deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
6. A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Art. 155º e 156º, Lei 14.133/2021).

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as seguintes sanções:
I-**Advertência**;
II- **Multa;**
III- **Impedimento de licitar ou contratar;**
IV-**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**
9.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, pelo prazo máximo de até 03 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.3 - A licitante vencedora estará sujeita as penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência.
9.4 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capitulo V e seus incisos da Lei de Licitações – 14.133/2021.
9.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
9.6 - As sanções de Advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-Ro, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
9.7 - A recusa sem motivo justificado do(s) convocado(s) em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste Termo.

CLÁUSULA X – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
1.1. for liberado;
1.2. descumprir as condições da ata de registro de preço, sem justificativa aceitável;
1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticado no mercado;
1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal 14.133, de 2021;
1.5. não aceitar o preço revisado pela administração.
2. A ata de registro de preço será cancelada, total ou parcial, pelo órgão gerenciador:
2.1. pelo decurso do prazo de vigência;
2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demostrado; e
2.4. Por razão de interesse público, devidamente justificado.
3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
Paragrafo único. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA XII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As aquisições dos objetos/serviços da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante emissão da nota de empenho a ser emitida pelas Secretarias participante da Prefeitura Municipal de Cujubim.
2. Autorizadas às aquisições, será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
3. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do **Pregão Eletrônico Nº 015/2026**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 191/2026**.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 015/2026**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Cujubim – RO, 01 de Julho de 2026.

CLAUDINEI PELIZZON
Coordenador do – S.R.P

JOÃO BECKER
Prefeito

Empresa(S) Vencedora(S) Do Certame:

GRM Maquinas E Locações.
C.N.P.J.: 97.541.831/0001-02
GESSICA ZARZEKA OLIVIO.
Representante

Publicado por:
Claudinei Pelizzon
Código Identificador:AB697D23

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 082/2026 - PUBLICAÇÃO DO 1º TRIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 082/2026
PROCESSO N.º 191/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 015/SRP/2026

Aos 01 dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte seis, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM,** inscrito no **CNPJ sob o nº. 84.736.941/0001-88**, com sede na Avenida Condor, nº. 2588, nesta cidade de Cujubim-Ro, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 6º. Inc XLV à XLIX, Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, **Decreto Municipal nº. 1286** de 15 de Dezembro de 2022 e de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 015/SRP/2026** em virtude da deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. Formação de registro de preço para futura e eventualaquisição de materiais de construção em geral, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Cujubim – RO, sendo elas: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP; Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS; Secretaria Municipal de Educação – SEMECD; Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI; Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU e Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA, visando suprir as demandas relacionadas à execução de serviços de manutenção, reparos, reformas, adequações, pequenas obras e conservação de prédios públicos, vias urbanas, rurais e demais espaços de uso coletivo do município de Cujubim-RO, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, decorrentes do certame relativo ao Pregão Eletrônico Nº. 015/2026, cujos elementos a integram.
2. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Cujubim - Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe, facultado a realização de licitações específicas para aquisição do mesmo objeto, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

TABELA I

LICITANTE: **BRAXPARK MAQ. E EQUIPAMENTOS LTDA.**
C.N.P.J.: 33.366.168/0001-74 - TEL: (31) 98899-6577
ENDEREÇO: AV. CORENEL JOSÉ DIAS BICALHO, Nº 933, BELO HORIZONTE – MG.
CEP: 31.275-050
Email: braxparkequipamentos@gmail.com
NOME DO REPRESENTANTE: **FERNANDO PEREIRA.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA I –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
52	MACACO HIDRÁULICO TIPO GARRAFA 32 TONELADAS. Macaco hidráulico tipo garrafa, capacidade mínima de 32 (trinta e duas) toneladas, elevação mínima de 230 mm, peso máximo de 8.0 kg.	**GRAFF**	**02**	**UN**	**R$ 640,00**	**BRAXPARK MAQ. E EQUIPAMENTOS LTDA.**

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.
1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, podendo se prorrogado por igual período, desde que comprovado que os valores dos preços, permanecem vantajosos, contado da data de sua publicação no Diário Oficial e PNCP, conforme previsto no art. 71, paragrafo 1º, do Decreto Municipal 1.286/2022.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no art. 73, do decreto 1.286/2022.

CLÁUSULA III – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. A Administração e gerenciamento da presente ata caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos termos do Decreto Municipal que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Prefeitura.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão Gerenciador desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA V – DO PREÇO
1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, podendo ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos da norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VI – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO
1. A entrega dos produtos/serviço se dará mediante emissão da nota de empenho emitida pelas Secretarias participante, e conforme item 13 e seus subitens do termo de referência.
2. O prazo para a assinatura do contrato é aquele estabelecido no edital. (se for o caso)
3. Os mesmos deverão ser entregues conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO
1. Em todo(s) o(s) fornecimento(s), o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pela licitante vencedora em sua proposta de preços, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, a contar da data em que for apresentada a Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente.

CLÁUSULA VIII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
1. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital do Pregão e do Termo de Referência.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.
3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto/serviço apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
4. Os materiais/serviços deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
6. A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Art. 155º e 156º, Lei 14.133/2021).

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as seguintes sanções:
I-**Advertência**;
II- **Multa;**
III- **Impedimento de licitar ou contratar;**
IV-**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**
9.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, pelo prazo máximo de até 03 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.3 - A licitante vencedora estará sujeita as penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência.
9.4 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capitulo V e seus incisos da Lei de Licitações – 14.133/2021.
9.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
9.6 - As sanções de Advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-Ro, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
9.7 - A recusa sem motivo justificado do(s) convocado(s) em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste Termo.

CLÁUSULA X – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
1.1. for liberado;
1.2. descumprir as condições da ata de registro de preço, sem justificativa aceitável;
1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticado no mercado;
1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal 14.133, de 2021;
1.5. não aceitar o preço revisado pela administração.
2. A ata de registro de preço será cancelada, total ou parcial, pelo órgão gerenciador:
2.1. pelo decurso do prazo de vigência;
2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demostrado; e
2.4. Por razão de interesse público, devidamente justificado.
3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
Paragrafo único. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA XII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As aquisições dos objetos/serviços da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante emissão da nota de empenho a ser emitida pelas Secretarias participante da Prefeitura Municipal de Cujubim.
2. Autorizadas às aquisições, será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
3. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do **Pregão Eletrônico Nº 015/2026**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 191/2026**.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 015/2026**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Cujubim – RO, 01 de Julho de 2026.

CLAUDINEI PELIZZON
Coordenador do – S.R.P

JOÃO BECKER
Prefeito

Empresa(S) Vencedora(S) Do Certame:

Braxpark Maq. E Equipamentos LTDA.
C.N.P.J.: 33.366.168/0001-74
Representante:
FERNANDO PEREIRA.

Publicado por:
Claudinei Pelizzon
Código Identificador:78A12519

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 083/2026 - PUBLICAÇÃO DO 1º TRIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 083/2026
PROCESSO N.º 191/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 015/SRP/2026

Aos 01 dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte seis, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM,** inscrito no **CNPJ sob o nº. 84.736.941/0001-88**, com sede na Avenida Condor, nº. 2588, nesta cidade de Cujubim-Ro, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 6º. Inc XLV à XLIX, Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, **Decreto Municipal nº. 1286** de 15 de Dezembro de 2022 e de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 015/SRP/2026** em virtude da deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. Formação de registro de preço para futura e eventualaquisição de materiais de construção em geral, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Cujubim – RO, sendo elas: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP; Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS; Secretaria Municipal de Educação – SEMECD; Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI; Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU e Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA, visando suprir as demandas relacionadas à execução de serviços de manutenção, reparos, reformas, adequações, pequenas obras e conservação de prédios públicos, vias urbanas, rurais e demais espaços de uso coletivo do município de Cujubim-RO, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, decorrentes do certame relativo ao Pregão Eletrônico Nº. 015/2026, cujos elementos a integram.
2. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Cujubim - Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe, facultado a realização de licitações específicas para aquisição do mesmo objeto, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

TABELA I

LICITANTE: **BELLION ENGENHARIA LTDA.**
C.N.P.J.: 63.059.888/0001-58 - TEL: (68) 98404-7890
ENDEREÇO: RUA MENDES DE SÁ, Nº 1210, BAHIA VELHA, RIO BRANCO – AC.
CEP: 69.911-564
Email: bellionengenharia@gmail.com
NOME DO REPRESENTANTE: **DIEMERSON FERREIRA DE OLIVEIRA.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA I –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
125	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-Z-32 SACA C/ 50 KG **(RESERVA DE COTA ITEM 02)**	**ITAÚ**	**UN**	**537**	**R$ 77,00**	**BELLION ENGENHARIA LTDA.**

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.
1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, podendo se prorrogado por igual período, desde que comprovado que os valores dos preços, permanecem vantajosos, contado da data de sua publicação no Diário Oficial e PNCP, conforme previsto no art. 71, paragrafo 1º, do Decreto Municipal 1.286/2022.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no art. 73, do decreto 1.286/2022.

CLÁUSULA III – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. A Administração e gerenciamento da presente ata caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos termos do Decreto Municipal que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Prefeitura.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1.A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão Gerenciador desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA V – DO PREÇO
1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, podendo ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos da norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VI – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO
1. A entrega dos produtos/serviço se dará mediante emissão da nota de empenho emitida pelas Secretarias participante, e conforme item 13 e seus subitens do termo de referência.
2. O prazo para a assinatura do contrato é aquele estabelecido no edital. (se for o caso)
3. Os mesmos deverão ser entregues conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO
1. Em todo(s) o(s) fornecimento(s), o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pela licitante vencedora em sua proposta de preços, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, a contar da data em que for apresentada a Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente.

CLÁUSULA VIII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
1. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital do Pregão e do Termo de Referência.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.
3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto/serviço apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
4. Os materiais/serviços deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.

6. A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Art. 155º e 156º, Lei 14.133/2021).

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as seguintes sanções:
I-**Advertência**;
II- **Multa;**
III- **Impedimento de licitar ou contratar;**
IV-**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**
9.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, pelo prazo máximo de até 03 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.3 - A licitante vencedora estará sujeita as penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência.
9.4 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capitulo V e seus incisos da Lei de Licitações – 14.133/2021.
9.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
9.6 - As sanções de Advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-Ro, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
9.7 - A recusa sem motivo justificado do(s) convocado(s) em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste Termo.

CLÁUSULA X – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
1.1. for liberado;
1.2. descumprir as condições da ata de registro de preço, sem justificativa aceitável;
1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticado no mercado;
1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal 14.133, de 2021;
1.5. não aceitar o preço revisado pela administração.
2. A ata de registro de preço será cancelada, total ou parcial, pelo órgão gerenciador:
2.1. pelo decurso do prazo de vigência;
2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demostrado; e
2.4. Por razão de interesse público, devidamente justificado.
3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
Paragrafo único. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA XII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As aquisições dos objetos/serviços da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante emissão da nota de empenho a ser emitida pelas Secretarias participante da Prefeitura Municipal de Cujubim.
2. Autorizadas às aquisições, será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
3. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do **Pregão Eletrônico Nº 015/2026**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 191/2026**.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 015/2026**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Cujubim – RO, 01 de Julho de 2026.

CLAUDINEI PELIZZON
Coordenador do – S.R.P

JOÃO BECKER
Prefeito

Empresa(S) Vencedora(S) Do Certame:
Bellion Engenharia LTDA.
C.N.P.J.: 63.059.888/0001-58
Representante:
DIEMERSON FERREIRA DE OLIVEIRA.

Publicado por:
Claudinei Pelizzon
Código Identificador:A738471B

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 106/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 106/2026
PROCESSO N.º 629/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/SRP/2026

Aos 29 dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte seis, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM,** inscrito no **CNPJ sob o nº. 84.736.941/0001-88**, com sede na Avenida Condor, nº. 2588, nesta cidade de Cujubim-Ro, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 6º. Inc XLV à XLIX, Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, **Decreto Municipal nº. 1286** de 15 de Dezembro de 2022 e de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 024/SRP/2025** em virtude da deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Formação de registro de preço para futura e eventualAquisição de medicamentos injetáveis destinados ao atendimento das necessidades do Hospital de Pequeno Porte (HPP), Centro Cirúrgico, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Centro de Abastecimento Farmacêutico (CAF) e demais Unidades de Saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Cujubim/RO, por um período estimado de 12 (doze) meses. Decorrentes do certame relativo ao Pregão Eletrônico Nº. 024/2026, cujos elementos a integram.

2. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Cujubim - Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe, facultado a realização de licitações específicas para aquisição do mesmo objeto, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

TABELA I

LICITANTE: **TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
C.N.P.J.: 35.959.514/0001-53 - TEL: (45) 99965-8536
ENDEREÇO: AV. MINISTRO CIRNE LIMA, Nº 631 , BAIRRO VILA BECKER, TOLEDO – PR.
CEP: 85.902-400
Email: licitacao@tolesul.com
NOME DO REPRESENTANTE: **SIMONE POZZEBON.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA I –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
01	ACETILCISTEINA 300 MG/3ML, AMPOLA DE 3 ML	**UNIÃO QUIMICA**	**AMP**	**500**	**R$ 3,25**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
02	ÁCIDO ASCÓRBICO 100 MG/ML SOL INJ.	**HYPOFARMA**	**AMP**	**15.000**	**R$ 0,88**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
12	BENZILPENICILINA 1.200.000 UI- pó pra suspensão injetável	**TEUTO**	**AMP**	**6.000**	**R$ 5,60**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
17	BROMOPRIDA 5MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	**HIPOLABOR**	**AMP**	**10.000**	**R$ 1,06**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
18	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA (4MG + 500MG/ML) SOLUÇÃO INJETÁVEL 5ML	**HYPOFARMA**	**AMP**	**10.000**	**R$ 1,36**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
19	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML	**HYPOFARMA**	**AMP**	**5.000**	**R$ 0,83**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
21	CEFALOTINA SÓDICA, 1 G EM PÓ LIOFILIZADO DE 10 ML.(EMBALAGEM HOSPITALAR)	**BLAU**	**AMP**	**5.000**	**R$ 4,46**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
25	CETOPROFENO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	**HIPOLABOR**	**AMP**	**3.000**	**R$ 0,98**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
26	CIMETIDINA 150 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMP C/2 ML	**HYPOFARMA**	**AMP**	**1.000**	**R$ 0,99**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
27	CIPROFLOXACINO 200MG SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO, QUE DEVERÁ CONTER DUAS ENTRADAS: UMA PARA EQUIPO E OUTRA PARA ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS E APRESENTE MEMBRANA CICATRIZANTE, (DE ACORDO COM A RDC 45/ANVISA), FRASCO COM	**BEKER**	**FRS**	**1.000**	**R$ 6,20**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**

	100 ML					
28	CITRATO DE FENTANILA 0,05MCG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML.	**HIPOLABOR**	**AMP**	**1.000**	**R$ 2,00**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
37	CLORETO DE SUXAMETÔNIO, PÓ LIOFILIZADO DE 100 MG, SOLUÇÃO INJETÁVEL.	**BLAU**	**AMP**	**100**	**R$ 14,25**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
44	CLORIDRATO DE DEXMEDETOMIDINA 100MCG/ML AMPOLA 2 ML	**VOLPHARMA**	**AMP**	**100**	**R$ 7,66**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
47	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 20 MG/ML SOL INJ. 20 MG/ML SOL INJ AMP VD INC X 1 ML	**CRISTALIA**	**AMP**	**300**	**R$ 6,90**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
51	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 20 MG/ML - GELEIA, BISNAGA DE 30 G	**PHARLAB**	**BISN**	**1.000**	**R$ 3,94**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
52	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 2 ML. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	**FARMACE**	**AMP**	**10.000**	**R$ 0,58**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
54	CLORIDRATO DE MIDAZOLAM 50 MG/ML SOLUÇÃO INJ. 10ML	**HIPOLABOR**	**AMP**	**400**	**R$ 3,35**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
56	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 2MG/ML AMPOLA DE 4 ML	**HYPOFARMA**	**AMP**	**5.000**	**R$ 0,95**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
63	COMPLEXO B (VITAMINAS DO COMPLEXO B) SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 2 ML. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	**HYPOFARMA**	**AMP**	**15.000**	**R$ 0,95**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
66	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 3 ML. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	**HYPOFARMA**	**AMP**	**10.000**	**R$ 0,73**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
70	ENOXAPARINA 60MG/0,6ML - SOLUÇÃO INJETAVEL, SERINGA PRÉ-PREENCHIDAS 0,6ML, PRODUZIDO DE ACORDO COM A NR32, RDC 17/2010, RDC 55/2010, ONDE POSSUA ESTUDO/ENSAIOS CLINICOS DE FASES 1,2 E 3 PARA MEDICAMENTOS CLASSIFICADOS COMO BIOFARMACOS, DEVERÃO OBSERVAR E ESTAREM ADEQUADOS A RDS 55/2010/ANVISA/MS.	**MYLAN**	**SERIN**	**200**	**R$ 17,99**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
71	EPINEFRINA 1 MG/ML SOL INJ AMP VD AMB X 1 ML	**HYPOFARMA**	**AMP**	**1.000**	**R$ 0,94**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
75	FITOMENADIONA 10 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 1 ML.	**HYPOFARMA**	**AMP**	**1.000**	**R$ 1,71**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
77	FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO + FOSFATO SÓDICO DIBÁSICO ENEMA 16 G + 6 G/100 ML, TIPO ENEME, EM RECIPIENTE PLÁSTICO DESCARTÁVEL + CÂNULA RETAL	**CRISTALIA**	**FRS**	**200**	**R$ 5,80**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
78	FOSFATO DISSÓDICO DE DEXAMETASONA 4 MG/ML SOL INJ AMP VD INC X 2,5 ML	**HYPOFARMA**	**AMP**	**20.000**	**R$ 0,73**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
79	FUROSEMIDA 10 MG/ML SOLUÇÃO, INJETÁVEL DE 2 ML.	**HYPOFARMA**	**AMP**	**2.000**	**R$ 0,63**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
87	HEMITARTARATO DE NOREPINEFRINA 2 MG/4 ML	**HYPOFARMA**	**AMP**	**500**	**R$ 1,18**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
90	ISOFLURANO SOLUÇÃO INALATORIA 100 ML É UM AGENTE ANESTÉSICO LÍQUIDO PARA O USO EM ANESTESIA GERAL INALATÓRIA POR MEIO DE VAPORIZAÇÃO. INDICADO NA INDUÇÃO E MANUTENÇÃO DA ANESTESIA GERAL	**CRISTALIA**	**FRS**	**50**	**R$ 250,00**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
92	LIDOCAÍNA 10% SOLUÇÃO EM SPRAY 50 ML DESCRIÇÃO: PRINCÍPIO ATIVO: CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA MONOIDRATADO + HEMITARTARATODE EPINEFRINA DOSAGEM: 50ML COMPOSIÇÃO LIDOCAÍNA 100 MG VEÍCULO Q.S.P. 1,0 ML	**CRISTALIA**	**FRS**	**100**	**R$ 44,80**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
102	OMEPRAZOL 40 MG PO LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA DE 10 ML	**BLAU**	**AMP**	**3.000**	**R$ 7,00**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
106	PROPOFOL 10MG/ML AMPOLA DE 20ML	**MIDFARMA**	**AMP**	**500**	**R$ 7,00**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
110	SEVOFLURANO 1 MG/ML SOLUÇÃO INALATÓRIO - FRASCO COM 200 ML	**UNIÃO QUIMICA**	**FRS**	**50**	**R$ 250,00**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
113	SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA 500MG PÓ LIOFILIZADO INJETÁVEL. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	**BLAU**	**FRS**	**5.000**	**R$ 4,20**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
115	SUCCINATO SÓDICO DE METILPREDINISOLONA 500MG	**BLAU**	**FRS**	**50**	**R$ 19,00**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
117	SULFADIAZINA DE PRATA 1% CREME 400G	**PRATI DONADUZZI**	**POTE**	**100**	**R$ 39,99**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
120	SULFATO DE GENTAMICINA DE 40 MG/ML SOLUÇÃO INJ. 1 ML	**SANTISA**	**AMP**	**1.500**	**R$ 0,80**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
123	SULFATO DE MORFINA 10 MG/ML SOL INJ VD AMB X 1 ML	**HIPOLABOR**	**AMP**	**400**	**R$ 1,58**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
124	SULFATO DE MORFINA 0,2 MG/ML AMPOLA DE 1 ML	**UNIÃO QUIMICA**	**AMP**	**500**	**R$ 3,00**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
126	TENOXICAM 20 MG PÓ LIOFILIZADO SOLUÇÃO INJETÁVEL + DILUENTE DE 2 ML. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	**CRISTALIA**	**FRS**	**2.000**	**R$ 5,40**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
127	TENOXICAM 40 MG PÓ LIOFILIZADO SOLUÇÃO INJETÁVEL + DILUENTEDE 2 ML.	**CRISTALIA**	**AMP**	**5.000**	**R$ 7,50**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
129	VANCOMICINA 500 MG - PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL.	**BLAU**	**AMP**	**200**	**R$ 5,20**	**TOLESUL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.

1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, podendo se prorrogado por igual período, desde que comprovado que os valores dos preços, permanecem vantajosos, contado da data de sua publicação no Diário Oficial e PNCP, conforme previsto no art. 71, paragrafo 1º, do Decreto Municipal 1.286/2022.

2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no art. 73, do decreto 1.286/2022.

CLÁUSULA III – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A Administração e gerenciamento da presente ata caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos termos do Decreto Municipal que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Prefeitura.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1.A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão Gerenciador desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA V – DO PREÇO
1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, podendo ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos da norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VI – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO
1. A entrega dos produtos/serviço se dará mediante emissão da nota de empenho emitida pelas Secretarias participante, e conforme termo de referência.
2. O prazo para a assinatura do contrato é aquele estabelecido no edital. (se for o caso)
3. Os mesmos deverão ser entregues conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO
1. Em todo(s) o(s) fornecimento(s), o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pela licitante vencedora em sua proposta de preços, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, a contar da data em que for apresentada a Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente.

CLÁUSULA VIII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
1. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital do Pregão e do Termo de Referência.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.
3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto/serviço apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
4. Os materiais/serviços deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
6. A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Art. 155º e 156º, Lei 14.133/2021).

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as seguintes sanções:
I-**Advertência**;
II- **Multa;**
III- **Impedimento de licitar ou contratar;**
IV-**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**
9.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, pelo prazo máximo de até 03 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.3 - A licitante vencedora estará sujeita as penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência.
9.4 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capitulo V e seus incisos da Lei de Licitações – 14.133/2021.
9.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
9.6 - As sanções de Advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-Ro, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
9.7 - A recusa sem motivo justificado do(s) convocado(s) em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste Termo.

CLÁUSULA X – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
1.1. for liberado;
1.2. descumprir as condições da ata de registro de preço, sem justificativa aceitável;
1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticado no mercado;
1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal 14.133, de 2021;
1.5. não aceitar o preço revisado pela administração.
2. A ata de registro de preço será cancelada, total ou parcial, pelo órgão gerenciador:
2.1. pelo decurso do prazo de vigência;
2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demostrado; e
2.4. Por razão de interesse público, devidamente justificado.
3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
Paragrafo único. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA XII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As aquisições dos objetos/serviços da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante emissão da nota de empenho a ser emitida pelas Secretarias participante da Prefeitura Municipal de Cujubim.
2. Autorizadas às aquisições, será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
3. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do **Pregão Eletrônico Nº 024/2026**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 629/2026**.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 024/2026**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Cujubim – RO, 29 de Setembro de 2026.

CLAUDINEI PELIZZON
Coordenador do – S.R.P

JOÃO BECKER
Prefeito

Empresa(s) Vencedora(s) do Certame:

Tolesul Dist. de Medicamentos LTDA.
C.N.P.J.: 35.959.514/0001-53
Representante**:**
CIMONE POZZEBON.

Publicado por:
Claudinei Pelizzon
Código Identificador:8B661C47

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 107/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 107/2026
PROCESSO N.º 629/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/SRP/2026

Aos 29 dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte seis, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM,** inscrito no **CNPJ sob o nº. 84.736.941/0001-88**, com sede na Avenida Condor, nº. 2588, nesta cidade de Cujubim-Ro, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 6º. Inc XLV à XLIX, Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, **Decreto Municipal nº. 1286** de 15 de Dezembro de 2022 e de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 024/SRP/2025** em virtude da deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Formação de registro de preço para futura e eventualAquisição de medicamentos injetáveis destinados ao atendimento das necessidades do Hospital de Pequeno Porte (HPP), Centro Cirúrgico, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Centro de Abastecimento Farmacêutico (CAF) e

demais Unidades de Saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Cujubim/RO, por um período estimado de 12 (doze) meses. Decorrentes do certame relativo ao Pregão Eletrônico Nº. 024/2026, cujos elementos a integram.

2. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Cujubim - Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe, facultado a realização de licitações específicas para aquisição do mesmo objeto, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

TABELA I

LICITANTE: **CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
C.N.P.J.: 09.135.378/0001-77 - TEL: (62) 3091-1041
ENDEREÇO: RUA 233, Nº 23 , QD 41A, LT 01E, SETOR COIMBRA, GOIÂNIA – GO.
CEP: 74.535-340
Email: licita@callmedhospitalar.com.br
NOME DO REPRESENTANTE: **OSWALDO JOSÉ MARTINS.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA I –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
03	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 5 ML	**ZYDUS**	**AMP**	**1.500**	**R$ 3,86**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
07	AMICACINA 250MG/ML AMPOLA 2ML(500 MG/2ML)	**TEUTO**	**AMP**	**500**	**R$ 3,88**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
09	AMPICILINA SÓDICA 1G PÓ LIOFILIZADO	**TEUTO**	**AMP**	**2.000**	**R$ 3,49**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
10	AMPICILINA SÓDICA 500 MG PÓ LIOFILIZADO	**TEUTO**	**AMP**	**2.000**	**R$ 2,57**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
11	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 UI - pó para suspensão injetável	**TEUTO**	**AMP**	**3.000**	**R$ 6,06**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
15	BICARBONATO DE SODIO 8,4% 10 ML	**SAMTEC**	**AMP**	**400**	**R$ 0,94**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
16	BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,25 MG/ML SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO 20 ML	**TEUTO**	**FRS**	**500**	**R$ 1,91**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
22	CEFAZOLINA 1G, PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL PODENDO SER ENTREGUE COMO AMPOLA OU FRASCO.	**BLAU**	**AMP**	**2.000**	**R$ 4,25**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
23	CEFTRIAXONA 1G I.V PÓ LIOFILIZADO	**BLAU**	**AMP**	**14.000**	**R$ 3,76**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
31	CLORETO DE POTÁSSIO 10%, SOLUCÇÃO INJETÁVEL 10ML	**SAMTEC**	**AMP**	**400**	**R$ 0,45**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
34	CLORETO DE SÓDIO 0,9% (BOLSA DE 500 ML) - SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO, QUE DEVERÁ CONTER DUAS ENTRADAS: UMA PARA EQUIPO E OUTRA PARA ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS E APRESENTE MEMBRANA CICATRIZANTE, (DE ACORDO COM A RDC 45/ANVISA) - BOLSA DE 500 ML.	**FARMARIN**	**BOLSA**	**5.000**	**R$ 4,13**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
35	CLORETO DE SÓDIO 0,9%,(BOLSA DE 100 ML) - CLORETO DE SÓDIO 0,9%, SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO, QUE DEVERÁ CONTER DUAS ENTRADAS: UMA PARA EQUIPO E OUTRA PARA ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS E APRESENTEMEMBRANA CICATRIZANTE, (DE ACORDO COM A RDC 45/ANVISA), BOLSA DE 100 ML.	**FARMARIN**	**FR/BO**	**12.000**	**R$ 3,38**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
38	CLORETO DE SUXAMETONIO, EM PÓ LIOFILIZADO SOLUÇÃO INJETÁVEL 500 MG	**UNIÃO QUIMICA**	**AMP**	**50**	**R$ 23,79**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
39	CLORIDRATO BUPIVACAINA SEM VASOCONSTRITOR 0,5% AMPOLAS 20ML	**HYPOFARMA**	**AMP**	**300**	**R$ 5,59**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
42	CLORIDRATO DE BUPIVACAINA PESADA 0,5 % + GLICOSE 8 % AMPOLA 4 ML	**HYPOFARMA**	**AMP**	**500**	**R$ 2,99**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
43	CLORIDRATO DE CLONIDINA 150 MCG/ML	**CRISTLIA**	**AMP**	**120**	**R$ 6,90**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
45	CLORIDRATO DE DOPAMINA 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10ML	**TEUTO**	**AMP**	**300**	**R$ 2,99**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
46	CLORIDRATO DE ETILEFRINA 10 MG/ML SOL INJ. 10 MG/ML SOL INJ AMP VD AMB X 1 ML	**UNIÃO QUIMICA**	**AMP**	**1.000**	**R$ 1,56**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
53	CLORIDRATO DE MIDAZOLAM 15 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 3 ML. EMBALAGEM HOSPITALAR	**TEUTO**	**AMP**	**500**	**R$ 1,71**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
59	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50 MG/ML (100MG) SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML	**TEUTO**	**SERIN**	**10.000**	**R$ 0,96**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
64	DECANOATO DE HALOPERIDOL 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 1 ML	**UNIÃO QUIMICA**	**AMP**	**500**	**R$ 4,36**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
68	DOBUTAMINA 250MG X20ML 12.5MG/ML	**TEUTO**	**AMP**	**200**	**R$ 5,79**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
69	ENOXAPARINA 40MG/0,4ML - SOLUÇÃO INJETAVEL, SERINGA PRÉ-PREENCHIDAS 0,4ML, PRODUZIDO DE ACORDO COM A NR32, RDC 17/2010, RDC 55/2010, ONDE POSSUA ESTUDO/ENSAIOS CLINICOS DE FASES 1,2 E 3 PARA MEDICAMENTOS CLASSIFICADOS COMO BIOFARMACOS, DEVERÃO OBSERVAR E ESTAREM ADEQUADOS A RDS 55/2010/ANVISA/MS.	**BLAU**	**SERIN**	**500**	**R$ 12,69**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**

72	ETOMIDATO 2MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL COM 10 ML (EMBALAGEM HOSPITALAR)	**BLAU**	**AMP**	**50**	**R$ 10,00**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
73	FENITOÍNA SÓDICA 50MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 5ML.	**TEUTO**	**AMP**	**400**	**R$ 2,05**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
76	FLUMAZENIL 0,1MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 5ML.	**TEUTO**	**amp**	**300**	**R$ 5,35**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
81	GLICOSE 25% SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 10 ML.	**EQUIPLEX**	**AMP**	**1.000**	**R$ 0,60**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
84	GLICOSE 50%, SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 10 ML	**EQUIPLEX**	**AMP**	**1.000**	**R$ 0,59**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
85	HALOPERIDOL 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 01 ML	**UNIÃO QUIMICA**	**AMP**	**300**	**R$ 1,42**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
95	MEROPENE, TRI-HIDRATADO 1G, PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL, PODENDO SER ENTREGUE COMO AMPOLA OU FRASCO.	**BIOCHIMICO**	**FRS**	**300**	**R$ 13,68**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
96	METRONIDAZOL 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO, QUE DEVERÁ CONTER DUAS ENTRADAS: UMA PARA EQUIPO E OUTRA PARA ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS E APRESENTE MEMBRANA CICATRIZANTE, (DE ACORDO COM A RDC 45/ANVISA), BOLSA DE 100 ML.	**JP**	**BOLSA**	**1.000**	**R$ 4,34**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
98	NITROFURANTOÍNA 100MG	**TEUTO**	**CPS**	**20.000**	**R$ 0,39**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
109	SACARATO DE HIDROXIDO FERRICO (SACARATO DE FERRO III) 20 MG/ML SOL INJ E.V. 5 ML	**BLAU**	**AMP**	**1.500**	**R$ 8,39**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
112	SUCCINATO SÓDICO HIDROCORTISONA 100 MG PÓ LIOFILIZADO INJETÁVEL. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	**UNIÃO QUIMICA**	**FRS**	**3.000**	**R$ 2,69**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
116	SUGAMADEX SÓDICO 100 MG/ML AMPOLA DE 2 ML	**BLAU**	**AMP**	**50**	**R$ 43,99**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
118	SULFATO DE ATROPINA 0,25 MG/ML SOL INJ. 0,25 MG/ML SOL INJ AMP PLAS TRANS X 1 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	**FARMACE**	**AMP**	**300**	**R$ 0,92**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
119	SULFATO DE GENTAMICINA 20 MG/ML SOLUÇÃO INJ. 1ML	**FRESENIUS KABI**	**AMP**	**1.000**	**R$ 1,55**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
122	SULFATO DE MAGNÉSIO 10% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	**HALEXISTAR/ ISOFARMA**	**AMP**	**400**	**R$ 1,37**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**
125	TARTARATO DE METOPROLOL 5 MG/ML	**TEUTO**	**UN**	**50**	**R$ 10,79**	**CALLMED DIST. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA.**

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.

1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, podendo se prorrogado por igual período, desde que comprovado que os valores dos preços, permanecem vantajosos, contado da data de sua publicação no Diário Oficial e PNCP, conforme previsto no art. 71, paragrafo 1º, do Decreto Municipal 1.286/2022.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no art. 73, do decreto 1.286/2022.

CLÁUSULA III – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A Administração e gerenciamento da presente ata caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos termos do Decreto Municipal que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Prefeitura.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão Gerenciador desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA V – DO PREÇO

1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, podendo ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos da norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VI – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

1. A entrega dos produtos/serviço se dará mediante emissão da nota de empenho emitida pelas Secretarias participante, e conforme termo de referência.
2. O prazo para a assinatura do contrato é aquele estabelecido no edital. (se for o caso)
3. Os mesmos deverão ser entregues conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO

1. Em todo(s) o(s) fornecimento(s), o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pela licitante vencedora em sua proposta de preços, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, a contar da data em que for apresentada a Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente.

CLÁUSULA VIII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital do Pregão e do Termo de Referência.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.
3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto/serviço apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
4. Os materiais/serviços deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
6. A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Art. 155º e 156º, Lei 14.133/2021).

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as seguintes sanções:
I-**Advertência**;
II- **Multa;**
III- **Impedimento de licitar ou contratar;**
IV-**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**
9.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, pelo prazo máximo de até 03 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.3 - A licitante vencedora estará sujeita as penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência.
9.4 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capitulo V e seus incisos da Lei de Licitações – 14.133/2021.
9.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
9.6 - As sanções de Advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-Ro, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
9.7 - A recusa sem motivo justificado do(s) convocado(s) em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste Termo.

CLÁUSULA X – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
1.1. for liberado;
1.2. descumprir as condições da ata de registro de preço, sem justificativa aceitável;
1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticado no mercado;
1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal 14.133, de 2021;
1.5. não aceitar o preço revisado pela administração.
2. A ata de registro de preço será cancelada, total ou parcial, pelo órgão gerenciador:
2.1. pelo decurso do prazo de vigência;
2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demostrado; e
2.4. Por razão de interesse público, devidamente justificado.
3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
Paragrafo único. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA XII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As aquisições dos objetos/serviços da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante emissão da nota de empenho a ser emitida pelas Secretarias participante da Prefeitura Municipal de Cujubim.
2. Autorizadas às aquisições, será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
3. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do **Pregão Eletrônico Nº 024/2026**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 629/2026**.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 024/2026**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Cujubim – RO, 29 de Setembro de 2026.

CLAUDINEI PELIZZON
Coordenador do – S.R.P

JOÃO BECKER
Prefeito

Empresa(S) Vencedora(S) Do Certame:

Callmed Dist. De Prod. Farmaceuticos LTDA.
C.N.P.J.: 09.135.378/0001-77
Representante:
OSWALDO JOSÉ MARTINS.

Publicado por:
Claudinei Pelizzon
Código Identificador:ACC7436E

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 108/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 108/2026
PROCESSO N.º 629/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/SRP/2026

Aos 29 dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte seis, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM,** inscrito no **CNPJ sob o nº. 84.736.941/0001-88**, com sede na Avenida Condor, nº. 2588, nesta cidade de Cujubim-Ro, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 6º. Inc XLV à XLIX, Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, **Decreto Municipal nº. 1286** de 15 de Dezembro de 2022 e de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 024/SRP/2025** em virtude da deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Formação de registro de preço para futura e eventualAquisição de medicamentos injetáveis destinados ao atendimento das necessidades do Hospital de Pequeno Porte (HPP), Centro Cirúrgico, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Centro de Abastecimento Farmacêutico (CAF) e demais Unidades de Saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Cujubim/RO, por um período estimado de 12 (doze) meses. Decorrentes do certame relativo ao Pregão Eletrônico Nº. 024/2026, cujos elementos a integram.

2. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Cujubim – Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe, facultado a realização de licitações específicas para aquisição do mesmo objeto, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

TABELA I

LICITANTE: **GOLDENPLUS – COM. DE MED. HOSPITALARES LTDA.**
C.N.P.J.: 17.472.278/0001-64 – TEL: (54) 3523-2202
ENDEREÇO: RUA DAS ROSEIRAS, Nº50, CENTRO, BARÃO DE COTEGIPE – RS
CEP: 99.740-000
Email: licitacao@goldenplus.net.br
NOME DO REPRESENTANTE: **MARCELO MAROSTICA.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA I –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
05	ÁGUA PARA INJEÇÃO 10 ML	**AQUIPLEX**	**AMP**	**10.000**	**R$ 0,17**	**GOLDENPLUS – COM. DE MED. HOSPITALARES LTDA.**
24	CETOPROFENO 50 MG/ML SOLUÇAO INJETÁVEL 2 ML IV (EMBALAGEM HOSPITALAR)	**HIPOLABOR**	**AMP**	**2.000**	**R$ 1,98**	**GOLDENPLUS – COM. DE MED. HOSPITALARES LTDA.**
33	CLORETO DE SÓDIO 0,9% (BOLSA DE 250 ML) – SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA	**JP**	**FR/BO**	**12.000**	**R$ 4,33**	**GOLDENPLUS – COM. DE MED. HOSPITALARES LTDA.**

	FECHADO, QUE DEVERÁ CONTER DUAS ENTRADAS: UM PARA EQUIPO E OUTRA PARA ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS E APRESENTE MEMBRANA CICATRIZANTE, (DE ACORDO COM A RDC 45/ANVISA), BOLSA DE 250 ML.					
80	GLICONATO DE CÁLCIO 10% SOLUÇÃO INJE. 10 ML. EMBALAGEM HOSPITALAR)	**HALEX ISTAR**	**AMP**	**400**	**R$ 2,46**	**GOLDENPLUS – COM. DE MED. HOSPITALARES LTDA.**
82	GLICOSE 5%, SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO, QUE DEVERÁ CONTER DUAS ENTRADAS: UMA PARA EQUIPO E OUTRA PARA ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS E APRESENTE MEMBRANA CICATRIZANTE, (DE ACORDO COM A RDC 45/ANVISA),BOLSA DE 250 ML.	**JP**	**BOLSA**	**2.000**	**R$ 3,99**	**GOLDENPLUS – COM. DE MED. HOSPITALARES LTDA.**
83	GLICOSE 5%, SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO, QUE DEVERÁ CONTER DUAS ENTRADAS: UMA PARA EQUIPO E OUTRA PARA ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS E APRESENTE MEMBRANA CICATRIZANTE, (DE ACORDO COM A RDC 45/ANVISA), BOLSA DE 500 ML.	**JP**	**BOLSA**	**2.000**	**R$ 4,99**	**GOLDENPLUS – COM. DE MED. HOSPITALARES LTDA.**
94	MANITOL 20%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO QUE DEVERÁ CONTER DUAS ENTRADAS: UMA PARA EQUIPO E OUTRA PARA ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS E APRESENTE MEMBRANA CICATRIZANTE (DE ACORDO COM A RDC 45/ANVISA) 250 ML.	**JP**	**FRS**	**200**	**R$ 9,01**	**GOLDENPLUS – COM. DE MED. HOSPITALARES LTDA.**
99	NITROGLICERINA 25 MG/ML	**CRISTALIA**	**AMP**	**50**	**R$ 44,14**	**GOLDENPLUS – COM. DE MED. HOSPITALARES LTDA.**

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.

1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, podendo se prorrogado por igual período, desde que comprovado que os valores dos preços, permanecem vantajosos, contado da data de sua publicação no Diário Oficial e PNCP, conforme previsto no art. 71, paragrafo 1º, do Decreto Municipal 1.286/2022.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no art. 73, do decreto 1.286/2022.

CLÁUSULA III – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A Administração e gerenciamento da presente ata caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos termos do Decreto Municipal que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Prefeitura.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão Gerenciador desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA V – DO PREÇO

1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, podendo ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos da norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VI – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

1. A entrega dos produtos/serviço se dará mediante emissão da nota de empenho emitida pelas Secretarias participante, e conforme termo de referência.
2. O prazo para a assinatura do contrato é aquele estabelecido no edital. (se for o caso)
3. Os mesmos deverão ser entregues conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO

1. Em todo(s) o(s) fornecimento(s), o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pela licitante vencedora em sua proposta de preços, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, a contar da data em que for apresentada a Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente.

CLÁUSULA VIII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital do Pregão e do Termo de Referência.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.
3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto/serviço apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
4. Os materiais/serviços deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
6. A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Art. 155º e 156º, Lei 14.133/2021).

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as seguintes sanções:
I-**Advertência**;
II- **Multa;**
III- **Impedimento de licitar ou contratar;**
IV-**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**
9.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, pelo prazo máximo de até 03 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.3 - A licitante vencedora estará sujeita as penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência.
9.4 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capitulo V e seus incisos da Lei de Licitações – 14.133/2021.
9.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
9.6 - As sanções de Advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-Ro, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
9.7 - A recusa sem motivo justificado do(s) convocado(s) em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste Termo.

CLÁUSULA X – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
1.1. for liberado;
1.2. descumprir as condições da ata de registro de preço, sem justificativa aceitável;
1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticado no mercado;
1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal 14.133, de 2021;
1.5. não aceitar o preço revisado pela administração.
2. A ata de registro de preço será cancelada, total ou parcial, pelo órgão gerenciador:
2.1. pelo decurso do prazo de vigência;
2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demostrado; e
2.4. Por razão de interesse público, devidamente justificado.
3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
Paragrafo único. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA XII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As aquisições dos objetos/serviços da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante emissão da nota de empenho a ser emitida pelas Secretarias participante da Prefeitura Municipal de Cujubim.
2. Autorizadas às aquisições, será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
3. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do **Pregão Eletrônico Nº 024/2026**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 629/2026**.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 024/2026**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Cujubim – RO, 29 de Setembro de 2026.

CLAUDINEI PELIZZON
Coordenador do – S.R.P

JOÃO BECKER
Prefeito

Empresa(s) Vencedora(s) do Certame:

Goldenplus – Com. de Med. Hospitalares LTDA.
C.N.P.J.: 17.472.278/0001-64
Representante**:**
MARCELO MAROSTICA.

Publicado por:
Claudinei Pelizzon
Código Identificador:EE2A40A0

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 109/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 109/2026
PROCESSO N.º 629/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/SRP/2026

Aos 29 dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte seis, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM,** inscrito no **CNPJ sob o nº. 84.736.941/0001-88**, com sede na Avenida Condor, nº. 2588, nesta cidade de Cujubim-Ro, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 6º. Inc XLV à XLIX, Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, **Decreto Municipal nº. 1286** de 15 de Dezembro de 2022 e de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 024/SRP/2025** em virtude da deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Formação de registro de preço para futura e eventualAquisição de medicamentos injetáveis destinados ao atendimento das necessidades do Hospital de Pequeno Porte (HPP), Centro Cirúrgico, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Centro de Abastecimento Farmacêutico (CAF) e demais Unidades de Saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Cujubim/RO, por um período estimado de 12 (doze) meses. Decorrentes do certame relativo ao Pregão Eletrônico Nº. 024/2026, cujos elementos a integram.

2. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Cujubim – Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe, facultado a realização de licitações específicas para aquisição do mesmo objeto, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

TABELA I

LICITANTE: **LUVERMED DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
C.N.P.J.: 19.391.067/0001-99 – TEL: (66) 3566-1876
ENDEREÇO: AV. GABRIEL MULLER, Nº 124N, BAIRRO MODULO 2, JUÍNA – MT.
CEP: 78.320-000
Email: luvermed@gmail.com
NOME DO REPRESENTANTE: **VICENTE PERUZZO LULLO.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA I –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
06	ALTEPLASE 1 CAIXA CONTENDO 1 FRASCO AMPOLA COM 2,3 G DE PÓ LIOFILIZADO; 1 FRASCO COM 50 ML DE DILUENTE; 1 CANULA DE TRANSFERÊNCIA	**BOEHRINGER**	**AMP**	**24**	**R$ 3.560,22**	**LUVERMED DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
101	OCITOCINA 5 UI/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 1 ML. (EMBALAGEM HOSPITALAR	**UNIÃO QUIMICA**	**AMP**	**200**	**R$ 5,76**	**LUVERMED DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**
111	SORO GLICOFISIOLÓGICO (SÓDIO 0,9% + GLICOSE 5%) SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO, QUE DEVERÁ CONTER DUAS ENTRADAS: UMA PARA EQUIPO E OUTRA PARA ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS E APRESENTE MEMBRANA CICATRIZANTE, (DE ACORDO COM A RDC 45/ANVISA), BOLSA DE 500 ML	**EQUIPLEX**	**BOLSA**	**1.000**	**R$ 6,58**	**LUVERMED DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.**

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.
1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, podendo se prorrogado por igual período, desde que comprovado que os valores dos preços, permanecem vantajosos, contado da data de sua publicação no Diário Oficial e PNCP, conforme previsto no art. 71, paragrafo 1º, do Decreto Municipal 1.286/2022.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no art. 73, do decreto 1.286/2022.

CLÁUSULA III – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. A Administração e gerenciamento da presente ata caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos termos do Decreto Municipal que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Prefeitura.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1.A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão Gerenciador desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA V – DO PREÇO
1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, podendo ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos da norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VI – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO
1. A entrega dos produtos/serviço se dará mediante emissão da nota de empenho emitida pelas Secretarias participante, e conforme termo de referência.
2. O prazo para a assinatura do contrato é aquele estabelecido no edital. (se for o caso)
3. Os mesmos deverão ser entregues conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO
1. Em todo(s) o(s) fornecimento(s), o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pela licitante vencedora em sua proposta de preços, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, a contar da data em que for apresentada a Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente.

CLÁUSULA VIII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
1. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital do Pregão e do Termo de Referência.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.
3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto/serviço apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
4. Os materiais/serviços deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
6. A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Art. 155º e 156º, Lei 14.133/2021).

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as seguintes sanções:
I-**Advertência**;
II- **Multa;**
III- **Impedimento de licitar ou contratar;**
IV-**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**
9.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, pelo prazo máximo de até 03 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.3 - A licitante vencedora estará sujeita as penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência.
9.4 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capitulo V e seus incisos da Lei de Licitações – 14.133/2021.
9.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
9.6 - As sanções de Advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-Ro, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
9.7 - A recusa sem motivo justificado do(s) convocado(s) em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste Termo.

CLÁUSULA X – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
1.1. for liberado;
1.2. descumprir as condições da ata de registro de preço, sem justificativa aceitável;
1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticado no mercado;
1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal 14.133, de 2021;
1.5. não aceitar o preço revisado pela administração.
2. A ata de registro de preço será cancelada, total ou parcial, pelo órgão gerenciador:
2.1. pelo decurso do prazo de vigência;
2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demostrado; e
2.4. Por razão de interesse público, devidamente justificado.
3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
Paragrafo único. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA XII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As aquisições dos objetos/serviços da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante emissão da nota de empenho a ser emitida pelas Secretarias participante da Prefeitura Municipal de Cujubim.
2. Autorizadas às aquisições, será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
3. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do **Pregão Eletrônico Nº 024/2026**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 629/2026**.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 024/2026**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Cujubim – RO, 29 de Setembro de 2026.

CLAUDINEI PELIZZON
Coordenador do – S.R.P

JOÃO BECKER
Prefeito

Empresa(s) Vencedora(s) do Certame:

Luvermed Dist. de Medicamentos LTDA.
C.N.P.J.: 19.391.067/0001-99
Representante**:**
VICENTE PERUZZO LULLO.

Publicado por:
Claudinei Pelizzon
Código Identificador:BAB1D8AF

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 110/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 110/2026
PROCESSO N.º 629/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/SRP/2026

Aos 20 dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte seis, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM,** inscrito no **CNPJ sob o nº. 84.736.941/0001-88**, com sede na Avenida Condor, nº. 2588, nesta cidade de Cujubim-Ro, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 6º. Inc XLV à XLIX, Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, **Decreto Municipal nº. 1286** de 15 de Dezembro de 2022 e de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 024/SRP/2025** em virtude da deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Formação de registro de preço para futura e eventualAquisição de medicamentos injetáveis destinados ao atendimento das necessidades do Hospital de Pequeno Porte (HPP), Centro Cirúrgico, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Centro de Abastecimento Farmacêutico (CAF) e demais Unidades de Saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Cujubim/RO, por um período estimado de 12 (doze) meses. Decorrentes do certame relativo ao Pregão Eletrônico Nº. 024/2026, cujos elementos a integram.

2. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Cujubim - Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe, facultado a realização de licitações específicas para aquisição do mesmo objeto, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

TABELA I

LICITANTE: **COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.**
C.N.P.J.: 67.729.178/0004-91 - TEL: (19) 3522-5804
ENDEREÇO: PRAÇA EMILIO MARCONATO, Nº1000, GALPÃO 22, NUCLEO RESIDENCIAL DOUTOR JOÃO ALDO NASSIF, JAGUARIÚNA – SP.
CEP: 13.916-074
Email: alessandra.rigo@rioclarense.com.br / contratos@rioclarense.com.br
NOME DO REPRESENTANTE: **ALESSANDRA FERNANDA RIGO FERREIRA.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA I –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
08	AMINOFILINA 24 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	**FARMACE**	**AMP**	**1.000**	**R$ 1,80**	**COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.**
41	CLORIDRATO DE BUPIVACAINA COM VASOCONSTRITOR 0,5% AMPOLA 20 ML PRINCIPIO ATIVO CLORIDRATO DE BUPIVACAINA + HEMITARTARATO DE EPINEFRINA 1.200.000 APRESENTAÇÃO CAIXA COM 10 ESTOJOS COM 1 FRASCO - AMPOLA DE 20 ML E INDICADA PARA PRODUÇÃO DE ANESTESIA LOCAL OU REGIONAL OU ANESTESIA PARA CIRÚRGIA, PROCEDIMENTOS DE CIRÚRGIA ORAL, PROCEDIMENTOS DIAGNÓSTICOS E TERAPÊUTICOS E PARA PROCEDIMENTOS OBSTÉTRICOS. SOMENTE AS CONCENTRAÇÕES DE 0,25% E 0,5% SÃO INDICADAS PARA ANESTESIA OBSTÉTRICA. TEMPERATURA DE CONSERVAÇÃO 15 E 30ºC CLASSE TERAPÊUTICA ANESTÉSICO LOCAL FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL QUANTIDADE POR CAIXA DE EMBARQUE 20 CAIXAS PESO EMBALAGEM 0,416 KG MEDIDAS EMBALAGEM (COMP X LARG X ALT)118 X 86 X 114 MM)	**CRISTALIA**	**AMP**	**500**	**R$ 28,20**	**COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.**
50	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% 20MG/ML SEM VASOCONSTRITOR SOLUÇÃO INJ. 20ML	**HIPOLABOR**	**FRS**	**1.500**	**R$ 3,84**	**COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.**
58	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML.	**HIPOLABOR**	**AMP**	**2.000**	**R$ 2,98**	**COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.**
65	DIAZEPAM 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 2 ML. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	**SANTISA**	**AMP**	**600**	**R$ 0,78**	**COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.**
67	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ ML - S OLUÇÃO INJETÁVEL DE 2 ML. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	**FARMACE**	**AMP**	**20.000**	**R$ 0,59**	**COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.**
100	NITROPRUSSETO DE SÓDIO 25 MG/2ML	**HYPOFARMA**	**AMP**	**50**	**R$ 16,80**	**COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.**
105	PROPOFOL 10MG/ML AMPOLA DE 10ML	**CRISTALIA**	**AMP**	**500**	**R$ 9,75**	**COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.**

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.
1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, podendo se prorrogado por igual período, desde que comprovado que os valores dos preços, permanecem vantajosos, contado da data de sua publicação no Diário Oficial e PNCP, conforme previsto no art. 71, paragrafo 1º, do Decreto Municipal 1.286/2022.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no art. 73, do decreto 1.286/2022.

CLÁUSULA III – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. A Administração e gerenciamento da presente ata caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos termos do Decreto Municipal que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Prefeitura.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1.A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão Gerenciador desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA V – DO PREÇO
1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, podendo ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos da norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VI – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO
1. A entrega dos produtos/serviço se dará mediante emissão da nota de empenho emitida pelas Secretarias participante, e conforme termo de referência.
2. O prazo para a assinatura do contrato é aquele estabelecido no edital. (se for o caso)
3. Os mesmos deverão ser entregues conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO
1. Em todo(s) o(s) fornecimento(s), o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pela licitante vencedora em sua proposta de preços, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, a contar da data em que for apresentada a Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente.

CLÁUSULA VIII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
1. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital do Pregão e do Termo de Referência.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.
3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto/serviço apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
4. Os materiais/serviços deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
6. A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Art. 155º e 156º, Lei 14.133/2021).

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as seguintes sanções:
I-**Advertência**;
II- **Multa;**
III- **Impedimento de licitar ou contratar;**
IV-**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**
9.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, pelo prazo máximo de até 03 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.3 - A licitante vencedora estará sujeita as penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência.
9.4 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capitulo V e seus incisos da Lei de Licitações – 14.133/2021.
9.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
9.6 - As sanções de Advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-Ro, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
9.7 - A recusa sem motivo justificado do(s) convocado(s) em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste Termo.

CLÁUSULA X – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
1.1. for liberado;
1.2. descumprir as condições da ata de registro de preço, sem justificativa aceitável;
1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticado no mercado;
1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal 14.133, de 2021;
1.5. não aceitar o preço revisado pela administração.
2. A ata de registro de preço será cancelada, total ou parcial, pelo órgão gerenciador:
2.1. pelo decurso do prazo de vigência;
2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demostrado; e
2.4. Por razão de interesse público, devidamente justificado.
3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
Paragrafo único. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA XII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As aquisições dos objetos/serviços da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante emissão da nota de empenho a ser emitida pelas Secretarias participante da Prefeitura Municipal de Cujubim.
2. Autorizadas às aquisições, será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
3. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do **Pregão Eletrônico Nº 024/2026**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 629/2026**.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 024/2026**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Cujubim – RO, 20 de Agosto de 2026.

CLAUDINEI PELIZZON
Coordenador do – S.R.P

JOÃO BECKER
Prefeito

Empresa(s) Vencedora(s) do Certame:

Comercial Cirurgica Rioclarense LTDA**.**
C.N.P.J.: 67.729.178/0004-91
Representante**:**
ALESSANDRA FERNANDA RIGO FERREIRA.

Publicado por:
Claudinei Pelizzon
Código Identificador:6BE5E639

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 111/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 111/2026
PROCESSO N.º 629/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/SRP/2026

Aos 20 dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte seis, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM,** inscrito no **CNPJ sob o nº. 84.736.941/0001-88**, com sede na Avenida Condor, nº. 2588, nesta cidade de Cujubim-Ro, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 6º. Inc XLV à XLIX, Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, **Decreto Municipal nº. 1286** de 15 de Dezembro de 2022 e de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 024/SRP/2025** em virtude da deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Formação de registro de preço para futura e eventualAquisição de medicamentos injetáveis destinados ao atendimento das necessidades do Hospital de Pequeno Porte (HPP), Centro Cirúrgico, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Centro de Abastecimento Farmacêutico (CAF) e demais Unidades de Saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Cujubim/RO, por um período estimado de 12 (doze) meses. Decorrentes do certame relativo ao Pregão Eletrônico Nº. 024/2026, cujos elementos a integram.

2. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Cujubim - Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe, facultado a realização de licitações específicas para aquisição do mesmo objeto, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

TABELA I

LICITANTE: **PROMOMED NORTE LOGISTICA LTDA.**
C.N.P.J.: 45.957.269/0001-07 - TEL: (69) 99309-8135
ENDEREÇO: AV. CASTELO BRANCO, Nº2084, VILA VERDE, CACOAL – RO.
CEP: 76.960-970
Email: Rafael_pereira19@hotmail.com
NOME DO REPRESENTANTE: **FRANCISCO RAFAEL PEREIRA.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA I –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
20	CARVÃO ATIVADO 250 MG - COMPRIMIDO	**CARVEROL**	**COMP**	**1.000**	**R$ 1,38**	**PROMOMED NORTE LOGISTICA LTDA.**

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.
1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, podendo se prorrogado por igual período, desde que comprovado que os valores dos preços, permanecem vantajosos, contado da data de sua publicação no Diário Oficial e PNCP, conforme previsto no art. 71, paragrafo 1º, do Decreto Municipal 1.286/2022.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no art. 73, do decreto 1.286/2022.

CLÁUSULA III – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. A Administração e gerenciamento da presente ata caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos termos do Decreto Municipal que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Prefeitura.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1.A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão Gerenciador desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA V – DO PREÇO
1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, podendo ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos da norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VI – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO
1. A entrega dos produtos/serviço se dará mediante emissão da nota de empenho emitida pelas Secretarias participante, e conforme termo de referência.
2. O prazo para a assinatura do contrato é aquele estabelecido no edital. (se for o caso)
3. Os mesmos deverão ser entregues conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO
1. Em todo(s) o(s) fornecimento(s), o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pela licitante vencedora em sua proposta de preços, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, a contar da data em que for apresentada a Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente.

CLÁUSULA VIII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
1. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital do Pregão e do Termo de Referência.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.
3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto/serviço apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
4. Os materiais/serviços deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
6. A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Art. 155º e 156º, Lei 14.133/2021).

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as seguintes sanções:
I-**Advertência**;
II- **Multa;**
III- **Impedimento de licitar ou contratar;**
IV-**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**
9.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, pelo prazo máximo de até 03 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3 - A licitante vencedora estará sujeita as penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência.
9.4 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capitulo V e seus incisos da Lei de Licitações – 14.133/2021.
9.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
9.6 - As sanções de Advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-Ro, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
9.7 - A recusa sem motivo justificado do(s) convocado(s) em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste Termo.

CLÁUSULA X – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
1.1. for liberado;
1.2. descumprir as condições da ata de registro de preço, sem justificativa aceitável;
1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticado no mercado;
1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal 14.133, de 2021;
1.5. não aceitar o preço revisado pela administração.
2. A ata de registro de preço será cancelada, total ou parcial, pelo órgão gerenciador:
2.1. pelo decurso do prazo de vigência;
2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demostrado; e
2.4. Por razão de interesse público, devidamente justificado.
3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
Paragrafo único. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA XII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As aquisições dos objetos/serviços da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante emissão da nota de empenho a ser emitida pelas Secretarias participante da Prefeitura Municipal de Cujubim.
2. Autorizadas às aquisições, será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
3. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do **Pregão Eletrônico Nº 024/2026**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 629/2026**.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 024/2026**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Cujubim – RO, 20 de Agosto de 2026.

CLAUDINEI PELIZZON
Coordenador do – S.R.P

JOÃO BECKER
Prefeito

Empresa(s) Vencedora(s) Do Certame:

PROMOMED Norte Logistica LTDA.
C.N.P.J.: 45.957.269/0001-07
Representante**:**
FRANCISCO RAFAEL PEREIRA.

Publicado por:
Claudinei Pelizzon
Código Identificador:412C5794

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 112/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 112/2026

PROCESSO N.º 629/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/SRP/2026

Aos 30 dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte seis, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM,** inscrito no **CNPJ sob o nº. 84.736.941/0001-88**, com sede na Avenida Condor, nº. 2588, nesta cidade de Cujubim-Ro, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 6º. Inc XLV à XLIX, Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, **Decreto Municipal nº. 1286** de 15 de Dezembro de 2022 e de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 024/SRP/2025** em virtude da deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Formação de registro de preço para futura e eventualAquisição de medicamentos injetáveis destinados ao atendimento das necessidades do Hospital de Pequeno Porte (HPP), Centro Cirúrgico, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Centro de Abastecimento Farmacêutico (CAF) e demais Unidades de Saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Cujubim/RO, por um período estimado de 12 (doze) meses. Decorrentes do certame relativo ao Pregão Eletrônico Nº. 024/2026, cujos elementos a integram.

2. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Cujubim – Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe, facultado a realização de licitações específicas para aquisição do mesmo objeto, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

TABELA I

LICITANTE: **CONQUISTA DIST. DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES LTDA.**
C.N.P.J.: 12.418.191/0001-95 – TEL: (47) 3366-7867
ENDEREÇO: RODOVIA BR 101, KM 131, CAMBURIU – SC.
CEP: 88.349-175
Email: licitacao@conquistamedicamentos.com.br / Conquistamedicamentos@gmail.com
NOME DO REPRESENTANTE: **ADRIANO RODRIGUES DA SILVA.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA I –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
29	CITRATO DE FENTANILA 0,05 MCG/ML - 10 ML SOLUÇÃO INJETAVEL	**HIPOLABOR**	**AMP**	**500**	**R$ 3,17**	**CONQUISTA DIST. DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES LTDA.**
30	CLINDAMICINA, FOSFATO 150 MG/ML INJETAVEL AMPOLA 4 ML	**HYPOFARMA**	**AMP**	**1.000**	**R$ 2,19**	**CONQUISTA DIST. DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES LTDA.**
40	CLORIDRATO DE AMIODARONA 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 3 ML.	**HIPOLABOR**	**AMP**	**400**	**R$ 2,84**	**CONQUISTA DIST. DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES LTDA.**

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.
1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, podendo se prorrogado por igual período, desde que comprovado que os valores dos preços, permanecem vantajosos, contado da data de sua publicação no Diário Oficial e PNCP, conforme previsto no art. 71, paragrafo 1º, do Decreto Municipal 1.286/2022.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no art. 73, do decreto 1.286/2022.

CLÁUSULA III – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. A Administração e gerenciamento da presente ata caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos termos do Decreto Municipal que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Prefeitura.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1.A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão Gerenciador desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA V – DO PREÇO
1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, podendo ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos da norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VI – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO
1. A entrega dos produtos/serviço se dará mediante emissão da nota de empenho emitida pelas Secretarias participante, e conforme termo de referência.
2. O prazo para a assinatura do contrato é aquele estabelecido no edital. (se for o caso)
3. Os mesmos deverão ser entregues conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO

1. Em todo(s) o(s) fornecimento(s), o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pela licitante vencedora em sua proposta de preços, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, a contar da data em que for apresentada a Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente.

CLÁUSULA VIII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital do Pregão e do Termo de Referência.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.
3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto/serviço apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
4. Os materiais/serviços deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
6. A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 155º e 156º, Lei 14.133/2021).

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as seguintes sanções:
I-**Advertência**;
II- **Multa;**
III- **Impedimento de licitar ou contratar;**
IV-**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**
9.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, pelo prazo máximo de até 03 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.3 - A licitante vencedora estará sujeita as penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência.
9.4 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capitulo V e seus incisos da Lei de Licitações – 14.133/2021.
9.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
9.6 - As sanções de Advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-Ro, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
9.7 - A recusa sem motivo justificado do(s) convocado(s) em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste Termo.

CLÁUSULA X – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
1.1. for liberado;
1.2. descumprir as condições da ata de registro de preço, sem justificativa aceitável;
1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticado no mercado;
1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal 14.133, de 2021;
1.5. não aceitar o preço revisado pela administração.
2. A ata de registro de preço será cancelada, total ou parcial, pelo órgão gerenciador:
2.1. pelo decurso do prazo de vigência;
2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demostrado; e
2.4. Por razão de interesse público, devidamente justificado.
3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
Paragrafo único. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA XII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As aquisições dos objetos/serviços da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante emissão da nota de empenho a ser emitida pelas Secretarias participante da Prefeitura Municipal de Cujubim.
2. Autorizadas às aquisições, será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
3. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do **Pregão Eletrônico Nº 024/2026**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 629/2026**.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 024/2026**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Cujubim – RO, 30 de Setembro de 2026.

CLAUDINEI PELIZZON
Coordenador do – S.R.P

JOÃO BECKER
Prefeito

Empresa(S) Vencedora(S) Do Certame:

Conquista Dist. De Medicamentos e Prod. Hospitalares LTDA.
C.N.P.J.: 12.418.191/0001-95
Representante**:**
ADRIANO RODRIGUES DA SILVA.

Publicado por:
Claudinei Pelizzon
Código Identificador:8D04FFA5

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 113/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 113/2026
PROCESSO N.º 629/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/SRP/2026

Aos 30 dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte seis, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM,** inscrito no **CNPJ sob o nº. 84.736.941/0001-88**, com sede na Avenida Condor, nº. 2588, nesta cidade de Cujubim-Ro, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 6º. Inc XLV à XLIX, Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, **Decreto Municipal nº. 1286** de 15 de Dezembro de 2022 e de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 024/SRP/2025** em virtude da deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Formação de registro de preço para futura e eventualAquisição de medicamentos injetáveis destinados ao atendimento das necessidades do Hospital de Pequeno Porte (HPP), Centro Cirúrgico, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Centro de Abastecimento Farmacêutico (CAF) e demais Unidades de Saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Cujubim/RO, por um período estimado de 12 (doze) meses. Decorrentes do certame relativo ao Pregão Eletrônico Nº. 024/2026, cujos elementos a integram.

2. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Cujubim - Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe, facultado a realização de licitações específicas para aquisição do mesmo objeto, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

TABELA I

LICITANTE: **LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA.**
C.N.P.J.: 59.043.023/0001-26 - TEL: (62) 3300-0651
ENDEREÇO: AV. ANTONIO FLAVIO LIMA, S/Nº, QD 21, LT 13, SENADOR CANEDO – GO.
CEP: 75.258-772
Email: lifegoldhospitalar@gmail.com

NOME DO REPRESENTANTE: **PEDRO HENRIQUE QUEIROS RAMALHO.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA I –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
13	BESILATO DE ATRACÚRIO 10MG/ML SOL. INJETAVEL IV - AMPOLA COM 2,5 ML	**CRISTALIA**	**AMP**	**100**	**R$ 14,17**	**LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA.**
14	BESILATO DE CISATRACÚRIO 2MG/ML AMPOLA DE 10 ML	**CRISTALIA**	**AMP**	**50**	**R$ 19,16**	**LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA.**
36	CLORETO DE SÓDIO 10%, SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 10 ML.	**EQUIPLEX**	**AMP**	**400**	**R$ 0,50**	**LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA.**
48	CLORIDRATO DE LEVOBUPIVACAINA COM VASOCONSTRITOR 0,50% (1.200.000 EM EPINEFRINA) AMP DE 20 ML	**CRISTALIA**	**AMP**	**300**	**R$ 38,49**	**LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA.**
49	CLORIDRATO DE LEVOBUPIVACAINA SEM VASOCONSTRITOR 0,50% AMP DE 20 ML	**CRISTALIA**	**AMP**	**300**	**R$ 34,99**	**LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA.**
55	CLORIDRATO DE NALOXONA 0,4 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 1 ML	**HYPOFARMA**	**AMP**	**60**	**R$ 9,26**	**LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA.**
88	INSULINA HUMANA NPH 100 UI/ML SUSPENSÃO INJETÁVEL 10 ML	**LILLY**	**FRS**	**15**	**R$ 85,32**	**LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA.**
89	INSULINA HUMANA REGULAR 100 UI/MLSUSPENSÃO INJETÁVEL 10 ML	**LILLY**	**FRS**	**15**	**R$ 84,44**	**LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA.**
103	OXACILINA 500 MG PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL, PODENDO SER ENTREGUE COMO AMPOLA	**BLAU**	**AMP**	**500**	**R$ 4,95**	**LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA.**

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.

1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, podendo se prorrogado por igual período, desde que comprovado que os valores dos preços, permanecem vantajosos, contado da data de sua publicação no Diário Oficial e PNCP, conforme previsto no art. 71, paragrafo 1º, do Decreto Municipal 1.286/2022.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no art. 73, do decreto 1.286/2022.

CLÁUSULA III – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A Administração e gerenciamento da presente ata caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos termos do Decreto Municipal que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Prefeitura.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão Gerenciador desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA V – DO PREÇO

1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, podendo ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos da norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VI – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

1. A entrega dos produtos/serviço se dará mediante emissão da nota de empenho emitida pelas Secretarias participante, e conforme termo de referência.
2. O prazo para a assinatura do contrato é aquele estabelecido no edital. (se for o caso)
3. Os mesmos deverão ser entregues conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO

1. Em todo(s) o(s) fornecimento(s), o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pela licitante vencedora em sua proposta de preços, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, a contar da data em que for apresentada a Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente.

CLÁUSULA VIII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital do Pregão e do Termo de Referência.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.
3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto/serviço apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
4. Os materiais/serviços deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
6. A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Art. 155º e 156º, Lei 14.133/2021).

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as seguintes sanções:
I-**Advertência**;
II- **Multa;**
III- **Impedimento de licitar ou contratar;**
IV-**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**
9.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, pelo prazo máximo de até 03 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.3 - A licitante vencedora estará sujeita as penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência.
9.4 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capitulo V e seus incisos da Lei de Licitações – 14.133/2021.
9.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
9.6 - As sanções de Advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-Ro, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
9.7 - A recusa sem motivo justificado do(s) convocado(s) em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste Termo.

CLÁUSULA X – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
1.1. for liberado;
1.2. descumprir as condições da ata de registro de preço, sem justificativa aceitável;
1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticado no mercado;
1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal 14.133, de 2021;
1.5. não aceitar o preço revisado pela administração.
2. A ata de registro de preço será cancelada, total ou parcial, pelo órgão gerenciador:
2.1. pelo decurso do prazo de vigência;
2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demostrado; e
2.4. Por razão de interesse público, devidamente justificado.
3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
Paragrafo único. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA XII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As aquisições dos objetos/serviços da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante emissão da nota de empenho a ser emitida pelas Secretarias participante da Prefeitura Municipal de Cujubim.
2. Autorizadas às aquisições, será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
3. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do **Pregão Eletrônico Nº 024/2026**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 629/2026**.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 024/2026**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Cujubim – RO, 30 de Setembro de 2026.

CLAUDINEI PELIZZON
Coordenador do – S.R.P

JOÃO BECKER
Prefeito

Empresa(s) Vencedora(s) do Certame:

Life Gold Hospitalar LTDA.
C.N.P.J.: 59.043.023/0001-26
Representante**:**
PEDRO HENRIQUE QUEIROS RAMALHO.

Publicado por:
Claudinei Pelizzon
Código Identificador:DBB75900

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 114/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 114/2026
PROCESSO N.º 629/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/SRP/2026

Aos 20 dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte seis, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM,** inscrito no **CNPJ sob o nº. 84.736.941/0001-88**, com sede na Avenida Condor, nº. 2588, nesta cidade de Cujubim-Ro, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 6º. Inc XLV à XLIX, Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, **Decreto Municipal nº. 1286** de 15 de Dezembro de 2022 e de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 024/SRP/2025** em virtude da deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Formação de registro de preço para futura e eventualAquisição de medicamentos injetáveis destinados ao atendimento das necessidades do Hospital de Pequeno Porte (HPP), Centro Cirúrgico, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Centro de Abastecimento Farmacêutico (CAF) e demais Unidades de Saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Cujubim/RO, por um período estimado de 12 (doze) meses. Decorrentes do certame relativo ao Pregão Eletrônico Nº. 024/2026, cujos elementos a integram.

2. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Cujubim - Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe, facultado a realização de licitações específicas para aquisição do mesmo objeto, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

TABELA I

LICITANTE: **BOAZ SAUDE E SEGURANÇA LTDA.**
C.N.P.J.: 61.853.683/0001-14 - TEL: (54) 99965-8244
ENDEREÇO: RUA MACHADO DE ASSIS, Nº 1237, BAIRRO BELA VISTA, ERECHIM – RS.
CEP: 99.704-066
Email: boazsaudeeseguranca@gmail.com
NOME DO REPRESENTANTE: **JULIANA TOMAZZONI.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA I –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
104	PERMANGANATO DE POTASSIO 100 MG	**RIOQUIMICA**	**CPR**	**3.000**	**R$ 1,25**	**BOAZ SAUDE E SEGURANCA LTDA.**

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.
1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, podendo se prorrogado por igual período, desde que comprovado que os valores dos preços, permanecem vantajosos, contado da data de sua publicação no Diário Oficial e PNCP, conforme previsto no art. 71, paragrafo 1º, do Decreto Municipal 1.286/2022.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no art. 73, do decreto 1.286/2022.

CLÁUSULA III – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. A Administração e gerenciamento da presente ata caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos termos do Decreto Municipal que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Prefeitura.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1.A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão Gerenciador desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA V – DO PREÇO
1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, podendo ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos da norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VI – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO
1. A entrega dos produtos/serviço se dará mediante emissão da nota de empenho emitida pelas Secretarias participante, e conforme termo de referência.
2. O prazo para a assinatura do contrato é aquele estabelecido no edital. (se for o caso)
3. Os mesmos deverão ser entregues conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO
1. Em todo(s) o(s) fornecimento(s), o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pela licitante vencedora em sua proposta de preços, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, a contar da data em que for apresentada a Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente.

CLÁUSULA VIII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
1. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital do Pregão e do Termo de Referência.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.
3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto/serviço apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
4. Os materiais/serviços deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
6. A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Art. 155º e 156º, Lei 14.133/2021).

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as seguintes sanções:
I-**Advertência**;
II- **Multa;**
III- **Impedimento de licitar ou contratar;**
IV-**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**
9.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, pelo prazo máximo de até 03 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.3 - A licitante vencedora estará sujeita as penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência.
9.4 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capitulo V e seus incisos da Lei de Licitações – 14.133/2021.
9.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
9.6 - As sanções de Advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-Ro, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
9.7 - A recusa sem motivo justificado do(s) convocado(s) em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste Termo.

CLÁUSULA X – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

1.1. for liberado;
1.2. descumprir as condições da ata de registro de preço, sem justificativa aceitável;
1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticado no mercado;
1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal 14.133, de 2021;
1.5. não aceitar o preço revisado pela administração.
2. A ata de registro de preço será cancelada, total ou parcial, pelo órgão gerenciador:
2.1. pelo decurso do prazo de vigência;
2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demostrado; e
2.4. Por razão de interesse público, devidamente justificado.
3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
Paragrafo único. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA XII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As aquisições dos objetos/serviços da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante emissão da nota de empenho a ser emitida pelas Secretarias participante da Prefeitura Municipal de Cujubim.
2. Autorizadas às aquisições, será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
3. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do **Pregão Eletrônico Nº 024/2026**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 629/2026**.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 024/2026**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Cujubim – RO, 20 de Agosto de 2026.

CLAUDINEI PELIZZON
Coordenador do – S.R.P

JOÃO BECKER
Prefeito

Empresa(S) Vencedora(S) Do Certame:
Boaz Saude E Segurança LTDA.
C.N.P.J.: 61.853.683/0001-14
Representante:
JULIANA TOMAZZONI.

Publicado por:
Claudinei Pelizzon
Código Identificador:24C81CAD

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 115/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM/RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 115/2026
PROCESSO N.º 629/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/SRP/2026

Aos 30 dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte seis, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM,** inscrito no **CNPJ sob o nº. 84.736.941/0001-88**, com sede na Avenida Condor, nº. 2588, nesta cidade de Cujubim-Ro, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 6º. Inc XLV à XLIX, Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, **Decreto Municipal nº. 1286** de 15 de Dezembro de 2022 e de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 024/SRP/2025** em virtude da deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Formação de registro de preço para futura e eventualAquisição de medicamentos injetáveis destinados ao atendimento das necessidades do Hospital de Pequeno Porte (HPP), Centro Cirúrgico, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Centro de Abastecimento Farmacêutico (CAF) e demais Unidades de Saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Cujubim/RO, por um período estimado de 12 (doze) meses. Decorrentes do certame relativo ao Pregão Eletrônico Nº. 024/2026, cujos elementos a integram.

2. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Cujubim - Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe, facultado a realização de licitações específicas para aquisição do mesmo objeto, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

TABELA I

LICITANTE: **J&A COM. E REP. DE PROD. MEDICO HOSPITALARES LTDA.**
C.N.P.J.: 49.059.257/0001-08 - TEL: (69) 98489-4671
ENDEREÇO: RUA AYRTON SENNA, Nº 364, BAIRRO NOVO HORIZONTE, CANDEIAS DO JAMARI – RO.
CEP: 76.860-000
Email: jealicitacao@gmail.com
NOME DO REPRESENTANTE: **DANIELA MARQUES DE SOUZA.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA I –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
32	CLORETO DE SÓDIO 0,9% - SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO, QUE DEVERÁ CONTER DUAS ENTRADAS: UMA PARA EQUIPO E OUTRA PARA ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS E APRESENTE MEMBRANA CICATRIZANTE, (DE ACORDO COM A RDC 45/ANVISA), BOLSA DE 1000 ML.	**BBRAUN**	**BOLSA**	**2.000**	**R$ 8,01**	**J&A COM. E REP. DE PROD. MEDICO HOSPITALARES LTDA.**
107	RINGER COM LACTATO (CLORETO DE SÓDIO (6 MG/ML) + CLORETO DEPOTÁSSIO (0,3 MG/ML) + CLORETO DE CÁLCIO (0,2 MG/ML) + LACTATO DE SÓDIO (3 MG/ML), BOLSA/FRASCO SISTEMA FECHADO 500 ML	**BBRAUN**	**FRS**	**3.000**	**R$ 7,30**	**J&A COM. E REP. DE PROD. MEDICO HOSPITALARES LTDA.**

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.
1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, podendo se prorrogado por igual período, desde que comprovado que os valores dos preços, permanecem vantajosos, contado da data de sua publicação no Diário Oficial e PNCP, conforme previsto no art. 71, paragrafo 1º, do Decreto Municipal 1.286/2022.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no art. 73, do decreto 1.286/2022.

CLÁUSULA III – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. A Administração e gerenciamento da presente ata caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos termos do Decreto Municipal que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Prefeitura.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1.A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão Gerenciador desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA V – DO PREÇO
1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, podendo ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos da norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VI – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO
1. A entrega dos produtos/serviço se dará mediante emissão da nota de empenho emitida pelas Secretarias participante, e conforme termo de referência.
2. O prazo para a assinatura do contrato é aquele estabelecido no edital. (se for o caso)
3. Os mesmos deverão ser entregues conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO
1. Em todo(s) o(s) fornecimento(s), o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pela licitante vencedora em sua proposta de preços, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, a contar da data em que for apresentada a Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente.

CLÁUSULA VIII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
1. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital do Pregão e do Termo de Referência.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.
3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto/serviço apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
4. Os materiais/serviços deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
6. A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não

cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Art. 155º e 156º, Lei 14.133/2021).

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as seguintes sanções:
I-**Advertência**;
II- **Multa;**
III- **Impedimento de licitar ou contratar;**
IV-**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**
9.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, pelo prazo máximo de até 03 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.3 - A licitante vencedora estará sujeita as penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência.
9.4 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capitulo V e seus incisos da Lei de Licitações – 14.133/2021.
9.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
9.6 - As sanções de Advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-Ro, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
9.7 - A recusa sem motivo justificado do(s) convocado(s) em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste Termo.

CLÁUSULA X – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
1.1. for liberado;
1.2. descumprir as condições da ata de registro de preço, sem justificativa aceitável;
1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticado no mercado;
1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal 14.133, de 2021;
1.5. não aceitar o preço revisado pela administração.
2. A ata de registro de preço será cancelada, total ou parcial, pelo órgão gerenciador:
2.1. pelo decurso do prazo de vigência;
2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demostrado; e
2.4. Por razão de interesse público, devidamente justificado.
3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
Paragrafo único. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA XII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As aquisições dos objetos/serviços da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante emissão da nota de empenho a ser emitida pelas Secretarias participante da Prefeitura Municipal de Cujubim.
2. Autorizadas às aquisições, será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
3. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do **Pregão Eletrônico Nº 024/2026**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 629/2026**.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 024/2026**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Cujubim – RO, 30 de Setembro de 2026.

CLAUDINEI PELIZZON
Coordenador do – S.R.P

JOÃO BECKER
Prefeito

Empresa(S) Vencedora(S) Do Certame:
J&A Com. E Rep. De Prod. Medico Hospitalares LTDA.
C.N.P.J.: 49.059.257/0001-08
Representante:
DANIELA MARQUES DE SOUZA.

Publicado por:
Claudinei Pelizzon
Código Identificador:8959B8D5

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE N° 134, PREGÃO ELETRONICO N°69/2026, PROCESSO LICITATORIO N° 1652/SRP/2026

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 134
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 1652/SRP/2026

No dia 01 de Outubro de 2026, no(a) **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.787.071/0001-04, com sede à RUA DOM PEDRO I n° 2389 CEP 76928-000 – Mirante da Serra-RO neste ato legalmente representado por **JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE**, portador do CPF n° **293.***.***-**** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: 51.602.718 ALAN HENRIQUE BARBOZA DE OLIVEIRA SILVA	**CNPJ:** 51.602.718/0001-99					
Representante: ALAN HENRIQUE BARBOZA DE OLIVEIRA						
Telefone: (69) 9938-9973						
Email: maanaimprojetos@gmail.com						
Endereço: 10A RUA RUA RAIMUNDO TEIXEIRA, 517 - OURO PRETO DO OESTE, Ouro Preto do Oeste - RO - 76920-000						
Item: 25	**Quantidade:** 155,00	**Unidade:** PAR	**Marca:** CRIVAL	**Modelo:** BOTA TIPO BOTINA PARA E.P.I EM COURO, COSTURADA, COM ELÁSTICO NAS LATERAIS	**Preço Unitário:** R$ 49,50	**Valor Total:** R$7.672,50
Descrição: BOTA TIPO BOTINA PARA E.P.I EM COURO, COSTURADA, COM ELÁSTICO NAS LATERAIS NUMEROS DE 36 A 49.						
Item: 44	**Quantidade:** 2,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** VATHISA	**Modelo:** Cabo de alumínio triplex (2 fases 1 neutro) de 25mm, encapado, antichamas. Destinados às instalações de redes aéreas de distribuição secundária. Rolo com 2000 metros.	**Preço Unitário:** R$ 29.690,00	**Valor Total:** R$59.380,00
Descrição: Cabo de alumínio triplex (2 fases 1 neutro) de 25mm, encapado, antichamas. Destinados às instalações de redes aéreas de distribuição secundária. Rolo com 2000 metros.						
Item: 49	**Quantidade:** 4,00	**Unidade:** ROLO	**Marca:** VATHISA	**Modelo:** Cabo Quadruplex 35mm Neutro Isolado 0,6/1KV XLPE Alumínio 800 METROS	**Preço Unitário:** R$ 18.099,00	**Valor Total:** R$72.396,00
Descrição: Cabo Quadruplex 35mm Neutro Isolado 0,6/1KV XLPE Alumínio 800 METROS						
Item: 148	**Quantidade:** 60,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** PLASTCOR	**Modelo:** Cone PVC Emborrachado 75 cm Laranja e Branco REF 700.00653	**Preço Unitário:** R$ 105,99	**Valor Total:** R$6.359,40
Descrição: Cone PVC Emborrachado 75 cm Laranja e Branco Com Encaixe Para Placa e Corrente Altura do cone: 75 cm.padrões da norma NBR 15.071.Diâmetro topo do cone: 5 mm.Diâmetro furo do cone: 10 mm.Diâmetro base do cone: 250 mm. Largura da base: 20 mm.Largura da 1 faixa refletiva: 15,5 cm. Largura da 2 faixa refletiva: 10,5 cm.Altura das sapatas: 15 a 20 mm.Peso: 3 a 4 kg.						
Item: 188	**Quantidade:** 14,00	**Unidade:** UND	**Marca:** Maxim ar	**Modelo:** Janela para banheiro com grade, com 1 folha de vidro, tipo basculante, medindo 0,60 x 0,60cm (a x l).	**Preço Unitário:** R$ 547,99	**Valor Total:** R$7.671,86
Descrição: Janela para banheiro com grade, com 1 folha de vidro, tipo basculante, medindo 0,60 x 0,60cm (a x l).						
Item: 189	**Quantidade:** 16,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** RAMASSOL	**Modelo:** VENEZIANA FIT 1 00X1 50 C/GRADE XADREZ R12	**Preço Unitário:** R$ 952,00	**Valor Total:** R$15.232,00
Total: R$ 317.928,45						

Descrição: Janela tipo veneziana em aço galvanizado, estrutura, fecho autotrava com cadeado embutido, medindo (ax l) 1,00x1,50cm e requadro com 15,5cm, com sistema flex (permite a ventilação sem abrir a veneziana).						
Item: 218	**Quantidade:** 200,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** NORDECOR	**Modelo:** DRIVER P/PAINEL BIVOLT 12- 24W -	**Preço Unitário:** R$ 25,49	**Valor Total:** R$5.098,00
Descrição: Modelo: LED Driver 18W Especificações Técnicas: Entrada (Input): AC 127220V, 50/60Hz Saída (Output): DC 4863V, 180mA 5 Potência nominal: 18W Temperatura ambiente máxima (TA): 45 C Temperatura máxima da carcaça (TC): 75 C Símbolos presentes: Classe II (dupla isolação) Para uso em ambientes internos Não reutilizar em lixo comum (símbolo de descarte eletrônico) Certificação de segurança elétrica Outras informações visuais: Corpo em plástico branco e cinza Conector de saída tipo plug macho/fêmea Indicado para alimentar painéis ou luminárias de LED compatíveis (4863V DC, 180mA) Esse tipo de driver converte a corrente alternada da rede elétrica (127220V AC) em corrente contínua estável (DC) adequada para LEDs, garantindo o funcionamento correto e a proteção contra picos de tensão.						
Item: 263	**Quantidade:** 294,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BETEL	**Modelo:** SOQUETE OU SUPORTE PARA LAMPADA MODELO E27 EM PORCELANA MODELO PLAFONIER TERMOPLÁSTICO, BIVOLT, NA COR BRANCA	**Preço Unitário:** R$ 79,90	**Valor Total:** R$23.490,60
Descrição: SOQUETE OU SUPORTE PARA LAMPADA MODELO E27 EM PORCELANA MODELO PLAFONIER TERMOPLÁSTICO, BIVOLT, NA COR BRANCA						
Item: 265	**Quantidade:** 400,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** TRANSITO LIVRE	**Modelo:** tachão de trânsito 24 x 15 x 5 CNT retrorrefletor amarelo ou branco: 13,5 x 3,5 cm pino de fixação: 3/8 x 5 cm; e peso: 2.500 kg,bidirecional (dois refletivos na cor amarela âmbar Alta resistência à compressão e impacto	**Preço Unitário:** R$ 85,49	**Valor Total:** R$34.196,00
Descrição: tachão de trânsito modelos seguem a NBR 15.576:2013, com dimensões padrões:corpo em resina amarelo: 24 x 15 x 5 cm;x000D retrorrefletor amarelo ou branco: 13,5 x 3,5 cm;x000D pino de fixação: 3/8 x 5 cm; e peso: 2.500 kg,bidirecional (dois refletivos na cor amarela âmbar Alta resistência à compressão e impacto						
Item: 266	**Quantidade:** 200,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** TRANSITO LIVRE	**Modelo:** tachão de trânsito 24 x 15 x 5 CNT retrorrefletor amarelo ou branco: 13,5 x 3,5 cm pino de fixação: 3/8 x 5 cm; e peso: 2.500 kg,bidirecional (dois refletivos na cor amarela âmbar Alta resistência à compressão e impacto	**Preço Unitário:** R$ 79,00	**Valor Total:** R$15.800,00
Descrição: tachão de trânsito modelos seguem a NBR 15.576:2013, com dimensões padrões:corpo em resina amarelo: 24 x 15 x 5 cm; retrorrefletor amarelo ou branco: 13,5 x 3,5 cm; pino de fixação: 3/8 x 5 cm; e peso: 2.500 kg.cego (sem refletivo), na cor amarela âmbar Alta resistência à compressão e impacto						
Item: 267	**Quantidade:** 400,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** TRANSITO LIVRE	**Modelo:** tachão de trânsito 24 x 15 x 5 CNT retrorrefletor amarelo ou branco: 13,5 x 3,5 cm pino de fixação: 3/8 x 5 cm; e peso: 2.500 kg,bidirecional (dois refletivos na cor amarela âmbar Alta resistência à compressão e impacto	**Preço Unitário:** R$ 84,00	**Valor Total:** R$33.600,00
Descrição: tachão de trânsito modelos seguem a NBR 15.576:2013, com dimensões padrões:corpo em resina amarelo: 24 x 15 x 5 cm; retrorrefletor amarelo ou branco: 13,5 x 3,5 cm; pino de fixação: 3/8 x 5 cm; e peso: 2.500 kg.monodirecional (um refletivo na cor amarela âmbar Alta resistência à compressão e impacto						
Item: 283	**Quantidade:** 40,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** Lorenmetais	**Modelo:** TORNEIRA CLÍNICA DE PAREDE, ACIONAMENTO POR ALAVANCA COM BICA ALTA MÓVEL 1/4 VOLTA EM INOX.	**Preço Unitário:** R$ 322,30	**Valor Total:** R$12.892,00

Descrição: TORNEIRA CLÍNICA DE PAREDE, ACIONAMENTO POR ALAVANCA COM BICA ALTA MÓVEL 1/4 VOLTA EM INOX.						
Item: 286	**Quantidade:** 62,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** CASAPREMIER	**Modelo:** TORNEIRA DE MESA AUTOMÁTICA DE PRESSÃO TEMPORIZADA, EM AÇO INOX, TEMPO DE FECHAMENTO MINIMO ENTRE 6 E 10 SEGUNDOS.	**Preço Unitário:** R$ 193,00	**Valor Total:** R$11.966,00
Total: R$ 317.928,45						

Descrição: TORNEIRA DE MESA AUTOMÁTICA DE PRESSÃO TEMPORIZADA, EM AÇO INOX, TEMPO DE FECHAMENTO MINIMO ENTRE 6 E 10 SEGUNDOS.						
Item: 289	**Quantidade:** 34,00	**Unidade:** UND	**Marca:** Aroamtec	**Modelo:** TORNEIRA PIA DE COZINHA, METAL LONGA 1/2	**Preço Unitário:** R$ 112,81	**Valor Total:** R$3.835,54
Descrição: TORNEIRA PIA DE COZINHA, METAL LONGA 1/2						
Item: 290	**Quantidade:** 145,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** HERC	**Modelo:** TORNEIRA PVC PARA JARDIM, COM BICO, ROSCA ½ COM ADAPTADOR PARA ROSCA ¾.	**Preço Unitário:** R$ 29,99	**Valor Total:** R$4.348,55
Descrição: TORNEIRA PVC PARA JARDIM, COM BICO, ROSCA ½ COM ADAPTADOR PARA ROSCA ¾.						
Item: 301	**Quantidade:** 10,00	**Unidade:** UND	**Marca:** esquadrilight	**Modelo:** VITRO BANHEIRO 60X60	**Preço Unitário:** R$ 399,00	**Valor Total:** R$3.990,00
Descrição: VITRO DE BANHEIRO 50X60 CM						
Total: R$ 317.928,45						

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até **01/10/2027** , a contar do dia **01/10/2026** .

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa para aquisição de Material de Construção, em atendimento á demanda das diversas secretarias desta municipalidade, para o exercício de 2026/2027, com validade da ata de 12 (doze) meses, para atendimento das necessidades dos setores do Poder Executivo do Municipio de Mirante da Serra, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, de acordo com as especificações constantes no quadro de média e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, do edital de Pregão Eletrônico nº 069/PMMS/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2 Este instrumento não obriga o Município de Mirante da Serra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos Serviços, obedecida a legislação pertinente sendo assegurada o detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 3425/2023 de 30 de outubro de 2023, no Art. 42 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços.

2.1.1 Conforme disposto no 86. Da Lei 14133 de 2021 em seu parágrafo 3º e inciso I, que assegura o seguinte: **3º**A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)
I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

2.1.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

3.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que

3.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

3.4.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5 O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses

3.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021

3.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis para Ata de Registro de Preços e Contratos, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

3.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no
edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES
8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS
9.1 Será conforme especificado pela Secretaria solicitante, na nota de empenho, onde será informado a quantidade de horas a ser cumprida e na quantidade de equipamentos, para certo período.

9.2 Do prazo para entrega: Será de até **15 (quinze) dias corridos**, contadas a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, Conforme T.R.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA

10.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

10.2 As contratações do fornecimento dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através do Termo Contratual, firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

10.3 A Empresa que estiver o Preço Registro nesta Ata será convocada pela Unidade Administrativa Contratante, para assinar o Termo Contratual junto aUnidade Administrativa Requisitante, no prazo de 05(cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

10.4 Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

10.5 Caso o preço registrado em primeiro lugar nesta Ata, não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionado no anexo, é facultado ao Município a Aquisição dos quantitativos restantes dos demais detentores dos preços registrados, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado,inclusive quanto a preço.

10.6 A contratada com preços registrados em segundo lugar, só poderá prestar serviço ao Município, quando esgotada a capacidade do primeiro colocado e assim sucessivamente.

10.7 A entrega dos Produtos só estará caracterizada mediante documento de pedido de fornecimento dos Produtos expedido pelo servidor responsável da UA, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

10.8 Os Produtos deverão ser entregues acompanhados de relatório de fornecimento devidamente assinados e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

11. DO PAGAMENTO
11.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

11.2 Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

11.5 A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora.

Prefeitura Municipal de Mirante da Serra, CNPJ: 63.787.071/0001-04 – Endereço: a Rua Dom Pedro I, 2389, Centro, – CEP 76.926-00 – Mirante da Serra/RO.69) 9 9973-7022.
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, CNPJ: 16.753.845/0001-98, Endereço: Rua Piauí, nº. 1741 Centro – CEP: 76.926-000. Fone: (69)3463- 2812.
Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde/FMS, Endereço: Rua Brasil, nº. 2237, Centro – CEP: 76.926-000. Fone:(69) 3463-2045 – Mirante da Serra/RO.

12. CONDIÇÕES GERAIS
12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias, que, depois de lidas e achadas em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

51.602.718 ALAN HENRIQUE BARBOZA DE OLIVEIRA SILVA
51.602.718/0001-99

Assinado de forma digital por:
ALAN HENRIQUE BARBOZA DE OLIVEIRA
971.*.***-****
Dados: 01/10/2026 11:10:59

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:8A0E610F

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE N° 135, PREGÃO ELETRONICO N°69/2026, PROCESSO LICITATORIO N° 1652/SRP/2026

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 135
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 1652/SRP/2026
No dia 30 de Setembro de 2026, no(a) **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.787.071/0001-04, com sede à RUA DOM PEDRO I n° 2389 CEP 76928-000 – Mirante da Serra-RO neste ato legalmente representado por **JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE**, portador do CPF n° **293.***.***-**** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: BARAOSEG LTDA	**CNPJ: 53.763.552/0001-18**					
Representante: Diane Bertuol Longo						
Telefone: (54) 9298-2606						
Email: baraoseg@baraoseg.com.br						
Endereço: R CONEGO POLON, 70 - CENTRO, Barão de Cotegipe - RS - 99740-000						
Item: 21	**Quantidade:** 75,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** MARSEG	**Modelo:** CA 44233	**Preço Unitário:** R$ 12,92	**Valor Total:** R$969,00
Descrição: BONÉ COM ABA E PROTETOR DE NUCA, CONFECCIONADO EM TECIDO POLIESTER.						
Item: 22	**Quantidade:** 116,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** MARSEG	**Modelo:** CA 44233	**Preço Unitário:** R$ 12,92	**Valor Total:** R$1.498,72
Descrição: Boné com aba e protetor de nuca, para EPI conforme NR 38, (cor a ser definida na ordem de fornecimento)						
Item: 24	**Quantidade:** 43,00	**Unidade:** PAR	**Marca:** CARTOM	**Modelo:** CA 15079	**Preço Unitário:** R$ 62,78	**Valor Total:** R$2.699,54
Descrição: BOTA TIPO BOTINA PARA E.P.I EM COURO, COM BICO DE AÇO, COM ELÁSTICO NAS LATERAIS NUMEROS DE 36 A 49.						
Item: 26	**Quantidade:** 28,00	**Unidade:** PAR	**Marca:** CARTOM	**Modelo:** CA 38362	**Preço Unitário:** R$ 61,25	**Valor Total:** R$1.715,00
Descrição: BOTINA PARA ELETRICISTA COM ELÁSTICO EM COURO VAQUETA. SOLADO PU BIDENSIDADE - SEM BICO, TESTADO A 14KV CONFORME NORMA NBR 12576. COM PALMILHA EM ESPUMA, FORRO EM NYLON/POLIÉSTER,TAM. 35 A 45, COR: PRETA						
Item: 204	**Quantidade:** 600,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** SUPERSAFETY	**Modelo:** CA 32035	**Preço Unitário:** R$ 8,90	**Valor Total:** R$5.340,00
Descrição: Luva de latex corrugado com suporte textel, punho de segurança e formato anatomico, em acordo com a NR38						
Item: 205	**Quantidade:** 50,00	**Unidade:** PAR	**Marca:** SUPERSAFETY	**Modelo:** CA 32035	**Preço Unitário:** R$ 15,50	**Valor Total:** R$775,00
Descrição: LUVA DE LATEX CORRUGADO PARA COLETA SELETIVA (GARI)						
Item: 206	**Quantidade:** 48,00	**Unidade:** PAR	**Marca:** HJS	**Modelo:** CA 20601	**Preço Unitário:** R$ 21,00	**Valor Total:** R$1.008,00
Descrição: LUVA DE VAQUETA MISTA, CONFECCIONADA EM COURO, DORSO EM RASPA, REFORÇO INTERNO NA PALMA, REFORÇO EXTERNO ENTRE OS DEDOS POLEGAR E INDICADOR, ELÁSTICO NO DORSO, ACABAMENTO NO PUNHO EM TNT						
					Total:	**R$ 28.262,26**
Item: 207	**Quantidade:** 53,00	**Unidade:** UND	**Marca:** ELSA	**Modelo:** CA 38400	**Preço Unitário:** R$ 269,00	**Valor Total:** R$14.257,00
Descrição: Luva isolada baixa tensao borracha						
					Total:	**R$ 28.262,26**

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até **30/09/2027** , a contar do dia **30/09/2026** .

1. DO OBJETO
1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa para aquisição de Material de Construção, em atendimento á demanda das diversas secretarias desta municipalidade, para o exercício de 2026/2027, com validade da ata de 12 (doze) meses, para atendimento das necessidades dos setores do Poder Executivo do Municipio de Mirante da Serra, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, de acordo com as especificações constantes no quadro de média e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, do edital de Pregão Eletrônico nº 069/PMMS/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2 Este instrumento não obriga o Município de Mirante da Serra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos Serviços, obedecida a legislação pertinente sendo assegurada o detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1 Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 3425/2023 de 30 de outubro de 2023, no Art. 42 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços.

2.1.1 Conforme disposto no 86. Da Lei 14133 de 2021 em seu parágrafo 3º e inciso I, que assegura o seguinte: **3º**A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)
I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

2.1.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

3.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que

3.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

3.4.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5 O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses

3.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021

3.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis para Ata de Registro de Preços e Contratos, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

3.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES
8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS
9.1 Será conforme especificado pela Secretaria solicitante, na nota de empenho, onde será informado a quantidade de horas a ser cumprida e na quantidade de equipamentos, para certo período.

9.2 Do prazo para entrega: Será de até **15 (quinze) dias corridos**, contadas a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, Conforme T.R.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA
10.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

10.2 As contratações do fornecimento dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através do Termo Contratual, firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

10.3 A Empresa que estiver o Preço Registro nesta Ata será convocada pela Unidade Administrativa Contratante, para assinar o Termo Contratual junto aUnidade Administrativa Requisitante, no prazo de 05(cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

10.4 Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

10.5 Caso o preço registrado em primeiro lugar nesta Ata, não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionado no anexo, é facultado ao Município a Aquisição dos quantitativos restantes dos demais detentores dos preços registrados, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado,inclusive quanto a preço.

10.6 A contratada com preços registrados em segundo lugar, só poderá prestar serviço ao Município, quando esgotada a capacidade do primeiro colocado e assim sucessivamente.

10.7 A entrega dos Produtos só estará caracterizada mediante documento de pedido de fornecimento dos Produtos expedido pelo servidor responsável da UA, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

10.8 Os Produtos deverão ser entregues acompanhados de relatório de fornecimento devidamente assinados e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

11. DO PAGAMENTO
11.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

11.2 Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

11.5 A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora. **Prefeitura Municipal de Mirante da Serra**, CNPJ: 63.787.071/0001-04 – Endereço: a Rua Dom Pedro I, 2389, Centro, – CEP 76.926-00 – Mirante da Serra/RO.69) 9 9973-7022.
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, CNPJ: 16.753.845/0001-98, Endereço: Rua Piauí, nº. 1741 Centro – CEP: 76.926-000. Fone: (69)3463- 2812.
Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde/FMS, Endereço: Rua Brasil, nº. 2237, Centro – CEP: 76.926-000. Fone:(69) 3463-2045 – Mirante da Serra/RO.

12. CONDIÇÕES GERAIS
12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias, que, depois de lidas e achadas em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*
A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

BARAOSEG LTDA
53.763.552/0001-18

Assinado de forma digital por:
Diane Bertuol Longo 015.*.***-****
Dados: 30/09/2026 15:10:48

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:83437012

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE N° 136, PREGÃO ELETRONICO N°69/2026, PROCESSO LICITATORIO N° 1652/SRP/2026

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 136
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 1652/SRP/2026

No dia 30 de Setembro de 2026, no(a) **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.787.071/0001-04, com sede à RUA DOM PEDRO I n° 2389 CEP 76928-000 – Mirante da Serra-RO neste ato legalmente representado por **JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE**, portador do CPF n° **293.***.***-** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: BARBOSA COMERCIO DE MATERIAIS PRA CONSTRUCAO LTDA					**CNPJ: 44.638.553/0001-40**	
Representante: PABLO HENRIQUE DUTRA BARBOSA						
Telefone: (69) 3441-1378						
Email: licite.empreendimentos@gmail.com						
Endereço: Av. Sete de Setembro, 2663 - centro, Cacoal - RO - 76963-851						
Item: 1	**Quantidade:** 25,00	**Unidade:** BARRA	**Marca:** EUROS	**Modelo:** 3/8 10MM	**Preço Unitário:** R$ 28,24	**Valor Total:** R$706,00
Descrição: Aço ca-50 (tipo vegalhão), nervurado , bitola com 10mm, barra com 4 metros , de acordo com abnt nbr 7480						
Item: 17	**Quantidade:** 2,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** MENEGOTTI	**Modelo:** 400L 2CV	**Preço Unitário:** R$ 5.910,55	**Valor Total:** R$11.821,10
Descrição: Betoneira 2,00 CV Frequência 60 Hz Tipo de Correia da Betoneira Em V A-48 Produção Horária 4.65 m³/h Uso Indicado Construção Civil Altura 155,80 cm Largura 97,20 cm Comprimento 173,50 cm Peso do Produto 182,00 Kg Modelo 400 litros transportável por duas rodas.						
Item: 52	**Quantidade:** 31,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** GOLD	**Modelo:** 30MM LATAO	**Preço Unitário:** R$ 17,90	**Valor Total:** R$554,90
Descrição: Cadeado latonado, tamanho 30mm. Com haste curta, devendo acompanhar 2 chaves. Produto conforme norma abnt nbr 15271/2013.						
Item: 63	**Quantidade:** 411,00	**Unidade:** SC	**Marca:** USICAL	**Modelo:** PCAL PINTURA 8KG	**Preço Unitário:** R$ 20,00	**Valor Total:** R$8.220,00
Descrição: CAL PARA PINTURA COM FIXADOR SACO COM 8 KG						
Item: 67	**Quantidade:** 91,00	**Unidade:** BR	**Marca:** BIOPLAST	**Modelo:** TUBO 100MM ESGOTO	**Preço Unitário:** R$ 82,66	**Valor Total:** R$7.522,06
Descrição: CANO DE 100 MM PARA ESGOTO						
Item: 79	**Quantidade:** 10,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** WORKER	**Modelo:** 9MM CROMADA	**Preço Unitário:** R$ 12,00	**Valor Total:** R$120,00
Descrição: CHAVE COMBINADA COM CATRACA. PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO. TAMANHO: 09 MM.						
Item:	**Quantidade:**	**Unidade:** UND	**Marca:** INFIBRA	**Modelo:** 1100 X 6MM	**Preço Unitário:** R$	**Valor Total:**
154	1.102,00			15G	105,00	R$115.710,00
Descrição: CUMEEIRA AMIANTO 6MM						
					Total:	**R$ 144.654,06**

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.
A validade desta Ata de Registro de Preços é até **30/09/2027** , a contar do dia **30/09/2026** .

1. DO OBJETO
1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa para aquisição de Material de Construção, em atendimento á demanda das diversas secretarias desta municipalidade, para o exercício de 2026/2027, com validade da ata de 12 (doze) meses, para atendimento das necessidades dos setores do Poder Executivo do Municipio de Mirante da Serra, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, de acordo com as especificações constantes no quadro de média e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, do edital de Pregão Eletrônico nº 069/PMMS/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2 Este instrumento não obriga o Município de Mirante da Serra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos Serviços, obedecida a legislação pertinente sendo assegurada o detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1 Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 3425/2023 de 30 de outubro de 2023, no Art. 42 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços.

2.1.1 Conforme disposto no 86. Da Lei 14133 de 2021 em seu parágrafo 3º e inciso I, que assegura o seguinte: **3º**A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)
I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

2.1.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

3.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que

3.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

3.4.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5 O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses

3.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021

3.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis para Ata de Registro de Preços e Contratos, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

3.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES
8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS
9.1 Será conforme especificado pela Secretaria solicitante, na nota de empenho, onde será informado a quantidade de horas a ser cumprida e na quantidade de equipamentos, para certo período.

9.2 Do prazo para entrega: Será de até **15 (quinze) dias corridos**, contadas a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, Conforme T.R.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA
10.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

10.2 As contratações do fornecimento dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através do Termo Contratual, firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

10.3 A Empresa que estiver o Preço Registro nesta Ata será convocada pela Unidade Administrativa Contratante, para assinar o Termo Contratual junto aUnidade Administrativa Requisitante, no prazo de 05(cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

10.4 Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

10.5 Caso o preço registrado em primeiro lugar nesta Ata, não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionado no anexo, é facultado ao Município a Aquisição dos quantitativos restantes dos demais detentores dos preços registrados, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado,inclusive quanto a preço.

10.6 A contratada com preços registrados em segundo lugar, só poderá prestar serviço ao Município, quando esgotada a capacidade do primeiro colocado e assim sucessivamente.

10.7 A entrega dos Produtos só estará caracterizada mediante documento de pedido de fornecimento dos Produtos expedido pelo servidor responsável da UA, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

10.8 Os Produtos deverão ser entregues acompanhados de relatório de fornecimento devidamente assinados e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

11. DO PAGAMENTO
11.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

11.2 Será procedida consulta "ON LINE" junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

11.5 A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora.

Prefeitura Municipal de Mirante da Serra, CNPJ: 63.787.071/0001-04 – Endereço: a Rua Dom Pedro I, 2389, Centro, – CEP 76.926-00 – Mirante da Serra/RO.69) 9 9973-7022.
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, CNPJ: 16.753.845/0001-98, Endereço: Rua Piauí, nº. 1741 Centro – CEP: 76.926-000. Fone: (69)3463- 2812.
Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde/FMS, Endereço: Rua Brasil, nº. 2237, Centro – CEP: 76.926-000. Fone:(69) 3463-2045 – Mirante da Serra/RO.

12. CONDIÇÕES GERAIS
12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias, que, depois de lidas e achadas em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*
A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

BARBOSA COMERCIO DE MATERIAIS PRA CONSTRUCAO LTDA
44.638.553/0001-40

Assinado de forma digital por:
PABLO HENRIQUE DUTRA BARBOSA
015.*.***-****
Dados: 30/09/2026 12:03:29

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:FEF30FE8

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE N° 137, PREGÃO ELETRONICO N°69/2026, PROCESSO LICITATORIO N° 1652/SRP/2026

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 137
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2026
PROCESSO LICITATÓRIO
1652/SRP/2026
No dia 30 de Setembro de 2026, no(a) **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.787.071/0001-04, com sede à RUA DOM PEDRO I n° 2389 CEP 76928-000 – Mirante da Serra-RO neste ato legalmente representado por **JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE**, portador do CPF n° **293.***.***-**** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: BEM BRASIL IND. COMERCIO E SERVICOS LTDA	**CNPJ: 17.623.813/0001-30**
Representante: ADENILDO MIGUEL BARNABÉ	
Telefone: (69) 3521-1452	

Email: adenildomb@hotmail.com						
Endereço: AV PADRE ADOLPHO ROHL, 2613 - SETOR 05, Jaru - RO - 76890-000						
Item: 2	**Quantidade:** 77,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** FIRMEX	**Modelo:** FIRMEX	**Preço Unitário:** R$ 6,34	**Valor Total:** R$488,18
Descrição: Adesivo para tubo de pvc, bisnaga com 75g.						
Item: 3	**Quantidade:** 65,00	**Unidade:** SC	**Marca:** LIGAMAIS	**Modelo:** LIGAMAIS	**Preço Unitário:** R$ 141,46	**Valor Total:** R$9.194,90
Descrição: Adição para argamassa, conforme nbr 13.529, composta por micro silicatos, marca similar a sikal. Embalagem tipo saco contendo 20kg.						
Item: 4	**Quantidade:** 32,00	**Unidade:** LT	**Marca:** MAXTON	**Modelo:** MAXTON	**Preço Unitário:** R$ 132,94	**Valor Total:** R$4.254,08
Descrição: Aditivo plastificante base policarboxilato com qualidade similar a vedacit. Embalagem com 18lt. Adesivo concentrado que proporciona trabalhabilidade a argamas s as e rebocos . Validade: 24 mes es, campos de aplicação,amassas de assentamento e reboco convencional.						
Item: 5	**Quantidade:** 6,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** NP	**Modelo:** NP	**Preço Unitário:** R$ 131,24	**Valor Total:** R$787,44
Descrição: ALAVANCA LISA MACIÇA: POSSUI UMA PONTA TIPO PONTEIRO OUTRA PONTA TIPO TALHADEIRA. FABRICAÇÃO: EM AÇO FORJADO E TEMPERADO. TAMANHO: 1, COMPRIMENTO: 180 CM.						
Item: 6	**Quantidade:** 8,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** SÃO ROMÃO	**Modelo:** SÃO ROMÃO	**Preço Unitário:** R$ 189,99	**Valor Total:** R$1.519,92
Descrição: ALAVANCA METALICA SEXTAVADA POSSUINDO PONTA RETA E PÁ CURVA. COMPRIMENTO: 150CM. TAMANHO: 1						
Item: 7	**Quantidade:** 4,00	**Unidade:** UND	**Marca:** NP	**Modelo:** NP	**Preço Unitário:** R$ 298,96	**Valor Total:** R$1.195,84
Descrição: ALAVANCA REDONDA 1 POLEGADA COM 1,50MT.						
Item: 8	**Quantidade:** 13,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** INLUSS	**Modelo:** INLUSS	**Preço Unitário:** R$ 222,00	**Valor Total:** R$2.886,00
Descrição: ALICATE AMPERÍMETRO DIGITAL, COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: - DISPLAY DE 6.000 CONTAGENS; - ILUMINAÇÃO DO DISPLAY; - LANTERNA / DATA HOLD; - CORRENTE AC 4/40/400A; - TENSÃO AC/DC ATÉ 600V; - RESISTÊNCIA / CAPACITÂNCIA; - FREQUÊNCIA; - DETECÇÃO SEM CONTATO (NCV).						
Total: R$ 1.073.205,99						
Item: 9	**Quantidade:** 95,00	**Unidade:** SC	**Marca:** ARGAFORT	**Modelo:** ARGAFORT	**Preço Unitário:** R$ 18,39	**Valor Total:** R$1.747,05
Descrição: ARGAMASSA - TIPO AC1, PARA ASSENTAMENTO DE PISO E REVESTIMENTO, SACO COM 20KG						
Item: 10	**Quantidade:** 50,00	**Unidade:** CJ	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 36,63	**Valor Total:** R$1.831,50
Descrição: Armação Presbow 1x1 Alça 4,8mm Isolador 72x72 (CONJUNTO)						
Item: 11	**Quantidade:** 64,00	**Unidade:** PCT	**Marca:** MABELINI	**Modelo:** MABELINI	**Preço Unitário:** R$ 59,00	**Valor Total:** R$3.776,00
Descrição: ARRUELA DE ROSCA SEM FIM ZINCADA, FABRICADA EM AÇO CARBONO Nº. 3/8. PACOTE CONTENDO 100 UNIDADES						
Item: 12	**Quantidade:** 76,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** CISER	**Modelo:** CISER	**Preço Unitário:** R$ 43,00	**Valor Total:** R$3.268,00
Descrição: Barra de rosca sem fim n 3/4						
Item: 13	**Quantidade:** 52,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 11,00	**Valor Total:** R$572,00
Descrição: BARRA DE ROSCA SEM FIM N 3/8						
Item: 14	**Quantidade:** 23,00	**Unidade:** BARRA	**Marca:** EUROS	**Modelo:** EUROS	**Preço Unitário:** R$ 56,34	**Valor Total:** R$1.295,82
Descrição: Barra vergalhão.Espessura: 3/8. Barra com 06 metros						
Item: 15	**Quantidade:** 23,00	**Unidade:** BR	**Marca:** EUROS	**Modelo:** EUROS	**Preço Unitário:** R$ 39,00	**Valor Total:** R$897,00
Descrição: BARRA VERGALHÃO.ESPESSURA: 4,2 MM. BARRA COM 12 METROS						
Item: 16	**Quantidade:** 23,00	**Unidade:** BARRA	**Marca:** EUROS	**Modelo:** EUROS	**Preço Unitário:** R$ 49,63	**Valor Total:** R$1.141,49
Descrição: Barra vergalhão.Espessura: 5/16. Barra com 06metros.						
Item: 18	**Quantidade:** 120,00	**Unidade:** UND	**Marca:** FOXLUX	**Modelo:** FOXLUX	**Preço Unitário:** R$ 10,99	**Valor Total:** R$1.318,80
Descrição: BOCAL DE LÂMPADA E40						
Item: 19	**Quantidade:** 2,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** ELETROPLAS	**Modelo:** ELETROPLAS	**Preço Unitário:** R$ 1.789,99	**Valor Total:** R$3.579,98
Descrição: Bomba dágua para poço SemiArtesiano, bomba Hidráulica 2.0 CV. Trifásico 230 V. Bomba Submersa, Caneta.						
Item: 20	**Quantidade:** 8,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BOM D AGUA	**Modelo:** BOM D AGUA	**Preço Unitário:** R$ 969,99	**Valor Total:** R$7.759,92
Descrição: BOMBA SUBMERSÍVEL VIBRATÓRIA, PARA USO EM POÇOS, COM POTÊNCIA DE 450 WATS, VOLTAGEM 127/220V.						
Item: 23	**Quantidade:** 98,00	**Unidade:** PAR	**Marca:** IMBISEG	**Modelo:** IMBISEG	**Preço Unitário:** R$ 95,00	**Valor Total:** R$9.310,00
Descrição: BOTA (TIPO BOTINA RANCHEIRA) EM COURO, COM SOLADO EM LATEX , NUMERAÇÃO DE 36 A 49.						
Item: 27	**Quantidade:** 150,00	**Unidade:** MT³	**Marca:** DIVESOS	**Modelo:** DIVESOS	**Preço Unitário:** R$ 276,00	**Valor Total:** R$41.400,00
Total: R$ 1.073.205,99						
Descrição: BRITA Nº 1						
Item: 28	**Quantidade:** 155,00	**Unidade:** MT³	**Marca:** DIVESOS	**Modelo:** DIVESOS	**Preço Unitário:** R$ 284,33	**Valor Total:** R$44.071,15
Descrição: BRITA Nº. ½						
Item: 29	**Quantidade:** 22,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** THOMPSON	**Preço Unitário:** R$ 9,99	**Valor Total:** R$219,78
Descrição: BROCA HELICOIDAL. PRODUZIDO: EM AÇO RÁPIDO. TAMANHO: 06 MM.						
Item: 30	**Quantidade:** 22,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** THOMPSON	**Preço Unitário:** R$ 12,40	**Valor Total:** R$272,80
Descrição: BROCA HELICOIDAL. PRODUZIDO: EM AÇO RÁPIDO. TAMANHO: 09 MM.						
Item: 31	**Quantidade:** 22,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** THOMPSON	**Preço Unitário:** R$ 16,61	**Valor Total:** R$365,42
Descrição: BROCA HELICOIDAL. PRODUZIDO: EM AÇO RÁPIDO. TAMANHO: 10 MM.						
Item: 32	**Quantidade:** 12,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** THOMPSON	**Preço Unitário:** R$ 8,69	**Valor Total:** R$104,28
Descrição: BROCA HELICOIDAL. PRODUZIDO: EM AÇO RÁPIDO. TAMANHO: 4,5 MM.						
Item: 34	**Quantidade:** 3,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** THOMPSON	**Preço Unitário:** R$ 12,49	**Valor Total:** R$37,47
Descrição: BROCA HELICOIDAL. PRODUZIDO: EM AÇO RÁPIDO.TAMANHO: 07 MM.						
Item: 35	**Quantidade:** 22,00	**Unidade:** UND	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** THOMPSON	**Preço Unitário:** R$ 13,60	**Valor Total:** R$299,20
Descrição: Broca helicoidal. Produzido: em aço rápido.tamanho: 08 mm.						
Item: 36	**Quantidade:** 12,00	**Unidade:** CX	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** THOMPSON	**Preço Unitário:** R$ 175,20	**Valor Total:** R$2.102,40
Descrição: BROCA PARA ALVENARIA DE 10 MM, CAIXA CONTENDO 10 UNIDADES.						
Item: 37	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** CX	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** THOMPSON	**Preço Unitário:** R$ 189,00	**Valor Total:** R$2.079,00
Descrição: BROCA PARA ALVENARIA DE 12 MM. CAIXA CONTENDO 10 UNIDADES.						
Item: 38	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** CX	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** THOMPSON	**Preço Unitário:** R$ 98,00	**Valor Total:** R$1.078,00
Descrição: broca para alvenaria de 6 mm. Caixa contendo 10 unidades.						
Item: 39	**Quantidade:** 12,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** THOMPSON	**Preço Unitário:** R$ 120,86	**Valor Total:** R$1.450,32
Descrição: broca para furar aço de 10mm. Caixa contendo 10 unidades.						
Item: 40	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** THOMPSON	**Preço Unitário:** R$ 56,50	**Valor Total:** R$621,50
Descrição: broca para furar aço de 5mm. Caixa contendo 10 unidades.						
Total: R$ 1.073.205,99						
Item: 41	**Quantidade:** 12,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** THOMPSON	**Preço Unitário:** R$ 43,10	**Valor Total:** R$517,20
Descrição: Broca para furar aço de 6 mm. Caixa contendo 10 unidades.						
Item: 42	**Quantidade:** 18,00	**Unidade:** UND	**Marca:** K2M	**Modelo:** K2M	**Preço Unitário:** R$ 66,50	**Valor Total:** R$1.197,00
Descrição: Cabeçote de corte para fio de nylon compatível para roçadeira husqvarna.Modelos: 236r 241r 143rii 345fr 553rs 132r 133r 142r 143r. Rosca: m12 x 1,75flh.						
Item: 43	**Quantidade:** 14,00	**Unidade:** UND	**Marca:** LIRA	**Modelo:** LIRA	**Preço Unitário:** R$ 71,70	**Valor Total:** R$1.003,80
Descrição: CABEÇOTE DE CORTE PARA FIO DE NYLON COMPATÍVEL PARA ROÇADEIRA STIHL.MODELOS: FS 160 / FS 220 / FS 290 / FS310.ROSCA: M12 X 1,50FLH						
Item: 47	**Quantidade:** 5,00	**Unidade:** ROLO	**Marca:** MEGATRON	**Modelo:** MEGATRON	**Preço Unitário:** R$	**Valor Total:** R$21.036,00

					4.207,20	
Descrição: CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, SEÇÃO NOMIMAL CONDUTOR 35MM, ROLO COM 100 METROS						
Item: 48	**Quantidade:** 3,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BEAVIL	**Modelo:** BEAVIL	**Preço Unitário:** R$ 85,00	**Valor Total:** R$255,00
Descrição: CABO EM MADEIRA PARA CAVADEIRA.MODELO: CAVADEIRA ARTICULADA. TAMANHO: 180 CM.						
Item: 50	**Quantidade:** 12,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BEAVIL	**Modelo:** BEAVIL	**Preço Unitário:** R$ 14,33	**Valor Total:** R$171,96
Descrição: Cabos para enxadão com cunha, tipo: Para enxadão; Formato: Redondo, Material: Madeira, Comprimento: 1,50 m, Uso Indicado: Cabo para enxadão, foice e cavadeiras retas e articuladas.						
Item: 51	**Quantidade:** 35,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** MAXIMA	**Modelo:** MAXIMA	**Preço Unitário:** R$ 15,00	**Valor Total:** R$525,00
Descrição: Cadeado latonado, tamanho 25mm. Com haste curta, devendo acompanhar 2 chaves. Produto conforme norma abnt nbr 15271/2013.						
Item: 55	**Quantidade:** 4,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** INFIBRA	**Modelo:** INFIBRA	**Preço Unitário:** R$ 520,99	**Valor Total:** R$2.083,96
Descrição: Caixa dágua com tampa, fabricada em polietileno, com capacidade de armazenagem de 1.000 litros. Deve possuir rebaixos na lateral e marcação para instalação da tubulação de entrada e de saída do encanamento. Produto fabricados em conformidade com a norma nbr 15682.						
Item: 56	**Quantidade:** 6,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** INFIBRA	**Modelo:** INFIBRA	**Preço Unitário:** R$ 1.308,43	**Valor Total:** R$7.850,58
Descrição: Caixa dágua com tampa, fabricada em polietileno, com capacidade de armazenagem de 2.000 litros. Deve possuir rebaixos na lateral e marcação para instalação da tubulação de entrada e de saída do encanamento. Produto fabricados em conformidade com a norma nbr 15682.						
Item: 57	**Quantidade:** 5,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** INFIBRA	**Modelo:** INFIBRA	**Preço Unitário:** R$ 2.134,97	**Valor Total:** R$10.674,85
Descrição: Caixa dágua com tampa, fabricada em polietileno, com capacidade de armazenagem de 3.000 litros. Deve possuir rebaixos na lateral e marcação para instalação da tubulação de entrada e de saída do encanamento. Produto fabricados em conformidade com a norma nbr 15682.						
Item: 58	**Quantidade:** 4,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** INFIBRA	**Modelo:** INFIBRA	**Preço Unitário:** R$ 3.353,40	**Valor Total:** R$13.413,60
Descrição: Caixa dágua com tampa, fabricada em polietileno, com capacidade de armazenagem de 5.000 litros. Deve possuir rebaixos na lateral e marcação para instalação da tubulação de entrada e de saída do encanamento. Produto fabricados em conformidade com a norma nbr 15682.						
Item: 59	**Quantidade:** 14,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** PRESTO	**Modelo:** PRESTO	**Preço Unitário:** R$ 204,43	**Valor Total:** R$2.862,02
Total: R$ 1.073.205,99						
Descrição: Caixa de ferramenta metálica tipo sanfonada. Fabricação: em chapa de aço reforçada. Possui: 05 gavetas, sendo 02 delas com divisórias. Altura útil: 205 mm. Comprimento: 400 mm. Largura: 200 mm. Altura total: 325 mm.						
Item: 61	**Quantidade:** 51,00	**Unidade:** SC	**Marca:** USICAL	**Modelo:** USICAL	**Preço Unitário:** R$ 39,98	**Valor Total:** R$2.038,98
Descrição: Cal hidratada ch-i para argamassas, saco com 20kg						
Item: 62	**Quantidade:** 120,00	**Unidade:** SC	**Marca:** USICAL	**Modelo:** USICAL	**Preço Unitário:** R$ 31,28	**Valor Total:** R$3.753,60
Descrição: Cal hidratada para pintura 20kg (branco)						
Item: 64	**Quantidade:** 1,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** HIKMICRO	**Modelo:** E01	**Preço Unitário:** R$ 3.999,00	**Valor Total:** R$3.999,00
Descrição: Câmera Térmica Infravermelha						
Item: 69	**Quantidade:** 246,00	**Unidade:** BR	**Marca:** KRONA	**Modelo:** KRONA	**Preço Unitário:** R$ 30,80	**Valor Total:** R$7.576,80
Descrição: CANO DE 25 MM PARA AGUA						
Item: 70	**Quantidade:** 81,00	**Unidade:** BR	**Marca:** KRONA	**Modelo:** KRONA	**Preço Unitário:** R$ 46,71	**Valor Total:** R$3.783,51
Descrição: CANO DE 40MM PARA ESGOTO						
Item: 71	**Quantidade:** 3,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** PLASTICOR	**Modelo:** PLASTICOR	**Preço Unitário:** R$ 68,68	**Valor Total:** R$206,04
Descrição: Capacete Aba Frontal, Branco, Com Jugular E Suspensão Com Catraca						
Item: 72	**Quantidade:** 15,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** METALOSA	**Modelo:** METALOSA	**Preço Unitário:** R$ 274,28	**Valor Total:** R$4.114,20
Descrição: CARRINHO DE MÃO (CARRIOLA). CAÇAMBA EM AÇO: 0,9 MM.CHASSI EM AÇO TUBULAR DE 1.1/4 COM PAREDE DE 1,5 MM.PNEU ENDURO E RODA EM AÇO REFORÇADO COM 16 PONTOS DE FIXAÇÃO. CAPACIDADE EM LITROS: 55. CAPACIDADE DE CARGA: 200 KG. TAMANHO: ARO, PNEUS E CÂMARA 3,25 X8						
Item: 73	**Quantidade:** 14,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** TRAMONTINA	**Modelo:** TRAMONTINA	**Preço Unitário:** R$ 152,89	**Valor Total:** R$2.140,46
Descrição: CAVADEIRA ARTICULADA (BOCA DE LOBO) COM CABO EM TUBO METÁLICO COM CUMPRIMENTO DE 1,20 MT. FABRICADO EM AÇO CARBONO.						
Item: 74	**Quantidade:** 14,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** MINASUL	**Modelo:** MINASUL	**Preço Unitário:** R$ 160,91	**Valor Total:** R$2.252,74
Descrição: CAVADEIRA ARTICULADA TIPO BOCA DE LOBO.FABRICAÇÃO: EM AÇO CARBONO. TAMANHO: 383 X 196 MM. CABO DE MADEIRA: 180 CM.						
Item: 76	**Quantidade:** 270,00	**Unidade:** M²	**Marca:** CERAL	**Modelo:** CERAL	**Preço Unitário:** R$ 43,70	**Valor Total:** R$11.799,00
Descrição: CERAMICA 1ª LINHA PEI- 04 0,61 X 0,61 ANTIDERRAPANTE COM BRILHO PARA APLICAÇÃO EM AREA EXTERNA						
Item: 77	**Quantidade:** 200,00	**Unidade:** MT	**Marca:** CERAL	**Modelo:** CERAL	**Preço Unitário:** R$ 102,68	**Valor Total:** R$20.536,00
Descrição: Ceramica 1ª linha pei- 04 0,80x0,80 antiderrapante com brilho para aplicação em area externa						
Total: R$ 1.073.205,99						
Item: 78	**Quantidade:** 19,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** THOMPSON	**Preço Unitário:** R$ 51,78	**Valor Total:** R$983,82
Descrição: CHAVE AJUSTÁVEL. PRODUZIDO: EM AÇO VANÁDIO. TAMANHO: 12						
Item: 80	**Quantidade:** 22,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 69,90	**Valor Total:** R$1.537,80
Descrição: CHAVE COMBINADA COM CATRACA. PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO. TAMANHO: 14 MM.						
Item: 81	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 67,98	**Valor Total:** R$747,78
Descrição: CHAVE COMBINADA COM CATRACA. PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO. TAMANHO: 15 MM						
Item: 82	**Quantidade:** 25,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 99,91	**Valor Total:** R$2.497,75
Descrição: CHAVE COMBINADA COM CATRACA. PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO. TAMANHO: 16 MM.						
Item: 83	**Quantidade:** 6,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 195,98	**Valor Total:** R$1.175,88
Descrição: CHAVE COMBINADA COM CATRACA. PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO. TAMANHO: 19 MM.						
Item: 84	**Quantidade:** 21,00	**Unidade:** UND	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 203,80	**Valor Total:** R$4.279,80
Descrição: Chave combinada com catraca. Produzida: forjada em aço vanádio. Tamanho: 20 mm.						
Item: 85	**Quantidade:** 21,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 130,00	**Valor Total:** R$2.730,00
Descrição: CHAVE COMBINADA COM CATRACA; PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO; TAMANHO: 10 MM						
Item: 86	**Quantidade:** 17,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 130,00	**Valor Total:** R$2.210,00
Descrição: CHAVE COMBINADA COM CATRACA; PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO; TAMANHO: 11 MM.						
Item: 87	**Quantidade:** 17,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 99,90	**Valor Total:** R$1.698,30
Descrição: CHAVE COMBINADA COM CATRACA; PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO; TAMANHO: 12 MM.						
Item: 88	**Quantidade:** 17,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 120,00	**Valor Total:** R$2.040,00
Descrição: CHAVE COMBINADA COM CATRACA; PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO; TAMANHO: 13 MM.						
Item: 89	**Quantidade:** 17,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 78,00	**Valor Total:** R$1.326,00
Descrição: CHAVE COMBINADA COM CATRACA; PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO; TAMANHO: 17 MM.						
Item: 90	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 82,00	**Valor Total:** R$902,00
Descrição: CHAVE COMBINADA COM CATRACA; PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO; TAMANHO: 18 MM.						
Item: 91	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 160,00	**Valor Total:** R$1.760,00
Total: R$ 1.073.205,99						
Descrição: CHAVE COMBINADA COM CATRACA; PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO; TAMANHO: 21 MM.						
Item: 92	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 174,83	**Valor Total:** R$1.923,13

Descrição: CHAVE COMBINADA COM CATRACA; PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO; TAMANHO: 22 MM.						
Item: 93	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 186,25	**Valor Total:** R$2.048,75
Descrição: CHAVE COMBINADA COM CATRACA; PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO; TAMANHO: 24 MM.						
Item: 94	**Quantidade:** 6,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 28,46	**Valor Total:** R$170,76
Descrição: CHAVE COMBINADA COM CATRACA; PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO; TAMANHO:08 MM.						
Item: 95	**Quantidade:** 6,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 95,10	**Valor Total:** R$570,60
Descrição: CHAVE COMBINADA PLANA. PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO. TAMANHO: 06 MM.						
Item: 96	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 19,28	**Valor Total:** R$212,08
Descrição: CHAVE COMBINADA PLANA. PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO. TAMANHO: 07 MM						
Item: 97	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 19,48	**Valor Total:** R$214,28
Descrição: CHAVE COMBINADA PLANA. PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO. TAMANHO: 08 MM						
Item: 98	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 82,98	**Valor Total:** R$912,78
Descrição: CHAVE COMBINADA PLANA. PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO. TAMANHO: 09 MM.						
Item: 99	**Quantidade:** 17,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 38,48	**Valor Total:** R$654,16
Descrição: CHAVE COMBINADA PLANA. PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO. TAMANHO: 10 MM						
Item: 100	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 147,88	**Valor Total:** R$1.626,68
Descrição: CHAVE COMBINADA PLANA. PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO. TAMANHO: 11 MM.						
Item: 101	**Quantidade:** 17,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 82,58	**Valor Total:** R$1.403,86
Descrição: CHAVE COMBINADA PLANA. PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO. TAMANHO: 12 MM.						
Item: 102	**Quantidade:** 17,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 132,00	**Valor Total:** R$2.244,00
Descrição: CHAVE COMBINADA PLANA. PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO. TAMANHO: 13 MM.						
Item: 103	**Quantidade:** 17,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 88,78	**Valor Total:** R$1.509,26
Descrição: CHAVE COMBINADA PLANA. PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO. TAMANHO: 14 MM.						
Total: R$ 1.073.205,99						
Item: 104	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 139,58	**Valor Total:** R$1.535,38
Descrição: Chave combinada plana. Produzida: forjada em aço vanádio. Tamanho: 15 mm.						
Item: 105	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 150,00	**Valor Total:** R$1.650,00
Descrição: CHAVE COMBINADA PLANA. PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO. TAMANHO: 16 MM.						
Item: 106	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 85,00	**Valor Total:** R$935,00
Descrição: CHAVE COMBINADA PLANA. PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO. TAMANHO: 17 MM.						
Item: 107	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 99,90	**Valor Total:** R$1.098,90
Descrição: CHAVE COMBINADA PLANA. PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO. TAMANHO: 18 MM						
Item: 108	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 58,45	**Valor Total:** R$642,95
Descrição: CHAVE COMBINADA PLANA. PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO. TAMANHO: 32 MM						
Item: 109	**Quantidade:** 17,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 155,00	**Valor Total:** R$2.635,00
Descrição: CHAVE COMBINADA PLANA; PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO; TAMANHO: 19 MM.						
Item: 110	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 155,00	**Valor Total:** R$1.705,00
Descrição: CHAVE COMBINADA PLANA; PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO; TAMANHO: 20 MM.						
Item: 111	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 190,25	**Valor Total:** R$2.092,75
Descrição: CHAVE COMBINADA PLANA; PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO; TAMANHO: 21 MM.						
Item: 112	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 189,90	**Valor Total:** R$2.088,90
Descrição: CHAVE COMBINADA PLANA; PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO; TAMANHO: 22 MM.						
Item: 113	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 34,42	**Valor Total:** R$378,62
Descrição: CHAVE COMBINADA PLANA; PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO; TAMANHO: 23 MM.						
Item: 114	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 39,49	**Valor Total:** R$434,39
Descrição: CHAVE COMBINADA PLANA; PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO; TAMANHO: 24 MM.						
Item: 115	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 126,38	**Valor Total:** R$1.390,18
Descrição: CHAVE COMBINADA PLANA; PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO; TAMANHO: 25 MM.						
Item: 116	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 35,54	**Valor Total:** R$390,94
Total: R$ 1.073.205,99						
Descrição: CHAVE COMBINADA PLANA; PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO; TAMANHO: 26 MM.						
Item: 117	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 44,88	**Valor Total:** R$493,68
Descrição: CHAVE COMBINADA PLANA; PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO; TAMANHO: 27 MM.						
Item: 118	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 62,94	**Valor Total:** R$692,34
Descrição: CHAVE COMBINADA PLANA; PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO; TAMANHO: 28 MM.						
Item: 119	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 63,58	**Valor Total:** R$699,38
Descrição: CHAVE COMBINADA PLANA; PRODUZIDA: FORJADA EM AÇO VANÁDIO; TAMANHO: 30 MM.						
Item: 120	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARÃO	**Modelo:** BARÃO	**Preço Unitário:** R$ 148,44	**Valor Total:** R$1.632,84
Descrição: CHAVE DE CANO; PRODUZIDO: EM AÇO CARBONO E MORDENTES DE AÇO LIGA EM ACABAMENTO FOSFATIZADO; TAMANHO: 24						
Item: 122	**Quantidade:** 19,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** THOMPSON	**Preço Unitário:** R$ 13,65	**Valor Total:** R$259,35
Descrição: CHAVE DE FENDA. HASTE DE AÇO CROMO VANÁDIO, PONTA MAGNETIZADA. TAMANHO: 1/4X 06						
Item: 123	**Quantidade:** 17,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** THOMPSON	**Preço Unitário:** R$ 7,58	**Valor Total:** R$128,86
Descrição: CHAVE DE FENDA. HASTE DE AÇO CROMO VANÁDIO, PONTA MAGNETIZADA. TAMANHO: 1/8X 04						
Item: 124	**Quantidade:** 17,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** THOMPSON	**Preço Unitário:** R$ 8,89	**Valor Total:** R$151,13
Descrição: CHAVE DE FENDA. HASTE DE AÇO CROMO VANÁDIO, PONTA MAGNETIZADA. TAMANHO: 1/8X 06						
Item: 125	**Quantidade:** 19,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** THOMPSON	**Preço Unitário:** R$ 10,50	**Valor Total:** R$199,50
Descrição: CHAVE DE FENDA. HASTE DE AÇO CROMO VANÁDIO, PONTA MAGNETIZADA. TAMANHO: 3/16X 04						
Item:	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:**	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** THOMPSON	**Preço Unitário:** R$	**Valor Total:**
126		UND			20,94	R$230,34
Descrição: CHAVE DE FENDA. HASTE DE AÇO CROMO VANÁDIO, PONTA MAGNETIZADA. TAMANHO: 3/8 X 08						
Item:	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:**	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** THOMPSON	**Preço Unitário:** R$	**Valor Total:**
127		UNID			31,86	R$350,46
Descrição: CHAVE DE FENDA. HASTE DE AÇO CROMO VANÁDIO, PONTA MAGNETIZADA. TAMANHO: 5/16 X 12						
Item: 128	**Quantidade:** 13,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** THOMPSON	**Preço Unitário:** R$ 23,45	**Valor Total:** R$304,85
Descrição: CHAVE DE FENDA. HASTE DE AÇO CROMO VANÁDIO, PONTA MAGNETIZADA. TAMANHO: 5/16X 06						
Item: 135	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** UND	**Marca:** MIX	**Modelo:** MIX	**Preço Unitário:** R$ 144,44	**Valor Total:** R$1.588,84
Descrição: Chave para sacar filtro de óleo cinta giratória. Tamanho: 73-83 mm. Com tira de inoxidável, para remover e instalar filtro de óleo.						
Total: R$ 1.073.205,99						

Item: 139	**Quantidade:** 240,00	**Unidade:** SC	**Marca:** ITAU/CIPLAN	**Modelo:** ITAU/CIPLAN	**Preço Unitário:** R$ 59,83	**Valor Total:** R$14.359,20
Descrição: CIMENTO SACO COM 50KG						
Item: 140	**Quantidade:** 2,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** DEGOMASTER	**Modelo:** DG 5200	**Preço Unitário:** R$ 538,65	**Valor Total:** R$1.077,30
Descrição: Cinto Tipo Paraquedista Confeccionado em fita de poliéster retardante a chama; acolchoado na lombar e nas pernas, c/ revestimento interno em tecido que auxilia na transpiração do corpo, ajuste peitoral c/ fechamento em velcro.05 fivelas em aço sendo: 2 para regulagem peitoral,2 para regulagem das coxas, 1 para regulagem da cintura; 02 argolas inclinadas na região da cintura p/ posicionamento e restrição; 01 argola em D no ponto de conexão dorsal p/ retenção de queda; 04 olhais frontais de engate contra queda p/ retenção de queda; 02 alça para porta ferramentas NR-35 Trabalho em Altura ABNT NBR 15836 ABNT NBR 15837 Dispositivos de ancoragem Cintos de segurança para trabalhos em altura Possuir Certificado de Aprovação (CA) válido, emitido pelo Ministério do Trabalho, conforme Portaria vigente.Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.						
Item: 141	**Quantidade:** 20,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** COLA TAXÃO	**Modelo:** COLA TAXÃO	**Preço Unitário:** R$ 92,17	**Valor Total:** R$1.843,40
Descrição: Cola para fixação de tacha, tachão cola a base de resina poliéster 1.5 KG						
Item: 142	**Quantidade:** 15,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** Colher Pedreiro 10 – Canto Redondo	**Preço Unitário:** R$ 33,60	**Valor Total:** R$504,00
Descrição: COLHER DE PEDREIRO DE 10 COM CANTO REDONDO COM CABO DE MADEIRA						
Item: 143	**Quantidade:** 13,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** THOMPSON	**Preço Unitário:** R$ 30,70	**Valor Total:** R$399,10
Descrição: COLHER DE PEDREIRO DE 8 COM CABO DE MADEIRA						
Item: 144	**Quantidade:** 10,00	**Unidade:** FLS	**Marca:** MADEIRA	**Modelo:** MADEIRA	**Preço Unitário:** R$ 252,00	**Valor Total:** R$2.520,00
Descrição: Compensado 9mm						
Item: 149	**Quantidade:** 20,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** SOPRANO	**Modelo:** SOPRANO	**Preço Unitário:** R$ 78,99	**Valor Total:** R$1.579,80
Descrição: CONTATOR TRIPOLAR 25A 2510 3p1na 220 tensao emprego 660V vida necanica 8x1016 contatos auxiliares 1na 1nf temperatura ambiente -02 -50c conformidade com NBR IEC 60947-4-1 / IEC 60947-4-1 (ou equivalente).						
Item: 150	**Quantidade:** 10,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** CARLTON	**Modelo:** CARLTON	**Preço Unitário:** R$ 139,02	**Valor Total:** R$1.390,20
Descrição: Corrente para motosserra Dentes: 34 compativel com motoserra husqvarna 353						
Item: 151	**Quantidade:** 25,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** CARLTON	**Modelo:** CARLTON	**Preço Unitário:** R$ 153,83	**Valor Total:** R$3.845,75
Descrição: CORRENTE PARA MOTOSSERRA 3,8. DENTES: 36						
Item: 152	**Quantidade:** 6,00	**Unidade:** UND	**Marca:** FAMASTIL	**Modelo:** FAMASTIL	**Preço Unitário:** R$ 683,87	**Valor Total:** R$4.103,22
Descrição: Cortador profisisonal para pisos cerâmicos e porcelanatos com espessura de até 12mm, com guias em aço niquelado, rodel cortante com haste em aço carbono zincado e disco de carboneto de tungstênio, base e suporte das guias em chapa de aço carbono com pintura eletrostática em pó, barra de encosto em alumínio injetado. Com comprimento mínino de corte: 90cm e rodéis para substituição: titânio/ 80mm/80mm (80 universal).						
Item: 153	**Quantidade:** 262,00	**Unidade:** UND	**Marca:** MULTILIT	**Modelo:** MULTILIT	**Preço Unitário:** R$ 102,77	**Valor Total:** R$26.925,74
Descrição: CUMEEIRA AMIANTO 5MM						
					Total:	**R$ 1.073.205,99**
Item: 155	**Quantidade:** 100,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** ROSALINO	**Modelo:** ROSALINO	**Preço Unitário:** R$ 5,29	**Valor Total:** R$529,00
Descrição: Cumueira ceramica de barro						
Item: 156	**Quantidade:** 10,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** FAMASTIL	**Modelo:** FAMASTIL	**Preço Unitário:** R$ 31,43	**Valor Total:** R$314,30
Descrição: Disco de corte, para serra policorte, para metal. Medindo 355 x 3 x 25.4mm. Diametro 14 x 1/8						
Item: 157	**Quantidade:** 13,00	**Unidade:** UND	**Marca:** HEAVY	**Modelo:** HEAVY	**Preço Unitário:** R$ 55,28	**Valor Total:** R$718,64
Descrição: DISCO PARA MADEIRA SERRA CIRCULAR 7.1/ 24 DENTES						
Item: 158	**Quantidade:** 13,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** HEAVY	**Modelo:** HEAVY	**Preço Unitário:** R$ 62,00	**Valor Total:** R$806,00
Descrição: DISCO PARA SERRA CIRCULAR COM APLICAÇÃO PARA CORTE DE TODOS OS TIPOS DE MADEIRA COM DIÂMETRO DE 7.1/4 VÍDEA. DENTES: 24.						
Item: 159	**Quantidade:** 12,00	**Unidade:** UND	**Marca:** PARABONI	**Modelo:** PARABONI	**Preço Unitário:** R$ 44,90	**Valor Total:** R$538,80
Descrição: ENXADÃO Nº 03 COM CABO DE MADEIRA RENOVÁVEL.						
Item: 160	**Quantidade:** 11,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** PARABONI	**Modelo:** PARABONI	**Preço Unitário:** R$ 79,90	**Valor Total:** R$878,90
Descrição: ENXADÃO OLHO TIPO MACHADO COM CABO. FABRICAÇÃO: EM AÇO CARBONO. TAMANHO: 280 X 90 MM. MEDIDA DO OLHO: 30 X 60 MM. CABO DE MADEIRA: 100 CM.						
Item: 161	**Quantidade:** 9,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BOTAFOGO	**Modelo:** BOTAFOGO	**Preço Unitário:** R$ 1.250,00	**Valor Total:** R$11.250,00
Descrição: ESCADA DUPLA EXTENSIVA EM ALUMÍNIO. SAPATAS: ANTIDERRAPANTES. DEGRAUS: 02/11.ALTURA ABERTA: 3,30 METROS. ALTURA FECHADA: 3,50 METROS. ALTURA ESTENDIDA: 6,00 METROS						
Item: 163	**Quantidade:** 2,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** ESMIG	**Modelo:** 15/27	**Preço Unitário:** R$ 1.698,00	**Valor Total:** R$3.396,00
Descrição: Escada Extensível de Alumínio com Fibra de Vidro Vazada Cinta de Borracha Facilitando o Apoio em Postes, Catracas em Alumínio, Ponteiras, Roldana, Sapatas de Borracha, Corda, Bandeirola Sinalizadora e Etiquetas de Identificação.Modelo EAFV é Composta por Duas Partes: Uma Fixa e Outra Extensiva,Altura Fechada: 4,50m Altura Estendida: 7,80m,Largura: 41cm,Peso (kg): 23,5 Número de Degraus:25 Fechada: 15,Estendida: 25 Suporte de Carga: 120kg, Modelo: EAFV25 Garantia: 1 Ano de Fábrica						
Item: 165	**Quantidade:** 12,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** MOR	**Modelo:** MOR	**Preço Unitário:** R$ 345,56	**Valor Total:** R$4.146,72
Descrição: Escada tipo tesoura com 7 degraus fabricada em alumínio com peças plásticas em polipropileno: pés e degraus iderrapantes equipada com fita de segurança dobrável capacidade de peso: 120kg dimensões da escada aberta: - altura: 2,8mt - comprimento: 1,05m - largura: 48,5cm						
Item: 167	**Quantidade:** 12,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** THOMPSON	**Preço Unitário:** R$ 119,23	**Valor Total:** R$1.430,76
Descrição: ESQUADRO BASE DE METALDE 12						
Item: 169	**Quantidade:** 15,00	**Unidade:** UND	**Marca:** GAVILAN	**Modelo:** GAVILAN	**Preço Unitário:** R$ 210,00	**Valor Total:** R$3.150,00
Descrição: FACÃO CABO DE PLASTICO COM 18 POLEGADAS COM BAINHA DE 18 POLEGADAS						
Item: 170	**Quantidade:** 12,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** GAVILAN	**Modelo:** GAVILAN	**Preço Unitário:** R$ 105,79	**Valor Total:** R$1.269,48
					Total:	**R$ 1.073.205,99**
Descrição: FACÃO ESTILO PARA MATO. FABRICAÇÃO: LÂMINA EM AÇO CARBONO COM FIO LISO. TAMANHO: 14, CABO: POLIPROPILENO FIXADO COM REBITES TUBULARES DE AÇO.						
Item: 171	**Quantidade:** 72,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** SOPRANO	**Modelo:** SOPRANO	**Preço Unitário:** R$ 69,98	**Valor Total:** R$5.038,56
Descrição: FECHADURA EM INOX, TIPO ALAVANCA, INTERNA, PARA PORTA DE BANHEIRO COM CHAVE.						
Item: 172	**Quantidade:** 30,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** KOROTECH	**Modelo:** KOROTECH	**Preço Unitário:** R$ 17,70	**Valor Total:** R$531,00
Descrição: FITA ADESIVA PARA PINTURA LARGA						
Item: 173	**Quantidade:** 75,00	**Unidade:** UND	**Marca:** ECOCONVERT	**Modelo:** ECOCONVERT	**Preço Unitário:** R$ 14,40	**Valor Total:** R$1.080,00
Descrição: FITA DE ISOLAMENTO ZEBRADA. TAMANHO: 0,7CM X 100 METROS.						
Item: 176	**Quantidade:** 135,00	**Unidade:** UND	**Marca:** VEDAFON	**Modelo:** VEDAFON	**Preço Unitário:** R$ 3,90	**Valor Total:** R$526,50
Descrição: FITA VEDA ROSCA, MATERIAL TEFLON 12MM X 25M						
Item: 177	**Quantidade:** 16,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** NORTON	**Modelo:** NORTON	**Preço Unitário:** R$ 22,47	**Valor Total:** R$359,52
Descrição: Fixa Forte, Fita Dupla Face, Fixação Extrema, 24mm x 2m						
Item: 178	**Quantidade:** 9,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** MAXFER	**Modelo:** MAXFER	**Preço Unitário:** R$ 88,20	**Valor Total:** R$793,80
Descrição: FORCADO RETO. FABRICAÇÃO: EM AÇO CARBONO. DENTES: 04. TAMANHO: 285 X 180 MM. CABO DE MADEIRA: 120 CM.						
Item: 181	**Quantidade:** 6,00	**Unidade:** UND	**Marca:** ANTARES	**Modelo:** ANTARES	**Preço Unitário:** R$ 89,99	**Valor Total:** R$539,94
Descrição: Garrafas de água térmica grande 3L original, água gelada ou quente. Material: polietileno. Capacidade: 3 litros. Dimensões (C L x A): 20,5 x 20,5 24 cm. Peso: 680 gramas.						
Item: 182	**Quantidade:** 2,00	**Unidade:** ROLO	**Marca:** KAPAZI	**Modelo:** KAPAZI	**Preço Unitário:** R$ 4.348,23	**Valor Total:** R$8.696,46
Descrição: Grama sintética esportiva na cor azul, rolos de grama sintética com área de 50 m², fabricada em polietileno, com tipo de fiox000D monofilamento, proteção contra raios UV, altura mínima de 40mm e máxima de 50mm, com manta de polipropileno com proteçãox000D em látex, Dtex entre 8.000 11.000 e tela/base dupla (reforçada).						
Item: 183	**Quantidade:** 2,00	**Unidade:** ROLO	**Marca:** KAPAZI	**Modelo:** KAPAZI	**Preço Unitário:** R$ 3.971,17	**Valor Total:** R$7.942,34
Descrição: Grama sintética esportiva na cor branca, rolos de grama sintética com área de 50 m², fabricada em polietileno, com tipo de fio monofilamento, proteção contra raios UV, altura mínima de 52mm e máxima de 55mm, com manta de polipropileno com proteção em látex, Dtex entre 8.000 11.000 e tela/base dupla (reforçada).						
Item: 184	**Quantidade:** 2,00	**Unidade:** ROLO	**Marca:** KAPAZI	**Modelo:** KAPAZI	**Preço Unitário:** R$ 4.541,66	**Valor Total:** R$9.083,32
Descrição: Grama sintética esportiva na cor verde, rolos de grama sintética com área de 50 m², fabricada em polietileno, com tipo de fiox000D monofilamento, proteção contra raios UV, altura mínima de 45mm e máxima de 50mm, com manta de polipropileno com proteçãox000D em látex, Dtex entre 8.000 11.000 e tela/base dupla (reforçada).						
Item: 186	**Quantidade:** 10,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** TAF	**Modelo:** TAF	**Preço Unitário:** R$ 72,28	**Valor Total:** R$722,80
Descrição: Haste de aterramento 5/8 para spda						
					Total:	**R$ 1.073.205,99**
Item: 187	**Quantidade:** 24,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** AMAZON TEMPER	**Modelo:** AMAZON TEMPER	**Preço Unitário:** R$ 2.809,58	**Valor Total:** R$67.429,92
Descrição: Janela de vidro temperadofume 8mm, kit de instalação, altura de 1,00mt x largura 1,50mt, modelo 4 folhas (2 vidros fixos 2 vidros móvel), kit de instalação para montagem.						
Item: 190	**Quantidade:** 9,00	**Unidade:** JG	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** THOMPSON	**Preço Unitário:** R$ 36,52	**Valor Total:** R$328,68
Descrição: JOGO DE BROCA PARA CONCRETO, CONTENDO: 6MM , 8MM , 10MM , 12MM, APROPRIADAS PARA FUROS EM ALVENARIA, ARENITO, CALCÁRIO, PEDRAS NATURIAS E ARTIFICIAI, ADEQUADAS PARA TODAS AS FURADEIRAS DE IMPACTO. EMBALAGEM DEVE CONTER 4 PEÇAS.						
Item: 191	**Quantidade:** 9,00	**Unidade:** UND	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** THOMPSON	**Preço Unitário:** R$ 95,03	**Valor Total:** R$855,27
Descrição: JOGO DE CHAVE FENDA, CONTENDO 07 PEÇAS, TAMANHO 1/8X06; 3/16X04; 5/16X06; 3/8X8; 1/2X10; 1/4X06; 5/16X12, COM HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO E PONTA MAGNETIZADA.						

Item: 192	**Quantidade:** 13,00	**Unidade:** UND	**Marca:** BARAO	**Modelo:** BARAO	**Preço Unitário:** R$ 375,85	**Valor Total:** R$4.886,05
Descrição: JOGO DE CHAVE HEXAGONAL SEXTAVADA TIPO (ALLEN). CONTENDO 30 PEÇAS PRODUZIDAS EM AÇO CROMO- VANÁDIO. CONTENDO 15 PEÇAS DE BRAÇO CURTO (TAMANHO S.A.E) DE 0.028 A 3/8 E 15 PEÇAS DE BRAÇO LONGO (TAMANHO MÉTRICO) 0.7MM A 10MM. DEVE ACOMPANHAR SUPORTE						
Item: 193	**Quantidade:** 18,00	**Unidade:** JG	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** THOMPSON	**Preço Unitário:** R$ 106,02	**Valor Total:** R$1.908,36
Descrição: Jogo de chave Philips, contendo 07 peças, tamanho 3/16x04,5/16x6,5/16x081/8x05, 1/4x04, 1/4x06,3/8x08, com haste em aço cromo vanádio e ponta magnetizada.						
Item: 194	**Quantidade:** 9,00	**Unidade:** JG	**Marca:** BARAO	**Modelo:** BARAO	**Preço Unitário:** R$ 176,35	**Valor Total:** R$1.587,15
Descrição: JOGO DE CHAVE TORX TIPO L LONGA. PRODUZIDA: EM AÇO CROMO- VANÁDIO. TAMANHO: T9 A T50.						
Item: 196	**Quantidade:** 33,00	**Unidade:** KIT	**Marca:** VALCAN	**Modelo:** VALCAN	**Preço Unitário:** R$ 359,63	**Valor Total:** R$11.867,79
Descrição: KIT DE PROTEÇÃO (EPI) PARA ROÇADOR E JARDINEIRO, CONTENDO OS SEGUINTES ITENS: 1 AVENTAL PVC IMPERMEÁVEL FORRADO, COM AS MEDIDAS MÍNIMAS DE: 1,20X0,70. 1 PAR DE LUVA CORRUGADA ANTIDERRAPANTE 1 PROTETOR FACIAL COM CATRACA 1 PAR DE PERNEIRA DE BIDIN COM FECHAMENTO EM VELCRO 1 PROTETOR AURICULAR SILICONE COM CORDÃO						
Item: 197	**Quantidade:** 1,00	**Unidade:** KIT	**Marca:** CONDOR	**Modelo:** CONDOR	**Preço Unitário:** R$ 202,00	**Valor Total:** R$202,00
Descrição: Kit Pincel Trincha Atlas A315 1/2, 3/4, 1, 1 1/2 e 2 polegadas.						
Item: 198	**Quantidade:** 24,00	**Unidade:** UNID.	**Marca:** NAKASHI	**Modelo:** NAKASHI	**Preço Unitário:** R$ 243,24	**Valor Total:** R$5.837,76
Descrição: LÂMINA DE CORTE DE 03 PONTAS PARA ROÇADEIRA. TAMANHO: 3,9MM ESPESSURA X 25,4MM FURO						
Item: 199	**Quantidade:** 20,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** LS	**Modelo:** LS	**Preço Unitário:** R$ 29,98	**Valor Total:** R$599,60
Descrição: Lima Chata Bastarda 6 Pol. 150mm com Cabo de Madeira Possui desenho com dupla linha para acabamento em geral.:: Medidas: 150mm / 6:: Material: Aço ,						
Item: 200	**Quantidade:** 20,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** KEF	**Modelo:** KEF	**Preço Unitário:** R$ 41,50	**Valor Total:** R$830,00
Descrição: Lima para Motosserra 8 x 3/16 com 3 un						
					Total:	**R$ 1.073.205,99**
Item: 201	**Quantidade:** 2,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** LOCOMOTIVA	**Modelo:** LOCOMOTIVA	**Preço Unitário:** R$ 1.646,26	**Valor Total:** R$3.292,52
Descrição: Lona 6,0 x 4,0m PVC Premium Caminhão Vinil Preto Fosco AntiChamas com 10 LonaFlex Gancho 25cm e 10 LonaFlex Gancho 50cm ARGOLAS D AÇO ZINCADO À QUENTE RESISTENTE À CORROSÃO com intervalo de 50cm no comprimento da lona e 25cm na largura.Resistencia a Temperatura -3070Cº,Resistencia a Tração 2400/2200-Resistencia a Rasgo 280/250, Forca de Aderencia 90						
Item: 202	**Quantidade:** 2,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** LOCOMOTIVA	**Modelo:** LOCOMOTIVA	**Preço Unitário:** R$ 1.480,29	**Valor Total:** R$2.960,58
Descrição: LONA ENCERADA 6X4 confeccionada com fio 08 - 100 Algodão, fios retorcidos e exclusivo tratamento de repelência à água, indicada para cobrir cargas secas que necessitem amarração.Espessura: 800µ (0,80mm) Gramatura: 702g/m² Emendas com tripla costura e linhas parafinadas Bainhas reforçadas com aplicação Ilhós de Metal Niquelado nas 4 pontas						
Item: 208	**Quantidade:** 85,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** FORTLEV	**Modelo:** FORTLEV	**Preço Unitário:** R$ 19,95	**Valor Total:** R$1.695,75
Descrição: LUVA PVC SR DE 25 MM						
Item: 209	**Quantidade:** 6,00	**Unidade:** MT	**Marca:** ARQUA	**Modelo:** ARQUA	**Preço Unitário:** R$ 5,75	**Valor Total:** R$34,50
Descrição: MANGUEIRA DE NÍVEL						
Item: 210	**Quantidade:** 250,00	**Unidade:** MET	**Marca:** ARQUA	**Modelo:** ARQUA	**Preço Unitário:** R$ 7,34	**Valor Total:** R$1.835,00
Descrição: MANGUEIRA JARDIM TRANÇADA 1/2						
Item: 211	**Quantidade:** 3,00	**Unidade:** ROLO	**Marca:** HEMELY	**Modelo:** HEMELY	**Preço Unitário:** R$ 274,97	**Valor Total:** R$824,91
Descrição: Mangueira preta ¾ x 1.8mm, rolo com 100 metros.						
Item: 212	**Quantidade:** 17,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** THOMPSON	**Preço Unitário:** R$ 52,68	**Valor Total:** R$895,56
Descrição: MARTELO TIPO UNHA, 25 MM,COM CABO EM FIBRA DE VIDOR EMBORRACHADO.						
Item: 213	**Quantidade:** 13,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** FERTAK	**Modelo:** FERTAK	**Preço Unitário:** R$ 57,38	**Valor Total:** R$745,94
Descrição: MARTELO TIPO UNHA, 29 MM.COM CABO EM FIBRA DE VIDOR EMBORRACHADO						
Item: 214	**Quantidade:** 58,00	**Unidade:** BALDE	**Marca:** ROYALE	**Modelo:** ROYALE	**Preço Unitário:** R$ 89,74	**Valor Total:** R$5.204,92
Descrição: Massa corrida pva, para uso interno, embalagem com 25kg.						
Item: 215	**Quantidade:** 212,00	**Unidade:** UND	**Marca:** MACLOREM	**Modelo:** MACLOREM	**Preço Unitário:** R$ 5,56	**Valor Total:** R$1.178,72
Descrição: MICRO ASPERSOR TOP C/SUP. PRETO 71 L-RSB						
Item: 219	**Quantidade:** 15,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** SILVANA	**Modelo:** SILVANA	**Preço Unitário:** R$ 270,00	**Valor Total:** R$4.050,00
Descrição: Mola aérea para porta fechador automático com regulagem, para portas de 1M de largura e peso mínimo de 35kg, proporciona ângulo de abertura de 0º à 90º e 150º; Braço reforçado e ajustável conforme a necessidade da instalação; Pode ser instalada em portas que abre para ambos os lados, direita ou esquerda; Corpo metálico; Possui duas válvulas para controle de fechamento; Acompanha instruções para instalação.						
Item: 220	**Quantidade:** 3,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** ALTRI BRASIL	**Modelo:** ALTRI BRASIL	**Preço Unitário:** R$ 1.606,99	**Valor Total:** R$4.820,97
					Total:	**R$ 1.073.205,99**
Descrição: MOTOBOMBA SUBMERSA TIPO CANETA 3 1/3HP, PARA POÇO SEMI ARTESIANO						
Item: 221	**Quantidade:** 3,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** KAWASHIMA	**Modelo:** KAWASHIMA	**Preço Unitário:** R$ 4.122,79	**Valor Total:** R$12.368,37
Descrição: Motosserra completa , com 60 cilindradas, sabre longo, tipo de corrente igual ou superior a H42, peso 3,9 Kg a 4,0 Kg, potência igual ou superior a 2.9, com velocidade da corrente igual ou superior a 18,0 m/s, corrente 26 RS 3/8.						
Item: 223	**Quantidade:** 29,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** TRAMONTINA	**Modelo:** TRAMONTINA	**Preço Unitário:** R$ 66,49	**Valor Total:** R$1.928,21
Descrição: PÁ DE BICO COM CABO DE120 CM						
Item: 224	**Quantidade:** 5,00	**Unidade:** UND	**Marca:** SIBRATEC	**Modelo:** SIBRATEC	**Preço Unitário:** R$ 1.403,26	**Valor Total:** R$7.016,30
Descrição: PAINEL DE COMANDO PARA BOMBA TIPO CANETA (POÇO ARTESIANO) DE 3 E 1/3 HP						
Item: 225	**Quantidade:** 1,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** MTX	**Modelo:** MTX	**Preço Unitário:** R$ 213,00	**Valor Total:** R$213,00
Descrição: Paquimetro Digital Aço Inox C/ Estojo 8 150MM 7vt Caracteristicas - Tamanho: 8 Polegadas. - Composição: Aço inox, vidro e plástico. - Faixa de medição: 0 a 150mm. - Medições em: Milímetro, polegadas e frações. - Resolução: 0.01mm / 0.0005. - Precisão: 0.03mm / 0.001. - Parafuso de fixação de medida. - Display Digital LCD com números grandes. - Acompanha maleta e bateria extra. - Peso: 0,418 gramas. - Vareta de profundidade. Conteúdo: - 1 Paquímetro Digital 8 Polegadas 0 a 150mm. - 1 Chave Phillips. - 1 Bateria extra. - 1 Manual de Instruções.						
Item: 226	**Quantidade:** 100,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** GALVAFOGO	**Modelo:** GALVAFOGO	**Preço Unitário:** R$ 12,49	**Valor Total:** R$1.249,00
Descrição: PARAFUSO POSTE 25CM X 1/2 COM PORCA						
Item: 227	**Quantidade:** 100,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** GALVAFOGO	**Modelo:** GALVAFOGO	**Preço Unitário:** R$ 13,99	**Valor Total:** R$1.399,00
Descrição: PARAFUSO POSTE 30CM X 1/2 COM PORCA						
Item: 228	**Quantidade:** 100,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** GALVAFOGO	**Modelo:** GALVAFOGO	**Preço Unitário:** R$ 65,49	**Valor Total:** R$6.549,00
Descrição: PARAFUSO POSTE 400MM X 1/2 COM PORCA						
Item: 229	**Quantidade:** 512,00	**Unidade:** UND	**Marca:** NORTEPLAST	**Modelo:** NORTEPLAST	**Preço Unitário:** R$ 79,89	**Valor Total:** R$40.903,68
Descrição: PERFIL PVC TIPO U BARRA 6 METROS						
Item: 230	**Quantidade:** 15,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** LOGASA	**Modelo:** LOGASA	**Preço Unitário:** R$ 231,11	**Valor Total:** R$3.466,65
Descrição: PIA PARA BANHEIRO COR BRANCA						
Item: 231	**Quantidade:** 7,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** TENASE	**Modelo:** TENASE	**Preço Unitário:** R$ 177,20	**Valor Total:** R$1.240,40
Descrição: PICARETA 5 LIBRAS, COM CABO EM MADEIRA RENOVÁVEL DE 95CM.						
Item: 232	**Quantidade:** 6,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** TENASE	**Modelo:** TENASE	**Preço Unitário:** R$ 215,99	**Valor Total:** R$1.295,94
Descrição: PICARETA ALVIÃO ESTREITA COM CABO. FABRICAÇÃO: EM AÇO CARBONO. TAMANHO: 460X 44,5 MM. LIBRAS: 4,0. MEDIDA DO OLHO: 70 X 45 MM. CABO DE MADEIRA: 90 CM.						
					Total:	**R$ 1.073.205,99**
Item: 233	**Quantidade:** 6,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** TENASE	**Modelo:** TENASE	**Preço Unitário:** R$ 153,99	**Valor Total:** R$923,94
Descrição: PICARETA ALVIÃO LARGA COM CABO. FABRICAÇÃO: EM AÇO CARBONO. TAMANHO: 451 X 98MM. LIBRAS: 4,0.MEDIDA DO OLHO: 70 X 45 MM.CABO DE MADEIRA: 90 CM						
Item: 234	**Quantidade:** 6,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** TENASE	**Modelo:** TENASE	**Preço Unitário:** R$ 117,68	**Valor Total:** R$706,08
Descrição: PICARETA CHIBANCA COM CABO. FABRICAÇÃO: EM AÇO CARBONO. TAMANHO: 378 X 98 MM. LIBRAS: 4,0. MEDIDA DO OLHO: 70X 45 MM. CABO DE MADEIRA: 90 CM.						
Item: 236	**Quantidade:** 132,00	**Unidade:** MT	**Marca:** CERAL	**Modelo:** CERAL	**Preço Unitário:** R$ 64,73	**Valor Total:** R$8.544,36
Descrição: PISO CERÂMICO 1ª LINHA PEI 4 047, 0,61 X 0,61 ANTIDERRAPANTE COM BRILHO, BORDA BOLD (ARREDONDADA), PARA APLICAÇÃO EM ÁREA EXTERNA						
Item: 237	**Quantidade:** 232,00	**Unidade:** MET	**Marca:** CERAL	**Modelo:** CERAL	**Preço Unitário:** R$ 83,21	**Valor Total:** R$19.304,72
Descrição: PISO CERÂMICO BRILHANTE, BORDA BOLD (ARREDONDADA), NA COR BRANCA MEDINDO 60X60CM						
Item: 238	**Quantidade:** 18,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** THOMPSON	**Preço Unitário:** R$ 16,99	**Valor Total:** R$305,82
Descrição: PISTOLA PARA APLICAÇÃO DE SILICONE						
Item: 239	**Quantidade:** 205,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** CISER	**Modelo:** CISER	**Preço Unitário:** R$ 0,75	**Valor Total:** R$153,75
Descrição: PORCA DE ROSCA SEM FIM,SEXTAVADA, N3/8						
Item: 240	**Quantidade:** 15,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** COMPENSADO	**Modelo:** COMPENSADO	**Preço Unitário:** R$ 227,18	**Valor Total:** R$3.407,70
Descrição: PORTA DE COMPENSADO LISA 90 X 210 CM						
Item: 242	**Quantidade:** 20,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** COMPENSADO	**Modelo:** COMPENSADO	**Preço Unitário:** R$ 307,77	**Valor Total:** R$6.155,40
Descrição: Porta em madeira lisa, medindo 2,10m x 1m. Compensado de primeira e resistente a umidade						

Item: 243	**Quantidade:** 17,00	**Unidade:** UND	**Marca:** COMPENSADO	**Modelo:** COMPENSADO	**Preço Unitário:** R$ 247,83	**Valor Total:** R$4.213,11
Descrição: Porta em madeira lisa, medindo 210cm x 60cm.						
Item: 244	**Quantidade:** 19,00	**Unidade:** UND	**Marca:** COMPENSADO	**Modelo:** COMPENSADO	**Preço Unitário:** R$ 312,52	**Valor Total:** R$5.937,88
Descrição: PORTA EM MADEIRA LISA, MEDINDO 210CM X 80CM.						
Item: 245	**Quantidade:** 19,00	**Unidade:** UND	**Marca:** COMPENSADO	**Modelo:** COMPENSADO	**Preço Unitário:** R$ 299,97	**Valor Total:** R$5.699,43
Descrição: PORTA EM MADEIRA LISA, MEDINDO 210CM X 90CM						
Item: 246	**Quantidade:** 10,00	**Unidade:** UND	**Marca:** COMPENSADO	**Modelo:** COMPENSADO	**Preço Unitário:** R$ 2.620,56	**Valor Total:** R$26.205,60
Descrição: PORTA LISA COMPENSADO 80X 2.10						
					Total:	**R$ 1.073.205,99**
Item: 247	**Quantidade:** 1,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** AMAZON TEMPER	**Modelo:** AMAZON TEMPER	**Preço Unitário:** R$ 2.914,68	**Valor Total:** R$2.914,68
Descrição: PORTAS BRINDEX ABERTURA NORMAL COMPLETA 150M ALT.X 2.10 COMP.						
Item: 248	**Quantidade:** 1,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** AMAZON TEMPER	**Modelo:** AMAZON TEMPER	**Preço Unitário:** R$ 3.461,59	**Valor Total:** R$3.461,59
Descrição: PORTAS BRINDEX DE CORRER COMPLETA 2 M ALT.X 2.10 COMP.COMPLETA 1X210 CADA LADO						
Item: 251	**Quantidade:** 52,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BELGO/ARCELORM ITAL	**Modelo:** BELGO/ARCELORMITAL	**Preço Unitário:** R$ 29,47	**Valor Total:** R$1.532,44
Descrição: PREGO 25X72 COM CABEÇA. POSSUI CORPO LISO, CABEÇA CÔNICA E AXADREZADA E PONTA TIPO DIAMANTE. EMBALAGEM COM 1KG						
Item: 252	**Quantidade:** 2,00	**Unidade:** PCT	**Marca:** BELGO/ARCELORM ITAL	**Modelo:** BELGO/ARCELORMITAL	**Preço Unitário:** R$ 28,75	**Valor Total:** R$57,50
Descrição: PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 18 X 27 (2 1/2 X 10) embalagem com 1 kg						
Item: 253	**Quantidade:** 20,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** OVERTAIME	**Modelo:** OVERTAIME	**Preço Unitário:** R$ 37,24	**Valor Total:** R$744,80
Descrição: Ralo grelha 10X10cm, redondo com porta grelha, sistema abre e fecha para banheiro						
Item: 254	**Quantidade:** 36,00	**Unidade:** UND	**Marca:** ELGIN	**Modelo:** LED SLIM 400W	**Preço Unitário:** R$ 879,98	**Valor Total:** R$31.679,28
Descrição: REFLETOR DE LED SMD, 400W, PARA CAMPO DE FUTEBOL; CARCAÇA/CORPO EM ALUMÍNIO; FORMATO RETANGULAR; COM LARGURA MÍNIMA DE 600MM E ALTURA MÍNIMA DE 400MM; POTÊNCIA DE 400W; TENSÃO DE ENTRADA DE 90 A 305; BIVOLT 110 A 220V; FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 52.000 LUMENS; TEMPERATURA DE COR 5000K OU 500K; FATOR DE POTÊNCIA IGUAL OU MAIOR QUE 0,95; GRAU DE PROTEÇÃO IP66 OU SUPERIOR; VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 50000 HORAS; RESISTENTE À ÁGUA; GARANTIA DE NO MÍNIMO 5 ANOS; CONFORME NORMAS NBR/ABNT VIGENTES.BRANCO FRIO						
Item: 256	**Quantidade:** 24,00	**Unidade:** UND	**Marca:** HIGIBAN	**Modelo:** HIGIBAN	**Preço Unitário:** R$ 221,99	**Valor Total:** R$5.327,76
Descrição: Registro de metal 60, esfera, com válvula de bloqueio de fluxo, indicada para uso em redes de água, ar e gás com classe de pressão pn30 quando utilizadas e temperatura ambiente						
Item: 258	**Quantidade:** 30,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** MEGATRON	**Modelo:** MEGATRON	**Preço Unitário:** R$ 49,37	**Valor Total:** R$1.481,10
Descrição: Régua Extensão Elétrica 6 Tomadas Filtro Linha 10a Cabo 2 Metros. Modelo 19BR- 6 Tomadas Potência 500 W. Com proteção contra sobrecarga. Compatibilidade de tomadas 2 Pinos e 1 Terra.						
Item: 261	**Quantidade:** 4,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** KAWASHIMA	**Modelo:** KAWASHIMA	**Preço Unitário:** R$ 673,57	**Valor Total:** R$2.694,28
Descrição: SABRE PARA MOTOSERRA 36 DENTES compativel com motoserra husqvarna 353						
Item: 262	**Quantidade:** 71,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** VALEPLAST	**Modelo:** VALEPLAST	**Preço Unitário:** R$ 98,33	**Valor Total:** R$6.981,43
Descrição: SIFÃO TIPO COPO						
Item: 268	**Quantidade:** 4,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** DEGMASTER	**Modelo:** DEGMASTER	**Preço Unitário:** R$ 303,09	**Valor Total:** R$1.212,36
					Total:	**R$ 1.073.205,99**
Descrição: Talabarte de posicionamento em corda c/ regulador de Inox.Produzido em corda de segurança de alta resistência; Corda confeccionada em material antiabrasivo, retardante à chama e resistente à umidade; Diâmetro mínimo recomendado: 10 mm (ou conforme norma aplicável); Comprimento entre 1,0 m e 2,0 m, permitindo regulagem conforme necessidade da atividade. Equipado com regulador de comprimento em aço inoxidável (inox);O regulador deve permitir ajuste rápido, seguro e preciso durante o uso; Pontas com costuras reforçadas e proteção contra abrasão; Componentes metálicos com tratamento anticorrosivo. O talabarte deve possuir, 1 ou 2 conectores em aço ou alumínio de alta resistência;Conectores com trava dupla de segurança; Abertura compatível com o ponto de ancoragem e o cinturão do usuário.						
Item: 269	**Quantidade:** 22,00	**Unidade:** UND	**Marca:** CIPLA	**Modelo:** CIPLA	**Preço Unitário:** R$ 3,03	**Valor Total:** R$66,66
Descrição: TE interno triplo 3/4 polietileno - CIPLA						
Item: 270	**Quantidade:** 12,00	**Unidade:** ROLO	**Marca:** BARAO	**Modelo:** BARAO	**Preço Unitário:** R$ 1.240,14	**Valor Total:** R$14.881,68
Descrição: Tela Alambrado Galvanizada fio 14 (2,10mm) malha 3 (7,6cm) - Rolo 20maltura 2 metros.						
Item: 271	**Quantidade:** 8,00	**Unidade:** ROLO	**Marca:** BARAO	**Modelo:** BARAO	**Preço Unitário:** R$ 1.402,00	**Valor Total:** R$11.216,00
Descrição: TELA ALAMBRADO SIMPLES FIO 12 (2,76MM) MALHA 3 (7,6 CM) - ROLO 20 M CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS BITOLA: BWG 12 (2,76 MM) ALTURAS: 2,00 M COMPRIMENTO: 20 M LINEARES MALHA DA TELA: 3 (7,6 CM) PESO: 50,00KG MATERIAL: ARAME GALVANIZADO A FOGO (60G/M²) PRINCIPAIS APLICAÇÕES:, QUADRAS ESPORTIVAS, PROTEÇÃO DE PERÍMETRO E OUTROS.						
Item: 272	**Quantidade:** 2,00	**Unidade:** M²	**Marca:** BARAO	**Modelo:** BARAO	**Preço Unitário:** R$ 1.320,56	**Valor Total:** R$2.641,12
Descrição: Tela de Arame Galvanizado revestido em PVC. Cor verde. Quadrangular / losangular. Malha = 5x5cm. Fio 2,40mm 12bwg - h=2m						
Item: 273	**Quantidade:** 12,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BARAO	**Modelo:** BARAO	**Preço Unitário:** R$ 1.203,25	**Valor Total:** R$14.439,00
Descrição: Tela trançada alambrado galvanizada Malha 7,0 cm, fio 2,11 mm(BWG14), altura 2 metros, comprimento do rolo 25 metros						
Item: 274	**Quantidade:** 321,00	**Unidade:** UND	**Marca:** MULTILIT	**Modelo:** MULTILIT	**Preço Unitário:** R$ 180,95	**Valor Total:** R$58.084,95
Descrição: TELHA AMIANTO ONDULADA 2,44X1,10 COM 6MM						
Item: 277	**Quantidade:** 9,00	**Unidade:** UND	**Marca:** STARFER	**Modelo:** STARFER	**Preço Unitário:** R$ 203,03	**Valor Total:** R$1.827,27
Descrição: TESOURA DE 24 POLEGADAS PARA CORTE DE VERGALHÃO.						
Item: 278	**Quantidade:** 23.350,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** MCG	**Modelo:** MCG	**Preço Unitário:** R$ 1,91	**Valor Total:** R$44.598,50
Descrição: TIJOLO 06 FUROS, DE 1ª LINHA, MEDINDO 09 X 14 X 19CM						
Item: 279	**Quantidade:** 7.950,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** MCG	**Modelo:** MCG	**Preço Unitário:** R$ 2,65	**Valor Total:** R$21.067,50
Descrição: TIJOLO ½ FUROS, DE 1ª LINHA, MEDINDO 09 X 14 X 9,5CM						
Item: 280	**Quantidade:** 66,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** ROYALE	**Modelo:** ROYALE	**Preço Unitário:** R$ 570,99	**Valor Total:** R$37.685,34
Descrição: TINTA DEMARCAÇÃO VIÁRIA. COR: AMARELO. LATA 18 LITROS. TINTA Á BASE DE RESINA ACRÍLICA EMULSIONADA EM ÁGUA, DE ACORDO COM A NORMA NBR 13699/2021.						
Item: 281	**Quantidade:** 56,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** ROYALE	**Modelo:** ROYALE	**Preço Unitário:** R$ 511,99	**Valor Total:** R$28.671,44
					Total:	**R$ 1.073.205,99**

Descrição: TINTA DEMARCAÇÃO VIÁRIA.COR: BRANCO. LATA 18 LITROS. TINTA Á BASE DE RESINAACRÍLICA EMULSIONADA EM ÁGUA. DE ACORDO COM A NORMA NBR13699/2021.						
Item: 284	**Quantidade:** 3,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** THOMPSON	**Preço Unitário:** R$ 32,95	**Valor Total:** R$98,85
Descrição: Torneira de aço para jardim, com bico, rosca ½ com adaptador para rosca ¾.						
Item: 285	**Quantidade:** 10,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** MARCHEZAN	**Modelo:** MARCHEZAN	**Preço Unitário:** R$ 129,92	**Valor Total:** R$1.299,20
Descrição: Torneira De Cozinha em aço, Parede Cromado Bica Móvel						
Item: 287	**Quantidade:** 56,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** THOMPSON	**Modelo:** THOMPSON	**Preço Unitário:** R$ 51,76	**Valor Total:** R$2.898,56
Descrição: Torneira Esfera Jardim Tanque Com Bico 1/2 X 3/4 Metal						
Item: 288	**Quantidade:** 19,00	**Unidade:** UND	**Marca:** LUCONI	**Modelo:** LUCONI	**Preço Unitário:** R$ 28,33	**Valor Total:** R$538,27
Descrição: TORNEIRA PARA LAVATORIO EM PVC DE 1/2						
Item: 291	**Quantidade:** 56,00	**Unidade:** UND	**Marca:** EUROS	**Modelo:** EUROS	**Preço Unitário:** R$ 133,02	**Valor Total:** R$7.449,12
Descrição: Treliça reforçada 08mm x 12 mt (pesada) de acordo com abnt nbr 7480						
Item: 292	**Quantidade:** 132,00	**Unidade:** UND	**Marca:** GRAP	**Modelo:** GRAP	**Preço Unitário:** R$ 16,41	**Valor Total:** R$2.166,12
Descrição: VALVULA DE ESCOAMENTO EM PP PARA LAVATORIO 7/8 X 70MM EM POLIPROPILENO, BRANCA.						
Item: 293	**Quantidade:** 22,00	**Unidade:** UND	**Marca:** Estrela	**Modelo:** PVC 50mm	**Preço Unitário:** R$ 91,12	**Valor Total:** R$2.004,64
Descrição: VÁLVULA DE RETENÇÃO SOLDÁVEL 50MM OU 1.1/2						
Item: 294	**Quantidade:** 23,00	**Unidade:** UND	**Marca:** HERVY	**Modelo:** HERVY	**Preço Unitário:** R$ 248,89	**Valor Total:** R$5.724,47
Descrição: VASO SANITÁRIO SIMPLES, COR BRANCA						
Item: 295	**Quantidade:** 50,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** THOMPSON/MAX	**Modelo:** THOMPSON/MAX	**Preço Unitário:** R$ 40,29	**Valor Total:** R$2.014,50
Descrição: VASSOURA DE ANCINHO PLÁSTICO COM 30 DENTES E CABO DE MADEIRA 120 CM						
Item: 296	**Quantidade:** 65,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** Max	**Modelo:** C6	**Preço Unitário:** R$ 46,97	**Valor Total:** R$3.053,05
Descrição: VASSOURA RASTELO METÁLICA REGULÁVEL COM CABO. TAMANHO: 332 X 322 MM. DENTES: 18 ARAMES EM AÇO.MEDIDA DO OLHO: 23 MM. CABO EM MADEIRA: 120 CM						
Item: 297	**Quantidade:** 54,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** Brubalar	**Modelo:** C6	**Preço Unitário:** R$ 55,49	**Valor Total:** R$2.996,46
Descrição: VASSOURA TIPO GARI COM CABO. TAMANHO: 40 CM.FIO 12CM FILEIRAS: 05. CABO DE MADEIRA: 120 CM.						
Item: 299	**Quantidade:** 24,00	**Unidade:** UND	**Marca:** AMAZON TEMPER	**Modelo:** AMAZON TEMPER	**Preço Unitário:** R$ 355,86	**Valor Total:** R$8.540,64
Descrição: Vidro para janela metálica medindo 105cm x 45cm.						

					Total:	**R$ 1.073.205,99**

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.
A validade desta Ata de Registro de Preços é até **30/09/2027** , a contar do dia **30/09/2026** .

1. DO OBJETO
1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa para aquisição de Material de Construção, em atendimento á demanda das diversas secretarias desta municipalidade, para o exercício de 2026/2027, com validade da ata de 12 (doze) meses, para atendimento das necessidades dos setores do Poder Executivo do Municipio de Mirante da Serra, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, de acordo com as especificações constantes no quadro de média e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, do edital de Pregão Eletrônico nº 069/PMMS/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2 Este instrumento não obriga o Município de Mirante da Serra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos Serviços, obedecida a legislação pertinente sendo assegurada o detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1 Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 3425/2023 de 30 de outubro de 2023, no Art. 42 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços.

2.1.1 Conforme disposto no 86. Da Lei 14133 de 2021 em seu parágrafo 3º e inciso I, que assegura o seguinte: **3º**A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)
I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

2.1.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

3.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que

3.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

3.4.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5 O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses

3.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021

3.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis para Ata de Registro de Preços e Contratos, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

3.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES
8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS
9.1 Será conforme especificado pela Secretaria solicitante, na nota de empenho, onde será informado a quantidade de horas a ser cumprida e na quantidade de equipamentos, para certo período.

9.2 Do prazo para entrega: Será de até **15 (quinze) dias corridos**, contadas a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, Conforme T.R.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA
10.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

10.2 As contratações do fornecimento dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através do Termo Contratual, firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

10.3 A Empresa que estiver o Preço Registro nesta Ata será convocada pela Unidade Administrativa Contratante, para assinar o Termo Contratual junto aUnidade Administrativa Requisitante, no prazo de 05(cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

10.4 Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

10.5 Caso o preço registrado em primeiro lugar nesta Ata, não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionado no anexo, é facultado ao Município a Aquisição dos quantitativos restantes dos demais detentores dos preços registrados, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado,inclusive quanto a preço.

10.6 A contratada com preços registrados em segundo lugar, só poderá prestar serviço ao Município, quando esgotada a capacidade do primeiro colocado e assim sucessivamente.

10.7 A entrega dos Produtos só estará caracterizada mediante documento de pedido de fornecimento dos Produtos expedido pelo servidor responsável da UA, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

10.8 Os Produtos deverão ser entregues acompanhados de relatório de fornecimento devidamente assinados e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

11. DO PAGAMENTO
11.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

11.2 Será procedida consulta "ON LINE" junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

11.5 A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora. **Prefeitura Municipal de Mirante da Serra**, CNPJ: 63.787.071/0001-04 – Endereço: a Rua Dom Pedro I, 2389, Centro, – CEP 76.926-00 – Mirante da Serra/RO.69) 9 9973-7022.
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, CNPJ: 16.753.845/0001-98, Endereço: Rua Piauí, nº. 1741 Centro – CEP: 76.926-000. Fone: (69)3463- 2812.
Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde/FMS, Endereço: Rua Brasil, nº. 2237, Centro – CEP: 76.926-000. Fone:(69) 3463-2045 – Mirante da Serra/RO.

12. CONDIÇÕES GERAIS
12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias, que, depois de lidas e achadas em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

BEM BRASIL IND. COMERCIO E SERVICOS LTDA
17.623.813/0001-30

Assinado de forma digital por:
ADENILDO MIGUEL BARNABÉ
684.*.***-****
Dados: 30/09/2026 14:45:05

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:35E3AF45

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE N° 138, PREGÃO ELETRONICO N°69/2026, PROCESSO LICITATORIO N° 1652/SRP/2026

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 138
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 1652/SRP/2026

No dia 01 de Outubro de 2026, no(a) **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.787.071/0001-04, com sede à RUA DOM PEDRO I n° 2389 CEP 76928-000 – Mirante da Serra-RO neste ato legalmente representado por **JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE**, portador do CPF n° **293.***.***-**** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: CASA DOS PARAFUSOS COMERCIO DE FERRAGENS FERRAMENTAS LTDA			**CNPJ: 32.830.059/0001-01**			
Representante: JACÓ BECKER						
Telefone: (69) 3451-2670						
Email: palaciodosparafusos@gmail.com						
Endereço: AV MARECHAL DEODORO, 11 - DOS PIONEIROS, Pimenta Bueno - RO - 76970-000						
Item: 222	**Quantidade:** 2,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** STIHL	**Modelo:** MS 462	**Preço Unitário:** R$ 4.870,06	**Valor Total:** R$9.740,12
Descrição: Motosserra profissional, movida a gasolina, indicada para serviços intensivos de poda, corte e derrubada de árvores de médio e grande porte, em áreas urbanas, rurais por sua qualidade e durabilidade. Especificações mínimas: Tipo: motosserra a combustão (gasolina), 80,7 cm³ Deslocamento do cilindro, 4,2 kW Potência, 20 m/s Velocidade da corrente com potência máxima motor 2 tempos com protetor, Comprimento do sabre compativel com Tipo de corrente 42 dentes, chave, passo 3/8 ou similar, com sistema de tensionamento lateral Sistema de lubrificação automática da corrente Sistema antivibratório para maior conforto e segurança do operador Freio de corrente por inércia para parada imediata em caso de recuo Sistema de partida facilitada (Easy Start ou similar) Filtro de ar de alta eficiência, com acesso facilitado Capacidade do tanque de combustível: mínima de 500 ml O equipamento deverá ser novo, sem uso anterior, em perfeito estado de funcionamento e acompanhado de nota fiscal, termo de garantia mínima de 12 meses e assistência técnica autorizada disponível no estado.						
						Total: R$ 9.740,12

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até **01/10/2027** , a contar do dia **01/10/2026** .

1. DO OBJETO
1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa para aquisição de Material de Construção, em atendimento á demanda das diversas secretarias desta municipalidade, para o exercício de 2026/2027, com validade da ata de 12 (doze) meses, para atendimento das necessidades dos setores do Poder Executivo do Municipio de Mirante da Serra, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, de acordo com as especificações constantes no quadro de média e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, do edital de Pregão Eletrônico nº 069/PMMS/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2 Este instrumento não obriga o Município de Mirante da Serra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos Serviços, obedecida a legislação pertinente sendo assegurada o detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1 Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 3425/2023 de 30 de outubro de 2023, no Art. 42 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços.

2.1.1 Conforme disposto no 86. Da Lei 14133 de 2021 em seu parágrafo 3º e inciso I, que assegura o seguinte: **3º**A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)
I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

2.1.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

3.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que

3.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

3.4.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5 O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses

3.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021

3.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis para Ata de Registro de Preços e Contratos, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

3.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no
edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES
8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao

respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS
9.1 Será conforme especificado pela Secretaria solicitante, na nota de empenho, onde será informado a quantidade de horas a ser cumprida e na quantidade de equipamentos, para certo período.

9.2 Do prazo para entrega: Será de até **15 (quinze) dias corridos**, contadas a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, Conforme T.R.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA
10.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

10.2 As contratações do fornecimento dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através do Termo Contratual, firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

10.3 A Empresa que estiver o Preço Registro nesta Ata será convocada pela Unidade Administrativa Contratante, para assinar o Termo Contratual junto aUnidade Administrativa Requisitante, no prazo de 05(cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

10.4 Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

10.5 Caso o preço registrado em primeiro lugar nesta Ata, não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionado no anexo, é facultado ao Município a Aquisição dos quantitativos restantes dos demais detentores dos preços registrados, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado,inclusive quanto a preço.

10.6 A contratada com preços registrados em segundo lugar, só poderá prestar serviço ao Município, quando esgotada a capacidade do primeiro colocado e assim sucessivamente.

10.7 A entrega dos Produtos só estará caracterizada mediante documento de pedido de fornecimento dos Produtos expedido pelo servidor responsável da UA, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

10.8 Os Produtos deverão ser entregues acompanhados de relatório de fornecimento devidamente assinados e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

11. DO PAGAMENTO
11.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

11.2 Será procedida consulta "ON LINE" junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

11.5 A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora. **Prefeitura Municipal de Mirante da Serra**, CNPJ: 63.787.071/0001-04 – Endereço: a Rua Dom Pedro I, 2389, Centro, – CEP 76.926-00 – Mirante da Serra/RO.69) 9 9973-7022.
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, CNPJ: 16.753.845/0001-98, Endereço: Rua Piauí, nº. 1741 Centro – CEP: 76.926-000. Fone: (69)3463- 2812.
Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde/FMS, Endereço: Rua Brasil, nº. 2237, Centro – CEP: 76.926-000. Fone:(69) 3463-2045 – Mirante da Serra/RO.

12. CONDIÇÕES GERAIS
12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias, que, depois de lidas e achadas em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

CASA DOS PARAFUSOS COMERCIO DE FERRAGENS FERRAMENTAS LTDA
32.830.059/0001-01

Assinado de forma digital por:
JACÓ BECKER
407.*.***-****
Dados: 01/10/2026 08:35:44

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:D8957532

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE N° 139, PREGÃO ELETRONICO N°69/2026, PROCESSO LICITATORIO N° 1652/SRP/2026

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 139
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 1652/SRP/2026
No dia 30 de Setembro de 2026, no(a) **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.787.071/0001-04, com sede à RUA DOM PEDRO I n° 2389 CEP 76928-000 – Mirante da Serra-RO neste ato legalmente representado por **JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE**, portador do CPF n° **293.***.***-**** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: ILCARA MARIA DE CASTRO BAILLY LTDA.	**CNPJ: 29.552.649/0001-05**

Representante: ILÇARA MARIA DE CASTRO BAILLY						
Telefone: (69) 9218-1193						
Email: imcb_ro@hotmail.com						
Endereço: AV PORTO VELHO, 3340 - JARDIM CLODOALDO, Cacoal - RO - 76963-544						
Item: 179	**Quantidade:** 1,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** Vonder	**Modelo:** Fsv 1050	**Preço Unitário:** R$ 2.051,40	**Valor Total:** R$2.051,40
Descrição: Furadeira com Mandril de 5/8 Pol. 220 V 750 W						
					Total:	**R$ 2.051,40**

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até **30/09/2027** , a contar do dia **30/09/2026** .

1. DO OBJETO
1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa para aquisição de Material de Construção, em atendimento á demanda das diversas secretarias desta municipalidade, para o exercício de 2026/2027, com validade da ata de 12 (doze) meses, para atendimento das necessidades dos setores do Poder Executivo do Municipio de Mirante da Serra, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, de acordo com as especificações constantes no quadro de média e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, do edital de Pregão Eletrônico nº 069/PMMS/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2 Este instrumento não obriga o Município de Mirante da Serra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos Serviços, obedecida a legislação pertinente sendo assegurada o detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1 Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 3425/2023 de 30 de outubro de 2023, no Art. 42 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços.

2.1.1 Conforme disposto no 86. Da Lei 14133 de 2021 em seu parágrafo 3º e inciso I, que assegura o seguinte:
3ºA faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:
(Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)

I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

2.1.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

3.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que

3.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

3.4.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5 O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses

3.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021

3.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis para Ata de Registro de Preços e Contratos, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

3.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES
8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS
9.1 Será conforme especificado pela Secretaria solicitante, na nota de empenho, onde será informado a quantidade de horas a ser cumprida e na quantidade de equipamentos, para certo período.

9.2 Do prazo para entrega: Será de até **15 (quinze) dias corridos**, contadas a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, Conforme T.R.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA
10.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

10.2 As contratações do fornecimento dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através do Termo Contratual, firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

10.3 A Empresa que estiver o Preço Registro nesta Ata será convocada pela Unidade Administrativa Contratante, para assinar o Termo Contratual junto aUnidade Administrativa Requisitante, no prazo de 05(cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

10.4 Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

10.5 Caso o preço registrado em primeiro lugar nesta Ata, não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionado no anexo, é facultado ao Município a Aquisição dos quantitativos restantes dos demais detentores dos preços registrados, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado,inclusive quanto a preço.

10.6 A contratada com preços registrados em segundo lugar, só poderá prestar serviço ao Município, quando esgotada a capacidade do primeiro colocado e assim sucessivamente.

10.7 A entrega dos Produtos só estará caracterizada mediante documento de pedido de fornecimento dos Produtos expedido pelo servidor responsável da UA, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

10.8 Os Produtos deverão ser entregues acompanhados de relatório de fornecimento devidamente assinados e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

11. DO PAGAMENTO
11.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

11.2 Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

11.5 A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora. **Prefeitura Municipal de Mirante da Serra**, CNPJ: 63.787.071/0001-04 – Endereço: a Rua Dom Pedro I, 2389, Centro, – CEP 76.926-00 – Mirante da Serra/RO.69) 9 9973-7022.
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, CNPJ: 16.753.845/0001-98, Endereço: Rua Piauí, nº. 1741 Centro – CEP: 76.926-000. Fone: (69)3463- 2812.
Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde/FMS, Endereço: Rua Brasil, nº. 2237, Centro – CEP: 76.926-000. Fone:(69) 3463-2045 – Mirante da Serra/RO.

12. CONDIÇÕES GERAIS
12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias, que, depois de lidas e achadas em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*
A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

ILCARA MARIA DE CASTRO BAILLY LTDA.
29.552.649/0001-05

Assinado de forma digital por:
ILÇARA MARIA DE CASTRO BAILLY
419.*.***-****
Dados: 30/09/2026 10:55:53

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:37637AB2

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE N° 140, PREGÃO ELETRONICO N°69/2026, PROCESSO LICITATORIO N° 1652/SRP/2026

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 140
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 1652/SRP/2026

No dia 30 de Setembro de 2026, no(a) **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.787.071/0001-04, com sede à RUA DOM PEDRO I n° 2389 CEP 76928-000 – Mirante da Serra-RO neste ato legalmente representado por **JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE**, portador do CPF n° **293.***.***-**** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: KP MATERIAIS ELETRICO E CONSTRUCAO LTDA			**CNPJ:55.073.244/0001-96**			
Representante: KELLY PATRICIA PRADO COUTINHO						
Telefone: (65) 3021-1210						
Email: kpmateriaisconstrucao@gmail.com						
Endereço: R ALEXANDRE DE BARROS, 147 - CHACARA DOS PINHEIROS, Cuiabá - MT - 78080-030						
Item: 65	**Quantidade:** 10,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** havpro	**Modelo:** havpro	**Preço Unitário:** R$ 5,99	**Valor Total:** R$59,90
Descrição: Canaleta 2,0x1 sem divisória com adesivo fita dupla-face canaleta PVC plástico esconde fio canaleta passa fio canaleta para instalção elétrica passa fio canaleta branca sem divisória com fita dupla face canaleta para passar e esconder o fio.						
Item: 66	**Quantidade:** 80,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** havpro	**Modelo:** havpro	**Preço Unitário:** R$ 5,99	**Valor Total:** R$479,20
Descrição: Canaleta para fio, na cor branca, com fita dupla face, medidas 20 x 10 x 2000mm						
Item: 168	**Quantidade:** 39,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** mp	**Modelo:** MP	**Preço Unitário:** R$ 241,00	**Valor Total:** R$9.399,00
Descrição: Extensão - fabricada em cabo pp de 30 metros 2x2,50mm² - 20a - com 4 tomadas, produto devidamente normatizado e certificado pelo inmetro (designação 247 nm 53-c5)						
Item: 174	**Quantidade:** 223,00	**Unidade:** UND	**Marca:** SIBRATEC	**Modelo:** SIBRATEC	**Preço Unitário:** R$ 7,00	**Valor Total:** R$1.561,00
Descrição: FITA ISOLANTE ELÉTRICA, MATERIAL BÁSICO PVC - COM ADESIVO, BASE BORRACHA, RESISTÊNCIA A TENSÃO ATÉ 750, COR PRETA, CLASSE TEMPERATURA 90, UNIDADE COM COMPRIMENTO DE 30MT, LARGURA 19MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ANTI-CHAMA						
Item: 175	**Quantidade:** 125,00	**Unidade:** UND	**Marca:** SIBRATEC	**Modelo:** SIBRATEC	**Preço Unitário:** R$ 4,00	**Valor Total:** R$500,00
Descrição: FITA ISOLANTE ELÉTRICA, MATERIAL BÁSICO PVC - COM ADESIVO, BASE BORRACHA, RESISTÊNCIA A TENSÃO ATÉ 750, COR PRETA, CLASSE TEMPERATURA 90, UNIDADE COM COMPRIMENTO DE 20MT, LARGURA 19MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ANTI-CHAMA.						
Item: 203	**Quantidade:** 222,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** CRISTALLUX	**Modelo:** CRISTALLUX	**Preço Unitário:** R$ 30,00	**Valor Total:** R$6.660,00
Descrição: LUMINÁRIA PLAFON 25W LED SOBREPOR BRANCO FRIO, BIVOLT, COM GARANTIA DE NO MINIMO 1 ANO						
Item: 235	**Quantidade:** 10,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** TSV	**Modelo:** TSV	**Preço Unitário:** R$ 3,50	**Valor Total:** R$35,00
Descrição: Pino Adaptador Tipo Benjamim Tripolar Force Modelo: Tripolar Capacidade: 10A, 250V						
Total: R$ 38.494,10						

Item: 255	**Quantidade:** 22,00	**Unidade:** UND	**Marca:** CRISTALLUX	**Modelo:** CRISTALLUX	**Preço Unitário:** R$ 900,00	**Valor Total:** R$19.800,00
Descrição: REFLETOR HOLOFOTE LED 1000W SMD IP65/IP66 A PROVA D ÁGUA BRANCO FRIO 6000K						
Total: R$ 38.494,10						

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até **30/09/2027** , a contar do dia **30/09/2026** .

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa para aquisição de Material de Construção, em atendimento á demanda das diversas secretarias desta municipalidade, para o exercício de 2026/2027, com validade da ata de 12 (doze) meses, para atendimento das necessidades dos setores do Poder Executivo do Municipio de Mirante da Serra, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, de acordo com as especificações constantes no quadro de média e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, do edital de Pregão Eletrônico nº 069/PMMS/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2 Este instrumento não obriga o Município de Mirante da Serra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos Serviços, obedecida a legislação pertinente sendo assegurada o detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1 Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 3425/2023 de 30 de outubro de 2023, no Art. 42 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços.

2.1.1 Conforme disposto no 86. Da Lei 14133 de 2021 em seu parágrafo 3º e inciso I, que assegura o seguinte: **3º**A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)
I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

2.1.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

3.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que

3.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

3.4.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5 O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses

3.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021

3.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que ajustificativa seja aceita pela Administração.

3.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis para Ata de Registro de Preços e Contratos, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

3.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no
edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ouda entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES
8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS
9.1 Será conforme especificado pela Secretaria solicitante, na nota de empenho, onde será informado a quantidade de horas a ser cumprida e na quantidade de equipamentos, para certo período.

9.2 Do prazo para entrega: Será de até **15 (quinze) dias corridos**, contadas a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, Conforme T.R.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA
10.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

10.2 As contratações do fornecimento dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através do Termo Contratual, firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

10.3 A Empresa que estiver o Preço Registro nesta Ata será convocada pela Unidade Administrativa Contratante, para assinar o Termo Contratual junto aUnidade Administrativa Requisitante, no prazo de 05(cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

10.4 Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

10.5 Caso o preço registrado em primeiro lugar nesta Ata, não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionado no anexo, é facultado ao Município a Aquisição dos quantitativos restantes dos demais detentores dos preços registrados, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado,inclusive quanto a preço.

10.6 A contratada com preços registrados em segundo lugar, só poderá prestar serviço ao Município, quando esgotada a capacidade do primeiro colocado e assim sucessivamente.

10.7 A entrega dos Produtos só estará caracterizada mediante documento de pedido de fornecimento dos Produtos expedido pelo servidor responsável da UA, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

10.8 Os Produtos deverão ser entregues acompanhados de relatório de fornecimento devidamente assinados e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

11. DO PAGAMENTO
11.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

11.2 Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
11.5 A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora. **Prefeitura Municipal de Mirante da Serra**, CNPJ: 63.787.071/0001-04 – Endereço: a Rua Dom Pedro I, 2389, Centro, – CEP 76.926-00 – Mirante da Serra/RO.69) 9 9973-7022.
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, CNPJ: 16.753.845/0001-98, Endereço: Rua Piauí, nº. 1741 Centro – CEP: 76.926-000. Fone: (69)3463- 2812.
Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde/FMS, Endereço: Rua Brasil, nº. 2237, Centro – CEP: 76.926-000. Fone:(69) 3463-2045 – Mirante da Serra/RO.
12. CONDIÇÕES GERAIS
12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias, que, depois de lidas e achadas em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*
A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

KP MATERIAIS ELETRICO E CONSTRUCAO LTDA
55.073.244/0001-96

Assinado de forma digital por:
KELLY PATRICIA PRADO COUTINHO
695.*.***-****
Dados: 30/09/2026 15:21:19

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:9F0841B3

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE N° 141, PREGÃO ELETRONICO N°74/2026, PROCESSO LICITATORIO N° 1734/SRP/2026

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 141
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 1734/SRP/2026

No dia 30 de Setembro de 2026, no(a) **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.787.071/0001-04, com sede à RUA DOM PEDRO I n° 2389 CEP 76928-000 – Mirante da Serra-RO neste ato legalmente representado por **JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE**, portador do CPF n° **293.***.***-** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: CAMARGO E SCUSSEL LTDA			**CNPJ: 15.837.057/0001-17**			
Representante: WAGNER CAMARGO REI						
Telefone: (69) 34632-2486						
Email: CAMARGOREI@LIVE.COM						
Endereço: AV RIO BRANCO, 2466 - CENTRO, Mirante da Serra - RO - 76926-000						
Item: 1	**Quantidade:** 1.500,00	**Unidade:** CAPS	**Marca:** SERVIÇO	**Modelo:** SERVIÇO	**Preço Unitário:** R$ 0,85	**Valor Total:** R$1.275,00
Descrição: Alcachofra 200 mg (Cynara scolymus L.)						
Item: 2	**Quantidade:** 100,00	**Unidade:** FR	**Marca:** SERVIÇO	**Modelo:** SERVIÇO	**Preço Unitário:** R$ 18,00	**Valor Total:** R$1.800,00
Descrição: Benzoato de benzila, solução, frasco com 100ml						
Item: 3	**Quantidade:** 50,00	**Unidade:** FR	**Marca:** SERVIÇO	**Modelo:** SERVIÇO	**Preço Unitário:** R$ 18,00	**Valor Total:** R$900,00
Descrição: BROMOPRIDA 4MG/ML, SOLUÇÃO ORAL EM GOTAS, FRASCO COM 30 ML						
Item: 6	**Quantidade:** 100,00	**Unidade:** FR	**Marca:** SERVIÇO	**Modelo:** SERVIÇO	**Preço Unitário:** R$ 11,30	**Valor Total:** R$1.130,00
Descrição: DEXAMETASONA 0,1MG/ML, APRESENTAÇÃO ELIXIR, FRASCO COM 100ML						
Item: 7	**Quantidade:** 300,00	**Unidade:** FR	**Marca:** SERVIÇO	**Modelo:** SERVIÇO	**Preço Unitário:** R$ 9,30	**Valor Total:** R$2.790,00
Descrição: DICLOFENACO RESINATO 15MG/ML, SUSPENSÃO ORAL (GOTAS) FRASCO COM 15ML						
Item: 8	**Quantidade:** 1.500,00	**Unidade:** COMP	**Marca:** SERVIÇO	**Modelo:** SERVIÇO	**Preço Unitário:** R$ 0,50	**Valor Total:** R$750,00
Descrição: Dinitrato de isossorbida 5mg (sublingual)						
Item: 12	**Quantidade:** 200,00	**Unidade:** FR	**Marca:** SERVIÇO	**Modelo:** SERVIÇO	**Preço Unitário:** R$ 17,00	**Valor Total:** R$3.400,00
Descrição: FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA 1MG/ML, SOL. ORAL FRASCO COM 60ML COPO MEDIDOR						
Item: 13	**Quantidade:** 80,00	**Unidade:** FR	**Marca:** SERVIÇO	**Modelo:** SERVIÇO	**Preço Unitário:** R$ 18,50	**Valor Total:** R$1.480,00
Total:						**R$ 28.979,00**
Descrição: Haloperidol 20mg/ml, susp. oral (gotas), frasco com 30ml						
Item: 14	**Quantidade:** 1.000,00	**Unidade:** COMP	**Marca:** SERVIÇO	**Modelo:** SERVIÇO	**Preço Unitário:** R$ 1,30	**Valor Total:** R$1.300,00
Descrição: MEBENDAZOL 100MG						
Item: 15	**Quantidade:** 150,00	**Unidade:** FR	**Marca:** SERVIÇO	**Modelo:** SERVIÇO	**Preço Unitário:** R$ 7,05	**Valor Total:** R$1.057,50
Descrição: MEBENDAZOL 30MG, SUSP. ORAL, FRASCO COM 30ML						
Item: 16	**Quantidade:** 12.000,00	**Unidade:** COMP	**Marca:** SERVIÇO	**Modelo:** SERVIÇO	**Preço Unitário:** R$ 0,65	**Valor Total:** R$7.800,00
Descrição: METILDOPA 250MG						
Item: 17	**Quantidade:** 400,00	**Unidade:** FR	**Marca:** SERVIÇO	**Modelo:** SERVIÇO	**Preço Unitário:** R$ 3,50	**Valor Total:** R$1.400,00
Descrição: PARACETAMOL 200MG/ML, SOL. ORAL, FRASCO COM 30ML						
Item: 19	**Quantidade:** 300,00	**Unidade:** COMP	**Marca:** SERVIÇO	**Modelo:** SERVIÇO	**Preço Unitário:** R$ 0,88	**Valor Total:** R$264,00
Descrição: PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100MG						
Item: 20	**Quantidade:** 250,00	**Unidade:** SACHE	**Marca:** SERVIÇO	**Modelo:** SERVIÇO	**Preço Unitário:** R$ 2,01	**Valor Total:** R$502,50
Descrição: Permanganato de potássio 97 - 100mg (pó solúvel)						
Item: 23	**Quantidade:** 120,00	**Unidade:** FR	**Marca:** SERVIÇO	**Modelo:** SERVIÇO	**Preço Unitário:** R$ 4,50	**Valor Total:** R$540,00
Descrição: SULFATO DE SALBUTAMOL 0,4MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 100ML						
Item: 24	**Quantidade:** 140,00	**Unidade:** BINS	**Marca:** SERVIÇO	**Modelo:** SERVIÇO	**Preço Unitário:** R$ 18,50	**Valor Total:** R$2.590,00
Descrição: TIABENDAZOL 50 MG/G, POMADA DERMATOLÓGICA, BISNAGA COM 45G						
Total:						**R$ 28.979,00**

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até **30/09/2027** , a contar do dia **30/09/2026** .

1. DO OBJETO
1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual, futura e se necessária contratação de empresa para **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DO ELENCO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA**, para atendimento das necessidades da Secretaria municipal de saúde do Municipio de Mirante da Serra, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, de acordo com as especificações constantes no quadro de média e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, do edital de Pregão Eletrônico nº 074/PMMS/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2 Este instrumento não obriga o Município de Mirante da Serra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos Serviços, obedecida a legislação pertinente sendo assegurada o detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condiçôes.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1 Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 3425/2023 de 30 de outubro de 2023, no Art. 42 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços.

2.1.1 Conforme disposto no 86. Da Lei 14133 de 2021 em seu parágrafo 3º e inciso I, que assegura o seguinte: **3º**A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)

I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

2.1.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

3.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que

3.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

3.4.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5 O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses

3.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021

3.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis para Ata de Registro de Preços e Contratos, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

3.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES
8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS
9.1 Será conforme especificado pela Secretaria solicitante, na nota de empenho, onde será informado a quantidade de horas a ser cumprida e na quantidade de equipamentos, para certo período.

9.2 Do prazo para entrega: Será de até **20 (vinte) dias corridos**, contadas a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, Conforme T.R.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA
10.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

10.2 As contratações do fornecimento dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através do Termo Contratual, firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

10.3 A Empresa que estiver o Preço Registro nesta Ata será convocada pela Unidade Administrativa Contratante, para assinar o Termo Contratual junto aUnidade Administrativa Requisitante, no prazo de 05(cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

10.4 Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

10.5 Caso o preço registrado em primeiro lugar nesta Ata, não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionado no anexo, é facultado ao Município a Aquisição dos quantitativos restantes dos demais detentores dos preços registrados, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado,inclusive quanto a preço.

10.6 A contratada com preços registrados em segundo lugar, só poderá prestar serviço ao Município, quando esgotada a capacidade do primeiro colocado e assim sucessivamente.

10.7 A entrega dos Produtos só estará caracterizada mediante documento de pedido de fornecimento dos Produtos expedido pelo servidor responsável da UA, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

10.8 Os Produtos deverão ser entregues acompanhados de relatório de fornecimento devidamente assinados e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

11. DO PAGAMENTO
11.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

11.2 Será procedida consulta "ON LINE" junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

11.5 A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora. **Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde/FMS, Endereço**: Rua Brasil, nº. 2237, Centro – CEP: 76.926-000. Fone:(69) 3463-2045 – Mirante da Serra/RO.

12. CONDIÇÕES GERAIS
12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias, que, depois de lidas e achadas em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Assinado de forma digital por: **WAGNER CAMARGO REI**
791.*.***-****
Dados: 30/09/2026 12:24:54

CAMARGO E SCUSSEL LTDA
15.837.057/0001-17

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:9E3E0621

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE N° 142, PREGÃO ELETRONICO N°74/2026, PROCESSO LICITATORIO N° 1734/SRP/2026

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 142
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2026
PROCESSO LICITATÓRIO
1734/SRP/2026

No dia 30 de Setembro de 2026, no(a) **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.787.071/0001-04, com sede à RUA DOM PEDRO I n° 2389 CEP 76928-000 – Mirante da Serra-RO neste ato legalmente representado por **JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE**, portador do CPF n° **293.***.***-**** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	**CNPJ: 35.250.918/0001-73**
Representante: LUCAS FERREIRA DA COSTA	

Telefone: (46) 2601-0680						
Email: lferreiradistribuidora@gmail.com						
Endereço: RUA ANTONIO MARCELLO, 207 - LUTER KING, Francisco Beltrão - PR - 85605-440						
Item: 9	**Quantidade:** 80.000,00	**Unidade:** COMP	**Marca:** SERVIÇO	**Modelo:** SERVIÇO	**Preço Unitário:** R$ 0,14	**Valor Total:** R$11.200,00
Descrição: DIPIRONA SÓDICA 500MG						
Item: 18	**Quantidade:** 15.000,00	**Unidade:** COMP	**Marca:** SERVIÇO	**Modelo:** SERVIÇO	**Preço Unitário:** R$ 0,12	**Valor Total:** R$1.800,00
Descrição: PARACETAMOL 750MG						
					Total:	**R$ 13.000,00**

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.
A validade desta Ata de Registro de Preços é até **30/09/2027** , a contar do dia **30/09/2026** .

1. DO OBJETO
1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual, futura e se necessária contratação de empresa para **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DO ELENCO PROGRAMA DE**
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA, para atendimento das necessidades da Secretaria municipal de saúde do Municipio de Mirante da Serra, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, de acordo com as especificações constantes no quadro de média e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, do edital de Pregão Eletrônico nº 074/PMMS/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2 Este instrumento não obriga o Município de Mirante da Serra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos Serviços, obedecida a legislação pertinente sendo assegurada o detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condiçôes.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1 Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 3425/2023 de 30 de outubro de 2023, no Art. 42 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços.

2.1.1 Conforme disposto no 86. Da Lei 14133 de 2021 em seu parágrafo 3º e inciso I, que assegura o seguinte: **3º**A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)
I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

2.1.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

3.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que

3.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

3.4.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5 O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses

3.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021

3.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis para Ata de Registro de Preços e Contratos, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

3.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no
edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES
8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS
9.1 Será conforme especificado pela Secretaria solicitante, na nota de empenho, onde será informado a quantidade de horas a ser cumprida e na quantidade de equipamentos, para certo período.

9.2 Do prazo para entrega: Será de até **20 (vinte) dias corridos**, contadas a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, Conforme T.R.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA
10.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

10.2 As contratações do fornecimento dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através do Termo Contratual, firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

10.3 A Empresa que estiver o Preço Registro nesta Ata será convocada pela Unidade Administrativa Contratante, para assinar o Termo Contratual junto aUnidade Administrativa Requisitante, no prazo de 05(cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

10.4 Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

10.5 Caso o preço registrado em primeiro lugar nesta Ata, não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionado no anexo, é facultado ao Município a Aquisição dos quantitativos restantes dos demais detentores dos preços registrados, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado,inclusive quanto a preço.

10.6 A contratada com preços registrados em segundo lugar, só poderá prestar serviço ao Município, quando esgotada a capacidade do primeiro colocado e assim sucessivamente.

10.7 A entrega dos Produtos só estará caracterizada mediante documento de pedido de fornecimento dos Produtos expedido pelo servidor responsável da UA, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

10.8 Os Produtos deverão ser entregues acompanhados de relatório de fornecimento devidamente assinados e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

11. DO PAGAMENTO
11.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

11.2 Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

11.5 A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora. **Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde/FMS, Endereço**: Rua Brasil, nº. 2237, Centro – CEP: 76.926-000. Fone:(69) 3463-2045 – Mirante da Serra/RO.

12. CONDIÇÕES GERAIS
12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias, que, depois de lidas e achadas em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*
A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS
35.250.918/0001-73

Assinado de forma digital por:
LUCAS FERREIRA DA COSTA
033.*.***-****
Dados: 30/09/2026 13:52:57

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:476B4457

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE N° 143, PREGÃO ELETRONICO N°74/2026, PROCESSO LICITATORIO N° 1734/SRP/2026

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 143
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 1734/SRP/2026

No dia 30 de Setembro de 2026, no(a) **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.787.071/0001-04, com sede à RUA DOM PEDRO I n° 2389 CEP 76928-000 – Mirante da Serra-RO neste ato legalmente representado por **JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE**, portador do CPF n° **293.***.***-**** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: JGM PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
CNPJ: 38.460.625/0001-09

Representante: EVERTON JUNIOR PEREIRA

Telefone: (69) 3441-2956

Email: jgm.licitacao@gmail.com

Endereço: R MONTEIRO LOBATO, 1415 - FLORESTA, Cacoal - RO - 76965-750

Item: 11	**Quantidade:** 10.000,00	**Unidade:** COMP	**Marca:** SERVIÇO	**Modelo:** SERVIÇO	**Preço Unitário:** R$ 0,46	**Valor Total:** R$4.600,00
Descrição: ESPIRONOLACTONA 50MG						
Item: 21	**Quantidade:** 3.500,00	**Unidade:** COMP	**Marca:** SERVIÇO	**Modelo:** SERVIÇO	**Preço Unitário:** R$ 0,44	**Valor Total:** R$1.540,00
Descrição: PREDNISOLONA 20MG						
						Total: R$ 6.140,00

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.
A validade desta Ata de Registro de Preços é até **30/09/2027** , a contar do dia **30/09/2026** .

1. DO OBJETO
1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual, futura e se necessária contratação de empresa para **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DO ELENCO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA**, para atendimento das necessidades da Secretaria municipal de saúde do Municipio de Mirante da Serra, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, de acordo com as especificações constantes no quadro de média e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, do edital de Pregão Eletrônico nº 074/PMMS/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2 Este instrumento não obriga o Município de Mirante da Serra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos Serviços, obedecida a legislação pertinente sendo assegurada o detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1 Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 3425/2023 de 30 de outubro de 2023, no Art. 42 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços.

2.1.1 Conforme disposto no 86. Da Lei 14133 de 2021 em seu parágrafo 3º e inciso I, que assegura o seguinte: **3°**A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)
I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

2.1.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

3.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que

3.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

3.4.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5 O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses

3.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021

3.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis para Ata de Registro de Preços e Contratos, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

3.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no
edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES
8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS
9.1 Será conforme especificado pela Secretaria solicitante, na nota de empenho, onde será informado a quantidade de horas a ser cumprida e na quantidade de equipamentos, para certo período.

9.2 Do prazo para entrega: Será de até **20 (vinte) dias corridos**, contadas a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, Conforme T.R.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA
10.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

10.2 As contratações do fornecimento dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através do Termo Contratual, firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

10.3 A Empresa que estiver o Preço Registro nesta Ata será convocada pela Unidade Administrativa Contratante, para assinar o Termo Contratual junto aUnidade Administrativa Requisitante, no prazo de 05(cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

10.4 Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

10.5 Caso o preço registrado em primeiro lugar nesta Ata, não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionado no anexo, é facultado ao Município a Aquisição dos quantitativos restantes dos demais detentores dos preços registrados, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado,inclusive quanto a preço.

10.6 A contratada com preços registrados em segundo lugar, só poderá prestar serviço ao Município, quando esgotada a capacidade do primeiro colocado e assim sucessivamente.

10.7 A entrega dos Produtos só estará caracterizada mediante documento de pedido de fornecimento dos Produtos expedido pelo servidor responsável da UA, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

10.8 Os Produtos deverão ser entregues acompanhados de relatório de fornecimento devidamente assinados e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

11. DO PAGAMENTO
11.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

11.2 Será procedida consulta "ON LINE" junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

11.5 A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora. **Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde/FMS, Endereço**: Rua Brasil, nº. 2237, Centro – CEP: 76.926-000. Fone:(69) 3463-2045 – Mirante da Serra/RO.

12. CONDIÇÕES GERAIS
12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias, que, depois de lidas e achadas em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

JGM PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
38.460.625/0001-09

Assinado de forma digital por: **EVERTON JUNIOR PEREIRA 845.***.***-****
Dados: 30/09/2026 16:13:44

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:29DBCF57

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE N° 144, PREGÃO ELETRONICO N°75/2026, PROCESSO LICITATORIO N° 1711/SRP/2026

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 144
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 1711/SRP/2026

No dia 30 de Setembro de 2026, no(a) **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.787.071/0001-04, com sede à RUA DOM PEDRO I n° 2389 CEP 76928-000 – Mirante da Serra-RO neste ato legalmente representado por **JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE**, portador do CPF n° **293.***.***-** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: ALVES DE ALENCAR LTDA			**CNPJ: 41.546.121/0001-10**			
Representante: HEDER ALVES DE ALENCAR						
Telefone: (69) 9221-1313						
Email: heder.alencar2@gmail.com						
Endereço: RUA RIO ARIPUANÃ, 1305 - DOM DOSCO, Ji-Paraná - RO - 76907-812						
Item: 1	**Quantidade:** 20,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** GRLASER	**Modelo:** CONFORME EDITAL	**Preço Unitário:** R$ 219,99	**Valor Total:** R$4.399,80
Descrição: Adesivo para veiculo, adesivo de alta qualidade, adesivo laminado de alto brilho, medindo 8 m x 0,40 m, area de impressão total. Arte a ser definida na ordem de fornecimento.						
Item: 4	**Quantidade:** 30,00	**Unidade:** M²	**Marca:** GRLASER	**Modelo:** CONFORME EDITAL	**Preço Unitário:** R$ 9,90	**Valor Total:** R$297,00

Descrição: ADESIVO VINIL AUTOMOTIVO COM IMPRESSÃO DIGITAL EM ALTA DEFINIÇÃO E C/ LAMINAÇÃO EM BRILHO, TAMANHO 12X28CM,COM ESCRITAS E LOGOTIPOS A SEREM DEFINIDOS PELO CONTRATANTE						
Item: 5	**Quantidade:** 30,00	**Unidade:** M²	**Marca:** GRLASER	**Modelo:** CONFORME EDITAL	**Preço Unitário:** R$ 9,90	**Valor Total:** R$297,00
Descrição: ADESIVO VINIL AUTOMOTIVO COM IMPRESSÃO DIGITAL EM ALTA DEFINIÇÃO E C/ LAMINAÇÃO EM BRILHO, TAMANHO 15X38CM,COM ESCRITAS E LOGOTIPOS A SEREM DEFINIDOS PELO CONTRATANTE.						
Item: 6	**Quantidade:** 30,00	**Unidade:** M²	**Marca:** GRLASER	**Modelo:** CONFORME EDITAL	**Preço Unitário:** R$ 9,90	**Valor Total:** R$297,00
Descrição: ADESIVO VINIL AUTOMOTIVO COM IMPRESSÃO DIGITAL EM ALTA DEFINIÇÃO E C/ LAMINAÇÃO EM BRILHO, TAMANHO 20X20CM,COM ESCRITAS E LOGOTIPOS A SEREM DEFINIDOS PELO CONTRATANTE.						
Item: 7	**Quantidade:** 30,00	**Unidade:** M²	**Marca:** GRLASER	**Modelo:** CONFORME EDITAL	**Preço Unitário:** R$ 14,24	**Valor Total:** R$427,20
Descrição: ADESIVO VINIL AUTOMOTIVO COM IMPRESSÃO DIGITAL EM ALTA DEFINIÇÃO E C/ LAMINAÇÃO EM BRILHO, TAMANHO 30X30CM,COM ESCRITAS E LOGOTIPOS A SEREM DEFINIDOS PELO CONTRATANTE.						
Item: 8	**Quantidade:** 60,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** GRLASER	**Modelo:** CONFORME EDITAL	**Preço Unitário:** R$ 14,49	**Valor Total:** R$869,40
Descrição: Adesivo Vinil Automotivo com impressão digital em alta definição e c/ laminação em brilho, tamanho 40x30cm, com escritas e logotipos a serem definidos pelo contratante.						
Item: 9	**Quantidade:** 30,00	**Unidade:** M²	**Marca:** GRLASER	**Modelo:** CONFORME EDITAL	**Preço Unitário:** R$ 20,90	**Valor Total:** R$627,00
Total:						**R$ 7.214,40**
Descrição: ADESIVO VINIL AUTOMOTIVO COM IMPRESSÃO DIGITAL EM ALTA DEFINIÇÃO E C/ LAMINAÇÃO EM BRILHO, TAMANHO 40X30CM,COM ESCRITAS E LOGOTIPOS A SEREM DEFINIDOS PELO CONTRATANTE.						
Total:						**R$ 7.214,40**

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.
A validade desta Ata de Registro de Preços é até **30/09/2027** , a contar do dia **30/09/2026** .

1. DO OBJETO
1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Material Gráfico, em atendimento á demanda das diversas secretarias desta municipalidade, para o exercício de 2026/2027, com validade da ata de 12 (doze) meses, para atendimento das necessidades dos setores do Poder Executivo do Municipio de Mirante da Serra, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, de acordo com as especificações constantes no quadro de média e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, do edital de Pregão Eletrônico nº 075PMMS/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2 Este instrumento não obriga o Município de Mirante da Serra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos Serviços, obedecida a legislação pertinente sendo assegurada o detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condiçôes.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1 Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 3425/2023 de 30 de outubro de 2023, no Art. 42 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços.

2.1.1 Conforme disposto no 86. Da Lei 14133 de 2021 em seu parágrafo 3º e inciso I, que assegura o seguinte: **3º**A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)
I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

2.1.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

3.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que

3.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

3.4.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5 O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses

3.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021

3.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis para Ata de Registro de Preços e Contratos, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

3.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no
edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES
8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS
9.1 Será conforme especificado pela Secretaria solicitante, na nota de empenho, onde será informado a quantidade de horas a ser cumprida e na quantidade de equipamentos, para certo período.

9.2 Do prazo para entrega: Será de até **15 (quinze) dias corridos**, contadas a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, Conforme T.R.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA
10.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

10.2 As contratações do fornecimento dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através do Termo Contratual, firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

10.3 A Empresa que estiver o Preço Registro nesta Ata será convocada pela Unidade Administrativa Contratante, para assinar o Termo Contratual junto aUnidade Administrativa Requisitante, no prazo de 05(cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

10.4 Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

10.5 Caso o preço registrado em primeiro lugar nesta Ata, não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionado no anexo, é facultado ao Município a Aquisição dos quantitativos restantes dos demais detentores dos preços registrados, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado,inclusive quanto a preço.

10.6 A contratada com preços registrados em segundo lugar, só poderá prestar serviço ao Município, quando esgotada a capacidade do primeiro colocado e assim sucessivamente.

10.7 A entrega dos Produtos só estará caracterizada mediante documento de pedido de fornecimento dos Produtos expedido pelo servidor responsável da UA, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

10.8 Os Produtos deverão ser entregues acompanhados de relatório de fornecimento devidamente assinados e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

11. DO PAGAMENTO
11.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

11.2 Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

11.5 A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora. **Prefeitura Municipal de Mirante da Serra**, CNPJ: 63.787.071/0001-04 – Endereço: a Rua Dom Pedro I, 2389, Centro, – CEP 76.926-00 – Mirante da Serra/RO.69) 9 9973-7022.

Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, CNPJ: 16.753.845/0001-98, Endereço: Rua Piauí, nº. 1741 Centro – CEP: 76.926-000. Fone: (69)3463- 2812.
Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde/FMS, Endereço: Rua Brasil, nº. 2237, Centro – CEP: 76.926-000. Fone:(69) 3463-2045 – Mirante da Serra/RO.

12. CONDIÇÕES GERAIS
12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias, que, depois de lidas e achadas em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Assinado de forma digital por: **HEDER ALVES DE ALENCAR**
949.*.***-****
Dados: 30/09/2026 15:20:19

ALVES DE ALENCAR LTDA
41.546.121/0001-10

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:D99EF2F4

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE N° 145, PREGÃO ELETRONICO N°75/2026, PROCESSO LICITATORIO N° 1711/SRP/2026

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 145
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 1711/SRP/2026

No dia 01 de Outubro de 2026, no(a) **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.787.071/0001-04, com sede à RUA DOM PEDRO I n° 2389 CEP 76928-000 – Mirante da Serra-RO neste ato legalmente representado por **JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE**, portador do CPF n° **293.***.***-**** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: HOMEL INDUSTRIA GRAFICA E COMERCIO DE BRINDES LTDA				**CNPJ: 63.750.350/0001-95**		
Representante: MAX DIEGO CUNHA MARTINI						
Telefone: (69) 2141-7392						
Email: artvisual_pvh@hotmail.com						
Endereço: RUA FRUTAL 896 FLORESTA, 896 - COHAB, Porto Velho - RO - 76806-210						
Item: 2	**Quantidade:** 200,00	**Unidade:** M²	**Marca:** propria	**Modelo:** propria	**Preço Unitário:** R$ 50,90	**Valor Total:** R$10.180,00
Descrição: Adesivo vinil automático com impressão em alta definição e c/ laminação em brilho						
Total: R$ 10.180,00						

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até **01/10/2027** , a contar do dia **01/10/2026** .

1. DO OBJETO
1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Material Gráfico, em atendimento á demanda das diversas secretarias desta municipalidade, para o exercício de 2026/2027, com validade da ata de 12 (doze) meses, para atendimento das necessidades dos setores do Poder Executivo do Municipio de Mirante da Serra, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, de acordo com as especificações constantes no quadro de média e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, do edital de Pregão Eletrônico nº 075/PMMS/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2 Este instrumento não obriga o Município de Mirante da Serra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos Serviços, obedecida a legislação pertinente sendo assegurada o detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1 Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 3425/2023 de 30 de outubro de 2023, no Art. 42 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços.

2.1.1 Conforme disposto no 86. Da Lei 14133 de 2021 em seu parágrafo 3º e inciso I, que assegura o seguinte:
3ºA faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

(Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)

I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

2.1.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

3.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que

3.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

3.4.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5 O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses

3.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021

3.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis para Ata de Registro de Preços e Contratos, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

3.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no
edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES
8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS
9.1 Será conforme especificado pela Secretaria solicitante, na nota de empenho, onde será informado a quantidade de horas a ser cumprida e na quantidade de equipamentos, para certo período.

9.2 Do prazo para entrega: Será de até **15 (quinze) dias corridos**, contadas a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, Conforme T.R.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA
10.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

10.2 As contratações do fornecimento dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através do Termo Contratual, firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

10.3 A Empresa que estiver o Preço Registro nesta Ata será convocada pela Unidade Administrativa Contratante, para assinar o Termo Contratual junto aUnidade Administrativa Requisitante, no prazo de 05(cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

10.4 Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

10.5 Caso o preço registrado em primeiro lugar nesta Ata, não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionado no anexo, é facultado ao Município a Aquisição dos quantitativos restantes dos demais detentores dos preços registrados, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado,inclusive quanto a preço.

10.6 A contratada com preços registrados em segundo lugar, só poderá prestar serviço ao Município, quando esgotada a capacidade do primeiro colocado e assim sucessivamente.

10.7 A entrega dos Produtos só estará caracterizada mediante documento de pedido de fornecimento dos Produtos expedido pelo servidor responsável da UA, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

10.8 Os Produtos deverão ser entregues acompanhados de relatório de fornecimento devidamente assinados e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

11. DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

11.2 Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

11.5 A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora. **Prefeitura Municipal de Mirante da Serra**, CNPJ: 63.787.071/0001-04 – Endereço: a Rua Dom Pedro I, 2389, Centro, – CEP 76.926-00 – Mirante da Serra/RO.69) 9 9973-7022.
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, CNPJ: 16.753.845/0001-98, Endereço: Rua Piauí, nº. 1741 Centro – CEP: 76.926-000. Fone: (69)3463- 2812.
Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde/FMS, Endereço: Rua Brasil, nº. 2237, Centro – CEP: 76.926-000. Fone:(69) 3463-2045 – Mirante da Serra/RO.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias, que, depois de lidas e achadas em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

HOMEL INDUSTRIA GRAFICA E COMERCIO DE BRINDES LTDA
63.750.350/0001-95

Assinado de forma digital por:
MAX DIEGO CUNHA MARTINI
900.*.***-****
Dados: 01/10/2026 08:53:56

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:1FA312F7

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE N° 146, PREGÃO ELETRONICO N°75/2026, PROCESSO LICITATORIO N° 1711/SRP/2026

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 146
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 1711/SRP/2026

No dia 01 de Outubro de 2026, no(a) **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.787.071/0001-04, com sede à RUA DOM PEDRO I n° 2389 CEP 76928-000 – Mirante da Serra-RO neste ato legalmente representado por **JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE**, portador do CPF n° **293.***.***-** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: L DALLABRIDA ARAUJO LTDA	**CNPJ: 47.434.482/0001-51**					
Representante: ADVANO CAZUZA DA SILVA						
Telefone: (69) 3521-3050						
Email: gmodernaexpress@gmail.com						
Endereço: RUA CEARÁ, 3279 - SETOR 05, Jaru - RO - 76890-000						
Item: 3	**Quantidade:** 30,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** PROPRIA	**Modelo:** PROPRIO	**Preço Unitário:** R$ 67,00	**Valor Total:** R$2.010,00
Descrição: Adesivo Vinil Automotivo com impressão digital em alta definição e c/ laminação em brilho com logo do SUS, Saúde da Família, Prefeitura municipal, e outros.						
Item: 10	**Quantidade:** 30,00	**Unidade:** M²	**Marca:** PROPRIA	**Modelo:** PROPRIO	**Preço Unitário:** R$ 49,80	**Valor Total:** R$1.494,00
Descrição: ADESIVO VINIL COM IMPRESSÃO DIGITAL EM ALTA DEFINIÇÃO E C/ LAMINAÇÃO EM BRILHO COM LOGO DO SUS, SAÚDE DA FAMÍLIA, PREFEITURA MUNICIPAL, E OUTROS.						
Item: 12	**Quantidade:** 30,00	**Unidade:** M²	**Marca:** PROPRIA	**Modelo:** PROPRIO	**Preço Unitário:** R$ 50,00	**Valor Total:** R$1.500,00
Descrição: BANNER EM LONA DE VINIL 440G, COM IMPRESSÃO DIGITAL EM ALTA DEFINIÇÃO. COLORIDO COM ESPECIFICAÇÕES E TAMANHO A SER DEFINIDO NA ORDEM DE SERVIÇOS DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SETOR SOLICITANTE.						
Item: 14	**Quantidade:** 500,00	**Unidade:** UND	**Marca:** PROPRIA	**Modelo:** PROPRIO	**Preço Unitário:** R$ 6,20	**Valor Total:** R$3.100,00
Descrição: CARTAZ PARA DIVULGAÇÕES DIVERSAS, 4X0 CORES, EM PAPEL COUCHÉ 115G, TAMANHO 47X31CM						
Item: 15	**Quantidade:** 500,00	**Unidade:** UND	**Marca:** PROPRIA	**Modelo:** PROPRIO	**Preço Unitário:** R$ 17,90	**Valor Total:** R$8.950,00
Descrição: CARTAZ TIPO LAMBÃO EM PAPEL OUTDOOR, COM IMPRESSÃO DIGITAL, TAMANHO 70CMX100CM						
Item: 16	**Quantidade:** 500,00	**Unidade:** UND	**Marca:** PROPRIA	**Modelo:** PROPRIO	**Preço Unitário:** R$ 11,98	**Valor Total:** R$5.990,00
Descrição: CARTAZES PARA DIVULGAÇÕES DIVERSAS, CORES, EM PAPEL COUCHÉ 115G, TAMANHO 50X40CM						
Total: R$ 23.044,00						

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até **01/10/2027** , a contar do dia **01/10/2026** .

1. DO OBJETO
1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Material Gráfico, em atendimento á demanda das diversas secretarias desta municipalidade, para o exercício de 2026/2027, com validade da ata de 12 (doze) meses, para atendimento das necessidades dos setores do Poder Executivo do Municipio de Mirante da Serra, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, de acordo com as especificações constantes no quadro de média e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, do edital de Pregão Eletrônico nº 075/PMMS/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2 Este instrumento não obriga o Município de Mirante da Serra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos Serviços, obedecida a legislação pertinente sendo assegurada o detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1 Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 3425/2023 de 30 de outubro de 2023, no Art. 42 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços.

2.1.1 Conforme disposto no 86. Da Lei 14133 de 2021 em seu parágrafo 3º e inciso I, que assegura o seguinte: **3º**A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)
I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

2.1.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

3.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que

3.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

3.4.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5 O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses

3.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021

3.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis para Ata de Registro de Preços e Contratos, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

3.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES
8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS
9.1 Será conforme especificado pela Secretaria solicitante, na nota de empenho, onde será informado a quantidade de horas a ser cumprida e na quantidade de equipamentos, para certo período.

9.2 Do prazo para entrega: Será de até **15 (quinze) dias corridos**, contadas a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, Conforme T.R.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA
10.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

10.2 As contratações do fornecimento dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através do Termo Contratual, firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

10.3 A Empresa que estiver o Preço Registro nesta Ata será convocada pela Unidade Administrativa Contratante, para assinar o Termo Contratual junto aUnidade Administrativa Requisitante, no prazo de 05(cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

10.4 Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

10.5 Caso o preço registrado em primeiro lugar nesta Ata, não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionado no anexo, é facultado ao Município a Aquisição dos quantitativos restantes dos demais detentores dos preços registrados, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado,inclusive quanto a preço.

10.6 A contratada com preços registrados em segundo lugar, só poderá prestar serviço ao Município, quando esgotada a capacidade do primeiro colocado e assim sucessivamente.

10.7 A entrega dos Produtos só estará caracterizada mediante documento de pedido de fornecimento dos Produtos expedido pelo servidor responsável da UA, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

10.8 Os Produtos deverão ser entregues acompanhados de relatório de fornecimento devidamente assinados e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

11. DO PAGAMENTO
11.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

11.2 Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

11.5 A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora. **Prefeitura Municipal de Mirante da Serra**, CNPJ: 63.787.071/0001-04 – Endereço: a Rua Dom Pedro I, 2389, Centro, – CEP 76.926-00 – Mirante da Serra/RO.69) 9 9973-7022.
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, CNPJ: 16.753.845/0001-98, Endereço: Rua Piauí, nº. 1741 Centro – CEP: 76.926-000. Fone: (69)3463- 2812.
Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde/FMS, Endereço: Rua Brasil, nº. 2237, Centro – CEP: 76.926-000. Fone:(69) 3463-2045 – Mirante da Serra/RO.

12. CONDIÇÕES GERAIS
12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias, que, depois de lidas e achadas em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*
A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Assinado De Forma Digital Por:
L DALLABRIDA ARAUJO LTDA
47.434.482/0001-51

ADVANO CAZUZA DA SILVA
691.*.***-****
Dados: 01/10/2026 16:27:41

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:ADDC81DD

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE N° 147, PREGÃO ELETRONICO N°75/2026, PROCESSO LICITATORIO N° 1711/SRP/2026

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 147
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 1711/SRP/2026

No dia 30 de Setembro de 2026, no(a) **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.787.071/0001-04, com sede à RUA DOM PEDRO I n° 2389 CEP 76928-000 – Mirante da Serra-RO neste ato legalmente representado por **JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE**, portador do CPF n° **293.***.***-**** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: M. CAMPELO LTDA
CNPJ: 23.014.569/0001-01

Representante: mario campelo
Telefone: (69) 9240-4078
Email: 7plicita@gmail.com

Endereço: AV GUANABARA, 1415 - VALPARAISO, Ji-Paraná - RO - 76908-712

Item: 11	**Quantidade:** 30,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** Propria	**Modelo:** Propria	**Preço Unitário:** R$ 68,00	**Valor Total:** R$2.040,00
Descrição: BANNER EM LONA 440G COM IMPRESSÃO DIGITAL COLIRIDA, RESOLUÇÃO FOTOGRÁFICA MÁXIMA, GARANTIA MÍNIMA DA IMPRESSÃO E DA DURABILIDADE DA LONA DE 12 MESES,MEDINDO 1,2 MT X 1,0 MT, ARTE EM LONA, MADEIRA REDONDA NAS PONTAS PARA FIXAÇÃO, COM ESCRITAS E LOGOTIPOS A SEREM DEFINIDOS PELO CONTRATANTE						
						Total: R$ 2.040,00

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.
A validade desta Ata de Registro de Preços é até **30/09/2027** , a contar do dia **30/09/2026** .

1. DO OBJETO
1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Material Gráfico, em atendimento á demanda das diversas secretarias desta municipalidade, para o exercício de 2026/2027, com validade da ata de 12 (doze) meses, para atendimento das necessidades dos setores do Poder Executivo do Municipio de Mirante da Serra, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, de acordo com as especificações constantes no quadro de média e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, do edital de Pregão Eletrônico nº 075/PMMS/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2 Este instrumento não obriga o Município de Mirante da Serra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos Serviços, obedecida a legislação pertinente sendo assegurada o detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1 Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 3425/2023 de 30 de outubro de 2023, no Art. 42 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços.

2.1.1 Conforme disposto no 86. Da Lei 14133 de 2021 em seu parágrafo 3º e inciso I, que assegura o seguinte:

3ºA faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)
I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

2.1.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

3.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que

3.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

3.4.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5 O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses

3.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021

3.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis para Ata de Registro de Preços e Contratos, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida,

após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

3.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no
edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES
8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS
9.1 Será conforme especificado pela Secretaria solicitante, na nota de empenho, onde será informado a quantidade de horas a ser cumprida e na quantidade de equipamentos, para certo período.

9.2 Do prazo para entrega: Será de até **15 (quinze) dias corridos**, contadas a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, Conforme T.R.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA
10.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

10.2 As contratações do fornecimento dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através do Termo Contratual, firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

10.3 A Empresa que estiver o Preço Registro nesta Ata será convocada pela Unidade Administrativa Contratante, para assinar o Termo Contratual junto aUnidade Administrativa Requisitante, no prazo de 05(cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

10.4 Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

10.5 Caso o preço registrado em primeiro lugar nesta Ata, não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionado no anexo, é facultado ao Município a Aquisição dos quantitativos restantes dos demais detentores dos preços registrados, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado,inclusive quanto a preço.

10.6 A contratada com preços registrados em segundo lugar, só poderá prestar serviço ao Município, quando esgotada a capacidade do primeiro colocado e assim sucessivamente.

10.7 A entrega dos Produtos só estará caracterizada mediante documento de pedido de fornecimento dos Produtos expedido pelo servidor responsável da UA, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

10.8 Os Produtos deverão ser entregues acompanhados de relatório de fornecimento devidamente assinados e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

11. DO PAGAMENTO
11.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

11.2 Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

11.5 A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora. **Prefeitura Municipal de Mirante da Serra**, CNPJ: 63.787.071/0001-04 – Endereço: a Rua Dom Pedro I, 2389, Centro, – CEP 76.926-00 – Mirante da Serra/RO.69) 9 9973-7022.
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, CNPJ: 16.753.845/0001-98, Endereço: Rua Piauí, nº. 1741 Centro – CEP: 76.926-000. Fone: (69)3463- 2812.
Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde/FMS, Endereço: Rua Brasil, nº. 2237, Centro – CEP: 76.926-000. Fone:(69) 3463-2045 – Mirante da Serra/RO.

12. CONDIÇÕES GERAIS
12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias, que, depois de lidas e achadas em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

M. CAMPELO LTDA
23.014.569/0001-01

Assinado de forma digital por: **mario campelo 349.***.***-****
Dados: 30/09/2026 15:23:02

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:DDDDB265

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE N° 148, PREGÃO ELETRONICO N°75/2026, PROCESSO LICITATORIO N° 1711/SRP/2026

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 148
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 1711/SRP/2026
No dia 30 de Setembro de 2026, no(a) **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.787.071/0001-04, com sede à RUA DOM PEDRO I n° 2389 CEP 76928-000 – Mirante da Serra-RO neste ato legalmente representado por **JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE**, portador do CPF n° **293.***.***-** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: R/T SERVICOS LTDA	**CNPJ: 52.823.917/0001-90**					
Representante: ANDRE LUIZ MORAES						
Telefone: (69) 9214-6954						
Email: rtservicos01@hotmail.com						
Endereço: av marechal rondon, 191 - CENTRO, São Miguel do Guaporé - RO - 76932-000						
Item: 13	**Quantidade:** 30,00	**Unidade:** UND	**Marca:** proprio	**Modelo:** proprio	**Preço Unitário:** R$ 11,00	**Valor Total:** R$330,00
Descrição: BANNER PERSONALIZADO, EM LONA DE 440G COM BRILHO, EM LAYOUT RETRATO, MEDINDO 1 (UM) METRO X 70 CM DE AREA DE IMPRESSÃO, MATERIAL RESISTENTE A CHUVA E SOL, USADO TANTO PARTE INTERNA QUANTO EXTERNA, ACOMPANHADO DE BASTÃO E CORDA PARA DEPENDURAR, ALTA QUALIDADE NA RESOLUÇÃO DA IMPRESSÃO.						
Item: 18	**Quantidade:** 64,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** proprio	**Modelo:** proprio	**Preço Unitário:** R$ 27,00	**Valor Total:** R$1.728,00
Descrição: Confecção de cópia de chave simples de Armário						
Item: 19	**Quantidade:** 64,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** proprio	**Modelo:** proprio	**Preço Unitário:** R$ 25,00	**Valor Total:** R$1.600,00
Descrição: Confecção de cópia de chave simples de Gaveteiro						
Item: 20	**Quantidade:** 102,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** proprio	**Modelo:** proprio	**Preço Unitário:** R$ 40,00	**Valor Total:** R$4.080,00
Descrição: Confecção de cópia de chave simples de porta						
Item: 21	**Quantidade:** 30,00	**Unidade:** UND	**Marca:** proprio	**Modelo:** proprio	**Preço Unitário:** R$ 3,00	**Valor Total:** R$90,00
Descrição: FOLHETOS DIVERSOS, EM PAPEL COLCHE 115G, 4X4 CORES TAMANHO 20X15CM						
					Total:	**R$ 7.828,00**

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até **30/09/2027** , a contar do dia **30/09/2026** .

1. DO OBJETO
1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Material Gráfico, em atendimento á demanda das diversas secretarias desta municipalidade, para o exercício de 2026/2027, com validade da ata de 12 (doze) meses, para atendimento das necessidades dos setores do Poder Executivo do Municipio de Mirante da Serra, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, de acordo com as especificações constantes no quadro de média e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, do edital de Pregão Eletrônico nº 075/PMMS/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2 Este instrumento não obriga o Município de Mirante da Serra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos Serviços, obedecida a legislação pertinente sendo assegurada o detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1 Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 3425/2023 de 30 de outubro de 2023, no Art. 42 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços.

2.1.1 Conforme disposto no 86. Da Lei 14133 de 2021 em seu parágrafo 3º e inciso I, que assegura o seguinte: **3º**A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)
I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

2.1.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

3.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que

3.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

3.4.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5 O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses

3.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021

3.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis para Ata de Registro de Preços e Contratos, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

3.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS
9.1 Será conforme especificado pela Secretaria solicitante, na nota de empenho, onde será informado a quantidade de horas a ser cumprida e na quantidade de equipamentos, para certo período.

9.2 Do prazo para entrega: Será de até **15 (quinze) dias corridos**, contadas a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, Conforme T.R.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA
10.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

10.2 As contratações do fornecimento dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através do Termo Contratual, firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

10.3 A Empresa que estiver o Preço Registro nesta Ata será convocada pela Unidade Administrativa Contratante, para assinar o Termo Contratual junto aUnidade Administrativa Requisitante, no prazo de 05(cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

10.4 Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

10.5 Caso o preço registrado em primeiro lugar nesta Ata, não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionado no anexo, é facultado ao Município a Aquisição dos quantitativos restantes dos demais detentores dos preços registrados, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado,inclusive quanto a preço.

10.6 A contratada com preços registrados em segundo lugar, só poderá prestar serviço ao Município, quando esgotada a capacidade do primeiro colocado e assim sucessivamente.

10.7 A entrega dos Produtos só estará caracterizada mediante documento de pedido de fornecimento dos Produtos expedido pelo servidor responsável da UA, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

10.8 Os Produtos deverão ser entregues acompanhados de relatório de fornecimento devidamente assinados e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

11. DO PAGAMENTO
11.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

11.2 Será procedida consulta "ON LINE" junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

11.5 A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora. **Prefeitura Municipal de Mirante da Serra**, CNPJ: 63.787.071/0001-04 – Endereço: a Rua Dom Pedro I, 2389, Centro, – CEP 76.926-00 – Mirante da Serra/RO.69) 9 9973-7022.
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, CNPJ: 16.753.845/0001-98, Endereço: Rua Piauí, nº. 1741 Centro – CEP: 76.926-000. Fone: (69)3463- 2812.
Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde/FMS, Endereço: Rua Brasil, nº. 2237, Centro – CEP: 76.926-000. Fone:(69) 3463-2045 – Mirante da Serra/RO.

12. CONDIÇÕES GERAIS
12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias, que, depois de lidas e achadas em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*
A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

R/T SERVICOS LTDA
52.823.917/0001-90

Assinado de forma digital por:
ANDRE LUIZ MORAES
003.*.***-****
Dados: 30/09/2026 21:31:28

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:E3D4C699

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE N° 149, PREGÃO ELETRONICO N°75/2026, PROCESSO LICITATORIO N° 1711/SRP/2026

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 149
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2026
PROCESSO LICITATÓRIO
1711/SRP/2026

No dia 01 de Outubro de 2026, no(a) **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.787.071/0001-04, com sede à RUA DOM PEDRO I n° 2389 CEP 76928-000 – Mirante da Serra-RO neste ato legalmente representado por **JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE**, portador do CPF n° **293.***.***-**** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: CERTAME - CONSULTORIA, TREINAMENTO E SERVICOS LTDA			**CNPJ:** 10.176.098/0001-96		
Representante: Sirlene Vieira de Oliveira					
Telefone: (69) 9925-2802					
Email: sirlenevieira20@gmail.com					
Endereço: AV BELO HORIZONTE, 2319 - NOVO HORIZONTE, Cacoal - RO - 76962-081					
Item: 17	**Quantidade:** 41,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** certame	**Modelo:** proprio	**Preço Unitário:** R$ 14,99	**Valor Total:** R$614,59
Descrição: CLIP PARA ALMOFADA COM FELTRO PARA NUMERADOR DE METAL					
Total:					**R$ 614,59**

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até **01/10/2027** , a contar do dia **01/10/2026** .

1. DO OBJETO
1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Material Gráfico, em atendimento á demanda das diversas secretarias desta municipalidade, para o exercício de 2026/2027, com validade da ata de 12 (doze) meses,

para atendimento das necessidades dos setores do Poder Executivo do Municipio de Mirante da Serra, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, de acordo com as especificações constantes no quadro de média e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, do edital de Pregão Eletrônico nº 075/PMMS/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2 Este instrumento não obriga o Município de Mirante da Serra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos Serviços, obedecida a legislação pertinente sendo assegurada o detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1 Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 3425/2023 de 30 de outubro de 2023, no Art. 42 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços.

2.1.1 Conforme disposto no 86. Da Lei 14133 de 2021 em seu parágrafo 3º e inciso I, que assegura o seguinte:
3ºA faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

(Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)
I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

2.1.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

3.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que

3.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

3.4.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5 O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses

3.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021

3.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis para Ata de Registro de Preços e Contratos, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

3.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no
edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS
9.1 Será conforme especificado pela Secretaria solicitante, na nota de empenho, onde será informado a quantidade de horas a ser cumprida e na quantidade de equipamentos, para certo período.

9.2 Do prazo para entrega: Será de até **15 (quinze) dias corridos**, contadas a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, Conforme T.R.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA
10.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

10.2 As contratações do fornecimento dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através do Termo Contratual, firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

10.3 A Empresa que estiver o Preço Registro nesta Ata será convocada pela Unidade Administrativa Contratante, para assinar o Termo Contratual junto aUnidade Administrativa Requisitante, no prazo de 05(cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

10.4 Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

10.5 Caso o preço registrado em primeiro lugar nesta Ata, não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionado no anexo, é facultado ao Município a Aquisição dos quantitativos restantes dos demais detentores dos preços registrados, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado,inclusive quanto a preço.

10.6 A contratada com preços registrados em segundo lugar, só poderá prestar serviço ao Município, quando esgotada a capacidade do primeiro colocado e assim sucessivamente.

10.7 A entrega dos Produtos só estará caracterizada mediante documento de pedido de fornecimento dos Produtos expedido pelo servidor responsável da UA, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

10.8 Os Produtos deverão ser entregues acompanhados de relatório de fornecimento devidamente assinados e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

11. DO PAGAMENTO
11.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

11.2 Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

11.5 A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora. **Prefeitura Municipal de Mirante da Serra**, CNPJ: 63.787.071/0001-04 – Endereço: a Rua Dom Pedro I, 2389, Centro, – CEP 76.926-00 – Mirante da Serra/RO.69) 9 9973-7022.
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, CNPJ: 16.753.845/0001-98, Endereço: Rua Piauí, nº. 1741 Centro – CEP: 76.926-000. Fone: (69)3463- 2812.
Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde/FMS, Endereço: Rua Brasil, nº. 2237, Centro – CEP: 76.926-000. Fone:(69) 3463-2045 – Mirante da Serra/RO.

12. CONDIÇÕES GERAIS
12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias, que, depois de lidas e achadas em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

CERTAME - CONSULTORIA, TREINAMENTO E SERVICOS LTDA
10.176.098/0001-96

Assinado de forma digital por:
Sirlene Vieira de Oliveira
836.*.***-****
Dados: 01/10/2026 09:58:36

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:B099E509

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

P M N U - RO
RESULTADO PRELIMINAR PÓS RECURSO - DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR POR TEMPO DETERMINADO EDITAL RETIFICADO N º 001/SEMECET/2026

A Comissão Organizadora do Processo seletivo simplificado para CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR POR TEMPO DETERMINADO EDITAL RETIFICADO N º 001/SEMECET/2026, no uso de suas atribuições legais, torna pública o Resultado Preliminar pós recursos dos(as) candidatos(as) relacionados(as) a seguir, devidamente inscritos, conforme disposições do edital do referido processo seletivo.

PROFESSOR - PEDAGOGIA COM HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NÍVEL II
AMPLA CONCORRÊNCIA

NUMERO	NOME	PONTUAÇÃO	DATA	COTA	PCD
	ILDA MARIA CAMILO MAMEDES	88	22/08/1977	COTA	
	LUCIANE BARBOSA DE ASSIS SANTOS	88	02/11/1981		
	ADRIANA GOMES DE OLIVEIRA	88	03/02/1983		
	RAAB DA SILVA PARDINHO	88	20/08/1986		
	VALQUÍRIA DE MELLO DOS SANTOS	81			
	MARILENE PEREIRA SENA DOS SANTOS	78	04/09/1982		
	SUELLEM KATTYA FERNANDES	78	02/11/1999		
	JESSICA VIEIRA GAMBERT	69	04/03/1992		
	SÔNIA MARIA DA SILVA	63			
	SUELEN SILVIA GAMBERT	61	22/07/1983		
	GLAUCILENE DE SOUZA SIMPLICIO	61	19/05/1994		
	ALESSANDRA WUTH ARAGÃO	58			
	FERNANDA MENEGUETTI SILVA	56			
	EDINALVA COSTA DE PAIVA DA SILVA	51	03/05/1979	COTA	
	GECELI CASTRO ALVES	51	22/08/1982		
	MARIA HELENA DA SILVA	50			
	EDLEUZA MARÇAL DE JESUS	49			
	CATIANE SILVA DE SOUZA	43			
	EDINAIDE RITA SANTOS DE ARAUJO MARTINS SERRA	42	18/03/1968		
	GIRLEI SILVA MACEDO	42	11/04/1987		
	ANA CAROLINA DE PAULA MACHADO	42	19/07/1996		
	RÚSSULA BRENA ARAGÃO GUEDES	40			
	SIMONE LORRAYNE LUIZA LUIZ BARBOSA	39			
	REGIANE MARQUES	37			
	ROSEVALDA BARBOZA GONZAGA SILVA	35			
	DAIENI KELLE PEREIRA PINHEIRO AZEVEDO	32	12/04/1994	COTA	
	ALBERTINA PERON DA SILVA FARIA	30	03/12/1968		
	RAQUEL MARTA MOROSO	30	20/02/1986		
	CAROLINE DA SILVA HOFFMANN	30	07/03/1991		
	ROSIMARY ALVES DA SILVA	27	25/01/1983		
	SANDRA REGINA TIBURCIO DOS SANTOS	25			
	JOSELHA FAUSTINO DA CRUZ	20	03/12/1968		
	EDNALVA ARAUJO DA SILVA	20	15/09/1971		
	MISLENE TORRES DA SILVA FELIX	20	30/08/1978		
	SIRLENE BRAGA DE MORAES NASCIMENTO	20	22/05/1980		
	EDILTON FERREIRA LIMA	20	02/12/1985	COTA	
	ROSANE DA SILVA	20	02/05/1992		
	LEISANE FERREIRA DA SILVA	20	16/10/1999	COTA	
	VANESSA FREITAS SOUZA	17			
	ELINEIA SOARES DA SILVEIRA	15	05/12/1976	COTA	
	JOSÉ NILSON RODRIGUES SILVA	14			
	DELMA TEIXEIRA DA SILVA	10	07/10/1968		
	JOELMA ROCHA DOS SANTOS	10	30/10/1976	COTA	
	VANILDA GOMES DOS SANTOS DUTRA	10	11/09/1993	COTA	
	GILSON DA CRUZ CELESTINO JUNIOR	10	20/06/1998		
	FRANCINEIDES MORAIS DO NASCIMENTO	5	21/06/1972	COTA	PCD
	GISLENE LACERDA DE OLIVEIRA SANTOS	5	27/11/1974		
	ALINI FREITAS SOUZA	5	06/12/1996		
	NATIELLE SILVEIRA DOS SANTOS	5	23/05/1999		
	MARIA DAS DORES DE LIMA CARDOSO	0	11/09/1978		
	MARLENE MOREIRA BARROS COSTA	0	17/03/1980		
	ELIVAN RODRIGUES FERREIRA	0	29/08/1984		
	ELIANE FACUNDES DE OLIVEIRA VIEIRA	0	16/10/1984		
	JUCIMARA FERREIRA DE SOUZA OLIVEIRA	0	18/11/1989		
	JOÉZIA SILVA JUSTINO	0	13/10/1994	COTA	
	FRANCYELLE SANTANA TORRES	0	21/06/2001		

	ANDERSON CRUZ DOS SANTOS	0	DESCLASSIFICADOS		
	ANDREIA DE SOUZA LAGO DA SILVA	0	DESCLASSIFICADOS		
	ANDRESSA SILVA DE LIMA GUEIRAS	0	DESCLASSIFICADOS		
	ANGÉLICA DE SOUZA SILVA	0	DESCLASSIFICADOS		
	ADRIANA MACHADO SILVA	0	DESCLASSIFICADOS		
	ALBELIZA DE JESUS JOCHEM BUTTINI	0	DESCLASSIFICADOS		
	ALESSANDRA DA SILVA SANTOS FERREIRA	0	DESCLASSIFICADOS		
	ALEXANDRA GOMES DE ALMEIDA SILVA	0	DESCLASSIFICADOS		
	ANA CLAUDIA KISTER SOARES	0	DESCLASSIFICADOS		
	ANDREIA CRISTO LIMA	0	DESCLASSIFICADOS		
	ANDRÉIA ARAÚJO DA SILVA	0	DESCLASSIFICADOS		
	CINTIA DA SILVA SANTOS	0	DESCLASSIFICADOS		
	BÁRBARA IRONITA NASCIMENTO FERREIRA	0	DESCLASSIFICADOS		
	CLAUDINEYA LENK TOBIAS GUEDES	0	DESCLASSIFICADOS		
	CLEIA FERREIRA DE PINHO	0	DESCLASSIFICADOS		
	DALVA DA SILVA SANTOS	0	DESCLASSIFICADOS		
	DARLLEN FRANCIELE ALVERNAZ THOMAZETTO	0	DESCLASSIFICADOS		
	DÉBORA MÁRCIA MARTINS DA ROCHA	0	DESCLASSIFICADOS		
	EDEMILSON DE ARAUJO	0	DESCLASSIFICADOS	COTA	
	ELISLEIA LUIZA DE OLIVEIRA	0	DESCLASSIFICADOS		
	ELIVAN RODRIGUES FERREIRA	0	DESCLASSIFICADOS		
	ELIANE FACUNDES DE OLIVEIRA VIEIRA	0	DESCLASSIFICADOS		
	FRANCINETE DE SOUZA ALMEIDA DO NASCIMENTO	0	DESCLASSIFICADOS		
	GLEICI MENDES PEREIRA	0	DESCLASSIFICADOS		
	HELEN SILVA MATIAS	0	DESCLASSIFICADOS		
	KATIUSCIA POLESI SENA	0	DESCLASSIFICADOS		
	LAUDILENE DE SOUZA SANTIAGO	0	DESCLASSIFICADOS		
	LECIR MUNIZ SCHMIDT	0	DESCLASSIFICADOS		
	LUANNA HONÓRIO TEIXEIRA	0	DESCLASSIFICADOS	COTA	
	MAGALI FRANCISCA TAVARES MIRANDA	0	DESCLASSIFICADOS		
	MALÚ HONOR CARVALHO DA COSTA SANTOS	0	DESCLASSIFICADOS		
	MARIA DOS ANJOS MIRANDA	0	DESCLASSIFICADOS	COTA	
	MARIA EVANI RODRIGUES DOS SANTOS	0	DESCLASSIFICADOS		
	MONICA ANDRADE DE OLIVERIA	0	DESCLASSIFICADOS	COTA	
	RONALDO WELLIGTON CARDOSO FERREIRA	0	DESCLASSIFICADOS		
	ROSANGELA NUNES MARINHO	0	DESCLASSIFICADOS		
	SIDNEI ALVES MOREIRA	0	DESCLASSIFICADOS		
	SIRLENE BRAGA DE MORAES NASCIMENTO	0	DESCLASSIFICADOS		
	SOLANGE MARLENE APARECIDA PELUTI FARIAS	0	DESCLASSIFICADOS		
	VANILDE DO CARMO DOS SANTOS	0	DESCLASSIFICADOS		
	ÉRICA CAROLINA PEREIRA COSTA NASCIMENTO	0	DESCLASSIFICADOS		
	ÉRICA MARCHEZINI RODRIGUES	0	DESCLASSIFICADOS		

COTA

	ILDA MARIA CAMILO MAMEDES	88	22/08/1977	COTA	
	EDINALVA COSTA DE PAIVA DA SILVA	51	03/05/1979	COTA	
	DAIENI KELLE PEREIRA PINHEIRO AZEVEDO	32	12/04/1994	COTA	
	EDILTON FERREIRA LIMA	20	02/12/1985	COTA	
	LEISANE FERREIRA DA SILVA	20	16/10/1999	COTA	
	ELINEIA SOARES DA SILVEIRA	15	05/12/1976	COTA	
	JOELMA ROCHA DOS SANTOS	10	30/10/1976	COTA	
	VANILDA GOMES DOS SANTOS DUTRA	10	11/09/1993	COTA	
	FRANCINEIDES MORAIS DO NASCIMENTO	5	21/06/1972	COTA	PCD
	JOÉZIA SILVA JUSTINO	0	13/10/1994	COTA	

PCD

	FRANCINEIDES MORAIS DO NASCIMENTO	5	21/06/1972	COTA	PCD

PROFESSOR - PEDAGOGIA COM HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NÍVEL II, COM ESPECIALIZAÇÃO
EM ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR. AMPLA CONCORRENCIA

Nº	NOME	PONTUAÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	COTA	PCD
1	MARIA ALVES MADEIRO	88	05/02/1980		
2	ADRIANA HENRIQUE DE OLIVEIRA	88	31/03/1980		
3	NATASHA WALTHMAM SILVA	76			
4	TELMA ISABEL DOS SANTOS	57			
5	DIONIZIA MAMEDES DA SILVA	44			
6	GENISSE PRADO DOS ANJOS SILVA	41			
7	LUCILANGES REGIS DE PAULA	30	29/10/1977	COTA	
8	DINALVA DE PAULA DE OLIVEIRA	30	09/09/1985		
9	ROSIMAR FERREIRA DO NASCIMENTO DA ROCHA	25	01/04/1978		
10	LENICE DE LIMA CARDOSO	20	13/02/1980		
11	LUCILENE PEREIRA DE MEIRELLES	20	13/06/1981		
12	ADILA VIEIRA	20	17/05/1982		
13	DENILSON DE MORAIS THEMOTEO	20	29/05/1999		
14	FERNANDO EVARISTO SILVERIO	5	24/01/1988		
15	MARIA JACINARIA DE PAIVA FÉLIX	5	28/07/1988		
16	MICHELLI APARECIDA REIS FERREIRA	5	09/02/1991		
17	ADELSON DOS SANTOS CAITANO	DESCLASSIFICADO			
18	ALISANDRA DE SOUZA VELES DA SILVA	DESCLASSIFICADA			
19	DARIER ODE DIAS	DESCLASSIFICADA			
20	ELHONILDA CONCEIÇÃO SERPA	DESCLASSIFICADA			
21	GEISE APARECIDA SILVA	DESCLASSIFICADA			

22	JANAÍNA FÁTIMA DE JESUS	DESCLASSIFICADA				
23	JOÃO PAULO DE ARAUJO	DESCLASSIFICADA				
24	JOSIELEN TUPINAMBÁ VIEIRA SANTOS	DESCLASSIFICADA				
25	MARIA DAS GRAÇAS OLIMPIO SOUZA	DESCLASSIFICADA				
26	MARIA HELENA SALATOLI	DESCLASSIFICADA				
27	MARINES MENESES DE ARAUJO	DESCLASSIFICADA				
28	MICHELE DE PAULA ANDRADE DOS SANTOS	DESCLASSIFICADA				
29	NÁDIA RÉGIS DA COSTA	DESCLASSIFICADA				
30	PRISCILA DE LIMA RECHESKI	DESCLASSIFICADA				
31	ROZELMA SOUSA SANTIAGO DE CARVALHO	DESCLASSIFICADA				
32	SOLANGE APARECIDA DE SOUZA	DESCLASSIFICADA				
33	VERA CRISTINA ALMEIDA MACHADO	DESCLASSIFICADA				
34	ZILDA MARIA RODRIGUES DE SOUZA	DESCLASSIFICADA				

COTA

1		LUCILANGES REGIS DE PAULA	30	29/10/1977	COTA	

PROFESSOR DE PEDAGOGIA COM HABILITAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA NÍVEL III

Nº	NOME	PONTUAÇÃO	DATA	COTA	PCD
1	ANDREIA SILVA	58			
2	MILQUIA ELLER	30		COTA	
3	MÁRCIA JACKELINE FERREIRA CALDEIRA MACHADO	27	13/07/1978		
4	ANA PAULA PEREIRA DOS SANTOS	27	16/09/1988		
5	JUREMA DE OLIVEIRA	22			
6	LUCINALVA SOBRINHO DOMICIANO	10			
7	SARA DOS SANTOS DO NASCIMENTO	CLASSIFICADA			
8	MADALENA DE CARVALHO EMÍDIO	DESCLASSIFICADO			
9	RENATA FERREIRA LIMA	DESCLASSIFICADO			
10	SOLIDADE MARIA JOSÉ DA COSTA	DESCLASSIFICADO			
11	SUELENE BORGES PEREIRA	DESCLASSIFICADO			
12	VANESSA MARIA NOGUEIRA DE BARROS	DESCLASSIFICADO			

COTA

1	MILQUIA ELLER	30		COTA

PROFESSOR LICENCIATURA EM LÍNGUA INGLESA NÍVEL III.

Nº	NOME	PONTUAÇÃO	DATA	COTA	PCD
01	ELIANE BRUM BUENOS AYRES	57	OK		
02	ELIETE PEREIRA DA SILVA	52	OK		
03	MARCOS BIESEK VOLLBRECHT	20	OK		
04	ROSENETE DE AZEVEDO	0			

PROFESSOR LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA NÍVEL III

Nº	NOME	PONTUAÇÃO	DATA	COTA	PCD
01	LUCICLEIA BRAUM MEDEIROS	46			
02	ALDAIR DA SILVA FREIRE	20			
03	MARCOS OLIVEIRA SILVA	5	15/09/1989		
04	ROSIANE RODRIGUES DOS SANTOS	5	13/10/1994		
05	ELISANGELA MENDES BARROS	DESCLASSIFICADO			
06	JOSÉ DE HOLANDA ALVES FURTADO	DESCLASSIFICADO			

PROFESSOR - LICENCIATURA PLENA EM LINGUA PORTUGUESA - NÍVEL – III

Nº	NOME	PONTUAÇÃO	DATA	COTA	PCD
01	JANY CLAUDIA DE SOUZA LIMA	**39**			
02	LEIDIANE ALVES DOS SANTOS	**20**	05/10/1989		
03	ROSIMERE PEREIRA CALAIS	**20**	21/11/1989		
04	SHIRLEY DE FATIMA MARTINS	**15**			
05	JANDIRA GONÇALVES DE SOUSA	**10**	25/10/1980		
06	GISELE CRISTINA MOURA FARIAS	**10**	10/11/1993		
07	EZIEL COUTINHO DE SOUZA	**10**	19/08/1992		
08	JOCIMAR PORTUGAL DE JESUS	**10**	18/11/1995		
09	SIRLENE FERREIRA MACHADO	**5**	03/02/1981		
10	SIRLENE CANDIDA DE OLIVEIRA	**5**	30/01/1983		
11	JAILSON SANTANA DOS SANTOS	**5**	13/12/1993		
12	RAFAELA DOS SANTOS	**5**	14/01/1994		
13	YGOR DE OLIVEIRA NUNES	**0**	21/05/1996		
14	SARAH ARAÚJO DA SILVA SANTOS	**0**	14/02/2002		
15	THAIS CAMILA OLIVEIRA L. SILVA	DESCLASSIFICADA			
16	ANTÔNIA LIDIANE SOUSA MESQUITA	DESCLASSIFICADA			
17	EDNALDO DE SOUZA TRINDADE	DESCLASSIFICADA			
18	EWILIN MARTINS PEREIRA DA SILVA COELHO	DESCLASSIFICADA			

PROFESSOR - LICENCIATURA PLENA MATEMÁTICA - NÍVEL – III

Nº	NOME	PONTUAÇÃO	DATA	COTA	PCD
1	GILMAR MILANI MENDES	**64**			
2	ANTÔNIO ADSON SOARES PINTO	**37**			

3	ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA	**30**	16/03/1978		
4	HUDSON WILLIANS SILVA CASTRO	**30**	08/02/1985		
5	LENON MAYCON PIRES DE CARVALHO	**24**		COTA	
6	CRISTINA ALVES DE FREITAS FELIX	**20**	16/12/1988		
7	PÂMELLA LETÍCIA BONFIM BENITES	**20**	17/09/1997		
8	CAMILA DE SOUSA OLIVEIRA	**17**			
9	CRISTIANA PEREIRA PORTELA	**10**	30/04/1981		
10	EDERSON MARCIO FELISBERTO	**10**	11/09/1983		
11	ADIMILSON PEREIRA DA SILVA KALCK	**10**	12/10/1996		
12	VANDERLEI AGUIAR DE OLIVEIRA	**5**	30/05/1995		
13	LEICEANE TAVARES SOLETO	**5**	14/08/2001		
14	ROSINEIDE REGO PACHECO	**0**	05/04/1983		
15	CLARICE DAMASCENO SILVA	**0**	03/11/1998		
16	RAILTON DA COSTA SOARES	**0**	10/09/2003		
17	CAMILA KATRINY	DESCLASSIFICADO			
18	CLÁUDIO ROBERTO OLIVEIRA PEREIRA	DESCLASSIFICADO			
19	EDNO RAMIRO DE SOUZA	DESCLASSIFICADO			
20	LUCAS GABRIEL ALENCAR BATISTA	DESCLASSIFICADO			
21	NALMIR LEMOS BARBOSA	DESCLASSIFICADO			
22	PAULO CEZAR ALVES DOS SANTOS	DESCLASSIFICADO			
23	ROMÁRIO GOMES DIAS	DESCLASSIFICADO			
24	SAMUEL PATRICK MACIEL DOS SANTOS DA CRUZ	DESCLASSIFICADO			

COTA

1	LENON MAYCON PIRES DE CARVALHO	**24**		COTA

Das Analises

DA REAVALIAÇÃO E DA RETIFICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO
Considerando o julgamento dos recursos administrativos interpostos pelos candidatos e a necessidade de assegurar a observância dos princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade, vinculação ao edital, transparência e segurança jurídica, a Comissão responsável pelo Processo Seletivo procedeu à reanálise dos documentos comprobatórios e dos critérios de pontuação aplicáveis aos candidatos, não se restringindo exclusivamente àqueles que apresentaram recurso.
No curso da reavaliação, verificou-se a necessidade de revisão da classificação atribuída a candidatos que haviam apresentado inscrição na Prova Nacional Docente – PND 2025, sem, contudo, apresentar comprovação da efetiva realização/participação na referida avaliação, quando o edital exige a participação na PND como requisito para atribuição da respectiva pontuação.
Dessa forma, em observância ao princípio da isonomia e à necessidade de aplicação uniforme dos critérios estabelecidos no Edital, foram realizados os ajustes necessários na pontuação e na classificação dos candidatos alcançados pela mesma situação, independentemente da interposição de recurso individual, evitando-se tratamento desigual entre candidatos submetidos às mesmas regras.

Assim, fica homologado o Resultado do Julgamento dos Recursos, com a consequente retificação da pontuação e da classificação dos candidatos alcançados pela reavaliação, conforme relação e planilha de classificação que integram o presente ato para todos os fins.

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:BF28052F

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº29/2026/SEMUSA-NPCFD

Porto Velho, 01 de outubro de 2026.

Considerando que o presente processo foi objeto de análise pela unidade executora de Controle Interno ou órgão equivalente, ou ainda, por comissão de servidores designada pelo ordenador de despesa – em cumprimento as atribuições do art. 10 do Decreto nº 15.403/2018, tendo sido constatado que a despesa do processo Nº 005.015752/2026-72 - SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA PARA ENTREGA DE MEDICAMENTOS NAS UNIDADES DA BR 364, BR 319, EST. DA PENAL..., encontra-se, APTA para ser homologada nos termos do Decreto n.° 17.353, de 09 de Julho de 2021, e nos termos do art. 1º do Decreto nº 12.252, de 12 de julho de 2011.
DECIDO: HOMOLOGAR a presente prestação de contas de diárias nos termos do Decreto nº 17.353, de 09 de junho de 2021 de forma que os autos deverão ser remetidos à Unidade Administrativa competente, a fim de proceder a baixa da responsabilidade do(s) beneficiário(s).

Nome Do Servidor	Mat.	Cargo/Função	Destino	Quant	Valor Unitário	Valor Total
Anilson Nascimento Santos	84468	Assistente Administrativo	22/09- USF Jacy Paraná, USF Nova Mutum. - ½ diária 23/09- USF Novo Engenho, PS Morrinhos, PS Palmares km 12. - ½ diária 24/09 - USF Rio das Garças, PS Cachoeira do Teotônio e USF Santa Rita. - ½ diária 25/09 - PS Terra Santa, PS Linha 28, USF Aliança, USF Cujubim Grande, PS Vale do Jamari e PS Agrovila Nova Aliança. - ½ diária	04 meias diárias	R$ 75,00	R$ 300,00
Cristileudo Pereira de Souza (CONDUTOR DO VEÍCULO)	41476	Assistente Administrativo		04 meias diárias	R$ 75,00	R$ 300,00
Francisco Marcelino da Rocha	247644	Aux. Serviços Gerais		04 meias diárias	R$ 75,00	R$ 300,00
João Victor Batista Silva Moreira	280032	Farmacêutico		04 meias diárias	R$ 150,00	R$ 600,00

SANDRA MARIA PETILLO CARDOSO
Secretária Municipal de Saúde
Decreto n°2.809/I/2026

Visto Por:

SIMONE TAVARES DO NASCIMENTO
Gerente Divisão De Demonstrativos e Prestação De Contas
Decreto n° 8.784/I/2022

Documento assinado eletronicamente por Simone Tavares Do Nascimento, Gerente, em 01/10/2026, às 14:13, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
Documento assinado eletronicamente por Sandra Maria Petillo Cardoso, Secretário(a), em 01/10/2026, às 14:24, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.
A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.portovelho.ro.gov.br/sei informando o código verificador 1652507 e o código CRC CACB16B3.

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:ACE14B23

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1494/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O Prefeito Municipal, EDILSON CRISPIN DIAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:
- ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

Processo Nrº: 1494/2026

Licitação Nrº: 32/2026

Modalidade: Pregão

Data Adjudicação: 05/10/2026

Objeto Adjudicado: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE SERCIÇOS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL, ABRANGENDO EDIÇÃO E PRODUÇÃO DE VÍDEOS E COMUNICAÇÃO SONORA.

- Dotação

Programática	Fonte	Descricao
03001041230003200833903900000	15000000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

- Fornecedor e Itens declarados Vencedores

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Valor Total	Fornecedor
1	1	PRODUÇÃO E EDIÇÕES DE VIDEOS: SERVIÇO DE CAPTÇÃO E FINALIZAÇÃO DE VIDEOS E INSTITUCIONAIS /INFORMATIVOS.	SERVIÇO	UN	216	169,7800	36.672,48	J PETERSON LTDA
1	2	TRANSMISSÃO AO VIVO (STREAMING): REALIZAÇÃO DE TRANSMISSÃO AO VIVO DE EVENTOS OFICIAIS VIA INTERNETE.	SERVIÇO	SERV	36	584,6700	21.048,12	J PETERSON LTDA
1	3	SOM VOLANTE (MOTOCICLETA): SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO SONORA ITINERANTE UTILIZANDO MOTOCICLETA.	SERVIÇO	HORAS	312	21,9300	6.842,16	J PETERSON LTDA
1	4	SOM VOLANTE (ALTOMOVEL): SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO SONORA ITINERANTE UTILIZANDO AUTOMOVEL.	SERVIÇO	HORAS	72	40,4100	2.909,52	J PETERSON LTDA
1	5	PUBLICAÇOES ONLINE: VEICULÇÃO DE CONTEUDOSE E MATERIAS EM PORTAIS DE NOTICIAS DE GRANDE ALCANCE.	SERVIÇO	SERV	36	790,9500	28.474,20	J PETERSON LTDA

05/10/2026.

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito

Publicado por:
Giovanna Milena Rosa Marinho
Código Identificador:B771B01B

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1494/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:
01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	1494/2026
b) Licitação Nrº :	32/2026
c) Modalidade :	Pregão
d) Data Homologação :	05/10/2026

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
J PETERSON LTDA	34.401.064/0001-16	R$ 95.946,48

Nome	lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor_Unitario	Valor_Total
J PETERSON LTDA	1	1	PRODUÇÃO E EDIÇÕES DE VIDEOS: SERVIÇO DE CAPTÇÃO E FINALIZAÇÃO DE VIDEOS E INSTITUCIONAIS /INFORMATIVOS.	SERVIÇO	UN	216	169,78	36.672,48
J PETERSON LTDA	1	2	TRANSMISSÃO AO VIVO (STREAMING): REALIZAÇÃO DE TRANSMISSÃO AO VIVO DE EVENTOS OFICIAIS VIA INTERNETE.	SERVIÇO	SERV	36	584,67	21.048,12
J PETERSON LTDA	1	3	SOM VOLANTE (MOTOCICLETA): SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO SONORA ITINERANTE UTILIZANDO MOTOCICLETA.	SERVIÇO	HORAS	312	21,93	6.842,16
J PETERSON LTDA	1	4	SOM VOLANTE (ALTOMOVEL): SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO SONORA ITINERANTE UTILIZANDO AUTOMOVEL.	SERVIÇO	HORAS	72	40,41	2.909,52
J PETERSON LTDA	1	5	PUBLICAÇOES ONLINE: VEICULÇÃO DE CONTEUDOSE E MATERIAS EM PORTAIS DE NOTICIAS DE GRANDE ALCANCE.	SERVIÇO	SERV	36	790,95	28.474,20

05 de Outubro de 2026

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito

Publicado por:
Giovanna Milena Rosa Marinho
Código Identificador:30358C03

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
ERRATA AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1983/2026

O Município de Seringueiras/RO, por intermédio de seu Agente de Contratação, **SÉRGIO VILMAR KNONER**, designado pela Portaria nº 48/GAB/PMS/2023, no uso de suas atribuições legais, torna pública a presente **ERRATA** de retificação do Edital de Chamamento Público nº 03/2026, cujo objeto consiste no credenciamento de empresas para fornecimento de combustíveis, prestação de serviços de manutenção veicular e fornecimento de peças e acessórios para a frota municipal, em decorrência de erro material verificado no Documento de Formalização da Demanda (DFD) da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC).

DA RETIFICAÇÃO DO VALOR ESTIMADO GLOBAL E DO DETALHAMENTO DOS ITENS

• **Onde se lê (subitem 1.2):**

"VALOR TOTAL: R$ 9.472.000,00 (nove milhões, quatrocentos e setenta e dois mil reais)."

• **Leia-se (subitem 1.2):**

"VALOR TOTAL: R$ 10.922.000,00 (dez milhões, novecentos e vinte e dois mil reais), conforme detalhamento dos itens retificados na planilha abaixo:"

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPEC	QUANT	VALOR UN.	VALOR TOTAL
1	CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS AUTOMOTIVOS, ORIGINAIS, GENUÍNAS E/OU HOMOLOGADOS.	SERV.	1	R$ 3.312.000,00	**R$ 3.700.000,00**
2	CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA REALIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS.	SERV.	1	R$ 1.186.000,00	**R$ 1.445.000,00**
3	CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM, ETANOL, ÓLEO DIESEL S-10, ÓLEO DIESEL COMUM E OUTROS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS) AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS-RO.	SERV.	1	R$ 4.765.000,00	**R$ 5.542.000,00**
4	CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE GUINCHOS.	SERV.	1	R$ 209.000,00	**R$ 235.000,00**
-	**VALOR TOTAL GLOBAL RETIFICADO**	-	-	-	**R$ 10.922.000,00**

2. DA MANUTENÇÃO DOS PRAZOS DE INSCRIÇÃO

Por se tratar de um procedimento de credenciamento com **fluxo contínuo e de natureza não competitiva**, formalizado com fulcro nos **artigos 78 e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021**, a presente retificação do valor estimado global visa estritamente a adequação orçamentária do certame. Portanto, a correção deste erro material **não enseja a reabertura de prazos de disputa ou alteração no cronograma de recebimento de inscrições**, permanecendo este inalterado e permanentemente aberto aos interessados.

3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas e integralmente mantidas as demais cláusulas, condições e anexos do Edital original que não foram objeto de alteração por esta errata.

Esta errata entra em vigor na data de sua publicação no Portal da Transparência, no Diário Oficial dos Municípios, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e demais publicações onde originalmente foram disponibilizadas.

Seringueiras – RO, 5 de outubro de 2026.

SÉRGIO VILMAR KNONER
Agente de Contratação
Portaria nº 48/GAB/PMS/2023

Publicado por:
Ketlen Rainara Neves Barros
Código Identificador:8EE2BB59

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 46/2026 B. D. COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 46/2026 B. D. COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2026
PROCESSO Nº 1834/2026
PREGÃO ELETRONICO N° 95/2026
ORGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL – SEMTRAS
ORGÃOS PARTICIPANTES: SEMSAU-SEMAGRI-SEMOSP-SEMAD

AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026 (DOIS MIL E VINTE E SEIS), **A PREEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS,** inscrita no **CNPJ 63.761993/0001-34**, situada na Av. Marechal Rondon, n.º 984, Centro, Seringueiras/RO, neste ato representado pelo senhor **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, Prefeito Municipal, juntamente com Gerente do Sistema de Registro de Preço-SRP, senhora **SÉRGIO VILMAR KNÖNER** nomeada pela portaria **Nº 255/GAB/PMS/2026** e do outro lado a **EMPRESA B. D. COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA** inscrita sob o **CNPJ: 40.844.761/0001-44,** estabelecida na **RUA PRINCESA ISABEL, 212 - BAIRRO CENTRO, SERINGUEIRAS-RO**, doravante denominada **FORNCEDORA,** neste ato representada pelo senhor**:** BRUNO ERASMO DALLAZEM**,** inscrito no **CPF Nº: xxx.791.362-xx. EM FASE DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA NO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 95/2026**. RESOLVE registrar os preços para eventual aquisição, constante do quadro abaixo, que passa a fazer parte integrante desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1° de ABRIL de 2021, o decreto federal 11.462 de 31 de março 2023.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

2. DO LOCAL DE ENTREGA, **PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:**
2.1 O serviço deverá ser entregue de forma parcelada, mediante a emissão da Nota de Empenho emitida conforme a necessidade da secretaria, após recebimento da requisição devidamente assinada pelo responsável da secretaria.
2.2 Os serviços deverão ser prestados conforme descrito no Termo de Referência-Anexo I do Edital.
2.3- O preço registrado, as especificações do objeto, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR: B. D. COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA

CNPJ: 40.844.761/0001-44
ENDEREÇO: RUA PRINCESA ISABEL, 212- CENTRO
CIDADE: SERINGUEIRAS – RO
CEP: 76934-000
CELULAR: (69) 9935-4543
EMAIL: bruno.e.dallazem@gmail.com
REPRESENTANTE: BRUNO ERASMO DALLAZEM
RG: Informações constantes nos autos do processo
CPF: xxx.791.362-xx
Itens:

ordem	descrição	unidade	quantidade	Valor Unit.	valor total
1	ACHOCOLATADO EM PÓ, INGREDIENTES AÇÚCAR, CACAU, EXTRATO DE MALTE, SAL, LEITE EM PÓ DESNATADO, SORO DE LEITE EM PÓ, VITAMINAS (A, B1, B2, B6, C, D3 E PP), ESTABILIZANTE LECITINA DE SOJA E AROMATIZANTES EMBALAGEM COM 400G	UN	1.204	14,49	17.445,96
2	BARRA DE CHOCOLATE FRACIONADO CONFEITEIRO MEIO AMARGO, EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 1KG. INDICADO NO PREPARO DE BOMBONS, OVOS DE PÁSCOA, TRUFAS, BOLOS E SOBREMESAS DIVERSAS. INGREDIENTES: AÇÚCAR, LEITE EM PÓ DESNATADO, CACAU EM PÓ, GORDURA VEGETAL, EMULSIFICANTES: LECITINA DE SOJA (INS322) E POLIGLICEROL POLIRICINOLEATO (INS 476) E AROMATIZANTE SINTÉTICO IDÊNTICO AO NATURAL. CONTÉM LACTOSE. NÃO CONTÉM GLÚTEN.	BARRA	125	36,99	4.623,75
3	CAFÉ EXTRA FORTE TORRADO MOÍDO EMBALADO A VÁCUO ACONDICIONADO EM PACOTE DE 500 GRAMAS, COM SELO DE PUREZA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DOS CAFEICULTORES (ABIC).	UN	3.185	24,20	77.077,00
4	CHANTILLY, EMBALAGEM DE 1 LITRO - EMULSÃO FLUIDA ESTERILIZADA ATRAVÉS DE PROCESSO UHT, A BASE DE GORDURA VEGETAL, SABOR ADOCICADO CARACTERÍSTICO A CHANTILLY ÁGUA, ÓLEO DE PALMISTE HIDROGENADO, AÇÚCAR, SAL, UMECTANTE SORBITOL, ESTABILIZANTES CASEINATO DE SÓDIO, CELULOSE MICROCRISTALINA, CARBOXIMETILCELULOSE, LECITINA DE SOJA, CITRATO TRISSÓDICO, FOSFATO DISSÓDICO, EMULSIFICANTES ÉSTER DE ÁCIDO GRAXO DE MONO E DIGLICERÍDEOS, MONOGLICERÍDEOS, ÉSTERES DE MONO E DIGLICERÍDEOS DE ÁCIDOS GRAXOS COM ÁCIDO DIACETIL TARTÁRICO E CORANTE NATURAL URUCUM E CURCUMA. SER ENTREGUE EM EMBALAGENS DE 1 LITRO TETRA PACK	UN	100	24,74	2.474,00
5	CORANTE ALIMENTICIO; GEL; CORES VARIADAS; 25G	UN	50	10,05	502,50
6	EMULSIFICANTE EMUSTAB EMBALAGEM COM 200 GR	UN	150	9,34	1.401,00
7	ESSÊNCIA PARA CULINÁRIA DE DIVERSOS SABORES, COCO, ABACAXI E BAUNILHA – 30 ML	UN	120	7,10	852,00
8	PACOTE BOMBOM C/RECHEIO CREMOSO CHOCOLATE BRANCO OU PRETO PACOTE PESANDO NO MÍNIMO 1KG. A EMBALAGEM PRIMÁRIA DEVE SER ALUMINIZADA ENVOLVENDO O BOMBOM E A SECUNDÁRIA COM PLÁSTICO RESISTENTE E ATÓXICO. CARACTERÍSTICAS: BOMBOM COM RECHEIO CREMOSO, COM CAMADA CROCANTE DE WAFER, COBERTO COM CHOCOLATE AO LEITE, PESO DE APROXIMADAMENTE 21,5G CADA. CONTENDO COMO INGREDIENTES PRINCIPAIS: AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDO COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, MASSA DE CACAU, CASTANHA DE CAJU, SORO DE LEITE EM PÓ, FARINHA DE SOJA INTEGRAL, AMENDOIM, LEITE EM PÓ INTEGRAL, SAL, ÓLEO DE SOJA, CACAU EM PÓ, EXTRATO DE MALTE E EMULSIFICANTES. PRODUTO COM VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	PACOTE	420	68,49	28.765,80
9	PIRULITOS EM FORMATO DE PICOLÉ SABORES DIVERSOS; PACOTE PESANDO NO MÍNIMO 550G CARACTERÍSTICAS: PACOTE COM APROX.55 UNIDADES, EM EMBALAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DA FABRICAÇÃO E VALIDADE. PRODUTO COM VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	PACOTE	380	19,50	7.410,00
10	UVAS PASSAS 200 GRAMAS	PACOTE	155	10,18	1.577,90

VALOR TOTAL:
142.129,91 (cento e quarenta e dois mil, cento e vinte e nove reais e noventa e um centavos)

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Melissa Alves Knoner
Código Identificador:B30D32BF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 46/2026 FAGOTTI COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 46/2026 FAGOTTI COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2026
PROCESSO Nº 1834/2026
PREGÃO ELETRONICO N° 95/2026
ORGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL – SEMTRAS
ORGÃOS PARTICIPANTES: SEMSAU-SEMAGRI-SEMOSP-SEMAD

AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026 (DOIS MIL E VINTE E SEIS), **A PREEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS,** inscrita no **CNPJ 63.761993/0001-34**, situada na Av. Marechal Rondon, n.º 984, Centro, Seringueiras/RO, neste ato representado pelo senhor **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, Prefeito Municipal, juntamente com Gerente do Sistema de Registro de Preço-SRP, senhora **SÉRGIO VILMAR KNÖNER** nomeada pela portaria **Nº 255/GAB/PMS/2026** e do outro lado a **EMPRESA FAGOTTI COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA** inscrita sob o **CNPJ: 84.583.145/0001-52,** estabelecida na **AVENIDA SETE DE SETEMBRO, 2135 – CENTRO- CACOAL/RO** , doravante denominada **FORNCEDORA,** neste ato representada pelo senhor**:** ANDREIA CARBONERA DA SILVA**,** inscrito no **CPF Nº: xxx.355.592-xx. EM FASE DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA NO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 95/2026**. RESOLVE registrar os preços para eventual aquisição, constante do quadro abaixo, que passa a fazer parte integrante desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1° de ABRIL de 2021, o decreto federal 11.462 de 31 de março 2023.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

2. DO LOCAL DE ENTREGA, **PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:**
2.1 O serviço deverá ser entregue de forma parcelada, mediante a emissão da Nota de Empenho emitida conforme a necessidade da secretaria, após recebimento da requisição devidamente assinada pelo responsável da secretaria.
2.2 Os serviços deverão ser prestados conforme descrito no Termo de Referência-Anexo I do Edital.
2.3- O preço registrado, as especificações do objeto, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR: FAGOTTI COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ: 84.583.145/0001- 52
ENDEREÇO: AVENIDA SETE DE SETEMBRO, 2135 – CENTRO
CIDADE: CACOAL – RO
CEP: 76963-851
CELULAR: (69) 3443-3399
EMAIL: fagotticacoal@outlook.com
REPRESENTANTE: ANDREIA CARBONERA DA SILVA
RG: Informações constantes nos autos do processo.
CPF: xxx.355.592-xx

Itens:

ordem	descrição	unidade	quantidade	Valor Unit.	valor total
1	CANJIQUINHA DE MILHO AMARELA TIPO 1, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 500G	UN	800	2,30	1.840,00
2	CHÁ ALIMENTAÇÃO, USO ALIMENTÍCIO, SABOR CAMOMILA ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 10G.	UN	700	3,40	2.380,00
3	CHÁ ALIMENTAÇÃO, USO ALIMENTÍCIO, SABOR ERVA DOCE ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 10G.	UN	700	6,25	4.375,00
4	CHÁ MATE ALIMENTAÇÃO TOSTADO, USO ALIMENTÍCIO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 250GR	UN	1.211	7,20	8.719,20
5	CHOCOLATE BRANCO AO LEITE, BARRA DE 1KG	UN	40	35,20	1.408,00
6	CHOCOLATE EM PO COM NO MINIMO 50% CACAU ; FORNECIMENTO: PACOTE 1KG	UN	200	61,15	12.230,00
7	COCO RALADO, INGREDIENTES AMÊNDOA DE COCO, APRESENTAÇÃO DESIDRATADO E TRITURADO, PROCESSO CONSERVAÇÃO INS 233-MS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DESENGORDURADA ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 200G.	UN	510	10,80	5.508,00
8	COLORAU - PRODUTO OBTIDO A PARTIR DO URUCUM, SEM ADIÇÃO DE SAL, EMBALADO EM PACOTES DE 01 KG. CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES.	KG	450	12,00	5.400,00
9	CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO INDUSTRIAL, MATÉRIA-PRIMA CANELA, ASPECTO FÍSICO EM CASCA, APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 7G.	UN	25	6,00	150,00
10	CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO INDUSTRIAL, MATÉRIA-PRIMA CANELA, ASPECTO FÍSICO EM PÓ, APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 7G.	UN	250	2,00	500,00
11	CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO INDUSTRIAL, MATÉRIA-PRIMA COLORAU, ASPECTO FÍSICO PÓ, TIPO INDUSTRIAL, APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 100G.	UN	46	4,00	184,00
12	CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO INDUSTRIAL, MATÉRIA-PRIMA CRAVO, APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 7G.	UN	250	8,50	2.125,00
13	CONDIMENTO IN NATURA, TIPO AÇAFRÃO, ESPÉCIE COMUM ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 7G.	UN	450	7,50	3.375,00
14	DOCE DE LEITE PASTOSO POTE COM 400 GRAMAS	UN	380	8,00	3.040,00
15	FARINHA DE MILHO PRÉ-COZIDO TIPO MILHARINA EM PACOTE DE 500GR.	PACOTE	640	2,50	1.600,00
16	FARINHA DE TRIGO DE 1° QUALIDADE SEM FERMENTO PACOTE COM 1 KG	KG	870	4,50	3.915,00

17	FARINHA MANDIOCA APRESENTAÇAO TORRADA, TIPO GRUPO SECA TIPO CLASSE AMARELA TIPO 2	KG	620	6,00	3.720,00
18	FERMENTO, TIPO BIOLÓGICO SECO, APLICAÇÃO ELABORAÇÃO PRODUTOS PANIFICAÇÃO/MASSAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500G.	UN	300	25,00	7.500,00
19	GELATINA PCT COM 35 G DE BOA QUALIDADE (SABORES VARIADOS)	UN	3.500	2,85	9.975,00
20	GELATINA, SABOR ABACAXI, APLICAÇÃO SOBREMESA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 20 G.	UN	50	1,50	75,00
21	GELATINA, SABOR FRAMBOESA, APLICAÇÃO SOBREMESA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 20 G.	UN	50	1,50	75,00
22	GELATINA, SABOR LARANJA, APLICAÇÃO SOBREMESA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 20 G.	UN	50	1,50	75,00
23	GELATINA, SABOR LIMÃO, APLICAÇÃO SOBREMESA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 20 G.	UN	50	1,50	75,00
24	GELATINA, SABOR UVA, APLICAÇÃO SOBREMESA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 20 G.	UN	50	1,50	75,00
25	GRÃO DE BICO, PACOTE DE 500 GRAMAS.	PACOTE	500	8,30	4.150,00
26	KETCHUP TRADICIONAL, EMBALAGENS 370 G	UN	680	6,30	4.284,00
27	LEGUME EM CONSERVA, TIPO ERVILHA, INGREDIENTES AGUÁ/AÇÚCAR/ACIDO CÍTRICO E SAL, PRAZO DE VALIDADE 24 MESES ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 200G.	UN	710	3,10	2.201,00
28	LEITE COCO, TIPO INTEGRAL, INGREDIENTES: LEITE DE COCO/BENZOATO SÓDIO/ CABOXIMETILCELULOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 200 ML.	UN	510	3,57	1.820,70
29	LENTILHA , PACOTE DE 500 GRAMAS	PACOTE	500	12,00	6.000,00
30	MAIONESE, FONTE DE ÔMEGA 03, 0% DE GORDURAS TRANS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500G.	UN	920	6,80	6.256,00
31	MILHO BRANCO PARA CANJICA COM 500 GRAMAS	UN	500	3,60	1.800,00
32	MILHO EM CONSERVA, INGREDIENTES GRÃOS DE MILHO VERDES COZIDOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 200G.	UN	1.020	3,30	3.366,00
33	OREGANO PACOTE COM 100 GRAMAS	UN	314	6,75	2.119,50
34	OVO, TAMANHO EXTRA, PESO APROXIMADAMENTE 71G, ORIGEM GALINHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS, BRANCO OU VERMELHO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM 12 UNIDADES.	DUZIA	1.366	9,72	13.277,52
35	PIRULITO COM RECHEIO DE CHICLETE. SABORES TUTTI - FRUTTI OU MORANGO. PACOTE PESANDO DE 550G A 600G NO MÍNIMO: COM APROX. 55 UNIDADES, EM EMBALAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DA FABRICAÇÃO E VALIDADE. PRODUTO COM VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 06 MESES A CONTAR DA ENTREGA.	PACOTE	380	10,79	4.100,20
36	SARDINHA ENLATADA AO PRÓPRIO ÓLEO COMESTÍVEL , LATA 125 G. DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UN	720	6,74	4.852,80
37	SEMENTE DE CHIA, PACOTE DE 500 GRAMAS	PCT	500	16,10	8.050,00
38	SUCO DE CAIXIINHA SABORES VARIADOS DE 200 ML	UN	500	2,69	1.345,00
39	UVA-PASSA DESIDRATADA, PRETA SEM SEMENTE, LIVRE DE FUNGOS; EMBALAGEM HERMETICAMENTE FECHADA E ROTULADA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, PACOTE CONTENDO 01 KG	UN	300	22,00	6.600,00
VALOR TOTAL:					
148.541,92 (cento e quarenta e oito mil, quinhentos e quarenta e um e noventa e dois centavos)					

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Melissa Alves Knoner
Código Identificador:3F59B733

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 46/2026 LICITIBEM SOLUCAO EM LICITACAO LTDA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 46/2026 LICITIBEM SOLUCAO EM LICITACAO LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2026
PROCESSO Nº 1834/2026
PREGÃO ELETRONICO N° 95/2026
ORGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL – SEMTRAS
ORGÃOS PARTICIPANTES: SEMSAU-SEMAGRI-SEMOSP-SEMAD

AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026 (DOIS MIL E VINTE E SEIS), **A PREEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS,** inscrita no **CNPJ 63.761993/0001-34**, situada na Av. Marechal Rondon, n.º 984, Centro, Seringueiras/RO, neste ato representado pelo senhor **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, Prefeito Municipal, juntamente com Gerente do Sistema de Registro de Preço-SRP, senhora **SÉRGIO VILMAR KNÖNER** nomeada pela portaria **Nº 255/GAB/PMS/2026** e do outro lado a **EMPRESA LICITIBEM SOLUCAO EM LICITACAO LTDA,** inscrita sob o **CNPJ: 56.416.507/0001-85,** estabelecida na **RUA CASTANHEIRA, N° 2039, BAIRRO NOVA BRASÍLIA – SALA A- JI-PARANÁ/RO** , doravante denominada **FORNCEDORA,** neste ato representada pelo senhor**:** KAREN BIANCA SOUZA FIGUEREDO**,** inscrito no **CPF Nº: xxx.200.192-xx. EM FASE DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA NO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 95/2026**. RESOLVE registrar os preços para eventual aquisição, constante do quadro abaixo, que passa a fazer parte integrante desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1° de ABRIL de 2021, o decreto federal 11.462 de 31 de março 2023.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

2. DO LOCAL DE ENTREGA, **PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:**
2.1 O serviço deverá ser entregue de forma parcelada, mediante a emissão da Nota de Empenho emitida conforme a necessidade da secretaria, após recebimento da requisição devidamente assinada pelo responsável da secretaria.
2.2 Os serviços deverão ser prestados conforme descrito no Termo de Referência-Anexo I do Edital.
2.3- O preço registrado, as especificações do objeto, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR: LICITIBEM SOLUCAO EM LICITACAO LTDA

CNPJ: 56.416.507/0001-85
ENDEREÇO: RUA CASTANHEIRA, N° 2039, BAIRRO NOVA BRASÍLIA – SALA A
CIDADE: JI- PARANÁ/RO
CEP: 76908-644
CELULAR: (69) 9.9201-8985
EMAIL: licitibem@gmail.com
REPRESENTANTE: KAREN BIANCA SOUZA FIGUEREDO

RG: I**nformações constantes nos autos do processo.**
CPF: xxx.200.192-xx

Itens:

ordem	descrição	unidade	quantidade	Valor Unit.	valor total
1	POLPA DE FRUTA (ABACAXI) – 01 kg. CONGELADA, SELECIONADA, ISENTA DE CONTAMINAÇÃO; ACONDICIONADAS EM SACO PLÁSTICO DE POLIETILENO DE CONSTAR A DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 06 MESES	UN	600	19,70	11.820,00
2	POLPA DE FRUTA (ACEROLA) – CONGELADA, SELECIONADA, ISENTA DE CONTAMINAÇÃO; EMBALAGEM DE ACONDICIONADAS EM SACO PLÁSTICO DE POLIETILENO DE 01 KG. CONSTAR A DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 06 MESES E Nº DO REGISTRO DO MAPA.	PACOTE	700	17,90	12.530,00
3	POLPA DE FRUTA (GOIABA) - CONGELADA, SELECIONADA, ISENTA DE CONTAMINAÇÃO; ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO DE POLIETILENO DE 01KG. CONSTAR A DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 06 MESES E Nº DO REGISTRO DO MAPA.	PACOTE	500	17,90	8.950,00
4	POLPA DE FRUTA (GRAVIOLA) – CONGELADA, SELECIONADA, ISENTA DE CONTAMINAÇÃO; ACONDICIONADAS EM SACO PLÁSTICO DE POLIETILENO DE 01KG. CONSTAR A DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 06 MESES E Nº DO REGISTRO DO MAPA.	PACOTE	600	22,45	13.470,00
5	POLPA DE FRUTA (MORANGO) – CONGELADA, SELECIONADA, ISENTA DE CONTAMINAÇÃO; ACONDICIONADAS EM SACO PLÁSTICO DE POLIETILENO DE 01KG. CONSTAR A DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 06 MESES E Nº DO REGISTRO DO MAPA.	PACOTE	400	26,95	10.780,00
VALOR TOTAL:					
57.550,00 (cinquenta e sete mil, quinhentos e cinquenta reais)					

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Melissa Alves Knoner
Código Identificador:F81DACF2

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 46/2026 PAIVA & SANTOS COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 46/2026 PAIVA & SANTOS COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2026
PROCESSO Nº 1834/2026
PREGÃO ELETRONICO N° 95/2026
ORGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL – SEMTRAS
ORGÃOS PARTICIPANTES: SEMSAU-SEMAGRI-SEMOSP-SEMAD

AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026 (DOIS MIL E VINTE E SEIS), **A PREEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS,** inscrita no **CNPJ 63.761993/0001-34**, situada na Av. Marechal Rondon, n.º 984, Centro, Seringueiras/RO, neste ato representado pelo senhor **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, Prefeito Municipal, juntamente com Gerente do Sistema de Registro de Preço-SRP, senhora **SÉRGIO VILMAR KNÔNER** nomeada pela portaria **Nº 255/GAB/PMS/2026** e do outro lado a **EMPRESA PAIVA & SANTOS COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA** inscrita sob o **CNPJ: 61 06.120.206/0001-31,** estabelecida na **AV. FLAMBOYANT Nº 299- SERINGUEIRAS- RO**, doravante denominada **FORNCEDORA,** neste ato representada pelo senhor**:** TATIANE ALVES DOS SANTOS**,** inscrito no **CPF Nº: xxx.354.312-xx. EM FASE DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA NO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 95/2026**. RESOLVE registrar os preços para eventual aquisição, constante do quadro abaixo, que passa a fazer parte integrante desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1° de ABRIL de 2021, o decreto federal 11.462 de 31 de março 2023.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

2. DO LOCAL DE ENTREGA, **PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:**
2.1 O serviço deverá ser entregue de forma parcelada, mediante a emissão da Nota de Empenho emitida conforme a necessidade da secretaria, após recebimento da requisição devidamente assinada pelo responsável da secretaria.
2.2 Os serviços deverão ser prestados conforme descrito no Termo de Referência-Anexo I do Edital.
2.3- O preço registrado, as especificações do objeto, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR: PAIVA & SANTOS COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA

CNPJ: 06.120.206/0001-31
ENDEREÇO: AV. FLAMBOYANT Nº 299 BAIRRO CENTRO
CIDADE: SERINGUEIRAS-RO
CEP: 76934-000
CELULAR: 69 99304-1807 / 3623-2359
EMAIL: paivasantosrh@hotmail.com
REPRESENTANTE: TATIANE ALVES DOS SANTOS
RG: Informações constantes nos autos do processo
CPF: xxx.354.312-xx
Itens:

ordem	descrição	unidade	quantidade	Valor Unit.	valor total
1	AÇUCAR CRISTALIZADO C/ 02 KG CADA	UN	2.685	5,99	16.083,15
2	ALHO NACIONAL A GRANEL EM CABEÇA SELECIONADO 1ª QUALIDADE	KG	975	30,00	29.250,00
3	AMENDOIM CRU DESCASCADO, SELECIONADO TIPO 01 PACOTE 500GR	UN	410	19,00	7.790,00
4	AMIDO DE MILHO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500G.	UN	460	5,49	2.525,40
5	ARROZ INTEGRAL LOGO FINO, TIPO 1, PACOTE DE 1KG.	PACOTE	600	8,15	4.890,00

6	ARROZ TIPO 1, TIPO CLASSE LONGO FINO - AGULHINHA, TIPO SUBGRUPO POLIDO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 5KG.	PACOTE	1.730	25,90	44.807,00
7	AVEIA FINA EMBALAGEM 500 GR	UN	710	8,99	6.382,90
8	AZEITE DE DENDE	UN	320	17,00	5.440,00
9	AZEITE OLIVA, TIPO PURO (VIRGEM+REFINADO), LATA DE 200 ML.	UN	252	24,00	6.048,00
10	AZEITONAS VERDES SEM CAROÇO, SACHE 120G.	UN	700	5,99	4.193,00
11	BALA DURA PACOTE DE 600GR COM NO MÍNIMO 150 UNIDADES. SABORES SORTIDOS DE CEREJA, MORANGO, MELÃO, HORTELÃ, E OUTRAS. COLORIDA ARTIFICIALMENTE EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM ESPECIFICAÇÕES E SABOR DO PRODUTO. VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	PACOTE	430	10,69	4.596,70
12	BALAS MASTIGÁVEIS SORTIDAS PACOTE PESANDO NO MÍNIMO 600 G SABORES ARTIFICIAL DE BANANA, MORANGO, UVA, MAÇÃ VERDE E OUTRAS, COLORIDAS ARTIFICIALMENTE. PRODUTO EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM EMBALAGEM ADEQUADA COM ESPECIFICAÇÕES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E SABOR. CARACTERÍSTICAS: PRODUTO PREPARADO À BASE DE AÇÚCARES FUNDIDOS E ADICIONADO DE SUBSTÂNCIAS QUE CARACTERIZAM O PRODUTO, COMO SUCO DE FRUTAS, ÓLEOS ESSENCIAIS E ADICIONADOS DE OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS; PRODUTO COM VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	PACOTE	430	10,90	4.687,00
13	BATATA PALHA PACOTE COM 01 KG	PACOTE	490	42,00	20.580,00
14	BEBIDA LÁCTEA SABOR DE CHOCOLATE DE 200 ML	UN	500	2,10	1.050,00
15	BEBIDA LÁCTEA TIPO IOGURTE COM POLPA DE FRUTAS, SABORES VARIADOS, BANDEJA COM 06 UNIDADE DE 90 GR CADA.	UN	600	14,00	8.400,00
16	BISCOITO SALGADO, EMBALAGEM CONTENDO 06 UNIDADES, COM PESO LÍQUIDO DE 137G, SABOR VARIADOS	PACOTE	500	5,40	2.700,00
17	CARNE BOVINA IN NATURA, TIPO ALCATRA, APRESENTAÇÃO CORTADA.	KG	2.330	59,00	137.470,00
18	CARNE BOVINA, IN NATURA, TIPO COSTELA COM OSSO, APRESENTAÇÃO CORTADA.	KG	2.230	34,00	75.820,00
19	CARNE BOVINA IN NATURA TIPO COXÃO DURO, APRESENTAÇÃO CORTADA	KG	280	42,00	11.760,00
20	CARNE BOVINA IN NATURA, TIPO COXÃO DURO, APRESENTAÇÃO MOIDA	KG	2.900	41,00	118.900,00
21	CARNE BOVINA IN NATURA, TIPO COXÃO MOLE, APRESENTAÇÃO CORTADA.	KG	2.330	44,00	102.520,00
22	CARNE BOVINA IN NATURA, TIPO LAGARTO, APRESENTAÇÃO CORTADA.	KG	250	43,00	10.750,00
23	CARNE BOVINA IN NATURA, TIPO PALETA, APRESENTAÇÃO DESOSSADA, RESFRIADA E LIMPA.	KG	1.950	35,00	68.250,00
24	CARNE BOVINA TIPO DE 1ª QUALIDADE BIFE, APRESENTAÇÃO FRESCA.	KG	2.250	45,00	101.250,00
25	CARNE DE PORCO IN NATURA, COSTELA SUÍNA.	KG	1.650	29,90	49.335,00
26	CARNE FRANGO, TIPO COXA E SOBRECOXA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAL CONGELADO.	KG	2.330	10,99	25.606,70
27	CARNE FRANGO, TIPO INTEIRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAL CONGELADO.	KG	2.200	13,65	30.030,00
28	CARNE PORCO IN NATURA, TIPO PERNIL TRASEIRO, APRESENTAÇÃO FRESCA.	KG	1.580	29,00	45.820,00
29	COXINHA DA ASA CONGELADA, EMBALAGEM DE 1 KG	UN	1.630	25,88	42.184,40
30	CREME DE LEITE INGREDIENTE GORDURA LACTEA MINIMO 35 ACONDICIONADO EM EMBALAGEM 200G	UN	715	4,90	3.503,50
31	FARINHA DE ROSCA, MATERIAL PÃO DE TRIGO, APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL.	UN	500	7,40	3.700,00
32	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL SEM FERMENTO, PACOTE DE 1 KG.	PACOTE	350	11,59	4.056,50
33	FARINHA QUIBE, COMPOSIÇÃO GRÃOS DE TRIGO SELECIONADOS E MOÍDOS, TIPO PRÉ-COZIDA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 500G.	UN	365	11,29	4.120,85
34	FEIJAO TIPO 1 CARIOCA NOVO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1 KG	PACOTE	1.900	8,27	15.713,00
35	FEIJÃO TIPO 1, PRETO, NOVO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1KG.	UN	670	7,19	4.817,30
36	FERMENTO EM PÓ, TIPO QUÍMICO, PARA BOLO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 100G.	UN	420	4,71	1.978,20
37	FRUTA IN NATURA, PERA, NACIONAL.	KG	1.120	10,99	12.308,80
38	FRUTA IN NATURA, TIPO ABACAXI.	KG	1.230	15,89	19.544,70
39	FRUTA IN NATURA, TIPO BANANA, ESPÉCIE DA TERRA.	KG	1.410	12,60	17.766,00
40	FRUTA IN NATURA, TIPO BANANA, ESPÉCIE MAÇÃ.	KG	1.020	10,68	10.893,60
41	FRUTA IN NATURA, TIPO BANANA, ESPÉCIE NANICA.	KG	1.170	10,54	12.331,80
42	FRUTA IN NATURA, TIPO LARANJA, ESPÉCIE PERA.	KG	1.320	7,57	9.992,40
43	FRUTA IN NATURA, TIPO LIMÃO, ESPÉCIE TAITI.	KG	370	7,65	2.830,50
44	FRUTA IN NATURA, TIPO MAÇÃ, ESPÉCIE GALA.	KG	1.270	8,28	10.515,60
45	FRUTA IN NATURA, TIPO MAMÃO, ESPÉCIE PAPAIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CLASSIFICAÇÃO: A.	KG	860	9,79	8.419,40
46	FRUTA IN NATURA, TIPO MELANCIA MADURA.	KG	1.590	10,56	16.790,40
47	FRUTA IN NATURA, TIPO MELÃO, ESPÉCIE AMARELO.	KG	1.520	13,22	20.094,40
48	FUBA ASPECTO FISICO PO FINO INSETO DE SUJIDADE ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1 KG	PACOTE	696	4,29	2.985,84
49	GELADINHO TIPO AMERICANO PREPARADO LIQUIDO PARA GELADO COMESTÍVEL C/ 40 UNIDADES 55ML CADA, PRONTO PARA CONSUMO. SABORES SORTIDOS ABACAXI, GROSELHA, GUARANÁ, LARANJA, LIMÃO, MAÇÃ VERDE, MANGA, MARACUJÁ, MORANGO COM IOGURTE, TUTTI FRUTTI E UVA BUSCHLE. INGREDIENTES: AÇÚCAR, ÁGUA, AROMATIZANTE, ACIDULANTE, ÁCIDO CÍTRICO E CORANTE.	PACOTE	1.800	7,98	14.364,00
50	IOGURTE NATURAL TRADICIONAL, POTE DE 170 GRAMAS	UN	90	13,94	1.254,60
51	LEGUME IN NATURA, TIPO ABÓBORA CABOTIÁ OU MORANGA, APRESENTAÇÃO 1° QUALIDADE.	KG	1.360	8,59	11.682,40
52	LEGUME IN NATURA, TIPO JILÓ, ESPÉCIE REDONDO.	KG	840	9,47	7.954,80
53	LEGUME IN NATURA, TIPO MANDIOCA, ESPÉCIE COMUM.	KG	1.480	10,58	15.658,40
54	LEGUME IN NATURA, TIPO PIMENTÃO, ESPÉCIE VERDE.	KG	970	10,91	10.582,70
55	LEGUME IN NATURA, TIPO TOMATE, ESPÉCIE LONGA VIDA.	KG	2.500	8,95	22.375,00
56	LEGUMES IN NATURA, TIPO BATATA, ESPÉCIE DOCE.	KG	1.655	10,46	17.311,30
57	LEGUMES IN NATURA, TIPO BATATA, ESPÉCIE INGLESA.	KG	2.500	8,52	21.300,00
58	LEGUMES IN NATURA, TIPO BERINJELA, ESPÉCIE COMUM.	KG	500	18,00	9.000,00
59	LEGUMES IN NATURA, TIPO BETERRABA, ESPÉCIE COMUM.	KG	1.720	9,36	16.099,20
60	LEGUMES IN NATURA, TIPO CENOURA, ESPÉCIE COMUM.	KG	1.720	11,56	19.883,20
61	LEGUMES IN NATURA, TIPO CHUCHU, ESPÉCIE COMUM.	KG	1.660	8,84	14.674,40
62	LEGUMES IN NATURA, TIPO PEPINO, ESPÉCIE COMUM	KG	980	8,54	8.369,20
63	LEITE CONDENSADO, INGREDIENTES: LEITE INTEGRAL/AÇÚCAR/LEITE EM PÓ INTEGRAL E LACTOSE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 395G.	UN	1.060	7,40	7.844,00
64	LEITE DESNATADO EMBALAGEM COM 1 LITRO	LT	1.030	6,99	7.199,70
65	LEITE, EMBALAGEM DE 1000 ML, U.H.T., TIPO 1 INTEGRAL.	UN	7.570	6,99	52.914,30
66	LEITE EM PO INTEGRAL PACOTE COM NO MINIMO 400 GRAMAS	PACOTE	880	14,99	13.191,20
67	LEITE ZERO LACTOSE EMBALAGEM COM 1 LITRO	UN	2.000	7,15	14.300,00
68	LINGUIÇA, TIPO CALABRESA, INGREDIENTES CARNE SUÍNA.	KG	1.300	31,94	41.522,00
69	LINGUIÇA, TIPO TOSCANA, INGREDIENTES MISTA, CARNE SUÍNA E BOVINA.	KG	2.250	22,00	49.500,00
70	LINHAÇA SEMENTE DOURADA, PACOTE DE 500 GRAMAS.	PACOTE	500	31,00	15.500,00
71	MACARRÃO, TIPO PARAFUSO INTEGRAL COM OVOS, FONTE DE FIBRAS E PROTEÍNAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500G.	KG	1.000	8,00	8.000,00
72	MACARRAO TIPO SEMOLA, FORMATO ESPAGUETE EMBALAGEM DE 500 G Nº 8	PACOTE	130	3,19	414,70
73	MARGARINA, INGREDIENTES: ÓLEOS VEGETAIS, LÍQUIDOS E HIDROGENADOS, SEM SAL, LECITINA DE SOJA, ÁCIDO LÁTICO, SORBATO DE POTÁSSIO E BENZOATO DE SÓDIO, ÁCIDO CÍTRICO E BHT, SEM ADIÇÃO DE ÁGUA, MÍNIMO DE 70% LIPÍDIOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500G.	UN	250	19,99	4.997,50
74	MARGARINA VEGETAL - CREMOSA, COM SAL, NO MÍNIMO 65% DE LIPÍDEOS E 0% DE GORDURAS TRANS, EMBALADA EM POTES DE PLÁSTICO DE 01 KG, ENRIQUECIDA DE VITAMINAS; APRESENTAÇÃO, ASPECTO, CHEIRO, SABOR E COR PECULIARES, ISENTA DE RANÇO E DE BOLORES; EMBALAGEM PRIMÁRIA COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO E ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO.	UN	905	20,99	18.995,95
75	MAXIXE – IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE - ISENTO DE FUNGOS E SUJIDADE. ACONDICIONADOS EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES DE PRIMEIRO USO	KG	650	9,96	6.474,00
76	MILHO DE PIPOCA DE 1 QUALIDADE PCT 500 GR	PACOTE	740	3,80	2.812,00
77	MILHO PARA CANJICA, OS GRÃOS PODEM SER DE COR AMARELA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BENEFICIADO, POLIDO, LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. EMBALAGENS DE 500G, COM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO NA EMBALAGEM, VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES.	PACOTE	430	2,29	984,70
78	MOLHO ALIMENTÍCIO, COMPOSIÇÃO BÁSICA CONCENTRADO TOMATE/SAL/AÇÚCAR E CONDIMENTO, ASPECTO FÍSICO PASTOSA, EXTRATO DE TOMATE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 200G.	UN	1.225	2,15	2.633,75
79	MORTADELA TIPO FATIADA BOA QUALIDADE	KG	490	33,44	16.385,60

80	ÓLEO VEGETAL COMESTÍVEL, MATÉRIA-PRIMA SOJA, APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL, TIPO REFINADO 0% GORDURAS TRANS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 900ML.	UN	2.782	10,45	29.071,90
81	PEITO DE FRANGO - (CORTE DE FRANGO FRESCO, CONGELADO, QUE SEJA DE PRIMEIRA QUALIDADE, APRESENTANDO COR, TEXTURA E ODOR CARACTERÍSTICOS. EMBALAGEM COM DESCRIÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE IDEAL PARA CONSUMO)	KG	1.800	23,00	41.400,00
82	PIPOCA DOCE FARDO COM 50 UNIDADES PESANDO NO MÍNIMO 15 GR CADA, FEITAS DE CANJICÃO (DERIVADO DO MILHO), ESTOURADAS POR CANHÕES EM ALTA PRESSÃO, ADOÇADAS E TORRADAS EM GRANDES DRAGEADEIRAS, BOA TEXTURA E SABOR DELICIOSO. CARACTERÍSTICAS: EMBALAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DA FABRICAÇÃO E VALIDADE. PRODUTO COM VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	FARDO	350	32,50	11.375,00
83	POLPA DE FRUTA DE ACEROLA PACOTE COM 400 GRAMA	PACOTE	570	9,62	5.483,40
84	POLPA DE FRUTA DE MARACUJA PACOTE COM 400 GRAMA	PACOTE	570	18,33	10.448,10
85	POLPA DE FRUTA (MARACUJA) – CONGELADA, SELECIONADA, ISENTA DE CONTAMINAÇÃO; EMBALAGEM DE 01KG ACONDICIONADAS EM SACO PLÁSTICO DE POLIETILENO DE 01KG. CONSTAR A DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 06 MESES E Nº DO REGISTRO DO MAPA.	PACOTE	700	32,00	22.400,00
86	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR ABACAXI 400G.	UN	290	10,70	3.103,00
87	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR CUPUAÇU, 400G.	UN	820	11,44	9.380,80
88	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR GOIABA, 400G.	UN	275	8,99	2.472,25
89	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR GRAVIOLA 400G	UN	275	10,99	3.022,25
90	PRESUNTO MAGRO COZIDO, OBTIDO DE PERNIL SUÍNO SADIO, TIPO FATIADO.	KG	540	45,49	24.564,60
91	QUEIJO PARMESAO EMBALAGEM COM NO MINIMO 50 GRAMAS	UN	200	16,00	3.200,00
92	QUEIJO TIPO MUSSARELA APRESENTAÇÃO FATIADO	KG	590	64,98	38.338,20
93	SALGADINHO ASSADOS, A BASE DE MILHO FARDO COM 20 PACOTES DE PESANDO NO MÍNIMO 50G CADA. SABORES PIZZA, PRESUNTO, CHURRASCO, QUEIJO, BACON. CARACTERÍSTICAS: EMBALAGEM INTACTA CONTENDO INFORMAÇÕES DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DA FABRICAÇÃO E VALIDADE. PRODUTO COM VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	UN	420	39,98	16.791,60
94	SALSICHA, ORIGEM CARNE SUÍNA E BOVINA. TEMPERATURA CONSERVAÇÃO 4, PRAZO VALIDADE 180, TIPO TRADICIONAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS EMBALADA E RESFRIADA, TIPO USO CACHORRO-QUENTE A GRANEL.	KG	1.050	11,69	12.274,50
95	SAL TIPO FINO, APLICAÇÃO ALIMENTICIA, TEOR MAXIMO SODIO 360 MG/G, ADITIVOS IODO/PRUSSIATO AMARELO SODA, ACIDEZ 7,20 PH, PACONTE DE 1KG	PACOTE	660	2,46	1.623,60
96	TEMPERO BAIANO DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. EMBALAGEM DE 20 G, COM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO NA EMBALAGEM, VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES	UN	405	7,00	2.835,00
97	TEMPERO PRONTO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM CONTENDO 10 SACHÊS DE 5G.	UN	705	12,00	8.460,00
98	TEMPERO TIPO CALDO DE GALINHA SEM COLESTEROL CAIXINHA CONTENDO 06 TABLETES DE MINIMO 9,5 GRAMAS	UN	705	12,00	8.460,00
99	UVA DE 1 QUALIDADE E EM ESTADO DE BOA CONSERVAÇAO	KG	1.180	30,00	35.400,00
100	VAGEM.	MÇ	550	9,84	5.412,00
101	VERDURA IN NATURA CEBOLINHA VERDE	MÇ	810	8,91	7.217,10
102	VERDURA IN NATURA, QUIABO, COMUM, CULINÁRIA EM GERAL.	KG	840	9,59	8.055,60
103	VERDURA IN NATURA, RÚCULA, COMUM.	MÇ	620	8,08	5.009,60
104	VERDURA IN NATURA, SALSA, COMUM, MAÇO	MÇ	510	8,57	4.370,70
105	VERDURA IN NATURA, TIPO ALFACE, ESPÉCIE CRESPA	MÇ	1.280	9,12	11.673,60
106	VERDURA IN NATURA, TIPO CEBOLA, DE CABEÇA DE 1ª QUALIDADE, CASCA LISA, SEM LESÕES OU SINAIS DE APRODECIMENTO	KG	1.740	8,77	15.259,80
107	VERDURA IN NATURA, TIPO REPOLHO, ESPÉCIE COMUM/ROXO.	KG	570	10,55	6.013,50
108	VERDURA IN NATURA, TIPO REPOLHO VERDE, ESPÉCIE COMUM, APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL.	KG	1.220	8,91	10.870,20
109	VINAGRE, MATÉRIA-PRIMA VINHO BRANCO, TIPO MACIO, ACIDEZ 4,50, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, ASPECTO VISUAL LÍMPIDO E SEM DEPÓSITOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 750 ML.	UN	460	12,69	5.837,40
110	VINAGRE, MATÉRIA-PRIMA VINHO TINTO, TIPO ACENTUADO, ACIDEZ 4,50, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, ASPECTO VISUAL LÍMPIDO E SEM DEPÓSITOS - 750 ML.	UN	350	12,50	4.375,00
VALOR TOTAL:					
1.999.859,34 (um milhão, novecentos e noventa e nove mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e trinta e quatro centavos)					

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Melissa Alves Knoner
Código Identificador:C0C43F4C

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 46/2026 START SHOP GLOBAL LTDA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 46/2026 START SHOP GLOBAL LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2026
PROCESSO Nº 1834/2026
PREGÃO ELETRONICO N° 95/2026
ORGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL – SEMTRAS
ORGÃOS PARTICIPANTES: SEMSAU-SEMAGRI-SEMOSP-SEMAD

AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026 (DOIS MIL E VINTE E SEIS), **A PREEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS,** inscrita no **CNPJ 63.761993/0001-34**, situada na Av. Marechal Rondon, n.º 984, Centro, Seringueiras/RO, neste ato representado pelo senhor **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, Prefeito Municipal, juntamente com Gerente do Sistema de Registro de Preço-SRP, senhora **SÉRGIO VILMAR KNÖNER** nomeada pela portaria **Nº 255/GAB/PMS/2026** e do outro lado a **EMPRESA START SHOP GLOBAL LTDA** inscrita sob o **CNPJ: 37.912.727/0001-55,** estabelecida na **AV. BRASIL, Nº 2510, NOVA BRASÍLIA – JI-PARANÁ/RO** , doravante denominada **FORNCEDORA,** neste ato representada pelo senhor**:** ZILA PEREIRA LEITE**,** inscrito no **CPF Nº: xxx.449.532-xx. EM FASE DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA NO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 95/2026**. RESOLVE registrar os preços para eventual aquisição, constante do quadro abaixo, que passa a fazer parte integrante desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1° de ABRIL de 2021, o decreto federal 11.462 de 31 de março 2023.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

2. DO LOCAL DE ENTREGA, **PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:**
2.1 O serviço deverá ser entregue de forma parcelada, mediante a emissão da Nota de Empenho emitida conforme a necessidade da secretaria, após recebimento da requisição devidamente assinada pelo responsável da secretaria.
2.2 Os serviços deverão ser prestados conforme descrito no Termo de Referência-Anexo I do Edital.

2.3- O preço registrado, as especificações do objeto, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR: START SHOP GLOBAL LTDA

CNPJ: 37.912.727/0001-55
ENDEREÇO: AV. BRASIL, Nº 2510, NOVA BRASÍLIA
CIDADE: JI-PARANÁ/RO
CEP: 76908-449
CELULAR: (69) 9.9201-8985
EMAIL: licitibem@gmail.com
REPRESENTANTE: ZILA PEREIRA LEITE
RG: Informações constantes nos autos do processo
CPF: xxx.449.532-xx
Itens:

ordem	descrição	unidade	quantidade	Valor Unit.	valor total
1	BISCOITO DOCE, SEM RECHEIO, EMBALAGEM DUPLA, SABORES DE MAISENA, LEITE, NATA E/OU COCO, PACOTE COM 350G.	PCT	3.890	4,50	17.505,00
2	BISCOITO SALGADO - TIPO "CREAM CRACKER / ÁGUA E SAL". EMBALAGEM DUPLA, PACOTES DE 350GR.	PCT	3.640	4,50	16.380,00
3	MACARRÃO, TIPO SÊMOLA, FORMATO PARAFUSO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500G.	PACOTE	1.500	3,90	5.850,00
VALOR TOTAL:					
39.735,00 (trinta e nove mil, setecentos e trinta e cinco reais)					

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Melissa Alves Knoner
Código Identificador:790132A9

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O Prefeito, ARMANDO BERNARDO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei n. 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:
01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	2184/2026
b) Licitação Nrº :	46/2026
c) Modalidade :	Dispensa
d) Data Homologação :	22/09/2026

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Nome	lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor_Unitario	Valor_Total
NRX MEDICAL SYSTEMS COMERCIO ATACADISTA E SERVICOS	1	1	Ventilador Pulmonar eletrônico microprocessado para pacientes neonatais, pediátricos e adultos.	Leistung	UN	1	79.999,90	79.999,90

Seringueiras, 22 de Setembro de 2026

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:90CBFCAB

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N° 476/2026 DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

MUNICIPIO DE URUPA

ESTADO DO: RO

Exercício: 2026

Decreto n° 476/2026 de 05/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE URUPA, RO, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1188/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02		MUNICIPIO DE URUPA	
02.004		SECRETARIA DE EDUCACAO	
02.004.12.361.0003.2.036		COTA PARTE SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL	
70 - 3.3.90.30.00.00	25500000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
71 - 3.3.90.39.00.00	25500000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	58.000,00
72 - 4.4.90.52.00.00	25500000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	57.000,00
02.004.12.365.0004.2.054		QUOTA PARTE SALÁRIO EDUCAÇÃO ENSINO INFANTIL	
102 - 3.3.90.39.00.00	25500000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	5.000,00
Total Suplementação:			135.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE URUPA, Estado do RO, em 5 de Outubro de 2026.

_____
Prefeito

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável MUNICIPIO DE URUPA
05/10/2026 - 12:58:37

Publicado por:
Juciane Gonçalves Maia
Código Identificador:54BBA16C



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

CAMARA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2026 EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AS PROVAS OBJETIVAS CÂMARA MUNICIPAL DE ARIQUEMES/RO

CÂMARA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
ESTADO DE RONDÔNIA
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AS PROVAS OBJETIVAS

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ARIQUEMES/RO**, através do **INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL NOSSO RUMO**, **CONVOCA** todos os candidatos inscritos no Concurso Público, destinado ao provimento das vagas existentes, em conformidade com a **Tabela I** do **Edital de Abertura nº 01/2026**, para a etapa das **Provas Objetivas** a realizar-se na data, horário e local apontados no **Anexo I** deste Edital.
Os candidatos também poderão realizar a consulta individual do local de provas através do site www.nossorumo.org.br, acessando "Inscrições Realizadas" → "Câmara Municipal de Ariquemes – Concurso Público – 01/2026" → "Local de Prova" → "Local de Prova Obj".

1. DATA E HORÁRIOS DAS PROVAS

DATA DA PROVA: 11/10/2026

ABERTURA DOS PORTÕES: 08:00 HORAS/ FECHAMENTO DOS PORTÕES: 08:30 HORAS HORÁRIO OFICIAL DE RONDÔNIA				
PERÍODO	**CARGO**	**PROVA**	**DURAÇÃO DA PROVA**	**TEMPO MÍNIMO DE PERMANÊNCIA EM SALA**
MANHÃ (X)	201 - Agente Administrativo, 205 - Técnico de Segurança do Trabalho e 208 - Técnico em Informática	OBJETIVA	3 HORAS	2 HORAS
	303 - Analista de Gestão Pública, 304 - Analista de Licitação, 306 - Analista Legislativo e 308 - Contador	OBJETIVA E DISCURSIVA	4 HORAS	2 HORAS

ABERTURA DOS PORTÕES: 14:00 HORAS/ FECHAMENTO DOS PORTÕES: 14:30 HORAS HORÁRIO OFICIAL DE RONDÔNIA				
PERÍODO	**CARGO**	**PROVA**	**DURAÇÃO DA PROVA**	**TEMPO MÍNIMO DE PERMANÊNCIA EM SALA**
TARDE (Y)	202 – Almoxarife, 203 - Mestre de Cerimonial, 204 - Operador Audiovisual, 206 - Técnico em Contabilidade, 207 - Técnico em Edificações e 209 - Técnico Legislativo	OBJETIVA	3 HORAS	2 HORAS
	301 - Analista de Ata, Redação e Revisão, 302 - Analista de Comunicação e Marketing, 305 - Analista de Tecnologia da Informação, 307 - Analista Orçamentário e Financeiro e 309 - Controlador Interno	OBJETIVA E DISCURSIVA	4 HORAS	2 HORAS
	310 - Procurador Legislativo	OBJETIVA E PEÇA PROCESSUAL	4 HORAS	2 HORAS

SERÁ PERMITIDO LEVAR O CADERNO DE QUESTÕES APÓS O PERÍODO MÍNIMO DE PERMANÊNCIA EM SALA DE 2 HORAS.

2. DA PRESTAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

O candidato deverá atentar-se aos critérios estabelecidos no Edital de Abertura, especificamente no **Capítulo 8 - DA PRESTAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS, DAS DISCURSIVAS (QUANDO HOUVER) E DA PEÇA PROCESSUAL (QUANDO HOUVER)** e seus subitens, em sua totalidade, não podendo alegar desconhecimento.
O **Instituto Nosso Rumo** recomenda que os candidatos imprimam seu local de provas para maior facilidade na localização, através do procedimento descrito no caput deste Edital.
OS DOIS ÚLTIMOS CANDIDATOS DEVERÃO PERMANECER EM SALA ATÉ QUE O ÚLTIMO TERMINE PROVA. AMBOS ASSINARÃO O ENCERRAMENTO DAS PROVAS NA ATA DE SALA.
O candidato que insistir em sair antes dos prazos estabelecidos no Edital de Abertura, ou descumprir as informações estabelecidas neste Edital ou no Edital de Abertura de Inscrições, deverá assinar termo de ocorrência, declarando sua desistência do Concurso Público, o que será lavrado pelo Coordenador de Aplicação, passando à condição de candidato eliminado.

3. DAS RESPONSABILIDADES DO CANDIDATO

A utilização de máscara cobrindo a boca e o nariz, durante a permanência no local de prova é OPCIONAL. O **Instituto Nosso Rumo**, entretanto, **RECOMENDA** que os candidatos utilizem máscara de proteção durante toda a aplicação, em razão da aglomeração de pessoas nos locais de aplicação.

Para ter acesso ao local da prova o candidato deverá apresentar ORIGINAL de um dos documentos de identidade a seguir:
Documentos Físicos: Cédula Oficial de Identidade; Carteira de Identidade Nacional (CIN); Carteira e/ou cédula de identidade expedida pela Secretaria de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista; Passaporte; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe, que, por Lei Federal, valem como documento de identidade (OAB, CRC, CRA, CRQ etc.) e Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei nº 9.503/97);
Documentos eletrônicos (digitais), com foto: e-Título, CNH digital, RG digital e CIN digital apresentados nos respectivos aplicativos oficiais.
NÃO SERÃO ACEITOS COMO DOCUMENTOS DE IDENTIDADE: boletim de ocorrência que esteja em desacordo com o Edital de Abertura; certidões de nascimento; CPF; títulos eleitorais; carteira nacional de habilitação sem foto; carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade; cópia de documentos, ainda que autenticados; protocolos; **documentos digitais (Carteira de Trabalho – CTPS digital ou ainda cópias de documentos digitais, citados no item 8.4. do Edital de Abertura apresentados fora de seus aplicativos oficiais)**; comprovante de inscrição; cartão de convocação para as provas, documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados ou quaisquer outros documentos não constantes deste Edital.
Durante a realização da prova **NÃO SERÁ PERMITIDO** o acesso a equipamentos eletrônicos (agenda eletrônica, bip, gravador, notebook, pager, palmtop, receptor, **qualquer tipo de relógio (digital, analógico, banco de dados, etc.)** e/ou outros equipamentos similares, **telefone celular**, walkman, tablet etc.) ou semelhantes, boné, gorro, chapéu, óculos de sol, óculos inteligentes, bem como fones de ouvido e protetores auriculares.
O candidato deverá levar caneta para uso individual fabricada em corpo transparente, nas cores azul ou preta, para realização da prova e assinatura na lista de presença.
O candidato deverá levar álcool em gel 70%, em embalagem transparente e sem rótulos. Não será disponibilizado álcool em gel nas salas de aplicação.

O candidato deverá levar garrafa transparente e sem rótulo para uso individual, pois o uso do bebedouro será permitido somente para enchimento de vasilhame.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O candidato deverá observar todas as instruções contidas no **Edital de Abertura nº 01/2026**, e neste Edital de Convocação para as Provas Objetivas, para a realização das provas.

Ariquemes/RO, 01 de outubro de 2026.

FILIPE RASSEN ROZIQUE
Presidente da Câmara Municipal de Ariquemes/RO

ANEXO I
LISTAGEM DE CANDIDATOS CONVOCADOS PARA AS PROVAS, EM ORDEM ALFABÉTICA.

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
2056	ABEL MARTINI	10/02/1983	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	007	11/10/2026	08H00	08H30
2055	ABEL MARTINI	10/02/1983	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30
1383	ABEL PEREIRA PINTO	09/01/1996	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
149	ABELARDO DURAN RONDON	23/08/1982	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	007	11/10/2026	08H00	08H30
155	ABELARDO DURAN RONDON	23/08/1982	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30
2243	ABIGAIL ELOY LEZZI DA SILVA	24/03/2002	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
4261	ABNER SILVA DO NORTE	15/07/1994	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
4215	ABNER SILVA DO NORTE	15/07/1994	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	093	11/10/2026	14H00	14H30
4231	ABRAÃO OYOS CORREIA	23/04/1996	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
1490	ACELINO SANTOS FERREIRA	28/02/2010	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30
1487	ACELINO SANTOS FERREIRA	28/02/2010	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	122	11/10/2026	14H00	14H30
2342	ADAM MONTEIRO SANTOS	21/12/2001	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30
1992	ADEILTON LINS LEMOS	22/04/1991	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	122	11/10/2026	14H00	14H30
3901	ADEMILSON REGINALDO FERREIRA	04/03/1974	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
3529	ADENILSON DA SILVA	22/03/1995	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	073	11/10/2026	08H00	08H30
1324	ADENILSON DE SOUZA MORAIS	09/02/1999	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	003	11/10/2026	08H00	08H30

1325	ADENILSON DE SOUZA MORAIS	09/02/1999	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30
88	ADIEL EUGÊNIO COELHO	07/01/1984	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30
78	ADIEL EUGÊNIO COELHO	07/01/1984	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	132	11/10/2026	14H00	14H30
3194	ADILSON FERNANDO TOLEDO	05/06/1988	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	122	11/10/2026	14H00	14H30
870	ADIMILSON DOS SANTOS FERREIRA	19/06/2001	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	007	11/10/2026	08H00	08H30
878	ADIMILSON DOS SANTOS FERREIRA	19/06/2001	202	ALMOXARIFE	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	077	11/10/2026	14H00	14H30
3714	ADNA SOUZA BRANDÃO PACHECO	30/06/1993	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
3241	ADNA SOUZA BRANDÃO PACHECO	30/06/1993	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	122	11/10/2026	14H00	14H30
882	ADONIAS DIAS ARAUJO	15/06/2003	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30
4054	ADRIANA DOS SANTOS JUSTINO	15/11/2001	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
1374	ADRIANA MAMEDIO PEREIRA	14/03/2001	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30
3638	ADRIANA MARQUES DIAS	07/02/1987	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	122	11/10/2026	14H00	14H30
3979	ADRIANA RUI DA SILVA	25/11/1988	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
3981	ADRIANA RUI DA SILVA	25/11/1988	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	122	11/10/2026	14H00	14H30
3377	ADRIANA SANDRA BRUM BORGHETI BERTOK	06/01/1976	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30
4155	ADRIANA SANTANA DE CARVALHO	25/05/1981	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	122	11/10/2026	14H00	14H30
3676	ADRIANO BARROS SILVA RUGGERI	23/10/1999	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	122	11/10/2026	14H00	14H30
1505	ADRIANO DE OLIVEIRA COUTO	07/06/1991	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30
3142	ADRIANO DE SOUSA LIMA	18/12/1984	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30
2972	ADRIANO SANTOS DE LIMA	06/08/1990	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
2974	ADRIANO SANTOS DE LIMA	06/08/1990	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	081	11/10/2026	14H00	14H30
3672	ADRIANO VIRICIO DINIZ	04/12/1985	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30
2687	ADRIEL SILVA DOS SANTOS	01/08/1988	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30
2928	ADRIELE BERNARDO PEREIRA SANTOS	03/04/1998	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	132	11/10/2026	14H00	14H30
4050	ADRIELE NUNES RODRIGUES SILVA	21/02/1995	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30
2725	ADRIELY PEREIRA DE OLIVEIRA ASSIS.	20/10/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30
1575	AÉLISSON ALVES LIMA	26/07/1990	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30
1582	AÉLISSON ALVES LIMA	26/07/1990	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	081	11/10/2026	14H00	14H30
460	AFONSO HENRIQUE CARDOSO DE AZEVEDO	14/09/1994	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	097	11/10/2026	14H00	14H30
687	AGRIELE DA SILVA SOUZA	21/05/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30
4214	AGUIDA SALDANHA LIMA ROCHA	21/10/1995	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30
951	AGUINALDO JOSE DOS SANTOS	10/11/1973	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	122	11/10/2026	14H00	14H30
686	AILTON AKIRA ALVES CORDEIRO	17/04/1989	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30
684	AILTON AKIRA ALVES CORDEIRO	17/04/1989	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	097	11/10/2026	14H00	14H30
1095	AIRTON DE FIGUEIREDO	18/07/1995	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30
1097	AIRTON DE FIGUEIREDO	18/07/1995	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	081	11/10/2026	14H00	14H30
2905	AISSA NAARA MONTES FARIA	08/10/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30
3041	ÁKILAS PANTOJA VARGAS	16/10/1995	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30
1449	ALAF FERREIRA DO NASCIMENTO	28/02/1997	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	007	11/10/2026	08H00	08H30
1435	ALAF FERREIRA DO NASCIMENTO	28/02/1997	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30

2612	ALAN DANTAS CAVALCANTE	07/01/1991	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
3475	ALAN DIEGO LENQUE	19/10/1999	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	073	11/10/2026	08H00	08H30
3564	ALAN IÁRLEI DIAS DA SILVA	27/06/1991	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	003	11/10/2026	08H00	08H30
3794	ALAN SAULO IZIDORO ANGELO BRUNINI	11/03/1985	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30
2285	ALANA MOREIRA NUNES	20/02/2002	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
1693	ALANDA CASTEDO DIAS	10/08/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30
2610	ALANDES DA SILVA SOARES	07/08/2000	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30
1197	ALANY SILVA DE ASSUNÇÃO	12/01/2000	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30
1198	ALANY SILVA DE ASSUNÇÃO	12/01/2000	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30
1779	ALBERT ALVES DOMICIANO	12/09/1988	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
1781	ALBERT ALVES DOMICIANO	12/09/1988	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
2403	ALBERT SUCKEL	16/11/1986	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	097	11/10/2026	14H00	14H30
1512	ALCINEI DA SILVA DE ASSIS	15/11/1989	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30
851	ALCIRLENE GARCIA DE SOUZA RIBEIRO	19/04/1981	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	003	11/10/2026	08H00	08H30
854	ALCIRLENE GARCIA DE SOUZA RIBEIRO	19/04/1981	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30
2157	ALDAIR DOS SANTOS PEREIRA	02/09/1996	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30
2126	ALDAIR MARIANO PEREIRA	25/08/1986	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
2339	ALDIRENE RODRIGUES MARCOS	14/12/1976	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30
4078	ALDO DE SOUZA	05/01/1985	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	003	11/10/2026	08H00	08H30
4098	ALDO DE SOUZA	05/01/1985	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30
418	ALEF VINICIUS DE SOUZA ANDRADE	01/11/2007	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	007	11/10/2026	08H00	08H30
2479	ALEFF ALVES DE OLIVEIRA	20/07/1994	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	111	11/10/2026	14H00	14H30
4076	ALESANDRA NOGUEIRA MARTINS	12/07/1989	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30
4056	ALESANDRA NOGUEIRA MARTINS	12/07/1989	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30
219	ALESSANDRA LEZZI FALCÃO	26/03/2000	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	097	11/10/2026	14H00	14H30
2667	ALESSANDRA MARIA JACINTO MOTA DE ALMEIDA	28/06/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30
338	ALESSANDRA MARIA SANTOS DO NASCIMENTO	08/07/1995	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30
1578	ALESSANDRA PINTO SILVA FOLHA	18/09/1975	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	003	11/10/2026	08H00	08H30
1967	ALESSANDRA RODRIGUES DE SOUSA TORRENTE	11/05/1992	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30
1203	ALESSANDRO DA SILVA GODOIS PRACA	15/03/2001	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30
4088	ALESSANDRO GABRIEL CAMPOS DE OLIVEIRA	23/03/2000	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30
3693	ALESSANDRO MEZABARBA	30/10/1980	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30
3690	ALESSANDRO MEZABARBA	30/10/1980	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	097	11/10/2026	14H00	14H30
897	ALESSON SANTOS DA SILVA	05/01/1994	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30

1421	ALÉTHIA ORNELAS	17/02/1999	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	097	11/10/2026	14H00	14H30
747	ALEX DA SILVA BASTOS DOS SANTOS	24/01/1995	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30
735	ALEX DA SILVA BASTOS DOS SANTOS	24/01/1995	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	097	11/10/2026	14H00	14H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
718	ALEX DE OLIVEIRA SOARES	02/02/2000	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	073	11/10/2026	08H00	08H30
716	ALEX DE OLIVEIRA SOARES	02/02/2000	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30
3625	ALEX DOS SANTOS NASCIMENTO	14/05/2000	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	007	11/10/2026	08H00	08H30
3532	ALEX VIEIRA DE OLIVEIRA	30/12/1993	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	007	11/10/2026	08H00	08H30
3534	ALEX VIEIRA DE OLIVEIRA	30/12/1993	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30
2857	ALEXANDER CUSTÓDIO CAMILO MARINHO	06/02/2002	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30
2859	ALEXANDER CUSTÓDIO CAMILO MARINHO	06/02/2002	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30
1351	ALEXANDRE CASTOLDI BOARETO	01/10/1987	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
1353	ALEXANDRE CASTOLDI BOARETO	01/10/1987	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30
1057	ALEXANDRE DALITON SOUZA DE LIMA	29/03/2001	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	007	11/10/2026	08H00	08H30
2211	ALEXANDRE PEREIRA DA COSTA	22/10/1989	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
391	ALEXANDRO DA SILVA DOS SANTOS	14/07/1997	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
389	ALEXANDRO DA SILVA DOS SANTOS	14/07/1997	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
822	ALEXANDRO DA SILVA NASCIMENTO	27/12/1982	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30
811	ALEXANDRO DA SILVA NASCIMENTO	27/12/1982	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	132	11/10/2026	14H00	14H30
402	ALÉXIA DE SOUZA JACINTO	16/10/1998	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30
1965	ALEXSANDRO ALEXANDRE MACEDO	05/02/1989	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
1966	ALEXSANDRO ALEXANDRE MACEDO	05/02/1989	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30
2642	ALEXSANDRO ALVES SILVA	03/01/1983	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	097	11/10/2026	14H00	14H30
4262	ALEXSANDRO DA SILVA LIMA	14/11/1998	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	132	11/10/2026	14H00	14H30
2719	ALEXSANDRO OCANHA RODRIGUES	21/01/2005	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	007	11/10/2026	08H00	08H30
3183	ALEXSON CLEY FROTA NEVES	18/10/1979	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
3679	ÁLIFF DIAS VASCONCELOS	08/02/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30
3642	ALINE BARBOSA PEGO	03/04/2001	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30
118	ALINE BEATRIZ DA SILVA FELICIANO	05/03/1999	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30
108	ALINE BEATRIZ DA SILVA FELICIANO	05/03/1999	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	131	11/10/2026	14H00	14H30
1448	ALINE DA SILVA MUDESTO	09/07/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30
776	ALINE DE MELO BORGES RIBEIRO SANTOS ARGOLO	11/08/1990	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30
1949	ALINE DINIZ DANTAS	22/01/2011	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	007	11/10/2026	08H00	08H30
3552	ALINE FELIPE NOGUEIRA	05/05/1990	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	132	11/10/2026	14H00	14H30
590	ALINE FONTES ALVES	13/09/1998	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30
580	ALINE FONTES ALVES	13/09/1998	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
1607	ALINE GURGEL FREIRE DA SILVA	10/04/1992	303	ANALISTA DE GESTÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30

				PÚBLICA		GUAPORÉ									
1608	ALINE GURGEL FREIRE DA SILVA	10/04/1992	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30
657	ALINE LIMA VERLY CANDIDO PINTO	12/07/1993	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30
1050	ALINE LOCATELLI	10/03/1990	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30
1360	ALINE LOUZADA RODRIGUES MATOS	11/10/2003	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30
1359	ALINE LOUZADA RODRIGUES MATOS	11/10/2003	202	ALMOXARIFE	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	077	11/10/2026	14H00	14H30
1426	ALINE RODRIGUES DA SILVA	16/11/1997	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	117	11/10/2026	14H00	14H30
519	ALINE STEPHANE CARLISBINO	12/02/1995	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
733	ALINE TÂNIA SANTANA DOS SANTOS PIGNORATO	16/08/1991	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
3853	ALINNE DE ANGELO CANABRAVA	21/03/1990	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
4157	ALISON FONSECA NASCIMENTO	27/07/2000	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30
3387	ÁLISSON SCHMITT	09/08/1994	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30
2850	ALLAN ALMEIDA COSTA	16/08/1995	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	097	11/10/2026	14H00	14H30
627	ALLAN EGG AMARAL DE SOUZA	06/08/1996	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30
1471	ALLANA MARIA SILVA DE ARAÚJO	18/02/1996	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30
1470	ALLANA MARIA SILVA DE ARAÚJO	18/02/1996	202	ALMOXARIFE	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	077	11/10/2026	14H00	14H30
3117	ALLYSON KAIQUE KLIPPEL LOPES	26/08/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30
3118	ALLYSON KAIQUE KLIPPEL LOPES	26/08/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30
292	ALOINE DE JESUS SIQUEIRA	24/12/1997	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30
1789	ALOYS HENRIQUE CAMPOS FRIEDRICH	15/06/2009	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30
1790	ALTAIR CALHEIROS	12/06/1978	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30
801	AMALEC DA COSTA DE ABREU	28/11/1978	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30
3030	AMANDA ALMEIDA COSTA	28/10/2000	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	097	11/10/2026	14H00	14H30
2198	AMANDA ANSELMO PEREIRA	02/08/1997	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30
2208	AMANDA BALBINO DA SILVA	22/10/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30
480	AMANDA BIELINKI	28/03/2010	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30
3164	AMANDA CAROLINE MARQUES GAHU DA SILVA	04/04/1988	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30
4263	AMANDA DA SILVA ARAÚJO	10/12/1999	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
1953	AMANDA DA SILVA RODRIGUES	29/11/2004	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30
36	AMANDA EMANUELY LEMOS DA SILVA	02/01/2008	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30
2061	AMANDA FERNANDES BORGES	22/08/1997	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30
1648	AMANDA GONÇALVES DA SILVA	03/06/2000	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
1654	AMANDA GONÇALVES DA SILVA	03/06/2000	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30
4141	AMANDA INGRID SANTOS SILVA	09/03/2001	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30
2518	AMANDA KEISER DE OLIVEIRA ALVES	11/01/1999	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
2704	AMANDA KETHELEN NAKAMURA SODRÉ	05/08/2008	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30
4364	AMANDA NORONHA SILVA SOUZA	21/05/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30
224	AMANDA PETINATI DOMENE	17/03/2001	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	106	11/10/2026	14H00	14H30
1436	AMANDA RODRIGUES DE MORAES	05/06/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30
3155	AMANDA RODRIGUES E OLIVEIRA	18/12/1997	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30

						GUAPORÉ									
2017	AMANDA THOMAZ GIFFONI DA SILVA	08/10/2002	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30
2912	AMANDA VITHORIA PEREIRA DA SILVA	11/01/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30
759	AMANDA VITORIA PIRES DE OLIVEIRA	21/11/2003	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30
3594	AMARILSON BARBOSA DOS SANTOS	13/03/1985	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30
745	AMILTON BRAZ SOBRINHO	11/06/1980	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
369	AMINI DABI DA SILVA	03/05/1994	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
1629	AMNON MARTINS DA SILVA MARTINS	11/02/1999	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30
3909	ANA ALICE CARDOSO PREATO	27/10/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30
3907	ANA ALICE CARDOSO PREATO	27/10/2008	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30
3839	ANA BEATRIZ BARROS RIBEIRO	05/10/2003	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30
1665	ANA BEATRIZ MONTEIRO SILVA	05/06/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30
18	ANA BEATRIZ SALVADOR ZAMPIERI	27/03/2000	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30
2501	ANA BEATRIZ SILVA TEIXEIRA PEREIRA	30/11/2004	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30
3412	ANA BEATRIZ SILVA TEIXEIRA PEREIRA	30/11/2004	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30
3495	ANA CAROLINA CAMPOS VICENTE DA SILVA	19/03/1993	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30
976	ANA CAROLINA DE SÁ PEREIRA	13/04/1989	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
2773	ANA CAROLINA MANUSSAKIS COSTA	10/02/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30
235	ANA CAROLINA NIEDZWIECKI MAGALHÃES	24/04/1993	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
2048	ANA CAROLINA OLIVEIRA	05/12/1992	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	097	11/10/2026	14H00	14H30
1119	ANA CAROLINA SILVA	02/05/2000	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30
541	ANA CAROLINE GONÇALVES DA SILVA	22/01/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30
600	ANA CAROLINE GONÇALVES DA SILVA	22/01/1997	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30
3804	ANA CAROLLINA DOS SANTOS DIAS	12/10/2000	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30
2771	ANA CLARA FERMOW MENDES	03/11/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
1021	ANA CLARA OLIVEIRA GASPAR	09/12/2007	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	007	11/10/2026	08H00	08H30
2158	ANA CLARA RODRIGUES PETRI SARMENTO	20/01/2008	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	007	11/10/2026	08H00	08H30
3904	ANA CLARA SUDÁRIO FONTINI	13/09/2004	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30
3579	ANA CLARA VRZECIONEK DE SOUSA NUNES	16/01/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30
77	ANA CRISTINA BATISTA DA SILVA PEREIRA	20/02/1992	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	097	11/10/2026	14H00	14H30
1306	ANA CRISTINA MASSACA MARQUES	02/03/2005	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	007	11/10/2026	08H00	08H30
1867	ANA CRISTINA MENDES SALES	20/07/1991	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30
2634	ANA EMELY DA SILVA ALVARES	26/05/2000	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30
1869	ANA JHULLY SOARES GUARIBANO	11/02/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	032	11/10/2026	08H00	08H30
1737	ANA KELLY PINHEIRO SANTOS DE JESUS	12/08/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30
4220	ANA LUCIA MONTEIRO SILVA	03/07/2002	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30
4158	ANA LUISA VIANA COIMBRA	23/08/2002	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30
3870	ANA LUIZA GROLLI	02/12/2005	201	AGENTE	EEEFM ANISIO	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30

				ADMINISTRATIVO	TEIXEIRA										
2919	ANA LUÍZA LIMA FERREIRA	28/07/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30
2217	ANA LUIZA MATIAS JORGE DE OLIVEIRA	26/09/2005	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30
1979	ANA MARIA BORTONE	12/11/1979	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30
3708	ANA PAULA ALVES BARBOSA	05/09/1991	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30
1241	ANA PAULA DA SILVA AUGUSTINHO	12/10/1995	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30
3515	ANA PAULA DE PAULA DE SOUZA	10/02/1981	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30
2944	ANA PAULA DIAS MAULAIS	17/08/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30
2414	ANA PAULA DOS SANTOS OLIVEIRRA	14/11/1995	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30
2413	ANA PAULA DOS SANTOS OLIVEIRRA	14/11/1995	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	097	11/10/2026	14H00	14H30
1268	ANA PAULA JUSTINO CARREIRO CIRILLO	10/03/1991	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30
1428	ANA PAULA LOPES DOS REIS	13/10/1988	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30
379	ANA PAULA OLIVEIRA LOPES	23/03/1993	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
3499	ANA PAULA PAULA ARRUDA NASCIMENTO	13/06/2008	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	007	11/10/2026	08H00	08H30
1390	ANA PAULA SANTOS CORREA	30/12/1995	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30
3863	ANA ROSA HUHN PAULINO BARBOSA	17/02/1985	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30
1112	ANAEL PARANHOS ALBUQUERQUE	24/03/1994	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	007	11/10/2026	08H00	08H30
1702	ANAEL PARANHOS ALBUQUERQUE	24/03/1994	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30
2666	ANAELLEN PONTES PEREIRA	04/07/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30
1959	ANALCI RODRIGUES PEREIRA	19/01/1984	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
3059	ANALIA SARMENTO VIEIRA	05/06/1992	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
2112	ANANDA GABRIELA DE FIGUEIREDO	27/12/1988	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	097	11/10/2026	14H00	14H30
3647	ANATIELI GEOVANA VERÍSSIMA MIRANDA	05/08/1997	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30
4219	ANDERSON BUTZKE DE ALMEIDA	06/03/1990	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	007	11/10/2026	08H00	08H30
1309	ANDERSON BUTZKE DE ALMEIDA	06/03/1990	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	078	11/10/2026	14H00	14H30
4346	ANDERSON DE OLIVEIRA FELIX	23/06/1989	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30
31	ANDERSON FERNANDES DOS SANTOS	21/02/1995	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30
622	ANDERSON FERREIRA DE FRANCA	31/12/1996	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
3146	ANDERSON FREITAS NOÉ	12/12/2005	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30
439	ANDERSON VINICIUS SILVA PINHO	13/09/1998	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30
387	ANDERSON VINICIUS SILVA PINHO	13/09/1998	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30
3216	ANDHIELO COSTA AMORIM	02/07/1999	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30
629	ANDRÉ AGNALDO SANT' ANNA	20/03/1984	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30

	DO NASCIMENTO			REVISÃO		GUAPORÉ									
786	ANDRE BUENO RODRIGUES	02/07/1985	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30
803	ANDRE BUENO RODRIGUES	02/07/1985	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30
2204	ANDRÉ COMPER REZENDE	08/05/1996	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	117	11/10/2026	14H00	14H30
1513	ANDRÉ LOPES DE ANDRADE	29/11/1986	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
1515	ANDRÉ LOPES DE ANDRADE	29/11/1986	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
2554	ANDRÉ LUIS TREVIZAN	18/07/1995	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
2356	ANDRÉ LUIZ DA SILVA BAIA	28/05/1996	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	012	11/10/2026	08H00	08H30
800	ANDRE LUIZ FERNANDES DOS SANTOS	22/07/1988	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	013	11/10/2026	08H00	08H30
1427	ANDRÉ LUIZ MORAIS SIQUEIRA DA SILVA	15/03/2003	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	029	11/10/2026	08H00	08H30
474	ANDRÉ LUIZ MORAIS SIQUEIRA DA SILVA	15/03/2003	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	105	11/10/2026	14H00	14H30
578	ANDRE PAULINO DOS REIS	27/07/1974	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
2329	ANDRÉ RENAN SILVA FRANCENER	10/07/2008	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	007	11/10/2026	08H00	08H30
3171	ANDRE RICARDO SILVA REIS OLIVEIRA	08/01/1991	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	013	11/10/2026	08H00	08H30
3025	ANDRE SANTANA FERREIRA	06/09/1991	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	073	11/10/2026	08H00	08H30
3027	ANDRE SANTANA FERREIRA	06/09/1991	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30
264	ANDREIA ALFAIA DE ALMEIDA	21/10/1988	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
269	ANDREIA ALFAIA DE ALMEIDA	21/10/1988	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	082	11/10/2026	14H00	14H30
3560	ANDRÉIA AUGUSTINHO SILVA	03/11/1983	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	013	11/10/2026	08H00	08H30
3556	ANDRÉIA AUGUSTINHO SILVA	03/11/1983	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
142	ANDREIA BONFIM SOUTO	27/05/1989	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	013	11/10/2026	08H00	08H30
2755	ANDREIA BORIEZESKA DE SIQUEIRA	08/09/1978	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
2754	ANDREIA BORIEZESKA DE SIQUEIRA	08/09/1978	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	097	11/10/2026	14H00	14H30
3313	ANDREIA CAMILO RAMOS	09/02/1988	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	097	11/10/2026	14H00	14H30
2322	ANDRÉIA CARDOSO DE SOUZA OLIVEIRA	06/03/1987	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30
1444	ANDRÉIA COSTA AFONSO PIMENTEL	21/06/1986	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	097	11/10/2026	14H00	14H30
2123	ANDRÉIA DARC DA SILVA	28/05/1983	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30
3928	ANDREIA RODRIGUES DE SOUZA	14/03/1982	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30
3882	ANDREIA TAMAYOSE REZENDE	28/03/1974	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30
1432	ANDRESSA ALVES FERREIRA	12/03/1998	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30
3022	ANDRESSA CANDIDO DOMINGOS	22/10/1997	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
4327	ANDRESSA DA SILVA LANDES	24/02/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30
2876	ANDRESSA FERREIRA DA SILVA	08/01/2005	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
75	ANDRESSA GODOY VIEIRA	27/11/2003	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
1735	ANDRESSA LEONARDO RODRIGUES	20/07/1995	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	013	11/10/2026	08H00	08H30
2371	ANDRESSA MARIA VIEIRA DE OLIVEIRA	31/07/1997	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30
1140	ANDRESSA MENDES DE SOUZA	22/11/1989	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30

826	ANDRESSA PINHEIRO DOS SANTOS	13/04/1999	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30
509	ANDRESSA ROCHA BARBOSA	05/08/2000	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30
2597	ANDRESSA SALES VIEIRA	16/11/2001	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30
839	ANDREW LIMA FARIAS	25/03/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30
1184	ANDREY VIEIRA MENDES	15/12/2008	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	007	11/10/2026	08H00	08H30
4242	ANDRIELE BELMIRO SOBRINHO	23/01/1983	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	073	11/10/2026	08H00	08H30
4308	ANDRIELE BELMIRO SOBRINHO	23/01/1983	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30
2200	ANDRIELLY BISPO SOARES	14/05/2002	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	013	11/10/2026	08H00	08H30
2249	ANDRIELLY FARIAS ROCHA	15/10/2002	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30
1238	ANDRIELY DOS SANTOS FERRAZ	05/08/2003	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30
3584	ANELIZE ALVES GONDIM	25/01/2005	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30
1585	ANGELICA HELENA PEGO DE ALMEIDA	16/07/1992	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	013	11/10/2026	08H00	08H30
1946	ANGÉLICA RABELO DE FREITAS	25/01/1994	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30
1716	ANNA CARLA BARBOSA DA SILVA RODRIGUES	04/02/1989	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30
390	ANNA CLARA DE JESUS SANTANA	05/01/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
3217	ANNA CLARA DE SOUZA SOUTO	21/02/2005	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	117	11/10/2026	14H00	14H30
3172	ANNA EMILIA LOPES SALLES	30/04/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30
384	ANNA JULIA NUNES SILVA	05/12/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30
1557	ANNA LUIZA RIBEIRO TORRES DA SUKVA	11/01/2006	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	013	11/10/2026	08H00	08H30
1559	ANNA LUIZA RIBEIRO TORRES DA SUKVA	11/01/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30
3308	ANNIE DANIELLI DE SOUZA MORAIS	03/01/2004	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30
3307	ANNIE DANIELLI DE SOUZA MORAIS	03/01/2004	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30
3323	ANNY GABRIELLE SILVA DANTAS	03/07/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30
3661	ANSELMO SILVA SPEROTO	16/05/1995	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	013	11/10/2026	08H00	08H30
3654	ANSELMO SILVA SPEROTO	16/05/1995	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30
278	ANTENOR SOUZA QUEIROZ JUNIOR	21/06/1990	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
3558	ANTHONY CARLOS SANTOS	30/09/2007	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	007	11/10/2026	08H00	08H30
4183	ANTHONY GABRIEL CARVALHO CASARIN	26/02/2004	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30
1041	ANTONELLY VITORIA	01/08/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30
3674	ANTONELLY VITORIA	01/08/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30
443	ANTÔNIO ALECSANDRO ALMEIDA GUEDES	03/09/1991	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	097	11/10/2026	14H00	14H30
2344	ANTONIO BRAGA SILVINO	29/10/1985	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30
2343	ANTONIO BRAGA SILVINO	29/10/1985	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30
3339	ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA	07/05/1981	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	007	11/10/2026	08H00	08H30
4199	ANTONIO LAET AIRES DE ALMEIDA JUNIOR	21/05/1996	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	013	11/10/2026	08H00	08H30
4188	ANTONIO MARCELO FIALHO FERREIRA	05/02/1975	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30

105	ANTONIO MARCOS FIGUEIREDO FERREIRA	10/02/1992	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	013	11/10/2026	08H00	08H30
3531	ANTONIO MATHEUS DE JESUS CHAVES	09/05/2000	203	MESTRE DE CERIMONIAL	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	114	11/10/2026	14H00	14H30
3522	ANTONIO MATHEUS DE JESUS CHAVES	09/05/2000	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	123	11/10/2026	14H00	14H30
243	ANTONIO MAYLESON SILVA E SILVA	13/11/1997	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	073	11/10/2026	08H00	08H30
249	ANTONIO MAYLESON SILVA E SILVA	13/11/1997	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30
3281	ANTONY LUIS SANTANA VEDOVATO	17/06/2003	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30
4144	ANY CAROLINE CARDOSO DA SILVA	28/06/2007	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	117	11/10/2026	14H00	14H30
3846	ANY CAROLINE GONÇALVES RBEIRO	26/05/1996	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	007	11/10/2026	08H00	08H30
3367	ANY CAROLINE GONÇALVES RBEIRO	26/05/1996	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30
181	ÁQUILA MACHADO DE OLIVEIRA	15/01/2003	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30
2907	ARETA MICAELA SILVA OLIVEIRA	21/05/1998	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	013	11/10/2026	08H00	08H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
465	ARIANE AMARAL PERON	17/01/1995	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30
3476	ARICENA MIRANDA MARINHO	23/02/1985	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	013	11/10/2026	08H00	08H30
3272	ARMANDO GIORDANI TRASSI	23/07/2005	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30
1980	ARMINDO JUNIOR GOMES RIBEIRO	04/03/2004	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	073	11/10/2026	08H00	08H30
2650	ARMSTRONG EMANUEL DE MELO ALMEIDA	25/08/1992	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
2694	AROLDO LIMA DOSSANTOS	17/09/1969	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30
2481	ARTHUR ALCÂNTARA ZACARINI	15/06/2001	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30
87	ARTHUR DAVI AMUD MARINHO	26/07/2012	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30
90	ARTHUR DAVI AMUD MARINHO	26/07/2012	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30
3248	ARTHUR DOS SANTOS CALIXTO	13/10/2000	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
3247	ARTHUR DOS SANTOS CALIXTO	13/10/2000	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30
1600	ARTUR ANTUNES SOARES TEIXEIRA	13/01/1983	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30
3468	ARTUR LIMA DA SILVA	13/11/2001	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30
1211	ARYADNE CRHISTINE DE OLIVEIRA	12/12/1995	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
964	ARYADNE CRHISTINE DE OLIVEIRA	12/12/1995	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	097	11/10/2026	14H00	14H30
1491	ASAPH RODRIGUEZ PAULO	14/03/1998	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30
2244	ATIDOR AURÉLIO DE SOUZA PROVIN	23/06/1995	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30
2246	ATIDOR AURÉLIO DE SOUZA PROVIN	23/06/1995	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30
1343	ATILA SANTOS SILVA	09/07/1986	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
1229	AURELIANO NONATO DE SOUZA	30/04/1969	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30
2728	AURELIO TENHARIN FILHO	10/12/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	033	11/10/2026	08H00	08H30
1321	AURIANE GOMES FERREIRA	11/03/1987	303	ANALISTA DE GESTÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-	013	11/10/2026	08H00	08H30

				PÚBLICA		GUAPORÉ					631				
1322	AURIANE GOMES FERREIRA	11/03/1987	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
659	AURISDENE CHAVES BRINDEIRO	13/03/1990	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	013	11/10/2026	08H00	08H30
1610	BÁRBARA BRIGIANNE MARINHO AGUIAR	31/08/1994	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30
3784	BÁRBARA ELOÁ DE SOUZA COSTA	15/01/2003	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30
3406	BÁRBARA YOLANDA COSTA FERNANDES	25/12/1996	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	013	11/10/2026	08H00	08H30
3586	BEATRIZ ALESSANDRA BRANDT CANOFFRE	31/03/2003	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
4273	BEATRIZ AMURIM ALVES	19/07/1999	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30
356	BEATRIZ BATISTA XIMENES PACHECO	13/11/1998	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	117	11/10/2026	14H00	14H30
3592	BEATRIZ CAROLINE SANTORO	03/06/1996	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
3990	BEATRIZ CAVALCANTE PRIMÃO	21/10/1999	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
469	BEATRIZ DA SILVA BONO PRUDENCIO	04/12/1998	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
464	BEATRIZ DA SILVA BONO PRUDENCIO	04/12/1998	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30
1975	BEATRIZ DIAS OLIVEIRA	04/04/2000	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30
3595	BEATRIZ FERREIRA CAMPOS	16/07/1992	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	097	11/10/2026	14H00	14H30
2632	BEATRIZ GABRIELLY VALIM DOS SANTOS	08/10/2005	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30
1232	BEATRIZ JULIANA TOMÉ	23/08/1988	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
1237	BEATRIZ JULIANA TOMÉ	23/08/1988	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	130	11/10/2026	14H00	14H30
4197	BEATRIZ NASCIMENTO BARBOSA	24/02/1998	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	013	11/10/2026	08H00	08H30
3132	BEATRIZ SABRINA GOMES DO NASCIMENTO	12/02/2000	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30
3224	BELEN CAMILA RODRIGUEZ ROSALES	05/12/1997	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30
3740	BENEDITA FLAVIA DE CASTRO	09/12/1975	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
125	BETÂNIA SANTOS E TEIXEIRA	15/10/1998	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
3182	BIANCA COLOMBO MORGADO BEITUM	24/02/1987	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	013	11/10/2026	08H00	08H30
287	BIANCA DE PAULA AMARO	20/07/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
2076	BIANCA DE SOUSA	26/07/2000	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
1188	BIANCA FORTUNATO DE LIMA	02/02/1994	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
1196	BIANCA FORTUNATO DE LIMA	02/02/1994	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
1239	BIANCA LOPES DOS SANTOS	17/09/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
4080	BIANCA SOUSA REICHERT	08/12/2003	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	097	11/10/2026	14H00	14H30
3601	BISMARCK ALVES PEREIRA NOSA	21/01/1992	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30
1176	BRAYAN TELES CACIQUE	08/12/2009	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30
4014	BRENDA GONÇALVES ROCHA	19/03/2002	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	078	11/10/2026	14H00	14H30
2861	BRENDA MIRANDA DE FARIAS FERREIRA	26/07/1995	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	073	11/10/2026	08H00	08H30
2617	BRENDA PEREIRA DO NASCIMENTO	07/01/1995	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
2618	BRENDA ZUFFO DE AGUIAR	20/09/1998	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30

					CANTANHEDE											
3006	BRENDO PEREIRA SILVA	17/11/1996	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
3003	BRENDO PEREIRA SILVA	17/11/1996	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30
3411	BRENDO SALES DA SILVA	06/03/1996	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
2821	BRENO DA SILVA REIS	17/11/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	013	11/10/2026	08H00	08H30
2430	BREVERNANDE DA SILVA	15/03/1970	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	064	11/10/2026	08H00	08H30
3734	BRIANI CORVETO RODRIGUES	01/07/1994	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
2289	BRUNA AKEMMY SANTOS DE OLIVEIRA VALADÃO	06/06/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
4291	BRUNA CELINA DA COSTA VELASQUE	10/07/2001	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	013	11/10/2026	08H00	08H30
3657	BRUNA DANIELY SILVA SOUZA	29/08/1997	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	117	11/10/2026	14H00	14H30
80	BRUNA DE ANDRADE GOMES	15/03/1998	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30
3792	BRUNA GRASIELE MOREIRA BIANCHI	20/09/1988	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	013	11/10/2026	08H00	08H30
438	BRUNA KAROLINE SANTOS CORREA	22/08/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	013	11/10/2026	08H00	08H30
1030	BRUNA LEAL DOMINGUES	04/04/1995	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	025	11/10/2026	08H00	08H30
841	BRUNA LEAL DOMINGUES	04/04/1995	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
2699	BRUNA MAYARA KUNDZINS NUNES	16/10/1989	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30
1013	BRUNA NUNES CARVALHO	12/10/1999	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	013	11/10/2026	08H00	08H30
2183	BRUNA OLIVEIRA BATISTA	27/04/2000	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
1984	BRUNA PAIXÃO DE JESUS	19/01/1994	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
3905	BRUNA RIBEIRO ALMEIDA	14/08/1993	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	046	11/10/2026	08H00	08H30
4082	BRUNA RIBEIRO ALMEIDA	14/08/1993	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30
497	BRUNA SAMARA PIRES RIBEIRO	28/12/1987	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	013	11/10/2026	08H00	08H30
2777	BRUNO BATISTINI RUFINO	12/08/1996	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30
3199	BRUNO BIFF ALVES	16/08/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30
3955	BRUNO DE FREITAS MAIA	22/10/2001	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	007	11/10/2026	08H00	08H30
654	BRUNO DE LUCA SOARES VIEIRA	28/10/2002	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	060	11/10/2026	08H00	08H30
4240	BRUNO DE OLIVEIRA NOGUEIRA	29/08/1999	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	078	11/10/2026	14H00	14H30
1824	BRUNO DE SOUZA SANTOS	08/09/2004	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
2963	BRUNO FRANKLIN NUNES CAMPOS	06/07/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30
834	BRUNO HENRIQUE DE SOUZA DUARTE	21/12/2001	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	117	11/10/2026	14H00	14H30
3091	BRUNO HENRIQUE DOS SANTOS QUEIROZ	12/10/2008	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	007	11/10/2026	08H00	08H30
3872	BRUNO IRINEU SILVA DO NASCIMENTO	04/01/1997	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30
3640	BRUNO LUCOTTI FERNANDES	07/08/1998	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
3754	BRUNO MALONE OLIVEIRA MOURA	22/04/1997	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	078	11/10/2026	14H00	14H30
3337	BRUNO MAYCON RIBEIRO	21/01/1999	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
2154	BRUNO ROQUE	24/03/1990	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	097	11/10/2026	14H00	14H30
257	BRUNO YAN MEDEIROS SOARES	16/12/1997	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	117	11/10/2026	14H00	14H30
1595	BRUNO ZAQUEU CORRÊA DE	13/08/2000	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	039	11/10/2026	08H00	08H30

	AZEVEDO			TRABALHO											
2827	BRYAN FERNANDO SERAFIM COSTA	31/05/2006	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	007	11/10/2026	08H00	08H30
2828	BRYAN FERNANDO SERAFIM COSTA	31/05/2006	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
3286	CAIK CORREA RAPOSO	17/08/2002	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
2906	CAINÃ MONTES FARIA	20/04/2004	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30
4190	CAIO FERREIRA COSMO DA SILVA	19/06/2005	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	007	11/10/2026	08H00	08H30
3310	CAIO HENRIQUE BARBOSA NASCIMENTO	30/05/2004	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30
2032	CAIO KAUÃ SANTOS MARCOS	20/10/2003	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	078	11/10/2026	14H00	14H30
2761	CAIO OMITTI DOS SANTOS	15/08/2001	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30
3292	CAIO SOUSA LIMA	22/07/1989	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	097	11/10/2026	14H00	14H30
3318	CAIRE CILENE PEREIRA PINTO TEIXEIRA	11/02/1989	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
3097	CALIANE MARQUES ALVES	22/07/1985	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	013	11/10/2026	08H00	08H30
4125	CAMILA DA SILVA ROSA	04/08/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30
858	CAMILA EMANUELI DOS SANTOS OLIVEIRA	14/12/1994	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
2970	CAMILA ESTEFANY ROCHA DE SOUZA	31/05/2006	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
420	CAMILA FERNANDA DA SILVA AMARAL	02/03/1988	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
1300	CAMILA ITERNES DOS SANTOS	19/11/1994	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
2966	CAMILA MAIA PONTES MOREIRA	05/12/2007	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30
455	CAMILA VITÓRIA DA SILVA	28/05/2004	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
3546	CAMILLA NUNES BILENKE PIMENTA	12/09/2010	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
2870	CAMILLY DE ALMEIDA FIUZA	17/03/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
3401	CAMILLY VITORIA ARAUJO KREBS	16/08/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
129	CARINA SOUZA CRUZ	04/10/1992	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	097	11/10/2026	14H00	14H30
3033	CARLA APARECIDA MANTAIA	08/02/1988	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	097	11/10/2026	14H00	14H30
1055	CARLA DE SOUZA RODRIGUES	09/05/1993	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30
1215	CARLA DO NASCIMENTO CACHOEIRA	10/09/2002	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30
1267	CARLA FERREIRA CORDEIRO	24/05/1986	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	013	11/10/2026	08H00	08H30
974	CARLA ISABELLA SANTOS OLIVEIRA	29/01/2009	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
1106	CARLA MAIZA SILVA DE FRANCA	25/11/1992	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30
4312	CARLA MEDINA MAIA ROCHA	25/08/1988	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
2913	CARLOS DANIEL FERNANDES SOBRINHO	13/02/2006	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	117	11/10/2026	14H00	14H30
4250	CARLOS EDUARDO ALVES PONTES	03/01/1999	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
2134	CARLOS EDUARDO ALVES PONTES	03/01/1999	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	097	11/10/2026	14H00	14H30
3336	CARLOS EDUARDO DOS SANTOS CINTA LARGA	28/03/2003	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
2458	CARLOS EDUARDO MACIERO DOS SANTOS	02/10/2002	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
901	CARLOS EDUARDO NUNES DE ANDRADE	24/02/2001	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	013	11/10/2026	08H00	08H30
947	CARLOS EDUARDO OLIVEIRA SANTOS	25/04/1996	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	013	11/10/2026	08H00	08H30
949	CARLOS EDUARDO OLIVEIRA SANTOS	25/04/1996	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30
265	CARLOS EDUARDO PINHEIRO DOS SANTOS	02/04/2002	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	007	11/10/2026	08H00	08H30
3616	CARLOS EDUARDO RAFALSKY TOFALINI	17/08/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30
225	CARLOS EDUARDO RAMOS DE SOUZA	01/09/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
2255	CARLOS EDUARDO SANTANA DE ANDRADE	13/01/2007	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30
1577	CARLOS EDUARDO SANTOS NASCIMENTO	13/05/2002	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
1587	CARLOS EDUARDO SANTOS NASCIMENTO	13/05/2002	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30
4113	CARLOS EDUARDO SILVEIRA	04/01/2006	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	007	11/10/2026	08H00	08H30
58	CARLOS HENRIQUE BIANCHI OLIVEIRA	24/04/2000	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	013	11/10/2026	08H00	08H30
3235	CARLOS HENRIQUE LIMA LOPES SILVA	29/05/1999	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30
2149	CARLOS HENRIQUE NEIVA COLOMBARI	09/05/1993	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
910	CARLOS HENRIQUE SOUZA SILVA	18/04/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
908	CARLOS HENRIQUE SOUZA SILVA	18/04/2007	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
3052	CARLOS MANOEL SILVA NEVES	07/10/1995	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30
2655	CARLOS RODRIGO EUFRAZIO	13/04/1994	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	013	11/10/2026	08H00	08H30
693	CARLOS WELLINGTON FERREIRA MARQUES	17/12/1984	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	117	11/10/2026	14H00	14H30
2410	CARMEM SILVA DOS SANTOS TAVARES	20/05/1974	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30
4000	CARMEM SILVA DOS SANTOS TAVARES	20/05/1974	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30
3344	CAROLANE DE OLIVEIRA DUARTE	08/09/1997	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
3345	CAROLANE DE OLIVEIRA DUARTE	08/09/1997	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30
742	CAROLAYNE SANTOS DE MELO	22/06/1997	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
1696	CAROLINA LAUREANO GOMES OLIVEIRA	29/11/2000	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
358	CAROLINA MAIA PINHEIRO	09/01/1996	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30
3218	CAROLINA PAULINO DOS SANTOS	06/08/1997	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
2998	CAROLINA SANTOS ARAÚJO	05/07/2004	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30
3903	CAROLINA ZANINI DA SILVA ROSA	25/09/2001	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30
1498	CAROLINE DA SILVA HOFFMANN	07/03/1991	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
3840	CAROLINE MIRANDA DOS SANTOS	08/11/1998	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	078	11/10/2026	14H00	14H30
833	CAROLINE PAES DA CUNHA XAVIER	19/05/1995	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	073	11/10/2026	08H00	08H30
153	CAROLINE SILVA RODRIGUES	28/11/1996	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
900	CAROLINE WILSEN FONSECA	07/10/1995	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30
2950	CAROLYNA SOUZA ROCHA	21/11/2000	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
280	CASSANDRA JANURIO AMOEDO	29/12/1995	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30
2241	CASSANDRA MORAIS BIJOS	14/06/1996	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30
1100	CASSIANE FERREIRA RIBEIRO	12/01/2004	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30
588	CASSIANO PINHEIRO DA SILVA	20/01/2009	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
2447	CAUÃ KEVIN MOREIRA DO AMARAL	02/04/2004	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30
3471	CECIANE CARVALHO DO NASCIMENTO DE SOUZA E SOUSA	25/04/1986	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
3948	CECILIA FERNANDA MOREIRA COUTINHO SOUZA	19/10/1998	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	078	11/10/2026	14H00	14H30
1907	CELESTE PEDRISCH DE SOUZA	06/11/2003	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
1445	CÉLIA REGINA ROCHA LEITE	11/04/1981	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
1437	CÉLIA REGINA ROCHA LEITE	11/04/1981	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
3965	CÉLIO MORAIS SOUZA	05/10/1988	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
354	CELSO DOUGLAS ORBEM	21/11/1985	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
92	CELSO MARTINS DOS SANTOS	09/06/1975	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
137	CELSO MARTINS DOS SANTOS	09/06/1975	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	081	11/10/2026	14H00	14H30
96	CESAR FERREIRA GOMES JUNIOR	26/08/1994	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30
4303	CÉSAR FILIPHE OLIVEIRA DA SILVA	07/09/1998	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
585	CÉSAR JÚNIO FERREIRA DOS REIS	21/08/1981	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
2893	CÉSAR JÚNIO FERREIRA DOS REIS	21/08/1981	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
4319	CESAR ROBERTO BRAZ CARVALHO DE OLIVEIRA	25/04/2001	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
2181	CÉSAR WEIGLY TARABOSSI REIS	14/08/1997	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
3419	CÉZAR KRENSKI FAGUNDES	25/09/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30
3421	CÉZAR KRENSKI FAGUNDES	25/09/1997	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30
1008	CHARLES SOARES PINTO	28/03/1997	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	007	11/10/2026	08H00	08H30
143	CHARLESTON RIBEIRO DOS PASSOS	12/11/1991	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
76	CHARLESTON RIBEIRO DOS PASSOS	12/11/1991	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30
4073	CHAYENE APURINÃ MOURA DA SILVA	30/04/1998	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30
1218	CHEER CHRISTIE DUARTE	05/06/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30
1625	CIBELE RODRIGUES DE ABRANTES PEREIRA	26/07/2001	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
2722	CINTHIA FRANCA CORREIA E SILVA	04/06/1992	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
504	CÍNTHIA VENÂNCIO BABILON DA SILVA	07/06/2004	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE	CÓD. DO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA	ABERTURA DO	FECHAMENTO DO

		NASCIMENTO	CARGO										PROVA	PORTÃO	PORTÃO
4178	CÍNTIA FAUSTINO ESTEVAM PEREIRA BARBOSA	03/10/1997	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30
3888	CLARA DOS ANJOS REGO DE MENEZES	15/02/1998	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30
2674	CLAUDEILTON SILVA	10/04/1987	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
2456	CLAUDEMAR TIMOTEO TEICHMANN	14/03/1976	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	046	11/10/2026	08H00	08H30
2455	CLAUDEMAR TIMOTEO TEICHMANN	14/03/1976	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	131	11/10/2026	14H00	14H30
4321	CLAUDEMIR RODRIGUES DE ARAUJO JUNIOR	08/12/1995	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30
778	CLAUDIA FRANCIELE OPPERMANN KUNRATH	01/07/1995	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
1467	CLÁUDIA JÉSSICA RODRIGUES DE SOUZA	03/01/1998	203	MESTRE DE CERIMONIAL	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	114	11/10/2026	14H00	14H30
3485	CLAUDIA PADILHA PRADO	11/01/1992	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30
4227	CLAUDILENE DOS SANTOS ARAÚJO OTTONI	28/02/1985	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
1206	CLAUDIO ANTONIO ALCANTARA SILVA	24/04/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30
3166	CLÁUDIO ANTONIO DE OLIVEIRA JÚNIOR	04/03/2009	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
3724	CLAUDIO GABRIEL COSTA DE SOUSA	18/07/1994	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
3646	CLAUDIO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS	15/11/2005	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30
4122	CLÁUDIO VAGNER LOPES MORAES	25/02/1975	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
2386	CLÁUDIO VINÍCIUS MESQUITA E SILVA	18/08/2000	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
3736	CLAUDIOMAR DOS SANTOS	30/08/1971	204	OPERADOR AUDIOVISUAL	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	116	11/10/2026	14H00	14H30
360	CLAUDSON RODRIGUES VIANA	15/02/1985	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30
638	CLEBER BATISTA FARIAS	13/03/1982	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30
3219	CLEBER SANTANA PINHEIRO	31/05/1997	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	073	11/10/2026	08H00	08H30
1520	CLEBIA DOS SANTOS MOTA AMORIM	11/06/1983	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
3251	CLECIA SILVA TONEZANI	01/12/1998	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
4071	CLEICIAINARA BAGIO LOVO	08/07/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30
3940	CLEICIANE SATURNINO DA SILVA CAETANO	20/04/1988	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
691	CLEIDE BERNADINO XAVIER	11/09/1985	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	034	11/10/2026	08H00	08H30
2555	CLEIDE CHERRY MARTINS	19/10/1981	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30
334	CLEIDIALEIA ALVES COSTA	09/10/1987	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30
4333	CLEIDIANE COSTA DE JESUS MARQUES	23/11/1997	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30
2621	CLEIDIANE DA SILVA VENANCIO BUENO	29/03/1999	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30
1313	CLEITON HENRIQUE DA SILVA SOUZA	05/08/1994	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
1304	CLEITON HENRIQUE DA SILVA SOUZA	05/08/1994	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
2143	CLEITON MAURÍCIO LERNER	20/04/1977	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO

398	CLELIA COSTA ROCHA	08/06/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30
1866	CLEOMIR BORHER SANTANA	05/05/1997	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
664	CLEUDESAN DA SILVA OLIVEIRA	02/12/1985	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30
2577	CLEVANILCE MARTINS DE OLIVEIRA	10/08/1982	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30
2041	CLEVERSON SIEBRE	12/03/1993	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30
1870	CLEYDSON DE OLIVEIRA RIBEIRO JUNIOR	03/07/1991	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30
2592	CLÓVIS ROBERTO ZIMERMANN JÚNIOR	18/01/1995	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30
1216	CORDEZITO PESSOA JUNIOR	31/05/1971	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30
3639	CRISLAINE CASSIANO DE ALMEIDA PASSARINHO	13/11/1999	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	073	11/10/2026	08H00	08H30
483	CRISLAINE DE OLIVEIRA SOARES	19/11/1992	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30
1403	CRISLAINE GOMES RIBEIRO	19/10/1988	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30
1944	CRISLAINE RODRIGUES MARQUES	27/08/1987	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30
848	CRISTHIANE PEREIRA DA SILVA	01/12/1982	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30
4160	CRISTHOF LUIZ SOUZA SANTOS	19/11/1991	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
915	CRISTIANE AMARAL RODRIGUES	21/09/1977	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30
233	CRISTIANE DA SILVA FERREIRA	27/10/1995	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30
2992	CRISTIANE FRITZ MACEDO	13/11/2000	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30
4065	CRISTIANE JEAN MOURAO	02/04/1996	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
2855	CRISTIANE PENHA FERREIRA DE SOUZA	20/08/1981	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30
2029	CRISTIANE SCHMITT	15/08/1983	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30
310	CRISTIANE SIGESMUNDO DE SOUZA	01/04/1990	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30
812	CRISTIELLY GLOWASKI	16/05/1986	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30
1201	CRISTINA APARECIDA DOS SANTOS TEODORO	16/05/1990	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	046	11/10/2026	08H00	08H30
1204	CRISTINA APARECIDA DOS SANTOS TEODORO	16/05/1990	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30
730	CRISTINA BENTO RODRIGUES	05/06/1986	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30
729	CRISTINA BENTO RODRIGUES	05/06/1986	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30
4358	CRISTINA STEFFEN	23/01/2000	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	046	11/10/2026	08H00	08H30
4360	CRISTINA STEFFEN	23/01/2000	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	130	11/10/2026	14H00	14H30
4293	DAIAN STÉPHANI RANGEL DA FONSECA	18/01/1994	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30
1063	DAIANE CARDOSO DE OLIVEIRA DINIZ	15/04/1989	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30
3797	DAIANE TAMIRES LOPES DA SILVA	28/12/1987	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30
1943	DAIANE XAVIER DE	08/02/1991	201	AGENTE	EEEFM ANISIO	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30

	SOUZA SÁ TELES			ADMINISTRATIVO	TEIXEIRA										
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
779	DAIANE XAVIER DE SOUZA SÁ TELES	08/02/1991	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30
244	DAIANI CASAGRANDE MAGRI	15/07/1992	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30
997	DAIVID OIAGO SURUÍ	12/01/2001	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30
1334	DALILA RODRIGUES DA CONCEIÇÃO	16/02/2002	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	127	11/10/2026	14H00	14H30
760	DALIRIA DAHM DE LIMA	31/12/1983	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30
4039	DALIRIA LUIZA TAVARES DO NASCIMENTO	17/08/1977	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30
1068	DANIEL CAMILO ARARIPE	09/02/1981	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
24	DANIEL CRUZ LIMA	25/05/1981	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
2818	DANIEL CRUZ LIMA	25/05/1981	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30
2716	DANIEL DE MELLO FERREIRA	08/04/1997	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30
141	DANIEL LIMA VIEIRA	23/01/2004	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30
2595	DANIEL LUCAS MALTA MATOS LOPES	19/07/2000	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30
4228	DANIEL MATIAS ASSIS	26/03/1999	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
2480	DANIELA BARBOSA DIAS	01/08/2000	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
4200	DANIELA DE LIMA ALBANES	01/07/1983	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30
446	DANIELA DOS SANTOS SALES	12/10/1992	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	029	11/10/2026	08H00	08H30
445	DANIELA DOS SANTOS SALES	12/10/1992	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	105	11/10/2026	14H00	14H30
1220	DANIELA RIBEIRO SANTIAGO	30/03/1993	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
2521	DANIELA SILVA MORAIS	10/06/2000	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
967	DANIELE ALVES CAPPATTO RIBEIRO	03/02/1994	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30
3833	DANIELE APARECIDA BARSZCZ DOS SANTOS	25/11/1998	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
4058	DANIELE CRISTO RODRIGUES	13/02/1996	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30
2637	DANIELE DA SILVA AMARAL	04/02/2001	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30
631	DANIELE FROTA DA SILVA	02/10/1988	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
2709	DANIELE UMBELINA OLIVEIRA	03/02/1989	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30
2708	DANIELE UMBELINA OLIVEIRA	03/02/1989	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30
2020	DANIELE XAVIER DIAS	23/11/1998	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30
1002	DANIELI GONÇALVES VENANCIO	23/06/1994	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30
607	DANIELLA MOREIRA SANTOS	20/04/1988	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30
609	DANIELLA MOREIRA SANTOS	20/04/1988	203	MESTRE DE CERIMONIAL	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	114	11/10/2026	14H00	14H30
2735	DANIELLE PIGOZZO SANTOS	07/02/1993	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
2737	DANIELLE PIGOZZO SANTOS	07/02/1993	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	117	11/10/2026	14H00	14H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
890	DANIELLY AKEMI DE SOUZA HIGUTI	18/08/2000	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30
3769	DANIELLY CHRISTINE SIMORA	12/08/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30
3945	DANIELLY CHRISTINE SIMORA	12/08/2008	203	MESTRE DE CERIMONIAL	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	114	11/10/2026	14H00	14H30
2702	DANIELLY EPONINA SANTOS GAMENHA	11/02/1996	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30
2472	DANIELLY KAROLINE DA SILVA SALOMÃO ANDRADE	01/11/2002	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
1920	DANILA SILVA NOVAIS	15/11/1986	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	014	11/10/2026	08H00	08H30
3368	DANILO DA SILVA GOMES	26/06/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30
3369	DANILO DA SILVA GOMES	26/06/2007	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30
1377	DANUBIA DOS SANTOS GONÇALVES	14/12/1990	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30
4108	DANYELI RATIER GARCIA	31/05/1996	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30
479	DARA AGUIAR DE SOUSA	06/05/1997	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30
500	DARA AGUIAR DE SOUSA	06/05/1997	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	118	11/10/2026	14H00	14H30
1177	DARLIANE ARAUJO DO NASCIMENTO	24/09/1990	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30
4248	DAURENI GOMES A SILVA	21/02/1974	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30
2306	DAVI CORREIA BRITTO JUNIOR	11/04/1983	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30
2355	DAVI MONTEIRO SANTOS	27/04/2008	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30
3620	DAVI MORAES DA COSTA FREITAS	05/11/2004	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30
3619	DAVI MORAES DA COSTA FREITAS	05/11/2004	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30
1124	DAVID DA SILVA DE SOUZA JUNIOR	23/09/2005	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
53	DAVID DANTAS LABORDA	25/07/1993	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
2933	DAVID JUNIO DA SILVA CONRADO	25/11/1994	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30
4222	DAVID WILLIAM BATISTA COSTA	25/06/2004	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30
4323	DAYANE MELGAR MULLER REINOSO	11/04/1998	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30
4153	DEAN VILAFORTE DO NASCIMENTO	10/01/1983	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30
452	DÉBORA CRISTINA DE AZEVEDO CARDOSO	06/05/1996	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	078	11/10/2026	14H00	14H30
2290	DÉBORA CRISTINA STAUB MASERA	17/02/1986	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
3054	DEBORA FERREIRA DE OLIVEIRA	05/02/1988	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30
4352	DEBORA ROCHA DE SOUZA	24/11/1994	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30
804	DÉBORA SOLANGE GIL DE SOUZA	04/12/1990	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
2022	DEBORA SUELEM LISBOA DE SOUZA	12/03/1996	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30
333	DEGIANE DE JESUS NUNES	13/06/1985	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30
2965	DEISIELLI DA SILVA	02/02/1994	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30

	GRAÇA ANGELO				CANTANHEDE										
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
4229	DEIVID DA SILVA BARROS	03/09/1989	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
3010	DEIVIDE LUCAS FERREIRA MARTINS	29/09/1983	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30
507	DENER CRISTHIAN DE SOUZA	07/06/1998	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30
512	DENER CRISTHIAN DE SOUZA	07/06/1998	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30
3675	DENILSO DOS SANTOS CHAVEIRO	04/10/1987	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
648	DENILSO DOS SANTOS CHAVEIRO	04/10/1987	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30
4268	DENILSON PEREIRA DOS SANTOS	25/07/1998	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30
325	DENIS GLEYSON CARNEIRO GOMES	06/04/1995	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30
3634	DENIS MAYCON NUNES HAACH	18/07/1991	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30
1042	DENIS ROCHA BATISTA	07/08/1983	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
2129	DENIS SOUSA MOTA	18/12/1991	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30
2625	DENISE CRISTINA FERREIRA DE OLIVEIRA	21/04/1993	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30
1655	DENISE DOS SANTOS SOUZA	15/12/1991	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30
1745	DENISE DOS SANTOS SOUZA	15/12/1991	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	045	11/10/2026	08H00	08H30
3293	DENISIA SILVERIO PELISSARI	30/08/1989	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
724	DENNIS GIOVANNI SOUSA DOS SANTOS	21/10/1977	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
2812	DENY WILLIAN DE LIMA MARTINS	22/10/2006	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
2669	DEOCLIDES WELISON ALEXANDRINO DE LIMA	28/07/2005	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
2520	DEOCLIDES WELISON ALEXANDRINO DE LIMA	28/07/2005	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30
4322	DEOLIMAR JORDELLES RIBEIRO DO NASCIMENTO	01/05/1992	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30
1550	DEUZINEIA RIBEIRO CHAGAS	06/06/1982	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30
1551	DEUZINEIA RIBEIRO CHAGAS	06/06/1982	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30
3610	DEVAIR DEMARQUI	08/09/1995	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30
2695	DEVANILDA FERNANDES RAIMUNDO MARTINS	18/08/1987	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30
158	DEYSY KELLE M. DOS SANTOS	28/05/1984	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	073	11/10/2026	08H00	08H30
192	DEYSY KELLE M. DOS SANTOS	28/05/1984	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30
117	DHIANE HEMANN RODRIGUES	27/02/2003	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30
126	DHIANE HEMANN RODRIGUES	27/02/2003	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	131	11/10/2026	14H00	14H30
4044	DHIOVANA SANTANA CRINGER	09/08/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30

647	DIANA CIRILO SILVA	11/05/1981	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	046	11/10/2026	08H00	08H30
498	DIANA CIRILO SILVA	11/05/1981	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	131	11/10/2026	14H00	14H30
3256	DIANA NARA ALVES LEAL	31/10/1991	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
3258	DIANA NARA ALVES LEAL	31/10/1991	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30
335	DIANA NASCIMENTO DE SOUZA MELO	23/07/1993	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30
332	DIANA NASCIMENTO DE SOUZA MELO	23/07/1993	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30
4093	DIEGO ALECRIM DE ARAÚJO	28/07/1990	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30
916	DIEGO ALEXANDRE MORAIS DE SOUZA	03/10/1997	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
1503	DIEGO JHONATAN GOMES VALADARES	16/01/1995	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30
3514	DIEGO LEITE RAMOS	28/03/2007	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30
3877	DIEGO LUCAS RIOJA FERREIRA	05/10/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30
3300	DIEGO LUCIANO MAYER	30/03/1990	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30
557	DIEGO MORAIS	31/12/1988	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30
4180	DIEGO PITER DE ABREU	26/07/1993	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
3187	DIEGO STHALLONY GUIZONI DE MOURA	30/10/1999	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	046	11/10/2026	08H00	08H30
3185	DIEGO STHALLONY GUIZONI DE MOURA	30/10/1999	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30
3902	DIEGO WANDERLEY FERREIRA DA SILVA	25/04/1994	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
1936	DIEINE EIRE KONDRATOWSKI	21/07/1984	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30
1798	DIELMA RODRIGUES DE ALMEIDA	26/07/1996	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
172	DIESIELI DE LIMA RIBEIRO	27/05/1996	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
2075	DILEIA DA SILVA BRUN	04/06/1983	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30
3890	DINAEL CARNEIRO DE ARUJO	13/05/1999	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30
463	DIOGO BRITO DE OLIVEIRA	10/07/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30
466	DIOGO BRITO DE OLIVEIRA	10/07/2007	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
252	DIOGO HERIBERTO KROETZ	29/01/1987	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
266	DIOGO HERIBERTO KROETZ	29/01/1987	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30
3717	DIOGO OLIVEIRA SILVA	17/06/2003	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
2389	DIOGO OLIVEIRA SILVA	17/06/2003	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
2670	DIOGO REIS SILVA	08/04/2000	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
662	DIOGO RIBEIRO	17/10/1988	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30
1565	DIONATAN LUCAS SILVA ROCHA	15/01/1997	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
1576	DIONATAN LUCAS	15/01/1997	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30

	SILVA ROCHA				TEIXEIRA										
971	DIONATAN MENEZES DA SILVA	25/10/1987	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30
966	DIONATAN MENEZES DA SILVA	25/10/1987	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30
1166	DIONE JEFERSON ALEXANDRE DA SILVA	21/01/1983	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
3397	DIONISIO DESCRY CERNOV MORAIS DE OLIVEIRA	01/03/1996	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30
1331	DIOVANA CESCONETTO VITORINO	16/10/2002	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30
2107	DIOVANA DOS SANTOS CASTELLON	23/04/2002	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	107	11/10/2026	14H00	14H30
1493	DIULIANE GONÇALVES BATISTA PEREIRA	13/06/1999	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
3362	DIVANETE PEREIRA DE ARAÚJO	08/08/1974	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30
93	DIVINO MATEUS SILVA GOMES	15/02/2002	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
3214	DIWHARE EDUARDO SILVA MENESES	28/03/2002	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30
4162	DJALMA ALVES GALLI CAVALHEIRO	05/04/2008	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	031	11/10/2026	08H00	08H30
3535	DJYAN PETERSON CÂNDIDO DE SOUZA	17/04/1987	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30
4018	DOMICIO JACINTO TEIXEIRA	17/06/1988	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30
1543	DORIVAL NASCIMENTO FILHO	02/01/1976	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	035	11/10/2026	08H00	08H30
2051	DOUGLAS CARVALHO DOS SANTOS	24/09/1973	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	061	11/10/2026	08H00	08H30
999	DOUGLAS JÚLIO DA PAZ GUSMÃO	25/06/2002	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
2746	DOUGLAS MARRAN SANTOS DA SILVA	01/03/2003	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
1883	DOUGLAS PIRES DOS SANTOS	13/04/2000	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30
3783	DOUGLAS PRATES MAGALHAES	23/01/1991	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	073	11/10/2026	08H00	08H30
4365	DUAN PABLO MARIANO	23/04/1992	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30
2308	DULCILENE FERMIANO DOS SANTOS	06/06/1994	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	062	11/10/2026	08H00	08H30
2920	DUWILLIAM SOARES GAMA	01/11/1997	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30
408	ECHILEY DE ALMEIDA FERREIRA	22/07/2001	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30
405	ECHILEY DE ALMEIDA FERREIRA	22/07/2001	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30
1129	EDELSON DA SILVA RAMOS	17/03/1987	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30
3032	EDELSON DE OLIVEIRA SILVA	05/04/1984	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	073	11/10/2026	08H00	08H30
682	EDELSON ROSO MARQUES	19/10/1998	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30
860	EDER DA CRUZ SILVA	22/11/1980	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
968	EDI ROSAURO TAVARES LIMA	21/06/1991	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	027	11/10/2026	08H00	08H30
960	EDI ROSAURO TAVARES LIMA	21/06/1991	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	105	11/10/2026	14H00	14H30
4349	EDICARLOS DA SILVA MATOS	03/12/1987	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
1817	EDICLEIA ALVES DE	06/06/1990	303	ANALISTA DE GESTÃO	EEEFM CORA	AVENIDA	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30

	OLIVEIRA			PÚBLICA	CORALINA	GUAPORÉ									
2277	EDIDELENI PIRES DE OLIVEIRA	10/10/1987	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30
3859	EDILAINE AMORIM DE OLIVEIRA	08/08/1997	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30
1257	EDILEIDE SILVA DA CUNHA	09/10/1985	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
215	EDILENE LUCIMAR VERISSIMO	03/09/1982	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30
3916	EDILEUZA SILVA SOUZA	29/01/1984	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30
3415	EDILSON ALMEIDA DE LIMA	10/07/1986	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30
1815	EDINEIA ALVES DE OLIVEIRA FORTES	15/05/1993	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
1586	EDINILSON GOMES CARNEIRO	13/07/1991	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30
3382	EDIVALDO NUNES DE ALMEIDA	09/12/1985	204	OPERADOR AUDIOVISUAL	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	116	11/10/2026	14H00	14H30
3373	EDIVALDO NUNES DE ALMEIDA	09/12/1985	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	117	11/10/2026	14H00	14H30
891	EDIVANE BARBOZA CARVALHO	03/03/1992	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30
3486	EDIVANE THIARLA DE CARVALHO DUTRA	20/06/1996	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30
374	EDLENE BASTOS DE CAMPOS	07/09/1997	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30
2964	EDMILSON OLIVEIRA PAULISTA	03/05/1997	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30
3996	EDNA APARECIDA DE OLIVEIRA	27/03/1982	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30
3107	EDNA GOMES SANTANA REIS	31/01/1979	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30
517	EDSON ALVAREZ MENDEZ	06/07/1995	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30
940	EDSON DA SILVA DESMAREST	17/06/1988	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	073	11/10/2026	08H00	08H30
942	EDSON DA SILVA DESMAREST	17/06/1988	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30
739	EDUARDA ALVES QUIUQUI	11/08/1999	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
4353	EDUARDA MODESTO SANTANA	28/07/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30
3831	EDUARDA SOARES DE ALMEIDA	02/08/2009	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30
444	EDUARDO ALVES DE MELLO	10/06/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30
209	EDUARDO COSTA BISCOLA MARTINS	19/06/1997	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	062	11/10/2026	08H00	08H30
2178	EDUARDO DIAS RIBEIRO	19/09/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30
3845	EDUARDO DOS SANTOS	24/09/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30
3167	EDUARDO GABRIEL DE CARVALHO ROVER	05/04/1994	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	117	11/10/2026	14H00	14H30
4028	EDUARDO GUERRO	29/12/2000	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	073	11/10/2026	08H00	08H30
1638	EDUARDO HENRIQUE BERNARDI MACHADO	27/03/2008	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
2004	EDUARDO JÚNIOR YUMSZ JORGE	17/05/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	045	11/10/2026	08H00	08H30
2003	EDUARDO JÚNIOR YUMSZ JORGE	17/05/1997	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	109	11/10/2026	14H00	14H30
2167	EDUARDO LOPES TIBURCIO	14/02/2002	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30

770	EDUARDO MOURA DOS SANTOS	07/11/2003	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	062	11/10/2026	08H00	08H30
765	EDUARDO MOURA DOS SANTOS	07/11/2003	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30
3837	EDUARDO PRADO NERES DE OLIVEIRA	22/03/2003	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
4343	EDUARDO RODRIGO LOPES GARCIA	25/03/1998	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30
3284	EDUARDO SANTOS CELESTINO	14/12/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30
1094	EDUARDO SANTOS DA SILVA	07/10/2002	203	MESTRE DE CERIMONIAL	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	114	11/10/2026	14H00	14H30
1355	EDWIGES SANTANA DA SILVA	30/10/1986	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30
738	ELAINE BARBOSA DE JESUS OLIVEIRA	23/12/1981	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	046	11/10/2026	08H00	08H30
762	ELAINE BARBOSA DE JESUS OLIVEIRA	23/12/1981	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30
3083	ELAINE BARREIROS DE JESUS	20/05/2000	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30
3767	ELAINE BONASSOLI VISENTIN	03/01/1981	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30
1418	ELAINE FERREIRA LOPES	30/05/1997	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	062	11/10/2026	08H00	08H30
3572	ELAINE FERREIRA RAMOS VIDAL	10/10/1982	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30
4075	ELÃINE LOPES PEREIRA	14/05/1996	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	062	11/10/2026	08H00	08H30
799	ELAINE SANTOS PASTER	27/11/1992	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	062	11/10/2026	08H00	08H30
159	ELAINE SILVA OLIVEIRA	18/07/2000	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	062	11/10/2026	08H00	08H30
169	ELAINE SILVA OLIVEIRA	18/07/2000	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30
414	ELANE MARCELA NASCIMENTO SANTOS	21/09/1986	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30
3978	ELAYNE GOMES DA SILVA	21/02/1995	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	026	11/10/2026	08H00	08H30
2852	ELAYNE GOMES DA SILVA	21/02/1995	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	027	11/10/2026	08H00	08H30
2700	ELBSON DE SOUZA CARLOS	16/11/1996	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30
1566	ELCIENE SANTOS OLIVEIRA	03/06/1991	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30
247	ELDENIR MACEDO BRASILIO	24/05/1982	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	073	11/10/2026	08H00	08H30
255	ELDENIR MACEDO BRASILIO	24/05/1982	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30
150	ELEN KARINY GASPAR DE MATTOS	12/09/2000	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30
3100	ELENILSON JOSÉ SÁTIMO FRELIK	08/03/1999	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30
4002	ELI CLEBIANE A.SOUZA	03/01/2004	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30
3446	ELIA AUGUSTA RIBAS	21/10/1982	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	062	11/10/2026	08H00	08H30
3504	ELIANA GOMES ALVES	05/11/1986	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30
1264	ELIANA NUNES SIQUEIRA	18/08/1982	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30
3223	ELIANE BICUDO DE OLIVEIRA NASCIMENTO	08/11/1983	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30
1548	ELIANE DA LUZ SOARES ASSIS	19/06/1995	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30

1011	ELIANE MUQUIUTTI	19/07/1978	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30
1250	ELIANO SANTOS XAVIER	27/07/1987	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30
2713	ELIARK FERREIRA DE QUEIROZ	21/11/1985	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
3565	ELIAS DE BRITO BARBOSA	02/03/1979	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	062	11/10/2026	08H00	08H30
2525	ELIAS MATIAS DOS SANTOS	27/07/1989	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30
429	ELICIO ARAUJO DOS SANTOS JUNIOR	05/09/1988	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	015	11/10/2026	08H00	08H30
1416	ELIENE RODRIGUES	18/07/1986	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30
1407	ELIENE RODRIGUES	18/07/1986	202	ALMOXARIFE	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	077	11/10/2026	14H00	14H30
122	ELIENE TAMARA FEHLBERG DE ARRUDA SANTOS	27/10/1995	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30
3231	ELIENE TAMARA FEHLBERG DE ARRUDA SANTOS	27/10/1995	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30
3092	ELIESILDE FERREIRA TEOTÔNIO	24/01/1989	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30
642	ELIETE DE SOUZA MATOS	22/10/1989	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30
510	ELIETE INACIO BISPO	02/11/1974	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30
2843	ELIETE INACIO DA SILVA ANGELO	03/07/1965	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	062	11/10/2026	08H00	08H30
3249	ELIEZER BATISTA DA SILVA JÚNIOR	05/06/1990	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30
1525	ELIEZER CARVALHO DE MENEZES	08/08/1984	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30
1118	ELIMAR LEAL MAZORANA	29/09/1999	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30
1102	ELIOSMAR DE SOUZA	25/06/1990	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
1093	ELIOSMAR DE SOUZA	25/06/1990	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30
655	ELIS SHINKODA SILVA	27/03/1992	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30
1336	ELISA BATASINI DA SILVA	21/08/1988	203	MESTRE DE CERIMONIAL	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	114	11/10/2026	14H00	14H30
2718	ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA	04/09/1984	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	046	11/10/2026	08H00	08H30
2717	ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA	04/09/1984	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30
2506	ELISEU DE OLIVEIRA GOMES	05/03/1996	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30
3089	ELISEU HILARIO	11/06/1993	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
692	ELISMARCO ALMEIDA DA SILVA	01/07/1988	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30
2054	ELIVELTON SCHWANZ DE PAULA	22/11/1996	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
1462	ELIZA ALVES BACA	08/03/1975	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30
1461	ELIZA ALVES BACA	08/03/1975	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30
3464	ELIZANGELA ALESSIO SILVA	09/04/1981	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
1762	ELIZETE DA SILVA	27/01/1976	201	AGENTE	EEEFM ANISIO	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30

	ROSSI			ADMINISTRATIVO	TEIXEIRA										
3597	ELIZEU MATIAS DOS SANTOS	27/07/1989	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	046	11/10/2026	08H00	08H30
3596	ELIZEU MATIAS DOS SANTOS	27/07/1989	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	132	11/10/2026	14H00	14H30
3352	ELLEN KAUANE ALVES CAMILO	19/02/2008	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30
3998	ELLEN LORRANA QUINTINO BASÍLIO	06/02/2001	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
4092	ELMA CAROLINE FARIAS DA COSTA	06/11/2003	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30
4019	ELOISA CAROLINE ALVES DE JESUS	22/05/1998	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	062	11/10/2026	08H00	08H30
2793	ELTON DIEGO SANTOS BEZERRA	30/10/1987	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	062	11/10/2026	08H00	08H30
2273	ELTON JAQUES SOUZA DOMICIANO	28/10/1994	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30
21	ELTON LIMA DE CASTRO	07/07/1980	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	062	11/10/2026	08H00	08H30
3264	ELTON PARANHOS ALBUQUERQUE	13/05/1999	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30
3263	ELTON PARANHOS ALBUQUERQUE	13/05/1999	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	093	11/10/2026	14H00	14H30
3695	ELYENAY TALLYTA BOECHAT DE ANDRADE	09/12/1998	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30
4089	ELZIMAR ALBERTA DA SILVA BATISTEL	29/04/1983	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	062	11/10/2026	08H00	08H30
2527	EMANUELA ALENCAR SOARES QUEIROZ	07/11/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30
3375	EMANUELLY ALMEIDA SILVA RANGEL	19/12/1999	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	062	11/10/2026	08H00	08H30
3374	EMANUELLY ALMEIDA SILVA RANGEL	19/12/1999	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
2801	EMANUELLY AMORIM LOPES	08/05/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30
2863	EMANUELY MARIA SOUZA SILVA	31/05/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30
2052	EMELLY DEISY DE FREITAS REIS	08/06/1995	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	062	11/10/2026	08H00	08H30
4223	EMERSON CLAUDINO DO NASCIMENTO	29/06/1989	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	062	11/10/2026	08H00	08H30
3844	EMERSON JAIME DE OLIVEIRA	21/03/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30
717	EMERSON JORDY PEREIRA	06/09/1993	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30
2693	EMILE LUANA BARBOSA DA SILVA	06/08/1993	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30
132	EMILLY AQUINO DOS SANTOS	18/11/2005	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	031	11/10/2026	08H00	08H30
26	EMILLY DA COSTA	05/11/2002	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30
3606	EMILY CRISTINA DE SOUZA OLIVEIRA	23/11/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	036	11/10/2026	08H00	08H30
4203	EMILY VITÓRIA NEVES ARAUJO	28/11/2004	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30
2810	ENEAS VIEIRA ANDRADE	24/04/1978	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30
3706	ENIO GOMES DA SILVA	02/12/1982	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30
4246	ENOQUE VIEIRA DA PAIXÃO	14/08/1979	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30
1844	ERCILENE CRISTINA MOREIRA	21/10/1997	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
4287	ERIC DE OLIVEIRA DO CARMO	02/12/1971	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30
3442	ERIC DOMINGOS RIBAS	11/10/1991	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	062	11/10/2026	08H00	08H30

					CANTANHEDE										
1997	ERIC MIEREZ ANTONIO	22/11/1996	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30
4037	ERICA CASTILHO LOURENÇO	01/04/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30
1405	ERICA DA SILVA LIMA TELES DE NORONHA	15/11/1993	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
508	ERICA DA SILVA LIMA TELES DE NORONHA	15/11/1993	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30
1563	ERICA DOS SANTOS BORHER	31/07/2000	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30
808	ERICA FERNANDES ROSA REIGOBELLO	01/08/1993	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30
560	ERICA FERNANDES ROSA REIGOBELLO	01/08/1993	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	115	11/10/2026	14H00	14H30
4176	ÉRICA LAGES XAVIER	05/07/2001	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30
1205	ÉRICA MACIEL LINS	03/01/1988	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	026	11/10/2026	08H00	08H30
1186	ÉRICA MACIEL LINS	03/01/1988	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	027	11/10/2026	08H00	08H30
3664	ERICA SILVA RODRIGUES	03/08/1985	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30
3775	ERICK DE SOUZA SALES	04/09/1999	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30
1113	ERICK EVANGELISTA PEDRA	31/08/2003	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30
3042	ERICK SAYMON CONTADINI MARKOVISCZ	15/01/2005	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
4258	ERICKA ADELAYDE LOPES SABINO	07/01/1997	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30
570	ÉRICKA GALDINO DE ALMEIDA GONÇALVES	03/12/1999	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
574	ÉRICKA GALDINO DE ALMEIDA GONÇALVES	03/12/1999	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30
3314	ERICLES SANTOS RAMOS	02/01/1988	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
361	ERIELTON PEREIRA DA SILVA	23/02/1991	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30
365	ERIELTON PEREIRA DA SILVA	23/02/1991	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30
2368	ERIKA BARBOZA DA SILVA	17/07/1995	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30
4274	ERIKA DE OLIVEIRA AFONSO	05/08/1996	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	062	11/10/2026	08H00	08H30
3911	ERNANDES AMORIM RODRIGUES	29/07/1991	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30
1710	ERNANE DOS SANTOS CAETANO	04/05/1989	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	117	11/10/2026	14H00	14H30
957	ESLEI RECULIANO MACEDO	14/10/1994	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	030	11/10/2026	08H00	08H30
2580	ESTEFANE LUANA MORAES DA SILVA	21/04/2003	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
2638	ESTEFANY DA SILVA BARBOSA	16/03/2000	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
1259	ESTEFANY DE PAULA SABOIA	19/11/2001	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30
3975	ESTEFFANI SAPACOSTA DE SOUZA	08/02/2003	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30
2072	ESTEPHANIE NASCIMENTO DOS SANTOS	07/09/1990	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	062	11/10/2026	08H00	08H30

2548	ESTER RIBEIRO DE SOUZA	03/02/2004	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
2549	ESTER RIBEIRO DE SOUZA	03/02/2004	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30
1931	EUBERT ARCANGELO LOVO	29/09/2006	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	062	11/10/2026	08H00	08H30
615	EUGENIA PATRICIA ANTUNES LIMA	02/08/1991	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30
617	EUGENIA PATRICIA ANTUNES LIMA	02/08/1991	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
3050	EULÁLIA ALMEIDA BARBOSA	28/09/2002	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30
3809	EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK	08/11/1984	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30
2040	EVANDRO DA SILVA ARGOLO	17/02/1991	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30
956	EVANDRO SILVA ANDRADE	26/11/1988	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	062	11/10/2026	08H00	08H30
2868	EVANDRO XAVIER DE JESUS	23/10/1979	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
484	EVANEIDE DE SOUZA ARRUDA	13/11/1994	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30
2388	EVELIN NAJARA SILVA DE SALES CASTRO	27/10/1995	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30
3908	EVELLIN FERNANDES DE MENEZES	19/03/2002	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30
1882	EVELYN AMANDA LADDAGA FARIA	12/02/2001	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30
1637	EVELYN MACELE AMORIM DE MOURA	26/01/2005	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	062	11/10/2026	08H00	08H30
1562	EVELYN MACELE AMORIM DE MOURA	26/01/2005	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30
4202	ÉVELYN RIBEIRO DE LIMA	12/10/1986	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30
3398	EVERSON ANTONIO BAZZI RIBEIRO	13/06/1991	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
1968	EVERSON SILAS DE ANDRADE	28/05/1988	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	062	11/10/2026	08H00	08H30
3757	EVERTON FRANCELINO DE ALMEIDA	30/07/2001	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
3037	EVERTON LUAN PINTO DA COSTA	03/10/1995	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	046	11/10/2026	08H00	08H30
3039	EVERTON LUAN PINTO DA COSTA	03/10/1995	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	132	11/10/2026	14H00	14H30
3509	EVERTON PRADO	18/05/1985	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
1569	EVERTON RICHARDE SOUZA NOBRE	25/07/1988	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30
3328	EVGER BLAN KREBS	01/01/1987	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
3028	EVILASIO LIMA DE ARAÚJO	03/01/1987	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
367	EVYLEEN KAWANY BRAGA PORTUGAL	07/07/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30
597	EWERTON WITINE RODRIGUES SILVA	03/06/2000	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30
602	EWERTON WITINE RODRIGUES SILVA	03/06/2000	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	130	11/10/2026	14H00	14H30
4142	EZEQUIEL BARBOSA	10/11/1986	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
2576	EZEQUIEL CARNEIRO MENDONÇA	02/04/2004	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30
1729	EZEQUIEL CARNEIRO MENDONÇA	02/04/2004	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	128	11/10/2026	14H00	14H30

2330	EZEQUIEL THOMAZ CUNHA	16/08/2001	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
2724	FABIA FRANÇA PORTO	20/06/1980	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
3115	FABIANA BATISTA DE OLIVEIRA	15/10/1991	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
850	FABIANA DE ALMEIDA BARROS DE MORAIS	04/07/1986	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
2707	FABIANA GOMES CALDEIRA LUCCIETTE	10/11/1991	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	062	11/10/2026	08H00	08H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
422	FABIANA JUREWISKI DE MEDEIROS	15/12/1990	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30
12	FABIANA RONCONI PETIK BORGES	01/12/1987	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30
2816	FABIANA SILVA	03/10/1977	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30
1476	FABIANE GRISOSTE DA CRUZ	13/02/1988	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30
15	FABIANE MENDES DOS SANTOS	12/07/1993	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30
3461	FABIANE NERYS PEIXOTO	04/09/1991	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30
2213	FABIANO ALVES PIMENTEL JUNIOR	13/03/2000	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30
1005	FÁBIO CAMPOS CÓRDOVA	29/06/1978	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30
1510	FÁBIO CHRISTIAN DE FREITAS CARVALHO	22/04/1990	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30
1517	FÁBIO CHRISTIAN DE FREITAS CARVALHO	22/04/1990	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30
1376	FABIO DA SILVA PAIVA	12/01/1982	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30
4355	FÁBIO DE OLIVEIRA CARVALHO	03/05/2002	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
661	FABIO DE SOUZA FERREIRA	25/12/1978	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30
2120	FABIO JUNIO PAULA PIGOLI	12/12/1987	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30
2288	FABIO PEREIRA DA SILVA	07/09/1974	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	062	11/10/2026	08H00	08H30
305	FABÍOLA ALMEIDA DA SILVA	24/03/1989	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30
2922	FABÍOLA PALMA MENACHO	22/10/1986	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	062	11/10/2026	08H00	08H30
3000	FABIULA MARTINS DE MOURA	08/11/1984	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30
492	FABRICIA NUNES DE SOUZA	27/09/1999	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
165	FABRÍCIO PEREIRA DA SILVA	14/01/1993	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30
2284	FABRÍCIO ROSA FERREIRA	04/10/2001	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30
1751	FAEDRA PROÊZA DE PAULA	16/09/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30
2672	FATIMA CRISTINA RODAS	29/05/1980	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
1468	FÁTIMA ELIANA TOMÉ	29/05/1982	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	046	11/10/2026	08H00	08H30
1708	FÁTIMA ELIANA TOMÉ	29/05/1982	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
370	FELIPE CARVALHO BARROS	08/12/1998	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30
357	FELIPE CARVALHO BARROS	08/12/1998	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	132	11/10/2026	14H00	14H30
952	FELIPE DA SILVA MARQUES	26/10/2002	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30

43	FELIPE FREITAS DE SOUZA SILVA	17/12/2004	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
702	FELIPE NUNES DE ASSIZ	27/05/2001	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30
1091	FELIPE NUNES DE ASSIZ	27/05/2001	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30
4305	FELIPE OLIVEIRA DE MELO	08/07/1998	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
174	FELIPE PEREIRA BARROS	17/05/1996	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
199	FELIPE PEREIRA BARROS	17/05/1996	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
1053	FELIPE QUEIROZ RECH	22/03/2001	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30
433	FELIPE SANTANA LOPES	18/01/1998	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	046	11/10/2026	08H00	08H30
430	FELIPE SANTANA LOPES	18/01/1998	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
817	FELIPE SILVA SANTOS	12/04/1990	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30
819	FELIPE SILVA SANTOS	12/04/1990	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
892	FELIPE TEIXEIRA PIRES	27/10/2004	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30
906	FELIPE TEIXEIRA PIRES	27/10/2004	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
757	FERNANDA AGUIAR LIMA	13/02/1988	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
3879	FERNANDA ALVES CORREIA OLIVEIRA	11/06/1994	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30
3629	FERNANDA BEATRIZ PENTEADO	06/12/1996	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
392	FERNANDA BRITES DOS REIS	21/03/1988	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	046	11/10/2026	08H00	08H30
394	FERNANDA BRITES DOS REIS	21/03/1988	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30
1308	FERNANDA DE SOUZA DEGAM	12/02/2001	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	062	11/10/2026	08H00	08H30
1299	FERNANDA DE SOUZA DEGAM	12/02/2001	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
3070	FERNANDA DE SOUZA RODRIGUES	13/10/2001	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30
2583	FERNANDA DIAS FARIAS	04/10/1992	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
2491	FERNANDA FERNANDES DE MELO	12/02/2001	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
2739	FERNANDA GOMES BEVILAQUA	30/04/1992	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
3942	FERNANDA LOURENÇO DE LIMA	31/10/1995	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30
3420	FERNANDA MACHADO DANIEL PRENSZLER	12/04/1993	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	062	11/10/2026	08H00	08H30
3425	FERNANDA MACHADO DANIEL PRENSZLER	12/04/1993	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
3035	FERNANDA MAYARA BARBIERI	19/01/1987	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30
1523	FERNANDA MOREIRA DE ALMEIDA	14/02/1997	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30
1081	FERNANDA SANTOS DE SOUSA	12/01/1999	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
3574	FERNANDA SCHIMALTZ DE SOUZA	16/09/1997	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30
3493	FERNANDA SERANTTOLA OSS	01/11/1993	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30

1701	FERNANDA SILVA SALES	20/04/1998	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30
1240	FERNANDA SOUZA ELITE	09/04/1996	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30
1760	FERNANDA VIRGINIA MOURÃO LOPES	23/02/2002	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	098	11/10/2026	14H00	14H30
3287	FERNANDA WILLIAMS TOMACHESKI	12/09/1995	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
291	FERNANDES LUCAS DA COSTA	14/11/1983	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30
198	FERNANDO DE ANDRADE VENTURELLE	16/08/2000	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	046	11/10/2026	08H00	08H30
202	FERNANDO DE ANDRADE VENTURELLE	16/08/2000	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
297	FERNANDO DE OLIVEIRA	08/07/1990	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
2544	FERNANDO DE OLIVEIRA	08/07/1990	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
3340	FERNANDO HENRIQUE DE OLIVEIRA BRITO	18/12/1991	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30
3816	FERNANDO HENRIQUE DE OLIVEIRA BRITO	18/12/1991	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
3462	FERNANDO JUNIO FERNANDES BARBOZA CORDEIRO	12/02/2002	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	004	11/10/2026	08H00	08H30
2174	FERNANDO MACENA BIANQUE	17/07/2003	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
2459	FERNANDO PASINATO DA SILVA	05/12/1995	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
3364	FIAMA JESSICA DE OLIVEIRA SILVEIRA	20/10/1992	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30
3428	FILIPE AUGUSTO SANTOS FORTES	25/03/2000	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30
761	FILIPE DA SILVA OLIVEIRA	06/07/1992	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
4165	FILLIPY DE OLIVEIRA AMANCIO	23/08/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30
173	FLÁVIA VALÉRIA DE FARIAS LIMA	20/02/1993	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
175	FLÁVIA VALÉRIA DE FARIAS LIMA	20/02/1993	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30
4121	FLAVIANI GOMES DA SILVA DE QUEIROZ	04/07/1980	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
929	FLAVIO ARTHUR DANTAS REGIS	26/10/1995	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
2013	FLAVIO DE OLIVEIRA PEREIRA	21/01/1980	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30
741	FLÁVIO RODRIGUES DE SOUZA	07/06/1991	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
314	FRANCIELE DALPRA GALDINO	24/12/1989	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
992	FRANCIELE DOMINGOS DA SILVA	02/03/1996	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
381	FRANCIELE DOMINGOS DA SILVA	02/03/1996	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
449	FRANCIELE FERNANDES DE OLIVEIRA LOPES	09/04/1995	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
2835	FRANCIELE FONTE DO VALE	19/09/1986	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
903	FRANCIELE GONÇALVES DO NASCIMENTO	30/08/1999	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30

563	FRANCIELE SANTOS DE MATOS	24/02/2002	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30
3526	FRANCIELE TAMANDARÉ DE SOUSA	09/11/1995	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30
3145	FRANCIELI GOMES DE LIMA	30/03/1983	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	046	11/10/2026	08H00	08H30
3144	FRANCIELI GOMES DE LIMA	30/03/1983	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	131	11/10/2026	14H00	14H30
4362	FRANCIELLE SALINO TEIXEIRA	27/08/1985	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
1906	FRANCILENE DA CUNHA DE SOUZA	17/06/2000	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
3209	FRANCIMÕES LOPES DA SILVA	23/02/1990	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
3208	FRANCIMÕES LOPES DA SILVA	23/02/1990	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
1494	FRANCIRLEY AMORIM DA SILVA	14/10/1979	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
3569	FRANCISCO ANTONIO VALENTINO COSTA	24/08/1988	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30
1640	FRANCISCO CARDOSO DA CONCEIÇÃO	27/05/1988	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30
503	FRANCISCO CHIMENES AMARAL	20/06/1978	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	037	11/10/2026	08H00	08H30
115	FRANCISCO DIAS VIANA	18/07/1995	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
1728	FRANCISCO TARCISIO LISBOA FILHO	25/06/2001	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	031	11/10/2026	08H00	08H30
3865	FRANCUELA ALBUQUERQUE PEREIRA	02/01/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30
3892	FRANCUELA ALBUQUERQUE PEREIRA	02/01/1997	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30
4124	FRANSSIELLY FACCHI	18/11/2002	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30
1713	GABRIEL ARAUJO SILVA	30/09/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
4282	GABRIEL ARAUJO SILVA	30/09/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
861	GABRIEL ARCANJO DE MIRANDA	18/01/1997	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
855	GABRIEL ARCANJO MESSIAS	23/03/1981	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30
4123	GABRIEL DA SILVA LIMA	06/03/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
220	GABRIEL ELOY LEZZI DA SILVA	27/02/1996	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30
240	GABRIEL ELOY LEZZI DA SILVA	27/02/1996	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	093	11/10/2026	14H00	14H30
3680	GABRIEL EUGENIO OLIVEIRA ALAMINI	30/11/2003	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	016	11/10/2026	08H00	08H30
3677	GABRIEL EUGENIO OLIVEIRA ALAMINI	30/11/2003	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	082	11/10/2026	14H00	14H30
2498	GABRIEL FELIPE NEVES	21/03/2005	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
3063	GABRIEL FERREIRA DIONISIO	25/08/2005	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
893	GABRIEL FERREIRA PACÍFICO	23/07/1999	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	055	11/10/2026	08H00	08H30
472	GABRIEL FILIPE RANGEL SOUZA	05/02/1997	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	046	11/10/2026	08H00	08H30

385	GABRIEL FILIPE RANGEL SOUZA	05/02/1997	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
1957	GABRIEL HENRIQUE JARDIM	27/04/1998	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
161	GABRIEL HENRIQUE ORTIZ AGUIAR	10/08/1998	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
4040	GABRIEL HENRIQUE RODRIGUES TEIXEIRA	31/01/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
3321	GABRIEL JARDIN TUBIAS	08/12/1999	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
2729	GABRIEL LEITE DOS SANTOS	13/11/2000	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
4074	GABRIEL MARTINS DA SILVA	04/08/2003	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	026	11/10/2026	08H00	08H30
2978	GABRIEL MORAES DE JESUS SILVA	14/07/2004	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
4109	GABRIEL MOREIRA ROCHA	21/01/2007	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
2925	GABRIEL MOTTA CARVALHO	05/03/2007	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
2267	GABRIEL OLIVEIRA DE SOUZA	15/03/1999	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30
3562	GABRIEL OSNI DE OLIVEIRA	27/04/2001	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
3561	GABRIEL OSNI DE OLIVEIRA	27/04/2001	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
3061	GABRIEL PRADO DE ARAÚJO	11/10/2008	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
3253	GABRIEL RODRIGUES DA SILVA	30/12/1997	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
4166	GABRIEL RUAN NEPUMOCENO	21/01/2008	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
540	GABRIEL SALTÃO DE ALENCAR	08/05/1998	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	111	11/10/2026	14H00	14H30
236	GABRIEL SANTOS DALLA COSTA	20/11/2000	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30
3180	GABRIEL STEIN ENTRINGER MOREIRA	08/09/1987	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
3681	GABRIEL TANSCHEIT ALVES	22/12/1994	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
1164	GABRIELA ALMEIDA AZEVEDO RODRIGUES	05/11/1993	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
3417	GABRIELA ANDRETA DE ANDRADE	12/04/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
3413	GABRIELA ANDRETA DE ANDRADE	12/04/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
1352	GABRIELA CERDEIRA DA SILVA	28/06/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
4334	GABRIELA DE OLIVEIRA SANTOS	14/04/2003	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
1301	GABRIELA DE OLIVEIRA SOUZA	10/10/2000	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30
4104	GABRIELA GARCIA DA SILVA	03/04/1996	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
3093	GABRIELA LADDAGA CAMPOS SILVA DIAS	20/05/2011	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
3694	GABRIELA RODRIGUES MOTA	06/04/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
1889	GABRIELE ALVES DE ALMEIDA	01/02/1999	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
1223	GABRIELE DE SOUZA SCHONARDIE	26/11/1999	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
3058	GABRIELE PAULA SANTOS DO NASCIMENTO	26/05/1996	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	030	11/10/2026	08H00	08H30

2393	GABRIELE PAULA SANTOS DO NASCIMENTO	26/05/1996	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	110	11/10/2026	14H00	14H30
1269	GABRIELE SOUSA FROES	21/12/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
1271	GABRIELE SOUSA FROES	21/12/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
2027	GABRIELE VITÓRIA GOMES DE BRITO	19/03/2001	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30
2028	GABRIELE VITÓRIA GOMES DE BRITO	19/03/2001	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	093	11/10/2026	14H00	14H30
2291	GABRIELE VITORIA NASCIMENTO DE OLIVEIRA	26/07/2003	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
914	GABRIELI OLIVEIRA SOARES	13/02/2001	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
1479	GABRIELI SANTOS COELHO	10/02/2001	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
2744	GABRIELLA ALVES RASSEN	25/11/1998	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
2864	GABRIELLA BURATTI DE OLIVEIRA	20/02/1992	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	046	11/10/2026	08H00	08H30
2867	GABRIELLA BURATTI DE OLIVEIRA	20/02/1992	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	131	11/10/2026	14H00	14H30
4332	GABRIELLA MARIM SANTOS	05/03/1999	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
1297	GABRIELLE VICTOR GREGORIO	13/08/1991	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30
1294	GABRIELLE VICTOR GREGORIO	13/08/1991	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30
3807	GABRIELLY KOANNA MORAIS DA SILVA	08/12/1999	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30
2862	GABRIELY SOUZA SILVA	19/05/2009	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
1879	GAMALIEL PAULINO DA SILVA	07/03/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
1086	GEAN CARLOS DINIZ DOS SANTOS	02/01/1992	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
3121	GEAN PAULO ALVES FERREIRA	06/05/1973	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
3752	GEANE ANDRESSA DA SILVA OLIVEIRA	06/01/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
1502	GEANI VITÓRIA DE SOUZA AQUINA	05/03/1999	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	117	11/10/2026	14H00	14H30
400	GEICE CAMILA DA SILVA	20/06/1989	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
3941	GEISI GISELE BENING	16/10/1996	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30
3796	GEISIANE QUIMAS CESAR	25/06/1989	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
2504	GEISIANE SILVA SANTOS	09/03/1995	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
3685	GEISIELE APARECIDA TEIXEIRA DOS SANTOS	31/12/1998	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
3671	GEISIELE APARECIDA TEIXEIRA DOS SANTOS	31/12/1998	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	045	11/10/2026	08H00	08H30
1157	GEISIELE MORAES SANTOS	29/05/1997	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
1155	GEISIELE MORAES SANTOS	29/05/1997	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30
3613	GEISY LAUANY DA SILVA SOUZA	09/07/2006	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
3952	GELCILENE FERREIRA DOS SANTOS	14/03/2000	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30
318	GENIFFER TAVARES	30/08/1996	303	ANALISTA DE GESTÃO	EEEFM CORA	AVENIDA	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30

	DA ROCHA			PÚBLICA	CORALINA	GUAPORÉ									
1010	GENIVAL RODRIGUES PESSOA JUNIOR	02/12/1988	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
3926	GEOVANA GOMES PINTO ARAUJO	22/09/1988	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
4079	GEOVANA KELRI ALVES DE SOUZA	17/12/2005	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
4009	GEOVANA LAUER MIRANDA	12/03/2007	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
1242	GEOVANA PRATA SIEKIERSKI	23/11/2006	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
3259	GEOVANE ANTÔNIO COSTA	03/04/1996	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
814	GEOVANE FARIAS DE OLIVEIRA	11/06/1995	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
815	GEOVANE FARIAS DE OLIVEIRA	11/06/1995	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
1026	GEOVANE GASPARIM ALVES	20/02/1998	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30
1019	GEOVANE GASPARIM ALVES	20/02/1998	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30
323	GEOVANE PEREIRA DA SILVA	11/01/1984	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
4328	GEOVANI BERNO	21/07/1969	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30
2100	GEOVANI NASCIMENTO MARTINS	08/12/1986	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30
930	GEOVANNA RAPHAELLA LORBIESKI PEREIRA	14/10/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
1666	GERSON TEIXEIRA DE LAIA	30/08/1985	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30
3280	GESLAINE GUEDES DE OLIVEIRA	15/09/1991	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
7	GESSE RICARDI BATISTA GARCIA	13/03/1993	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
2	GESSE RICARDI BATISTA GARCIA	13/03/1993	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
651	GESSICA DOS REIS RODRIGUES	19/04/1992	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
2096	GESSYKA ALVES CORREIA	28/03/1992	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30
4038	GEYSSON GUILHERME VEIGA VIANA	03/06/2000	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
3210	GEZINÉIA PAULA DA COSTA	24/10/1999	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
954	GIAN WILLIAN TAVARES DE SOUZA	24/03/2001	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
953	GIAN WILLIAN TAVARES DE SOUZA	24/03/2001	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
401	GIARITSSA FERNANDA MELO DE OLIVEIRA	22/07/2000	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
1190	GIDERSONIA PEREIRA DE JESUS	15/02/1980	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30
3482	GILBERTO CARVALHO DE CASTRO JUNIOR	23/01/1992	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
700	GILCIANE LINHARES DOS SANTOS	18/06/1999	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
3894	GILDEVAM SILVA DE JESUS	14/07/1989	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30

3147	GILLIANE BESSA SANTANA	29/12/1992	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
3158	GILMAR ALVES DA SILVA	08/04/1985	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
4156	GILSIMAR DOMINGOS LEITE	21/10/1985	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
2251	GILVAN ALVES DE JESUS	18/11/1999	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
164	GILVAN RIVA DA SILVA	01/08/1999	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	117	11/10/2026	14H00	14H30
116	GILVANIA LEMES DOS SANTOS	22/06/1994	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	046	11/10/2026	08H00	08H30
124	GILVANIA LEMES DOS SANTOS	22/06/1994	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30
3046	GILZA DIAS VIEIRA	01/12/1980	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
3826	GIOVANE LUCAS PERES	14/04/1996	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	117	11/10/2026	14H00	14H30
2318	GIOVANNA BELARMINO ROMER	05/11/2002	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
1356	GIOVANNA BRUNA BESSA MOTA	28/11/1999	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	046	11/10/2026	08H00	08H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
1345	GIOVANNA BRUNA BESSA MOTA	28/11/1999	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
545	GIOVANNA MESQUITA REDA	28/11/2002	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	047	11/10/2026	08H00	08H30
3934	GIOVANNA RODRIGUES SIMEONI	20/10/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
119	GISA RAFAELA BATISTA MODESTO GONÇALVES	28/02/1981	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
637	GISELE SANTOS PACHECO	29/05/1990	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	038	11/10/2026	08H00	08H30
633	GISELE SANTOS PACHECO	29/05/1990	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
301	GISELE VERONA DE SOUZA	07/08/1993	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30
306	GISELE VERONA DE SOUZA	07/08/1993	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30
4102	GISLA ROSSI LEONEL	14/08/1999	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30
440	GISLAINE CRISTINA DA SILVA	18/10/1999	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30
3332	GISLAINE OLIVEIRA	21/01/1995	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
4090	GISLAINE OLIVEIRA	21/01/1995	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	045	11/10/2026	08H00	08H30
386	GISLAINE REBECA DE JESUS SOUZA	09/04/1999	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30
2872	GISLENE ALVES DE ARAUJO ALMEIDA	28/02/1990	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30
3933	GIULIA OLENKA DE AMORIM	21/02/1998	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30
3593	GIULIANA KELY DA SILVA SANTOS	07/08/2000	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
2942	GIUSEPPE PINTO NARDI	29/05/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
3537	GIVALDO APARECIDO LEITE	01/10/1972	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30
3848	GIVANILTON SOARES DA SILVA	07/12/1980	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30
1420	GIZELE PERES MAGALHÃES	28/12/1981	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30
1529	GLAYVERSON DE MELO PEREIRA	01/12/1995	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30

2958	GLEICE MERES GROLLI DOS SANTOS	17/06/1989	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
2961	GLEICE MERES GROLLI DOS SANTOS	17/06/1989	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
3555	GLEICEANA LIMA DA SILVA	15/08/1990	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
1284	GLEICYELLY RODRIGUES DA SILVA	02/10/2001	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
2271	GLEIDSON DA SILVA COSTA	20/01/1990	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30
1717	GLEIDSON MATHEUS DE JESUS SOUZA	05/08/1997	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
606	GLEISON DOUGLAS PEREIRA ANANIAS	21/12/1995	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
611	GLEISON DOUGLAS PEREIRA ANANIAS	21/12/1995	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30
162	GLICIENE QUINTÃO COIMBRA RABELO	02/10/1980	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	046	11/10/2026	08H00	08H30
146	GLICIENE QUINTÃO COIMBRA RABELO	02/10/1980	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	131	11/10/2026	14H00	14H30
1579	GLÓRIA MARIA DA SILVA MACÊDO	16/09/1990	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	107	11/10/2026	14H00	14H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
4340	GRACIELE DA SILVA RIBEIRO SACRAMENTO	18/11/1996	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30
4344	GRACIELE DA SILVA RIBEIRO SACRAMENTO	18/11/1996	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30
1137	GRACIELE SILVA DE OLIVEIRA	21/08/1990	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30
1116	GRAZIELE SAMDIM PEREIRA	27/09/1994	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30
3827	GRAZIELI DORADA DE OLIVEIRA	14/03/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
94	GUILHERME ALÉSSIO SILVA CASSOL	12/02/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
212	GUILHERME CATANHA RIBEIRO	26/04/2003	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
217	GUILHERME CATANHA RIBEIRO	26/04/2003	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
2780	GUILHERME DA SILVA ROLIM	06/06/2008	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
2337	GUILHERME DOS SANTOS KUHN	06/04/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
4241	GUILHERME FERNANDES DE SOUZA	01/09/2005	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30
3047	GUILHERME FIGUEIREDO	26/01/1994	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
3795	GUILHERME GABRIEL RIBEIRO	09/07/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
3799	GUILHERME GABRIEL RIBEIRO	09/07/2005	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
4167	GUILHERME HENRIQUE DOS SANTOS MATOS	10/07/2002	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
1518	GUILHERME HENRIQUE GONCALVES DE ASSIS	24/11/1997	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
736	GUILHERME HENRIQUE PRADO FRAGA	26/03/2003	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
1847	GUILHERME KAUÃ DOS SANTOS PUPIN	07/06/2007	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
1454	GUILHERME MARINHO COSTA	17/01/1998	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
2829	GUILHERME MELDOLA OLIVEIRA	18/11/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
2830	GUILHERME MELDOLA OLIVEIRA	18/11/2007	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	129	11/10/2026	14H00	14H30
2188	GUILHERME PEIXOTO RODRIGUES	07/06/2003	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
84	GUILHERME SALES DA COSTA	24/03/2008	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30
4324	GUILHERME VALENTIM FERNANDES SANTOS	08/01/2002	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
4363	GUILHERME VALERIO MARCANI	03/03/1999	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	108	11/10/2026	14H00	14H30

2783	GUIPSON SOUZA DIAS	01/12/1999	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
2784	GUIPSON SOUZA DIAS	01/12/1999	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30
2000	GUSTAVO ALVES DA COSTA	15/07/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30
1961	GUSTAVO AMARAL DIAS	01/07/2005	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
3982	GUSTAVO BORGES CARNEVALI	16/01/1995	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
3776	GUSTAVO CANDIDO DE MEDEIROS DAMACENO	08/03/2000	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
3255	GUSTAVO CARVALHO DA SILVA	20/09/2007	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
14	GUSTAVO COSTA BISCOLA MARTINS	23/12/2000	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30
4255	GUSTAVO DA SILVA DIAS	12/07/2003	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30
2493	GUSTAVO FONTINELI	02/12/1994	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
2492	GUSTAVO FONTINELI	02/12/1994	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
2207	GUSTAVO GALDINO DOS SANTOS	16/06/2008	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
432	GUSTAVO JOSÉ QUEIROZ DE MORAES	07/08/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30
434	GUSTAVO JOSÉ QUEIROZ DE MORAES	07/08/1997	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30
3331	GUSTAVO MATEUS MORAIS LUZ	21/03/1999	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30
4247	GUSTAVO MORAIS DE ALMEIDA	29/07/2002	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
3967	GUSTAVO NOGUEIRA ORNELES PEREIRA	01/03/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30
2901	GUSTAVO SÃO LEÃO DA SILVA	12/08/2007	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30
2080	GUSTAVO SOUZA NOVAIS	02/01/2009	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30
2945	HADASSSA MIQUELINO MACHADO	11/09/2003	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30
845	HAGATA CRIS BEZERRA	21/06/1986	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
1750	HAMÁBILY ALVES DOS SANTOS	03/07/2005	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
1233	HANATRICIA GAGO LEGAL	12/05/1995	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
4335	HARISON MANOEL DOS SANTOS MATOS	09/06/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
3159	HARLESON DA CRUZ CANDIDO	12/09/2000	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
4120	HAVILLA NAARA DE SOUZA RIBEIRO	23/10/2002	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
2385	HAYNARA PRICILLA GOMES SILVA	03/05/1992	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
193	HEDERSON MEDEIROS RAMOS	09/07/1983	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
1358	HELEN GOMES LIMA	03/02/2009	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
319	HELENA MARIA CONSTANTE DA CUNHA CAMILO	24/01/1998	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30
496	HELENIRA BESERRA NOBREGA	13/11/1985	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
1484	HELITON DA SILVA LEONEL	11/10/1987	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
1705	HELLEN KAROLINE LOPES PEREIRA	02/02/2003	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
3165	HELOÁ DA COSTA SANTOS	07/07/1989	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30
2045	HELOÍSA DE AQUINO GOMES	29/05/2006	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30
1862	HELOISA DIAS SOARES	12/12/2008	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	117	11/10/2026	14H00	14H30
1664	HELOISA SANTANA REIS	27/02/2009	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30
1683	HELOISE GUEDES GAMBARINI	30/10/2002	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
1222	HELON FELIPE DA SILVA SODRÉ	02/11/1993	310	PROCURADOR	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30

				LEGISLATIVO		GUAPORÉ									

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
1228	HELON FELIPE DA SILVA SODRÉ	02/11/1993	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30
3712	HENRIQUE AUGUSTO DIAS BETONTE	30/12/2003	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30
1401	HENRIQUE CUSTODIO GURGEL BARRETO	16/02/1996	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	126	11/10/2026	14H00	14H30
2239	HENRIQUE DA SILVA FANTIN	19/06/2001	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
411	HENRIQUE GOMES VIEIRA	12/04/1995	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	117	11/10/2026	14H00	14H30
2140	HENRIQUE NOGUEIRA BROZEGUINI	09/07/2005	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	046	11/10/2026	08H00	08H30
2142	HENRIQUE NOGUEIRA BROZEGUINI	09/07/2005	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30
1599	HENRIQUE OLIVEIRA DE LIMA	28/03/2003	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30
1546	HENRIQUE SABINO TAVARES	05/09/2003	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
3651	HERBERT DE OLIVEIRA LIRA	10/09/1988	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30
3648	HERBERT DE OLIVEIRA LIRA	10/09/1988	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
2750	HERBERT GOMES BARRETO JUNIOR	26/03/1994	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
2865	HERBETH DE OLIVEIRA GUERRA	06/05/1999	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
1574	HERCOLYS DE OLIVEIRA SANTOS	24/01/1995	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30
3426	HESNEFERO RODRIGUES FERNANDES	14/03/2002	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	110	11/10/2026	14H00	14H30
1311	HEVANDER OLIVEIRA DOS SANTOS	15/12/1992	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
1314	HEVANDER OLIVEIRA DOS SANTOS	15/12/1992	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30
2254	HEVELYN KELY GABRIEL DA SILVA SOUZA	09/07/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
3038	HEVILLY KAMILA GUMÃO DA SILVA	07/12/2004	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30
1647	HIAGO BASTOS TRINDADE	24/08/1995	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
1649	HIAGO BASTOS TRINDADE	24/08/1995	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
913	HIAGO RAFAEL FERNANDES DO AMARAL	07/09/2008	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
1317	HIDEAKY YABUMOTO FELIZARDO	18/02/1993	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	008	11/10/2026	08H00	08H30
4277	HILLARY LIVIA DA SILVA PINTO	15/09/2004	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	063	11/10/2026	08H00	08H30
4239	HIRIADNE MARKOVISCZ DE OLIVEIRA	08/12/2000	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30
1757	HUDSON RAFAEL CHAFRE LOPES	29/03/2004	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
3731	HUGO RODRIGUES CASTOR	27/12/2001	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
3521	HUMBERTO MAX MARTINS ESPÍNDOLA	22/07/1986	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30
4105	IAGO ELOY DE OLIVEIRA	06/02/1992	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
2560	IAGO MACEDO CARNEIRO	28/07/2001	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30
227	IAGO MARCELL SILVA MOREIRA	15/09/1993	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
935	IÁGO OLIVEIRA DA SILVA	10/04/1994	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
932	IÁGO OLIVEIRA DA SILVA	10/04/1994	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30
1783	IAN LAVORENTE DE MIRANDA	20/04/2002	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	031	11/10/2026	08H00	08H30
1782	IAN LAVORENTE DE MIRANDA	20/04/2002	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	108	11/10/2026	14H00	14H30

1836	IANDRA MARIA SCHNEIDER LOURENÇO	15/03/1999	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30
1835	IANDRA MARIA SCHNEIDER LOURENÇO	15/03/1999	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30
3458	IASMIN RANGEL NÓBREGA DE ALMEIDA	02/05/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
1453	ICARO OLIVEIRA VALÉRIO	25/09/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
488	IDIANA NATALINO BATISTA MACHADO	25/12/1988	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	124	11/10/2026	14H00	14H30
242	IGOR ALVES DE LIMA	07/07/1996	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30
2817	IGOR ARRUDA ALVES SARAIVA	26/03/1987	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
4134	IGOR DA SILVA OLIVEIRA	17/06/2004	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30
3279	IGOR FERREIRA MACIEL	16/03/2002	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30
719	IGOR HENRIQUE VARGAS FERREIRA	24/11/1995	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30
2626	IGOR PEREIRA DUTRA	14/07/1995	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
1646	IGOR VALERIO GOMES FERREIRA	22/01/1996	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	027	11/10/2026	08H00	08H30
1650	IGOR VALERIO GOMES FERREIRA	22/01/1996	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	105	11/10/2026	14H00	14H30
3834	ILDETE GONCALVES DOS SANTOS	09/07/1986	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
1382	ILMA DA SILVA PAIVA	29/01/1987	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
4133	ILSO DE AZEVEDO JUNIOR	25/03/1988	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30
71	ILSON MARINHO SOARES	07/06/1994	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30
4275	INDIANARA JAMILY DOS SANTOS LEÃO	29/09/2004	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30
3116	INGRID FERREIRA DE MIRANDA	14/07/1994	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
2558	INGRID VALERIE ABREU NASCIMENTO	08/04/1995	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30
4331	INGRYD OTTONI DOS SANTOS	12/02/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
3306	INGRYDI LEILA SANTANA DE MOURA	26/03/1995	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
2001	INÚBIA ANDRADE NEVES MARTINS	20/05/1995	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30
1255	INÚBIA ANDRADE NEVES MARTINS	20/05/1995	202	ALMOXARIFE	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	077	11/10/2026	14H00	14H30
3005	IOLANDA DE JESUS VAZ	02/03/1999	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30
2404	IRACI DE FÁTIMA BONFIM	26/03/1973	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
3268	ISAAC BASTOS CÔRTES	05/10/2007	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30
2628	ISABELA DA SILVA OLIVEIRA	29/01/2005	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30
2631	ISABELA DA SILVA OLIVEIRA	29/01/2005	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
2596	ISABELA ROZA MOREIRA	05/05/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
2734	ISABELA SILVA DA COSTA	03/05/2000	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30
2218	ISABELA SILVA MOTA DE SOUZA	12/09/1998	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
1404	ISABELLE CAROLINE SANTOS SCHWARZ	14/05/1994	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30
1408	ISABELLE CAROLINE SANTOS SCHWARZ	14/05/1994	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
1340	ISABELLE LOPES DOS SANTOS	24/11/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
2932	ISABELLY EDUARDA CARDOSO OLIVEIRA	11/07/2004	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
1379	ISABELLY RODRIGUES DA SILVA	27/04/2009	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
3335	ISABELLY SILVA BRAGA	14/02/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	042	11/10/2026	08H00	08H30
2600	ISAC DANTAS DE ALBUQUERQUE	17/12/1992	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30
2785	ISADORA ALESSANDRA BARROS RODRIGUES	14/08/2002	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30

					CANTANHEDE										
2786	ISADORA ALESSANDRA BARROS RODRIGUES	14/08/2002	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30
4139	ISADORA BORGES BOBATO	02/12/2004	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	117	11/10/2026	14H00	14H30
189	ISADORA CRISTINA MARTINS VALENTE	02/09/2000	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30
2489	ISADORA MACIEL SILVA	18/03/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30
3233	ISADORA SANTOS CAMELO	31/12/2001	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30
1363	ISADORA SOARES SILVA	06/11/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30
3060	ISAÍAS BORGES DA SILVA	10/02/2002	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30
2227	ISLA NATALY RAIMUNDO LÁZARO	05/05/2002	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30
395	ISMAEL COELHO FONSECA	15/11/1995	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30
1938	ISMAEL EDUARDO CIOLA	26/10/1998	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
1846	ISRAEL ALVES DINIZ BIANCHI	26/02/1990	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
2980	ITALO ANDRÉ LIPPAUS SIQUEIRA	22/02/1995	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30
2979	ITALO ANDRÉ LIPPAUS SIQUEIRA	22/02/1995	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30
3341	ÍTALO JUNIO DE AGUIAR SIQUEIRA	21/08/1998	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30
3342	ÍTALO JUNIO DE AGUIAR SIQUEIRA	21/08/1998	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30
2487	ÍTALO LUAN MELO DE BRITO	13/08/1990	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
3365	ITALO LUCIANO VIANA COELHO	27/10/1972	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30
3353	IURI FERNANDES UGALDE	12/08/1988	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30
1767	IURIANE SILVA PRADO	05/05/1998	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	121	11/10/2026	14H00	14H30
1302	IVANEI MASSARY CARDOZO	08/01/1996	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30
1341	IVANEI MASSARY CARDOZO	08/01/1996	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
2652	IZAIAS HENRIQUE HEITOR COELHO	09/03/2001	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
3181	IZALINE SILVEIRA DA SILVA	14/04/1979	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30
3320	IZANI RELLA DOS SANTOS	03/02/2002	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
4063	IZAQUE LEONEL DE POLIVEIRA	06/05/1960	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	121	11/10/2026	14H00	14H30
3319	JACIUÉLITA MARIA DE LAIA	23/07/1985	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
1065	JACKELINE FREITAS SOUSA	28/11/1981	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
383	JACKELINE GUIMARÃES PEREIRA	03/11/1996	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30
2006	JACKLINE RHANNA RIBEIRO DO NASCIMENTO	04/09/2000	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30
4081	JACKSON CASTILHO DE SOUZA	09/10/1992	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30
672	JACKSON DE OLIVEIRA ARAUJO	24/12/1994	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30
524	JACKSON DIONES PEREIRA ALVES	30/10/2003	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30
865	JACKSON OLIVEIRA DOS REIS	07/01/1990	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30
1973	JAILSON REIS DA SILVA	31/01/1983	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30
1972	JAILSON REIS DA SILVA	31/01/1983	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30
2407	JAINAPARECIDA LOURENÇO	29/12/1998	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30
565	JAINE OHANNA SILVA DA CONCEIÇÃO	30/06/1998	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30
688	JAINI NASCIMENTO GASPAR DE GODOY	27/10/2002	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30
2115	JAIRA PEREIRA BATISTA	08/07/1983	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30
3213	JAKELINE DE OLIVEIRA DIAS	27/09/1997	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30

1367	JAKELINE GAVIOLI DE SOUZA E SILVA	23/06/1995	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30
1366	JAKELINE KATIANE RIBEIRO FERREIRA	22/09/1989	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30
2223	JAMERSON RODRIGUES DE ALMEIDA	17/09/1990	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30
827	JAMILE CRISTINA PEREIRA MENEZES	06/10/1987	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30
4164	JANAINA CABRAL DOS SANTOS	06/09/2003	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30
1305	JANAINA FERREIRA BARBOSA	11/11/1987	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30
3460	JANAINA HELENA DE ANDRADE	16/03/1983	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30
2769	JANAÍNA PEREIRA DE ARAÚJO	09/07/2003	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30
4107	JANAÍNA SANTOS DE ALMEIDA MORAES	17/10/1989	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30
886	JANDARA ALVES DOS SANTOS PINHEIRO	13/09/1988	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30
1670	JANDER DE SOUZA SILVA	24/02/2001	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	133	11/10/2026	14H00	14H30
979	JANDERSON DOS SANTOS BALTAR	28/07/1988	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30
658	JANETI FRAGA DE OLIVEIRA	24/12/1980	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	017	11/10/2026	08H00	08H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
653	JANETI FRAGA DE OLIVEIRA	24/12/1980	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30
1415	JANICLEIA DA SILVA FERREIRA DE ALCÂNTARA	12/08/1986	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30
1410	JANICLEIA DA SILVA FERREIRA DE ALCÂNTARA	12/08/1986	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30
4070	JANIELLE DE OLIVEIRA GARCIA	24/04/1998	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30
32	JANINE MONIQUE BRONSTRUP ALVES DA SILVA	08/07/1994	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30
65	JANINE MONIQUE BRONSTRUP ALVES DA SILVA	08/07/1994	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30
91	JAQUELINE ALFAIA DE SOUSA	19/10/1993	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30
285	JAQUELINE BATISTA DE MOURA	04/03/1989	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30
223	JAQUELINE BATISTA DE MOURA	04/03/1989	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30
1452	JAQUELINE DE AZEVEDO PEREIRA	09/06/1992	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30
3536	JAQUELINE DE AZEVEDO PEREIRA	09/06/1992	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30
3496	JAQUELINE DE MATTOS GODOY	26/05/1990	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
1477	JAQUELINE DOS SANTOS PEREIRA	15/10/1992	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30
1633	JAQUELINE FERREIRA XAVIER	11/03/1991	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30
1047	JAQUELINE LEÃO PEREIRA	21/06/1993	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
4140	JAQUELINE MACHADO DOS SANTOS	13/04/1990	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30
3326	JAQUELINE NUNES DE OLIVEIRA	15/04/1988	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30
3359	JAQUELINE PEREIRA DOS SANTOS	29/09/1996	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30
2483	JAQUELINE SOUZA DA SILVA	27/07/1999	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30
3788	JAQUELINY BORHER DOS SANTOS	18/10/1998	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30
69	JAYNE DA SILVA BARBOSA BELTRÃO	28/12/2001	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30
3666	JEAN CARLOS DE JESUS GENILHU	23/12/1995	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30
705	JEANE MARIANO DA SILVA	08/04/1992	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30

4192	JEANE MUNIZ RIOJA FERREIRA	06/06/1974	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
368	JECILÉIA BATISTA BARBOSA	01/06/1980	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30
371	JECILÉIA BATISTA BARBOSA	01/06/1980	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30
83	JEFERSON CARLOS GUEDES DE ALMEIDA	17/06/1992	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30
1685	JÉFERSON DA SILVA OLIVEIRA	06/09/1988	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30
1690	JÉFERSON DA SILVA OLIVEIRA	06/09/1988	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30
2545	JEFERSON GONÇALVES DA COSTA	16/11/1993	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30
3817	JEFERSON RAFAEL CONCEIÇÃO	16/03/1998	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30
4036	JEFERSON ROBERTO HOPPE	30/04/1995	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
151	JEFFERSON FARIAS DA SILVA FALCÃO	23/06/1991	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
4112	JEFFERSON NEVES DE JESUS	07/02/1997	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30
1290	JEFFERSON RODRIGO SANTOS FORTES	14/10/1994	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30
1823	JEFFERSON RODRIGUES MENDES	17/03/2007	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30
3189	JENIFER LUANE DE JESUS ARMINI	05/08/1998	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
4351	JENIFFER MICKELLY RODRIGUES FRANÇA	21/12/1998	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
1258	JENNIFER JHULIANE DE JESUS RIQUE ZENI	20/04/2002	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30
1262	JENNIFER JHULIANE DE JESUS RIQUE ZENI	20/04/2002	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30
47	JENNYFER GLEICE DE SOUZA VIANA SALCEDO	22/02/1996	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30
2434	JEOVANNE APARECIDO PAIVA	03/10/1993	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
1025	JERRI LIMA DOS SANTOS	16/06/1992	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
874	JERSON SOARES DOS SANTOS	18/03/1993	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	040	11/10/2026	08H00	08H30
1482	JESIANE SOLIZ DE OLIVEIRA	02/11/1991	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
965	JESSE CARDOSO DA SILVA	01/09/1990	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	121	11/10/2026	14H00	14H30
2819	JÉSSICA DE SOUZA CRUZ	02/03/2001	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30
276	JESSICA EDUARDO DE MOURA	26/12/1990	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30
274	JESSICA EDUARDO DE MOURA	26/12/1990	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30
3101	JÉSSICA FABRINE MARINS DE ALMEIDA	27/12/1996	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30
1054	JÉSSICA FERREIRA DE LIMA	31/12/1996	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
3086	JÉSSICA LUÍZA DOS SANTOS BRITO	20/04/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30
755	JÉSSICA PATRÍCIA RODRIGUES SIMEDICO	17/04/1991	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30
364	JÉSSICA SANTOS SCHURMANN	18/04/1994	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30
620	JÉSSICA SANTOS SCHURMANN	18/04/1994	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	079	11/10/2026	14H00	14H30
1035	JESSIELI DOS SANTOS SIQUEIRA	01/05/2000	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30
2175	JEZANDRO FERNANDES DE LAIA	06/10/1998	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
2180	JEZANDRO FERNANDES DE LAIA	06/10/1998	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	093	11/10/2026	14H00	14H30
1296	JHEIMES DIORDAN DAMACENO	04/11/1999	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30
3828	JHEIMILLY THAIS AGOUTE REIS MONTEIRO	10/09/1998	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30
48	JHEINIFER DA SILVA FRANCO	18/08/2001	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
652	JHENIFER ALINE PEREIRA MATTOS	21/01/1998	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30
1864	JHENIFER ALVES DO NASCIMENTO	21/03/2001	206	TÉCNICO EM	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30

				CONTABILIDADE											
2564	JHENNIFER SILVA MONTAGNOLLI	28/03/2001	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
4218	JHON LENON SOUZA ALVES	12/03/1991	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30
4201	JHON LENON SOUZA ALVES	12/03/1991	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30
481	JHON WILLIAM DE OLIVEIRA	19/04/1997	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
1070	JHONATAN AQUINO PINHEIRO	15/05/2000	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30
1758	JHONATAN CARLOS DE ABREU	16/03/1997	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30
1357	JHONATAN HENRIQUE DOS SANTOS SIQUEIRA	08/11/1993	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30
1499	JHONATAN KEVIN PINTO DOS PASSOS	04/02/1999	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30
1236	JHÚLIA EVELLY FERREIRA SILVA	07/04/2007	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30
2578	JHÚLIA EVELLY FERREIRA SILVA	07/04/2007	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30
2579	JHÚLIA EVELLY FERREIRA SILVA	07/04/2007	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30
582	JOACIR SANTANA DOS SANTOS JUNIOR	10/09/1990	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30
598	JOACIR SANTANA DOS SANTOS JUNIOR	10/09/1990	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30
3785	JOAN DENER ALMEIDA SOUZA	06/02/1998	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30
3789	JOAN DENER ALMEIDA SOUZA	06/02/1998	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30
945	JOANES DE OLIVEIRA SILVA	05/01/1994	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30
958	JOANES DE OLIVEIRA SILVA	05/01/1994	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30
534	JOÃO AUGUSTO OLIVEIRA LACERDA	14/08/2002	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
1501	JOAO BATISTA DOS DANTOS	11/11/1978	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30
2968	JOÃO BATISTA SANTANA FERREIRA DA CRUZ	03/03/1988	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30
840	JOÃO CARLOS DE SOUSA	21/06/1989	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
4130	JOÃO CARLOS DIONÍSIO SOUSA CAMPOS OLIVEIRA	16/10/2007	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30
3430	JOAO ELICIO SOBRINHO	26/07/1963	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30
3697	JOÃO FELIPE CORREIA MOURA	05/10/2004	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30
2197	JOAO FRANCISCO DOS SANTOS	23/07/1976	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
2663	JOÃO GABRIEL ALMEIDA NUNES ROCHA	27/08/2007	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30
2866	JOÃO GABRIEL CASAGRANDE DA SILVA	13/10/1997	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30
2378	JOÃO GABRIEL DE OLIVEIRA ZAMARCHI	30/04/2001	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30
4049	JOÃO GABRIEL GOMES DE BRITO	12/08/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	001	11/10/2026	08H00	08H30
4057	JOÃO GABRIEL GOMES DE BRITO	12/08/2008	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	076	11/10/2026	14H00	14H30
2648	JOÃO GABRIEL MOURÃO SOUZA	10/10/2000	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	041	11/10/2026	08H00	08H30
3567	JOÃO GABRIEL MOURÃO SOUZA	10/10/2000	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	106	11/10/2026	14H00	14H30
82	JOÃO GUILHERME DOS SANTOS BRITO	20/04/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
70	JOÃO GUILHERME DOS SANTOS BRITO	20/04/2005	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30
4286	JOAO GUSTAVO RIBEIRO DE SOUZA	30/07/1991	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30

1072	JOÃO HENRIQUE LIMA DOS SANTOS	29/06/2004	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
1071	JOÃO HENRIQUE LIMA DOS SANTOS	29/06/2004	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
1344	JOÃO LOURENÇO REIS NETO	02/07/1989	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30
3703	JOÃO LUCAS DOS SANTOS GOMES	10/02/2002	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30
3260	JOÃO LUCAS GONÇALVES DE ALBUQUERQUE	02/04/2000	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
2311	JOÃO LUCAS ROCHA ALVES ROCHA	22/02/2009	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	103	11/10/2026	14H00	14H30
1643	JOÃO LUCAS SILVA DE OLIVEIRA	11/09/1996	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30
3356	JOÃO LUCAS VIANA PERUZZO	14/10/1999	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
2490	JOÃO LUIS MACHADO	09/12/1972	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
471	JOAO MIGUEL VIEIRA DA SILVA	15/10/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30
2136	JOÃO NETO COSTA KECHNER	22/04/2004	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
3029	JOÃO PAULO ALVES LUCAS	23/07/1996	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
3999	JOÃO PAULO NOCETE ORLANDO FERREIRA FERREIRA	29/05/1987	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
3024	JOÃO PEDRO BATTISTELLA BATTISTELLA	01/03/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30
329	JOÃO PEDRO CARVALHO SOUSA CAMPOS DE OLIVEIRA	04/07/2001	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	111	11/10/2026	14H00	14H30
2820	JOÃO PEDRO DE FRANÇA CAPELETI	20/10/1995	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30
1064	JOÃO PEDRO DE SOUZA VICENTINO	22/12/2000	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
4206	JOÃO PEDRO FARIAS BATISTA	27/08/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30
608	JOÃO PEDRO LONGO DE JESUS	08/06/2004	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30
610	JOÃO PEDRO LONGO DE JESUS	08/06/2004	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30
2478	JOAO PEDRO NEPONUCENO CATHARINO ALVES	07/08/2002	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
674	JOÃO PEDRO OLIVEIRA CAMPOS	03/09/2008	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
1909	JOÃO VÍCTOR AGUIAR JOHN	31/10/1998	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
3791	JOÃO VICTOR PIMENTEL LIMA	17/09/2003	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30
4170	JOÃO VICTOR TOBIAS LIMA	24/12/1999	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30
2432	JOAO VITOR ALGAYER CORVELLO	10/08/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30
2122	JOÃO VITOR COELHO CASAGRANDE	22/10/2003	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30
1392	JOÃO VITOR NETO	14/02/2000	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30
1160	JOCE QUEILA BARBOSA SILVA	09/10/1984	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30
1163	JOCE QUEILA BARBOSA SILVA	09/10/1984	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
3179	JOCILDA SOUSA ABREU SCALCON	24/06/1984	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30
805	JOCILENE LORENZONI	10/02/1974	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
3980	JOCYLENE QUEIROZ DA SILVA RAISKI	01/10/1983	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30
3891	JOEL GOMES DE SOUZA	05/10/1974	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30
2517	JOICE BRILHANTE DOS SANTOS	11/01/2004	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30
1126	JOICE KELY RIBEIRO FERREIRA	11/04/2000	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30

2732	JOICE SOUSA FALTZ	06/07/2003	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30
2733	JOICE SOUSA FALTZ	06/07/2003	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	045	11/10/2026	08H00	08H30
1066	JONAS ALMEIDA CARNEIRO	07/04/1990	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
1860	JONAS CALDAS DA SILVA	11/04/1989	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30
2604	JONAS CÉZAR PINTO	01/08/1983	203	MESTRE DE CERIMONIAL	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	114	11/10/2026	14H00	14H30
2603	JONAS CÉZAR PINTO	01/08/1983	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	115	11/10/2026	14H00	14H30
2792	JONAS NUNES QUEIROZ	18/09/1987	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
4011	JONAS PINHEIRO SILVA	23/12/1990	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30
3325	JONAS SANTOS SOUZA	03/02/1987	203	MESTRE DE CERIMONIAL	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	114	11/10/2026	14H00	14H30
2189	JONATA GUEDES LEITE	14/01/1996	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
3357	JONATAS LUIZ BONI	14/08/1992	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30
3152	JONATAS NASCIMENTO MAIA	11/03/1997	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
1945	JONATHAN DE SOUZA LIMA MOREIRA	11/02/1997	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30
454	JONY PEREIRA BRAGA DE GODOI	28/04/1984	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30
456	JONY PEREIRA BRAGA DE GODOI	28/04/1984	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30
3963	JORGE VICTOR OLIVEIRA MELO	18/06/1996	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
3821	JOSAFÁ VON RONDOW RIBEIRO	29/03/1997	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
2844	JOSÉ ADOLFO ALVES FERNANDES	16/06/2003	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
1006	JOSE ALVES DOS SANTOS	28/03/1981	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
2806	JOSÉ ALVES DOS SANTOS NETO	23/12/1997	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
2807	JOSÉ ALVES DOS SANTOS NETO	23/12/1997	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
3889	JOSÉ ALVES VIANA	01/08/1986	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	121	11/10/2026	14H00	14H30
2395	JOSÉ ARTHUR DE SOUZA SALES	13/05/1999	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30
3538	JOSÉ BARBOSA DE SOUSA JUNIOR	29/07/1999	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30
2643	JOSÉ EDUARDO DANTAS	27/12/1980	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30
1842	JOSÉ FERREIRA SARAIVA	06/07/1985	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	121	11/10/2026	14H00	14H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO** ANALISTA	**ESCOLA** EEEFM	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
2904	JOSE HENRIQUE LOPES MAILHO	18/05/2003	306	LEGISLATIVO	RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30
2890	JOSE HENRIQUE LOPES MAILHO	18/05/2003	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
3305	JOSÉ LUCAS RIBEIRO DE PAIVA	09/04/1996	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30
3304	JOSÉ LUCAS RIBEIRO DE PAIVA	09/04/1996	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30
3702	JOSÉ LUIS QUEIROZ	13/12/1974	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA	AVENIDA	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-	094	11/10/2026	14H00	14H30

	PÍNHEIRO				CORALINA	GUAPORÉ					631				
230	JOSÉ RAIMUNDO DE OLIVEIRA MENEZES	07/02/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	029	11/10/2026	08H00	08H30
226	JOSÉ RAIMUNDO DE OLIVEIRA MENEZES	07/02/1997	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	109	11/10/2026	14H00	14H30
3866	JOSÉ RODRIGUES LEITE NETO	24/01/1988	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
618	JOSE WAGNER MALCHER DA SILVA	20/03/1969	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30
1396	JOSELE SILVA DE OLIVEIRA	17/09/1992	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	111	11/10/2026	14H00	14H30
1558	JOSÉLIA RAMOS GOMES	23/05/1976	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30
4025	JOSELMA LICE DE SOUZA	11/06/1983	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30
2759	JOSIANE APARECIDA DOS SANTOS	05/05/1989	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30
2503	JOSIANE DA SILVA MOREIRA	30/03/2002	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	066	11/10/2026	08H00	08H30
3139	JOSIANE DOS SANTOS	02/09/1991	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30
699	JOSIAS ALVES DA SILVA	20/03/1986	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30
989	JOSIMARA DA SILVA BRASIL	13/10/1990	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
2570	JOSIVANE DA SILVA CHAVES	14/12/1996	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30
2160	JOSLANE DA SILVA SENA	14/10/1993	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	043	11/10/2026	08H00	08H30
1874	JOSUÉ SOUZA XAVIER	19/11/1992	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30
1873	JOSUÉ SOUZA XAVIER	19/11/1992	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30
635	JOSYARA LOPES DE CARVALHO	01/02/2001	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	044	11/10/2026	08H00	08H30
3635	JOYCE SIQUEIRA BUENO MARIZ	26/01/2001	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30
3445	JOZIANI DA SILVA ALVES	20/01/1990	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	056	11/10/2026	08H00	08H30
2433	JOZIANI DA SILVA ALVES	20/01/1990	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30
538	JOZIANI DA SILVA ALVES	20/01/1990	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	131	11/10/2026	14H00	14H30
4348	JOZIMAR DOS SANTOS MEDEIROS JUNIOR	09/09/1994	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30
3755	JUAN GIL RODRIGUES	22/05/1989	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	044	11/10/2026	08H00	08H30
1814	JUAREZ CORREA NETO	15/05/1981	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
4173	JUAREZ CORREA NETO	15/05/1981	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30
522	JUCILÉIA DE SOUZA BARBOSA	05/04/1991	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30
4035	JUDITE LOURENÇO JOVINO	23/08/1976	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE** ARIQUE	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
3787	JUDY MARIA DOS SANTOS BRITO	30/09/1998	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	MES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30
3474	JULIA CONSUELO SILVA	04/11/2003	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30
61	JULIA CORESMA PEREIRA	12/11/1993	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30

4329	JULIA FREITAS PACHECO	08/05/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	044	11/10/2026	08H00	08H30
2398	JÚLIA MOREIRA DA COSTA NASCIMENTO	21/01/2001	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30
4213	JULIA OLIVEIRA DA PAIXÃO	05/02/2009	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30
3774	JULIA REZENDE FERREIRA	22/09/2004	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30
3134	JULIANA ALVES BARBOSA PONTES	20/04/1992	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30
1395	JULIANA ALVES DO NASCIMENTO	24/01/1998	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30
1722	JULIANA DE SOUZA MARTINS	02/05/1998	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	044	11/10/2026	08H00	08H30
1721	JULIANA DE SOUZA MARTINS	02/05/1998	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	118	11/10/2026	14H00	14H30
2335	JULIANA ESTEFANE DE JESUS MOTA	29/06/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30
2336	JULIANA ESTEFANE DE JESUS MOTA	29/06/1997	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30
844	JULIANA FERNANDES DA SILVA	02/01/2001	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30
3128	JULIANA MANGOLO MORAES	01/03/2000	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	044	11/10/2026	08H00	08H30
1337	JULIANA RODRIGUES DA CONCEIÇÃO	18/01/2008	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30
3215	JULIANA TELES DE ANDRADE	28/02/1997	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30
102	JULIANE G.S.SILVA	28/04/1988	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30
3257	JULIANE SILVEIRA DA SILVA	29/04/1980	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
340	JULIANE TERRA RAMOS MELO	02/02/1998	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30
3358	JULIANO DE JESUS ORNELAS	16/06/2000	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30
3732	JULIANO RAFAEL TEIXEIRA ENAMOTO	08/06/1987	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
2824	JULIE CAVALCANTE PINHEIRO	24/04/1998	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30
2822	JULIE CAVALCANTE PINHEIRO	24/04/1998	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30
2619	JULIELSON RAMOS ANTUNES	12/09/1995	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
2620	JULIELSON RAMOS ANTUNES	12/09/1995	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
1848	JÚLIO BLAN KREBS	12/09/2000	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30
1849	JÚLIO BLAN KREBS	12/09/2000	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	094	11/10/2026	14H00	14H30
2808	JULIO CESAR ARAUJO SILVA	16/04/2004	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
2766	JÚLIO CÉSAR INOCH GORVEIA	22/02/2003	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
317	JULIO CESAR PRIMO CISCESKI	03/05/2002	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30
2985	JÚLIO CÉSAR SABAINI CARVALHO	06/01/2009	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE**	**CÓD. DO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO**	**FECHAMENTO DO**

		NASCIMENTO	CARGO											PORTÃO	PORTÃO
3408	JULIO CEZAR BATISTA DE OLIVEIRA SOUZA	21/03/2002	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	044	11/10/2026	08H00	08H30
4061	JULIO CEZAR RIBEIRO FONSECA	04/03/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30
564	JULIO TIMÓTEO DE LIMA PEREIRA	25/12/1996	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30
3763	JUNIO DOS SANTOS SILVA	27/06/1991	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30
30	JUNIOR FERREIRA DE SOUZA SILVA	05/12/1984	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	029	11/10/2026	08H00	08H30
555	JURANDIR BRASILOTO	02/03/1969	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30
1612	JUSCILENE SOUSA SILVA	01/04/1980	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30
1172	JUSSARA ANTÔNIA FERREIRA MENDES TELES	18/02/1988	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30
3513	KAIKE MALTEZO	06/06/2004	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30
1154	KAIKO EMANUEL ALCANTARA DE OLIVEIRA	16/05/2003	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30
3407	KAIKY VALENTIM FERREIRA SALES	09/08/2005	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30
4077	KAINÃ AUGUSTO SOUZA SILVA	27/08/2006	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30
3479	KAIO FELIPE RODRIGUES SIMIONE	07/04/1999	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
3291	KAIO FELIPE RODRIGUES SIMIONE	07/04/1999	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
3125	KAIQUI SALOMÃO MARTINS DE OLIVEIRA	22/07/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	044	11/10/2026	08H00	08H30
3122	KAIQUI SALOMÃO MARTINS DE OLIVEIRA	22/07/2006	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	118	11/10/2026	14H00	14H30
569	KALIL FLORENCIO DA SILVA TAVARES	13/06/2003	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30
571	KALIL FLORENCIO DA SILVA TAVARES	13/06/2003	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
1552	KAMILA KAREN CARVALHO DE OLIVEIRA	17/06/1999	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30
639	KAMILI VITÓRIA LIMA DOS SANTOS	29/05/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	044	11/10/2026	08H00	08H30
1802	KAMILLY SOARES VERLY SANTANA	29/12/2002	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
2762	KAMILLY VITÓRIA ANDRADE	03/07/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	044	11/10/2026	08H00	08H30
1465	KAMILY SOARES DE FREITAS	01/05/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30
3589	KAREN ALVES DOS SANTOS QUEIROZ	15/04/2001	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30
211	KAREN KAROLINE GOMES ITO	13/12/1994	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30
216	KAREN KAROLINE GOMES ITO	13/12/1994	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
2416	KAREN MOURA DA SILVA	27/09/2003	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30
1540	KARINA APARECIDA DE SOUZA MATOS	08/07/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	018	11/10/2026	08H00	08H30
3346	KARINA SANTOS ARAUJO	20/03/2009	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	134	11/10/2026	14H00	14H30
1069	KARINE FIGUEIREDO DE	27/09/2000	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	044	11/10/2026	08H00	08H30

	LIMA														
3129	KARINE NAZARIO STEIN	21/05/1990	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30
300	KARINE SOUZA GOMES LEITE	22/06/2002	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
190	KÁRITA RAWANY DE QUEIROZ COUTINHO	09/02/2001	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	044	11/10/2026	08H00	08H30
2530	KARLA CRISTINA SOARES TEIXEIRA	28/01/1982	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30
1134	KAROLAINE PEREIRA CARDOSO	25/03/1997	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
248	KAROLINE FRANCIELLE BRITO SIQUEIRA	10/01/1993	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
3153	KAROLINE GONÇALVES DE LIMA SANTOS	28/03/1994	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30
4294	KAROLINNE SUBTIL GLAZAR	15/09/1987	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
3585	KAROLLYNE LIMA TRES CONTIERI	28/11/2003	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30
1277	KAROLYNE IMACULADA ANDRADE MUNIZ	30/09/2001	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	031	11/10/2026	08H00	08H30
3081	KÁSSIA MARQUES POIANI DA SILV	09/05/1995	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
3628	KATHIA SANTOS FALEIROS	01/09/1998	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30
4091	KATHLEN LEAL LIMA	29/08/2001	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
4095	KATHLEN LEAL LIMA	29/08/2001	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30
1698	KÁTIA SANTOS SIILVA	25/11/1976	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
670	KATIUSA LUCIO DA SILVA SANTOS	01/01/1993	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30
4152	KATSUMI ALVES KATO	01/07/1994	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	044	11/10/2026	08H00	08H30
4159	KATSUMI ALVES KATO	01/07/1994	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30
4126	KAUÃ BASILIO SOARES	13/10/2003	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
3571	KAUA MARIANO CONSOLINE	22/01/2010	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	104	11/10/2026	14H00	14H30
2302	KAUAN FERREIRA NARDE	24/04/2008	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30
2195	KAUAN TURCATO STORTO	17/02/2008	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
3662	KAUANA LUIZA WEBER FÉLIX	28/05/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	044	11/10/2026	08H00	08H30
1361	KAUANY SOARES FREITAS	22/04/2004	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30
2248	KAUÊ DE ALMEIDA DURÃES	20/05/2004	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
1765	KAUÊ RIAN SILVA CONCEIÇÃO OLIVEIRA	24/03/2005	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
1766	KAUÊ RIAN SILVA CONCEIÇÃO OLIVEIRA	24/03/2005	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30
2726	KAYCKE OLIVEIRA DE SOUZA	31/07/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	044	11/10/2026	08H00	08H30
1971	KAYKY EDUARDO DE CASTRO DA SILVA	14/10/2008	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
3871	KAYKY TORRES DE	17/06/2005	201	AGENTE	EEEFM ANISIO	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-	044	11/10/2026	08H00	08H30

	OLIVEIRA			ADMINISTRATIVO	TEIXEIRA						110				
2838	KAYO RAMOS PEREIRA	13/03/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	044	11/10/2026	08H00	08H30
2839	KAYO RAMOS PEREIRA	13/03/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30
2486	KAYRA LUANA SALES OLIVEIRA	08/03/2002	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
943	KEILA ALVES DE JESUS	08/04/1994	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
933	KEILA ALVES DE JESUS	08/04/1994	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30
3020	KEILA BATISTA SILVA AUGUSTO	01/03/1981	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30
1530	KEILA CRUZ ALCANTARA	19/09/1989	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	044	11/10/2026	08H00	08H30
3103	KEILA DE SOUZA FERREIRA	19/12/1994	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30
2779	KELEN CRISTINA DOS SANTOS MORAIS KVIATKOSKI	30/01/1986	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30
2778	KELEN CRISTINA DOS SANTOS MORAIS KVIATKOSKI	30/01/1986	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30
1460	KELEN CRISTINE NUNES DE ABREU	13/06/1990	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
1278	KELLEN CRISTINA LIMA DA SILVA	13/10/2001	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30
2550	KELLISON LUAN LOPES DE SOUZA	03/08/1999	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30
3011	KELLY GOMES DE LIMA CONSTANTE	25/09/1987	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30
3580	KELLY THAIS ASCARI	05/03/1994	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30
2752	KELVIN ALLEX MENESES DE OLIVEIRA	11/08/2001	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30
1132	KENIA DE SOUSA BRAGA	31/10/1985	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30
3920	KENNEDY WESLEY ALVES DE SOUSA	03/07/1998	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30
2182	KEOMA LAERTE TELES DE NORONHA	28/05/1989	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
531	KERLON DE OLIVEIRA SANTOS	10/02/1984	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30
2809	KESIA LOPES TEIXEIRA	14/04/2000	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	044	11/10/2026	08H00	08H30
2439	KESSIA ALVES STOPA SIQUEIRA	08/04/1994	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30
2437	KESSIA ALVES STOPA SIQUEIRA	08/04/1994	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
3298	KETHELYN HIRT QUEROZ DOS SANTOS	11/04/2004	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30
2671	KETILINE FERREIRA MARTINS	19/06/2001	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
1463	KETLEN BARBOSA BRITO	13/11/2002	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30
321	KETLEN HIUANE MIRANDA DE SOUZA	30/04/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30
944	KÉTLIN SZARY WILL	21/05/1998	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
3327	KETURY KEISY NOGUEIRA	26/05/2000	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30

	TAVARES														
1092	KEVILYN VITÓRIA GONÇALVES DA SILVA	01/09/2009	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	044	11/10/2026	08H00	08H30
2449	KEZIA BARROSO DOS SANTOS	03/10/1995	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30
2476	KIMBERLE HIUANE SOUZA LEITE	01/06/1996	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	030	11/10/2026	08H00	08H30
2477	KIMBERLE HIUANE SOUZA LEITE	01/06/1996	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	110	11/10/2026	14H00	14H30
2147	KLEBER ALVES DE MEIRA SILVA	03/10/1994	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30
2495	KLEBER COELHO CASTRO	19/06/1979	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30
41	KLEBER NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR	12/12/2001	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
3396	KLEIANI BORGES PERES	06/05/1980	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30
3222	KLIVY FERREIRA DOS REIS	12/03/1989	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
3451	KRISHNA SONNIÊ TEIXEIRA MENESES	26/03/1997	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30
1895	LAERCIO ALEXANDRO DE ANDRADE	15/09/1978	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
1568	LAFAIETE BRUNO DOS SANTOS OLIVEIRA	31/07/1995	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
270	LAFAIETE BRUNO DOS SANTOS OLIVEIRA	31/07/1995	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30
3649	LAIANE CRISTINA DOS SANTOS FABIANO	04/07/1992	203	MESTRE DE CERIMONIAL	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	114	11/10/2026	14H00	14H30
3036	LAÍS LIMA DE SOUSA	14/08/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	044	11/10/2026	08H00	08H30
197	LAÍSA LAVÍNIA NERY DA SILVA	16/07/2003	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	044	11/10/2026	08H00	08H30
2889	LAISE OLIVEIRA SAO LEAO	09/09/1988	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30
2891	LAISE OLIVEIRA SAO LEAO	09/09/1988	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30
1207	LARA CRISTINA SANCA FERRETTI DE OLIVEIRA	18/06/1998	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	065	11/10/2026	08H00	08H30
3722	LARA SARA AVAROMA CAMPOS	30/09/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	044	11/10/2026	08H00	08H30
3725	LARA SARA AVAROMA CAMPOS	30/09/2007	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30
2531	LARINA DA SILVA ROSA	20/04/1991	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30
3466	LARISSA ANGÉLICA GEBERT MEINHARDT	11/07/1996	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30
4253	LARISSA FRANÇA DA SILVA	23/06/2000	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30
4257	LARISSA FRANÇA DA SILVA	23/06/2000	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
1440	LARISSA GONCALVES DE OLIVEIRA	24/06/1996	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
2190	LARISSA MICHELMA ARAÚJO GUEDES	19/01/2002	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30

816	LARISSA MOUREIRA DE SOUZA	18/08/1999	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
2359	LARISSA PENA KUIAWSKI	04/07/2002	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	044	11/10/2026	08H00	08H30
2358	LARISSA PENA KUIAWSKI	04/07/2002	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30
406	LARISSA PEREIRA ALVES	22/09/2000	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
3607	LARISSA VITÓRIA MENDES DUARTE	14/11/2001	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	044	11/10/2026	08H00	08H30
832	LARYSSA BARBOSA FERNANDES DOS SANTOS	12/06/2010	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	044	11/10/2026	08H00	08H30
160	LARYSSA CARNEIRO DE OLIVEIRA MOREIRA	26/05/1997	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30
1469	LARYSSA CARNEIRO DE OLIVEIRA MOREIRA	26/05/1997	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30
1927	LARYSSA KAUANNY DA ROCHA GOLFETTO	02/02/1996	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30
788	LAUDICEIA TAVARES ROSA	31/08/1982	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30
934	LAUDICEIA TAVARES ROSA	31/08/1982	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30
4290	LAURA ALVES AOYAMA	10/07/1997	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	044	11/10/2026	08H00	08H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
3667	LAURA ALVES AOYAMA	10/07/1997	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30
1601	LAURA ARAUJO COSTA	30/08/2000	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30
2927	LAURA BATISTA DRUMOND	29/12/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	044	11/10/2026	08H00	08H30
2366	LAURA BRANDHUBER CARDOSO	22/03/1990	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30
3719	LAURA DE SOUSA COSTA PASSOS	19/10/1998	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30
4013	LAURA FERNANDA DO NASCIMENTO BARBOSA	23/09/2002	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30
2347	LAURA GABRIELE FIGUEIREDO LOPES	07/01/1996	203	MESTRE DE CERIMONIAL	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	114	11/10/2026	14H00	14H30
4196	LAURA GEOVANA CORADO MONTEIRO	31/03/1977	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30
708	LAURA MARIA MOREIRA	13/12/1980	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30
911	LAURA VASCONCELOS ROCA SANTOS	05/05/1999	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	107	11/10/2026	14H00	14H30
984	LAUREA GALHARDO DE FREITAS	19/03/1997	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30
3149	LAYSA LUCAS DO NASCIMENTO	13/11/2003	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30
732	LÉA COSTA DA SILVA	23/08/1993	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	044	11/10/2026	08H00	08H30
2915	LÉA RODRIGUES DE OLIVEIRA FERREIRA	22/12/1986	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
4301	LEANDRA DE PAULA MACIEL	26/05/2001	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
3492	LEANDRA PAVÃO GARCIA	24/03/1996	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	044	11/10/2026	08H00	08H30
2409	LEANDRO RAMALHO LIMA	24/09/1988	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30
3968	LEANDRO SILVA DE JESUS	24/12/1991	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30

3449	LEANDRO SIQUEIRA ARAUJO	09/03/1990	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	044	11/10/2026	08H00	08H30
3447	LEANDRO SIQUEIRA ARAUJO	09/03/1990	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30
3598	LEANDRO TELES DA SILVA	21/02/1987	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30
4216	LEANDRO VIEIRA DO AMARAL	26/02/1986	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30
644	LEDSON LUDEMBERG NORMANDES DE MEDEIROS	15/11/1996	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
1642	LEIDIANE CARDOSO CAVALCANTE BARRETO	17/05/1986	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30
1898	LEIDIANE DOS SANTOS VITORIANO	04/07/1993	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
1168	LEIDIANE LÚCIA VIEIRA DOS SANTOS	02/01/1987	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30
86	LEILIANE GONCALVES FERREIRA	16/08/1994	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30
3261	LEILIANE SILVA DE PAULA LACHESKI	13/12/1997	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30
2293	LEILIANE SILVA DE PAULA LACHESKI	13/12/1997	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30
3805	LELIANE PEREIRA DA SILVA SARAIVA	02/03/1986	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
1785	LENICE DE LIMA CARDOSO	13/02/1980	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
3416	LENIZE DE OLIVEIRA	18/06/1990	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	067	11/10/2026	08H00	08H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
3686	LENNON CALIMAN ALVES	07/05/1998	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
2967	LEONARDO ALENCAR DE LIMA JUNIOR	09/09/1984	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30
3793	LEONARDO ANGELO MONTEIRO DAL PIVA	13/01/2003	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30
3931	LEONARDO ELIEL DIAS DA SILVA	21/11/2000	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
3930	LEONARDO ELIEL DIAS DA SILVA	21/11/2000	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30
2086	LEONARDO FONTELES CAMPANA	04/07/1998	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30
3322	LEONARDO MATEUS DOS SANTOS MORAES	23/11/2001	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30
3324	LEONARDO MATEUS DOS SANTOS MORAES	23/11/2001	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
3250	LEONARDO REIS BRAGA	28/11/1997	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30
3163	LEONARDO SEIJI NAKAYAMA PRADO	25/10/2004	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30
2341	LEONARDO SETTI	10/01/2005	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30
2442	LEONARDO SILVA GOMES	13/10/1995	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30
2836	LEONORA APOLINÁRIO DE ALENCAR	21/04/2003	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30
3588	LEOSMAR DE	28/05/1995	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-	068	11/10/2026	08H00	08H30

	SOUZA RODRIGUES				CANTANHEDE						434				
1795	LETICIA ALVES NOGUEIRA	18/11/1998	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30
3810	LETÍCIA ARAÚJO LINS	17/08/2001	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30
1339	LETÍCIA AUGUSTA SENA COSTA	22/10/1999	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30
2764	LETÍCIA DA SILVA BRITO	21/02/2007	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30
1533	LETÍCIA DE OLIVEIRA ROMÃO	04/12/1995	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30
3854	LETICIA DIVANGE DOS SANTOS	27/02/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30
2622	LETICIA DJUEINE AMORIM TELHERIA QUEIROZ	22/06/1994	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30
4345	LETICIA DO CAMRO SANTOS	17/02/1998	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	068	11/10/2026	08H00	08H30
3997	LETICIA DO NASCIMENTO OLIVEIRA SANTOS	21/05/1985	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	068	11/10/2026	08H00	08H30
2885	LETICIA FERNANDES TORQUATO	21/05/1999	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30
187	LETÍCIA FRANÇA GUIMARÃES DA SILVA	27/11/2000	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
2264	LETICIA FUZINATO CANDIOTO	15/09/1997	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
1249	LETICIA LAINE BARROS	06/08/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30
1704	LETÍCIA MARGARIDA CUTLAC DE OLIVEIRA	07/01/1998	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30
2917	LETÍCIA OLIVEIRA DA SILVA	04/04/2005	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30
3917	LETÍCIA SALES PANTOJA	24/11/1996	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30
1411	LETÍCIA SANTOS ALVES	19/10/1999	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30
2990	LETÍCIA VITÓRIA DOS ANJOS LOTTICI	23/03/1994	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
1397	LEUDIMAR SILVA DE SOUZA	30/04/2005	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30
1323	LEVY MATHEUS GOMES DIAS	30/09/1999	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30
351	LEYUKEZER CRUZ DE LIMA	21/06/2002	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
128	LIDIANE CONCEIÇÃO DA SILVA	26/11/1988	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30
2275	LIDIANE EVANGELISTA DO NASCIMENTO	11/11/1987	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30
3309	LIDIANE FRANCISCA DOS SANTOS	07/06/1984	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30
1466	LIDIANE LAYLA MIRANDA DE MOURA	02/06/1995	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30
2900	LIDIANE SILVA MACEDO	20/09/1993	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	121	11/10/2026	14H00	14H30
1500	LILIAN ANTÔNIA VIEIRA LOPES	21/08/1983	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30
3943	LILIAN CRISTINA DE OLIVEIRA	21/03/1991	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30

3953	LILIAN CRISTINA DE OLIVEIRA	21/03/1991	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
3919	LILLIAN SAMPAIO RAMOS	21/11/1989	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
713	LILLIAN SANTOS DE OLIVEIRA	08/08/1999	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
714	LILLIAN SANTOS DE OLIVEIRA	08/08/1999	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30
566	LÍVIA ROSIANE DA SILVA	15/09/1990	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30
575	LÍVIA ROSIANE DA SILVA	15/09/1990	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30
2875	LOANA DE ASSIS COSTA'	27/07/1994	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
290	LOREN KETLEY SOUZA DA SILVA	16/03/1997	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30
298	LOREN KETLEY SOUZA DA SILVA	16/03/1997	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30
4236	LORENA DE VASCONCELOS SOARES	26/03/2001	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30
4233	LORENA DE VASCONCELOS SOARES	26/03/2001	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
946	LORENA DOS SANTOS CARVALHO PESSOA	10/04/1995	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
1247	LORENA LANIELLY SILVA ROCHA	27/01/1998	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30
1900	LORENA LIMA FAUTH	09/02/1995	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
1181	LORENA SOUZA KLAUS	24/11/2000	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30
1180	LORENA SOUZA KLAUS	24/11/2000	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30
2951	LORENNA ALVES LEITE BARBOSA	16/01/1991	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30
1024	LORRAINE CRISTINA NASCIMENTO BARBOSA	21/07/1999	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30
1678	LORRAYNE FARIA CAVALCANTE AGUIAR	07/04/2000	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30
3239	LOTHAN FERREIRA MATOS	14/10/2002	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	068	11/10/2026	08H00	08H30
3602	LUAN ANDRADE LEAL	08/09/2000	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	009	11/10/2026	08H00	08H30
3605	LUAN ANDRADE LEAL	08/09/2000	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
1319	LUAN CARLOS GOIS DIB	16/01/1991	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30
3404	LUAN FABIO DE OLIVEIRA SILVA	25/04/2004	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30
185	LUAN GOMES MEDEIROS	05/05/1994	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
195	LUAN GOMES MEDEIROS	05/05/1994	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30
3505	LUAN GOUVÊA ALVES ESTÁCIO	11/03/1990	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30
127	LUANA BANDEIRA DO NASCIMENTO	16/01/1990	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	068	11/10/2026	08H00	08H30
131	LUANA BANDEIRA DO NASCIMENTO	16/01/1990	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30
1391	LUANA DE ALMEIDA AMORIM	03/02/1993	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	068	11/10/2026	08H00	08H30
210	LUANA DE ARAÚJO MENESES	09/08/1999	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30

3432	LUANA DE OLIVEIRA DELEON SANTOS	15/01/2005	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30
1507	LUANA DOS SANTOS	12/05/1998	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30
3692	LUANA DOS SANTOS FERREIRA	10/10/2005	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30
3849	LUANA DOS SANTOS GOMES	15/04/2009	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30
2102	LUANA KUHN DA SILVA DE AQUINO	14/06/1989	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30
1347	LUANA LARISSA ANDRADE OLIVEIRA	15/04/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30
3746	LUANA NATHÁLIA ÁVILA MEDEIROS	17/09/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30
66	LUANA NOGUEIRA PIRES	03/11/1996	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30
3715	LUCAS ALVES DE LIMA	14/07/1998	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30
3270	LUCAS ALVES LINARDI	12/06/2005	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30
3813	LUCAS ANDRE DA SILVA COELHO	19/01/2000	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	107	11/10/2026	14H00	14H30
359	LUCAS ASSAHITI URATANI	27/12/1999	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30
3077	LUCAS BARBOSA DO NASCIMENTO	19/08/2002	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
2837	LUCAS BARCELOS VALIATTI	09/02/2002	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30
923	LUCAS BRUNO SILVA	30/10/1996	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	121	11/10/2026	14H00	14H30
1481	LUCAS DA SILVA	10/10/1995	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	057	11/10/2026	08H00	08H30
1478	LUCAS DA SILVA	10/10/1995	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
985	LUCAS DA SILVA CASSIANO	18/11/2005	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
1561	LUCAS DE ALMEIDA FERREIRA	23/04/1998	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30
1553	LUCAS DE ALMEIDA FERREIRA	23/04/1998	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	131	11/10/2026	14H00	14H30
1133	LUCAS DE OLIVEIRA CORREIA	15/05/1997	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
3665	LUCAS DE OLIVEIRA MACHADO	26/06/2005	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30
722	LUCAS DOS SANTOS COSTA	18/11/2004	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
723	LUCAS DOS SANTOS COSTA	18/11/2004	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30
72	LUCAS DOS SANTOS RIBEIRO	03/12/1994	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30
4265	LUCAS EDUARDO NETO MENDES	23/05/1999	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30
3524	LUCAS FELIPE MAIA BONFIM	30/04/2003	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
697	LUCAS FERREIRA DE LIMA	10/08/1996	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30
2956	LUCAS GABRIEL BARBOSA TEIXEIRA	26/11/2000	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
2499	LUCAS GABRIEL DE SOUZA BELTRÃO	24/02/2005	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30
3441	LUCAS GABRIEL SANTOS DE CARVALHO	02/06/2003	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30
1372	LUCAS GABRIEL SANTOS DE CARVALHO	02/06/2003	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
1497	LUCAS GARCIA	04/04/1999	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30
2557	LUCAS KAIAN DA SILVA FONTES	02/09/2004	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30
3098	LUCAS KAUAN OLIVEIRA NOGUEIRA	21/06/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30
2874	LUCAS LADISLAU	31/05/2010	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30
4207	LUCAS LIMA DOS SANTOS BARROS	08/06/2003	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30
3656	LUCAS LIMA FERNANDES BRAGA	14/06/1999	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	068	11/10/2026	08H00	08H30
3655	LUCAS LIMA FERNANDES BRAGA	14/06/1999	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30

1483	LUCAS LOPES BRAGANÇA	28/10/1991	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
3188	LUCAS MACHADO BORGES	27/09/1991	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30
726	LUCAS MIRANDA MANZOLI	14/01/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30
725	LUCAS MIRANDA MANZOLI	14/01/1997	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30
4119	LUCAS PEDRO CELESTINO	26/11/1999	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
8	LUCAS PEREIRA DE JESUS SANTOS	03/11/1996	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30
3608	LUCAS PEREIRA DE MACEDO	14/11/2003	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	068	11/10/2026	08H00	08H30
3778	LUCAS ROCHA	27/02/1996	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30
821	LUCAS RODRIGUES DE SOUZA	06/01/1996	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	068	11/10/2026	08H00	08H30
134	LUCAS RODRIGUES DE SOUZA	06/01/1996	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
2320	LUCAS RODRIGUES SIMEONI	25/02/2001	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30
2384	LUCAS SALES PANTOJA	25/08/2001	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30
3741	LUCAS SANTANA MORAES	08/02/1996	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
4238	LUCAS SILVA AMADO	16/02/2002	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	068	11/10/2026	08H00	08H30
3615	LUCAS VINICIUS SAMPAIO LIMA	02/01/2002	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30
3618	LUCAS VINICIUS SAMPAIO LIMA	02/01/2002	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
98	LUCAS YAN DE SOUSA CUNHA	20/05/1999	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
123	LUCAS YAN DE SOUSA CUNHA	20/05/1999	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30
1827	LUCAYAN FELIPE TEIXEIRA DA SILVA	18/02/2000	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30
1825	LUCAYAN FELIPE TEIXEIRA DA SILVA	18/02/2000	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30
1127	LUCÉLIA DE LIMA	18/07/1985	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30
740	LUCELIA DE LIMA NEGREIROS	03/01/1994	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
2138	LUCELIA RODRIGUES SILVA	18/11/1989	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30
2137	LUCELIA RODRIGUES SILVA	18/11/1989	202	ALMOXARIFE	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	077	11/10/2026	14H00	14H30
2237	LUCIANA ALVES DA SILVA	05/11/1997	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
3511	LUCIANA ANGÉLICA DA SILVA DE ALMEIDA	23/04/1981	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30
1018	LUCIANA APARECIDA DOS SANTOS SILVA DE OLIVEIRA	18/05/1994	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30
2216	LUCIANA BEZERRA DA SILVA	13/12/1984	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30
475	LUCIANA MOLINA CLAROS	06/03/1998	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30
710	LUCIANA NUNES SOUSA RODRIGUES	10/05/1984	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	068	11/10/2026	08H00	08H30
1560	LUCIANA ROSA VIEIRA	12/12/1986	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30
2319	LUCIANA SILVA MACEDO	01/01/1989	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
1272	LUCIENE NEVES DE OLIVEIRA	07/02/1993	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	019	11/10/2026	08H00	08H30
4154	LUCILA CORTES LIMA DE SANTANA	22/08/1983	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30

2303	LUCILENE DOS SANTOS SOUZA	21/06/1985	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30
3632	LUCILENE PEREIRA CORREA BUENO	04/08/1980	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30
1473	LUCIMAR ALVES DA SILVA	12/02/1980	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30
427	LUCIMEIRE SANTOS DE OLIVEIRA	02/11/1989	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30
495	LUCINALVA SOBRINHO DOMICIANO	26/04/1984	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	068	11/10/2026	08H00	08H30
2186	LUCINEIDE MATIAS DA SILVA MACHADO	16/02/1989	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30
68	LÚCIO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA	23/01/1988	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
2691	LUCIONE DE JESUS NOGUEIRA	24/10/1978	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30
1908	LUDEIR JOSÉ PEREIRA	30/07/1990	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	121	11/10/2026	14H00	14H30
3211	LUDIMILA GONÇALVES	01/12/2001	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30
2538	LUDMILA MARIANO FRÓES	28/08/2000	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30
2539	LUDMILA MARIANO FRÓES	28/08/2000	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	130	11/10/2026	14H00	14H30
499	LUIGI ORNAGHI DOS SANTOS	06/03/2002	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30
2556	LUIS FERNANDO LINDOSO FONSECA	22/04/1998	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
3489	LUIS FERNANDO SIQUEIRA ROSA	21/03/2002	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30
2494	LUIS FERNANDO SOUZA MAGRO	07/02/1984	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30
2093	LUÍS GABRIEL CORTEZ MOTA	26/03/2003	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30
3169	LUIS MIGUEL DE OLIVEIRA KELM	03/03/2002	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	135	11/10/2026	14H00	14H30
6	LUIS PAULO SILVERIO	27/06/1991	203	MESTRE DE CERIMONIAL	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	114	11/10/2026	14H00	14H30
2797	LUISA SALES MAGALHÃES	04/06/2003	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
1801	LUIZ ANTONIO GILIO	22/11/1988	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30
3045	LUIZ CARLOS CLEMENTINO	04/12/1979	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	068	11/10/2026	08H00	08H30
2405	LUIZ FELIPE DAS NEVES MARCONDES	05/04/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30
2422	LUIZ GABRIEL MATTOS DUARTE	31/03/2005	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30
2428	LUIZ GABRIEL MATTOS DUARTE	31/03/2005	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30
3932	LUIZ GUSTAVO SOARES DA SILVA	20/04/1987	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30
4212	LUIZ GUSTAVO VIANA PERUZZO	05/04/2004	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30
355	LUIZ PAULO OLIVEIRA DAS NEVES	04/10/1991	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30
2953	LUIZ ROBERTO ANGELO FILHO	22/07/1995	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
2853	LUIZA GABRIELA DE SOUZA RODRIGUES	23/09/2002	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30
2854	LUIZA GABRIELA DE SOUZA RODRIGUES	23/09/2002	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30
2659	LUIZA MARIA AMARAL PERON	23/07/1992	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	068	11/10/2026	08H00	08H30
1620	LUIZA MARIA PORTUGAL SABINO	11/07/2007	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30
3178	LUIZA PALOMA KOZERSKI	05/09/2000	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	031	11/10/2026	08H00	08H30
1251	LUNA DE SOUZA SILVA PERES	17/06/1994	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	125	11/10/2026	14H00	14H30
476	LUZENI APARECIDA DOS SANTOS SILVA REIS	08/08/1989	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30
295	LUZIA APARECIDA FURTADO ALMEIDA	15/10/1975	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30
3770	LUZIA BARBOSA DE LIMA	26/11/1985	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
27	LUZIA RAMOS LOPES	13/12/1984	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30
1244	LUZIA SILVA SOUZA	11/08/1984	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	048	11/10/2026	08H00	08H30

1052	LUZIANE OLIVEIRA DE SOUZA	25/09/1990	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
3912	LUZILENE PEREIRA DE OLIVEIRA	10/09/1989	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30
797	LUZINEIDE DE ALMEIDA DOS SANTOS	13/12/1998	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30
1028	LUZINEIDE DE ALMEIDA DOS SANTOS	13/12/1998	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30
1709	MACHINY TETZLAFF DA PAIXÃO	20/12/1997	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	121	11/10/2026	14H00	14H30
3220	MACIEL PACHECO PEREIRA	11/11/1981	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
2260	MACKSON ALVES DE SOUZA	23/06/1985	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
567	MADAY DA SILVA OLIVEIRA	16/03/1993	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30
1593	MADELEINE GONZALES JUSTINIANO	13/11/1993	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	068	11/10/2026	08H00	08H30
3487	MAÉLA COSTA VIRGOLINO CARVALHO	16/01/1993	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30
3477	MAÉLA COSTA VIRGOLINO CARVALHO	16/01/1993	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30
2586	MAGDIELE DE LIMA CAMPOS	23/04/1994	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	074	11/10/2026	08H00	08H30
666	MAGNA LUCIA DOS SANTOS XAVIER	06/11/1989	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30
3244	MAIARA DE OLIVEIRA BATISTA	25/07/1987	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30
2214	MAICON ALBERTO DA SILVA PEREIRA	16/11/1992	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
825	MAICON AMARO ALECRIM	17/03/2002	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30
3972	MAICON BERGER CORREIA	16/11/2003	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30
769	MAICON CABRAL BARROS	29/12/1990	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
322	MAICON DA SILVA CAMPOS	23/01/2000	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	068	11/10/2026	08H00	08H30
221	MAICON DE SÁ SANTOS	07/06/1995	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30
2043	MAICON JHON FERREIRA GOMES	03/01/1985	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30
3351	MAICON SOUZA GARCIA	28/10/1990	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	075	11/10/2026	08H00	08H30
3510	MAIELE ROGO MASCARO NOBRE	22/11/1988	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	068	11/10/2026	08H00	08H30
1676	MAIRA PATRICIA MARTINS LOPES	09/04/1988	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
1434	MAIRLA APARECIDA DE SOUZA LIMA	10/03/1994	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30
1450	MAIRLA APARECIDA DE SOUZA LIMA	10/03/1994	203	MESTRE DE CERIMONIAL	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	096	11/10/2026	14H00	14H30
857	MAÍSA CRISTINA MASS	10/10/1992	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	068	11/10/2026	08H00	08H30
856	MAÍSA CRISTINA MASS	10/10/1992	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30
863	MAÍSA CRISTINA MASS	10/10/1992	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30
133	MAISA SILVA SANTOS SULDINE	10/08/2002	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	075	11/10/2026	08H00	08H30
113	MAISA SILVA SANTOS SULDINE	10/08/2002	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30
526	MANOEL DE JESUS MOREIRA DE AGUIAR	19/01/1987	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30
457	MANOEL FERNANDES DOS ANJOS	18/03/2003	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30
1169	MANOEL SIQUEIRA NUNES	15/07/1977	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30
2814	MANUELA CRISTINA PEREIRA DE MATTOS	24/07/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30
1527	MANUELY ALCANTARA LIMA	13/01/2009	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30
409	MARA REGINA HENTGES LEITE	13/03/1973	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30

						GUAPORÉ									
3126	MARCELO GALDINO DE SOUSA	15/02/1994	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
596	MARCIA ALVES WALTER MOURA	19/09/1995	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	068	11/10/2026	08H00	08H30
2496	MARCIA DE SOUZA	16/12/1980	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30
3527	MARCIA EVELLYN MARCELINO DA SILVA	09/01/2000	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30
1923	MARCIA LEMOS STRUTHOS FIALHO	21/04/1996	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30
3653	MARCIANA DE SOUZA ARAÚJO	09/10/1993	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	068	11/10/2026	08H00	08H30
4232	MARCIANA DE SOUZA ARAÚJO	09/10/1993	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30
1058	MARCIANE DA SILVA SANTOS PEREIRA	30/03/1991	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30
518	MARCILENE DIAS DE JESUS SANTOS	04/09/1987	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30
3590	MARCILENE RAMOS DA SILVA	15/06/1996	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30
1742	MARCIO DANIEL BARBOSA	26/01/1979	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	068	11/10/2026	08H00	08H30
171	MARCIO FERREIRA	21/01/1993	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30
2164	MARCKESAN GALDINO DE OLIVEIRA BARROS	21/11/2000	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	068	11/10/2026	08H00	08H30
3243	MARCO ANTÔNIO ALVES ALBANES	30/10/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30
727	MARCO ANTONIO SOUSA DA SILVA	01/04/1994	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	068	11/10/2026	08H00	08H30
2736	MARCO AURELÍO SOARES FERNANDES	03/06/1993	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
178	MARCO VINICIUS HIDALGO DA CRUZ SANTOS	09/08/1998	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30
553	MARCONY PEIXOTO PACHECO	09/08/1996	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30
552	MARCONY PEIXOTO PACHECO	09/08/1996	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30
245	MARCOS ANTONIO ARAÚJO BAACH	14/08/2000	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	068	11/10/2026	08H00	08H30
254	MARCOS ANTONIO ARAÚJO BAACH	14/08/2000	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
625	MARCOS ANTÔNIO ARAÚJO PEREIRA	23/05/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30
2025	MARCOS ANTONIO DOS SANTOS ROCHA	25/01/2001	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30
3333	MARCOS DA SILVA LIMA	15/10/1988	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30
1167	MARCOS EDUARDO BATISTA DOS SANTOS	13/05/1999	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30
3500	MARCOS FLAVIO ARAUJO MOREIRA	28/12/2008	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30
4187	MARCOS GABRIEL RODRIGUES DE SOUZA	03/05/2002	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30
2321	MARCOS GOMES BEZERRA	13/03/1997	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
1067	MARCOS GOMES METZKER	01/10/2001	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30
4015	MARCOS JOVINO NUNES	17/03/2005	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30
2976	MARCOS MARTINS LEAL	12/10/1987	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30
2975	MARCOS MARTINS LEAL	12/10/1987	202	ALMOXARIFE	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	077	11/10/2026	14H00	14H30
135	MARCOS PAULO CALLAU LOPES	14/05/1990	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
179	MARCOS PAULO CALLAU LOPES	14/05/1990	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30

1786	MARCOS TELES DE ANDRADE	18/02/2009	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30
3448	MARCOS VIEIRA DE OLIVEIRA	23/11/2001	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30
1588	MARCOS VINICIOS SILVA ANDRADE	21/07/1998	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	068	11/10/2026	08H00	08H30
1583	MARCOS VINICIOS SILVA ANDRADE	21/07/1998	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30
168	MARCOS VINÍCIUS BRAZ SOBRINHO	04/02/1999	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	068	11/10/2026	08H00	08H30
3078	MARCOS VINICIUS DA SILVA CANDIDO	10/11/1997	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30
2446	MARCOS VINÍCIUS LOPES DO CARMO	07/05/2000	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	068	11/10/2026	08H00	08H30
2445	MARCOS VINÍCIUS LOPES DO CARMO	07/05/2000	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30
2546	MARCOS VINÍCIUS PAULO RAMOS LIMA	23/02/2004	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30
605	MARCOS VINICIUS SOTOLANI BRAGA	14/10/1996	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30
3015	MARCOS VINÍCIUS VIEIRA DA COSTA	07/09/2000	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	068	11/10/2026	08H00	08H30
3915	MARCYELLEM RAISKI DE OLIVEIRA	21/02/2000	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	068	11/10/2026	08H00	08H30
3927	MARCYELLEM RAISKI DE OLIVEIRA	21/02/2000	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
3195	MARDYAN VINCIUS GOMES MORAIS	13/03/1998	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
3530	MARI LETÍCIA DE AZEVEDO FIGUEIREDO	18/05/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30
448	MARIA ANA DE SOUZA NETA	24/04/1995	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30
451	MARIA ANA DE SOUZA NETA	24/04/1995	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30
459	MARIA APARECIDA FERNANDES REIS	30/01/1972	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30
773	MARIA APARECIDA PEREIRA CRUZ	15/06/2000	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30
3525	MARIA CINTHIA DE OLIVEIRA COSTA	10/07/2008	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30
2469	MARIA CLARA LADDAGA DIAS GALVÃO	10/06/2007	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30
925	MARIA CLARA PEREIRA ALVES	21/02/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30
2287	MARIA DAS DORES DE LIMA CARDOSO	11/09/1978	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30
3570	MARIA DE FÁTIMA BARROS MOURA	16/08/1989	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30
3604	MARIA DE FATIMA CARNEIRO VIVIANI	09/11/1996	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30
3539	MARIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA	26/11/1977	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30
3583	MARIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA	26/11/1977	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	082	11/10/2026	14H00	14H30
2297	MARIA EDUARDA ABRANTES SIQUEIRA	11/09/2008	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30
3573	MARIA EDUARDA COSTA CAMPANA	25/01/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30
515	MARIA EDUARDA DE ALMEIDA PONTES	27/07/2004	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	068	11/10/2026	08H00	08H30
1748	MARIA EDUARDA DE ALMEIDA SANTOS	11/11/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
3739	MARIA EDUARDA LANGUIDEY PEREIRA	16/08/1999	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30
166	MARIA EDUARDA PACHECO	24/04/2001	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30
4298	MARIA EDUARDA RIBEIRO DE LIMA TEIXEIRA	21/05/2009	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30
3578	MARIA EDUARDA RODRIGUES DOS SANTOS	17/08/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30
4198	MARIA EDUARDA VIGILATO RODRIGUES	17/12/2007	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30
4320	MARIA EDUARDA VILLAR LIMA	24/10/2003	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30
3001	MARIA ELENA FERREIRA MACIEL	18/04/1972	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30
2046	MARIA FATIMA DE SOUZA REGIS	06/10/1970	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30
2988	MARIA FERNANDA BRITO DE SOUSA	03/08/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30
330	MARIA FERNANDA GONZALES PAES	17/07/1993	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30

						GUAPORÉ									
344	MARIA FERNANDA GONZALES PAES	17/07/1993	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30
948	MARIA FERNANDA OLIVEIRA RODRIGUES	24/10/2000	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30
4295	MARIA HELENA TOBIAS	20/07/1980	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30
106	MARIA IRIS NUNES AMUD	25/02/1988	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30
843	MARIA IRIS NUNES AMUD	25/02/1988	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30
1573	MARIA JUCELIA SOARES DE ARAÚJO	28/09/1984	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30
428	MARIA LISSA PINHO RIBEIRO	04/06/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30
423	MARIA LISSA PINHO RIBEIRO	04/06/1997	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	093	11/10/2026	14H00	14H30
543	MARIA LUCIELZA OLIVEIRA FACCO	21/09/1976	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30
441	MARIA LUCIELZA OLIVEIRA FACCO	21/09/1976	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
2023	MARIA LUISA BEKER DOS REIS	30/04/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30
2357	MARIA LUISA HENKE DA SILVA	04/09/2003	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30
103	MARIA LUÍSA SOUSA DA SILVA	02/09/2004	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30
3004	MARIA LUÍSA SOUSA DA SILVA	02/09/2004	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30
2825	MARIA LUÍZA BRITO SETÚBAL RODRIGUES	13/06/2003	308	CONTATOR	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	028	11/10/2026	08H00	08H30
2894	MARIA LUÍZA DE SOUZA ARANHA	20/07/2005	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30
1572	MARIA LUIZA DOS SANTOS GOMES	14/11/1988	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
2425	MARIA LUIZA SOUZA FERNANDES	17/08/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30
1111	MARIA MADALENA LOPES MAROTO	23/09/2000	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30
1109	MARIA MADALENA LOPES MAROTO	23/09/2000	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30
2225	MARIA NATYELY ASTOFE	03/11/2004	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
3065	MARIA RAIMUNDA DOS SANTOS PEREIRA NASCIMENTO	18/03/1984	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
3064	MARIA RAIMUNDA DOS SANTOS PEREIRA NASCIMENTO	18/03/1984	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	091	11/10/2026	14H00	14H30
1488	MARIA RAQUEL PRADO AGUIAR	24/11/1977	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30
1486	MARIA RAQUEL PRADO AGUIAR	24/11/1977	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30
3350	MARIA REGINA LOIOLA ARAÚJO	02/02/2000	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
1792	MARIA RODRIGUES DA SILVA	29/12/1981	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
1769	MARIA ROSA SANTOS BERTI	17/10/2003	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30
3106	MARIA ROSA SANTOS BERTI	17/10/2003	203	MESTRE DE CERIMONIAL	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	114	11/10/2026	14H00	14H30
2903	MARIA ZÉLIA DE OLIVEIRA NOGUEIRA	04/05/1985	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30
3553	MARIANA BATISTA BATISTI	27/04/2001	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30
3551	MARIANA BATISTA BATISTI	27/04/2001	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
3824	MARIANA CRISTINA SANTOS SOUSA	29/05/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30
3720	MARIANA DA SILVA MARTINS PRATES	07/09/1994	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30
3202	MARIANA DE QUEIROZ KLIPEL	30/03/2001	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30
3201	MARIANA DE QUEIROZ KLIPEL	30/03/2001	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30
1833	MARIANA DOS SANTOS BELEGANGTE	25/10/2004	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30
3276	MARIANA GONÇALVES FERNANDES	10/10/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30
3370	MARIANA MENDES QUINTINO	01/07/2004	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30
3371	MARIANA MENDES QUINTINO	01/07/2004	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30
1994	MARIANA SANTOS MENDES	24/10/2008	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30

1727	MARIANA SIQUEIRA SANTOS	03/02/2005	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30
3269	MARIANE NARDE FERREIRA	21/07/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	049	11/10/2026	08H00	08H30
3273	MARIENY PEREIRA FARIA	26/10/2001	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
375	MARILEA MEIRA SILVEIRA	01/04/1977	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30
3080	MARILENE ANDRADE DE ARAÚJO	18/06/1984	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30
936	MARILENE PEREIRA COSTA	28/10/1979	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30
938	MARILENE PEREIRA COSTA	28/10/1979	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
4186	MARILIA GABRIELA RODRIGUES CIARINI	10/11/1996	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30
1422	MARINA NUNES PEREIRA	22/07/1992	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30
316	MARINA PEREIRA DE ABREU	28/01/2007	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30
2199	MARINALDO GONZAGA	22/09/1975	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30
3819	MARINALVA MARIA FABRICANTE	21/06/1973	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30
2847	MARINEIDE BORGES DOS SANTOS	21/03/1984	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
2849	MARINEIDE BORGES DOS SANTOS	21/03/1984	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30
3150	MARINÊS PEREIRA GARCIA	02/01/1985	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30
1320	MARISELMA DA SILVA SANTOS	03/06/1969	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30
668	MARLEN LEAL DA COSTA	21/02/1977	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
756	MÁRLISSON TADEU NASCIMENTO DA SILVA	02/07/1988	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
339	MARLON LOPES COÊLHO JÚNIOR	21/01/2000	308	CONTATOR	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	028	11/10/2026	08H00	08H30
342	MARLON LOPES COÊLHO JÚNIOR	21/01/2000	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	110	11/10/2026	14H00	14H30
1988	MARLUCIA GOES DE JESUS	10/06/1984	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30
1989	MARLUCIA GOES DE JESUS	10/06/1984	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
4003	MARTA DA SILVA FERREIRA SARAH	13/11/1975	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	020	11/10/2026	08H00	08H30
1098	MATEUS DE SOUZA DE OLIVEIRA	18/02/1997	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30
16	MATEUS DOS SANTOS PEREIRA	18/02/2003	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30
9	MATEUS DOS SANTOS PEREIRA	18/02/2003	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30
2995	MATEUS HENRIQUE DE SOUZA NASCIMENTO	07/06/2000	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30
2607	MATEUS MORAES DA COSTA FREITAS	17/04/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30
4084	MATEUS MORAIS ESCUDERO	01/09/1998	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
4046	MATEUS RODRIGUES DE JESUS	12/11/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	136	11/10/2026	14H00	14H30
312	MATEUS SILVA BEVITORIO	27/01/2000	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30
2500	MATEUS YUKIO HIRAMA	22/03/2000	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	121	11/10/2026	14H00	14H30
3790	MATHEUS BARBOSA LIMA MOURA	01/09/1993	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30

2511	MATHEUS BARROS NOÉ	23/05/1996	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	075	11/10/2026	08H00	08H30
3076	MATHEUS BIFF ALVES	09/11/2000	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30
3075	MATHEUS BIFF ALVES	09/11/2000	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
1373	MATHEUS COELHO DOS SANTOS	25/10/1999	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30
363	MATHEUS DE ALMEIDA BARROSO	05/02/2001	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30
3838	MATHEUS DE CARVALHO RODRIGUES	30/10/2001	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30
378	MATHEUS FELIPE MARTINS GELPKE	06/07/2000	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30
1214	MATHEUS FERREIRA GIMENES	19/01/2000	203	MESTRE DE CERIMONIAL	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	114	11/10/2026	14H00	14H30
424	MATHEUS GEORGE NOGUEIRA GOMES	14/08/1995	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30
437	MATHEUS GEORGE NOGUEIRA GOMES	14/08/1995	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30
2444	MATHEUS KASZEWSKI	16/09/2000	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30
1007	MATHEUS PEREIRA RODRIGUES	09/07/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
2688	MATHEUS RICARDI BELTRÃO DA SILVA	12/02/1998	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	092	11/10/2026	14H00	14H30
4271	MATHEUS SOUZA DOS SANTOS DE ARAUJO	19/10/1995	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30
777	MATHEUS TELES DE ANDRADE	26/08/2007	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30
73	MATHEUS VICTOR DOS SANTOS	24/07/2000	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	121	11/10/2026	14H00	14H30
3855	MATILDE SOUZA DOS SANTOS VIDAL	05/07/1980	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30
81	MATTHEWS NOVALDO PEREIRA DOS SANTOS	26/11/1997	204	OPERADOR AUDIOVISUAL	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	116	11/10/2026	14H00	14H30
3874	MATUZALEM SILVA OLIVEIRA	01/03/1999	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30
3334	MAURICIO PACHECO PEREIRA	18/09/1984	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30
2377	MAURÍLIO DO NASCIMENTO OLIVEIRA	29/01/1982	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30
3040	MAX TIAGO DE JESUS LIMA	12/09/2009	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30
1441	MAXILEIA VIDAL DA SILVA	04/06/1985	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30
4254	MAYARA PACHECO FIGUEIREDO	28/01/1989	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30
3048	MAYARA STEFANNY SANTOS PEREIRA	01/08/2001	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30
1099	MAYSA ALVES DUTRA	15/03/2009	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30
44	MAYZA GALDINO RODRIGUES	19/09/1999	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30
3557	MEIRY CRISTINA DOS SANTOS LIMA	17/02/1984	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30
4072	MEIRY CRISTINA DOS SANTOS LIMA	17/02/1984	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30
3869	MELISSA CINDEL ALVES DA SILVA	05/06/1998	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
3873	MELISSA CINDEL ALVES DA SILVA	05/06/1998	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	093	11/10/2026	14H00	14H30

868	MELISSA DE ANDRADE ARANTES	18/07/1980	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30
1644	MELISSA DOS SANTOS GRAIA	29/11/1999	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30
101	MELISSA IDAGUA DOS SANTOS	14/03/2000	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30
2542	MELISSA PEREIRA RODRIGUES	21/08/1993	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	075	11/10/2026	08H00	08H30
2543	MELISSA PEREIRA RODRIGUES	21/08/1993	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30
3508	MELISSA SOUZA LIMA	12/07/2010	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30
1584	MELQUISEDEQUE RIBEIRO LANGUIDEY	03/12/1999	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
2448	MERCILEIDE BOONE BARBINO	06/12/1983	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30
4087	MESSIAS MEDINA MARIN	23/09/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30
678	MICAELI CRISTINA OLIVEIRA DE ABREU	26/02/2005	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30
681	MICAELI CRISTINA OLIVEIRA DE ABREU	26/02/2005	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30
734	MICHAEL ANDERSON MAIA DE BRITO	15/12/1989	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	075	11/10/2026	08H00	08H30
737	MICHAEL ANDERSON MAIA DE BRITO	15/12/1989	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	121	11/10/2026	14H00	14H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
1528	MICHELA DO NASCIMENTO SILVA	11/11/1989	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	083	11/10/2026	14H00	14H30
4030	MICHELE FERRO DOS SANTOS	06/05/2003	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30
2037	MICHELE PAULA DE OLIVEIRA	16/04/1991	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30
2042	MICHELE PAULA DE OLIVEIRA	16/04/1991	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30
2012	MICHELI MARTINS DE OLIVEIRA	15/02/2000	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30
3452	MICHELLE DE LIMA SOUSA	16/05/1998	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30
680	MICHELLE DOS SANTOS FRANCISCO	13/02/1998	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30
1990	MICHELLY LOPES MAROTO	03/02/1999	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30
1991	MICHELLY LOPES MAROTO	03/02/1999	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	130	11/10/2026	14H00	14H30
3440	MICHELLY OLIVEIRA DE SOUZA	03/08/2004	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30
1901	MICHELLY PAMELA PEREIRA DE MORAES	13/02/2004	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30
4149	MICHELLY SOUZA MAGALHÃES	04/11/1998	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30
601	MICKAELA RAFAELA NOGUEIRA DE SOUZA	20/06/2002	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30
613	MICKAELA RAFAELA NOGUEIRA DE SOUZA	20/06/2002	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
2095	MICKAELE CRISTINA SANTOS SILVA	29/12/1995	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30
3206	MIDIAN MAYARA DE ANDRADE NEVES	26/05/1993	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30
3970	MIDIAN MAYARA DE ANDRADE NEVES	26/05/1993	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30
4182	MIGUEL ANGELO OLIVEIRA NASCIMENTO	29/05/1998	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30
721	MIGUEL HEYD OSHIRO BARBOSA	20/10/1991	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
1031	MIGUELINA JOHNS	22/01/1992	303	ANALISTA DE GESTÃO	EEEFM CORA	AVENIDA	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30

	CUELLAR EVANGELISTA CARVALHO			PÚBLICA	CORALINA	GUAPORÉ									
2148	MIKAEL ANTONIO VIEIRA	01/03/1989	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30
2150	MIKAELA VIEIRA	10/08/1992	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30
2152	MIKAELA VIEIRA	10/08/1992	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
905	MIKELLE BARROS DE SANTANA	06/02/2001	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30
931	MIKELLE BARROS DE SANTANA	06/02/2001	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30
4031	MILEIDE CARDOSO DE OLIVEIRA	07/10/1987	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30
2646	MILENA COSTA	21/10/2000	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30
2259	MILENA MEL AGUILERA SILVA	20/02/2007	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30
1171	MILENA ROMÃO BATISTA	12/03/1999	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30
2787	MILENI SILVA BEVITORIO	16/09/2009	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30
4174	MILTON BRAZ RODRIGUES COIMBRA	16/12/1968	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	092	11/10/2026	14H00	14H30
3484	MILTON EVANGELISTA JUSTINIANO CARDOSO	04/03/1992	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	092	11/10/2026	14H00	14H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
2772	MINEIA LARAY RODRIGUES	05/09/1973	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30
1917	MIQUEIAS RIBAS	24/03/2000	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30
489	MIQUELE ARAÚJO DOS SANTOS	13/09/1995	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30
1570	MIRELA AUXILIADORA DE OLIVEIRA FÉLIX	16/01/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30
1884	MIRIAM DOS SANTOS QUEIRÓS	03/09/1999	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30
1875	MIRIAM DOS SANTOS QUEIRÓS	03/09/1999	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30
2973	MIRIAM KETLEN MERCÊS SALVO	16/04/1998	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30
2419	MIRIAN FERNANDA DA COSTA	12/10/1990	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
1591	MIRIAN SANTOS MORENO	10/12/1999	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30
1077	MOANNE SARAIVA DUARTE CURTI	02/09/1998	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30
646	MOISES SANTOS CARVALHO	05/05/1995	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	092	11/10/2026	14H00	14H30
2654	MÔNICA BARBOSA LIMA	03/12/1985	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30
2656	MÔNICA BARBOSA LIMA	03/12/1985	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	119	11/10/2026	14H00	14H30
3641	MONICA CRISTINA CANTANHEDE DINIZ	30/03/1975	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30
183	MÔNICA DE SOUZA RIBEIRO METZKER	13/02/1995	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30
163	MÔNICA DE SOUZA RIBEIRO METZKER	13/02/1995	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	113	11/10/2026	14H00	14H30
473	MONICA FERNANDES DA SILVA	28/02/1991	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30
4012	MÔNICA PASIAN	27/07/1997	205	TÉCNICO DE	EEEFM CORA	AVENIDA	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30

	MACHADO			SEGURANÇA DO TRABALHO	CORALINA	GUAPORÉ									
3974	MÔNICA PASIAN MACHADO	27/07/1997	202	ALMOXARIFE	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	077	11/10/2026	14H00	14H30
2280	MURILLO JOSE DA COSTA PINTO	15/10/2002	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30
1534	MURILLO TOMACHESKI JÚNIOR	25/01/1994	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30
1537	MURILLO TOMACHESKI JÚNIOR	25/01/1994	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	092	11/10/2026	14H00	14H30
2261	MURILO HENRIQUE MORONG	17/02/2003	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30
2262	MURILO HENRIQUE MORONG	17/02/2003	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30
1772	MURILO HENRIQUE RICARDO VIEIRA	16/02/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30
2172	MURILO KANESHIGUE RAMOS	08/05/2004	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30
1276	MURILO PEREIRA DIAS	16/06/2009	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	050	11/10/2026	08H00	08H30
2689	NAADJA CAMYLA ALVES CORTE	21/02/1995	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
3742	NABILA CAROLINE RODRIGUES DE CARVALHO	30/12/1994	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30
3750	NABILA CAROLINE RODRIGUES DE CARVALHO	30/12/1994	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30
3148	NÁDIA CRISTINA JOQUERES DE SOUZA	29/01/1996	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30
4194	NÁDIA RAIANE DE ALMEIDA CAVALHEIRO	22/07/2003	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30
INSCRIÇÃO	**NOME** NAIANDA	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
3044	PATRÍCIA FILEMON DE OLIVEIRA	23/09/1994	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
262	NAIARA SANTOS MALACHIAS	16/07/1990	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30
3481	NATÁLIA ALVES BERNARDO	13/08/2001	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
3944	NATALIA AQUINO OLIVEIRA	05/10/1992	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30
2982	NATALIA AQUINO OLIVEIRA	05/10/1992	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
2765	NATÁLIA ARANTES MARTINS	03/01/1996	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30
1851	NATÁLIA FERNANDES FERREIRA	20/12/1999	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30
1850	NATÁLIA FERNANDES FERREIRA	20/12/1999	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30
1921	NATALIA GONZAGA OLIVEIRA	18/12/1999	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	113	11/10/2026	14H00	14H30
2553	NATALLIA CRISTINA CONSTANTINO A. TRONDOLI BISPO	29/03/1991	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30
1135	NATANAEL DO CARMO MENDES	24/08/1988	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	092	11/10/2026	14H00	14H30
4023	NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA	25/12/1980	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30
4027	NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA	25/12/1980	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	092	11/10/2026	14H00	14H30
239	NATANAEL LOPES DE MAGALHAES	08/05/1987	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30
303	NATANAEL LOPES DE MAGALHAES	08/05/1987	203	MESTRE DE CERIMONIAL	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	096	11/10/2026	14H00	14H30

4313	NÁTHALI SANTOS DE ALMEIDA	15/08/1998	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30
4354	NATHÁLIA LAURANE FERREIRA FRANCISCO	19/08/2004	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	113	11/10/2026	14H00	14H30
2435	NATHÁLIA LEITE SILVA	06/12/2005	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30
2202	NATHÁLIA SOARES SARAIVA	29/03/2001	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30
1592	NATHAN CESAR VIEIRA DA SILVA	05/05/2007	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30
3954	NATHIELY OLIVEIRA NUNES LIMA	07/09/2002	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30
3949	NATHIELY OLIVEIRA NUNES LIMA	07/09/2002	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30
2070	NATIELY LORRANY RODRIGUES PEREIRA	05/12/2003	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
959	NATTALY ANITA ALMEIDA	22/12/1995	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
963	NATTALY ANITA ALMEIDA	22/12/1995	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30
2994	NATTAN JOHN LANA DA SILVA	09/09/1998	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30
4244	NAUAN FREITAS MOTA	20/08/1999	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30
752	NAYANA CARLOS PINTO	07/10/1987	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30
4006	NAYARA SANTANA YAMAMOTO DE ARAÚJO	06/09/1994	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30
3867	NEEMIAS DUTRA DOS SANTOS	14/11/1993	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30
3650	NELCI SALETE HIRT	16/08/1979	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
2685	NELCILENE MELO PIMENTA	11/11/1989	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
3266	NELSON DE ALMEIDA SAMPAIO	24/05/2008	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30
4314	NELSON HENRIQUE TRINDADE CASALI	07/10/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30
4221	NELSON ZORNITA JUNIOR	18/04/1987	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30
1303	NEUSA MARIA DA SILVA	17/10/1975	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
793	NEUZA MARIA DE OLIVEIRA	19/06/1978	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30
1291	NEUZA PEREIRA DE OLIVEIRA	06/11/1984	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	027	11/10/2026	08H00	08H30
2696	NICASSIA LEITE ROCHA	27/09/1991	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30
3068	NICELMA NASCIMENTO DE OLIVEIRA	04/06/1964	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30
3069	NICELMA NASCIMENTO DE OLIVEIRA	04/06/1964	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30
3995	NICOLAS BRIAN SANTOS PERES	20/10/2005	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30
3860	NICOLE CRISTOFOLI KORB MARTINS	01/02/1995	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	092	11/10/2026	14H00	14H30
3786	NICOLE SILVA MACEDO	24/01/2001	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30
2485	NICOLLY GOMES DA SILVA CAMPOS	04/03/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
2018	NICOLLY LEITE SILVA	11/11/2011	209	TÉCNICO	EEEFM ANISIO	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30

	MORAIS			LEGISLATIVO	TEIXEIRA										
2943	NICOLLY OLIVEIRA PEREIRA LEMES	28/06/2001	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30
1489	NICÓLLY PIETRA DE AQUINO OLIVEIRA	26/08/2005	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30
1492	NICÓLLY PIETRA DE AQUINO OLIVEIRA	26/08/2005	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30
3622	NICOLY OLIVEIRA CARDOSO	29/03/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
3617	NICOLY OLIVEIRA CARDOSO	29/03/2005	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30
186	NILMA DA FONSECA SANTOS	22/10/1980	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30
109	NILSON OLIVEIRA SANTIAGO	22/06/2000	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30
3771	NILTON CESAR DE ALMEIDA DA SILVA	12/12/1976	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	113	11/10/2026	14H00	14H30
987	NIMEA CRISTINA DOS SANTOS SERPA	13/11/2002	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	069	11/10/2026	08H00	08H30
3924	NOELI JOSÉ DE AMORIM	12/04/1988	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30
3135	NUBIA SANTOS SOARES	07/03/1993	203	MESTRE DE CERIMONIAL	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	114	11/10/2026	14H00	14H30
4020	OBERDAN MARTINS DA SILVA JÚNIOR	12/12/2001	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
4024	OBERDAN MARTINS DA SILVA JÚNIOR	12/12/2001	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30
1617	OLEK AUGUSTO NIEDZWIECKI MAGALHAES	05/10/1988	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30
1230	OLIVIO NETO SOUZA CARDOSO	03/11/2001	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
3108	ONÉSIMO CHAVES MEDINA DA SILVA	07/05/1987	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30
1474	OSANA FÉLIX DA SILVA	23/06/1986	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30
2510	OSÉIAS MESSIAS LEITE	16/09/1987	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO** RUA	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
2078	OSEIAS PEREIRA	20/01/1985	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
4284	OSMARINA DOS SANTOS BRITO	01/11/2004	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30
2360	OSVALDO HENRIQUE CARDOSO PREATO	24/05/1999	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
2361	OSVALDO HENRIQUE CARDOSO PREATO	24/05/1999	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30
2581	OTACÍLIO BELEZA	08/10/1986	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30
683	OZEAS CUNHA	19/07/1979	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	029	11/10/2026	08H00	08H30
677	OZEAS CUNHA	19/07/1979	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	105	11/10/2026	14H00	14H30
3354	OZÉLIA SILVA DE PAULA	16/03/1984	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30
4086	PABLO ALVES DOS SANTOS	13/04/1997	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
3964	PABLO ANTONIO NORBERTO	24/01/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30
1977	PABLO EMILIO DALTIBA RABELO	28/04/1987	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30
3084	PABLO GREGÓRIO TROCZINSKI DE SOUZA	14/01/2001	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30

527	PALOMA CAROLINE JOVENCIO NASCIMENTO	06/09/2000	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	121	11/10/2026	14H00	14H30
3427	PÂMELLA PATRÍCIA RIBEIRO DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE	23/11/1987	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
2524	PATRIC ANDRÉ CASTRO	13/03/1980	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
2427	PATRIC DE OLIVEIRA POLETTO	16/11/1990	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
2424	PATRIC DE OLIVEIRA POLETTO	16/11/1990	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30
136	PATRÍCIA BRIEL FELIX	16/01/1998	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
3207	PATRICIA DE ALMEIDA DAN	18/01/1983	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30
1001	PATRÍCIA DE OLIVEIRA TEIXEIRA	20/01/1989	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30
3659	PATRICIA LADISLAU FERNANDES	13/01/1989	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
1362	PATRICIA MARIN DE ABREU	20/06/1987	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
1876	PAULA BEATRIZ COSTA DA FONSECA	21/09/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
3391	PAULA FERNANDA DIAS OLIVEIRA	15/05/1991	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30
3389	PAULA FERNANDA DIAS OLIVEIRA	15/05/1991	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30
3394	PAULA FERNANDA DIAS OLIVEIRA	15/05/1991	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	092	11/10/2026	14H00	14H30
3383	PAULA FERNANDA DIAS OLIVEIRA	15/05/1991	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30
3066	PAULA RODRIGUES DIAS	30/10/1993	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
1150	PAULO ANDRÉ DA SILVA	20/11/1988	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
2128	PAULO CÉSAR DOS SANTOS	07/06/1965	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
2505	PAULO CESAR SANTOS SOUZA	17/02/1986	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
3563	PAULO GUSTAVO SILVA MOREIRA	22/10/1991	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
2471	PAULO HENRIQUE DELFRUTE DOS SANTOS	26/03/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30
4168	PAULO HENRIQUE LOPES DOS SANTOS	16/11/2002	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	075	11/10/2026	08H00	08H30
4185	PAULO HENRIQUE MENDES DE SOUZA	29/03/1992	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30
478	PAULO JORGE NASCIMENTO MAIA	16/02/2002	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
450	PAULO JORGE NASCIMENTO MAIA	16/02/2002	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
2370	PAULO MATHEUS DE OLIVEIRA SILVA	06/10/1998	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30
919	PAULO PACHECO DIAS	05/10/1983	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30
3237	PAULO RICARDO RAMOS PIMENTEL	18/10/1989	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30
1857	PAULO RUCKER DO NASCIMENTO	05/01/1980	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
59	PAULO SILVA DOS SANTOS	30/04/1982	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30
1125	PAULO VITOR ALVES DE FREITAS	14/10/1996	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30
1122	PAULO VITOR ALVES	14/10/1996	209	TÉCNICO	EEEFM CORA	AVENIDA	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30

	DE FREITAS			LEGISLATIVO	CORALINA	GUAPORÉ									
2690	PEDRO AUGUSTO FARIAS DE SOUZA	05/10/1999	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30
2661	PEDRO BALENSIEFER DA SILVA	12/05/2001	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
2767	PEDRO BALENSIEFER DA SILVA	12/05/2001	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
1146	PEDRO FELIPE COSTA RUGGERI	11/01/1995	203	MESTRE DE CERIMONIAL	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	114	11/10/2026	14H00	14H30
3385	PEDRO FERREIRA SILVA	04/04/2003	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30
1892	PEDRO HENRIQUE	03/12/2003	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	075	11/10/2026	08H00	08H30
1536	PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA PASSONI	27/03/2009	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
2742	PEDRO HENRIQUE LIMA LEAL	12/01/2006	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30
3099	PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA ARAÚJO	28/04/2002	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	121	11/10/2026	14H00	14H30
849	PEDRO HENRIQUE PEREIRA DE ALMEIDA	29/06/1998	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30
3603	PEDRO HENRIQUE SAWCZUK MONTEIRO	07/06/2004	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30
2463	PEDRO HENRIQUE SOUZA REAL	22/01/2004	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	075	11/10/2026	08H00	08H30
2466	PEDRO HENRIQUE SOUZA REAL	22/01/2004	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	092	11/10/2026	14H00	14H30
3517	PEDRO HERMÓGENES DE SOUZA DOS SANTOS RAMOS.	14/12/1998	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30
2168	PEDRO LOURENÇO DE SOUZA SILVA	03/10/1997	308	CONTATOR	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	028	11/10/2026	08H00	08H30
4115	PEDRO LOURENÇO DE SOUZA SILVA	03/10/1997	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30
2788	PEDRO LOURENÇO GOMES DE OLIVEIRA	19/04/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
4111	PEDRO SPAGNOL LACOUTH DA SILVA	22/03/2002	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	121	11/10/2026	14H00	14H30
3918	PEDRO ZETOLES PONTAROLO KETES	20/08/2001	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30
272	POLIANA CEZÁRIO ALVES	07/07/1989	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	021	11/10/2026	08H00	08H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
3491	POLIANA DA CRUZ CAMARGO DA SILVA	25/07/1991	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
2441	POLIANA NUNES DE LIMA HOLLANDA	11/09/1993	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
2431	POLIANA NUNES DE LIMA HOLLANDA	11/09/1993	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
791	POLIANA OLIVEIRA	20/03/2002	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
798	POLIANA OLIVEIRA	20/03/2002	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
1447	POLIANA PEREIRA NEVES VIEIRA	17/04/1988	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
1142	POLIANA PINTO DA SILVA	27/05/2002	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
1148	POLIANA PINTO DA SILVA	27/05/2002	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30
1859	POLIANE CARVALHO CASTRO	07/07/1986	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30
4128	POLLYANA SILVA TRONI	31/03/2004	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
3751	PRICILA VICENTE AUGUSTO	18/05/1991	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	045	11/10/2026	08H00	08H30

1256	PRICILA VICENTE AUGUSTO	18/05/1991	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
2660	PRISCILA ALVES DE ALMEIDA	31/12/1992	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	113	11/10/2026	14H00	14H30
853	PRISCILA CUNHA CELANTE	09/09/1991	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
140	PRISCILA CUNHA CELANTE	09/09/1991	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30
263	PRISCILA DA SILVA COSTA	30/10/1989	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30
3738	PRISCILA MARTINS ESPINDOLA	17/05/1988	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
572	PRISCILA MICHELLI ALVES ROSA	11/09/1983	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	092	11/10/2026	14H00	14H30
2461	PRISCILA RAFAELY VIANA LEAL	23/11/2005	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
2382	PRISCILA RAFAELY VIANA LEAL	23/11/2005	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30
2977	PRISCILA ROCHA VIEIRA	10/03/2002	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
2749	QUEILA GERIMIAS RAMIRO SCHUMAHER	02/08/1984	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30
4243	QUEMOEL DA COSTA	15/10/2002	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	137	11/10/2026	14H00	14H30
2986	QUEREN ALEKSSANDRA HORBATIUK RAMOS	06/04/1999	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30
583	QUESIA CRISTINI OLIVEIRA TEIXEIRA	06/06/2003	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
568	QUESIA CRISTINI OLIVEIRA TEIXEIRA	06/06/2003	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30
2615	QUÉZIA FURTADO DE OLIVEIRA SILVEIRA	22/02/2002	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30
2613	QUÉZIA FURTADO DE OLIVEIRA SILVEIRA	22/02/2002	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30
3582	QUEZIA NAYARA SANTOS FERREIRA	08/09/1993	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
823	RADIANE PEREIRA MIRANDA	22/02/1991	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
783	RADIANE PEREIRA MIRANDA	22/02/1991	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30
698	RAELITA SOUZA DA SILVA	11/07/2000	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
3669	RAFAEL ALEXANDRE REZENDE SOUZA	30/12/2001	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
690	RAFAEL BATISTA DE LIMA OLIVEIRA	11/04/1998	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
2196	RAFAEL DALBEM MELONI	17/06/1997	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30
1753	RAFAEL DE ARAUJO ABREU	06/02/1990	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30
4264	RAFAEL DE OLIVEIRA NEVES	18/07/2004	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
1032	RAFAEL DE OLIVEIRA SOUZA	24/01/2002	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30
144	RAFAEL DE SENA BRITO	25/03/1988	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30
4279	RAFAEL DE SOUSA SILVA	04/06/1998	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	075	11/10/2026	08H00	08H30
4280	RAFAEL DE SOUSA SILVA	04/06/1998	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30
2161	RAFAEL DORNELAS ALVES	01/01/1989	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30

1495	RAFAEL ESTEVÃO MENDES DOS SANTOS	16/06/1994	204	OPERADOR AUDIOVISUAL	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	116	11/10/2026	14H00	14H30
2568	RAFAEL FELIPE VENTECINQUE	20/03/2003	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	075	11/10/2026	08H00	08H30
4163	RAFAEL FRANCO DE OLIVEIRA	03/04/2009	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30
1969	RAFAEL MARQUES ARMINI	20/03/1992	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30
3624	RAFAEL MEDEIROS TEIXEIRA	11/05/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30
523	RAFAEL PLANER HEMING	26/04/2002	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30
3847	RAFAEL RICARDO STRAUB	20/10/1994	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
711	RAFAEL RODRIGO DE LIMA	29/05/1989	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30
35	RAFAEL RODRIGUES DE CASTRO	04/04/1999	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	075	11/10/2026	08H00	08H30
49	RAFAEL RODRIGUES DE CASTRO	04/04/1999	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	092	11/10/2026	14H00	14H30
1885	RAFAEL RODRIGUES NASCIMENTO	01/01/1997	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
396	RAFAEL SOARES BORGES	18/10/1987	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30
2193	RAFAEL THIAGO LIMA BUZINARO DOS SANTOS	14/08/1995	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30
2192	RAFAEL THIAGO LIMA BUZINARO DOS SANTOS	14/08/1995	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30
794	RAFAEL WANISTIN SIQUEIRA DE ANDRADE	28/01/2001	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
785	RAFAEL WANISTIN SIQUEIRA DE ANDRADE	28/01/2001	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
1506	RAFAEL WILLIAN RODRIGUES MORAES	10/07/2001	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	113	11/10/2026	14H00	14H30
1865	RAFAELA ARÊAS GAMBATI	20/10/1995	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
3548	RAFAELA CHAVES GARCIA	27/07/1993	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
352	RAFAELA CRISTINA DE ANDRADE FREITAS	20/07/1997	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30
3587	RAFAELA DOS SANTOS PEIXOTO	25/03/1991	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
4339	RAFAELA MORAES DE PAULA	27/06/2005	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	113	11/10/2026	14H00	14H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
3543	RAFAELA SILVA BRAGA	29/05/1991	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30
2984	RAFAELA SOUZA DE OLIVEIRA	19/01/2006	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
4208	RAIANE FREITAS BARBOSA	30/08/2004	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	113	11/10/2026	14H00	14H30
3154	RAIANE KELLY SARDINHA DA SILVA	27/05/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	051	11/10/2026	08H00	08H30
795	RAIANE RAMILE SILVA DE SOUZA	28/11/1994	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
789	RAIANE RAMILE SILVA DE SOUZA	28/11/1994	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30
2572	RAIANY CARVALHO SILVA	19/05/1998	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
2295	RAICA CRISTINY MATIAS DA SILVA	01/11/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30

4276	RAILANE DE OLIVEIRA DA COSTA PEREIRA	25/11/2002	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
2224	RAILSSON DO NASCIMENTO TEIXEIRA	21/03/1997	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30
1549	RAILTON DA ENCARNAÇÃO GUIMARÃES	03/04/2001	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
749	RAIMUNDA GOMES DE SOUZA	10/02/1981	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
2488	RAIMUNDA GOMES DE SOUZA	10/02/1981	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30
831	RAIMUNDA SILVA SANTOS FERNANDES	22/06/1983	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
829	RAIMUNDA SILVA SANTOS FERNANDES	22/06/1983	202	ALMOXARIFE	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	077	11/10/2026	14H00	14H30
1840	RAIMUNDO NONATO CÓRIA MENDES LOMBA	14/04/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30
3633	RAIMUNDO RODRIGUES DE SOUZA	16/09/1983	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	010	11/10/2026	08H00	08H30
3196	RAISS ALVES SANTOS	31/10/1996	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30
1080	RAÍSSA SANTANA RUFINO	01/08/1994	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30
487	RAÍZA MICAELA NOGUEIRA DA SILVA	28/05/1991	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
2201	RALLYSSON HORA DOS SANTOS	01/04/1999	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
2582	RAMON ALMEIDA	15/02/1990	203	MESTRE DE CERIMONIAL	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	114	11/10/2026	14H00	14H30
2019	RAMON LIMA DE OLIVEIRA	22/12/9195	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30
289	RAPHAEL MONTEIRO OLIVEIRA	03/04/2003	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	011	11/10/2026	08H00	08H30
632	RAQUEL DA SILVA DOS REIS	13/03/1991	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30
626	RAQUEL DA SILVA DOS REIS	13/03/1991	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	092	11/10/2026	14H00	14H30
3454	RAQUEL DA SILVA OLIVEIRA	27/12/1995	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
2987	RAQUEL DE MORAES ANDRADE	09/12/1989	203	MESTRE DE CERIMONIAL	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	114	11/10/2026	14H00	14H30
2721	RAQUEL DE OLIVEIRA BATISTA	02/04/1984	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
587	RAQUEL DE SOUSA COSTA	12/01/1986	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	075	11/10/2026	08H00	08H30
1830	RAQUEL FARIAS MODESTO LEVISKI	07/04/1995	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	058	11/10/2026	08H00	08H30
1831	RAQUEL FARIAS MODESTO LEVISKI	07/04/1995	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
1046	RAQUEL PIRES RODRIGUES	16/06/1991	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	092	11/10/2026	14H00	14H30
3303	RAQUEL SOUZA COELHO	21/08/1982	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
436	RAUANY BEATRIZ SANTOS NOGUEIRA	19/01/2001	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
3922	RAUL FRANÇA DE LUCENA FRÓIS	25/03/2002	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30
120	RAUL SEIXAS MARQUES DE OLIVEIRA	02/03/1990	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30

130	RAUL SEIXAS MARQUES DE OLIVEIRA	02/03/1990	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30
2677	RAYANE DA SILVA RENOCK	28/11/2001	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
3502	RAYANE DA SILVA RENOCK	28/11/2001	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30
194	RAYANE FERNANDES NEPUMOCENO RUGGERI	21/06/1994	203	MESTRE DE CERIMONIAL	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	114	11/10/2026	14H00	14H30
3764	RAYANE MELISSA COITINHO DE ALMEIDA	28/07/1993	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30
3950	RAYANE MILLENA RAISKI DOS SANTOS	29/10/1997	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30
591	RAYANE PINHEIRO LIMA	27/06/1992	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	092	11/10/2026	14H00	14H30
3388	RAYANNE CARRARA NUNES	11/01/1999	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30
1248	RAYARA RENE BATISTA ROCHA	28/07/1988	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
447	RAYNA ANDRESSA CARDOSO DE AZEVEDO	20/01/1997	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
3885	RAYSSA SANTOS SILVA	25/04/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30
3600	REBECA COSTA DE LIMA	14/04/2026	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30
3361	REBECA NICOLE MUNIZ DE MORAES TORRES	10/12/2000	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
3360	REBECA NICOLE MUNIZ DE MORAES TORRES	10/12/2000	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30
3409	REBECA SANTOS PYBYSVSENKI TEIXEIRA TAVARES	01/12/2001	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30
2842	REGIANE DIOGO SANTOS	27/07/1988	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30
551	REGINA MARIA LOPES DA SILVA	01/07/1980	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30
536	REGINA MARIA LOPES DA SILVA	01/07/1980	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30
2946	REGINALDO CARDOSO DE OLIVEIRA JUNIOR	27/06/2003	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30
1202	REGINALDOO DA SILVA SANTOS	09/10/1986	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30
3744	REGINILSON DOS SANTOS TEIXEIRA	10/04/1979	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30
619	REINALDO SOARES DE MORAIS	02/05/1993	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30
286	REINALDO ZANELLA	06/01/1983	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30
896	REINILSON OLIVEIRA DO ESPIRITO SANTO	07/01/1992	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
894	REINILSON OLIVEIRA DO ESPIRITO SANTO	07/01/1992	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30
253	RENAN DE SOUZA CAMPOS	04/03/1973	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	059	11/10/2026	08H00	08H30
2781	RENAN ROCHA GOMES	09/11/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
2532	RENATA DE OLIVEIRA CAMPOS MATIAS	04/01/1990	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	075	11/10/2026	08H00	08H30
2528	RENATA DE OLIVEIRA	04/01/1990	307	ANALISTA	EEEFM CORA	AVENIDA	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	092	11/10/2026	14H00	14H30

	CAMPOS MATIAS			ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	CORALINA	GUAPORÉ									
388	RENATA FERREIRA LIMA	12/09/1987	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30
3410	RENATA MACHADO DANIEL	20/12/1995	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
23	RENATA MACHADO DANIEL	20/12/1995	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
1414	RENATA OLIVEIRA DE SOUZA	29/06/1994	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
2645	RENATA VILALON MARCHI	28/04/1980	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
3120	RENATA VITÓRIA BRAGANÇA SEVERINO	05/11/2004	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	011	11/10/2026	08H00	08H30
3857	RENATA VITÓRIA BRAGANÇA SEVERINO	05/11/2004	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30
546	RENATO CLEBER CESÁRIO SANTOS	14/09/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30
1266	RENATO CORREA DA SILVA BISPO	04/11/1990	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
4051	RENATO DE AGUIAR VASCONCELLOS	05/12/1991	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	059	11/10/2026	08H00	08H30
4052	RENATO DE AGUIAR VASCONCELLOS	05/12/1991	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
182	RENATO DOS SANTOS SILVA	06/09/1983	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
554	RENATO FERNANDES MEDEIROS SILVA	17/10/1989	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30
2116	RENATO SANTOS VIDOTTI	10/05/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30
33	RENER DE OLIVEIRA VENTURA	17/10/1995	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	026	11/10/2026	08H00	08H30
3073	RENER DE OLIVEIRA VENTURA	17/10/1995	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	027	11/10/2026	08H00	08H30
3071	RENER DE OLIVEIRA VENTURA	17/10/1995	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	029	11/10/2026	08H00	08H30
3072	RENER DE OLIVEIRA VENTURA	17/10/1995	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	030	11/10/2026	08H00	08H30
13	RENER DE OLIVEIRA VENTURA	17/10/1995	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	111	11/10/2026	14H00	14H30
380	RENILDA DO CARMO MARTINS	06/01/2000	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	070	11/10/2026	08H00	08H30
2971	RENILSON MARQUES CUEVO PINHEIRO	19/10/1997	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30
2884	RENIZE RAIANNE MELLO DA SILVA	20/05/1996	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30
271	REURIA DA SILVA MOREIRA	09/04/1979	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30
2679	RHAESSA BAYERL SILVANO	21/05/1997	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	059	11/10/2026	08H00	08H30
2776	RHARYSSON MARCOS BENEVENUTO	02/11/2005	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30
2298	RIAN PEREIRA DE LIMA	11/01/2002	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30
2999	RICARDO CABRAL DE ALBUQUERQUE ALMEIDA	13/12/2003	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30
421	RICARDO COELHO SALVADOR	19/07/2008	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
3599	RICARDO DE AGUIAR VASCONCELLOS	13/10/1985	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30
3008	RICARDO MORAES DE JESUS SILVA	27/03/2010	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	121	11/10/2026	14H00	14H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**

3630	RICARDO NEDEL COSTA	28/03/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30
995	RICARDO PROCÓPIO DA SILVA	20/07/1990	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	121	11/10/2026	14H00	14H30
2649	RICARDO SOUZA SILVA	20/07/2003	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30
1424	RICHARD BRIAN SANGI DOS SANTOS PEREIRA	07/02/1994	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
4136	RICHELE LOPES BARBOZA	06/03/1980	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	059	11/10/2026	08H00	08H30
1012	RICHER ALDAIR BRANDÃO DE OLIVEIRA	04/04/1997	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30
2327	RIKHARD DOMINGOS LADISLAU	02/06/1993	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30
2118	RILDO DA SILVA ARAÚJO	15/01/1985	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
1899	ROBERT DE OLIVEIRA SOARES	25/03/2004	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
4129	ROBERT SILVA DA CONCEICAO	01/02/1994	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	121	11/10/2026	14H00	14H30
1114	ROBERTA SANTOS LINHARES	14/04/1989	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	092	11/10/2026	14H00	14H30
3696	ROBERTO JOSÉ RODRIGUUES	19/04/1986	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
1805	ROBERTO SANTOS DE OLIVEIRA	18/04/1967	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	059	11/10/2026	08H00	08H30
624	ROBSON CARLOS ANADAO	22/11/1996	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
2705	ROBSON JORGE DE LUNAS MATOS	23/08/1971	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	092	11/10/2026	14H00	14H30
1940	ROBSON MATOS DOS SANTOS	28/03/1991	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30
612	ROCIVALDO DE SOUZA ANDRADE	01/06/1972	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
1812	RODIVAN AVELINO ARAUJO	08/05/2001	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
1811	RODIVAN AVELINO ARAUJO	08/05/2001	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30
1038	RODRIGO DOS ANJOS	07/08/1991	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
1040	RODRIGO DOS ANJOS	07/08/1991	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30
3886	RODRIGO GRAFFUNDER	25/12/1999	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30
2252	RODRIGO HIPOLITO DA SILVA	29/07/1991	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30
2250	RODRIGO HIPOLITO DA SILVA	29/07/1991	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30
2551	RODRIGO LIMA DALBEM	27/09/1986	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
3700	RODRIGO OLMIRO CARDOSO	25/10/1985	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	115	11/10/2026	14H00	14H30
3699	RODRIGO OLMIRO CARDOSO	25/10/1985	204	OPERADOR AUDIOVISUAL	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	116	11/10/2026	14H00	14H30
4175	RODRIGO VENTURELLE DE BRITO	08/09/1974	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
895	RODRIGO WELME DA PAZ	16/08/1996	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30
764	ROGER ITALO GALVÃO RODRIGUES	10/06/1999	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	059	11/10/2026	08H00	08H30
3973	ROGÉRIO ALEXANDRE LEAL	04/05/1974	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	059	11/10/2026	08H00	08H30

4010	ROGERIO ALONÇO DE QUEIROZ	20/05/1985	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	092	11/10/2026	14H00	14H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
2457	ROGERIO SILVA NOVAIS	21/11/1984	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30
1539	ROMÁRIO VITORINO FERREIRA	02/02/1993	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30
2484	RÔMULO AUGUSTO MARTINS BRASIL	26/05/1986	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
2482	RÔMULO AUGUSTO MARTINS BRASIL	26/05/1986	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30
4169	ROMY RONDON COSTA AGUIAR	16/09/1999	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
3338	RONALDO CASTRO PRIORI	03/07/1977	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30
462	RONDINELI DE SOUZA CHAVES	01/08/1995	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30
3431	RONEI EDUARDO DOS SANTOS	28/05/1990	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30
3434	RONEI EDUARDO DOS SANTOS	28/05/1990	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	059	11/10/2026	08H00	08H30
4096	RONEY MATOS MOREIRA JUNIOR	09/09/1998	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	121	11/10/2026	14H00	14H30
1941	RONICLEI PEREIRA DA SILVA	15/08/1986	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
3212	RONICLEI PEREIRA DA SILVA	15/08/1986	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	121	11/10/2026	14H00	14H30
1049	RONNE MAICON AMARO DOS REIS	19/05/1989	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30
1773	ROQUE CASSOL	13/07/1977	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30
1017	ROSANA ALVES BORGES	13/10/1987	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	130	11/10/2026	14H00	14H30
1720	ROSANA ALVES BORGES	13/10/1987	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30
514	ROSANA ALVES FEITOSA	24/11/1978	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
2256	ROSANA DA CONCEIÇAO OLIVEIRA	10/01/1996	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30
2561	ROSÂNGELA DE OLIVEIRA GOMES	11/05/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30
3887	ROSEANE CRISTINA NEPOMUCENO PESSOA	04/04/1985	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	059	11/10/2026	08H00	08H30
899	ROSELAINE MARTINS DE OLIVEIRA	06/05/1995	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30
2529	ROSELI MARIA MESSIAS	10/09/1973	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	075	11/10/2026	08H00	08H30
1962	ROSEMARA DE OLIVEIRA SILVA	29/12/1986	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30
535	ROSENI OLIVEIRA GOMES	21/11/2001	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30
544	ROSENI OLIVEIRA GOMES	21/11/2001	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30
4260	ROSIANE BATISTUZ RIBEIRO	05/04/1989	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30
29	ROSIANE RIBEIRO DE JESUS	14/02/1987	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30
4297	ROSILANDIA DOMINGOS GUIMARÃES	09/08/1988	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
4281	ROSILANDIA DOMINGOS GUIMARÃES	09/08/1988	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	082	11/10/2026	14H00	14H30

1808	ROSILANE LIMA DALBEM	01/09/1974	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30
846	ROSILENE DA COSTA SANTOS	17/06/1978	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	092	11/10/2026	14H00	14H30
2616	ROSILENI SIQUEIRA	27/12/1974	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
1128	ROSIMAR FIOROTTI	24/12/1976	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30
4094	ROSIMARY RAMOS MACHADO	19/11/1982	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30
2756	ROSIMEIRE ALVES FRANCO	09/08/1991	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
2757	ROSIMEIRE ALVES FRANCO	09/08/1991	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30
579	RUANN COSMO PRANDI	07/12/1985	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	059	11/10/2026	08H00	08H30
2381	RUBIANE BEATRIZ VIANA DA SILVA	21/12/2003	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30
435	RUTH FLORINDO DA COSTA	20/01/1990	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
3439	RYAN ANTHONY VIEIRA	03/09/2001	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	138	11/10/2026	14H00	14H30
2391	RYAN VITOR DE ALMEIDA	15/02/2005	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30
2392	RYAN VITOR DE ALMEIDA	15/02/2005	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
750	SABRINA CAMARGO BRIGATO	26/12/2003	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
754	SABRINA CAMARGO BRIGATO	26/12/2003	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
539	SABRINA DIAS AYRES	19/01/2000	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	113	11/10/2026	14H00	14H30
3925	SABRINA IRACEMA COVLSKI AMORIM	23/01/1990	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
2710	SABRINA LIMA DA COSTA	25/11/1991	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30
820	SABRINA MONTEIRO BARBOSA	13/07/1991	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
1905	SABRINA MORAIS FERNANDES	27/03/1999	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30
2236	SABRINA RILLARY SILVA ROCHA	21/12/2001	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
973	SADRAQUE ALMEIDA PEREIRA	25/04/1983	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
972	SADRAQUE ALMEIDA PEREIRA	25/04/1983	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30
525	SALOMÃO CALEBE SOUSA LINS	25/02/1996	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	011	11/10/2026	08H00	08H30
3282	SAMARA CARVALHO MARCHI	11/04/2003	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30
1079	SAMARA DO AMARAL NETTO	07/02/1991	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30
3762	SAMARA MARINHO MORAES DE ALCANTARA	05/05/2002	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30
3631	SÂMELA VASSOLER ANTIGO	22/04/1999	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30
877	SAMILA CREUZA ARAUJO DOS SANTOS	02/03/1998	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
875	SAMILA CREUZA ARAUJO DOS SANTOS	02/03/1998	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30
3299	SAMILLY ARAUJO VIEIRA	18/02/2002	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
3227	SAMIRA PEREIRA DA ASUNÇÃO	31/07/1985	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30

3900	SAMORA DE SOUZA MAIA	05/07/1991	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30
763	SAMUEL CUNHA DOS SANTOS CORDEIRO	06/06/1989	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
1385	SAMUEL DE OLIVEIRA MOLINA	16/05/1991	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	075	11/10/2026	08H00	08H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
3490	SAMUEL LARA DE JESUS	19/07/1997	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	011	11/10/2026	08H00	08H30
3516	SAMUEL NUNES DA CRUZ	09/03/1997	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	052	11/10/2026	08H00	08H30
767	SÂNDERSON DE OLIVEIRA SOUZA	27/11/1987	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30
3465	SANDRA FERREIRA DANTAS LIMA	27/03/1969	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30
1423	SANDRA MARIA DA SILVA	25/12/1986	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	075	11/10/2026	08H00	08H30
399	SANDRA MARIA DA SILVA	25/12/1986	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	092	11/10/2026	14H00	14H30
3836	SANDRA NUNES ROSALVO	14/06/1979	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
1027	SANDRA REGINA TIBURCIO DOS SANTOS	31/08/1988	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	022	11/10/2026	08H00	08H30
2697	SANDRA RIBEIRO VIERO	03/04/1977	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
3958	SANDRO DA SILVA SIQUEIRA	05/05/1995	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30
1208	SANDY ANDREINA DO NASCIMENTO LIMA	20/12/1999	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
1209	SANDY ANDREINA DO NASCIMENTO LIMA	20/12/1999	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30
1199	SARA DA SILVA COSTA	08/08/1987	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
1274	SARA DE AMORIM GONÇALVES	01/11/1994	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
1894	SARA DE SOUSA SILVA	18/08/1999	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
2205	SARA ELIZABETE SILVA BRASIL FERREIRA	02/12/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
2296	SARA ESTEFANI COSTA	07/04/2003	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
3019	SARA FUJIMOTO DOS SANTOS	10/12/1998	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
3018	SARA FUJIMOTO DOS SANTOS	10/12/1998	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30
3987	SARA GOMES CUNHA	12/07/1989	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
3992	SARA GOMES CUNHA	12/07/1989	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30
3781	SARA JOVANICE DA SILVA FERREIRA	08/07/1997	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
774	SARA LUIZA GALVAO PEREIRA	20/08/1992	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30
2228	SARA MARTINS DE AZEVEDO	09/03/1992	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
2162	SARA MARTINS DE AZEVEDO	09/03/1992	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	082	11/10/2026	14H00	14H30
313	SARA MARTINS DE OLIVEIRA	03/07/1995	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30
2684	SARA SANTOS FLORES	17/01/2002	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	059	11/10/2026	08H00	08H30
3550	SARAH ALVES DOS SANTOS	12/04/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30

346	SARAH CRISTINA ANDRÉ DA SILVA	04/04/1999	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
259	SAULO FREIRES LIMA	14/04/1992	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	030	11/10/2026	08H00	08H30
4316	SAULO RAISKI	25/03/1987	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
3017	SERGIO ALVES DA SILVA	16/08/1992	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	011	11/10/2026	08H00	08H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
485	SÉRGIO DA SILVA MORAES	22/05/1993	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
3660	SERGIO FRANCISCO DE LIMA JUNIOR	16/04/1993	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30
3670	SERGIO LEANDRO BATISTA JUNIOR	19/04/1996	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
397	SÉRGIO REIS RIBEIRO FOLHA	31/03/1976	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
403	SÉRGIO REIS RIBEIRO FOLHA	31/03/1976	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30
3429	SHEILA PATRÍCIA MOTA NEVES	07/11/1985	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
4021	SHEILA PATRÍCIA MOTA NEVES	07/11/1985	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
3748	SHELDON QUIN	02/08/1986	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30
2130	SHELIANE SANTOS SOARES DO NASCIMENTO	29/01/1991	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
4151	SHIRLEI MARTINS DOS SANTOS PESSOA	07/09/1989	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30
3469	SIBELY GOMES DE OLIVEIRA	06/03/1990	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
3480	SIBELY GOMES DE OLIVEIRA	06/03/1990	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30
4005	SILMARA ANDRELINO DE SOUZA	13/06/1999	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30
3422	SILMARA GONZAGA	16/09/1985	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
4304	SILVANO MILLER DE SOUZA	18/03/1999	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
4306	SILVANO MILLER DE SOUZA	18/03/1999	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
1312	SILVANY PEREIRA DA SILVA	09/07/1988	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
1090	SILVIA DA SILVA XAVIER	08/03/2000	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	059	11/10/2026	08H00	08H30
1096	SILVIA DA SILVA XAVIER	08/03/2000	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30
4064	SILVIA REGINA DA SILVA	17/09/1982	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
2309	SIMEIA RODRIGUES DA SILVA FAGUNDES	12/07/1993	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
2790	SIMONE DA COSTA SILVA	14/07/1978	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
520	SIMONE DA SILVEIRA	03/10/1987	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30
2584	SIMONE DE OLIVEIRA FREIRE	16/05/1986	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
650	SIMONE DOS SANTOS	08/07/1990	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	059	11/10/2026	08H00	08H30
1335	SIMONE FERREIRA DE SOUZA	11/03/1989	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
37	SIMONE FERREIRA RIBEIRO	23/11/2000	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	113	11/10/2026	14H00	14H30

3302	SIMONE GONÇALVES	12/09/1987	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30
1138	SIMONE SAMPAIO DUTRA ALVES	28/05/1986	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30
3143	SIMONE TAVARES DO NASCIMENTO	19/04/1991	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
3705	SINÉIA FREIRE SANTANA	21/07/1994	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
656	SIRLEIA RODRIGUES DA SILVA	03/06/1995	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	075	11/10/2026	08H00	08H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
665	SIRLEIA RODRIGUES DA SILVA	03/06/1995	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30
1179	SIRLENE CRISTINA MUNIZ VIANA	06/06/2002	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
4097	SKARLAT LOHAYNE MORAES ALVES CAVALHEIRO	15/12/1992	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
3896	SMAILI SANTANA AMORIM	27/08/1987	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30
3549	SOLANGE DA SILVA LINHARES	13/11/1987	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
1725	SOLANGE DE SOUZA ARAUJO	03/10/1991	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
1724	SOLANGE DE SOUZA ARAUJO	03/10/1991	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30
3906	SÔNIA FELIX DE PAULA MACIEL	02/07/1976	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30
3016	SONIA FERMIANO DOS SANTOS ROSSI	22/11/1989	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
2443	SOPHIA LOREN VIANA ALMEIDA	23/04/2001	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
3591	STANISLEY DE SENA BRITO	14/03/1968	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
3977	STANISMAR DE SENA BRITO	12/08/1975	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
170	STANISMAR DE SENA BRITO	12/08/1975	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30
4361	STÉFANI DO CARMO SANTOS	23/02/2001	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
1925	STÉFANO LIMA PEREIRA	06/08/1990	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
273	STEFANY SOARES VASCONCELOS	24/06/2004	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30
2714	STEFFANY ALVES DO NASCIMENTO	20/01/2000	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30
4131	STELLA MARYS OLIVEIRA SILVA	09/10/1991	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	059	11/10/2026	08H00	08H30
4127	STELLA MARYS OLIVEIRA SILVA	09/10/1991	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30
4249	STEPHANIE DA COSTA DE OLIVEIRA	28/06/2001	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
3576	STEPHANIE FERREIRA SAMPAIO ROCHA	28/03/1993	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30
1538	STHEFANY KAUANE ALEXANDRE DA SILVA	06/12/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
1348	STHEFFANY TEIXEIRA FRUTUOSO	08/07/2004	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	011	11/10/2026	08H00	08H30
743	SUELEN DE SOUZA SILVA MAIA	09/09/1987	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
1200	SUELEN FURTADO CARLOS DE SOUZA	08/09/1983	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30
3986	SUELI APARECIDA DA	24/05/1969	206	TÉCNICO EM	EEEFM ANISIO	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30

	SILVA VIEIRA			CONTABILIDADE	TEIXEIRA										
3418	SUELI PEREIRA CASSIANO	23/04/1984	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
2101	SUELI REGINA DE JESUS SOUZA COIMBRA	25/07/1986	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
349	SUELLEN BARBOSA SILVA	11/07/1994	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
341	SUELLEN BARBOSA SILVA	11/07/1994	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30
431	SUELLEN LEMKE LIRA	23/04/2001	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30
1872	SUSANA MARQUES CORDEIRO XAVIER	22/10/1994	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
1871	SUSANA MARQUES CORDEIRO XAVIER	22/10/1994	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30
3049	SUZAMAR DOS SANTOS	27/08/1984	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
2910	SUZANA MATOS OLIVEIRA	23/06/1987	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
2909	SUZANA MATOS OLIVEIRA	23/06/1987	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30
751	TABATA THALIA BATISTA DOS SANTOS	06/11/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
1210	TAILANA PAIXÃO DA SILVA	17/12/1990	308	CONTATOR	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	028	11/10/2026	08H00	08H30
3200	TAINA LOARA COIMBRA FIGUEIREDO	21/05/1995	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
772	TAINÃ SANTOS DE ALMEIDA MONTEIRO	30/12/1987	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
3726	TAINARA BARONI HUPALO	20/05/2003	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
3728	TAINARA BARONI HUPALO	20/05/2003	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30
1712	TAINARA MELO SOBRAL	17/09/1993	207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	121	11/10/2026	14H00	14H30
4226	TAIS VILHAGRA DE AMORIM SANTOS	22/07/1999	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
4235	TAIS VILHAGRA DE AMORIM SANTOS	22/07/1999	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30
67	TALISSON RAIAN ROCHA DA SILVA	30/05/1997	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30
2039	TALITA BORGES SANTOS	27/06/1993	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
2798	TALITA DOS SANTOS KERR	19/06/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
203	TALITA MAGALHÃES RODRIGUES	25/02/1999	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
2969	TAMIRES FRAZÃO DE OLIVEIRA	09/10/2001	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	059	11/10/2026	08H00	08H30
3190	TAMIRES MACHADO DA SILVA	17/04/1998	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
4085	TANA DE SOUZA ROCHA	02/01/2006	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	011	11/10/2026	08H00	08H30
2535	TANCYVANIA OLIVEIRA SILVA	06/08/1994	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30
2376	TÂNIA CRISTINA DA SILVA SANTOS	09/09/1981	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
4357	TANIA DEMARTINE DE SOUZA	11/10/1989	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30
3088	TÂNIA PRATES FERNANDES	15/07/1990	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30
1981	TANIZI LEITE RAMOS	06/01/2002	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30

				TRABALHO												
2363	TASSIANE HUPALO	16/12/1993	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	075	11/10/2026	08H00	08H30
2362	TASSIANE HUPALO	16/12/1993	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
1621	TASSIO LUIZ CARDOSO SANTOS	06/05/1991	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
311	TATI HELLEN CLAUDINO DA SILVA	31/10/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
573	TATI HELLEN CLAUDINO DA SILVA	31/10/2005	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30
2269	TATIANA LIMA SANTOS	15/04/1994	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	075	11/10/2026	08H00	08H30
2364	TATIANE ALVES SANTOS	30/10/1992	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CÓD. DO CARGO**	**CARGO**	**ESCOLA**	**ENDEREÇO**	**NÚMERO**	**BAIRRO**	**CIDADE**	**UF**	**CEP**	**SALA**	**DATA DA PROVA**	**ABERTURA DO PORTÃO**	**FECHAMENTO DO PORTÃO**
3294	TATIANE FERNANDES DELMASCHIO	01/12/1998	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
3133	TATIANE FERREIRA DA SILVA OLIMPIO	09/01/1980	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	029	11/10/2026	08H00	08H30
3136	TATIANE FERREIRA DA SILVA OLIMPIO	09/01/1980	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	105	11/10/2026	14H00	14H30
1023	TATIANE RAMOS DE ALBUQUERQUE DO NASCIMENTO	22/11/1993	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
1292	TATIANE VASQUES DE LIMA	08/11/1989	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
1285	TATIANE VASQUES DE LIMA	08/11/1989	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30
1496	TATIELE LARUSSA LIMA MIRANDA	20/03/1989	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
3812	TAUANA CLAUDIA MESQUITA	24/08/1996	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
3503	TAWAN DA COSTA MARQUES	01/07/1995	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	113	11/10/2026	14H00	14H30
1104	TAYLLAN NUNES FERREIRA	26/09/1991	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
3858	TAYNÁ TAMIRES SOARES SENA	29/08/1997	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30
2033	TAYNARA CRISTINA DE MELO GAMA	06/06/2005	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30
3230	TAYNARA VIEIRA BORDINHÃO	17/08/2000	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
537	TELESMARQUES LOURENÇO PEZZIN	10/11/1989	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	059	11/10/2026	08H00	08H30
547	TELESMARQUES LOURENÇO PEZZIN	10/11/1989	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30
4251	TEMISTOCLES PEREIRA LIMA NETO	25/04/1992	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
2245	THAILAN VIEIRA CAETANO	18/03/2000	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	011	11/10/2026	08H00	08H30
592	THAIS ANDRADE VIEIRA LOPES	23/02/2007	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30
1195	THAIS AZEVEDO MORAIS REIS	10/07/2000	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30
4234	THAÍS DA SILVA ALBUQUERQUE	27/09/1999	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
3472	THAIS GOMES SILVA	16/06/1993	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
3473	THAIS GOMES SILVA	16/06/1993	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	130	11/10/2026	14H00	14H30
3507	THAIS KAROLINE RIBEIRO MEDEIROS	19/09/1996	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	053	11/10/2026	08H00	08H30
3913	THAIS LUIZA OLIVEIRA GOMES	01/06/1997	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30

	RIVERO			MARKETING											
3162	THAÍS ROCHA OLIVEIRA	13/10/1997	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30
837	THAIS SANTOS DA SILVA	06/04/1996	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
3267	THAÍS SANTOS DA SILVA LUBACHESQUI	08/03/1983	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
382	THAIS SILVA CAVALHEIRO	19/03/2002	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30
3723	THAÍS STÉFANY SOUZA	31/05/1998	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
3721	THAÍS STÉFANY SOUZA	31/05/1998	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30
2408	THAISE ROBERTA OLIVEIRA ALVAREZ DE LIMA CASTRO	25/10/1994	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
3864	THALIA VIERA DE MIRANDA	04/09/2007	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
1926	THALISSON FELIPE MONTEIRO PEREIRA	24/11/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30
3729	THALLYSON WANDERLEY MUNIZ ALVES	11/12/1997	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
2760	THALYA FERREIRA CABRAL	21/03/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30
1075	THALYSON RANDSON MACEDO DOS SANTOS	10/02/2009	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30
1078	THALYSON RANDSON MACEDO DOS SANTOS	10/02/2009	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30
2191	THALYSSON AUGUSTO DE OLIVEIRA MELO	28/01/2001	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30
809	THALYTA QUEREN OLIVEIRA BONIFÁCIO	25/09/1998	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
4062	THALYTA SOUZA VIEIRA LOPES	02/06/2002	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
2325	THAMIRES AMORIM FERREIRA	30/08/2004	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30
2310	THAUÃ DO NASCIMENTO PACHECO	27/11/1996	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	011	11/10/2026	08H00	08H30
2354	THAUANE PLASTER BARBOSA	07/09/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
501	THAUANE PLASTER BARBOSA	07/09/1997	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	095	11/10/2026	14H00	14H30
1521	THAWANY FÉLIX DE LIMA	09/06/1998	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
1519	THAWANY FÉLIX DE LIMA	09/06/1998	203	MESTRE DE CERIMONIAL	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	096	11/10/2026	14H00	14H30
1234	THAYLA CRISTINA CORTEZ DO NASCIMENTO	30/07/2001	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30
1084	THAYLLA GABRIELA MACEDO DA SILVA	13/06/2011	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30
1085	THAYLLA GABRIELA MACEDO DA SILVA	13/06/2011	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30
4069	THAYNA DA COSTA MESQUITA BATILIERE	24/09/2004	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30
3921	THAYS OLIVEIRA	10/02/1999	205	TÉCNICO DE	EEEFM CORA	AVENIDA	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30

	PINTO			SEGURANÇA DO TRABALHO	CORALINA	GUAPORÉ									
1934	THEO MARQUES FAINO	26/03/2004	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30
2314	THÉO TEODORO NOVAIS	20/01/2005	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	108	11/10/2026	14H00	14H30
415	THERESA GALDINO BELISARIO	10/03/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30
4177	THIAGO ABREU DE LIMA	29/10/1998	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30
1861	THIAGO AVELINO DOS SANTOS	16/02/1999	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	075	11/10/2026	08H00	08H30
258	THIAGO BARBOSA DE MORAIS MOTA	11/09/1996	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30
3713	THIAGO BARBOSA DOS ANJOS	24/05/1991	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	085	11/10/2026	14H00	14H30
3096	THIAGO CAMPOSDA SILVA	15/12/1986	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30
2007	THIAGO CASTILHO BOGOEVICH	06/03/1996	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
1627	THIAGO DA SILVA COSTA	08/10/2004	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	011	11/10/2026	08H00	08H30
4147	THIAGO FEITOSA DE ABREU	27/12/1988	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30
493	THIAGO FERNANDES REIS	19/12/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30
4256	THIAGO GOMES DE OLIVEIRA	27/02/2001	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
4317	THIAGO GUEDES DE QUEIROZ	02/01/2002	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
978	THIAGO HENRIQUE COSTA CASTRO	15/02/2000	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
3457	THIAGO MUNIS CORREA	15/04/1995	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
3718	THIAGO RAMOS MOREIRA	30/06/2009	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30
3186	THIAGO SILVA SANTOS	27/07/1989	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
577	THIFANY SILVEIRA ALBERTON	06/03/2009	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30
218	TIAGO COSTA FERREIRA	12/04/2001	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	023	11/10/2026	08H00	08H30
867	TIAGO COSTA FERREIRA	12/04/2001	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30
3381	TIAGO DA SILVA BARRETO	04/10/1991	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30
1903	TIAGO FERNANDO FERRAZO ABADE	04/05/1986	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30
157	TIAGO FRANCO DOS SANTOS PEREIRA	28/12/1995	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	075	11/10/2026	08H00	08H30
138	TIAGO FRANCO DOS SANTOS PEREIRA	28/12/1995	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30
3392	TIAGO PRATES DE OLIVEIRA MARTINS	07/12/1993	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30
3395	TIAGO PRATES DE OLIVEIRA MARTINS	07/12/1993	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30
3316	TIAGO SILVA	06/11/1994	303	ANALISTA DE	EEEFM CORA	AVENIDA	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30

	ALVES			GESTÃO PÚBLICA	CORALINA	GUAPORÉ									
3315	TIAGO SILVA ALVES	06/11/1994	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
1287	TIAGO SOL SOL MEDEIROS	24/11/1985	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30
2328	TIAGO TAKASHI TOMAL	14/11/1992	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
3102	TONNY VALE RENDA JÚNIOR	26/10/1992	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	059	11/10/2026	08H00	08H30
261	UELLITON ALVES DOS SANTOS	16/02/1984	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
748	UILIAN FERNANDO DE OLIVEIRA	18/03/1993	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30
2440	UILIAN LOPES CORREIA YAMAGISHI	13/12/1984	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	132	11/10/2026	14H00	14H30
2423	URSULA EVELLYN BURG DE SOUZA	24/02/1997	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30
1349	VAGNER ARAUJO LIMA	25/02/1989	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
1841	VAGNER BARBOSA ALMEIDA DE SOUZA	09/12/2002	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
1227	VAGNER DOMINGOS NASCIMENTO	06/02/1992	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
2305	VAGNER SOUZA MUNIZ	13/05/1999	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30
3730	VALDECI MORAES JUNIOR	06/05/1992	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30
884	VALDECIR FRANCISCO RODRIGUES PEREIRA	05/02/1978	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30
1438	VALDECIR PINTO DE OLIVEIRA	22/11/1995	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
2375	VALDEMI FERREIRA BRITO	10/06/1980	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
2681	VALDENIS PEREIRA MARTINS DE	02/04/1985	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
1731	VALDENOR JUNIOR NASCIMENTO DE AMORIM	07/07/2006	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
1730	VALDENOR JUNIOR NASCIMENTO DE AMORIM	07/07/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30
3349	VALDICLEIS MIRANDA DA SILVA	14/09/1989	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30
2738	VALDIR GONÇALVES	27/08/1964	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30
4191	VALDIR STELTER RIBEIRO	13/10/1994	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
2406	VALDIVINO DE ANDRADE JACÓ	08/02/1999	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
3379	VALENTINA COSTA OKAMOTO	30/07/2010	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30
1998	VALÉRIA APARECIDA MARQUES	02/03/1982	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	139	11/10/2026	14H00	14H30
3745	VALÉRIA DIAS GABRET	16/11/1992	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30

3936	VALERIA RIBEIRO DOS SANTOS	23/04/1988	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30
3823	VALÉRIA SOARES VALENTIN	14/02/1999	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30
4034	VALQUIRIA DE OLIVEIRA	10/02/1992	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	075	11/10/2026	08H00	08H30
4033	VALQUIRIA DE OLIVEIRA	10/02/1992	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
3830	VALQUIRIA LIMA DOS SANTOS	23/05/1989	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30
3875	VALTER JUNIOR LUIZ COUTO	21/09/1999	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	059	11/10/2026	08H00	08H30
2623	VALTERCLEI DA SILVA VENANCIO BUENO	19/09/1990	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30
2939	VANDERLEIA CLAUDIA STEVENS DE ALMEIDA	20/08/1972	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30
2993	VANDERSON DE OLIVEIRA COSTA	25/10/1994	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30
1020	VANDERSON DE SOUZA SANTOS	09/07/1988	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30
689	VANDERSON RODRIGUES DA SILVA	02/08/1991	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
2668	VANDERSON SANTOS DE ALMEIDA	01/03/1994	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
1245	VANDERSON VERSSIMO BORTOLETI	27/01/1991	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30
3221	VANESSA AGUIAR DE OLIVEIRA	28/01/1995	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	059	11/10/2026	08H00	08H30
2602	VANESSA BARBOSA TEODORO	01/01/1991	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30
4302	VANESSA CAMILA DE SOUZA CIPRIANO	23/07/1995	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	054	11/10/2026	08H00	08H30
1504	VANESSA CASTRO TAVARES	28/07/2000	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	071	11/10/2026	08H00	08H30
1108	VANESSA DANIELA LAGEMANN	01/04/1996	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
1913	VANESSA DE OLIVEIRA VIEIRA	23/05/1990	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
3131	VANESSA DRESCH MORAIS	08/01/2000	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	002	11/10/2026	08H00	08H30
3130	VANESSA GRETZLER MONTEIRO	27/09/1998	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
1161	VANESSA KETLEN FONSECA DE OLIVEIRA	29/04/2003	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	002	11/10/2026	08H00	08H30
1173	VANESSA LIMA VIEIRA VALADARES	18/10/1994	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	002	11/10/2026	08H00	08H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
2274	VANESSA LOPES DE CARVALHO	02/02/1999	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30
4138	VANESSA PEREIRA LIMA	19/11/1994	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	002	11/10/2026	08H00	08H30
2960	VANESSA RODRIGUES DE SOUSA	29/06/1996	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	002	11/10/2026	08H00	08H30
413	VANESSA TITON	04/11/1990	304	ANALISTA DE	EEEFM RICARDO	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	059	11/10/2026	08H00	08H30

				LICITAÇÃO	CANTANHEDE										
782	VANGELA DE SOUZA ROCHA	05/01/1998	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
780	VANGELA DE SOUZA ROCHA	05/01/1998	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30
3609	VANI DE CASTRO	15/04/1971	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30
1083	VANILZA APARECIDA LORBIESKI	27/11/1982	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	002	11/10/2026	08H00	08H30
1087	VANILZA APARECIDA LORBIESKI	27/11/1982	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30
1131	VERIANA BRAZ DOS SANTOS	01/11/1985	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30
3801	VERIDIANE SOUZA VENTURIN	19/12/1997	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
3688	VERÔNICA CAMPOS BARBOSA	20/06/1996	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	002	11/10/2026	08H00	08H30
3689	VERÔNICA CAMPOS BARBOSA	20/06/1996	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30
296	VERÔNICA COSTA DE ALMEIDA	18/04/1989	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
3743	VERÔNICA DA SILVA APOLINARIO	28/11/2002	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	072	11/10/2026	08H00	08H30
2768	VERONICA ESTELA DANTAS REIS	15/09/1984	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	072	11/10/2026	08H00	08H30
667	VICTOR ARTUR RIBEIRO DA SILVA	12/11/1994	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	072	11/10/2026	08H00	08H30
2537	VICTOR EMANUEL FEITOSA LIMA	16/10/2003	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	011	11/10/2026	08H00	08H30
2536	VICTOR EMANUEL FEITOSA LIMA	16/10/2003	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30
4043	VICTOR HENRIQUE MAIA DE MOURA	12/07/1998	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30
154	VICTOR HUGO ALVES DO NASCIMENTO	18/01/1991	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	075	11/10/2026	08H00	08H30
139	VICTOR HUGO ALVES DO NASCIMENTO	18/01/1991	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30
2782	VICTOR HUGO DANTAS DE ARAUJO	15/11/2003	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	080	11/10/2026	14H00	14H30
2588	VICTOR HUGO LOPES LOZANO	15/11/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	002	11/10/2026	08H00	08H30
2601	VICTOR JAYME SANTOS DE PAULA	12/04/2006	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	011	11/10/2026	08H00	08H30
663	VICTOR TADASHI AZEVEDO UEDA	12/10/2009	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	113	11/10/2026	14H00	14H30
3301	VILMAR LYCURGO	25/05/1971	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30
3363	VILMAR NUNES NOBRE	14/11/1980	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
2751	VILSOM ANTÔNIO GONÇALVES LEAL	12/06/1976	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
237	VINICIUS ALMEIDA DOS SANTOS	06/07/1999	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30
2665	VINICIUS DOS SANTOS	06/08/1999	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	072	11/10/2026	08H00	08H30
2585	VINICIUS FERREIRA PURCINO	23/05/1991	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE	CÓD. DO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA	ABERTURA DO	FECHAMENTO DO

		NASCIMENTO	CARGO										PROVA	PORTÃO	PORTÃO
2598	VINICIUS GONÇALVES DE OLIVEIRA	15/08/2000	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
51	VINÍCIUS HONORIO PEREIRA	09/08/2005	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	002	11/10/2026	08H00	08H30
52	VINÍCIUS HONORIO PEREIRA	09/08/2005	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	082	11/10/2026	14H00	14H30
3203	VINICIUS MENDES DO NASCIMENTO SILVESTRE	11/02/1999	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
3658	VINÍCIUS MONTEIRO DAL PIVA	08/04/1992	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
107	VINÍCIUS PIMENTA GAMA DA SILVA	27/07/2002	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	002	11/10/2026	08H00	08H30
768	VINÍCIUS PIMENTA GAMA DA SILVA	27/07/2002	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	081	11/10/2026	14H00	14H30
2541	VINÍCIUS SILVA TEIXEIRA PEREIRA	12/03/1997	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	081	11/10/2026	14H00	14H30
3673	VINICIUS TEIXEIRA DA LUZ	04/09/2003	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30
669	VINICIUS YUDI AZEVEDO UEDA	12/10/2009	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	113	11/10/2026	14H00	14H30
1764	VINNÍCIUS MARQUES DO NASCIMENTO	18/04/2000	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
1845	VITHOR SOUZA COSTA	22/01/2000	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
309	VITOR BINDELA CABRAL	23/08/2004	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	059	11/10/2026	08H00	08H30
3170	VITOR DANIEL VILARIM MELO	05/05/2000	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30
1571	VITOR GABRIEL NASCIMENTO DE JESUS	16/11/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	002	11/10/2026	08H00	08H30
2109	VITOR GABRIEL NASCIMENTO DE JESUS	16/11/2007	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	081	11/10/2026	14H00	14H30
3698	VITOR GABRIEL SANTOS SILVA	07/10/2005	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	081	11/10/2026	14H00	14H30
1170	VITOR HENRIQUE ANTUNES ALVES DOS SANTOS	09/02/1998	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	132	11/10/2026	14H00	14H30
2508	VITOR HUGO DOS ANJOS SILVA	26/09/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	002	11/10/2026	08H00	08H30
3	VITOR MANUEL SILVA LOPES	29/08/2000	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	011	11/10/2026	08H00	08H30
1	VITOR MANUEL SILVA LOPES	29/08/2000	202	ALMOXARIFE	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	077	11/10/2026	14H00	14H30
3822	VITOR PACIFICO PASSARINHO ROCHA	20/03/1999	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	059	11/10/2026	08H00	08H30
3993	VITÓRIA ALVES DA SILVA NASCIMENTO	09/02/1999	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	072	11/10/2026	08H00	08H30
3988	VITÓRIA ALVES DA SILVA NASCIMENTO	09/02/1999	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
1286	VITÓRIA ALVES SENA	29/03/2004	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	002	11/10/2026	08H00	08H30
4311	VITÓRIA BATISTA DO NASCIMENTO	26/03/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	002	11/10/2026	08H00	08H30
594	VITÓRIA BEATRIZ GREGORIO CHEWER	05/11/2001	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	059	11/10/2026	08H00	08H30
603	VITÓRIA BEATRIZ GREGORIO	05/11/2001	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	081	11/10/2026	14H00	14H30

	CHEWER														
2153	VITORIA CRISTINA DOS SANTOS SOUZA	10/05/2002	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	081	11/10/2026	14H00	14H30
468	VITÓRIA FABÍOLA PIRES DE FREITAS DIAS	23/04/2006	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	059	11/10/2026	08H00	08H30
530	VITÓRIA GABRIELLE MENDES DE ASSIS	07/07/2003	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	072	11/10/2026	08H00	08H30
532	VITÓRIA GABRIELLE MENDES DE ASSIS	07/07/2003	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
3914	VITORIA LORAYNE RODRIGUES DE SOUZA	28/09/2001	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30
685	VITÓRIA OLIVEIRA TITON	15/01/2009	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	011	11/10/2026	08H00	08H30
268	VITORIA RODRIGUES CAMARGO	06/10/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	081	11/10/2026	14H00	14H30
3467	VITÓRIA SILVA ORSO	12/01/2007	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	081	11/10/2026	14H00	14H30
3225	VITÓRIA THAIS LIMA DE ANDRADE	02/11/1998	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	002	11/10/2026	08H00	08H30
4288	VITTO MARCELO FABRICANTE ALVES	29/11/1999	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	072	11/10/2026	08H00	08H30
2952	VIVIANE SOUZA OLIVEIRA	23/10/1988	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	072	11/10/2026	08H00	08H30
1661	WALACE LIRA DE BRITO	24/11/1984	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	132	11/10/2026	14H00	14H30
3737	WALESKA AGUIAR COSTA E SILVA LIMA	16/06/1979	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
1279	WALIFER LOANDER VAZ MATOS	17/05/2002	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
1289	WALIFER LOANDER VAZ MATOS	17/05/2002	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30
3577	WALISON FRANCISCO SIQUEIRA	01/01/2006	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	002	11/10/2026	08H00	08H30
1446	WALLACE SILVA DA COSTA	03/10/1998	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
4048	WALLAX BRUNO BRASILINO DANTAS	13/01/1993	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
559	WALLISON SOARES RESENDE	29/04/1999	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	002	11/10/2026	08H00	08H30
4116	WALTER HENRIQUE SILVA GOIS	02/12/1999	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	011	11/10/2026	08H00	08H30
550	WALTERNEY DIAS DA SILVA JUNIOR	05/02/1995	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	099	11/10/2026	14H00	14H30
649	WANDERLAN DE SA CAETANO	15/02/1979	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	006	11/10/2026	08H00	08H30
1855	WANDERSON	30/10/1994	305	ANALISTA DE	EEEFM CORA	AVENIDA	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30

	RIBAS DOS SANTOS			TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	CORALINA	GUAPORÉ									
3678	WANDERSON SOARES DOS SANTOS	23/12/2002	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30
1663	WANDRIELI DE ANDRADE GONCALVES	08/08/1997	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	026	11/10/2026	08H00	08H30
1955	WANIA BORGES DE CAMPOS	10/03/1983	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	002	11/10/2026	08H00	08H30
2881	WANIA BRUNA DOS SANTOS	29/05/1996	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	002	11/10/2026	08H00	08H30
4047	WANNESSA STORCK COELHO SOUZA	10/09/1995	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
2924	WARNER TELES WANG	25/10/2003	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	100	11/10/2026	14H00	14H30
589	WATA NEGREIROS MONTEIRO	07/11/2005	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30
416	WATILA GOMES CÂNDIDO	11/10/2004	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	002	11/10/2026	08H00	08H30
453	WAYLON HARADA EKO	22/11/1998	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
1283	WAYLON HARADA EKO	22/11/1998	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	081	11/10/2026	14H00	14H30
4193	WELINGTON DA LUZ PEREIRA	16/04/1996	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	059	11/10/2026	08H00	08H30
1117	WELINGTON FERNANDO SIQUEIRA	13/04/2000	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30
2804	WÉLITON FEITOSA DOS SANTOS JUNIOR	21/08/1989	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
1544	WELLEN CHAVES VACA	16/01/1993	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	072	11/10/2026	08H00	08H30
3881	WELLICA PAULA DE SOUZA	04/05/2007	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	002	11/10/2026	08H00	08H30
3749	WELLINGTON ARMINI SANTOS	04/12/2003	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
89	WELLINGTON BARBOSA DA SILVA	09/03/1994	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	081	11/10/2026	14H00	14H30
3528	WELLINGTON NATALINO INÁCIO RODRIGUES	16/03/1991	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	072	11/10/2026	08H00	08H30
513	WELLYSON DA SILVA CAETANO JESUS	06/02/2008	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	011	11/10/2026	08H00	08H30
4189	WELTON RICARDO PACHECO	28/10/1982	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
2571	WEMILLY FERNANDA MOURA BRAGA	28/04/2006	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	113	11/10/2026	14H00	14H30
4106	WÉRICA PAULA DE SOUZA	10/09/2009	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	011	11/10/2026	08H00	08H30
410	WERICK PATRICK DUARTE	17/01/1994	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	101	11/10/2026	14H00	14H30
42	WESLEY GABRIEL FERREIRA DE LIMA	19/09/2005	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30
3626	WESLEY GABRYEL DIAS RAMOS	01/03/2008	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	081	11/10/2026	14H00	14H30
887	WESLEY MATIAS DA SILVEIRA	26/02/1998	308	CONTATOR	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	075	11/10/2026	08H00	08H30
2758	WESLEY VELOSO DIAS	26/06/1997	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	078	11/10/2026	14H00	14H30
246	WEVERSON GONÇALVES DE	02/10/2000	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	081	11/10/2026	14H00	14H30

	ARAÚJO														
4342	WEVERTON CAUÃ LEMOS DOS SANTOS	02/12/2007	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	059	11/10/2026	08H00	08H30
1843	WEVERTON DA SILVA SOUZA	22/06/2005	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	089	11/10/2026	14H00	14H30
196	WEVERTON WILYAN SANTANA	12/10/1991	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	011	11/10/2026	08H00	08H30
205	WEVERTON WILYAN SANTANA	12/10/1991	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30
3683	WHANGLAYSTON DE LAIA MENEZES	07/02/1994	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	011	11/10/2026	08H00	08H30
3684	WHANGLAYSTON DE LAIA MENEZES	07/02/1994	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30
2898	WILIAM ANGELO SILVA BARROS	05/08/1999	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
2171	WILIAN CHARLY OLIVEIRA	29/04/1993	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	072	11/10/2026	08H00	08H30
2170	WILIAN CHARLY OLIVEIRA	29/04/1993	310	PROCURADOR LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	102	11/10/2026	14H00	14H30
2106	WILLIAM FRANCISCO CAETANO	24/03/1990	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
1554	WILLIAM LUIZ PARRA	14/06/1999	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	072	11/10/2026	08H00	08H30
3851	WILLIAM RAVANDER PANSERE	19/11/1996	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
621	WILLIAM SANTO FERREIRA	05/01/1999	206	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	120	11/10/2026	14H00	14H30
746	WILLIAM SILVA TRASPADINI	02/08/1995	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	002	11/10/2026	08H00	08H30
2882	WILLIAN DA SILVA GONÇALVES	18/05/1995	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	011	11/10/2026	08H00	08H30
3668	WILLIAN FRANCISCO SIQUEIRA	05/03/2003	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	081	11/10/2026	14H00	14H30
2831	WILLIAN GABRIEL RESENDE MATIAS	16/07/2001	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	059	11/10/2026	08H00	08H30

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CÓD. DO CARGO	CARGO	ESCOLA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	SALA	DATA DA PROVA	ABERTURA DO PORTÃO	FECHAMENTO DO PORTÃO
177	WILLIAN PEREIRA DANTAS	23/09/1995	304	ANALISTA DE LICITAÇÃO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	059	11/10/2026	08H00	08H30
1062	WILLIAN ROGOSKI FERREIRA	12/01/2000	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30
2365	WILLIAN SOARES SOUSA	09/05/2004	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
3355	WILLIANS DOUGLAS MARTINS DA SILVA	03/08/1995	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	011	11/10/2026	08H00	08H30
3378	WILLIANS DOUGLAS MARTINS DA SILVA	03/08/1995	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	086	11/10/2026	14H00	14H30
3966	WINETON JHONATAN FREITAS DE SOUZA	17/08/2005	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	011	11/10/2026	08H00	08H30
2653	YAGO DE OLIVEIRA GUERIN	07/07/2004	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	011	11/10/2026	08H00	08H30
2094	YAGO RAFAEL GUEDES DE OLIVEIRA	17/05/1998	205	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	005	11/10/2026	08H00	08H30
3174	YAGO RAFAEL GUEDES DE OLIVEIRA	17/05/1998	301	ANALISTA DE ATA, REDAÇÃO E REVISÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	084	11/10/2026	14H00	14H30

3176	YASMIM DIENIFFER EUSÉBIO DOS SANTOS	30/05/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	002	11/10/2026	08H00	08H30
2680	YASMIM PEREIRA DOS REIS	08/09/2005	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	081	11/10/2026	14H00	14H30
927	YASMIM VITÓRIA REIS GOMES	26/01/2004	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
920	YASMIM VITÓRIA REIS GOMES	26/01/2004	302	ANALISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	078	11/10/2026	14H00	14H30
4114	YASMIN DE AZEVEDO SANTOS	21/09/2009	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	002	11/10/2026	08H00	08H30
3109	YASMIN LEAL DE OLIVEIRA	15/06/2005	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	011	11/10/2026	08H00	08H30
337	YURE EZIO PESSOA VALE	29/08/1996	307	ANALISTA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	090	11/10/2026	14H00	14H30
1589	YURI CESAR VIEIRA DA SILVA	18/08/2008	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	011	11/10/2026	08H00	08H30
1881	YURI FONSECA SANTOS	07/02/1995	208	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	011	11/10/2026	08H00	08H30
1880	YURI FONSECA SANTOS	07/02/1995	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	087	11/10/2026	14H00	14H30
2748	YURI GUILHERME RODRIGUES DE OLIVEIRA	28/09/1991	305	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	088	11/10/2026	14H00	14H30
3289	YURI SOARES BRAZ	29/08/2008	201	AGENTE ADMINISTRATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	002	11/10/2026	08H00	08H30
343	YURI SOUZA E SILVA	11/07/2006	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	081	11/10/2026	14H00	14H30
3262	ZAMMA SANTOS MAIA	05/10/1999	309	CONTROLADOR INTERNO	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	132	11/10/2026	14H00	14H30
1734	ZAQUEU DA SILVA MESSIAS	13/09/1996	303	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	024	11/10/2026	08H00	08H30
1508	ZAQUEU DE ALMEIDA KVIATKOSKI	04/10/1993	306	ANALISTA LEGISLATIVO	EEEFM RICARDO CANTANHEDE	RUA SALVADOR	2463	SETOR 03	ARIQUEMES	RO	76870-434	072	11/10/2026	08H00	08H30
1509	ZAQUEU DE ALMEIDA KVIATKOSKI	04/10/1993	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	081	11/10/2026	14H00	14H30
1429	ZENILDO ALMEIDA DA SILVA	19/11/1993	209	TÉCNICO LEGISLATIVO	EEEFM CORA CORALINA	AVENIDA GUAPORÉ	3087	SETOR 05	ARIQUEMES	RO	76870-631	081	11/10/2026	14H00	14H30
1212	ZINEUSA BARBOSA TELES	02/08/1988	202	ALMOXARIFE	EEEFM ANISIO TEIXEIRA	RUA CARDEAL	1394	SETOR 02	ARIQUEMES	RO	76873-110	112	11/10/2026	14H00	14H30

Publicado por:
Filipe Rassen Rozique
Código Identificador:A27EFB71